



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4845

Segunda-feira - 26 de Maio de 2025

Florianópolis/SC

SUMÁRIO

MUNICÍPIOS

Abelardo Luz.....	3	Concórdia.....	311	Lebon Regis.....	785
Agrolândia.....	4	Coronel Freitas.....	317	Leoberto Leal.....	787
Águas de Chapecó.....	5	Coronel Martins.....	318	Lindóia do Sul.....	788
Águas Mornas.....	8	Corupá.....	320	Lontras.....	789
Alfredo Wagner.....	9	Cunhataí.....	322	Luiz Alves.....	793
Anchieta.....	17	Curitibanos.....	323	Luzerna.....	794
Anita Garibaldi.....	45	Dionísio Cerqueira.....	346	Mafra.....	795
Antônio Carlos.....	47	Doutor Pedrinho.....	347	Major Gercino.....	799
Apiuna.....	56	Entre Rios.....	350	Major Vieira.....	800
Araquari.....	57	Ermo.....	356	Marema.....	801
Arroio Trinta.....	60	Erval Velho.....	357	Massaranduba.....	803
Ascurra.....	64	Formosa do Sul.....	488	Matos Costa.....	804
Atalanta.....	65	Garopaba.....	491	Meleiro.....	805
Balneário Barra do Sul.....	66	Garuva.....	494	Monte Carlo.....	806
Balneário Camboriú.....	67	Gaspar.....	496	Monte Castelo.....	814
Balneário Piçarras.....	72	Governador Celso Ramos.....	513	Morro da Fumaça.....	815
Balneário Rincão.....	93	Grão Pará.....	516	Morro Grande.....	821
Barra Bonita.....	102	Ibicaré.....	542	Navegantes.....	824
Barra Velha.....	105	Ibirama.....	543	Nova Veneza.....	839
Bela Vista do Toldo.....	109	Imbituba.....	573	Novo Horizonte.....	846
Belmonte.....	111	Imbuia.....	576	Orleans.....	850
Benedito Novo.....	115	Indaial.....	577	Ouro.....	851
Biguaçu.....	116	Iomerê.....	624	Ouro Verde.....	852
Blumenau.....	127	Ipira.....	625	Palhoça.....	854
Bom Jardim da Serra.....	157	Iporã do Oeste.....	627	Palma Sola.....	858
Bom Jesus.....	164	Ipuacu.....	629	Palmitos.....	872
Bom Jesus do Oeste.....	173	Iraceminha.....	630	Passo de Torres.....	874
Bom Retiro.....	176	Irineópolis.....	631	Penha.....	876
Brusque.....	179	Itaiópolis.....	633	Perituba.....	979
Caçador.....	197	Itapema.....	635	Petrolândia.....	982
Caibi.....	208	Itapiranga.....	637	Pinheiro Preto.....	983
Camboriú.....	210	Itapoá.....	640	Piratuba.....	984
Campo Erê.....	217	Ituporanga.....	645	Pomerode.....	1000
Campos Novos.....	223	Jaraguá do Sul.....	646	Ponte Alta.....	1013
Capinzal.....	263	Joaçaba.....	739	Ponte Serrada.....	1017
Capivari de Baixo.....	271	Jupia.....	750	Porto Belo.....	1024
Catanduvas.....	272	Lages.....	751	Porto União.....	1034
Celso Ramos.....	275	Laguna.....	764	Presidente Castello Branco.....	1037
Chapecó.....	290	Lauro Muller.....	782	Quilombo.....	1038

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4845

Segunda-feira - 26 de Maio de 2025

Florianópolis/SC

SUMÁRIO

Rio das Antas.....	1069	São José.....	1134	Treviso	1224
Rio do Sul.....	1072	São José do Cedro.....	1143	Trombudo Central.....	1227
Rio Fortuna.....	1078	São Lourenço do Oeste.....	1145	Tubarão.....	1228
Rio Negrinho.....	1081	São Miguel da Boa Vista	1150	Tunápolis.....	1289
Rio Rufino.....	1082	São Miguel do Oeste.....	1157	Urussanga	1290
Riqueza	1083	São Pedro de Alcântara.....	1160	Vargeão.....	1292
Romelândia.....	1084	Schroeder.....	1161	Vargem	1296
Saltinho.....	1086	Seara	1189	Videira.....	1298
Sangão.....	1088	Serra Alta	1194	Vitor Meireles.....	1302
Santa Rosa do Sul	1089	Sombrio.....	1196	Xanxerê.....	1303
São Bento do Sul.....	1091	Taió.....	1197	Xavantina	1306
São Domingos.....	1110	Tangará	1215	Xaxim.....	1307
São Francisco do Sul.....	1113	Tijucas	1220		
São Joaquim	1132	Três Barras	1223		

CONSÓRCIOS

CINCATARINA	1310	CIRSURES.....	1310
-------------------	------	---------------	------



Abelardo Luz

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 7250899

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz – SC, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal convida os integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2025, que será realizada no dia 26 de maio de 2025, às 08:30 hr, tendo como local a sala de reuniões da Centro Administrativo Municipal

Abelardo Luz - SC, 19 de maio de 2025.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Agrolândia

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

Publicação Nº 7251405

MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2025
EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0A78DB476BA502CE8CDD102D9F3B2D54A95EAD30

O Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por MENOR PREÇO POR LOTE, com modo de disputa ABERTO para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (JULGAMENTO POR LOTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do DIA 27 DE MAIO DE 2025 até as 08h30min do DIA 09 DE JUNHO DE 2025.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 09h00min do DIA 09 DE JUNHO DE 2025.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [http:// www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

Licitação regida pela Lei nº 14.133/21 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua dos Pioneiros, 109, Centro, Agrolândia/SC pelo Fone/Whats: (47)3534-4141, nos sites: www.agrolandia.sc.gov.br, www.bnc.org.br e no e-mail: pregoeiro@agrolandia.sc.gov.br.

Agrolândia (SC), 23 de Maio de 2025.

GIANFRANCO CHRISTIANO MOHR
Prefeito Municipal

LEI N 3.134, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7250873

LEI Nº 3.134, DE 23 DE MAIO DE 2025

Declara de Utilidade Pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Agrolândia – CDL.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Agrolândia, entidade sem fins lucrativos, fundada em 20 de dezembro de 2011, com sede na Rua 13 de Agosto, nº 217, sala 02, Centro, Agrolândia - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.897.648/0001-17.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 23 de maio de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

PORTARIA Nº 211/2025 DE 26 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252250

PORTARIA Nº 211/2025 De 26 de maio de 2025	CONTRATA NOS TERMOS DA LEI, ELTON BAUER, PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	OSCAR BARELA, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso XI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2023, demais disposições legais vigentes e justificativas da Secretaria;

RESOLVE:

- Art. 1º - Fica contratado o Sr. ELTON BAUER, para o cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.
- Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 26 de maio de 2025 a 26 de novembro de 2025.
- Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.
- Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 26 de maio de 2025.

OSCAR BARELA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidor para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 005/2023, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, OSCAR BARELA, doravante denominado CONTRATANTE e ELTON BAUER, brasileiro, casado, portador do CPF 572*****, residente em Águas de Chapecó/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**
Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, do servidor acima qualificado, aprovado em Processo Seletivo Simplificado, para desempenhar as atribuições do cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria de Infraestrutura.
- CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:**
A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó, Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.
- CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:**
A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.
- CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:**
O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:**
Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.
- CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O presente Contrato terá a duração de 26 de maio de 2025 a 26 de novembro de 2025, podendo ser renovado conforme Processo Seletivo nº 005/2023, dispositivos da Lei Municipal Nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:
A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:
Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:
O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo autoriza a parte ofendida a destratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:
Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:
Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 26 de maio de 2025.

ELTON BAUER OSCAR BARELA
Servidor Prefeito Municipal

Testemunhas:

PORTARIA Nº 212/2025 DE 26 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252252

PORTARIA Nº 212/2025 De 26 de maio de 2025	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	OSCAR BARELA, Prefeito Municipal, de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para as seguintes servidoras, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
11302	ILVANIA LOURDES DEBONA TATSCH	EDUCADOR SOCIAL	20.09.2023 a 19.09.2024	26.05.2025 a 09.06.2025 = 15 dias
11290	SILVANIA ZAVISTANOVICZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	13/07/2023 À 28/09/2024	02/06/2025 À 16/06/2025

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, 26 de maio de 2025.

OSCAR BARELA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 213/2025 DE 26 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252255

PORTARIA Nº 213/2025 De 26 de maio de 2025	CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LICENÇA MATERNIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	OSCAR BARELA, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar nº 026/2011 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença Maternidade, a Servidora CAROLAIN CRISTINE KERSCHNER BRESCOVISKI matrícula 11.304, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Planejamento - Administração, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º - A licença maternidade dar-se-á pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias pelo regime geral de previdência e 30 (trinta) dias pelos cofres públicos do Município, conforme prevê o art.75-A da Lei Complementar nº 026/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2025, ficando revogado as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 26 de maio de 2025.

OSCAR BARELA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 214/2025 DE 26 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252259

PORTARIA Nº 214/2025 De 26 de maio de 2025	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE AUXILIO MATERNIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	OSCAR BARELA, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 003/2001, nº 026/2011 e nº 064/2019 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 dias, a Licença Maternidade da Servidora PATRICIA FOLLMANN RODRIGUES, Matricula 11.381, ocupante do cargo de Professor MAG II, sendo remunerada pelos cofres públicos da Prefeitura de Águas de Chapecó/SC no que dispõe a Lei Complementar 026/2011, Artº 75-A.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em 28 de maio de 2025, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, 26 de maio de 2025.

OSCAR BARELA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Mornas

PREFEITURA

PORTARIA N°. 106 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação N° 7251030

PORTARIA N°.106/2025

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

PEDRO FRANCISCO GARCIA, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 155 a 159, da Lei Complementar n°. 017/2015, de 21.12.2015, e Legislação Federal específica,

RESOLVE:

Art. 1°. – CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, de acordo com o LI - Laudo de Insalubridade, datado de 10.10.2023, a partir de maio de 2025, sobre o valor do piso municipal mínimo fixado em Lei Municipal, a servidora abaixo relacionada, no respectivo cargo e com o devido percentual:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PERCENTUAL 40%
1847 - Maria Terezinha Steinbach Hillesheim
1738 - Sirlei Ferreira Bauer

Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Águas Mornas-SC, 23 de maio de 2025.

PEDRO FRANCISCO GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°. 107 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação N° 7251685

PORTARIA N°. 107/2025

Promove servidores por progressão por antiguidade à Referência do Padrão de Vencimento imediatamente superior a que se encontram.

PEDRO FRANCISCO GARCIA, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar n°. 18/2015, de 21.12.2015,

RESOLVE:

Art. 1°. – PROMOVER por progressão por antiguidade a partir de maio de 2025, os servidores abaixo relacionados, à Referência do Padrão de Vencimento imediatamente superior a que se encontram, em razão do atendimento ao disposto no artigo 35, § 1°. da Lei Complementar n°. 18/2015, de 21.12.2015:

1012 - Michele Fabricia Meinschein - do Padrão 1C para o Padrão 1D;
1013 - Aquiles Jasper - do Padrão 3C para o Padrão 3D.

Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Águas Mornas-SC, 23 de maio de 2025.

PEDRO FRANCISCO GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL

Alfredo Wagner**PREFEITURA****PORTARIA N° 545/2025**

Publicação N° 7250780

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 545/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA LIRIEL DE ANDRADE SCHOVINDER

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto n° 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar n° 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora LIRIEL DE ANDRADE SCHOVINDER, conforme atestado médico apresentado, no período de 14/05/2025 à 15/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 14/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA N° 546/2025

Publicação N° 7250785

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 546/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA FLÁVIA HEIDERSCHIEDT

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto n° 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar n° 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora FLÁVIA HEIDERSCHIEDT, conforme atestado médico apresentado, no dia 13/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 13/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA N° 547/2025

Publicação N° 7250790

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 547/2025
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA ELIANE CRISTINA MARTINS

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto n° 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar n° 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora ELIANE CRISTINA MARTINS, conforme atestado médico apresentado, no período de 15/05/2025 à 16/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 15/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA N° 548/2025

Publicação N° 7250794

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 548/2025
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA FERNANDA DA SILVA

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto n° 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar n° 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora FERNANDA DA SILVA, conforme atestado médico apresentado, no período de 15/05/2025 à 16/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 15/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA N° 549/2025

Publicação N° 7250798

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO N° 549/2025
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA GISELE DA SILVA RABELO

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto n° 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora GISELE DA SILVA RABELO, conforme atestado médico apresentado, no período de 15/05/2025 à 16/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 15/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 550/2025

Publicação Nº 7250809

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 550/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA LIRIEL DE ANDRADE SCHOVINDER

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora LIRIEL DE ANDRADE SCHOVINDER, conforme atestado médico apresentado, no dia 16/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 16/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 551/2025

Publicação Nº 7250814

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 551/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA THAIS DOS SANTOS

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção III, Artigo 102, 02 (dois) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora THAIS DOS SANTOS, conforme atestado médico apresentado, no período de 19/05/2025 à 20/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 19/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 552/2025

Publicação Nº 7250820

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 552/2025

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 268 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Cessar os efeitos da Portaria Depto. Educação nº 268 de 21 de fevereiro de 2025, que admitiu em caráter temporário de acordo com o Artigo 2º, Item IV, da Lei nº 539/2002 de 26.09.2002 e Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, OSVALDO SCHAUKOSKI JUNIOR, para exercer o cargo de Professor, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Escola Reunida Balcino Matias Wagner, a partir do dia 16/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 16/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 553/2025

Publicação Nº 7250832

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 553/2025

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR GILBERTO CARLOS BARDT

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o Artigo 111 da Lei Complementar nº 05/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 07 (sete) meses de Licença Prêmio em Gozo, ao servidor GILBERTO CARLOS BARDT, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, referente aos quinquênios de 01/03/2002 à 28/02/2007, 01/03/2007 à 28/02/2012, 29/02/2012 à 28/02/2017 e 01/03/2017 à 05/10/2023, no período de 20/05/2025 à 15/12/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 20/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina
23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 554/2025

Publicação Nº 7250833

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 554/2025
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO O SERVIDOR VANDERLEI MARIO POPENG

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Admitir em caráter temporário de acordo com a Lei Municipal nº 539/2002 de 26/09/2002 alterada pela Lei nº 710/2007 da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner e tendo em vista o chamamento de todos os aprovados no Processo Seletivo Municipal nº 01/2023 e Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, VANDERLEI MARIO POPENG, para exercer o cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, no período de 19/05/2025 à 15/12/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 19/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina
23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 555/2025

Publicação Nº 7250839

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 555/2025
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR FILIPE DOS SANTOS

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor FILIPE DOS SANTOS, conforme atestado médico apresentado, no período de 21/05/2025 à 25/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 21/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina
23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 556/2025

Publicação Nº 7250846

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 556/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À CONTRATADA DILMARY VALENTINA MARTINEZ MARINO

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à contratada DILMARY VALENTINA MARTINEZ MARINO, conforme atestado médico apresentado, no período de 21/05/2025 à 22/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 21/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina
23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 557/2025

Publicação Nº 7250853

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 557/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA VALQUÍRIA STEINHAUSER EGER

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora VALQUÍRIA STEINHAUSER EGER, conforme atestado médico apresentado, no período de 19/05/2025 à 20/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 19/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 558/2025

Publicação Nº 7250854

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 558/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA JULIANA HORST

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção III, Artigo 102, 05 (cinco) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora JULIANA HORST, conforme atestado médico apresentado, no período de 19/05/2025 à 23/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 19/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 559/2025

Publicação Nº 7250859

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 559/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR ALESANDRO MAFFEI

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção III, Artigo 102, 01 (um) dia de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, ao servidor ALESANDRO MAFFEI, conforme declaração apresentada, no dia 16/05/2025.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 16/05/2025.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

23 de maio de 2025

KELEM CARINA SCHLEMPER JOCHEM
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

DECRETO Nº5199/2025

Publicação Nº 7251372

Página : 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE ALFREDO WAGNER
C.N.P.J.: 08.560.651/0001-48
Município: ALFREDO WAGNER

DECRETO Nº 5199/2025, de 6 de Janeiro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ALFREDO WAGNER e autorização contida na Lei Municipal nº 1138/2024, de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.200.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
13.001.10.301.4.2043-3.3.50.00.00.00.00	- Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$1.200.000,00
1.500.7000.00000	Sem identificação de Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária	1.200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R\$1.200.000,00
1.500.7000.00000	Sem identificação de Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária	1.200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Janeiro de 2025.

ILSON NERI DOS SANTOS

*** .***.549-**

CONTADOR - CRC/SC - 16151/0-3

Anchieta

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 PMA

Publicação Nº 7252309

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B2494321F89AD72D89AABCC132CC8AEAF7BBA6CD

Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta
Aviso de Licitação

O Município de Anchieta - SC, representado por seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com modo de disputa Aberto, que será realizada por meio do site: www.bll.org.br, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 267/2023 e Decreto Municipal nº 015/2025, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo nº 031/2025
Pregão Eletrônico nº 013/2025
Tipo: Menor Preço

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviço de informática, destinados à manutenção das atividades diárias das diversas Secretarias, Fundos e Setores da Administração Pública Municipal, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO SITE WWW.BLL.ORG.BR, NO DIA 10/06/2025, COM INÍCIO ÀS 08H00M, HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site www.bll.org.br, nos termos a seguir:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 26/05/2025, HORÁRIO: 16H00M.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 10/06/2025, HORÁRIO 07H30M.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Avenida Anchieta, nº 838, Centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda nos sites www.anchieta.sc.gov.br e www.bll.org.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone: (49) 3653-3200.

Anchieta/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR PEDRO PIOVEZANI
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 015/2025 FMS

Publicação Nº 7252656

**CONTRATO Nº 015/2025****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC E THAIS TORRI BOTTARI.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.243.552/0001-47, com sede na Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, através do Gestor Municipal, Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **THAIS TORRI BOTTARI**, inscrito no CNPJ sob o nº 49.049.177/0001-71, sediado no Bairro Agostini, Travessa Itajaí, casa, nº 75, município de São Miguel do Oeste/SC, CEP 89.900-000, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pela Sra. **THAIS TORRI BOTTARI**, CPF nº 034.152.740-80, conforme atos constitutivos da empresa, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do processo licitatório por **Credenciamento Público Eletrônico de nº 003/2025 - FMS**, Processo Licitatório nº 016/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAR CONSULTAS, ATENDIMENTOS E SESSÕES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ANCHIETA/SC, por preço unitário, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I)**, especificamente aos itens abaixo relacionados:

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
6	300	UN	Sessões de terapia ocupacional com especialidade em Análise Comportamental Aplicada (ABA), visando o atendimento/consultas aos pacientes encaminhados do município de	R\$150,00	R\$45.000,00

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

Município de
ANCHIETA

			Anchieta/SC; o prestador de serviço deverá fornecer os materiais e o espaço necessário para o atendimento.		
VALOR TOTAL: R\$45.000,00					

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2.4. As quantidades são estimativas, para o período de vigência do contrato. Surgindo mais credenciados, a quantidade será rateada.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de prestação, conclusão, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. Os valores unitários das prestações de serviços credenciadas são os determinados na tabela do item 1.1 do presente contrato, respeitados os valores estabelecidos no Termo de Referência.

5.1.2. Nos valores dispostos no item anterior estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante relatório de acompanhamento da execução dos serviços, acompanhado das respectivas notas fiscais, atestado pelo fiscal do contrato, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. A revisão dos valores será realizada por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), estabelecido pelo IBGE, do acumulado no período de revisão, sem prejuízo da observância de eventual oscilação nos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.4. Refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021. 8.1.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.1.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz: deve ser incluído.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

**CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.061 – BLOCO DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE – MAC – TFD – CONSÓRCIOS.

Elemento: 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa 191/2025

1.600.7000.0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS – 15% SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



Anchieta/SC, 23 de maio de 2025.

MARTINHOS
SCANTAMBURLO:9505
2585934

Assinado de forma digital por
MARTINHOS
SCANTAMBURLO:95052585934
Dados: 2025.05.23 09:47:11 -03'00'

Documento assinado digitalmente
gov.br **THAIS TORRI BOTTARI**
Data: 23/05/2025 11:34:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

RESPOSÁVEL - THAIS TORRI

BOTTARI

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br **LETICIA PESSETTO**
Data: 23/05/2025 14:27:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHA 1

DECLARO que sou Fiscal do presente
Contrato, recebi uma cópia e estou
incumbindo de fiscalizar o cumprimento
deste contrato.

SANDRA BARBOSA
DOS SANTOS
SCHOLTZE:022088379
32

Assinado de forma digital por
SANDRA BARBOSA DOS SANTOS
SCHOLTZE:02208837932
Dados: 2025.05.23 14:45:46
-03'00'

TESTEMUNHA 2

Documento assinado digitalmente
gov.br **CAROLINA SCHATZ**
Data: 23/05/2025 10:00:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME: **CAROLINA SCHATZ**

CPF: 078.229.509-67

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

CONTRATO Nº 016/2025-FMS

Publicação Nº 7253131

**CONTRATO Nº 016/2025****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC E O CENTRO MÉDICO LOVATEL.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.243.552/0001-47, com sede na Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, através do Gestor Municipal, Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **CENTRO MÉDICO LOVATEL**, inscrito no CNPJ sob o nº 10.548.702/0001-68, sediado na Rua Victor Konder, nº 1005, sala 104, Centro Comercial Chaplin, centro, no município de Xanxerê/SC, CEP 89.820-000, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo Sr. **ARNALDO THIAGO BERTO LOVATEL**, CPF nº 038.588.869-47, conforme atos constitutivos da empresa, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do processo licitatório por **Credenciamento Público Eletrônico de nº 002/2025 - FMS**, Processo Licitatório nº 015/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAR EXAMES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ANCHIETA/SC**, por preço unitário, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I), especificamente aos itens abaixo relacionados:

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
14	100	UN	Eletroneuromiografia de membros inferiores ou superiores	R\$464,80	R\$46.480,00
15	100	UN	Eletroneuromiografia de membros inferiores	R\$464,80	R\$46.480,00
24	120	UN	Exame de Eletroneuromiografia de membros inferiores e superiores D/E	R\$929,60	R\$111.552,00
VALOR TOTAL:					R\$204.512,00

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2.4. As quantidades são estimativas, para o período de vigência do contrato. Surgindo mais credenciados, a quantidade será rateada.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de prestação, conclusão, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. Os valores unitários das prestações de serviços credenciadas são os determinados na tabela do item 1.1 do presente contrato, respeitados os valores estabelecidos no Termo de Referência.

5.1.2. Nos valores dispostos no item anterior estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante relatório de acompanhamento da execução

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



dos serviços, acompanhado das respectivas notas fiscais, atestado pelo fiscal do contrato, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. A revisão dos valores será realizada por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), estabelecido pelo IBGE, do acumulado no período de revisão, sem prejuízo da observância de eventual oscilação nos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



- 8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 8.1.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz: deve ser incluído.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 4. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.061 – BLOCO DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE – MAC – TFD – CONSÓRCIOS.

Elemento: 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa 191/2025

1.600.7000.0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS – 15% SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Anchieta/SC, 23 de maio de 2025.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



MARTINHOS
SCANTAMBURLO:95052
585934

Assinado de forma digital por
MARTINHOS
SCANTAMBURLO:95052585934
Dados: 2025.05.23 11:13:58 -03'00'

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS

ARNALDO THIAGO
BERTO
LOVATEL:0385888694
7

Assinado de forma digital por
ARNALDO THIAGO BERTO
LOVATEL:03858886947
Dados: 2025.05.23 13:17:13
-03'00'

RESPOSÁVEL - CENTRO MÉDICO
LOVATEL SS

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br LETICIA PESSETTO
Data: 23/05/2025 14:24:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHA 1

SANDRA BARBOSA
DOS SANTOS
SCHOLTZE:02208837
932

Assinado de forma digital por
SANDRA BARBOSA DOS SANTOS
SCHOLTZE:02208837932
Dados: 2025.05.23 14:45:14
-03'00'

TESTEMUNHA 2

DECLARO que sou Fiscal do presente
Contrato, recebi uma cópia e estou
incumbindo de fiscalizar o cumprimento
deste contrato.

Documento assinado digitalmente
gov.br CAROLINA SCHATZ
Data: 23/05/2025 11:18:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME: **CAROLINA SCHATZ**
CPF: 078.229.509-67

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

DECRETO 094/2025

Publicação Nº 7252426

**DECRETO Nº 094/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.****NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª
CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA
PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Organizadora da 4ª Conferência Intermunicipal dos Direitos da Pessoa Idosa, composta pelos seguintes representantes:

I – Rosângela Dondoerfer – Representante do Poder Público Municipal;

II – Lucena Negri – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - Governo Municipal;

III – Lourdes Garlet Pinto – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - Sociedade Civil.

Art. 2º As atividades desempenhadas pelos membros da Comissão são consideradas de relevante interesse público e não ensejam qualquer remuneração, gratificação ou outro ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora planejar, coordenar, mobilizar, divulgar e executar as ações necessárias à realização da 4ª Conferência Intermunicipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em articulação com os demais municípios participantes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta (SC), 23 de maio de 2025.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



MOACIR PEDRO PIOVEZANI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ari Prestes de Oliveira – Secretário Municipal de Administração e Gestão



Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



DECRETO 095/2025

Publicação Nº 7252437

**DECRETO Nº 095/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.****CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conjunto com os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC, e

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem os direitos da pessoa idosa, em consonância com a Política Nacional da Pessoa Idosa e com o Estatuto da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO as deliberações dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa dos municípios envolvidos;

CONSIDERANDO a importância da participação democrática, colaborativa e intermunicipal na construção de políticas públicas inclusivas, eficazes e socialmente justas,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Intermunicipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a realizar-se no dia 02 de junho de 2025, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, situado na Rua Pedro Julian, n. 858, Bairro Agostini, das 13h30min às 17h30min, tendo como tema central: “Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação”.

Art. 2º Participarão da Conferência os seguintes municípios: Itapiranga, Iporã do Oeste, Descanso, Guarujá do Sul, Tunápolis, Paraíso, São João do Oeste, São José do Cedro, Princesa, Anchieta, Guaraciaba e Belmonte.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta (SC), 23 de maio de 2025.

MOACIR PEDRO PIOVEZANI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ari Prestes de Oliveira – Secretário Municipal de Administração e Gestão

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025-FMS

Publicação Nº 7252544

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA**

Olimpio Dal Magro, 587 - Centro - Anchieta
CEP: 89970-000 CNPJ: 11.243.552/0001-47 Telefone: (49) 3653-0270
E-mail: hospital@anchieta.sc.gov.br Site:

Página: 1 / 2

**INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 8/2025****Processo Adm.: 15/2025****Data do Processo: 11/04/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 79, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 15/2025
b) **Nr. Licitação:** 8/2025 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 16/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAR EXAMES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ANCHIETA/SC, por preço unitário, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).*

Participante: HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Exame de Mamografia Bilateral para Rastreamento. - Exame de Mamografia Bilateral para Rastreamento.	200,000	UN	45,00	9.000,00
2	Exame de Densitometria Óssea. - Exame de Densitometria Óssea.	200,000	UN	55,10	11.020,00
Total do Participante:					20.020,00

Participante: NABIL MOUSA YASIN E CIA LTDA - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
27	Exame de Estudo Urodinâmico - Exame de Estudo Urodinâmico	40,000	EX	680,00	27.200,00
Total do Participante:					27.200,00

Participante: RAIMED CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM MARAVILHA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Exame de Ressonância Magnética. - Exame de Ressonância Magnética.	500,000	UN	268,75	134.375,00
16	Exame de Contraste para Ressonância Magnética. - Exame de Contraste para Ressonância Magnética.	150,000	UN	150,00	22.500,00
18	Exame Ultrassonografia Abdômen Total. - Exame Ultrassonografia Abdômen Total.	150,000	UN	110,00	16.500,00
19	Exame Ultrassonografia Abdômen Superior. - Exame Ultrassonografia Abdômen Superior.	150,000	UN	90,00	13.500,00
20	Exame Ultrassonografia Mamas. - Exame Ultrassonografia Mamas.	150,000	UN	90,00	13.500,00
21	Exame de ultrassonografia do aparelho urinário - Exame de ultrassonografia do aparelho urinário	150,000	EX	90,00	13.500,00
22	Exame ultrassonografia de próstata via abdominal - Exame ultrassonografia de próstata via abdominal	150,000	EX	90,00	13.500,00
23	Exame Ultrassonografia Endovaginal. - Exame Ultrassonografia Endovaginal.	150,000	UN	90,00	13.500,00
Total do Participante:					240.875,00

Sistema: Compras - Usuário: leticiapessetto. Emissão: 21/05/2025, às 08:40:24. Protocolo: a57c243d-7620-4cac-ad63-7845c2f8c9d8

Total Geral: 288.095,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

Anchieta, 16/05/2025

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2025-FMS

Publicação Nº 7252511

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA**

Olimpio Dal Magro, 587 - Centro - Anchieta
CEP: 89970-000 CNPJ: 11.243.552/0001-47 Telefone: (49) 3653-0270
E-mail: hospital@anchieta.sc.gov.br Site:

Página: 1 / 1

**INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 9/2025****Processo Adm.: 16/2025****Data do Processo: 30/04/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 79, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 16/2025
b) **Nr. Licitação:** 9/2025 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:**
e) **Objeto da Licitação:** *CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAR CONSULTAS, ATENDIMENTOS E SESSÕES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ANCHIETA/SC, por preço unitário, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).*

Participante: THAIS TORRI BOTTARI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	Sessões de terapia ocupacional com especialidade em Análise Comportamental Aplicada (ABA), visando o atendimento/consultas aos pacientes encaminhados do município de Anchieta/SC; o prestador de serviço deverá fornecer os materiais e o espaço necessário para o atendimento. - Sessões de terapia ocupacional com especialidade em Análise Comportamental Aplicada (ABA), visando o atendimento/consultas aos pacientes encaminhados do município de Anchieta/SC; o prestador de serviço deverá fornecer os materiais e o espaço necessário para o atendimento.	150,000	UN	150,00	22.500,00

Total do Participante: 22.500,00**Total Geral: 22.500,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

Anchieta, 23/05/2025

Assinatura do Responsável

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 013/2023-FMS

Publicação N° 7252145

**Município de
ANCHIETA****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 013/2023 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A EMPRESA
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
LTDA E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA -
SC.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC**, através do Gestor Municipal, Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO** e a empresa **PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA**, já qualificada no Contrato n° 013/2023, com fundamento da Lei Federal n° 8.666/93 de 21/06/93 considerando o previsto nas Cláusulas Primeira, Quarta e Sétima do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES AVENÇADOS

O valor mensal previsto na Cláusula Quarta, do Contrato n° 013/2023, será reajustado para **R\$743,51 (Setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos)**, totalizando o valor de **R\$2.230,53 (Dois mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e três centavos)**, para os próximos 3 meses, atualizado pelo IPCA acumulado de 12 meses (5,53%).

CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência ora aditado, previsto na Cláusula Sétima do Contrato n° 013/2023, fica prorrogado até **31 de agosto de 2025**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão a conta da seguinte dotação:

Órgão/unidade	Projeto/atividade	Despesa/ano/elemento	Recurso
09.001 – Secretaria Municipal de Saúde	10.301.0024.2.061 - Bloco de média e alta complexidade-MAC- TFD-consórcios	191/2025 – 3950 – Aplicações diretas	1.500.1002.0000 – Recursos ordinários – 15% saúde

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br



Anchieta – SC, 23 de maio de 2025.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

CPF: 950.525.859-34

FRANCISCO E. P. GUIMARÃES

Farmacêutico/Contratado

CPF: 607.696.457-04

Avenida Anchieta, 838, centro, CEP 89.970-000, Anchieta/SC
www.anchieta.sc.gov.br

Anita Garibaldi

PREFEITURA

DECRETO Nº 3698.2025

Publicação Nº 7252946

**MUNICÍPIO DE
ANITA GARIBALDI - SC****GABINETE DO
PREFEITO****DECRETO nº 3698/2025**

De 23 de maio de 2025

Convoca a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Anita Garibaldi - SC, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 10 de junho de 2025, das 09h às 17h, no Salão Nobre da Escola Padre Antônio Vieira, tendo como tema central: “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

E terá os seguintes Eixos Temáticos:

Eixo 1 – Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;

Eixo 2 – Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Decentralizada e Valorização Profissional;

Eixo 3 – Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

Eixo 4 – Gestão Democrática, Informação no SUAS e Comunicação Transparente: Fortalecendo a Participação Social no SUAS;

Eixo 5 – Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS

Art. 2º - Fica o Conselho Municipal de Assistência Social responsável por instituir Comissão Organizadora para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, respeitando as determinações oriundas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-SC);

(49) 3543-0191

anitagaribaldi.atende.net

Rua Otacílio Granzotto, 20 - Centro - Anita Garibaldi/SC



**MUNICÍPIO DE
ANITA GARIBALDI - SC**

**GABINETE DO
PREFEITO**



Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da Conferência de Assistência Social, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Anita Garibaldi(SC) 23, de maio de 2025.

**HENRIQUE
MENEGAZZO:
02859103961**

Assinado de forma digital
por HENRIQUE
MENEGAZZO:02859103961
Dados: 2025.05.23 15:53:53
-03'00'

Prefeito Municipal de Anita Garibaldi

Presidente do CMAS

(49) 3543-0191
anitagaribaldi.atende.net
Rua Otacilio Granzotto, 20 - Centro - Anita Garibaldi/SC

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 043/2025

Publicação Nº 7251235

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 043/2025. Origem: Processo Licitatório nº 043/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 019/2025. Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS. Contratado: SESI/SC – SÃO JOSÉ (SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA). Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços envolvendo aulas de robótica direcionadas a alunos do Ensino Fundamental do município de Antônio Carlos/SC, abrangendo as diferentes etapas desta fase de escolarização (anos iniciais e finais). Valor: R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil, oitocentos reais). Vigência do Contrato: 23/05/2025-19/12/2025.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 397/2025

Publicação Nº 7252456

PORTARIA Nº 397/2025

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

ONÉLIO RICHARTZ, Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar 005/2022 e;

Considerando o resultado de perícia médica emitido pelo SESI, Perícias Médicas – Medicina e Segurança do Trabalho;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por 15 (QUINZE) dias a servidora MARIA INES KREMER, ocupante do cargo efetivo PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, a partir de 15 de maio de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de maio de 2025.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 23 de maio de 2025.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de maio de 2025.

PORTARIA Nº 398/2025

Publicação Nº 7255343

PORTARIA Nº 398/2025

Admite servidor ACT.

ONÉLIO RICHARTZ, Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar 005/2022 e;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, para o cargo de ACT - PROFESSOR COM ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, conforme Chamamento Público nº 001/2025, a partir de 26 de maio de 2025:

ANA MARGARETE PEPPLER BESEN Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 26 de maio de 2025.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de maio de 2025.

DECRETO 28/2025

Publicação Nº 7252856

DECRETO Nº 000028/25 de 23 de Maio de 2025

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001821/24 de 11 de Dezembro de 2024.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.020,64 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
06.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
06.01.15.452.0007.2.029-4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	3.020,64

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
06.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
06.01.15.452.0007.2.029-3.1.71.00.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS ME	100,00
06.01.15.452.0007.2.029-3.3.71.00.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS ME	100,00
06.01.15.452.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	2.720,64
06.01.15.452.0007.2.029-4.4.71.00.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS ME	100,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Maio de 2025

ONELIO RICHARTZ
Prefeito Municipal

FONTE:

IRP Nº 13 BRINQUEDOS PARA PARQUES

Publicação Nº 7251951

**ANTÔNIO
CARLOS**
PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**Praça Anchieta, 10 - Fone/Fax: (048) 3272-8600
CEP 88180-000 - Antônio Carlos - Santa Catarina
CNPJ: 82.892.290/0001-90 - www.antoniocarlos.sc.gov.br**INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP Nº 013/2025**

O Município de Antônio Carlos, inscrito no CNPJ nº 82.892.290/0001-90, com base no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, vem a público convidar órgãos interessados a participar de processo licitatório para prestação de serviço dos seguintes itens:

Item	Unidade	Quantidade
Contratação de empresa para fornecimento e instalação de brinquedos nos parques e praças no município de Antônio Carlos.	Mes	12

Será realizado o Registro de Preços (Preço Global) e a modalidade será Pregão na forma Eletrônica.

Ao estimar os quantitativos considere o período de execução/contratação conforme prazo acima.

Os órgãos interessados em integrar a futura ata, como participantes, solicita-se o encaminhamento de manifestação formal, contendo as seguintes informações/documentos:

- Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- Estimativa de consumo (quantidade a ser registrada);
- Concordância com o objeto a ser licitado;
- Endereço do local de entrega;
- Documento formal contendo aprovação da autoridade competente.

Os documentos deverão ser encaminhados para o e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 21 de maio de 2025.



**ANTÔNIO
CARLOS**
P R E F E I T U R A

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Praça Anchieta, 10 – Fone/Fax: (048) 3272-8600
CEP 88180-000 – Antônio Carlos – Santa Catarina
CNPJ: 82.892.290/0001-90 – www.antoniocarlos.sc.gov.br



Documento assinado digitalmente

MILTON BLEY JUNIOR

Data: 22/05/2025 15:56:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Milton Bley Junior
Secretário de Desenvolvimento Urbano

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 03/2025**

Publicação Nº 7252227



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº. 03/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.409.010/0001-24, com sede à Rua Seis de Novembro, nº 186, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, CEP 88180-000, neste ato representada por seu Presidente, Ednei Guesser, brasileiro, Vereador Presidente, doravante denominada simplesmente, **CONTRATANTE**, doravante denominado simplesmente, **CONTRATANTE**, e por outro lado, **JER ELECTRO ELETRONICA E ENERGIA SOLAR LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205732202, inscrita no CNPJ nº 30.134.078/0001-60 com sede Rua Daniel Petry, 368, Sala 01, Centro, Antônio Carlos, SC, CEP 88180-000, neste ato representada pelo Sr. **JEFERSON ANDRE DE ROCCO**, brasileiro, administrador, CPF nº 015.574.019-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito, nos termos das normas da Lei 14.133/2021 e alterações subsequentes, firmam o contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica presentes na Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC.

Parágrafo Primeiro. Além da prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, caberá a CONTRATADA fornecer matéria-prima, mão de obra e materiais que se demonstrarem necessário para a prestação efetiva do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará a partir de 23 de maio de 2025 até 23 de maio de 2026, sendo que o mesmo poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, incluído o prazo



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

inicial, na forma do artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de aditivo contratual firmado em data anterior ao vencimento, desde que:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do Contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor dos serviços prestados será de **R\$4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)**, sendo que o pagamento dos serviços será efetuado mediante apresentação da nota fiscal de serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DO PREÇO

O preço estipulado na cláusula anterior não será reajustado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS:
Elemento de despesa: 3.3.90.39.16.00.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à **CONTRATANTE**:

- a) - Efetuar o pagamento dos serviços referente ao objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.
- b) - Facilitar o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** e fornecer informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) - Usar os serviços prestados exclusivamente para as finalidades descritas neste termo, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.
- d) - Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

Caberá a CONTRATADA:

- a)** - Manter informado o servidor da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- b)** - Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias.
- c)** - Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.
- d)** - Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- e)** - Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- f)** - Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.
- g)** - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.
- h)** - Prestar suporte técnico gratuito a distância através dos meios de comunicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

Os serviços prestados pela **CONTRATADA**, objeto do presente contrato, terão como garantia o prazo de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DISTRATO E RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, no que couber.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 14.133/2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Biguaçu/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro Foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato juntamente com 02 (duas) testemunhas maiores e capazes, para que surta os seus legais efeitos, em 02 (três) vias de igual teor e forma, sendo 01 (uma) via para a **CONTRATADA** e 01 (duas) via para a **CONTRATANTE**.

Antônio Carlos, 23 de maio de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

Assinado digitalmente por: EDNEI
GUESSER:86386654900
O tempo: 23-05-2025 14:24:31

CÂMARA MUNICIPAL
EDNEI GUESSER
Contratante

Documento assinado digitalmente
JEFERSON ANDRE DE ROCCO
Data: 23/05/2025 14:18:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JER ELECTRO ELETRÔNICA E ENERGIA
SOLAR LTDA
JEFERSON ANDRE DE ROCCO
Contratada

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente
INDIARA JUNKES RASVEILER MAGALHAES
Data: 23/05/2025 14:28:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Indiara Junkes Rasveiler Magalhães
Diretora Geral

Documento assinado digitalmente
DAVID ANTONY ROSA
Data: 23/05/2025 14:31:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

David Antony Rosa
Secretário Administrativo

Apiuna

PREFEITURA

PORTARIA 0519/2025

Publicação Nº 7253162

PORTARIA Nº 0519/2025
De 22 de maio de 2025

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO MARCIA CIRICO

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";

Considerando a Lei Complementar Nº 78/2005, de 08/12/2005 que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da administração direta, e autarquias da Prefeitura Municipal de Apiúna e é integrado por cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão";

Considerando o Concurso Público nº 005/2023 de 23/06/2023 com homologação do resultado final em 30/08/2023 pelo Decreto nº 4629/2023;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 23 de maio de, MARCIA CIRICO, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrição nº 68426 do Concurso Público nº. 005/2023.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de maio de 2025.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0520/2025

Publicação Nº 7253164

PORTARIA Nº 0520/2025
De 23 de maio de 2025

DEMITE SERVIDOR CONTRATADO TEMPORARIAMENTE LUCAS BERNARDO BASTOS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 22 de maio de 2025, funcionário contratado em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2024, LUCAS BERNARDO BASTOS, contrato nº 10016090-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, sem justa causa, por iniciativa do empregado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 23 de maio de 2025.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

Araquari

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 59/2025

Publicação Nº 7251063

PORTARIA Nº 59/2025, de 23 de maio de 2025.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2011 ART. 96.

NEUZIR ELIO MACHADO, Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público a concessão de Férias (20 dias), no período de 23 de maio de 2025 a 11 de junho de 2025, ao servidor ISAC BALASSA DINIZ, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO PESSOAL, no nível salarial 23 – 1C, referente ao período aquisitivo 3.2.2024 a 2.2.2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Araquari - SC, 23 de maio de 2025.

NEUZIR ELIO MACHADO
Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari – SC.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025

Publicação Nº 7251215

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC4BA84A985A5F62B79D27853E925FB896AE3EDC

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARAQUARI**E-mail: ouvidoria@cvaraquari.sc.gov.br www.cvaraquari.sc.gov.br

Rua: Antônio Carlos Sprotte, 125 – Centro – Araquari/SC

CEP: 89.245-000

Fone/Fax: (47) 3447 - 1110

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2025****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores do município de Araquari/SC, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 035/2025, nos termos que seguem:

Contratado: ICAP INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA LTDA. (CNPJ 04.727.133/0001-02)

Objeto: Contratação de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple atividades e experiência na prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para o Poder Legislativo de Araquari, por meio da aquisição de 05 (cinco) inscrições para o curso “1º Seminário – tribunais de contas, controles internos e Câmara municipais, o tripé da fiscalização”, ministrado nos dias 27 a 30 de maio de 2025, no município de Porto Alegre/RS, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Valor total: R\$13.450,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Araquari/SC, 23 de maio de 2025.

NEUZIR ELIO
MACHADO:
00351277919

Neuzir Elio Machado
Presidente da Câmara de Vereadores

Assinado digitalmente por NEUZIR ELIO MACHADO:
00351277919
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Videoconferência,
OU=4754423000160, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RS, CN=A1, OU=
(EM BRANCO), CN=NEUZIR ELIO MACHADO:
00351277919
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.23 10:13:15-0300
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025

Publicação Nº 7251154

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A495D363D6285B057AECEBADDEF74EF53F874A2

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARAQUARI**E-mail: ouvidoria@cvaraquari.sc.gov.br www.cvaraquari.sc.gov.br

Rua: Antônio Carlos Sprotte, 125 – Centro – Araquari/SC

CEP: 89.245-000

Fone/Fax: (47) 3447 - 1110

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores do município de Araquari/SC, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 034/2025, nos termos que seguem:

Contratado: RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA (CNPJ 22.094.483/0001-73)

Objeto: Contratação de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple atividades e experiência na prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para o Poder Legislativo de Araquari, por meio de aquisição de 07 (sete) inscrições para o curso “ANÁLISE, TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO DO PPA 2026/2029 e da LDO de 2026, na Câmara Municipal. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS DOS VEREADORES AO ORÇAMENTO. Análise e Discussão da EC Nº 126/2022 e da ADI 7.493/MT – que altera o percentual no valor das Emendas Impositivas nos Municípios, conforme nova Decisão do STF. O TRABALHO DOS ASSESSORES PARLAMENTARES JUNTO ÀS BASES para a coleta de dados e informações para a elaboração das Emendas Impositivas dos Vereadores.”, ministrado nos dias 27 a 30 de maio 2025, no município de Curitiba/PR, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Valor total: R\$13.450,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Araquari/SC, 23 de maio de 2025.

Assinado digitalmente por NEUZIR ELIO
MACHADO:00351277919
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Videoconferencia, OU=47754423000160,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil,
RF=, OU=RFEB-CPF-A1, OU=(EM BRANCO),
CN=NEUZIR ELIO MACHADO:00351277919
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.05.23 09:57:38-0300
Font: PDF Reader Versão: 11.2.2

**NEUZIR ELIO
MACHADO:
00351277919**
Neuzir Elio Machado

Presidente da Câmara de Vereadores

Arroio Trinta

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0047/2025

Publicação Nº 7250813

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 165E1E96CE37AA228DB0A0CEBF7D142919C5CACE

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0047/2025-PE.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de grama São Carlos para revitalização e reestruturação dos espaços externos da Escola Professora Jacy Falchetti (PROJAF), em atendimentos as necessidades da Secretaria de Educação.

Regimento: Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2491/2023 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2540/2024.

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA: Da data da liberação do Edital no sítio <http://www.bnc.org.br> até o horário limite de início da sessão pública.

DATA DE ABERTURA: 12/06/2025

HORA DA ABERTURA: 09:00 (horário de Brasília)

LOCAL: Sistema da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no sítio eletrônico <https://bnccompras.com>.

Retirada do Edital: O Edital estará disponível na íntegra nos sítios do Sistema da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no sítio eletrônico <https://bnccompras.com>. e do Município de Arroio Trinta - SC www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de maio de 2025.

Antônio Serighelli
Prefeito Municipal



Nome do arquivo: Extrato Edital.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

Antonio Serighelli

22/05/2025 16:00:37 GMT-03:00 71561056987



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

Verificado em 22/05/2025 16:00:39

Página 2 de 2

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0048/2025

Publicação Nº 7251268

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9ECF6D940C077F5B156BC9A558EC4FF84A26C13C

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA****AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0048/2025-PE.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação de Instituição Financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, afim de prestação de serviços de recebimento de guias de pagamento registradas via web-service e arrecadação de receitas tributárias e tarifas municipais, por meio de boletos registrados (arrecadação, baixa e cancelamento) utilizando código de barras padrão FEBRABAN e chave PIX com QR-Code e múltiplas plataformas de pagamento (internet banking, aplicativo, guichê, cartão, dentre outros), de acordo com as exigências estabelecidas pelo edital e seus anexos.

Regimento: Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2491/2023 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2540/2024.

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA: da data da liberação do Edital no sítio

<http://www.bnc.org.br> até o horário limite de início da sessão pública.

DATA DE ABERTURA: 13/06/2025

HORA DA ABERTURA: 09:00 (horário de Brasília)

LOCAL: Sistema da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no sítio eletrônico <https://bnccompras.com>.

Retirada do Edital: O Edital estará disponível na íntegra nos sítios do Sistema da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no sítio eletrônico <https://bnccompras.com>. e do Município de Arroio Trinta - SC www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de maio de 2025.

ANTONIO SERIGHELLI
Prefeito Municipal



Nome do arquivo: Extrato de Edital Pregão 0048 - tarifas.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

Antonio Serighelli

22/05/2025 16:22:19 GMT-03:00 71561056987



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

Verificado em 22/05/2025 16:22:22

Página 2 de 2

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO N. 39-2025

Publicação Nº 7252432

EDITAL DE CONCURSO N. 39/2025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCF8541C4C70CB34D3C616BA7A51216FB531EC9E

A Diretora de Cultura comunica aos interessados que a partir de 27/05/2025 estarão abertas as inscrições para envio de projetos culturais da licitação na modalidade CONCURSO, que tem por objeto o PRÊMIO PROFESSORA DIRCELIA BADALOTTI, visando premiar projetos culturais de interesse público municipal que desenvolvam oficinas semanais nas seguintes áreas: de Música, Artesanato e Patrimônio Imaterial, conforme anexos desta licitação.

Ascurra, 26 de maio de 2025.

SCHEILA PRADE
Diretora Cultural

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 42-2025

Publicação Nº 7252424

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 42/2025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FDE50FF59812D7B9A119318135C0A6FCCBD897ED

O Secretário de Administração e Finanças de Ascurra, comunica aos interessados que acontecerá no dia 10/06/2025 às 09h00min, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, por item, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA 28ª FESTA PERTUTTI, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, conforme anexos desta licitação.

Ascurra, 26 de maio de 2025.

LEANDRO CHIARELLI
Secretário de Administração e Finanças

Atalanta

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2025

Publicação Nº 7250880

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2025

Dispõe sobre a convocação da XII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Atalanta, no uso de suas atribuições legais, conforme a Ata 002/2025:

Resolve:

Art. 1º - Convocar ordinariamente a XII Conferência Municipal de Assistência Social de Atalanta com a finalidade de avaliar a situação da Assistência Social na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da realização deste evento correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal da Política de Assistência Social.

Art. 2º - A XII Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no dia 18 de junho de 2025.

Art. 3º - A XII Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

Art. 4º - A Comissão Organizadora será coordenada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do CMAS, com composição paritária dos representantes do governo e da sociedade civil, será responsável pela organização da XII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art.5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Atalanta, 24 abril de 2025.

Presidente CMAS
Lidiane França Caye

Balneário Barra do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 06-2025

Publicação Nº 7251708

Município de Balneário Barra do Sul – SC

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Urbana, Obras e Habitação.

Inexigibilidade 06/2025

Edital de Credenciamento

Objeto O Objeto do presente Edital de inexigibilidade é o credenciamento de fornecedores de prestação de serviço conforme Programa de Pavimentação Comunitária, instituída pela Lei Ordinária 1524/2021.

Data/horário do credenciamento a partir do dia 27/05/2025 às 09:00 horas (abertura).

Informações Complementares: O edital encontra-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura Municipal www.balneariobarra-dosul.sc.gov.br.

Balneário Barra do Sul-SC, 23 de maio de 2025.

Ademar Henrique Borges

Prefeito Municipal

Balneário Camboriú**PREFEITURA****6º ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº 071/2021/PMBC**

Publicação Nº 7252257

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D7DE7AD39B1428736145F710D727E5EFB22D795C

6º ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº 071/2021/PMBC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2021 - PMBC

Objeto: Serviços continuados de manutenção e conservação no ramo de jardinagem e paisagismo para a Secretaria de Educação.

Contratante: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ CNPJ/MF sob o nº 83.102.285/0001-07.

Contratada: OBSERVES SERVIÇOS EIRELI, CNPJ sob o nº 26.412.260/0001-68.

Sob a regência das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Este termo ocorreu a partir do Ofício 266/2025 Setor de Compras/Departamento Administrativo da Secretaria da Educação assinada pela Secretária da Educação ao Secretário de Compras e Patrimônio solicitando renovação contratual. Como também, ao Memorando nº 32.663/2025/1DOC.

Tendo como base o inciso II, combinado ao §2º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93:

“§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato”.

E, em conformidade com as razões constantes dos autos, devidamente fundamentadas e aprovadas pela autoridade competente, por este termo aditivo, as partes signatárias, através de seus representantes legais, assinam e alteram, ainda, o prazo e o valor contratual, conforme abaixo se ajusta:

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Ficam acrescidos 06 (seis) meses ao prazo de execução contratual, atualizando-o para 54 (cinquenta e quatro) meses, reestabelecendo seu término para a data de 22 de novembro de 2025.

II- DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face do acréscimo supracitado e conforme, agregar-se-á, ao valor global original do contrato, a cifra de R\$ 211.448,76 (duzentos e onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) para o período de 22/05/2025 a 22/11/2025; atualizando o valor acumulado, do período de 24/05/2021 a 22/11/2025 para R\$ 1.721.914,48 (um milhão setecentos e vinte e um mil noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos) alterando a cláusula 4.1 do contrato originário.

III – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – A despesa decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos das dotações abaixo discriminadas:

Despesa: 209 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.

Fonte de Recurso: 100100 - Receitas e Transf. de Impostos – Educação.

Despesa: 751 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.

Fonte de Recurso: 300100 - SF Receitas e Transf. de Impostos – Educação.

IV – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO – O presente Termo Aditivo vigorará a partir da data de assinatura, estando sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, em cumprimento ao que dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

V - RATIFICAÇÃO – Ficam integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, não alteradas pelo presente Instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Balneário Camboriú/SC, 22 de maio de 2025.

PRISCILA MAHNKE
OBSERVES SERVIÇOS EIRELIMARIA ESTER MENEGASSO
Secretária de Educação
Portaria nº 32.153/2025LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA
Secretário Municipal da Casa Civil
Portaria nº 32.154/2025
Decreto nº 12.114/2025.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 016/2025 - FMS

Publicação Nº 7255347

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS E PATRIMÔNIO



INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em Razão do Valor, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º, inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a aquisição de:

Testes de Urease, atendendo ao Centro de Diagnose da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Caixa	Teste de Urease Teste colorimétrico qualitativo, destinado a identificação da bactéria <i>Helicobacter pylori</i> , em mucosa gástrica colhida através de biópsia. Deverão ser embalados com dados de identificação, composição, número de lote, fabricação, validade, com responsável técnico pelo produto, número do registro no Ministério da Saúde e ANVISA e demais informações conforme legislação vigente. Caixa com 50 testes.	20		

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, de entrega, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Eventuais interessados, podem apresentar Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação no DOM/SC, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

O Termo de Referência pode ser acessado por meio do link <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>.

A proposta de preços deverá ser enviada para o seguinte e-mail: camila.garcia@bc.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na Secretaria de Compras, através do telefone (47) 3267-7000 ou pelo seguinte e-mail: camila.garcia@bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú/SC, 23 de maio de 2025.

Leocádio S. Giacomello
Secretário de Compras e Patrimônio

Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo - CNPJ 83.102.285/0001-07
Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal Prefeito Aldo Novaes - CEP 88338-900 – (47) 3267-7191, ramal: 3658.

Assinado por 1 pessoa: LEOCADIO SCHROEDER GIOCANELLO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/9470-98F-1-760E-0148> e informe o código 9470-98F-1-760E-0148





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9470-98F1-760E-0148

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEOCADIO SCHROEDER GIOCOMELLO (CPF 558.XXX.XXX-20) em 23/05/2025 13:59:27 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/9470-98F1-760E-0148>

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 50.2025 - MAN. ACADEMIA

Publicação N° 7251911



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS – FUMPRESI

**Interessado: Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros**

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Departamento de Compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a aquisição de:

Item	Tipo	Descrição	Qntd	Obs
1	Serv.	Manutenção Academia	12	

O Departamento de Compras do 13º Batalhão de Balneário Camboriú vem, por meio deste, informar que realizará a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de academia. O objetivo desta contratação é garantir a segurança e o bom funcionamento dos aparelhos utilizados pelos militares durante treinamentos físicos, contribuindo para a saúde, desempenho e prevenção de acidentes no ambiente de trabalho.

Limite para apresentação da proposta de preços: 28/05/2025.

A proposta de preços deverá ser enviada para os seguintes e-mails:

13_b4orcamentos@cbm.sc.gov.br

13_b4@cbm.sc.gov.br

13_b4contas@cbm.sc.gov.br

13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros (47) 3398-6554 / (47) 3398-6559 (*WhatsApp*), das 12:00h às 19:00h em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: 13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Balneário Camboriú, 23 de Maio de 2025.

Assinado por 1 pessoa: RODRIGO KUHNEN DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/696E-6013-0415-9BF1> e informe o código 696E-6013-0415-9BF1



EMASA - EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**PORTARIA 1001/2025**

Publicação N° 7252278



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E
SANEAMENTO – EMASA

PORTARIA N.º 1001, 23 DE MAIO DE 2025

O DIRETOR GERAL DA EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere o inciso “i” do art. 15 da Lei n.º 2.498, de 31 de outubro de 2015;

Considerando o disposto no inciso I do artigo 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e nos termos da decisão administrativa ocorrida no PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 04/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Impor à empresa NOVA FENIX COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. (CNPJ n.º 17.157.050/0001-80), a aplicação de multa nos termos do Edital do Pregão Eletrônico 048/2024/PMBC no valor de R\$ 835,15 (representando 5% sobre a nota de empenho 1144/2024) e também de advertência em razão de descumprimentos ao Edital do Pregão Eletrônico 048/2024/PMBC

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 23 de maio de 2025.

Assinado digitalmente por:
AURI PAVONI
Diretor-Geral

Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo – EMASA – CNPJ 07.854.402/0001-00
Quarta Avenida, nº 250 - Centro - CEP 88330-104 – (47) 3261-0000



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://emasa.1doc.com.br/verificacao/3BC3-237F-9CA7-334D>.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 – FMT

Publicação Nº 7252637

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 519BC6960067256060653BC8466AAF97609E5BD3

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2025 – FMT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 – FMT

O Município de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 616/2023, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MAIOR OFERTA POR ITEM, para concessão de espaço público para exploração e gestão de estandes comerciais de alimentação e bebidas alcoólicas e não alcoólicas do evento Piçarraíá 2025. Valor mínimo estimado: R\$ 40.000,00. Recebimento das propostas: 08h do dia 27/05/2025 até as 08h29min do dia 17/06/2025. Data/horário da abertura da sessão pública: 08h30min do dia 17/06/2025. Local: Portal do Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicararras.atende.net.

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025.

Flavia Coradini Lima

Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025 – PMBP AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 7252046

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0123EDD53513EA7F0B9B638D79454F65D8CA2B42

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2025 - PMBP

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025 – PMBP

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGADO EM 23/05/2025

O Município de Balneário Piçarras/SC, através da Secretaria de Administração e Gestão Interna, com fundamento na lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, e suas alterações, torna público termo de HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO referente a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Henrique Todeschini (Rua 1600), localizada no Bairro Centro, Balneário Piçarras/SC. O valor total de homologação é R\$ 234.950,50 (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), à empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, CNPJ nº 03.574.370/0001-20. Registrado no TCE/SC com o nº 0123EDD53513EA7F0B9B638D79454F65D8CA2B42.

Balneário Piçarras, 23 de maio de 2025.

Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras (SC).

CONTRATO Nº 040/2025 PMBP DE 23/05/2025 REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2025 PMBP

Publicação Nº 7251582

CONTRATO Nº 040/2025 PMBP de 23/05/2025

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2025 PMBP

MODALIDADE Inexigibilidade de Licitação p/ Compras e Serviços nº 013/2025

HOMOLOGADO EM 22/05/2025

Os promitentes VENDEDORES são proprietários e possuidores do imóvel do imóvel objeto da matrícula nº 25.704 do Registro de Imóveis de Balneário Piçarras –SC, cujas especificações estão constantes no registro imobiliário, medindo aproximadamente 396 m², localizado na Rua Das Acácias, nº 114, Bairro Nossa Senhora da Paz, Balneário Piçarras, conforme previsão na Lei Municipal nº 1.095/2025. A COMPRADORA se compromete a pagar aos promitentes VENDEDORES, o preço certo e ajustado de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) à vista, serão pagos no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda presente instrumento. O promitente VENDEDOR se compromete a entregar ao COMPRADOR a posse do imóvel objeto deste contrato, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou ações, no prazo de 05 (cinco) dias após o pagamento do preço constante da cláusula segunda.

Beatriz Poerner dos Passos - CPF nº 513.912.109-30 / Edison Poerner - CPF nº 424.629.409-87

Luciana Poerner Zomer - CPF nº 791.848.129-15 / Mario Poerner - CPF nº 424.629.759-34

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025

TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CANCELAMENTO DA ATA RP Nº 062/2025 FMS

Publicação Nº 7251682

CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fica cancelada a Ata de Registro de Preços n. 062/2025 FMS, com fundamento na Lei Federal n. 14.133/2021 e na Cláusula Décima, subitem 10.1.1.I, da mencionada Ata. Ressalta-se que está assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme prevista nos termos do Art. 165 da Lei 14.133/2021.

DETENTORA: MEDIMAGEM DIAGNOSTICOS LTDA – CNPJ nº 35.688.028/0001-48– R\$ 215.952,00

Balneário Piçarras, 19 de maio de 2025.

Rodrigo Renan Medeiros – Secretário de Saúde

TERMO ADITIVO Nº 004/2025 FME DE 23/05/2025 CONTRATO Nº 013/2022 FME DE 24/05/2022

Publicação Nº 7253406

TERMO ADITIVO Nº 004/2025 FME DE 23/05/2025
CONTRATO Nº 013/2022 FME DE 24/05/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2022 FME
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022 FME
HOMOLOGADO EM 19/05/2022

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 014/2022 FME, Pregão Presencial nº 007/2022 FME, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma prestar serviço de licenciamento mensal de sistema cloud de gestão educacional, usuários ilimitados, com manutenção legal e tecnológica, implantação, migração de dados e suporte técnico, conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Ofício nº169/2025, deferidos pelo Procurador-Geral do Município de Balneário Piçarras, por meio do Parecer Jurídico nº158/2025 – PROGEM, de acordo com artigo 65 da Lei Federal 8.666/93, fica prorrogado por 12 (doze) meses a partir da sua vigência o referido contrato, tendo seu vencimento atualizado até o dia 24/05/2026. Fica reajustado o valor unitário referente ao período de 12 (doze) meses, conforme previsto no artigo 65,II,d da Lei Federal 8.666/93, corrigido através do índice INPC de 5,31674%, correspondente ao período da vigência do contrato até 24/05/2025, ficando o contrato no valor total de R\$166.313,82 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e treze reais e noventa e seis centavos).

BETHA SISTEMAS LTDA – CNPJ Nº00.456.865/0001-67

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025

BLAISE KENIEL DA CRUZ DUARTE – Secretária Municipal da Educação

DECRETO 1259/2025

Publicação Nº 7252552

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**GABINETE DO
PREFEITO**

DECRETO Nº 1259/2025

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, em Caráter de Urgência, áreas de terras de propriedade de Juliana Schellemborg, Maria de Fátima Pedro, João Isaías Pedro e José João Schellemborg, ou quem de direito.

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a área a ser ocupada fundamenta-se na necessidade do prolongamento da Avenida Vereador João Figueiredo, eixo viário previsto no Plano Diretor Municipal e no Plano Municipal de Mobilidade Urbana, sendo, portanto, de reconhecida utilidade pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, em **Caráter de Urgência**, para fins de desapropriação pelo Município de Balneário Piçarras, por via amigável ou judicial, uma área de terra abaixo descrita e detalhada, com Cadastro Imobiliário n. 41157, de propriedade de Juliana Schellemborg, Maria de Fátima Pedro, João Isaías Pedro e José João Schellemborg, ou quem de direito, nos termos do memorial descritivo, levantamento topográfico e certidão de confrontação integrantes deste Decreto, a saber:

Terreno sem benfeitoria, com aproximadamente 198,49m² tributado através do Cadastro Imobiliário n. 41157 e Inscrição Imobiliária n. 01.04.037.0205, frente ao Sul com a Rua 1340- Cabral, situado no Bairro Centro, localizado do lado direito (par) de onde faz frente, 141,50 metros da esquina com a Avenida Emanuel Pinto, ao Leste, pertencente ao perímetro urbano de Balneário Piçarras/SC. O referido imóvel faz frente ao Sul com a Rua Cabral, fundos Norte com a Avenida Vereador João Figueiredo, lado direito Leste com terras de Ana Lucia Pereira e lado esquerdo Oeste com terras de Domingos Rosa.

Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se à realização da obra de prolongamento da Avenida Vereador João Figueiredo, eixo viário previsto no Plano Diretor Municipal e no Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

Art. 3º Em razão do caráter de urgência da desapropriação, a Administração Pública Municipal poderá imitir-se provisoriamente na posse dos bens, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000
Tel (47) 3347 - 4747



**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL

**GABINETE DO
PREFEITO**

Art. 4º Fica a Procuradoria-Geral do Município (PGM) autorizada a adotar as providências necessárias para a efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, pela via negocial ou via judicial, nos termos do artigo 10 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 23 de maio de 2025.

TIAGO MACIEL BALTT

Prefeito

O presente Decreto nº 1259/2025 foi registrado na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARCIO DA ROSA

Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000

Tel (47) 3347 - 4747

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PROCESSO FISCAL Nº 021/2025-SEFAZ

Publicação Nº 7252624

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 21/2025 DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PAF
SECRETÁRIA DA FAZENDA – SEFAZ / DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

A Secretaria Municipal da Fazenda – SEMF, do Município de Balneário Piçarras, através do Setor de Fiscalização Fazendária, **NOTIFICA e INTIMA**, com base no art. 239, V, da Lei Complementar n. 155/2019, para apuração de possíveis infrações tributárias relacionadas aos alvarás provisórios emitidos nos termos da Lei n. 1013/2023, Decreto n. 844/2024, das empresas listadas no Decreto n. 1203/2025 com validade prorrogada até 30/05/2025 pelo Decreto n. 1240/2025. **Os alvarás provisórios deverão ser convertidos em alvarás definitivos, mediante apresentação da documentação exigida**, caso a documentação ainda não esteja pronta, poderá ser solicitada nova prorrogação da validade até 31/03/2026, mediante requerimento assinado pelo sócio administrador da empresa com comprovação das providências adotadas para regularização cadastral, conforme § 3º do art. 10 da Lei n. 1013/2023.

Atenção: A não regularização da situação acarretará cassação do alvará provisório; interdição do estabelecimento; multa de 10 UFGs, conforme art. 16 da Lei n. 1013/2023 e multa adicional por descumprimento da intimação fiscal, nos termos do art. 124 da Lei 714/2019.

A documentação necessária para conversão dos alvarás em definitivo consta no protocolo de viabilidade; no art. 196 do Código Tributário Municipal – CTM; e no anexo III, do Decreto n. 844/2024.

A notificação se refere a empresas de **ALTO e MÉDIO RISCO** e detalha, a seguir, as situações específicas de cada empresa, conforme seus respectivos PAFs (Processos Fiscais).

Contribuinte	CNPJ	Processo Fiscal	Situação do Alvará	Prazo Atual	Pendências	Observação
57.516.639 LUIZ FELIPE PRESTES CONINCH	57.516.639/0001-41	555/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
A & C INVESTIMENTOS LTDA	54.015.463/0001-56	594/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
A & C PARTICIPACOES LTDA	54.015.236/0001-20	595/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
A L K PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	56.213.494/0001-47	600/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ABGR PARTICIPAÇÕES LTDA	57.901.358/0001-02	634/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial ou misto; laudo bombeiro; termo ciência; termo DEC	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
ACCENDE MANUTENCAO, REPARACAO E RESTAURACOES LTDA	46.451.612/0001-00	597/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
A FORNECEDORA MAQUINAS, MOTORES E FERRAMENTAS LTDA	37.187.592/0001-02	673/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial; contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
AJ APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	36.275.229/0001-86	640/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; laudo bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
ALF CONSTRUÇÕES LTDA	55.020.420/0001-21	598/2025	Prorrogado alvará provisório	31/03/2026	FAC; contrato locação; laudo bombeiro; DEC; termo responsabilidade	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
ALIGOR EMPREENDIMENTOS LTDA	40.595.246/0001-78	607/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ALLUME CLINIC LTDA	54.209.974/0001-09	593/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ANTHARYS EVENTOS LTDA	00.816.905/0005-68	589/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ARCHDOO ARQUITETURA LTDA	49.330.935/0001-25	578/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo bombeiro; contrato locação; termo responsabilidade	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
ARMAZEM 47 PICARRAS LTDA	37.537.534/0001-61	573/2025	Prorrogado alvará provisório	31/03/2026	Habite-se comercial ou misto	PAF em andamento
ARTE DO TRIGO PANIFICADORA DORI LTDA	52.456.267/0001-91	624/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 23/05/2025 15:36:43.00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p/3ec0a3c068e3>



BECKER COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	05.836.489/0001-50	636/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
BLS CONSTRUÇOES LTDA	44.503.765/0001-10	574/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo bombeiro; contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
BRONKS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	43.898.554/0001-60	603/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo bombeiro; contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
BRUNER SERVICOS ODONTOLOGICOS LTDA	53.508.640/0001-73	588/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
CAFE DA VILA LTDA	57.900.206/0001-95	630/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial ou misto; laudo de bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CAMARA & BECKER FITNESS LTDA	57.073.534/0001-65	613/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CASA D LUXO DECORACOES LTDA	54.269.091/0001-94	121/2024	Faltando documentos	30/05/2025	proc. 17909/2024 contrato locação sem assinaturas reconhecidas.	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CATARINA COMPOSITOS LTDA	52.789.811/0001-17	583/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL GIRASSOL LTDA	57.896.427/0001-37	628/2025	Alvará provisório prorrogado	31/03/2026	Habite-se comercial ou misto	Em andamento
CLARA EMPREITEIRA LTDA	57.299.783/0001-73	615/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
CLINICA DE FISIOTERAPIA E TRATAMENTOS AVANÇADOS EM SAUDE LTDA	53.738.299/0001-42	693/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo funcionamento; contrato locação.	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CONSTRUTORA THIAGO SILVA EMPREENDIMENTO LTDA	57.354.745/0001-76	617/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo bombeiro; alteração para endereço residencial	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CORUJAO ASSADOS LTDA	56.265.414/0001-05	605/2025	Prorrogado alvará provisório	31/03/2026	Laudo bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
CRN REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA	53.689.245/0001-34	596/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
DAMAS DA LIMPEZA LTDA	51.008.111/0001-85	586/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
DELLA SANTA HOLDING LTDA	57.105.003/0001-07	619/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	92.665.611/0703-88	557/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
DJASPER CONSTRUTORA LTDA	54.090.796/0001-40	584/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Alteração contratual para endereço residencial; contrato locação; termo responsabilidade; termo adesão; declaração fiscal	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
DOMUS AUREA INCORPORACOES LTDA	12.507.423/0005-05	590/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
DR GABRIEL DE OLIVEIRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	57.121.457/0001-71	612/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ELÉTRICA ILUMINE LTDA	41.181.084/0001-94	572/2025	Faltando documentos	30/05/2025	FAC alteração; termo de ciência e responsabilidade; termo adesão ao DEC; Declaração endereço fiscal.	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
ESCOLA PROFISSIONALIZANTE	27.084.138/0001-72	637/2025	Convertido para	*	*	Regularizado

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 26/05/2025 15:46:03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p3ec0b33c068e3>



PICARRAS LTDA			definitivo			
EVOLUCAO PINTURAS LTDA	44.981.999/0001-72	552/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; alteração contratual complemento; termos com complemento correto	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
FLÁVIO FERNANDES - NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA	53.590.492/0001-89	635/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; CRECI	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	84.307.974/0026-60	556/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; laudo bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
GILBERTO MACHADO EMPRESARIO	29.420.657/0001-90	497/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
GIOMBELLI & GIOMBELLI LTDA	54.390.924/0003-32	625/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
HRUSCHKA ZENI LTDA	54.099.818/0001-32	124/2024	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; CREA	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
IMOVEIS DE PRIMEIRA SANTA CATARINA LTDA	54.129.189/0001-46	641/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo bombeiro;	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
JANAINA PAULO	32.804.744/0001-55	554/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Vínculo imóvel, matrícula; planta e memorial para inclusão no cadastro imobiliário;	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
JPk GELATERIA LTDA	57.356.473/0001-43	616/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
L.E SORVETERIA PICARRAS LTDA	54.306.842/0001-03	553/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; habite-se comercial ou misto	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
LANCHONETE DADA LTDA	54.496.412/0001-93	111/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
LE LACA MÓVEIS E INTERIORES LTDA	34.612.935/0001-40	638/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Comercial proibido endereço fiscal alteração para endereço residencial ou laudo de bombeiro; contrato locação.	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
LILIANE S SOARES LTDA	34.192.988/0001-50	608/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Laudo bombeiro ou alteração para endereço residencial	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
LOFEL LTDA	51.197.207/0002-10	551/2025	Faltando documento	30/05/2025	Contrato locação; alvará bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
MAKARIUS INVESTIMENTOS LTDA	57.558.845/0001-14	632/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
MB PERFURACOES LTDA	49.828.946/0001-30	580/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
MC POSTO DE MOLAS, FREIOS & ACESSORIOS LTDA	53.706.357/0001-56	614/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Logradouro e número possui divergência do cadastro; contrato locação; laudo bombeiro.	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
MENYK ENGENHARIA LTDA	53.940.661/0001-63	587/2025	Prorrogado alvará provisório	31/03/2026	Matrícula do imóvel	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
MG BALNEARIO PICARRAS SERVICOS DE ALINHAMENTO LTDA	55.572.179/0001-43	623/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
MORAES MIGUEL MERCADO LTDA	52.854.615/0001-89	581/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
N V ACADEMIA LTDA	56.907.917/0001-29	621/2025	Prorrogado	30/05/2025	Habite-se	Sujeito a Multa e

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 15:38:03 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.ipm.com.br/p3ec0bc33c086a3>



			alvará provisório		comercial ou misto; laudo bombeiro;	Risco de cassação do alvará
NA CASA DOG E BURGUER LTDA	21.186.337/0001-05	629/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial ou misto; laudo bombeiro;	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
NEOBRAIN SAUDE LTDA	46.615.417/0001-60	591/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial ou misto	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
NORTH BRASIL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	49.802.883/0001-42	576/2025	Prorrogado alvará provisório	31/03/2026	Habite-se comercial ou misto	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
NOSTRO BURGUER LTDA	37.381.690/0001-86	571/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; laudo de bombeiro; habite-se comercial	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
OLLEM BIKES LTDA	49.932.505/0002-64	626/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; laudo de bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
PANIFICADORA PAO DE MEL LTDA	46.330.416/0001-79	599/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
PEREIRA & ROCHA LTDA	53.613.107/0001-71	261/2024	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
PEROTTO ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA	17.645.290/0001-23	570/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
PET KING BANHO E TOSA LTDA	40.259.810/0001-81	577/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
PICARRAS COSMETICOS LTDA	53.635.973/0001-63	582/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; laudo de bombeiro	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
PICARRAS PET SHOP LTDA	11.991.942/0001-03	611/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
PICARRAS STATION63 LTDA	52.901.047/0001-20	159/2025	Prorrogado alvará provisório	31/03/2023	Habite-se misto ou comercial	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
PONTO ZERO VARIEDADES ALEZ LTDA	47.539.138/0001-27	639/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
RD PINTURA EM ALTURA LTDA	54.681.582/0001-48	622/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
REFRIGERACAO SORRISO LTDA	44.911.164/0001-46	575/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - ARUBA BEACH CLUB	08.486.781/0075-14	569/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - BELVEDERE BEACH HOUSE	08.486.781/0057-32	566/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - BLUE ONE HOME CLUB	08.486.781/0043-37	567/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - CURACAO HOME CLUB	08.486.781/0074-33	568/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - IBIZA BEACH CLUB	08.486.781/0055-70	565/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - PANTAI HOME CLUB	08.486.781/0037-99	563/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - SUMMER BEACH HOME CLUB	08.486.781/0032-84	562/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROGGA S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA - ATLANTICO BEACH CLUB	08.486.781/0051-47	564/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
ROYCE AIR COMERCIO DE AR CONDICIONADO PARA VEICULOS LTDA	26.397.358/0003-55	631/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Alteração numeração predial;	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 23/05/2025 ÀS 15:36:41 POR: https://c.ipm.com.br/p3ec0b33c0b8e3. PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR https://c.ipm.com.br/p3ec0b33c0b8e3.



					viabilidade; laudo corpo bombeiro; termo ciência; termo adesão.	
S. A CONSTRUÇÕES LTDA	57.209.859/0001-22	610/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
SAMUEL LOPES DE OLIVEIRA RESTAURANTE	37.614.812/0002-18	642/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
SEGCON PICARRAS LTDA	53.704.360/0001-30	136/2024	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
SJS PARTICIPACOES LTDA	37.269.021/0001-17	606/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
T.S. INCORPORADORA LTDA	57.536.124/0001-03	620/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Falta laudo corpo bombeiro ou alteração para endereço residencial	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
TAUF EMPREENDIMENTOS LTDA	39.768.646/0002-30	604/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
TELMA TATYANE NUNES DOS SANTOS	30.793.852/0001-44	499/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial; contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
TESSAROLI EMPRESARIAL LTDA	56.391.489/0001-24	601/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
THE BEST AÇAÍ PIÇARRAS ITACOLOMI LTDA	58.387.397/0001-04	633/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
THIESEN GALVÃO CONSTRUTORA, INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA	13.953.499/0005-27	585/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
TJD CAPITAL LTDA	53.819.863/0001-51	131/2024	Faltando documentos	30/05/2025	Contrato locação; CRECI; laudo bombeiro; termo ciência	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
UNETVALE SERVICOS E EQUIPAMENTOS LTDA	02.235.318/0004-20	609/2025	Convertido para definitivo	*	*	Regularizado
VF CONSTRUTORA LTDA	54.596.001/0001-70	109/2024	Faltando documentos	30/05/2025	Numeração não confere; laudo bombeiro empresa estabelecida ou alteração para endereço residencial	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará
VOCE SUPER SAUDE E BEM ESTAR LTDA	46.002.707/0001-38	627/2025	Faltando documentos	30/05/2025	Habite-se comercial; contrato locação	Sujeito a Multa e Risco de cassação do alvará

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 23/05/2025 15:36:34
 PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: https://c.ipm.com.br/3ec0b33c08e3



Informamos que o **prazo** para regularização e apresentação dos documentos necessários ou para a solicitação de prorrogação do alvará provisório é até o **dia 30/05/2025**. A conclusão do processo fiscal para apuração de eventuais irregularidades ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, prorrogáveis, conforme disposto no art. 224, § 2º, do Código Tributário Municipal (CTM).

Tanto os documentos pendentes para obtenção do alvará definitivo, quanto o requerimento de prorrogação do alvará provisório, poderão ser protocolados por duas formas:

- 1. Online**, por meio do site oficial do Município, utilizando o login e senha da empresa, no serviço “Emissão de Processo Digital”, no Assunto: Protocolo Geral de Contribuinte e Subassunto: Documentos para Regularização de Alvará Provisório em Definitivo;
- 2. Presencialmente**, no balcão de atendimento da Secretaria da Fazenda, localizado na Av. Emanuel Pinto, 1655, Centro, Balneário Piçarras – SC, utilizando os mesmos, Assunto: Protocolo Geral de Contribuinte e Subassunto: Documentos para Regularização de Alvará Provisório em Definitivo.

Balneário Piçarras, 23 de maio de 2025.



**REGIANE REGINA CORREA
 DAS NEVES:04661752996**
 Pref. Munic. de Balneário Piçarras
 23/05/2025 15:36:34
 Fiscal Fazendário

Autoridade Fiscal

LEI COMPLEMENTAR 265/2025

Publicação Nº 7252433

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**GABINETE DO
PREFEITO**

LEI COMPLEMENTAR 265/2025

Revoga o parágrafo único e o inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 237/2023.

Tiago Maciel Baltt, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que o Plenário da Câmara de Vereadores **Aprovou** e eu **Sanciono** a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único e o inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 237/2023.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 janeiro de 2025.

Balneário Piçarras/SC, 21 de maio de 2025.

TIAGO MACIEL
BALTT:03247495975

TIAGO MACIEL BALTT
Prefeito Municipal

Digitally signed by TIAGO
MACIEL BALTT:03247495975
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Certificado Digital PF A1,
ou=Presencial,
ou=19046251000135, ou=AC
SyngularID Multipla, cn=TIAGO
MACIEL BALTT:03247495975
Date: 2025.05.21 12:20:57 -03'00'

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000
Tel (47) 3347 - 4747

PORTARIA Nº 536/2025

Publicação Nº 7252370

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO INTERNA****PORTARIA N.º 0536/2025**

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Sr. **ERON MENOTI DE SOUZA**, matrícula 13850-1, do cargo em comissão de **CHEFE DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA**, nomeado por meio da Portaria nº 0210/2025, de 4 de fevereiro de 2025, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º NOMEAR o Sr. **ERON MENOTI DE SOUZA**, matrícula 13850-1, para o cargo em comissão de **DIRETOR DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA**, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras, nos termos da legislação vigente deste Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025.



Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal



Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Secretário Municipal de
Balneário Piçarras

Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000

Tel (47) 3347 - 4747

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 14:40:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p351n034869cb>



PORTARIA N° 537/2025

Publicação N° 7252378

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO INTERNA****PORTARIA N.º 0537/2025**

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Sr. **ROBERTO RAISER**, matrícula 13593-2, do cargo em comissão de **DIRETOR DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA**, nomeado por meio da Portaria nº 0039/2025, de 1º de janeiro de 2025, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º NOMEAR o Sr. **ROBERTO RAISER**, matrícula 13593-2, para o cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE - SMO**, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras, nos termos da legislação vigente deste Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025.



Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal



Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Marcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000

Tel (47) 3347 - 4747

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 14:39:03 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p4ce620832b67d>



PORTARIA N° 538/2025

Publicação N° 7253307

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO INTERNA****PORTARIA N.º 0538/2025**

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL por Merecimento, a servidora abaixo, conforme estabelece o Plano de Carreira dos servidores efetivos, da Lei Complementar n.º 193/2022.

Processo	Data Requerimento	Matrícula	Nome Servidor	Cargo
9291/2025	25/03/2025	967-3	Luchirlei Vanessa de Borba	Enfermeiro (a)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025.



Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal



Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Marcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Av. Emanuel Pinto, n° 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000

Tel (47) 3347 - 4747

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 15:41:03 -03:00
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/pact163638402c8>



PORTARIA Nº 539/2025

Publicação Nº 7253310

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO INTERNA****PORTARIA N.º 0539/2025**

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL por Merecimento, a servidora abaixo, conforme estabelece o Plano de Carreira dos servidores efetivos, da Lei Complementar n.º 193/2022.

Processo	Data Requerimento	Matrícula	Nome Servidor	Progressão
6725/2025	06/03/2025	11708-4	Simone Baqueta de Almeida	Nível Especialização

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025.



Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal



Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Marcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000

Tel (47) 3347 - 4747

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 15:40:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p1a2c830a2c6>



PORTARIA Nº 540/2025

Publicação Nº 7253314

**BALNEÁRIO
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPAL**SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO INTERNA****PORTARIA N.º 0540/2025**

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL, pela conclusão de dois cursos de pós-graduação, em nível de especialização *"lato sensu"*, formulado pela servidora **Carla Damas Grilli**, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Fazendário, matrícula n.º 17-1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - CESSAR o pagamento do adicional de capacitação profissional por conclusão do curso de nível superior concedido conforme a portaria n.º 610/2022 de 27 de abril de 2022, considerando o Art. 11, § 1º, da Lei Complementar n.º 193/2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 23 de maio de 2025.



Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal



Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Marcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Av. Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000

Tel (47) 3347 - 4747

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 15:43:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p73ac9b0781661>



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC - IMP**LAO 4470-2025 - REQ. SINFAT 94169 · ARCASA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA**

Publicação Nº 7250856

**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO
PIÇARRAS**Rua Eulálio da Trindade, nº 76, Centro BALNEÁRIO PIÇARRAS
CEP: 88380000 - Tel: (47) 3345-3511**Licença Ambiental de Operação
4470/2025**Instituto do Meio Ambiente
de Balneário PiçarrasVerifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web
abaixo:<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/94169/48919>INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, com base no processo de licenciamento ambiental
URB/57443 e parecer técnico nº 38765/2025, concede a presente Licença Ambiental de Operação à atividade abaixo
descrita:**Atividade Licenciável**71.11.01 - CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA,
OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO
POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA
OBJETO DA ATIVIDADE**Empreendedor****Arcasa Incorporadora e Construtora Ltda - 21022153000100****Endereço:** Rua General Câmara, nº 244 - Sala 101, Bom Retiro**CEP:** 89222450**Município:** JOINVILLE/SC**Empreendimento****Arcasa Incorporadora e Construtora Ltda - 21022153000100****Endereço:** Rua 2920 - Sororoca, nº 165, Bairro Itacolomi**CEP:** 88380000**Município:** BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC**Localização Georreferenciada (UTM) X** -26.7388, **Y** -48.681**Atividades e Portes**CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM
MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA
PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA
OBJETO DA ATIVIDADE**Número de unidades habitacionais:** 11.0 (n)**Da operação****Descrição do Empreendimento**O empreendimento é um condomínio vertical de uso residencial multifamiliar denominado *Eleven International
Residence*, que possui as seguintes características:**Estrutura do Edifício:**O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submetendo o documento original ao site <https://validar.itl.br>

- **13 pavimentos com 11 unidades habitacionais.**
- **Térreo:** Contém hall de entrada, central de gás, lixeira, jardim e 23 vagas de estacionamento.
- **Pavimento de Lazer:** Academia, sauna, salão gourmet, lavatórios, duchas externas, playground, piscinas adulto e infantil.
- **Pavimentos Tipo (11):** Cada pavimento contém uma unidade habitacional com 3 suítes.
- **Pavimento de Cobertura:** Destinado ao depósito e áreas técnicas, incluindo casa de máquinas, barrilete e reservatórios superiores.

Dimensões e Capacidade:

- **Área construída:** 2.798,49 m²
- **População prevista:** 66 habitantes (considerando 11 apartamentos com 3 suítes, ocupação de 2 habitantes por suíte)

Dados do Terreno:

Conforme a Certidão de Inteiro Teor do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras:

- **Matrícula:** 52.467, composta pelos lotes 03 e 04 da quadra 06, loteamento Ledy
- **Área do terreno:** 560 m²
- **Inscrição imobiliária:** 01.07.028.0073.001
- **Endereço:** Rua 2920 - Sorocaba, nº 165, Bairro Itacolomi

Equipamentos Urbanos:

- **Abastecimento de água:** Serviço prestado pela CASAN
- **Fornecimento de energia elétrica:** Realizado pela CELESC
- **Resíduos sólidos:** Coleta e destinação realizada pela empresa Recicle
- **Drenagem:** Conforme Certidão de Drenagem Urbana, a drenagem pluvial interna será lançada na rede pública em frente ao imóvel.
- **Esgoto:** Conforme Certidão de Drenagem Urbana, os efluentes tratados serão bombeados até a drenagem da Avenida Nereu Ramos.
- Foi apresentada a Declaração de Conformidade, emitida pela Secretaria de Obras, atestando que foram executadas as ligações conforme a certidão de drenagem.
- Observa-se que a área ainda não possui rede coletora de esgotos.

A habitação do empreendimento foi autorizada pela Vigilância Sanitária do Município de Balneário Piçarras, conforme Alvará Sanitário nº 76/2024, emitido em 18 de dezembro de 2024.

Controles ambientais

Esgoto Doméstico

A Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) utiliza a tecnologia de lodos ativados convencional, dimensionada para uma vazão de 13,20 m³/dia.

Unidade	Qtde.	Dimensões Unitárias	Volume
Gradeamento (Cesto com abertura de 20mm)	01	D: 0,28 m A: 0,36 m	20 L
Tanque Retentor de Sólidos	01	D: 1,13 m A: 1,98 m As: 1,09 m²	1,30 m³

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submettendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

Reator Biológico	02	D: 1,53 m A: 1,82 m	3,00 m³
Decantador Convencional	01	D: 1,13 m A: 1,98 m As: 1,09 m²	1,30 m³
Desinfecção	01	C: 1,00 m L: 0,70 m A: 1,42 m	0,86 m³

Legenda: D = Diâmetro; A = Altura; C = Comprimento; L = Largura; As = Área Superficial

• **Informações importantes:**

- Operação e manutenção da ETE é de responsabilidade técnica do engenheiro Gustavo Baade Iager (ART nº 9694908-1, válida até 19/03/2029), devendo ser renovada ou substituída antes da expiração do prazo, sendo indispensável a existência de um responsável técnico pela ETE durante a vigência da licença ambiental;
- O esgoto com presença de gorduras, proveniente de áreas como cozinhas, passa por caixa de gordura antes de ser direcionado para o sistema de tratamento.
- Sistema de tratamento de efluentes opera por aeração, contendo soprador reserva;
- A **desinfecção** deve ser realizada com pastilhas de cloro, a serem substituídas quando necessário.
- As tampas de inspeção localizadas em cada um dos componentes da ETE devem ser mantidas acessíveis;
- Deverá ser executado o encaminhamento e a destinação final ambientalmente adequada dos lodos excedentes oriundos da limpeza e manutenção do sistema de tratamento de efluentes;
- A limpeza e a manutenção periódicas das caixas de gordura do empreendimento são necessárias para manter a eficiência, com encaminhamento e destinação final ambientalmente adequada;
- Os efluentes tratados serão recalcados até a rede de drenagem da Avenida Nereu Ramos via tubulação de PEAD.

Resíduos Sólidos

- A área destinada ao armazenamento dos resíduos gerados durante a operação do empreendimento possui piso impermeabilizado e dispõe de um ralo conectado a ETE.
- Há dois depósitos devidamente identificados para a separação dos materiais recicláveis e não recicláveis;
- Deve-se garantir a segregação e destinação adequada dos resíduos recicláveis para a Coleta Seletiva;

Aproveitamento de água pluvial

- O sistema de captação e aproveitamento de água pluvial é destinado a fins não potáveis.
- A demanda prevista é para uso na irrigação de jardins e na limpeza de calçadas e vagas de veículos.
- O reservatório tem capacidade de 10 m³.
- A limpeza e manutenção do sistema de reaproveitamento da água pluvial devem ser realizadas regularmente, mantendo os níveis de cloro residual livre.
- Pontos de uso devem ser devidamente identificados com placas informativas de água não potável.

Programas ambientais

Programa de Monitoramento de Efluentes Sanitários:

Serão realizadas amostragens e análises periódicas dos efluentes sanitários do sistema de tratamento do empreendimento, tanto antes quanto após o tratamento, para garantir a conformidade com os padrões ambientais estabelecidos.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos:

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submettendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

O gerenciamento de resíduos sólidos urbanos incluirá a separação dos resíduos domésticos gerados no condomínio em resíduos recicláveis e não recicláveis, promovendo a destinação correta e sustentável.

Condições específicas

A Licença Ambiental autoriza a operação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

1. Controles Ambientais

- Deverão ser observados e implementados todos os **Controles Ambientais** e todos os **Planos e Programas Ambientais** especificados.

2. Monitoramento do Sistema de Tratamento de Efluentes Sanitários

- Protocolar **anualmente** (até o último dia útil do mês de novembro de cada ano) ao Instituto do Meio Ambiente de Balneário Piçarras - IMP, os **relatórios técnicos** contendo:
 1. Os **resultados** dos programas de monitoramento do sistema de tratamento de efluentes sanitários;
 2. **Parecer conclusivo** elaborado por profissional habilitado, com respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT)**;
 3. Dados dos monitoramentos anteriores apresentados em forma de gráficos ou tabelas para fins comparativos.
 4. Periodicidade das análises: **Trimestral**.
 5. Parâmetros mínimos a serem monitorados:
 - pH;
 - Temperatura (°C);
 - DBO (mg/L) 5,20;
 - Materiais Sedimentáveis (mL/L);
 - Óleos Vegetais e Gorduras Animais (mg/L);
 - Escherichia coli (UFC/100 mL);
 - Cloro Residual Total (mg/L).
- Os resultados devem ser comparados com os padrões de lançamento previstos na legislação vigente. Caso sejam identificadas não conformidades, o empreendedor deverá apresentar manifestação técnica justificando o não atendimento e as medidas corretivas adotadas.
- Situações anormais de operação e de monitoramento dos sistemas de controle ambiental deverão ser comunicadas imediatamente, informando as medidas corretivas adotadas.

3. Ensaio e Análises:

- As coletas das amostras deverão ser realizadas antes e após o tratamento, por profissionais habilitados. Estes devem seguir procedimentos normativos quanto à coleta, manuseio, preservação, acondicionamento e transporte, conforme normas nacionais e internacionais, observando-se os prazos de validade das amostras.
- Os ensaios laboratoriais devem ser realizados obrigatoriamente em laboratórios reconhecidos pelo IMA. Para os parâmetros não reconhecidos pelo Instituto, as análises devem ser realizadas em laboratórios acreditados pelo INMETRO.
- Os laudos analíticos do laboratório que realizou as análises devem ser anexados ao relatório técnico de monitoramento, contendo identificação do laboratório, do cliente e da amostra, local da amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, método de análise utilizado, limite de quantificação, incertezas de medição, legislação aplicável e limite permitido, e número de registro do CRQ do responsável técnico.

4. Gerenciamento de resíduos da ETE

- Na mesma periodicidade e, sempre que houver geração de resíduos decorrentes da manutenção ou limpeza das unidades da estação de tratamento de esgoto doméstico, deverão ser apresentados ao IMP, juntamente com o Relatório Técnico de Monitoramento, os Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR) e os Certificados de Destinação Final (CDF), **emitidos pelo Sistema MTR do IMA**. Os

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submettendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

documentos deverão estar acompanhados de fotocópias das licenças ambientais válidas das empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos. **Recibos simples não serão aceitos.**

5. Proibições

1. É proibido o lançamento ou disposição de efluentes sem tratamento e/ou resíduos sólidos em redes de drenagem, cursos d'água ou solo exposto.
2. Os efluentes tratados lançados na rede pública de drenagem pluvial deverão estar ausentes de materiais flutuantes.

6. Ligação ao Sistema Público de Coleta de Esgoto:

- Se durante o período de vigência da LAO ocorrer viabilidade de lançamento de efluentes sanitários em rede pública coletora de esgoto disponível para ligação do empreendimento, rede essa operacionalizada pela companhia de saneamento atuante neste município (CASAN), é obrigatória sua ligação à rede, conforme art. 90, § 3º da Lei Complementar nº 162/2019 (Código Sanitário de Balneário Piçarras/SC).
- Após conclusão de toda a obra e desativação do sistema de tratamento, o empreendedor deverá apresentar ao IMP:
 1. Relatório técnico subscrito por profissional habilitado e acompanhado de ART, comprovando o efetivo cumprimento das condicionantes que a Licença Ambiental estabelece;
 2. Atestado de regularidade emitido pela CASAN confirmando a correta ligação dos efluentes na rede coletora de esgoto;
 3. Solicitar o arquivamento da Licença Ambiental vigente por meio de declaração assinada pelo empreendedor;
 4. Protocolar o pedido de Certidão de Atividade Não Constante (CANC) via sistema Sinfat-municípios.

7. Captação e Aproveitamento de Água da Chuva:

- Realizar a manutenção periódica do sistema de captação e aproveitamento de água da chuva, manter os níveis adequados de cloro residual livre, bem como manter as placas de identificação das torneiras restritas a este uso por meio de placa indicativa "Água Não Potável".

8. O Instituto do Meio Ambiente de Balneário Piçarras, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença, caso ocorra:

1. Violação ou Inadequação de qualquer condicionante, exigência ou normas legais;
2. Omissão ou Falsa Descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente Licença;
3. Acidentes Ambientais ou Impactos significativos à saúde pública; e
4. Operação Inadequada dos sistemas de controles ambientais.

Documentos em Anexo

Nada consta.

Condições de Validade

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a este órgão licenciador sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Prazo de Validade

A presente licença é **válida por 48 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submetendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

Data, local e assinantes**BALNEÁRIO PIÇARRAS, 22 de maio de 2025**

Elton Cantenor Teixeira

Presidente


O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submetendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

Balneário Rincão

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DFD N° 169/2025

Publicação N° 7251398

	AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA	DFD N°. 169/2025
---	--	-------------------------

DADOS DA CONTRATAÇÃO DIRETA	
Objeto:	Referente a contratação de empresa para palestra magna e assessoria para atender as necessidades da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
Fornecedor:	Karla Cardoso Borges - CNPJ 14.959.203/0001-14
Valor:	R\$ 4.280,00 (quatro mil, duzentos e oitenta reais)
Dotação:	2018.3390.3016-80 Recurso 5000
Fundamentação Legal:	Conforme disposto no art. 75, II da Lei 14.133/21;
Gestor da Contratação:	Clemilda Francisco Pacheco Vianna
Fiscal da Contratação:	Angelita Ferrão Barriquel


RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:
<p>A escolha da fornecedora Karla Cardoso Borges - CNPJ 14.959.203/0001-14 é baseada na experiência e atuação da mesma na realização de conferências municipais. Além disso foi uma decisão estratégica baseada em dois fatores cruciais: a oferta de preço compatível com o praticado pelo mercado e a garantia de qualidade no serviço prestado. Ao realizar uma análise minuciosa entre diversos fornecedores, ficou evidente que a proposta financeira apresentada por Karla Cardoso Borges era a mais competitiva, representando uma oportunidade significativa para a realização de uma conferência exitosa. Ressaltamos que as propostas encaminhadas foram apresentadas ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Balneário Rincão - CMIBR e foi deliberado pela contratação da referida fornecedora.</p> <p>Data da Confirmação: 26/05/2025.</p>

DESPACHO FINAL:
<p>De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração o parecer jurídico, RATIFICO os termos constantes neste documento e AUTORIZO a realização da despesa desta contratação direta em conformidade com os Decretos Municipais nº. 045 e 054/2023 e Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>Data da Autorização: 19 /05/2025.</p> <p>_____ Luiz Gustavo da Luz Neto Prefeito de Balneário Rincão</p>

A autorização da contratação direta deverá ser publicada, conforme Parágrafo Único do Artigo 72 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DIRETA DFD N° 170/2025

Publicação N° 7251889

	AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA	DFD N°. 170/2025
---	--	-------------------------

DADOS DA CONTRATAÇÃO DIRETA	
Objeto:	Referente a contratação de empresa para palestra magna e assessoria para atender as necessidades da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
Fornecedor:	Karla Cardoso Borges - CNPJ 14.959.203/0001-14
Valor:	R\$ 4.280,00 (quatro mil duzentos e oitenta reais)
Dotação:	2018.3390.3016-80 Recurso 5000
Fundamentação Legal:	Conforme disposto no art. 75, II da Lei 14.133/21;
Gestor da Contratação:	Clemilda Francisco Pacheco Vianna
Fiscal da Contratação:	Angelita Ferrão Barriquel

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:
<p>A escolha da fornecedora Karla Cardoso Borges é baseada na experiência e atuação da mesma na realização de conferências municipais. Além disso foi uma decisão estratégica baseada em dois fatores cruciais: a oferta de preço compatível com o praticado pelo mercado e a garantia de qualidade no serviço prestado. Ao realizar uma análise minuciosa entre diversos fornecedores, ficou evidente que a proposta financeira apresentada por Karla Cardoso Borges era a mais competitiva, representando uma oportunidade significativa para a realização de uma conferência exitosa. Ressaltamos que as propostas encaminhadas foram apresentadas ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e foi deliberado pela contratação da referida fornecedora.</p> <p>Data da Confirmação: 15/05/2025.</p>

DESPACHO FINAL:
<p>De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração o parecer jurídico, RATIFICO os termos constantes neste documento e AUTORIZO a realização da despesa desta contratação direta em conformidade com os Decretos Municipais nº. 045 e 054/2023 e Lei Federal nº. 14.133/2021.</p> <p>Data da Autorização: 15 /05/2025.</p> <p style="text-align: center;">_____ Luiz Gustavo da Luz Neto Prefeito de Balneário Rincão</p>

A autorização da contratação direta deverá ser publicada, conforme Parágrafo Único do Artigo 72 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL

RGF 1 º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 7251581



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDAÇÕES				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)				TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)				
	<MR-1>	<MR-4>	<MR-6>	<MR-8>	<MR-9>	<MR-10>	<MR-11>	<MR-12>	<MR-13>	<MR-14>	<MR-15>	<MR-16>	<MR-17>
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)													
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (b)	191.782,87	131.146,51	143.719,47	151.090,19	152.118,99	161.590,95	170.471,35	170.471,35	144.616,79	148.035,45	127.533,27	127.533,27	1.722.851,87
Pessoal Ativo	191.782,87	131.146,51	143.719,47	151.090,19	152.118,99	161.590,95	170.471,35	170.471,35	144.616,79	148.035,45	127.533,27	127.533,27	1.722.851,87
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	162.713,77	107.278,16	117.133,22	120.330,91	117.919,22	119.036,62	132.706,53	132.706,53	91.138,70	112.219,66	103.866,13	103.866,13	1.387.928,96
Despesas com Pessoal em Exercício	29.069,10	23.868,35	26.586,25	30.759,28	34.200,00	42.554,33	37.764,82	37.764,82	23.478,09	35.815,79	23.667,14	23.667,14	305.922,91
Pessoal Inativo e Reservistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma eventual (1º ao art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal em Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPARTILHADA (1º ao art. 18 da LRF (b))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.162,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.162,00
Despesas de Decisão Judicial de Pêso Anterior ao da Ajuização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Pêso Anterior ao da Ajuização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comissionados de Saúde em Contato com Endemias com Recursos Vinculados (CF art. 198, §1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comissionados de Saúde em Contato com Endemias com Recursos Vinculados (CF art. 198, §1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comissionados de Saúde em Contato com Endemias com Recursos Vinculados (CF art. 198, §1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (b) = (b) - (c)	191.782,87	131.146,51	143.719,47	151.090,19	152.118,99	149.428,95	170.471,35	170.471,35	144.616,79	148.035,45	127.533,27	127.533,27	1.710.689,87

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	102.142.660,71	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	118.510,97	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	1.850.000,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	1.140.000,19	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	99.034.149,55	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	1.710.689,67	1,73
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.942.048,97	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.644.946,52	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.347.844,07	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									
	Exercício em que Excedeu o Limite No Quadrimestre/Semestre					Exercício do Primeiro Período Seguinte				
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)			Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (e-a)	Limite (h) = (e)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal										
Valores Percentuais										

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII)												
% DTP (VII) / (VI)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by LUIZ FERNANDO CASAGRANDE:00638214947 Date: 2025.05.23 11:42:59 BRT Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Balneário Rincão - SC
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº 426, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252435

PORTARIA Nº 426, de 23 de maio de 2025

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias a servidora Aurélia Terezinha Boff dos Santos, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 1.330,00 (um mil, trezentos e trinta reais), para participar de evento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS) e evento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SAS-SC), na cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 24/2025 e Roteiro de Viagem Nº 24/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/ SC, em 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 427, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252479

PORTARIA Nº 427, de 23 de maio de 2025

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias a servidora Jaciara Viviane Sehnem Sturmer, ocupante do cargo de Assistente Social, no valor de R\$ 1.330,00 (um mil, trezentos e trinta reais), para acompanhar a Secretária Municipal de Assistência Social em viagem a cidade de Florianópolis/SC para participar de evento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS) e evento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SAS-SC), conforme Memorando Nº 25/2025 e Roteiro de Viagem Nº 25/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/ SC, em 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 428, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252500

PORTARIA Nº 428, de 23 de maio de 2025

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias a servidora Debora Cristina Kuhn, ocupante do cargo de Tesoureira, no valor de R\$ 1.330,00 (um mil, trezentos e trinta reais), para acompanhar a Secretária Municipal de Assistência Social em viagem a cidade de Florianópolis/SC para participar de evento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS) e evento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SAS-SC), conforme Memorando Nº 26/2025 e Roteiro de Viagem Nº 26/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/ SC, em 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 429, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252517

PORTARIA Nº 429, de 23 de maio de 2025

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias a servidora Ana Laura Rama, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no valor de R\$ 1.330,00 (um mil, trezentos e trinta reais), para acompanhar a Secretária Municipal de Assistência Social em viagem a cidade de Florianópolis/SC para participar de evento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS) e evento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SAS-SC), conforme Memorando Nº 30/2025 e Roteiro de Viagem Nº 30/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/ SC, em 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 430, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252647

PORTARIA Nº 430, de 23 de maio de 2025

“Concede diária/adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias ao servidor Valmir de Oliveira, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 1.225,00 (um mil, duzentos e vinte e cinco reais), para transportar a Secretária Municipal de Assistência Social e servidores, quando em viagem a cidade de Florianópolis/SC para participar de evento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS) e evento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SAS-SC), conforme Memorando Nº 28/2025 e Roteiro de Viagem Nº 28/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 700,00 (setecentos reais), para custeio com combustível e outras despesas do veículo Ford KA placa QJE9588 quando em viagem à cidade de Florianópolis/SC para realizar transporte da Secretária Municipal de Assistência Social e servidores, conforme Memorando Nº 27/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 431, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252660

PORTARIA Nº 431, de 23 de maio de 2025

“Concede diária/adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 2,0 (dois) diárias ao servidor Vanderlei Ferronato, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para realizar transporte de pacientes até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 300/2025 e Roteiro de Viagem Nº 300/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para despesas com o veículo Onix placa RYE8J28 quando em viagem à cidade de Florianópolis/SC para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde, conforme Memorando Nº 299/2025, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 432, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252671

PORTARIA Nº 432, de 23 de maio de 2025

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Andre Pavanatto, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 106,00 (cento e seis reais), para realizar transporte de pacientes até a cidade de Cunha Porã/SC, conforme Memorando Nº 301/2025 e Roteiro de Viagem Nº 301/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, 23 de maio de 2025.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

004/2025IPREVE RESCISÃO DE CONTRATO

Publicação Nº 7253501

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2025IPREVE

Inexigibilidade nº 004/2025IPREVE

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 003/2025IPREVE

Contratada: SPEZIA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA

Objeto: Locação de sala comercial, localizada na Rua Paraná, nº 300, bairro centro, Município de Barra Velha/SC - 2º pavimento, medindo 271,41 metros quadrados, registrada sob a matrícula 23.660 do Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, para instalação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Barra Velha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

Barra Velha 23 de maio de 2025

EDIVALDO NAVARRO CACHOEIRA

Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha/SC

005/2025FUNDEMA

Publicação Nº 7251745

PREFEITURA DE BARRA VELHA FUNDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2025PMBV

Extrato de Contrato nº 005/2025FUNDEMA

78ACD2727BA33C320CA6D8471BAF899B109830F1

Contratada: UNIWEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: contratação de empresa para a confecção de uniformes, com o objetivo de atender às necessidades do Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme as condições e exigências estabelecidas neste documento e no Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$6.681,06

Data da assinatura: 22/05/2025

Data do vencimento: 22/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

JULIO CESAR RAMOS

Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA

Prefeito

010/2025FMAS

Publicação Nº 7251817

PREFEITURA DE BARRA VELHA FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2025PMBV

Extrato de Contrato nº 010/2025 FMAS

F2EA62A9D1DE9880C6F931B72FB70BE5802AFDB3

Contratada: UNIWEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: Contratação de empresa para a confecção de uniformes, com o objetivo de atender às necessidades do Fundo de Assistência Social de Barra Velha, conforme as condições e exigências estabelecidas neste documento e no Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$27.869,20

Data da assinatura: 22/05/2025

Data do vencimento: 22/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025.

JULIO CESAR RAMOS

Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA

Prefeito

012/2025FMAS

Publicação N° 7252891

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E1F5809347C12995882679A6D7DCAC826FA01C32

PREFEITURA DE BARRA VELHA FMAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2025FMAS
INEXIGIBILIDADE N° 014/2025FMAS
Extrato de Contrato n° 012/2025 FMAS
E1F5809347C12995882679A6D7DCAC826FA01C32

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel Comercial, o imóvel localizado na Rua Germano Martins 10 SL, Bairro Itajubá, com a matrícula n° 11.035 Cidade de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, CEP 88390- 000, pelo período de 12 (doze) meses.

Valor do Contrato: R\$120.000,00

Data da assinatura: 23/05/2025

Data do vencimento: 23/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

DANIEL ANTONIO DAL-RI
Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

018/2025FUMTEC

Publicação N° 7251762

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8EE3F32ABFBB0AF1B1354E3C4BB213AAC6E6657A

PREFEITURA DE BARRA VELHA FUMTEC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2025
PREGÃO ELETRONICO N° 017/2025PMBV
Extrato de Contrato n° 018/2025FUMTEC

8EE3F32ABFBB0AF1B1354E3C4BB213AAC6E6657AContratada: UNIWEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: contratação de empresa para a confecção de uniformes, com o objetivo de atender às necessidades do Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura, conforme as condições e exigências estabelecidas neste documento e no Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$10.757,60

Data da assinatura: 22/05/2025

Data do vencimento: 22/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

JULIO CESAR RAMOS
Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

020/2025FMS

Publicação N° 7251789

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D32FCB59E0E3D82B4463A2F1D9852267983F9EFB

PREFEITURA DE BARRA VELHA FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2025
PREGÃO ELETRONICO N° 017/2025
Extrato de Contrato n° 020/2025 FMS
D32FCB59E0E3D82B4463A2F1D9852267983F9EFB

Contratada: UNIWEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: Contratação de empresa para a confecção de uniformes, com o objetivo de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme as condições e exigências estabelecidas neste documento e no Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 286.511,50

Data da assinatura: 22/05/2025

Data do vencimento: 22/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

JULIO CESAR RAMOS
Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

055/2025PMBV

Publicação Nº 7252384

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 826799DE180BE558C0B0B84A7BEF3309CA761044

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo 17/2025

Inexigibilidade 047/2025

CONTRATO Nº 055/2025

826799DE180BE558C0B0B84A7BEF3309CA761044

Contratada: D&J CONSTRUTORA LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pavimentação em lajota sextavada de Concreto da Rua Vereador Antônio Lourenço Hernandez Jimenes no Bairro Centro De Barra Velha, com extensão de 160,10 metros através de Pavimentação Comunitária, Sistema Mutirão Conforme Lei Municipal 1594 De 22 De Junho De 2017. Através do Processo de CREDENCIAMENTO 007/2024 de pavimentação comunitária.

Valor do contrato: R\$ 43.200,00

Data de assinatura: 23/05/2025

Data de validade: 23/11/2025

Barra Velha, 23 de maio de 2025

WELTON JERRY MACIEJEWSKY GIL

Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA

Prefeito

DEL 016/2025 PMBV

Publicação Nº 7252678

PREFEITURA DE BARRA VELHA

Município de Barra Velha/SC

Processo Administrativo 097/2025 PMBV

Dispensa Eletrônica 016/2025 PMBV

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças e suporte técnico do software Bitdefender Business Security Premium, com cobertura para 185 (cento e oitenta e cinco) dispositivos, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste processo de contratação. A presente contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na modalidade eletrônica, nos termos da legislação vigente aplicável.

Anexo I deste Edital

Valor: R\$41.023,75

Data da sessão: 29/05/2025 às 13h30.

Barra Velha, 23 de maio de 2025

Daniel Pontes da Cunha

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 005/2025 FMS - TERMO DE CREDENCIAMENTO UROMIN CLINICA MÉDICA

Publicação Nº 7252114

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1A7FF20669D96D763D95BCB305C2C9047C462A03

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo 025/2025 FMS

Inexigibilidade 018/2025 FMS

Credenciamento 005/2025 FMS

HOMOLOGAÇÃO

1A7FF20669D96D763D95BCB305C2C9047C462A03

Termo de Credenciamento:

UROMIN CLINICA MÉDICA LTDA

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de saúde na especialidade de UROLOGIA, para avaliação, tratamento e acompanhamento ambulatorial, conforme tabela de procedimentos CISNORDESTE/2025 em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital e no Termo de Referência.

Data da assinatura: 23/05/2025

Data do vencimento: 23/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

ADRIANO MAIA SIQUEIRA
Pela Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

TERMO DE CREDENCIAMENTO A J M SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CREDENCIAMENTO N° 003/2025 FMS

Publicação N° 7253220

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FCD7F3E500A1B27377717A0DF7419F97C4F330DB

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo 017/2025FMS
Inexigibilidade 013/2025FMS
Credenciamento 003/2025FMS
FCD7F3E500A1B27377717A0DF7419F97C4F330DB
Homologação

Termo de Credenciamento:
AJM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Objeto: Credenciamento de prestadores de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada (Consulta em Ginecologia e Obstetrícia, Consulta em Ortopedia, Consulta em Cardiologia, Consulta em Oftalmologia, Consulta em Neurologia, Consulta em Neurologia e Consulta em Pediatria), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo.

Data da assinatura: 23/05/2025

Data do vencimento: 23/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

JOSÉ LUIZ FURTADO MONTEIRO
Pela Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

TERMO DE CREDENCIAMENTO BRASMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CREDENCIAMENTO N° 003/2025 FMS

Publicação N° 7253173

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FCD7F3E500A1B27377717A0DF7419F97C4F330DB

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo 017/2025FMS
Inexigibilidade 013/2025FMS
Credenciamento 003/2025FMS
FCD7F3E500A1B27377717A0DF7419F97C4F330DB
Homologação

Termo de Credenciamento:
BRASMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Objeto: Credenciamento de prestadores de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, especificamente para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada (Consulta em Ginecologia e Obstetrícia, Consulta em Ortopedia, Consulta em Cardiologia, Consulta em Oftalmologia, Consulta em Neurologia, Consulta em Neurologia e Consulta em Pediatria), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo.

Data da assinatura: 23/05/2025

Data do vencimento: 23/05/2026

Barra Velha, 23 de maio de 2025

MANOELA PEREIRA BRASIL
Pela Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2025 - PREF

Publicação Nº 7250924

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 009/2025 - PREF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025 - PREF
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2025 – PREF

OBJETO: 2ª PUBLICAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MARMITAS PARA ALIMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1.713/2025

DETENTORES DA ATA: CARLOS VINICIUS DE LIMA
CNPJ sob nº 30.863.303/0001-07

Item	Objeto/Especificações	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
01	Marmita a pronta entrega	UND	4000	R\$ 19,69	R\$ 78.760,00

VALOR: R\$ 78.760,00 (setenta e oito mil setecentos e sessenta reais).

A nota fiscal será emitida semanalmente e será efetuado o pagamento em até 7 (sete) dias.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data do contrato 22/05/2025 à 22/05/2026.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 22 DE MAIO DE 2025.
FRANCISCO CARLOS SCHIESSL.
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2025 - PREF

Publicação Nº 7250930

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85F178C6E2A3D53A532801484238201032EFA7BA

EXTRATO DE CONTRATO
Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – SC
CONTRATO Nº 044/2025 – PREF

Código registro TCE: 85F178C6E2A3D53A532801484238201032EFA7BA
Código de registro PNCP: 2025/235

Contratante: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede situada à Rua Estanislau Schumann, nº 4873, no município de Bela Vista do Toldo - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FRANCISCO CARLOS SCHIESSL

Contratado: CARLOS VINICIUS DE LIMA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Avelino dos Santos Pacheco, nº 96, Bairro Centro, município de Bela Vista do Toldo/SC, inscrita no CNPJ sob nº 30.863.303/0001-07, neste ato representada pela Sr. CARLOS VINICIUS DE LIMA

Objeto: 2ª PUBLICAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MARMITAS PARA ALIMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1.713/2025.

Item	Objeto/Especificações	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
01	Marmita a pronta entrega	UND	4000	R\$ 19,69	R\$ 78.760,00

Valor total de R\$ 78.760,00 (setenta e oito mil setecentos e sessenta reais).

A nota fiscal será emitida semanalmente e será efetuado o pagamento em até 7 (sete) dias.

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data do contrato 22/05/2025 à 22/05/2026.

Bela Vista do Toldo – SC, 22 de MAIO de 2025.

FRANCISCO CARLOS SCHIESSL.
Prefeito Municipal

A íntegra do contrato encontra-se disponível no portal transparência do município.

PORTARIA 511.2025

Publicação N° 7250772

PORTARIA nº. 511/2025, DE 21 DE MAIO DE 2025.

FRANCISCO CARLOS SCHIESSL, Prefeito do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Concede licença prêmio remunerada ao servidor do Quadro de Provisão Efetivo do Poder Executivo Municipal, relacionada abaixo, de acordo com o art. 1º, §1º da Lei Complementar nº 04/2009.

MATRÍCULA	FUNCIONÁRIO	DIAS DE LICENÇA	PERÍODO AQUISITIVO
1881	MICHELE DE LIMA HORTES	30	2020/2025

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 21 de maio de 2025.

FRANCISCO CARLOS SCHIESSL
Prefeito Municipal

ANA MARIA LOPES VIEIRA
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra.

Belmonte

PREFEITURA

074/2025

Publicação N° 7251845

PORTARIA N° 074/2025 de 09 de maio de 2025.
CONCEDE DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDE 0,5 (meia) diária, a Valdir João Garbim, ocupante do cargo de Motorista, de conformidade com a lei nº16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Pato Branco/PR, no dia 12/05/2025, para transporte pacientes para tratamento de saúde fora de domicílio.

Belmonte/SC, 09 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado e publicado nesta data.

075/2025

Publicação N° 7251880

PORTARIA N° 075/2025 de 09 de maio de 2025.
CONCEDE DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDE 0,5 (meia) diária, a Rudinei Bastião Radke, ocupante do efetivo de Motorista, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Chapecó/SC, no dia 12/05/2025, para transporte de pacientes fora de domicílio.

Belmonte /SC, 09 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado e publicado nesta data.

077/2025

Publicação N° 7251900

PORTARIA N° 077/2025 de 09 de maio de 2025
CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 1,5 (uma e meia) diária, a Juliana Scaranti, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Chapecó/SC, nos dias 13 e 14 de maio de 2025 para participar da Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Grande Oeste.

Belmonte/SC, 09 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

078/2025

Publicação Nº 7251914

PORTARIA Nº 077/2025 de 09 de maio de 2025

CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 1,5 (uma e meia) diária, a Juliana Scaranti, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Chapecó/SC, nos dias 13 e 14 de maio de 2025 para participar da Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Grande Oeste.

Belmonte/SC, 09 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

079/2025

Publicação Nº 7251929

PORTARIA Nº 079/2025 de 09 de maio de 2025

CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 1,5 (uma e meia) diária, a Lourdes Geremias, ocupante do cargo de Vigilante Sanitária, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Chapecó/SC, nos dias 13 e 14 de maio de 2025 para participar da Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Grande Oeste.

Belmonte/SC, 09 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

080/2025

Publicação Nº 7251976

PORTARIA Nº 080/2025 de 09 de maio de 2025

CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 1,5 (uma e meia) diária, a Juselene Lucia Bevilaqua Giumbelli, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Chapecó/SC, nos dias 13 e 14 de maio de 2025 para participar da Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Grande Oeste.

Belmonte/SC, 09 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

081/2025

Publicação N° 7252003

PORTARIA N° 081/2025 de 12 de maio de 2025
CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 0,5 (meia) diária, a Valdenei Carlos Villa, ocupante do cargo de Motorista, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Chapecó/SC, no dia 13/05/2025 para transporte de pacientes para tratamento de saúde fora de domicílio.

Belmonte/SC, 12 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

082/2025

Publicação N° 7252019

PORTARIA N° 082/2025 de 12 de maio de 2025.
CONCEDE DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDE 1,5 (uma e meia) diária, a Julimar Favero, ocupante do efetivo de Motorista, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Florianópolis/SC, nos dias 13 e 14 de maio de 2025, para transporte de pacientes fora de domicílio.

Belmonte/SC, 12 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado e publicado nesta data.

083/2025

Publicação N° 7252029

PORTARIA N° 083/2025 de 12 de maio de 2025.
CONCEDE DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDE 0,5 (meia) diária, a Rudinei Bastião Radke, ocupante do efetivo de Motorista, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Joaçaba/SC, no dia 14/05/2025, para transporte de pacientes fora de domicílio.

Belmonte /SC, 12
de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado e publicado nesta data.

084/2025

Publicação Nº 7252040

PORTARIA Nº 084/2025 de 12 de maio de 2025

CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 0,5 (meia) diária, a Valdenei Carlos Villa, ocupante do cargo de Motorista, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Xanxerê/SC, no dia 14/05/2025 para transporte de pacientes para tratamento de saúde fora de domicílio.

Belmonte/SC, 12 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

085/2025

Publicação Nº 7253125

PORTARIA Nº 085/2025 de 13 de maio de 2025

CONCEDER DIÁRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 0,5 (meia) diária, a Valdenei Carlos Villa, ocupante do cargo de Motorista, de conformidade com a lei nº 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a cidade de Erechim/RS no dia 13/05/2025 para transporte de pacientes para tratamento de saúde fora de domicílio.

Belmonte/SC, 13 de maio de 2025.

Juliana Scaranti
Secretária Municipal de Saúde

Registrado em livro próprio nesta data.

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO - PE 33/2025

Publicação Nº 7251528

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D31A24889182D7E489A8035BB488D4B045FA8DD4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
AVISO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou novas alterações no Edital de Pregão Eletrônico acima citado. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, VISANDO A REVISÃO, REELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC, ENVOLVENDO ESTUDOS TÉCNICOS, ANÁLISES, SERVIÇOS DE REESTRUTURAÇÃO E IMPACTO FINANCEIRO; A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BENEDITO NOVO/SC; E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENEDITO NOVO/SC. Considerando as alterações efetuadas fica alterada a data de realização conforme a seguir: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8:30h do dia 10/06/2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 8:31h do dia 10/06/2025. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasbr.com.br. Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Contratações, situado no Prédio da Prefeitura, na Rua Celso Ramos, nº 5.070, Centro, pelo Fone: (47) 3385-0487, nos sites: www.beneditonovo.sc.gov.br e <https://pncp.gov.br/> ou no e-mail: licitacao2@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 23 de maio de 2025

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA 3ª SEMANA- MAIO- 2025- PMB E FMS

Publicação Nº 7252933

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS

Contrato Nº: 116/2022
Aditivo Nº: 116-12/2022/2025
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: CONSTRUÇOES SCHOROEDER LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 98/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA JOÃO JOAQUIM FRANCISCO, LOCALIZADA NO BAIRRO TRÊS RIACHOS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 29/04/2025 Término: 23/06/2025
Assinatura: 29/04/2025
Valor R\$: 81.777,91 (Oitenta e Um Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Noventa e Um Centavos)
Dotação: 762 - 13.001.1028.3449051910000000000.275070000000 - Obras em andamento

Contrato Nº: 147/2022
Aditivo Nº: 147-5/2022/2025
Tipo Aditivo: Normal
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: 9MM PROPAGANDA LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Aquisição de Bens 42/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS SETORES, RELACIONADAS AO ESTUDO, O PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIÇÃO E SUPERVISÃO EXTERNA, ALÉM DA DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS EXTERNOS DE COMUNICAÇÃO E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO.
Vigência: Início: 15/05/2025 Término: 22/07/2025
Assinatura: 15/05/2025
Valor R\$: 217.841,17 (Duzentos e Dezessete Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Dezessete Centavos)
Dotação: 280 - 26.002.2112.3339039880000000000.150070000000 - Serviços de publicidade e propaganda
Dotação: 537 - 30.002.2141.3339039880000000000.150070000000 - Serviços de publicidade e propaganda

Contrato Nº: 198/2022
Aditivo Nº: 198-9/2022/2025
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: CONSTRUÇOES SCHOROEDER LTDA
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 192/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MACRODRENAGEM COMPLEMENTAR NO BAIRRO VENDAVAL, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 27/05/2025 Término: 24/09/2025
Assinatura: 15/05/2025
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Dotação: 464 - 27.002.1069.3449051910000000000.170070000097 - Obras em andamento
Dotação: 544 - 31.002.1070.3449051910000000000.170070000097 - Obras em andamento

Contrato Nº: 148/2024
Aditivo Nº: 148-2/2024/2025
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: CONSTRUÇOES SCHOROEDER LTDA
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 77/2024
Objeto: Execução de um muro de arrimo e paisagismo de seu entorno na Rua Benjamin Corrêa, bairro Praia João
Vigência: Início: 17/05/2025 Término: 01/07/2025
Assinatura: 16/05/2025
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Dotação: 507 - 13.001.1028.3449051910000000000.271032100325 - Obras em andamento

Contrato Nº: 41/2023
Aditivo Nº: A.3-41/2023/2025
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: IVM COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 27/2023
Objeto: Contratação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de linhas e aparelhos "smartphone" em comodato.
Vigência: Início: 19/05/2025 Término: 23/03/2026
Assinatura: 19/05/2025
Valor R\$: 80.517,50 (Oitenta Mil, Quinhentos e Dezessete Reais e Cinquenta Centavos)
Dotação: 14 - 05.001.2087.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 20 - 05.001.2016.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 20 - 05.001.2016.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 26 - 05.004.2082.3339040140000000000.175970000133
Dotação: 40 - 08.001.2011.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 40 - 08.001.2011.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 44 - 09.002.2099.3339040050000000000.150010010000
Dotação: 94 - 09.002.2025.3339040140000000000.150010010000
Dotação: 116 - 09.002.2028.3339040140000000000.150010010000
Dotação: 148 - 11.002.2058.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 210 - 13.001.2091.3339040050000000000.150170000000
Dotação: 222 - 15.001.2050.3339039990000000000.150070000000
Dotação: 222 - 15.001.2050.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 256 - 16.001.2068.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 256 - 16.001.2068.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 275 - 26.001.2109.3339030300000000000.150070000000
Dotação: 275 - 26.001.2109.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 284 - 27.001.2110.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 304 - 28.001.2111.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 327 - 18.001.2073.3339040050000000000.150070000000
Dotação: 327 - 18.001.2073.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 344 - 10.001.2117.3339039990000000000.150010020000
Dotação: 484 - 10.001.2117.3339040140000000000.260070000303
Dotação: 500 - 10.001.2117.3339040140000000000.260070000304
Dotação: 525 - 13.001.2091.3339040140000000000.250170000000
Dotação: 533 - 30.001.2140.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 541 - 31.001.2143.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 609 - 32.004.2158.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 613 - 33.001.2159.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 620 - 34.001.2161.3339040140000000000.150070000000
Dotação: 661 - 36.001.2170.3339040140000000000.150070000000

Contrato Nº: 91/2024
Aditivo Nº: 91-2/2024/2025
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: LITORAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 41/2024
Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto de construção da PISTA DE SKATE.Obras de Engenharia
Vigência: Início: 22/05/2025 Término: 21/06/2025
Assinatura: 19/05/2025
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Dotação: 698 - 13.001.1027.3449051910000000000.271032100392 - Obras em andamento
Dotação: 764 - 13.001.1027.3449051910000000000.271032100457 - Obras em andamento

Contrato Nº: 91/2024
Aditivo Nº: 91-3/2024/2025
Tipo Aditivo: Supressão
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: LITORAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 41/2024
Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto de construção da PISTA DE SKATE.Obras de Engenharia
Vigência: Início: 20/05/2025 Término: 21/06/2025
Assinatura: 20/05/2025
Valor R\$: 68.133,15 (Sessenta e Oito Mil, Cento e Trinta e Três Reais e Quinze Centavos)
Dotação: 698 - 13.001.1027.3449051910000000000.271032100392 - Obras em andamento
Dotação: 764 - 13.001.1027.3449051910000000000.271032100457 - Obras em andamento

Contrato Nº: 91/2024
Aditivo Nº: 91-4/2024/2025
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Contratada: LITORAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 41/2024
Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto de construção da PISTA DE SKATE.Obras de Engenharia
Vigência: Início: 22/05/2025 Término: 21/06/2025
Assinatura: 22/05/2025
Valor R\$: 132.797,45 (Cento e Trinta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
Dotação: 698 - 13.001.1027.3449051910000000000.271032100392 - Obras em andamento
Dotação: 764 - 13.001.1027.3449051910000000000.271032100457 - Obras em andamento

Contrato Nº: 57/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: INSTITUTO INCLUSA
Licitação:
Objeto: TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO A TITULO NÃO ONEROSO DIÁRIA DE IMOVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E O INSTITUTO INCLUSA
Vigência: Início: 13/05/2025 Término: 22/07/2025
Assinatura: 13/05/2025
Valor R\$: 0,02 (Dois Centavos)

Contrato Nº: 61/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: GABEVIDA LABORATÓRIO MÉDICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME
Licitação: Inexigibilidade 8/2025
Objeto: Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas.
Vigência: Início: 16/05/2025 Término: 15/05/2026
Assinatura: 16/05/2025
Valor R\$: 2.174.081,00 (Dois Milhões, Cento e Setenta e Quatro Mil e Oitenta e Um Reais)
Dotação: 406 - 10.001.2043.3339039500000000000.160070000016
Dotação: 407 - 10.001.2043.3339039500000000000.160070000119
Dotação: 503 - 10.001.2043.3339039500000000000.260070000016
Dotação: 502 - 10.001.2043.3339039500000000000.260070000119

Contrato Nº: 60/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: KEPLER TECNOLOGIA CONSTRUTIVA LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 37/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços técnicos de sondagem de solo para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) - porte III, Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) e Escola com 13 Salas de Aula, no Município de Biguaçu/SC.
Vigência: Início: 16/05/2025 Término: 10/06/2025
Assinatura: 16/05/2025
Valor R\$: 9.340,00 (Nove Mil e Trezentos e Quarenta Reais)
Dotação: 344 - 10.001.2117.3339039990000000000.150010020000 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica
Dotação: 412 - 10.001.2044.3339039990000000000.150010020000 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica
Dotação: 689 - 09.002.2020.3339039990000000000.255070000000 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica
Dotação: 413 - 10.001.2044.3339039990000000000.160070000187 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

Contrato Nº: 45/2025
Aditivo Nº: A.1-45/2025
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 35/2025
Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto de Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) porte 3, localizado na Rua Tiete - Saveiro - Biguaçu/SC. Recurso federal.
Vigência: Início: 19/05/2025 Término: 05/07/2026
Assinatura: 19/05/2025
Valor R\$: 1.908.651,55 (Um Milhão, Novecentos e Oito Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)
Dotação: 696 - 10.001.1009.3449051910000000000.150010020000 - Obras em andamento
Dotação: 337 - 10.001.1009.3449051910000000000.163170000422 - Obras em andamento

Contrato Nº: 239/2023
Aditivo Nº: A.3-239/23/2025
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 52/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso (locação) de sistema integrado multientidades de gestão pública municipal, incluindo ainda serviços necessários a sua implantação, manutenção e suporte técnico, conforme especificações Técnicas deste Termo de Referência.

Vigência: Início: 19/05/2025 Término: 19/10/2025

Assinatura: 19/05/2025

Valor R\$: 7.661,20 (Sete Mil, Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Vinte Centavos)

Dotação: 3 - 02.001.2085.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 14 - 05.001.2087.33390399900000000000.150070000000

Dotação: 14 - 05.001.2087.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 14 - 05.001.2087.33390409900000000000.150070000000

Dotação: 30 - 05.005.2095.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 36 - 06.001.2005.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 40 - 08.001.2011.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 68 - 09.002.2020.33390400600000000000.155070000000

Dotação: 79 - 09.002.2024.33390400600000000000.150010010000

Dotação: 80 - 09.002.2024.33390400600000000000.155070000000

Dotação: 81 - 09.002.2024.33390400600000000000.155370000032

Dotação: 94 - 09.002.2025.33390400600000000000.150010010000

Dotação: 101 - 09.002.2026.33390400600000000000.150010010000

Dotação: 102 - 09.002.2026.33390400600000000000.155070000000

Dotação: 122 - 09.002.2098.33390400600000000000.150010010000

Dotação: 137 - 11.002.2133.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 137 - 11.002.2133.33390400900000000000.150070000000

Dotação: 148 - 11.002.2058.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 158 - 11.002.2130.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 169 - 11.002.2132.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 182 - 11.005.2122.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 210 - 13.001.2091.33390400600000000000.150170000000

Dotação: 256 - 16.001.2068.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 275 - 26.001.2109.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 284 - 27.001.2110.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 327 - 18.001.2073.33390399900000000000.150070000000

Dotação: 327 - 18.001.2073.33390400100000000000.150070000000

Dotação: 327 - 18.001.2073.33390400600000000000.150070000000

Dotação: 341 - 10.001.2032.33390399900000000000.150010020000

Dotação: 341 - 10.001.2032.33390400100000000000.150010020000

Dotação: 341 - 10.001.2032.33390400600000000000.150010020000

Dotação: 446 - 17.001.2080.33390400600000000000.180270000000

Dotação: 513 - 10.001.2046.33390400600000000000.260070000272

Contrato Nº: 2/2023

Aditivo Nº: 02-25/2023/2025

Tipo Aditivo: Valor Retroativo (Equilíbrio)

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: INSTITUTO BENEFICENTE DE HABITACAO, DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE EDUCACAO E SAUDE - IBHASES

Licitação: Inexigibilidade 31/2022

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE ATUAM NA ÁREA DE SAÚDE, QUALIFICADAS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, QUE TIVEREM INTERESSE, PARA APRESENTAREM SEUS PROJETOS DE TRABALHO COM A INTENÇÃO DE FIRMAR CONTRATO DE GESTÃO VISANDO A SUPERVISÃO TÉCNICA, GESTÃO, EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA), SENDO REGIDO PELOS DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3846 DE 15 DE MARÇO DE 2018 E LEI FEDERAL Nº 9.637 DE 15 DE MAIO DE 1998 E DEMAIS NORMAS CORRESPONDENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS EMANADAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CONDIÇÕES FIXADAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Vigência: Início: 21/05/2025 Término: 17/01/2026

Assinatura: 21/05/2025

Valor R\$: 1.657.961,13 (Um Milhão, Seiscentos e Cinquenta e Sete Mil, Novecentos e Sessenta e Um Reais e Treze Centavos)

Dotação: 395 - 10.001.2034.33350850200000000000.150010020000

Dotação: 396 - 10.001.2034.33350850200000000000.160070000015

Dotação: 475 - 10.001.2034.33350850200000000000.260070000015

Dotação: 483 - 10.001.2034.33350850200000000000.271032100323

Dotação: 494 - 10.001.2034.33350850200000000000.260570000000

Contrato Nº: 45/2025

Aditivo Nº: A.2-45/2025

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 35/2025

Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto de Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) porte 3, localizado na Rua

Tiete - Saveiro - Biguaçu/SC. Recurso federal.

Vigência: Início: 21/05/2025 Término: 05/07/2026

Assinatura: 21/05/2025

Valor R\$: 2.508.651,54 (Dois Milhões, Quinhentos e Oito Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)

Dotação: 696 - 10.001.1009.3449051910000000000.150010020000 - Obras em andamento

Dotação: 337 - 10.001.1009.3449051910000000000.163170000422 - Obras em andamento

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

Salmir da Siva
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3335/2025

Publicação Nº 7251676

PORTARIA nº 3335 de 23 de maio de 2025

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, em caráter temporário, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAIANE DEISE DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V – SERVENTE 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços na EBM Prof. Manoel Roldão das Neves da Secretaria Municipal de Educação no período de 05/04/2025 a 18/09/2025, em substituição ao servidor efetivo Tânia Nair do Amaral, que se encontra readaptada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 05/04/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3336/2025

Publicação Nº 7251677

PORTARIA nº 3336 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LOANA SCHAEFFER DOS SANTOS, aprovada no Edital nº 18/2024 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – LÍNGUA PORTUGUESA 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços no EBM Prof. Ruth Faria dos Reis da Secretaria Municipal de Educação no período de 22/05/2025 a 19/12/2025, em substituição ao servidor Jaqueline Santos de Avila, que se encontra exercendo função de confiança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 22/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3337/2025

Publicação Nº 7251679

PORTARIA nº 3337 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NELCY GENI DE ALMEIDA FREITAS, aprovada no Edital nº 18/2024 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços no GEM Célia Lisboa dos

Santos da Secretaria Municipal de Educação no período de 26/05/2025 a 31/07/2025, em substituição ao servidor Alexsandra Batista Joao Portela, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 26/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3338/2025

Publicação Nº 7251684

PORTARIA nº 3338 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA SODRÉ ANTÔNIO DA SILVA, aprovada no Edital nº 12/2025 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V – SERVENTE 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços no EBM Prof. Olga de Andrade Borgonovo da Secretaria Municipal de Educação no período de 22/05/2025 a 11/08/2025, em substituição ao servidor Rodrigo Aquiles da Silva Caneda, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 22/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3339/2025

Publicação Nº 7251689

PORTARIA nº 3339 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHAYENE DOS SANTOS LAURINDO LEGARO, aprovada no Edital nº 18/2024 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR AUXILIAR DE SALA 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços no CEIM Prof. Onésia Luiz Freitas da Secretaria Municipal de Educação no período de 22/05/2025 a 16/06/2025, em substituição ao servidor Simone dos Santos Silva, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 22/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3340/2025

Publicação Nº 7251690

PORTARIA nº 3340 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLUCE PITA DE MOTA, aprovada no Edital nº 18/2024 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR AUXILIAR DE SALA 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços no CEIM Dona Dorvalina da Secretaria Municipal de Educação no período de 22/05/2025 a 19/12/2025, para assumir cargo vago, até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 22/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3341/2025

Publicação Nº 7251692

PORTARIA nº 3341 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) INGRID MEYER, aprovada no Edital nº 006/2025 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de SEGUNDO PROFESSOR 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços no CEIM Páscoa Regis Mendes da Secretaria Municipal de Educação no período de 22/05/2025 a 19/12/2025, para assumir cargo vago, até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 22/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3342/2025

Publicação Nº 7251693

PORTARIA nº 3342 de 23 de maio de 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) GABRIELLA DA SILVA MEINSCHEN VIANA, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA (30HS), na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 22/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

MAGALI ELIANE PEREIRA PRAZERES
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3343/2025

Publicação Nº 7251695

PORTARIA nº 3343 de 23 de maio de 2025

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 23, parágrafo único, da Lei Complementar nº 303/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SUELEN DE MELLO MARTINS, detentor do cargo de provimento efetivo de detentor do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Função de Confiança de DIRETOR DE CONTRATOS, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/05/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 3344/2025

Publicação Nº 7251737

PORTARIA nº 3344 de 23 de maio de 2025

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, em caráter temporário, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AMANDA MARTINS SILVA, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO – 30H, com jornada de 30 horas semanais para prestar serviços na CEIM JARDIM JANAÍNA da Secretaria Municipal de Educação no período de 01/06/2025 a 19/12/2025, para assumir cargo vago, até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/06/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3345/2025

Publicação Nº 7251916

PORTARIA nº 3345 de 23 de maio de 2025

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELISANGELA RIBEIRO, aprovada no Edital nº 018/2024 - SEMED, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL 20H, com jornada de 20 horas semanais para prestar serviços no EBM Prof. Ruth Faria dos Reis da Secretaria Municipal de Educação no período de 23/05/2025 a 09/08/2025, em substituição ao servidor efetivo, Patrícia Donadel Johann que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 23/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

GUSTAVO SILVA SAGAS
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3346/2025

Publicação Nº 7253051

PORTARIA nº 3346 de 23 de maio de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

GERAR VACÂNCIA, do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS 40H, na Secretaria Municipal de Educação, ocupado pelo(a) servidor(a) ROSILENE DOS SANTOS AVILA, em virtude de posse em outro cargo não acumulável, com data de 17/06/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3347/2025

Publicação Nº 7253063

PORTARIA nº 3347 de 23 de maio de 2025

Recondução de prazo de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, nos termos do art. 13 do Decreto 71/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Reconduz o prazo de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), J.R, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURARIO, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, bem como do art. 13 do Decreto nº 71/2019.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as), Marília Scherer, Rafael Alonso Cidral e Joel Aroldo Pereira, servidores efetivos e estáveis, do quadro

de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº 8762/2025, iniciado pela Comissão designada pela Portaria nº 2515 de 09 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 10 de abril de 2025, prorrogado pela Portaria nº 3107 de 13 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 14 de maio de 2025.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 24/05/2025 a 23/06/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3348/2025

Publicação Nº 7253066

PORTARIA nº 3348 de 23 de maio de 2025

Recondução de prazo de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, nos termos do art. 13 do Decreto 71/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Reconduz o prazo de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), V.C.S, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM (30HS), por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, bem como do art. 13 do Decreto nº 71/2019.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as), Marília Scherer, Rafael Alonso Cidral e Joel Aroldo Pereira, servidores efetivos e estáveis, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº 8765/2025, iniciado pela Comissão designada pela Portaria nº 2517 de 09 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 10 de abril de 2025, prorrogado pela Portaria nº 3108 de 13 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 14 de maio de 2025.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 24/05/2025 a 23/06/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3349/2025

Publicação Nº 7253075

PORTARIA nº 3349 de 23 de maio de 2025

Recondução de prazo de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, nos termos do art. 13 do Decreto 71/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Reconduz o prazo de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), M.P, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - SERVENTE, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, bem como do art. 13 do Decreto nº 71/2019.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as), Marília Scherer, Rafael Alonso Cidral e Joel Aroldo Pereira, servidores efetivos e estáveis, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº 8758/2025, iniciado pela Comissão designada pela Portaria nº 2516 de 09 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 10 de abril de 2025, prorrogado pela Portaria nº 3106 de 13 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 14 de maio de 2025.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 24/05/2025 a 23/06/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3350/2025

Publicação Nº 7253206

PORTARIA nº 3350 de 23 de maio de 2025

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 23, parágrafo único, da Lei Complementar nº 303/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JEAN CARLOS DE MELO, brasileiro (a) para exercer o cargo de DIRETOR DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR CC-3, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO a partir de 13/02/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 13/02/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 3351/2025

Publicação Nº 7253208

PORTARIA nº 3351 de 23 de maio de 2025

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 23, parágrafo único, da Lei Complementar nº 303/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, brasileiro (a) para exercer o cargo de DIRETOR DE GESTÃO LOGÍSTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CC-3, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a partir de 13/02/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 13/02/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 3352/2025

Publicação Nº 7253209

PORTARIA nº 3352 de 23 de maio de 2025

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 23, parágrafo único, da Lei Complementar nº 303/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DÉBORA BIANCHIN, brasileiro (a) para exercer o cargo de PROCURADOR ADJUNTO DA EDUCAÇÃO CC-3, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO a partir de 12/05/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 12/05/2025.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL

CONVOCAÇÃO Nº 043 EDITAL 001/2024 - SMS

Publicação Nº 7253024

**PREFEITURA DE
BIGUAÇU**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**CONVOCAÇÃO SEMAD Nº 043 – Edital 001/2024**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o **candidato aprovado no Processo Seletivo SMS Edital 001/2024, abaixo relacionado para comparecer na Rua:** a RUA SÃO JOSÉ, 61, – Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **28/05/2025**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará o contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 23 de maio de 2025.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal**CARGO: ESCRITURÁRIO – 30H**

16 – AUGUSTO DA SILVEIRA WILLEMANN

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – CEP 88160.116
Telefone (48) 3094-4100

Blumenau

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 23171/2025

Publicação Nº 7250830

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0032797-13.2025.1.03.0799-0001 contra G9 TELECOMUNICACOES LTDA, devido ao tipo de ocorrência: cabos de telefonia soltos ocorrida no endereço DIVINOPOLIS emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 10636 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Art. 11 e Art. 12 da LC nº 1115/2017

A Notificação Preliminar nº: 10633, pois verificou-se que os cabos de telefonia encontram-se soltos ou rompidos, devendo realizar o alinhamento dos cabos ou a sua remoção em até 3 dias, sob pena de Multa de R\$ 7002.74, conforme Inciso I do Art. 3º e Art. 11 da LC nº 1115/2017

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <https://processodigital.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 23191/2025

Publicação Nº 7250905

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0025626-05.2025.1.03.0799-0004 contra INGRID DOROTHY KULKYS, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço GUADALAJARA 00 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 23184 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 23182, pois verificou-se que não foi realizada a roçada do capim junto a faixa de 2 metros nas divisas do lote , sendo aplicada a Multa de 2,00 VRU, cujo valor corresponde a R\$5775,82 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: <https://processodigital.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

TAAC

Publicação Nº 7251969

SAMOEL ALMEIDA, inscrito sob CPF/CNPJ nº. 002.535.620-82, doravante denominado (a) COMPROMISSÁRIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob CNPJ nº. 83.108.357/0001-15, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN, situada a Praça Victor Konder, nº. 2, Centro, nesta cidade, representado pelo seu Secretário(a), doravante denominado COMPROMITENTE, resolve celebrar o presente Termo de Compromisso, conforme previsto na alínea "e", do inciso V, do artigo 66 da Lei Complementar nº 1.181 (Plano Diretor), estabelecendo as seguintes disposições e obrigações:

CONSIDERANDO que o Código de Posturas do Município de Blumenau, Lei Complementar nº 1510/2023 dispõe sobre normas de polícia administrativa municipal, sobre o processo administrativo de fiscalização, e define as determinações, medidas administrativas e penalidades impostas quando infringidas as legislações e regras municipais de ordem pública;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público exigir, no cumprimento do seu dever, a reparação do dano daquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem (art. 159, do Código Civil);

CONSIDERANDO que este ato, destina-se a permitir que as pessoas físicas e jurídicas possam promover as necessárias correções, para o atendimento das exigências impostas pela autoridade competente;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público municipal, no cumprimento deste dever, promover, entre outras ações, a função social da propriedade (art. 113, inciso IV, e art. 116, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Blumenau), atendendo a necessidade da sociedade, em prol do bem comum e do interesse coletivo;

CONSIDERANDO a Notificação Preliminar nº 14685/2025 que determina apresentar o alvará de construção; e o manifesto apresentado pelo (a) notificado (a), onde demonstra o interesse em regularizar a situação.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, em conformidade com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

1.1 – O (A) COMPROMISSÁRIO (A) se compromete apresentar o alvará de construção no prazo de 90 dias.

1.2 – O cumprimento da determinação expressa neste termo deverá ser comunicado junto ao processo nº 0040257-51.2025.1.03.0799-0003, disponível no endereço via internet: <http://seib.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas quanto à abertura e acompanhamento de processos podem ser esclarecidas junto às Praças do Cidadão do município, contato 47 3381-6981.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PENALIDADE

2.1 – O não cumprimento da determinação imposta implicará a responsabilidade do(a) COMPROMISSÁRIO(A) ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 8663,73 de acordo com o que prescreve o Código de Posturas do Município de Blumenau, sem prejuízo do cumprimento das suas demais obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As partes reconhecem expressamente a eficácia de título executivo extrajudicial do presente termo em caso de descumprimento, na forma do §6º, do artigo 5º, da Lei 7.347/85 e do artigo 784, incisos IX e XII, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), especialmente para o fim de legitimar a cobrança judicial da multa prevista.

3.2 – Fica eleito o foro desta Comarca de Blumenau para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente termo, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e compromissadas, bem como cientes de suas obrigações livre e espontaneamente ora assumidas, prazos e penalidades, firmam as partes o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, para todos os efeitos legais, que passará a vigorar na data de sua assinatura.

TAAC

Publicação Nº 7252027

JAIME KURTZ, inscrito sob CPF/CNPJ nº. 569.792.239-68, doravante denominado (a) COMPROMISSÁRIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob CNPJ nº. 83.108.357/0001-15, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN, situada a Praça Victor Konder, nº. 2, Centro, nesta cidade, representado pelo seu Secretário(a), doravante denominado COMPROMITENTE, resolve celebrar o presente Termo de Compromisso, conforme previsto na alínea "e", do inciso V, do artigo 66 da Lei Complementar nº 1.181 (Plano Diretor), estabelecendo as seguintes disposições e obrigações:

CONSIDERANDO que o Código de Posturas do Município de Blumenau, Lei Complementar nº 1510/2023 dispõe sobre normas de polícia administrativa municipal, sobre o processo administrativo de fiscalização, e define as determinações, medidas administrativas e penalidades impostas quando infringidas as legislações e regras municipais de ordem pública;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público exigir, no cumprimento do seu dever, a reparação do dano daquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem (art. 159, do Código Civil);

CONSIDERANDO que este ato, destina-se a permitir que as pessoas físicas e jurídicas possam promover as necessárias correções, para o atendimento das exigências impostas pela autoridade competente;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público municipal, no cumprimento deste dever, promover, entre outras ações, a função social da propriedade (art. 113, inciso IV, e art. 116, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Blumenau), atendendo a necessidade da sociedade, em prol do bem comum e do interesse coletivo;

CONSIDERANDO a Notificação Preliminar nº 14496/2025 que determina a pavimentação da calçada em frente ao seu lote; e o manifesto apresentado pelo (a) notificado (a), onde demonstra o interesse em regularizar a situação.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, em conformidade com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

1.1 – O (A) COMPROMISSÁRIO (A) se compromete executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente no prazo de 60 dias.

1.2 – O cumprimento da determinação expressa neste termo deverá ser comunicado junto ao processo nº 0035495-89.2025.1.03.0799-0003, disponível no endereço via internet: <http://seib.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas quanto à abertura e acompanhamento de processos podem ser esclarecidas junto às Praças do Cidadão do município, contato 47 3381-6981.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PENALIDADE

2.1 – O não cumprimento da determinação imposta implicará a responsabilidade do(a) COMPROMISSÁRIO(A) ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 5775,82 de acordo com o que prescreve o Código de Posturas do Município de Blumenau, sem prejuízo do cumprimento das suas demais obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As partes reconhecem expressamente a eficácia de título executivo extrajudicial do presente termo em caso de descumprimento, na forma do §6º, do artigo 5º, da Lei 7.347/85 e do artigo 784, incisos IX e XII, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), especialmente para o fim de legitimar a cobrança judicial da multa prevista.

3.2 – Fica eleito o foro desta Comarca de Blumenau para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente termo, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e compromissadas, bem como cientes de suas obrigações livre e espontaneamente ora assumidas, prazos e penalidades, firmam as partes o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, para todos os efeitos legais, que passará a vigorar na data de sua assinatura.

TAAC

Publicação Nº 7252038

ADELIR WRUCK OLDERS, inscrito sob CPF/CNPJ nº. 617.315.449-87, doravante denominado (a) COMPROMISSÁRIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob CNPJ nº. 83.108.357/0001-15, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN, situada a Praça Victor Konder, nº. 2, Centro, nesta cidade, representado pelo seu Secretário(a), doravante denominado COMPROMITENTE, resolve celebrar o presente Termo de Compromisso, conforme previsto na alínea "e", do inciso V, do artigo 66 da Lei Complementar nº 1.181 (Plano Diretor), estabelecendo as seguintes disposições e obrigações:

CONSIDERANDO que o Código de Posturas do Município de Blumenau, Lei Complementar nº 1510/2023 dispõe sobre normas de polícia administrativa municipal, sobre o processo administrativo de fiscalização, e define as determinações, medidas administrativas e penalidades impostas quando infringidas as legislações e regras municipais de ordem pública;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público exigir, no cumprimento do seu dever, a reparação do dano daquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem (art. 159, do Código Civil);

CONSIDERANDO que este ato, destina-se a permitir que as pessoas físicas e jurídicas possam promover as necessárias correções, para o atendimento das exigências impostas pela autoridade competente;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público municipal, no cumprimento deste dever, promover, entre outras ações, a função social da propriedade (art. 113, inciso IV, e art. 116, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Blumenau), atendendo a necessidade da sociedade, em prol do bem comum e do interesse coletivo;

CONSIDERANDO a Notificação Preliminar nº 15910/2025 que determina a pavimentação da calçada em frente ao seu lote; e o manifesto apresentado pelo (a) notificado (a), onde demonstra o interesse em regularizar a situação.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, em conformidade com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

1.1 – O (A) COMPROMISSÁRIO (A) se compromete executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente no prazo de 180 dias.

1.2 – O cumprimento da determinação expressa neste termo deverá ser comunicado junto ao processo nº 0064329-05.2025.1.03.0799-0003, disponível no endereço via internet: <http://seib.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas quanto à abertura e acompanhamento de processos podem ser esclarecidas junto às Praças do Cidadão do município, contato 47 3381-6981.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PENALIDADE

2.1 – O não cumprimento da determinação imposta implicará a responsabilidade do(a) COMPROMISSÁRIO(A) ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 17327,46 de acordo com o que prescreve o Código de Posturas do Município de Blumenau, sem prejuízo do cumprimento das suas demais obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As partes reconhecem expressamente a eficácia de título executivo extrajudicial do presente termo em caso de descumprimento, na forma do §6º, do artigo 5º, da Lei 7.347/85 e do artigo 784, incisos IX e XII, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), especialmente para o fim de legitimar a cobrança judicial da multa prevista.

3.2 – Fica eleito o foro desta Comarca de Blumenau para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente termo, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e compromissadas, bem como cientes de suas obrigações livre e espontaneamente ora assumidas, prazos e penalidades, firmam as partes o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, para todos os efeitos legais, que passará a vigorar na data de sua assinatura.

TAAC

Publicação Nº 7252585

TANIA WRUCK CORREA, inscrito sob CPF/CNPJ nº. 660.184.719-49, doravante denominado (a) COMPROMISSÁRIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob CNPJ nº. 83.108.357/0001-15, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN, situada a Praça Victor Konder, nº. 2, Centro, nesta cidade, representado pelo seu Secretário(a), doravante denominado COMPROMITENTE, resolve celebrar o presente Termo de Compromisso, conforme previsto na alínea "e", do inciso V, do artigo 66 da Lei Complementar nº 1.181 (Plano Diretor), estabelecendo as seguintes disposições e obrigações:

CONSIDERANDO que o Código de Posturas do Município de Blumenau, Lei Complementar nº 1510/2023 dispõe sobre normas de polícia administrativa municipal, sobre o processo administrativo de fiscalização, e define as determinações, medidas administrativas e penalidades impostas quando infringidas as legislações e regras municipais de ordem pública;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público exigir, no cumprimento do seu dever, a reparação do dano daquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem (art. 159, do Código Civil);

CONSIDERANDO que este ato, destina-se a permitir que as pessoas físicas e jurídicas possam promover as necessárias correções, para o atendimento das exigências impostas pela autoridade competente;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público municipal, no cumprimento deste dever, promover, entre outras ações, a função social da propriedade (art. 113, inciso IV, e art. 116, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Blumenau), atendendo a necessidade da sociedade, em prol do bem comum e do interesse coletivo;

CONSIDERANDO a Notificação Preliminar nº 15917/2025 que determina a pavimentação da calçada em frente ao seu lote; o edital 10/2024 que prevê a contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica e drenagem na referida rua; e o manifesto apresentado pelo (a) notificado (a), onde demonstra o interesse em regularizar a situação.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, em conformidade com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

1.1 – O (A) COMPROMISSÁRIO (A) se compromete executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente no prazo de 180 dias.

1.2 – O cumprimento da determinação expressa neste termo deverá ser comunicado junto ao processo nº 0064339-49.2025.1.03.0799-0003, disponível no endereço via internet: <http://seib.blumenau.sc.gov.br>. Dúvidas quanto à abertura e acompanhamento de processos podem ser esclarecidas junto às Praças do Cidadão do município, contato 47 3381-6981.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PENALIDADE

2.1 – O não cumprimento da determinação imposta implicará a responsabilidade do(a) COMPROMISSÁRIO(A) ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 17327,46 de acordo com o que prescreve o Código de Posturas do Município de Blumenau, sem prejuízo do cumprimento das suas demais obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As partes reconhecem expressamente a eficácia de título executivo extrajudicial do presente termo em caso de descumprimento, na forma do §6º, do artigo 5º, da Lei 7.347/85 e do artigo 784, incisos IX e XII, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), especialmente para o fim de legitimar a cobrança judicial da multa prevista.

3.2 – Fica eleito o foro desta Comarca de Blumenau para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente termo, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e compromissadas, bem como cientes de suas obrigações livre e espontaneamente ora assumidas, prazos e penalidades, firmam as partes o presente TERMO ADMINISTRATIVO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, para todos os efeitos legais, que passará a vigorar na data de sua assinatura.

DECRETO Nº 16.144/2025

Publicação Nº 7252826

DECRETO Nº 16.144, DE 20 DE MAIO DE 2025.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante no Anexo Único deste Decreto, no valor de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), realizada e não processada em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta do Município de Blumenau.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Atividade 09.03.12.361.0048.2036 – Transporte Escolar - Ensino Fundamental
Modalidade 3.3.90(1088) Aplicações Diretas R\$ 143.000,00
Fonte de Recursos 2576. 7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.144/2025 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 7252835

ANEXO ÚNICO

CREDOR:	PR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E IMPORTADORA LTDA
DOCUMENTO:	Nota fiscal 3474 – Chave de Acesso: 4224 1228 1744 4000 0184 5500 1000 0034 7416 6812 1254
DATA:	20/12/2024
ORIGEM DA DESPESA:	Referente peças para manutenção do veículo Ônibus Escolar, Marca/Modelo VW Amarelo, Prefixo ON 18, Placas RLJ 8157, utilizado para fazer transporte escolar dos alunos da Rede Municipal de Educação. Orçamento aprovado em 05/12/2024.
DOTAÇÃO:	1088
FONTE DE RECURSO:	2576.7000000
VALOR TOTAL	R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 19 de maio de 2025.

Simone Janice Bretzke Probst
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 16.145/2025

Publicação Nº 7252839

DECRETO Nº 16.145, DE 20 DE MAIO DE 2025.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica
do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.634, de 13 de dezembro de 2024,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 53.448,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), na seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0901 – DIRETORIA ADMINISTRATIVO – FINANCEIRA
Atividade 09.01.12.122.0026.2035 - Man/Aquis. das Ativ. Adm. da SEMED
Modalidade 3.3.90 (161) Aplicações Diretas R\$ 53.448,00
Fonte de Recursos 1500. 1001000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0901 – DIRETORIA ADMINISTRATIVO – FINANCEIRA
Atividade 09.01.12.122.0026.2035 - Man/Aquis. das Ativ. Adm. da SEMED
Modalidade 4.4.90 (164) Aplicações Diretas R\$ 53.448,00

Fonte de Recursos 1500. 1001000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.146/2025

Publicação Nº 7252846

DECRETO Nº 16.146, DE 20 DE MAIO DE 2025.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante no Anexo Único deste Decreto, no valor de R\$ 2.901,66 (dois mil, novecentos e um real e sessenta e seis centavos), realizada e não processada em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

26 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
2602 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO SAMAE
Atividade 26.02.17.122.0042.2205 – Manut. das Ativ. Adm. do SAMAE
Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 2.901.66
Fonte de Recursos 1753.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.146/2025 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 7252854

ANEXO ÚNICO

CREDOR:	Almiro Michelmann
DOCUMENTO:	Processo Administrativo 162/2503 (período da despesa: 18.12.2019 a 30.04.2023)
DATA:	14.03.2025
ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio alimentação art. 159 da LC. 600/2007 conforme Parecer Referencial 001/2025 – Memorando 023/2025/GGP - Processo Administrativo 162/2503 (período da despesa: 18.12.2019 a 30.04.2023)
DOTAÇÃO:	18
FONTE DE RECURSO:	1753.7000000
VALOR:	R\$ 2.901,66
TOTAL A RECONHECER	R\$ 2.901,66 (Dois mil, novecentos e um reais e sessenta e seis centavos)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 30 de abril de 2025.

Alexandre de Vargas
Diretor Presidente – SAMAE

DECRETO Nº 16.147/2025

Publicação Nº 7252935

DECRETO Nº 16.147, DE 21 DE MAIO DE 2025.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante no Anexo Único deste Decreto, no valor de R\$ 465,93 (quatrocentos e sessenta e cinco reais, noventa e três centavos), realizada e não processada em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2901 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade 29.01.08.245.0056.2614 – PAIF E SCFV - Proteção Social Básica
Modalidade 3.3.90(73) Aplicações Diretas R\$ 465,93
Fonte de Recursos 1500. 7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.147/2025 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 7252940

ANEXO ÚNICO

CREDOR:	Teresa Bchmann
DOCUMENTO:	Contrato 2019/ 250 – 10 ° TA
DATA:	24/02/2025
ORIGEM DA DESPESA:	Reajuste de valor referente a locação de 01 imóvel de alvenaria para a sede do CRAS IV CENTRO, relativo ao período 16/10/2024 a 31/12/2024 conforme cláusula contratual, sendo encaminhado o processo em dezembro/2024 e não concluído em tempo hábil devido aos prazos estabelecidos.
DOTAÇÃO:	73
FONTE DE RECURSO:	1500.7000000
VALOR:	R\$ 465,93 (quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 15 de abril de 2025.

RAFAEL BURGONOV
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 16.117/2025

Publicação Nº 7252954

DECRETO Nº 16.117, DE 02 DE MAIO DE 2025.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes no Anexo Único deste Decreto, no valor de R\$ 367.421,37 (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte um reais e trinta e sete centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – Manutenção da Atenção Primária
Modalidade 3.3.90(42) Aplicações Diretas R\$ 301.483,18
Fonte de Recursos 1600. 7000022
Atividade 31.01.10.305.0062.1234 – Estruturação da Rede de Serviços Públicos em Saúde – Vigilância em Saúde
Modalidade 4.4.90(94) Aplicações Diretas R\$ 65.938,19
Fonte de Recursos 1500. 1002000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.117/2025 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 7252958

ANEXO ÚNICO

CREDOR:	RSUL ENERGIA LTDA
DOCUMENTO	Memorando 055/2025/DADM/SEMUS
DATA:	29/04/2025
ORIGEM DA DESPESA:	Aquisição de geradores para uso nas salas de vacina dos AGFs Período: Abril/2024
DOTAÇÃO:	42
FONTE DE RECURSO:	1600.7000022
VALOR:	R\$ 65.938,19

CREDOR:	RSUL ENERGIA LTDA
DOCUMENTO	Memorando 055/2025/DADM/SEMUS
DATA:	29/04/2025
ORIGEM DA DESPESA:	Aquisição de geradores para uso nas salas de vacina dos ESFs da rede municipal. Período: Abril/2024
DOTAÇÃO:	42
FONTE DE RECURSO:	1600.7000022
VALOR:	R\$ 235.544,99

CREDOR:	RSUL ENERGIA LTDA
DOCUMENTO	Memorando 055/2025/DADM/SEMUS
DATA:	29/04/2025
ORIGEM DA DESPESA:	Aquisição de geradores para uso na rede de frio Período: Abril/2024
DOTAÇÃO:	94
FONTE DE RECURSO:	1500.1002000

VALOR:	R\$ 65.938,19
TOTAL A RECONHECER	R\$367.421,37 (Trezentos e sessenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 30 de abril de 2025

DOUGLAS RAFAEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Promoção da Saúde/
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 31.447/2025

Publicação Nº 7252964

PORTARIA Nº 31.447, DE 19 DE MAIO DE 2025.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BLUMENAU.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015, e atendendo ao pedido contido no Memorando GABINETE SEMED nº 259/2025, de 16/05/2025 - Processo Digital nº 0077929-97.2025.0.00.0496-0000, resolve:

Art. 1º Designar os membros abaixo, para comporem a Comissão Municipal Intersectorial com a finalidade de elaborar a Política de Educação Especial da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau, de que trata a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015:

TATIANA LOURDES DE SOUZA e LUCIANA PAULINO, representantes titular e suplente da Diretoria da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação;

VIVIANE RAFAELA DE SOUZA e SIMONE CARLA DE SOUZA, representantes titular e suplente da Diretoria do Ensino Fundamental, Secretaria Municipal de Educação;

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER e JOCELI KATH, representantes titular e suplente da Diretoria de Programas e Projetos Integrados, Secretaria Municipal de Educação;

ROSANA CLARICE COELHO WENDERLICH e FRANCIELI KIRCHNER, representantes titular e suplente dos Diretores de Centros de Educação Infantil;

CAMILA LUIZE SCHLOGL e RODRIGO DANIEL ROSINSKI WAGNER, representantes titular e suplente dos Diretores de Escolas Básicas Municipais;

LETÍCIA MORAES LANGE e FRANCIELI FRANÇA RODRIGUES, representantes titular e suplente do Centro Municipal de Educação Alternativa (CEMEA);

VALÉRIA DE SOUZA E SILVA e ANA SILMARA CAMPIGOTTO, representantes titular e suplente do Atendimento Educacional Especializado (AEE);

ROSENARA TEIXEIRA PINHEIRO e BÁRBARA RENATA MACHADO, representantes titular e suplente do Conselho Municipal de Educação (CME);

CIRLENE DA SILVA AMADO e MARIZA EHALT GRACIANO, representantes titular e suplente da Secretaria Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Paradesporto (SEIDEP);

ELIZABETH LINDNER TEIXEIRA e LARISSA COSTA PEREIRA, representantes titular e suplente da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde (SEMUS);

GEICI MAIARA BRIG e JOANA ZUCCO GONÇALVES, representantes titular e suplente do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB);

CHARLES DENI BELZ e PRISCILA FRANCISCA KRIEGER, representantes titular e suplente do Conselho Municipal;

GISELLE ÁVILA e VANESSA JUSTINO, representantes titular e suplente do Grupo de Mães, Pais e Profissionais em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Blumenau;

GILSON DE SOUZA e SILMARA SILVA MIGUEL, representantes titular e suplente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.450/2025

Publicação Nº 7252967

PORTARIA Nº 31.450, DE 20 DE MAIO DE 2025.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELA EMISSÃO DE ALVARÁS E CERTIDÕES NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS URBANÍSTICOS DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES, DE PARCELAMENTO DO SOLO E DE DRENAGEM URBANA, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA PASA COSTA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 87, VI-D combinado com o artigo 95-D, da Lei Complementar nº 660/2007 e alterações posteriores, e atendendo ao pedido constante no Processo Digital nº 0079178-83.2025.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER, a contar de 19 de maio de 2025, a gratificação de atividade pela emissão de alvarás e certidões nos processos de licenciamentos urbanísticos dos serviços de análise de projetos de edificações, de parcelamento do solo e de drenagem urbana, a servidora pública municipal ADRIANA PASA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, designada para a emissão de alvarás e certidões nos processos de licenciamento urbanístico, correspondente ao valor do padrão de vencimento A, faixa de vencimento I, categoria 10, carga horária de trinta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.451/2025

Publicação Nº 7252972

PORTARIA Nº 31.451, DE 21 DE MAIO DE 2025.

RETIFICA A PORTARIA Nº 31.446, DE 19 DE MAIO DE 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, X, e 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo a Processo Digital nº 0079317-35.2025.0.00.0496-0000, resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 31.446, de 19 de maio de 2025, que "designa a servidora pública municipal LARISSA SILVEIRA DE SOUZA, para o exercício da função de secretária escolar", onde se lê: "Centro de Educação Infantil Prof.ª Maria Zimmermann", leia-se: "Centro de Educação Infantil Paulo Zimmermann".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.452/2025

Publicação Nº 7252977

PORTARIA Nº 31.452, DE 21 DE MAIO DE 2025.

DISPENSA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e em atenção ao

Memorando SEDEAD nº 414/2025, de 15/05/2025 - Processo Digital nº 0076313-87.2025.0.00.0496-0000, resolve,

DISPENSAR, a contar de 11 de maio de 2025, os servidores públicos municipais que indica, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda:

DAISY APARECIDA HERKENHOFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Contabilização da Receita Municipal - FGC 100%, designada pela Portaria nº 29.713/2024;

GILMAR SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Tesouraria - FGC 90%, designado pela Portaria nº 23.109/2019;

OLIVIO JOSE VOLPI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Pagamentos Vinculados - FGC 80%, designado pela Portaria nº 28.647/2023;

GEOVANIA NAPOLEÃO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Controle dos Fundos Municipais - FGC 70%, designada pela Portaria nº 29.713/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.453/2025

Publicação Nº 7252979

PORTARIA Nº 31.453, DE 21 DE MAIO DE 2025.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 414/2025, de 15/05/2025 - Processo Digital nº 0076313-87.2025.0.00.0496-0000, resolve,

DESIGNAR, a contar de 12 de maio de 2025:

GILMAR SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Contabilização da Receita Municipal - FGC 100%;

OLIVIO JOSE VOLPI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Tesouraria - FGC 90%;

GEOVANIA NAPOLEÃO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Pagamentos Vinculados - FGC 80%;

SANDRA PAULA SOARES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Controle dos Fundos Municipais - FGC 70%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.455/2025

Publicação Nº 7252987

PORTARIA Nº 31.455, DE 21 DE MAIO DE 2025.

DISPENSA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SARA TALITA SCHULTZ BATISTA.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 37 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, e de conformidade com o Processo Digital nº 0079717-49.2025.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR gratificação especial pela Coordenação de Serviços Especializados em Saúde, conforme artigo 37, II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, da servidora pública municipal que indica:

SARA TALITA SCHULTZ BATISTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, designada pela Portaria nº 29.176/2024, a contar de 11 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.456/2025

Publicação Nº 7252989

PORTARIA Nº 31.456, DE 21 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO
DE ATIVIDADES DE OUVIDORIA DO SUS, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS FERNANDO PIMENTEL.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, e de conformidade com o Processo Digital nº 0079717-49.2025.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER gratificação pelo desempenho de atividades de ouvidoria do SUS, conforme artigo 42 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, ao servidor público municipais DOUGLAS FERNANDO PIMENTEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 02 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.457/2025

Publicação Nº 7252991

PORTARIA Nº 31.457, DE 21 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL UIARA CERON.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 37 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, e de conformidade com o Processo Digital nº 0079717-49.2025.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER gratificação especial pela Coordenação de Serviços Especializados em Saúde, conforme artigo 37, II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, a servidora pública municipal UIARA CERON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 12 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.458/2025

Publicação Nº 7252994

PORTARIA Nº 31.458, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

EGIDIO MACIEL FERRARI, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 061/2025, de 19/05/2025 - Processo Eletrônico nº 0079229-94.2025.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos aprovados pelos Concursos Públicos nºs 002/2021, 001/2023 e 002/2023 relacionados no Anexo Único desta Portaria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2025.

EGIDIO MACIEL FERRARI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31.458/2025 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 7252999

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 31.458, DE 21 DE MAIO DE 2025.

CONCURSO	CLAS.	NOME	QUADRO	CARGO	ENQUADRAMENTO FUNCIONAL				VIGÊNCIA
					GO	CH	FAIXA	PADRÃO	
002/2021	9º	ANDERSON SCHRODER	QPE	FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	GF	32:30	I	A	26.05.2025
002/2021	52º	JÉSSICA PENTEADO MACHADO	QPE	EDUCADOR SOCIAL	GF	40	I	A	26.05.2025
002/2021	53º	BERNARDO RAACH	QPE	EDUCADOR SOCIAL	GF	40	I	A	26.05.2025
002/2021	29º	ARTHUR RENE LUIZ	QPE	ENGENHEIRO CIVIL	GE	30	I	A	26.05.2025
002/2021	17º	ANDRE HAACK	QPE	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	40	I	A	26.05.2025
002/2021	26º	GIANE GARCIA VARGAS	QPE	MOTORISTA B	GO	40	I	A	26.05.2025
002/2021	28º	RAFAEL DALL OSTO	QPS	FARMACÊUTICO	GE	30	I	A	26.05.2025
002/2021	78º	VANESSA CAROLINE BRANDT	QPS	ENFERMEIRO	GE	30	I	A	26.05.2025
002/2021	13º	DANIELLE MORENO PARREIRA	QPS	NUTRICIONISTA	GE	30	I	A	26.05.2025
002/2021	102º	DEBORAH CRISTINA DE MEDEIROS PEREIRA CUNHA	QPS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GT	30	I	A	26.05.2025
002/2021	103º	TAÍS DAL ASEN NUNES	QPS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GT	30	I	A	26.05.2025
002/2021	104º	SUELY AKEMI SATO DE BORBA	QPS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GT	30	I	A	26.05.2025
002/2023	198º	DANIEL FELIPE VOLTER DA SILVA	QPE	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	40	I	A	26.05.2025
002/2023	199º	SIONIA TERESINHA FRANZEN	QPE	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	40	I	A	26.05.2025
002/2023	200º	ROBSON DUMES	QPE	AGENTE ADMINISTRATIVO	GF	40	I	A	26.05.2025
002/2023	5º	PAULA MORETTE DE OLIVEIRA	QPS	MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA	GE	10	II	A	26.05.2025
002/2023	105º	GISELLE ABIGAIL MENDES	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	106º	JOÃO FELIPE DALBOSCO	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	107º	INGRID CAROLINE MELO CORDEIRO	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	108º	GABRIEL CIA GOMES	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	109º	WILLIAN BATISTA BALTHA	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	110º	EMANUELLE MENDONÇA PANDOLFO	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	111º	BRUNA CRISTOFOLINI SOUZA	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	112º	JANAINA NARDELLI	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	113º	TARCICIO LUIS LUDOVICO	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	114º	BARBARA LINS BARBOSA PERUZZI	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	115º	LARISSA CAROLINE CHISTE	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	116º	ANGÉLICA GELCINA ALVEZ VIANA	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	117º	ALEXANDRE ROBERTO DEMARCHI	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025
002/2023	118º	LIEGGE RONCAGLIA PELEGRINI	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	GE	20	I	A	26.05.2025

002/2023	74º	GUSTAVO TORRES BARROS	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL – COM ATUAÇÃO EM ESF	GE	40	I	A	26.05.2025
002/2023	75º	HERNANE MARTINS ALBRECHT	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL – COM ATUAÇÃO EM ESF	GE	40	I	A	26.05.2025
002/2023	76º	RUBENS ELIAS DAHLKE	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL – COM ATUAÇÃO EM ESF	GE	40	I	A	26.05.2025
002/2023	77º	JOSÉ WILLIAM VAVRUK	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL – COM ATUAÇÃO EM ESF	GE	40	I	A	26.05.2025
002/2023	78º	FERNANDO HENRIQUE MOMM	QPS	MÉDICO CLÍNICO GERAL – COM ATUAÇÃO EM ESF	GE	40	I	A	26.05.2025
001/2023	11º	EDUARDO BACHMANN GOMES CAPELLO	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	12º	JOSIANE ALVES CARDOSO	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	13º	MARIANA GONÇALVES BRAUNS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	14º	ELIZABETH TAVARES DE ALBUQUERQUE	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	15º	AMANDA DA SILVA PETERS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	16º	VALDILENE MARIA DE ANDRADE	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	17º	JANAINA DE SOUZA	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	18º	EVERTON LUIZ PINHEIRO	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	19º	TAIS ALVES BARROS KRUTLI	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	20º	BRUNO CREUZ	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	21º	BÁRBARA AMANDA PIRES ALVES	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	16º	CHRISTIANE FERREIRA ZABISKY FREITAS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	17º	LÍDIA ADELAIDE LINDNER	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	18º	ELIZANDRA IZIDRO DOS SANTOS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	19º	LUCAS KOCH	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	20º	ERIKA CRISTINA HERNANDES DA SILVA	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	21º	STELLA MARINA BUSE	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	22º	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	25º	MILENA GEBIEN	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	46º	AMANDA HIRATA MEDEIROS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	6º	NATALIE JENNIFER SIQUEIRA BATISTA	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	7º	EDENILSON FRANCISCO DOS SANTOS LOPES	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	8º	SONIA MARIA DO PRADO GEBIEN	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	9º	PRISCILA SILVA VENTURA	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	10º	EDUARDO AKIRA NOMURA	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	22º	MARIA DE FÁTIMA DE ORNELAS ORTIS	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	11º	JANAÍNA FRANÇA BERTOLDI MAURÍCIO	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025
001/2023	47º	GUILHERME GOHRINGER	QPS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GF	40	I	A	26.05.2025

LEGENDA:

QPE - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

QPM - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO

QPS - QUADRO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PORTARIA PGM Nº 009/2021

Publicação Nº 7253004

PORTARIA PGM Nº 009, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, PARA INTEGRAREM A CÂMARA DE INDENIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS E REPOSIÇÕES, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 12.527, DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador-Geral do Município, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, incisos I e XIX, da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município - Lei Complementar nº 1.235, de 06 de junho de 2019, e de conformidade com o §2º do artigo 2º do Decreto nº 12.527, de 20 de janeiro de 2020, resolve:

DESIGNAR, para integrarem a Câmara de Indenizações Administrativas e Reposições, instituída pelo Decreto nº 12.527, de 20 de janeiro de 2020, com as atribuições previstas neste e na Lei Complementar nº 1.235, de 06 de junho de 2019:

PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, matrícula nº 231718, na qualidade de membro, em substituição a ANDRÉA DE SOUZA, designada pela Portaria PGM nº 003/2021, de 24/02/2021, a contar desta data;

ANA CLAUDIA NIEHUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária Executiva, matrícula nº 232055, na qualidade de Secretária, em substituição a DEISI EMANUELE KRAEMER TROIAN, designada pela Portaria PGM nº 002/2020, de 08/09/2020, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de outubro de 2021.

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO
Procurador-Geral do Município

PORTARIA PGM Nº 010/2021

Publicação Nº 7253006

PORTARIA PGM Nº 10, DE 26 OUTUBRO DE 2021.

EXTINGUE A PROCURADORIA SETORIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador-Geral do Município, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, incisos I, XVIII e XIX, da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município (Lei Complementar nº 1.235, de 06 de junho de 2019, e com fundamento no art. 17 da mesma legislação, resolve:

EXTINGUIR a Procuradoria Setorial da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, instituída pela Portaria PGM nº 01, de 03 de fevereiro de 2020, e DISPENSAR a Procuradora do Município ANDREA DE SOUZA, matrícula nº 18.796-8, da atuação na referida Procuradoria Setorial.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, em 26 de outubro de 2021.

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO
Procurador-Geral do Município

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2023

Publicação Nº 7253012

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA IRIS SEGURANÇA INTELIGENTE LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de monitoramento eletrônico (alarme) 24 horas, para o imóvel da 3ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Blumenau/DRP/3ª Ciretran, situada na Rua Humberto de Campos, 242 – Bairro Velha/Blumenau/SC (pisos térreo, 1º e 2º pavimentos), com locação de equipamentos e manutenção – SMTT.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 030/2023.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 24 de maio de 2025 até 23 de maio de 2026.

PREÇO: Renova o valor pago pela prestação dos serviços em R\$ 518,00 (quinhentos e dezoito reais) mensais, totalizando ao ano R\$ 6.216,00 (seis mil, duzentos e dezesseis reais).

DATA DE ASSINATURA: 20 de maio de 2025.

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 089/2022

Publicação N° 7253016

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 089/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA KALTHAUS EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA EPP.

OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado, com reposição de peças, do Parque Vila Germânica (SECTUR), conforme especificações e condições estabelecidas no presente documento - SECTUR.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 022/2022.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 10 de maio de 2025 até 9 de maio de 2026.

PREÇO: Renova o valor total do contrato em R\$ 132.916,88 (cento e trinta e dois mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 09 de maio de 2025.

EXTRATO - CONTRATO N° 69/2025

Publicação N° 7253020

EXTRATO - CONTRATO N° 69/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA ELEVADORES DO VALE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.

OBJETO: Contratação especializada para a manutenção de 03 (três) elevadores de passageiros, conforme ABNT NBR 16083 com fornecimento de atendimento técnico para a manutenção do funcionamento dos elevadores, plano de manutenção preventiva com visita mensal, fornecimento de profissional e documentos necessários junto a entidade competente para funcionamento do equipamento pelo período de 12 (doze) meses, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

PROCESSO: Dispensa N° 08-118/2025.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 22 de maio de 2025.

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 067/2022

Publicação N° 7253021

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 067/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de 02 (duas) licenças Autodesk Architecture Engineering & Construction Collection Ic Commercial, New Single-User, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer - SECTUR.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 021/2022

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02 de abril de 2025 até 01 de abril de 2026.

PREÇO: Renova-se o valor total do contrato em R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).

ALTERAÇÃO: Inclusão da dotação/rubrica orçamentária.

DATA DE ASSINATURA: 15 de maio de 2025.

EXTRATO - CONTRATO N° 65/2025

Publicação N° 7253025

EXTRATO - CONTRATO N° 65/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

OBJETO: Contratação de curso de especialização (MBI) em Smart Cities, cujas especificações constam no termo de referência e anexos, os quais fazem parte deste contrato, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio do fundo de compensação urbanística – SEPLAN.

PROCESSO: Dispensa nº 138/2025.

PRAZO: 12 meses, contados da publicação deste contrato no Diário Oficial do Município (DOM).

VALOR: R\$ 197.415,90 (cento e noventa e sete mil, quatrocentos e quinze reais e noventa centavos).

DATA DE ASSINATURA: 16 de maio de 2025.

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2024

Publicação Nº 7253029

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA VECON LOCADORA LTDA – ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de locação de veículos automotores (LOTES 03 e 11).

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 121/2023.

VALOR: Suprime o valor de R\$ 40.453,99 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos), devido a supressão de 01 veículo do lote 03 que tem como valor mensal R\$ 3.722,76 (três mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15 de maio de 2025.

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 7253034

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) LISTADAS ABAIXO:

FUNDAMENTO LEGAL: Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; Lei nº Lei nº 4.320/1964; Lei Federal nº 8.742/1993 e alterações– LOAS; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Federal nº 10.097/2000; Resolução CNAS nº 109/2009; Resolução CNAS Nº 33/11; Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação; DECRETO nº 7.788/2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social; Resolução CNAS nº 18/2012 e alterações; Resolução CNAS 33/2012 - NOB/SUAS; Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações; Lei Federal nº 13.146/2015;Decreto Federal nº 8.726/2016 e alterações; Decreto Municipal nº 11.235/2017 e Decreto Municipal nº 11.509/2017 - Autoriza a dispensa de chamamento público; Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD; Decreto Municipal nº 14.876/2023; Instrução Normativa nº 33/2024 do TCE/SC; Lei Autorizativa nº 9621/2024; entre outras legislações aplicáveis e princípios da administração pública

T.C.	OSC	CNPJ	SERVIÇO/ PROGRAMA	VALOR TOTAL	VIGÊNCIA
2023/179 - 2ºTA	Associação Família Feliz	29.774.856/0001-04	AICP	R\$ 680.000,00	08 MESES
2023/164 - 2ºTA	Associação Edificando Vidas	46.181.266/0001-89	AICP	R\$ 442.000,00	08 MESES

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

RAFAEL BURGONOVO
Secretário de Desenvolvimento Social

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

Publicação Nº 7253037

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

OBJETO: Registro de preços de curativos especiais - FMS/SEMUS. Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 05 de junho de 2025, às 09:25hs. Data início da sessão eletrônica: dia 05 de junho de 2025, às 09:30hs. Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/> e/ou no site oficial do Município <https://grp.blumenau.sc.gov.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao> Base Legal: Decreto Municipal nº 15.050/2023, Lei Federal: nº 14.133/2021.

Código de registro no TCE/SC: 237C32AA5274B762E244E9E7F718D2E8C209BE80

Blumenau, 14/05/2025 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PROCESSO DISPENSA 08-139/2025

Publicação Nº 7253049

Processo Dispensa 08-139/2025
OBJETO: Aquisição de peças para manutenção do elevador instalado na 3ª DRP/Ciretran de Blumenau - SMTT.
CONTRATADA: SMARTMAQ LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 18.496,72 (Dezoito mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos).
Artigo 75, Inciso II, Lei 14.133/21

PROCESSO DISPENSA 09-153/2025

Publicação Nº 7253057

Processo Dispensa 09-153/2025
Objeto: Referente aquisição de licença para uso de software Lumion Pro para uso desta Fundação.
Artigo: 75, inciso II, Lei 14.133/21
Contratado: Softbra Distribuição Ltda
Valor total: R\$ 7.731,62

PROCESSO DISPENSA 09-154/2025

Publicação Nº 7253061

Processo Dispensa 09-154/2025
Objeto: Referente aquisição de licenças para uso de software Sketchup Pro para uso desta Fundação.
Artigo: 75, inciso II, Lei 14.133/21
Contratado: Totalcad Comercio e Serviços Tecnológicos Ltda
Valor total: R\$ 4.838,00

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

Publicação Nº 7253072

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SEMUDES / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) LISTADAS ABAIXO:

FUNDAMENTO LEGAL: Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016, Lei nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 11.235/2017 e Decreto Municipal nº 14.876/2023, Instrução Normativa TCE/SC nº 33/2024, Lei Autorizativa nº 9.621/2024 e 9.571/2024, Edital de chamamento público nº002/2023 e 005/2023 e Resolução CMDCA nº 60/2023 e 23/2024 bem como nas respectivas legislações específicas à parceria e princípios da administração pública.

TC	OSC	CNPJ	OBJETO /PROJETO	MESES	VALOR
2025/27	APAE	82.656.554/0001-06	Brinquedoteca: espaço para brincar, aprender e incluir	12 meses	R\$ 30.376,07
2025/31	ABADA	79.371.803/0001-02	Mãos Talentosas	15 meses	R\$ 94.945,62
2025/29	EURÍPEDES BARSANULFO	07.098.848/0001-44	A riqueza da língua portuguesa	29 meses	R\$24.000,00
2025/22	EURÍPEDES BARSANULFO	07.098.848/0001-44	Aprender a empreender	29 meses	R\$30.000,00
2025/21	RESGATE AMIGO ESPERANÇA	10.992.876/0001-15	Meditar	15 meses	R\$ 23.470,70
2025/26	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA	83.526.640/0001-67	Alimentação saudável ano II	16 meses	R\$ 43.033,05
2025/25	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA	83.526.640/0001-67	Colorindo o lar	23 meses	R\$ 29.733,55
2025/24	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA	83.526.640/0001-67	Brincar é importante	23 meses	R\$ 138.380,00
2025/23	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA	83.526.640/0001-67	Atuando	29 meses	R\$ 79.860,00

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 16 DE MAIO DE 2025.

RESOLUÇÃO CMMA Nº 001/2025

Publicação Nº 7253086

Resolução CMMA Nº 001/2025
DISPÕE SOBRE OS SISTEMAS DE TRATAMENTO COLETIVOS ISOLADOS DE ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS SISTEMAS DE AFASTAMENTO REFERENTES AOS LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS, CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E CONDOMÍNIOS VERTICAIS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CMMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso V, da Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal e na Lei Federal nº 11.445/07 (diretrizes nacionais para o saneamento básico);

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções CONAMA nº 357/2005, 397/2008 e 430/2011 e no Código Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 14.675/09) e suas alterações;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Complementar nº. 1131, de 20 de julho de 2017, que dispõe sobre a política municipal de saneamento básico do município de Blumenau;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 10.809, de 04 de dezembro de 2015 e no 11.393, de 26 de julho de 2017 que aprovam o "Regulamento dos Serviços Prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e pela Empresa Concessionária de Saneamento" e o "Plano Municipal de Saneamento Básico de Blumenau", respectivamente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Complementar nº 747/2010, de 23 de Março de 2010, que institui o Código do Meio Ambiente do Município de Blumenau e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CONSEMA nº 251/2024, que aprova a Listagem das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de Impacto local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal;

CONSIDERANDO que o cronograma de obras para implantação do Sistema Público de Esgotamento Sanitário no município de Blumenau está determinado no Contrato de Concessão e seus Aditivos Contratuais;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), Conselho Municipal de Saneamento Ambiental (CMSA), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SESUR), Agência Reguladora (AGIR), Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) e Concessionária dos Serviços de Esgotamento Sanitário (BRK Ambiental - Blumenau S.A.) são conhecedores da atual situação do Sistema Público de Esgotamento Sanitário da cidade de Blumenau que foram implantados de forma descentralizada (Loteamentos) e, que deverão ser conectados gradativamente ao Sistema Público Definitivo (Sistema Principal), conforme o Cronograma do Contrato de Concessão e seus Aditivos Contratuais vigentes;

CONSIDERANDO que o Município definiu o sistema de tratamento coletivo como política pública para os loteamentos, condomínios horizontais e condomínios verticais de médio e grande porte;

CONSIDERANDO a norma ABNT NBR 17076 que apresenta opções de tratamento complementares;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de determinar um referencial de parâmetros de lançamento de efluentes sanitários e pontos para o lançamento destes efluentes (em corpo hídrico, em valão de água servida ou rede de drenagem pluvial) para os casos específicos de Sistemas de Tratamento de Esgotos Isolados (STIs) de Loteamentos residenciais aprovados até a promulgação dessa resolução e também para os novos loteamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o processo de melhoria contínua do sistema de esgotamento sanitário do município de Blumenau-SC;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência que fundamentam a atuação da Administração Pública e a prestação dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º Para fins de aplicação desta Resolução considera-se:

I- Sistema de Afastamento de esgotos sanitários: é o sistema responsável por coletar, transportar e encaminhar os esgotos sanitários, que passaram por tratamento individual, de uma área para um local único de descarte, facilitando a interconexão com a rede do sistema centralizado quando disponível.

II- Sistema definitivo centralizado: é um sistema em que todos os esgotos sanitários de um determinado município são coletados e transportados para uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) centralizada que recebe efluentes de diferentes localidades. Nesse tipo de sistema, todas as estruturas e tubulações são conectadas a uma rede de esgoto principal que direciona o fluxo de esgoto para as ETE's centralizadas.

III - Sistema de Tratamento Isolado Coletivo: é uma instalação projetada para tratar o esgoto sanitário nos loteamentos aprovados pelo município, onde ainda não há acesso aos sistemas de tratamento de esgoto centralizado, devendo ser coletivo.

Art. 2º Os loteamentos, condomínios horizontais e condomínios verticais de porte M e G que não estejam devidamente licenciados pelo órgão ambiental e/ou que não possuam planta aprovada pelo Município até a data de 06/08/2024 deverão adotar Sistema de Tratamento Coletivo Isolado para obtenção das respectivas licenças ambientais.

Parágrafo único. O loteador/empreendedor pode optar por um sistema coletivo de tratamento composto por tanque séptico seguido de filtro anaeróbio ou sistemas alternativos, desde que em ambos os casos os sistemas sejam providos de tratamento complementar que vise à diminuição da concentração de nutrientes e coliformes, estando em consonância com o atendimento das exigências previstas na legislação vigente.

Art. 3º O dimensionamento do sistema de tratamento de esgotos deverá atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT vigentes. Caso seja uma tecnologia não prevista, deve obrigatoriamente possuir justificativa técnica com documento de responsabilidade de profissional habilitado, devendo essa ser aprovada no licenciamento.

Art. 4º É obrigatória a existência de caixa de gordura com sifão, que receba águas servidas com resíduos gordurosos provenientes de pias de cozinha e similares localizada anterior ao lançamento na rede coletora de esgotos sanitários.

Art. 5º A rede coletora deve ser dimensionada de acordo com a ocupação máxima prevista para o loteamento, devendo seguir as diretrizes básicas para projetos de loteamentos da Concessionária e ser aprovada no licenciamento ambiental.

Art. 6º A Concessionária do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau obriga-se a realizar rotineiramente a Operação e Manutenção do sistema de esgotamento sanitário existente no Loteamento/empreendimento, cuja comprovação dos serviços prestados nestes locais deverá ser feita através da apresentação de Relatório de Atividades, entregue semestralmente, com análises realizadas mensalmente, ao Poder Concedente (SAMAE), Agência Reguladora (AGIR) e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS).

Art. 7º As obras de construção de implantação da rede coletora e estações de tratamento do novo Loteamento/empreendimento serão fiscalizadas pela Concessionária do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau, de acordo com as normas definidas nas Diretrizes Básicas para Projetos de Loteamentos (DBPL).

Art. 8º Os Sistemas de Tratamento Coletivos Isolados de esgotos sanitários de Loteamentos Residenciais e as redes coletoras de afastamento existentes, dentro da Área Urbana do Município de Blumenau-SC, deverão ter suas plantas de tratamento desativadas e as redes interligadas ao "Sistema Definitivo" de Coleta e Tratamento de Esgotos do Município, de acordo com o cronograma de implantação definido no Contrato de Concessão de Prestação de Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município e seus aditivos.

Art. 9º Os Sistemas de Tratamento Coletivos Isolados de esgotos sanitários de Loteamentos Residenciais que tiverem suas respectivas licenças ambientais prévia e de instalação (LAP/LAI) aprovadas, enquanto não possam ser desativados e interligados ao "Sistema Definitivo" de Coleta e Tratamento de Esgotos do Município, poderão lançar seus efluentes sanitários tratados em corpos hídricos, pequenos córregos, ribeirões, valões de águas servidas e/ou redes de drenagem pluvial, dentro da abrangência da área urbana do Município, devendo atender as exigências previstas para lançamento de efluentes das normas vigentes.

§1º Os Sistemas de Tratamento Coletivos Isolados de esgotos sanitários de Loteamentos Residenciais e Condomínios existentes fora da abrangência da área urbana do Município e que não possam ser desativados/interligados ao "Sistema Centralizado Definitivo" de Coleta e Tratamento de Esgotos, deverão atender às exigências previstas nas normas vigentes ou devem ser transportados e dispostos nas estações de tratamento existentes, mediante contrato de prestação de serviços com a concessionária local.

§2º Os Sistemas de Coleta e Tratamento de esgotos sanitários com porte máximo de 50 L/s (litros por segundo) de vazão média, deverão ser licenciados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), conforme determinado pela Resolução CONSEMA Nº 251/2024 ou as que vierem a substituí-la.

Art. 10. Após a conexão do Sistema de Tratamento Coletivo Isolado com a rede coletora pública do Município, nos casos do encerramento de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, a concessionária deve comunicar o órgão ambiental para atualizar ou cancelar o documento de regularidade ambiental ao qual o empreendimento está vinculado, mediante a apresentação do Plano de Desativação de Atividade que deverá ser aprovado pelo órgão ambiental municipal.

Art. 11. O Loteador/empreendedor se obriga a, no ato da venda do terreno/lote, orientar aos compradores em relação à obrigatoriedade de construção do sistema de fossa-filtro individual e sua interligação com a rede pública de coleta e afastamento de esgoto sanitário implantado, quando a aprovação ocorreu antes do lapso temporal previsto no Art. 2º.

Art. 12. As águas de origem pluvial e de esgotamento de piscinas, fontes naturais podem ser lançadas na rede pluvial pública, não devendo em hipótese alguma ser lançadas em rede coletora de esgoto.

Art. 13. Todas as ligações, antes do lançamento na rede de esgotamento sanitário, devem ter uma caixa de inspeção ou sistema análogo que deverá ter suas dimensões especificadas para fácil acesso visando facilitar o controle de qualidade destas águas pelos órgãos fiscalizadores de posturas, de saúde e/ou ambientais.

Art. 14. O lançamento não conforme de efluentes em corpo hídrico, pequenos córregos, ribeirões, valões de águas servidas e/ou rede de drenagem pluvial, será considerado infração, incorrendo o infrator às sanções legais cabíveis.

Parágrafo único. As instalações existentes que não cumpram os parâmetros de lançamento de efluentes estabelecidos deverão apresentar cronograma com metas progressivas e obrigatórias de adequação, cujo prazo deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente.

Art. 15. No prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar de sua publicação, esta resolução deverá ser revista.

Art. 16. Esta Resolução revoga as Resoluções CMMA nº 002/2013, 001/2015, 002/2018, 003/2018, 003/2023, 004/2023 e 002/2024.

Art. 17. Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 18 de março de 2025.

Robson Tomasoni
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA.

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2025/32

Publicação Nº 7253090

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2025/32
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) LISTADAS ABAIXO:

FUNDAMENTO LEGAL: Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; Lei nº Lei nº 4.320/1964; Lei Federal nº 8.742/1993 e alterações– LOAS; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Federal nº 10.097/2000; Resolução CNAS nº 109/2009; Resolução CNAS Nº 33/11; Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação; DECRETO nº 7.788/2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social; Resolução CNAS nº 18/2012 e alterações; Resolução CNAS 33/2012 - NOB/SUAS; Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações; Lei Federal nº 13.146/2015;Decreto Federal nº 8.726/2016 e alterações; Decreto Municipal nº 11.235/2017 e Decreto Municipal nº 11.509/2017 - Autoriza a dispensa de chamamento público; Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD; Decreto Municipal nº 14.876/2023; Instrução Normativa nº 33/2024 do TCE/SC; Lei Autorizativa nº 9621/2024, entre outras correlatas; observando-se ainda as legislações aplicáveis e os princípios da administração pública.

T.C.	OSC	CNPJ	SERVIÇO	VALOR TOTAL	VIGÊNCIA
2025/32	Associação Família Feliz	29.774.856/0001-04	ABRIGO	R\$ 1.140.000,00	07 MESES

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

RAFAEL BURGONOVO
Secretário de Desenvolvimento Social

COMUNICADO

Publicação Nº 7253097

Comunicado
Informamos a abertura do Edital de Chamamento para a participação do evento Vem pro Parque. O presente Edital é o chamamento público visando ao cadastro de pessoas jurídicas ou naturais interessadas em participar, como apoiadores, sem transferência de recursos financeiro, da 1ª edição do evento Vem pro Parque, a ser realizado pela Secretaria de Turismo e Lazer no dia 14 de junho de 2025. O Edital completo e o cadastro está disponível no endereço eletrônico: <https://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-turismo/pagina/editais-turismo>

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 08-2241/2025 – SAMAE

Publicação Nº 7253104

TERMO DE RATIFICAÇÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE BLUMENAU
DISPENSA LEI 14.133/21 - Nº 08-2241/2025 – SAMAE
Aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, realizou-se o PROCESSO DE DISPENSA: FORNECIMENTO DE ABRIGO METÁLICO E BASE DE CONCRETO PARA SUPORTE, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, VISANDO A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DOS RESERVATRÓRIOS R1 E R7. A justificativa e demais documentos pertinentes encontram-se anexados ao processo em epígrafe

BASE LEGAL: Artigo 75, Inciso III, Lei 14.133/21 e alterações:
"Art. 75: É dispensável a licitação:
Inciso III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:
a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;
b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;"

CONTRATADAS: HARPRO SOLUCOES INTEGRADAS PARA SANEAMENTO LTDA (CNPJ 47.216.066/0001-87)

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 48.722,46
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: as despesas decorrentes do presente Processo de Dispensa Lei 14.133/21 – 2025/2241 correrão por conta do SAMAE e estão classificadas na seguinte dotação orçamentária:
Dotação: 2025/38 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Programa de Trabalho: 26.04.17.512.0081.2210 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS
Fonte de Recurso: 1753 - Rec Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Rubrica Item: 4.4.90.30.99.00.00.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
DATA HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2025.

Blumenau (SC) 22/05/2025.

Alexandre de Vargas
Diretor Presidente

CONTRATO Nº 2217/2025 - SAMAE

Publicação Nº 7253105

CONTRATO Nº 2217/2025
PARTES: SAMAE e ESTRATÉGIA IT LTDA.
OBJETO: Contratação de serviços de firewall e antivírus.
FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico 2224/2025.
VALOR: R\$ 132.150,00 (cento e trinta e dois mil, cento e cinquenta reais).
PRAZO: 12 (doze) meses, vigendo de 29/05/2025 a 28/05/2026.
DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2025.

PORTARIA SAMAE Nº 9916/2025

Publicação Nº 7253118

PORTARIA SAMAE Nº 9916/2025

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

CONCEDER

Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, com fundamento no art. 93, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome do Servidor	Cargo	C/H	Faixa Venc	Padrão Venc	Horas aulas ministradas
IVANA CRISTINE MACOPPI KUNTZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	E4I	A	10 horas
PAULO COSTA NETO	OPERADOR ETA/ETE	40	C4I	C	54 horas

Blumenau, 22 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9917/2025

Publicação Nº 7253121

PORTARIA SAMAE Nº 9917/2025

PROFERE DECISÃO ACERCA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

DETERMINAR

O arquivamento conforme disposto no art. 212, inciso I da Lei 660/2007, do Processo Administrativo de Sindicância nº 533/2007, instaurado para apurar eventuais irregularidades praticadas, que resultaram na deterioração dos tubos depositados na unidade de Resíduos Sólidos, bem como Parecer Jurídico nº 001/2022.

Publica-se e arquivase.

Blumenau, 22 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9919/2025

Publicação Nº 7253122

PORTARIA SAMAE Nº 9919/2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, a candidata aprovada no Concurso Público Nº 001/2023:

CAROLINA BOSSE, para ocupar cargo de provimento efetivo de Técnica em Laboratório de Análise de Água e Esgoto, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 06, do Grupo Ocupacional- GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 345/2505.

Blumenau, 22 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9920/2025

Publicação Nº 7253124

PORTARIA SAMAE Nº 9920/2025

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR OS FATOS NARRADOS.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

DETERMINAR

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pela Portaria nº 9799/25, para apurar a responsabilidade disciplinar de servidor público G.S., matrícula 2322-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, conforme informações contidas no Memorando nº 076/2025/DO, de 30 de abril de 2025 e Relatório de Instrução de Denúncia nº 002/2025, de 21 de maio de 2025.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9921/2025

Publicação Nº 7253128

PORTARIA SAMAE Nº 9921/2025

DETERMINA A APLICAÇÃO DE PENALIDADE NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA CASTILHO E GAMBA CONEXÕES COMÉRCIO ATACADO DE ALIMENTOS LTDA., INSCRITA NO CNPJ Nº 40.738.368.0001/76.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU - SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, vem por meio das considerações abaixo determinar:

CONSIDERANDO o descumprimento contratual relativo ao Pregão Eletrônico nº 07-2231/2022, ARP nº 2226/2022, apurado por meio do Processo Administrativo de Penalidade nº 469/2310, e por fim;

CONSIDERANDO a recomendação da Comissão Especial de Penalidade (CEP) no Parecer Conclusivo e o Parecer Jurídico 77/2025.

DETERMINAR

A aplicação de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR com a Administração Pública pelo período de 01 (um) ano, com fulcro no Art. 7º, IV da Lei nº 10.520/02 e MULTA COMPENSATÓRIA no percentual de 15% sobre o valor do quantitativo total dos itens registrados, correspondente a R\$ 394,50 (trezentos e noventa e quatro reais), com fulcro na Cláusula IX, Item 5 da ARP nº 2226/2022, no curso do Processo Administrativo de Penalidade nº 469/2310 da empresa CASTILHO E GAMBA CONEXÕES COMÉRCIO ATACADO DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 40.738.368.0001/76.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9922/2025

Publicação Nº 7253132

PORTARIA SAMAE Nº 9922/2025

DETERMINA A APLICAÇÃO DE PENALIDADE NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA SOLUÇÃO ENGENHARIA LTDA., INSCRITA NO CNPJ Nº 41.368.776/00001-46.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU - SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, vem por meio das considerações abaixo determinar:

CONSIDERANDO o descumprimento contratual relativo ao Pregão Eletrônico nº 07-2203/2022, ARP nº 2216/2022, apurado por meio do Processo Administrativo de Penalidade nº 28/2301, e por fim;

CONSIDERANDO a recomendação da Comissão Especial de Penalidade (CEP) no Parecer Conclusivo e o Parecer Jurídico 012/2025.

DETERMINAR

A aplicação de ADVERTÊNCIA no curso do Processo Administrativo de Penalidade nº 28/23101 da empresa SOLUÇÃO ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ Nº 41.368.776/00001-46, em conformidade com o art. 87, I da Lei 8.666/1993.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9923/2025

Publicação Nº 7253137

PORTARIA SAMAE Nº 9923/2025

DETERMINA A APLICAÇÃO DE PENALIDADE NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA., INSCRITA NO CNPJ Nº 83.748.038/0001-74.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU - SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, vem por meio das considerações abaixo determinar:

CONSIDERANDO o descumprimento contratual relativo ao Contrato nº 2218/2018, apurado por meio do Processo Administrativo de Penalidade nº 569/2008, e por fim;

CONSIDERANDO a recomendação da Comissão Especial de Penalidade (CEP) no Parecer Conclusivo e o Parecer Jurídico 351/2021/DJ.

DETERMINAR

A aplicação de MULTA MORATÓRIA de R\$ 19.518,37 (dezenove mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e sete centavos), conforme Cláusula Sexta, Inciso I, do Contrato 2218/2018 e MULTA COMPENSATÓRIA de R\$ 19.518,37 (dezenove mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e sete centavos), conforme Cláusula Sexta, Inciso V, b1), Inciso VI, b, c, f, do Contrato 2218/2018 e conforme Despacho de Decisão da Diretoria Administrativa Financeira, de 10 de junho de 2021, no curso do Processo Administrativo de Penalidade nº 569/2008 da empresa RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA., inscrita no CNPJ Nº 83.748.038/0001-74.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9924/2025

Publicação Nº 7253141

PORTARIA SAMAE Nº 9924/2025

DETERMINA A APLICAÇÃO DE PENALIDADE NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA RED NOV FERRAMENTAS LTDA., INSCRITA NO CNPJ Nº 45.769.285/0001-68.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU - SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, vem por meio das considerações abaixo determinar:

CONSIDERANDO o descumprimento contratual relativo ao Pregão Eletrônico nº 07-2253/2023, ARP nº 2204/2024, apurado por meio do Processo Administrativo de Penalidade nº 599/2410, e por fim;

CONSIDERANDO a recomendação da Comissão Especial de Penalidade (CEP) no Parecer Conclusivo e o Parecer Jurídico 049/2025.

DETERMINAR

A aplicação de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR com a Administração por 06 meses e multa compensatória prevista na Cláusula 23.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 07-2253/2023, observado o limite de 20% do montante, no curso do Processo Administrativo de Penalidade nº 559/2410 da empresa RED NOV FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ 45.769.285/0001-68, em conformidade com o Art. 156, II e III da Lei 14.133/2021.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9925/2025

Publicação Nº 7253146

PORTARIA SAMAE Nº 9925/2025

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR OS FATOS NARRADOS.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

DETERMINAR

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pela Portaria nº 9799/25, para apurar a responsabilidade disciplinar de servidor público A.M., matrícula 1949-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, conforme denúncia anônima via e-mail, de 20 de março de 2025 e Relatório de Instrução de Denúncia nº 001/2025, de 23 de maio de 2025.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9926/2025

Publicação Nº 7253149

PORTARIA SAMAE Nº 9926/2025

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

CONCEDER

Licença Paternidade com fulcro no artigo 276, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a:

FABIO MURILLO VAZ TAVARES, cadastro 2372-8, servidor público autárquico municipal desde 06/05/2025, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº 333/2505, a contar de 20/05/2025.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9927/2025

Publicação Nº 7253151

PORTARIA SAMAE Nº 9927/2025
CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

CONCEDER

Auxílio Natalidade de acordo com o artigo 266, Caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal:

FABIO MURILLO VAZ TAVARES, cadastro 2372-8, servidor público autárquico municipal desde 06/05/2025, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº 334/2505.

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PORTARIA SAMAE Nº 9928/2025

Publicação Nº 7253154

PORTARIA SAMAE Nº 9928/2025

DESIGNA SEVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2214/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 2206/2024, FIRMADO COM CONSÓRCIO ETA V.

ALEXANDRE DE VARGAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 30.566, de 01 de janeiro de 2025, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação semi-integrada para fornecimento, montagem, instalação e pré-operação assistida de um sistema de captação e adução de água bruta para a ETA V e de água tratada para a RA9, incluindo tubulações, válvulas, bombeamentos, estruturas acessórias e projeto executivo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e em seus anexos.

SAMANTHA BLAUTH KEIM MEJIA FERRETTI, cadastro 2002-8, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretora Técnica, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

RAFAEL RIBEIRO MARTINS, cadastro 2306-0, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretor de Operações, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

EVERSON ALVES FERNANDES, cadastro 2201-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL TÉCNICO do contrato;

LUIZ HENRIQUE THOMAZO, cadastro 1981-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL TÉCNICO do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL TÉCNICO do contrato;

ALEXANDRE DAVI MARQUES DA SILVA, cadastro 2194-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL TÉCNICO do contrato;

ARLAN SCORTEGAGNA ALMEIDA, cadastro 2292-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, lotado na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL SETORIAL do contrato;

MARCELO TORRESANI, cadastro 1636-5, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL SETORIAL do contrato;

BIANCA DESCHAMPS, cadastro 2170-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL ADMINISTRATIVO do contrato;

Fica revogada a Portaria nº 9893, de 08 de maio de 2025.

Ciência da gestora: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do gestor: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal técnico: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal técnico: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal técnico: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal técnico: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal setorial: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal setorial: _____

Data da Ciência: _____

Ciência do fiscal administrativo: _____

Data da Ciência: _____

Blumenau, 23 de maio de 2025.

ALEXANDRE DE VARGAS
Diretor Presidente – Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2025 - FURB

Publicação Nº 7253157

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico nº. 073/2025

Nº do registro do envio TCE: F07687E1393FDAEA36DA2488325CC143D58932EE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM AUTOCLAVES INSTALADAS EM DIVERSOS SETORES DA FURB, ATRAVÉS DE CONTRATO DE 12 (DOZE) MESES

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br> , dia 10 de junho de 2025, às 09 horas.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br .

Base Legal: Lei Federal n. 14.133/2021, suas alterações e Resolução FURB nº 016/2024.

Blumenau, 26 de maio de 2025.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 126 de 24 de fevereiro de 2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 076/2025 - FURB

Publicação Nº 7253161

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico nº. 076/2025

Nº do registro do envio TCE: 3841B15F8B2B3E78CB05DCF1E526F7BE72CE15C3

Objeto: AQUISIÇÃO DE SMART TVS PARA UTILIZAÇÃO EM SALAS DE AULA, LABORATÓRIOS E OUTROS ESPAÇOS EDUCACIONAIS NA FURB, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 968969/2024, FIRMADO ENTRE A FURB E FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br>, dia 06 de junho de 2025, às 09 horas.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br.

Base Legal: Lei Federal n. 14.133/2021, suas alterações e Resolução FURB nº 016/2024.

Blumenau, 26 de maio de 2025.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 126 de 24 de fevereiro de 2023

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO Nº. 191/2025 - FURB

Publicação Nº 7253167

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Retificação do Extrato nº. 191/2025

Dispensa de Licitação nº. 084/2025

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 75, II da Lei 14.133/21 e Parecer Jurídico nº 157/2025, para a AQUISIÇÃO DE PAPEL FOTOGRÁFICO, REVELADOR E FIXADOR PARA USO NO LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA DA FURB, DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO. Setor solicitante: Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Contratada: LTP Produtos Científicos (CNPJ: 00.368.352/0001-02). Fundamento Legal: Artigo 75, II da Lei 14.133/21 e Parecer Jurídico nº 157/2025. Pedido: 2025/559, 558 e 896. Forma de Pagamento: Em até 30 dias consecutivos após a entrega com NF. Prazo de Entrega: Imediato. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 4.821,35 (quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos) / 01.16.12.364.0101.2110 (Manutenção de Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativas) / 3.3.90.30.29 (Material para Áudio, Vídeo e Foto).

Blumenau/SC, 23 de maio de 2025.

Prof.ª Márcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

EXTRATO Nº. 195/2025 - FURB

Publicação Nº 7253169

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 195/2025

Dispensa de Licitação nº. 085/2025 – Contrato nº 098/2025

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 75, III, 'a', da Lei 14.133/21 e Parecer Jurídico nº 208/2025/PROGEF, para a AQUISIÇÃO DE BANCO ARTÍCULADO PARA ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS DO VESTIÁRIO MASCULINO DO GINÁSIO ESCOLA DA FURB PARA USO DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA. Setor solicitante: Divisão de Administração do Campus. Contratada: Gilvan Soares Pereira 44.435.768 (CNPJ: 44.435.768/0001-63). Pedidos: 2025/788. Forma de Pagamento: Em até 30 dias consecutivos após a entrega com NF. Prazo de Entrega: : Em até 10 dias após o envio da ordem de compra. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 2.399,95 (dois mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) / 01.09.12.122.0101.2105 (Manutenção de Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativas) / 3.3.90.30.28 (Material de produção e segurança).

Blumenau/SC, 22 de maio de 2025.

Prof.^a Márcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 072/2025 - FURB

Publicação Nº 7253171

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico nº. 072/2025

Nº do registro do envio TCE: 682EEA63B284D8CA826F2CA64A67E01391F61922

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, REMOÇÃO DE PINTURA EXISTENTE, CORREÇÃO DE IMPERFEIÇÕES E PINTURA DA FACHADA (PAREDES EXTERNAS) DA POLICLÍNICA DA FURB, LOCALIZADA NO CAMPUS V, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br>, dia 12 de junho de 2025, às 09 horas.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br.

Base Legal: Lei Federal n. 14.133/2021, suas alterações e Resolução FURB nº 016/2024.

Blumenau, 26 de maio de 2025.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 126 de 24 de fevereiro de 2023

EXTRATO Nº. 199/2025 - FURB

Publicação Nº 7253172

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 199/2025

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
AUTO MECÂNICA EJ LTDA.

ADITIVO DE SUPRESSAO
CONTRATO Nº. 170/2022– TERMO ADITIVO Nº. 005

OBJETO: "Contratação da prestação de serviços da empresa Auto Mecânica EJ Ltda."

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 253/2022 e Contrato nº. 170/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

1.1. Registra-se a supressão quantitativa do objeto, no valor de R\$ 22.802,07 (vinte e dois mil, oitocentos e dois reais e sete centavos), o qual, não foi utilizado na vigência inicial do contrato, que compreendeu o período de 03 de outubro de 2022 a 02 de outubro de 2023, correspondente ao percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oitenta por cento) a menor que o valor global do referido período.

1.2. Registra-se a supressão quantitativa do objeto, no valor de R\$ 9.241,01 (nove mil, duzentos e quarenta e um reais e um centavos), o qual, não foi utilizado na vigência do Termo Aditivo nº 002, que compreendeu o período de 03 de outubro de 2023 a 02 de outubro de 2024, correspondente ao percentual de 9,24% (nove vírgula vinte e quatro por cento) a menor que o valor global do referido período.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUNTEÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 143/2022 e Aditivos nº 001 a 005, que não conflitam com o presente documento.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo para os efeitos de direito e de justiça.

Blumenau (SC), 23 de maio de 2025.

PORTARIA SEMUS Nº 1.328/2025

Publicação Nº 7253233

PORTARIA SEMUS Nº 1.328, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA OS SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA Nº 14/2025 DE FORNECIMENTO DE LANCHES E PANIFICAÇÃO, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E AS EMPRESAS VENCEDORAS DO PREGÃO ELETRÔNICO 2024/118.

DOUGLAS RAFAEL DE SOUZA, Secretário e Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 117, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como, os artigos, 78, XI, 146 e 159 do Decreto Municipal nº 15.050 de 21 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1. Nomear o servidor Marco Aurélio Georg, matrícula 217468, cargo Enfermeiro, lotação Vigilância Epidemiológica, que exercerá a função de GESTOR da ata 14/2025 que tem por objeto aquisição de Lanches e Panificação, para os profissionais que atuam nas campanhas realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o calendário de vacinação do Ministério da Saúde e Mutirão de Especialidades.

Art. 2. Nomear a servidora Simone Keila Pasa, matrícula 199613, cargo Enfermeiro, lotação Atenção Especializada, como GESTOR SUPLENTE da supracitada ata.

Art. 3. Nomear o servidor Ciro Cesar Hostin, matrícula 201197, cargo Agente Administrativo, lotação Vigilância Epidemiológica, que exercerá a função de FISCAL SETORIAL para acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preços, nos termos do Artigo 158 do Decreto Municipal nº 15.050/2023.

Art. 4. Nomear o servidor Edson Luiz Hemer, matrícula 231705, cargo Técnico de Enfermagem, lotação Ambulatório De Referência De Especialidades Lindolf Bell, como FISCAL SETORIAL SUPLENTE da supracitada ata.

Art. 5. Nomear a servidora Elisandra Dall Agnol, matrícula 230887, cargo Enfermeiro, lotação Atenção Primária, que exercerá a função de FISCAL SETORIAL para acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preços, nos termos do Artigo 158 do Decreto Municipal nº 15.050/2023.

Art. 6. Nomear a servidora Fernanda Izidoro, matrícula 229343, cargo Agente Administrativo, lotação Diretoria De Atenção Em Saúde, como FISCAL SETORIAL SUPLENTE da supracitada ata.

Art. 7. Incumbe aos servidores referidos nos artigos anteriores acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, observando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal e Decreto Municipal, especificados no preâmbulo.

Art. 8. Registre-se, publique-se no Órgão Oficial do Município e cumpra-se.

Art. 9. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 22 de abril de 2025.

DOUGLAS RAFAEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Promoção da Saúde

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

GESTOR: Marco Aurélio Georg

Data da Ciência:

Ciência do Gestor: GESTOR SUPLENTE: Simone Keila Pasa

Data da Ciência:

Ciência do Gestor Suplente: FISCAL SETORIAL: Ciro Cesar Hostin

Data da Ciência:

Ciência do Fiscal: FISCAL SETORIAL SUPLENTE: Edson Luiz Hemer

Data da Ciência:

Ciência do Fiscal Suplente: FISCAL SETORIAL: Elisandra Dall Agnol

Data da Ciência:

Ciência do Fiscal: FISCAL SETORIAL SUPLENTE: Fernanda Izidoro

Data da Ciência:

Ciência do Fiscal Suplente:

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 279/2025 - ADMITIR POR CHAMADA PÚBLICA PROFESSOR I

Publicação Nº 7251288

PORTARIA Nº 279/2025
De 22 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, por chamada pública nº 27/2025, Rosimeri Aparecida de Lima Pereira, professor I, 40hs;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 280/2025 - ADMITIR POR CHAMADA PÚBLICA PROFESSOR III

Publicação Nº 7251294

PORTARIA Nº 280/2025
De 22 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, por chamada pública nº 27/2025, Karini Amaral de Oliveira, professor III, 20hs;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 281/2025 - ADMITIR POR CHAMADA PÚBLICA PROFESSOR I

Publicação Nº 7251301

PORTARIA Nº 281/2025
De 22 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, por chamada pública nº 27/2025, Lenita Aparecida Padilha, professor I, 20hs;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 282/2025 - ADMITIR POR CHAMADA PÚBLICA PROFESSOR IV

Publicação Nº 7251305

PORTARIA Nº 282/2025
De 22 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, por chamada pública nº 27/2025, Johnny Rodrigues de Melo, professor IV, 20hs;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 283/2025 - ADMITIR POR CHAMADA PÚBLICA MONITORA ESCOLAR

Publicação Nº 7251313

PORTARIA Nº 283/2025
De 22 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, por chamada pública nº 27/2025, Maria Laura da Rosa Garcia, monitora escolar;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 284/2025 - NOMEAR SECRETÁRIA DE SAÚDE

Publicação Nº 7251317

PORTARIA Nº 284/2025
De 23 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a Sra. ANIELI FABIANI DIAS, para o cargo de Secretária de Saúde com efeitos retroativos a 22 de maio de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 23 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 285/2025 - NOMEAR GERENTE DE SAÚDE

Publicação Nº 7251319

PORTARIA Nº 285/2025
De 23 de maio de 2025

Pedro Luiz Ostetto, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a Sra. JEANINE DA SILVA, para o cargo de Gerente de Saúde com efeitos retroativos a 22 de maio de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, 23 de maio de 2025.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

Página: 1 / 4
Data: 21/05/2025
Exercício de 2025

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RREO - Anexo 1 (LRF - Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.000.000,00	41.000.000,00	7.232.584,10	17,64	13.712.923,91	27.287.076,09
RECEITAS CORRENTES	40.753.778,00	40.753.778,00	6.932.584,10	17,01	13.412.923,91	27.340.854,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.289.876,00	6.289.876,00	953.708,51	15,16	1.715.308,88	4.574.567,12
Impostos	5.894.876,00	5.894.876,00	762.033,71	12,93	1.447.715,26	4.447.160,74
Taxas	395.000,00	395.000,00	191.674,80	48,53	267.593,62	127.406,38
CONTRIBUIÇÕES	190.800,00	190.800,00	33.186,06	17,39	40.336,84	150.463,16
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	15.900,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	15.900,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	174.900,00	174.900,00	33.186,06	18,97	40.336,84	134.563,16
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	149.600,00	149.600,00	145.410,50	97,20	238.481,56	-88.881,56
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	149.600,00	149.600,00	145.410,50	97,20	238.481,56	-88.881,56
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

Página: 2 / 4

Data: 21/05/2025

Exercício de 2025

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.789.502,00	33.789.502,00	5.777.786,97	17,10	11.390.014,82	33,71	22.399.487,18
Transferências da União e de suas Entidades	16.639.180,00	16.639.180,00	2.574.235,89	15,47	5.264.579,68	31,64	11.374.600,32
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.448.712,00	12.448.712,00	2.316.697,18	18,61	4.325.128,66	34,74	8.123.583,34
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.621.010,00	4.621.010,00	884.748,26	19,15	1.795.298,82	38,85	2.825.711,18
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	80.600,00	80.600,00	2.105,64	2,61	5.007,66	6,21	75.592,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	334.000,00	334.000,00	22.492,06	6,73	28.781,81	8,62	305.218,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	150.000,00	150.000,00	19.616,94	13,08	20.212,20	13,47	129.787,80
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	132.000,00	132.000,00	2.875,12	2,18	8.569,61	6,49	123.430,39
RECEITAS DE CAPITAL	246.222,00	246.222,00	300.000,00	121,84	300.000,00	121,84	-53.778,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.030,00	6.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.030,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.030,00	6.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.030,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	231.192,00	231.192,00	300.000,00	129,76	300.000,00	129,76	-68.808,00
Transferências da União e de suas Entidades	221.192,00	221.192,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.192,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.000,00	10.000,00	300.000,00	3.000,00	300.000,00	3.000,00	-290.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL



OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL									
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.000.000,00	41.000.000,00	7.232.584,10	17,64	13.712.923,91	33,45	27.287.076,09		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	41.000.000,00	41.000.000,00	7.232.584,10	17,64	13.712.923,91	33,45	27.287.076,09		
DÉFICIT (VI)									
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	41.000.000,00	41.000.000,00	7.232.584,10	17,64	13.712.923,91	33,45	27.287.076,09		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	1.798.204,12			1.798.204,12				
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	1.798.204,12			1.798.204,12				

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL



DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	41.000.000,00	44.429.168,08	7.154.513,14	13.473.383,04	30.955.785,04	7.217.740,61	11.871.116,76	32.558.051,32	11.442.656,97
DESPESAS CORRENTES	38.012.056,00	39.430.530,38	6.030.159,07	11.658.285,03	27.772.245,35	6.346.563,94	10.560.671,08	28.869.859,30	10.206.613,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.660.060,00	18.062.796,49	2.455.868,00	4.830.288,47	13.232.508,02	2.492.332,06	4.677.528,13	13.385.268,36	4.665.740,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	735.000,00	735.000,00	117.839,98	235.898,99	499.101,01	117.839,98	235.898,99	499.101,01	235.898,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.616.996,00	20.632.733,89	3.456.451,09	6.592.097,57	14.040.636,32	3.736.391,90	5.647.243,96	14.985.489,93	5.304.974,18
DESPESAS DE CAPITAL	2.887.944,00	4.898.637,70	1.124.354,07	1.815.098,01	3.083.539,69	871.176,67	1.310.445,68	3.588.192,02	1.236.043,70
INVESTIMENTOS	2.387.944,00	4.398.637,70	1.001.392,59	1.569.311,69	2.829.326,01	748.215,19	1.064.659,36	3.333.978,34	990.257,38
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	122.961,48	245.786,32	254.213,68	122.961,48	245.786,32	254.213,68	245.786,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	41.000.000,00	44.429.168,08	7.154.513,14	13.473.383,04	30.955.785,04	7.217.740,61	11.871.116,76	32.558.051,32	11.442.656,97
AMORTIZAÇÃO DA DIV./REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	41.000.000,00	44.429.168,08	7.154.513,14	13.473.383,04	30.955.785,04	7.217.740,61	11.871.116,76	32.558.051,32	11.442.656,97
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	239.540,87	0,00	0,00	1.841.807,15	0,00	2.270.266,94
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	41.000.000,00	44.429.168,08	7.154.513,14	13.712.923,91	0,00	7.217.740,61	13.712.923,91	0,00	13.712.923,91
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha - Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA. Emissão: 21/05/2025, às 15:01:36.

Notas(s) Explicativas(s):

Bom Jesus

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº8/2025

Publicação Nº 7251064

EDITAL DE CREENCIAMENTO Nº 8/2025
INEXIGIBILIDADE Nº18/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2025

O Município de Bom Jesus – Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.551.148/0001-87, com sede administrativa à Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, Centro, na cidade de Bom Jesus – SC, com amparo no disposto no Art. 199, da Constituição Federal e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que abrirá inscrições para Credenciamento, desde que atendidas às exigências do presente Edital e seus Anexos:

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente processo é o CREENCIAMENTO de restaurantes para fornecimento de marmitas e/ou refeições, destinadas aos funcionários públicos, quando da realização de serviços externos, dentro ou fora do Município, bem como para atender usuários beneficiários da Secretaria Municipal de Assistência Social, com entrega parcelada, durante o exercício de 2025.

1.1.1. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para seu fornecimento, como: tributos e demais despesas intrínsecas à prestação do serviço descrito.

2. DO AMPARO LEGAL

2.1 O presente processo de credenciamento é regido pela Lei nº 14.133, artigos 74, IV e 79, e Decreto Municipal 09/2024.

3. DO PREÇO

3.1 A Prefeitura pagará pelo fornecimento do objeto o preço estabelecido pela na tabela abaixo, conforme pesquisa de preços realizada:

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
1	Refeições prontas/marmitas - acondicionadas em embalagem própria de isopor isotérmica, acompanhamento de garfo e faca de plástico descartável, para entrega parcelada, mediante requisição, conforme necessidade de consumo. as refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão, carnes, batata, mandioca, podendo variar conforme cardápio do fornecedor. cada refeição deverá conter o peso médio de 700 a 900 gramas. Incluso uma água de 500ml ou suco. Restaurantes situados no Município de Bom Jesus.	Und	1200	R\$ 25,65	R\$ 30.780,00
1	Refeições prontas /buffet livre - sendo cardápio do dia com no mínimo 02 tipos de carne, 03 tipos de acompanhamentos e 04 tipos de saladas, podendo variar conforme cardápio do fornecedor. Incluso uma água de 500ml ou suco. Restaurantes situados no Município de Bom Jesus.	Und	1200	R\$ 46,22	R\$ 55.464,00

3.2 Estima-se neste processo de credenciamento um gasto máximo de R\$ 86.244,00 (oitenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro reais), que serão distribuídos proporcionalmente entre todos os credenciados.

4. DO PERÍODO E HORÁRIO PARA O CREENCIAMENTO

4.1 O credenciamento ocorrerá a partir da publicação deste e encerra-se em 31 de dezembro de 2025, devendo os interessados, neste período, apresentarem os documentos necessários e a proposta de adesão.

4.2 O horário de atendimento aos interessados será no horário de expediente, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, centro.

4.3 Para serem credenciados, além dos documentos exigidos neste edital, os interessados deverão preencher todas as demais condições nele estabelecidas.

4.4 Visando evitar contratempos administrativos, fica estabelecido que a administração municipal firmará contrato com as empresas interessadas, proporcionalmente até o valor estimado no item 3.2, cinco dias após a publicação deste Edital de Chamamento.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar do presente credenciamento as pessoas jurídicas, que atendam a todos os requisitos legais e estabelecidos neste edital, que possuam alvará sanitário e demais documentação de aptidão para atividade, e que detenha a possibilidade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFe).

5.2. Não será admitido neste credenciamento a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controlada, coligadas ou subsidiárias entre si, ou que possuam em seu contrato social sócios em comum;
- c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou CRC (Certidão de Registro de Cadastro) do Município, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- d) Estrangeiras que não funcionarem no País.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos próprios alocados na dotação orçamentária do exercício de 2025.

7. DO ENVELOPE

7.1 Os documentos necessários ao credenciamento, dentro do período definido nesse edital e a proposta a ele inerente serão disponibilizados em um envelope lacrado, e entregues à Prefeitura Municipal de Bom Jesus, contendo os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS - SC
DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 8/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2025
NOME DA EMPRESA
CNPJ

7.2 Toda a documentação exigida poderá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada em cartório ou publicada em órgão de imprensa oficial, ou ainda, autenticada por membro da Comissão Permanente de Licitação quando apresentada juntamente com o original, durante a sessão pública.

7.2.1 Serão aceitas apenas cópias legíveis.

7.2.2 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

7.2.3 A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

7.2.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7.2.5 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a Comissão considerará o proponente inabilitado.

8. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO

a) Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações contratuais em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF, atualizado;

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (certificado extraído do site da receita estadual ou documento similar onde conste o número da inscrição) e/ou Municipal (alvará de funcionamento ou documento similar onde conste o número da inscrição), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- f) Certidão negativa de débitos de tributos e contribuições Federais e de quitação da Dívida ativa da União (Conjunta Federal/INSS);
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas – (CNDT);
- i) Prova de regularidade emitida pelo o Poder Judiciário mediante apresentação de Certidão “Falência e Concordata”, juntamente com CND e-proc. A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema e-proc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>;
- j) Alvará Sanitário; (Alvará de autorização sanitária, fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde/Anvisa) ou comprovante da Eventual Dispensa de Alvará;
- k) Licença de Localização e Funcionamento da sede da credenciada (Alvará de Funcionamento Municipal).
- n) Anexos I, II e III, devidamente preenchidos e assinados pelo representante legal da empresa;

9. DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

9.1 Recebido o envelope sob protocolo, verificado o cumprimento do prazo estabelecido neste edital, a Comissão Permanente de Licitação, adotará os seguintes procedimentos:

1º Momento:

- a) A abertura dos envelopes;
- b) O exame de todos os documentos, levando-se em conta: validade, veracidade e se todo o rol exigido fora apresentado;
- c) De tudo lavrar-se à ata circunstanciada.

2º Momento:

- a) Terminadas as fases habilitatórias, a Comissão Permanente de Licitação, examinará a proposta de adesão, que deverá atender aos requisitos deste edital, e deixar claro que aceita todas as condições do credenciamento.
- b) Desta reunião lavrar-se-á ata circunstanciada e conclusiva sobre o credenciamento ou não da empresa.
- c) Decidindo a Comissão Permanente de Licitação pela regularidade da empresa, opinará pelo seu credenciamento, caso contrário decidirá pela inabilitação da mesma, em qualquer caso submetendo sua decisão ao Prefeito Municipal.

10. DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA OS RECURSOS PREVISTOS EM LEI

10.1 As impugnações ou dúvidas quanto ao Edital e seus anexos, deverão ser solicitadas por escrito e dirigidas, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e entregue mediante protocolo, durante o expediente normal de atendimento, na forma da Lei.

10.1.1 Apresentadas as impugnações ou dúvidas, as mesmas serão respondidas ao interessado, no prazo de 03 (três) dias úteis depois de protocoladas.

10.1.2 A interessada, depois de informada das decisões da Comissão Permanente de Licitação, no tocante à habilitação ou julgamento de Proposta de Preço e se dela discordar, terá o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, se presente no momento da abertura.

10.1.3 Interposto o recurso, dele se dará ciência aos demais interessados que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1 Após a publicação do resultado do credenciamento e, não havendo interposição de recursos ou renúncia expressa a interposição o objeto do certame será adjudicado à(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

12 DA PROPOSTA DE PREÇO E DA SUA APRESENTAÇÃO

12.1 A proposta de adesão deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente ou com sua completa identificação, através de impressão ou por carimbo padronizado.

12.2 Deve em tudo seguir o modelo que compõe este edital, conforme Anexo II.

12.3 Deverá ser apresentada em língua e moeda nacional (R\$), isenta de rasuras, emendas ou entrelinhas, e ao final, deve ser datada e assinada pelo representante legal da proponente, em caso de desconto, deverá ser o maior desconto.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após protocolo da Nota Fiscal, conforme fornecimento do objeto, mediante relatório, que deverá ser entregue até o último dia útil de cada mês, assinado pelo responsável.

14. DAS CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO

14.1 A quantidade a ser adquirida será definida de acordo com a demanda da Secretaria Requisitante e o número de estabelecimentos credenciados no período definido no preâmbulo deste edital.

14.2 O contratado deverá apresentar relatório mensal em 02 (duas) vias sendo que, 01 (uma) será encaminhada para a Prefeitura Municipal, juntamente com a Nota Fiscal e a outra ficará com a empresa.

14.3 Qualquer entendimento entre a fiscalização dos serviços e a contratada deverá ser feita por escrito e entregue mediante protocolo.

14.4 A fiscalização do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado perante o cumprimento das obrigações contratuais.

15. DOS PRAZOS

15.1 A vigência do contrato oriundo deste credenciamento vigorará a partir de sua assinatura até 31/12/2025, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

15.2 O prazo máximo para fornecimento dos itens será até as 13h do dia requisitado para entrega, após o envio da requisição ao estabelecimento credenciado, sendo que o local para recebimento das marmitas, no caso do item 1, será conforme solicitado.

15.2.1 Em caráter de EMERGÊNCIA, os prazos devem ser reduzidos/mínimos de acordo com a gravidade dos casos, a fim de não prejudicar ou colocar em risco a saúde dos pacientes.

15.3 O credenciamento, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

16.1 São obrigações do Município:

- a) Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de execução contratual;
- b) Conferir e aprovar a execução contratual;
- c) Efetuar o pagamento dos medicamentos adquiridos nos moldes deste edital;
- d) Prestar aos credenciados, todas as informações necessárias para o bom fornecimento do objeto contratado;
- e) Fiscalizar a execução do contrato.

16.2 São obrigações das empresas contratadas:

- a) Fornecer as refeições prontas (marmitas) conforme as normas da Legislação da Vigilância Sanitária, para garantir a integridade e a qualidade dos mesmos;
- b) Fornecer as refeições prontas (marmitas) em recipiente próprio para a finalidade em perfeitas condições de higiene, para garantir a integridade e a qualidade dos alimentos;
- c) Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento das refeições prontas (marmitas) necessários à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre os valores incidentes sobre a aquisição, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.
- e) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;
- f) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto deste Credenciamento.
- g) Ao fornecer as refeições prontas (marmitas), o credenciado deve emitir nota fiscal constando a razão social e CNPJ da contratante, ainda deverá apresentar junto a nota fiscal relatório mensal contendo a descrição das marmitas e das refeições fornecidas, com data e quantidades diárias.
- h) Não realizará emissão de nota fiscal com valor diverso ao do objeto ou de eventual reajuste realizado nos termos deste credenciamento.
- i) Todo e qualquer valor superior ao definido no objeto ou em eventual reajuste nos termos deste credenciamento, ou item diverso do que estipulado neste credenciamento, ou a quantidade superior à uma unidade por servidor público, deve ser emitida nota fiscal em separado do objeto deste edital e realizado o pagamento no mesmo ato pelo servidor público que realizar a aquisição destes sobrevalores, excesso de quantidade ou de itens diversos.
- j) Permitir a fiscalização dos serviços pelo Município, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- k) Manter durante a vigência do contrato as mesmas condições habilitatórias do momento do credenciamento;
- l) Comunicar a Prefeitura a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;
- m) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados, seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

17. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

17.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa credenciada caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 10% (cinco por cento) do valor global contratado, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será cobrada judicialmente.

17.2 A aplicação de multa, segundo o caso, não eximirá a empresa credenciada de sofrer outras sanções previstas na Lei 14.133/2021, especialmente as previstas no art. 155 e seguintes.

17.3 As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da entrega dos medicamentos.

17.4 Em qualquer caso de aplicação de sanção, será sempre garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre em processo administrativo específico.

18. DOS CASOS DE DESCREDENCIAMENTO

18.1 Por parte do Município, sem prévio aviso, quando:

- a) A empresa deixar de cumprir qualquer cláusula e condições do contrato;
- b) A empresa descumprir qualquer das obrigações estabelecidas no item 15 deste edital;
- c) A empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
- d) Ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
- e) Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;
- f) Em razão de caso fortuito ou força maior;
- g) No caso de decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os sócios;
- h) E naquilo que couber, nas outras hipóteses do art. 79 e seguintes da Lei 14.133/2021.

18.2 Pela instituição credenciada:

- a) Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

19 DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1 O interessado no fornecimento completo deste edital poderá retirá-lo, gratuitamente, de segunda a sexta-feira, em horário de funcionamento da Prefeitura Municipal ou no site www.bomjesus.sc.gov.br.

19.2 No caso de eventual divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerão às disposições do primeiro.

19.3 A interessada deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da Documentação subentende a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, bem como o conhecimento integral do objeto em pauta, não sendo aceitas alegações de desconhecimento de qualquer disposição.

19.4 A Comissão Permanente de Licitação poderá relevar erros formais em quaisquer documentos apresentados, desde que tais erros não alterem o conteúdo dos mesmos.

19.5 Fazem parte do presente edital

Anexo I: Caderno de Percentual em Desconto dos medicamentos e fórmulas a serem adquiridos;

Anexo II: Encaminhamento de documentos ao credenciamento;

Anexo III: Modelo de Declaração (Não empregabilidade de menores);

Anexo IV: Modelo de Declaração (Conhecimento das condições do Edital);

Anexo V: Minuta de contrato

Bom Jesus/SC, 22 de janeiro de 2025.

VILMAR PECCINI
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

A/C Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Encaminhamento de documentos ao credenciamento

CREDENCIAMENTO Nº 8/2025

Prezados Senhores,

(RAZÃO SOCIAL, INCLUSIVE ENDEREÇO E TELEFONE), referindo ao credenciamento chamado por esse MUNICIPIO DE BOM JESUS comparece perante Vossas Senhorias para apresentar a documentação como se encontra exigida, para exame dessa comissão.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
1	Refeições prontas/marmitas - acondicionadas em embalagem própria de isopor iso-térmica, acompanhamento de garfo e faca de plástico descartável, para entrega parcelada, mediante requisição, conforme necessidade de consumo. as refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão, carnes, batata, mandioca, podendo variar conforme cardápio do fornecedor. cada refeição deverá conter o peso médio de 700 a 900 gramas. Incluso uma água de 500ml ou suco. Restaurantes situados no Município de Bom Jesus.	Und	1200	R\$ 25,65	R\$ 30.780,00
1	Refeições prontas /buffet livre - sendo cardápio do dia com no mínimo 02 tipos de carne, 03 tipos de acompanhamentos e 04 tipos de saladas, podendo variar conforme cardápio do fornecedor. Incluso uma água de 500ml ou suco. Restaurantes situados no Município de Bom Jesus.	Und	1200	R\$ 46,22	R\$ 55.464,00

Igualmente, informa que concorda com todas as condições estipuladas no edital, através da prestação dos serviços detalhados conforme indicados no Caderno de Serviços adiante discriminado, no regime de atendimento ali mencionado.

Atenciosamente,

NOME E ASSINATURA DA PESSOA JURÍDICA
(COM CARIMBO PADRÃO CNPJ)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
CREDENCIAMENTO Nº 8/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2025

DECLARAÇÃO

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ nº _____ e inscrição estadual nº _____ estabelecida a _____, bairro _____, Município de _____, estado de _____ CEP _____, através de seu representante legal abaixo assinado, com cumprimento ao solicitado no edital de credenciamento DECLARA, sob as penas da lei, que: Não possui em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição. O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

Local/data

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(Razão Social – CNPJ)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
CREDENCIAMENTO Nº 8/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2025

DECLARAÇÃO

(nome da licitante), CNPJ nº _____, sediada na (endereço completo), tendo examinado o Edital, declaramos junto ao Agente de Contratação do Município de Bom Jesus, SC, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, em conformidade com o Art. 62 da Lei nº 14.133/2021, bem como concordo com todos os itens estabelecidos no referido edital atendendo plenamente às condições nele estabelecidas para participação no presente processo de credenciamento.

Local/data

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(Razão Social – CNPJ)

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO FORNECIMENTO DE MARMITAS E/OU REFEIÇÕES, DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS, DENTRO OU FORA DO MUNICÍPIO, BEM COMO PARA ATENDER USUÁRIOS BENEFICIÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM ENTREGA PARCELADA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS - SC E A EMPRESA _____.

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o Município de Bom Jesus, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Vilmar Peccini, brasileiro, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____, Bairro _____, nº _____, no município de _____, representado pelo Senhor _____, portador do CPF nº _____, RG nº _____, _____, domiciliado na Rua _____, nº _____, no município de _____, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Edital de Credenciamento nº 8/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o CREDENCIAMENTO de restaurantes para fornecimento de marmitas e/ou refeições, destinadas aos funcionários públicos, quando da realização de serviços externos, dentro ou fora do Município, bem como para atender usuários beneficiários da Secretaria Municipal de Assistência Social, com entrega parcelada, durante o exercício de 2025, através de requisições/autorizações emitidos pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

O presente instrumento Contratual é firmado em decorrência do processo de Credenciamento nº 8/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O presente contrato é por prazo determinado vigorando de ---/---/2025 a 31/12/2025, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei 14.133/2021.

O prazo máximo para fornecimento das refeições será até as 13h para o dia em que for requisitado.

O credenciamento, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito à comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contratante pagará ao contratado pelo fornecimento do objeto o preço de acordo com a tabela constante abaixo:

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
1	Refeições prontas/marmitas - acondicionadas em embalagem própria de isopor isotérmica, acompanhamento de garfo e faca de plástico descartável, para entrega parcelada, mediante requisição, conforme necessidade de consumo. as refeições deverão conter porções de feijão, arroz, macarrão, carnes, batata, mandioca, podendo variar conforme cardápio do fornecedor. cada refeição deverá conter o peso médio de 700 a 900 gramas. Incluso uma água de 500ml ou suco. Restaurantes situados no Município de Bom Jesus.	Und	1200	R\$ 25,65	R\$ 30.780,00
1	Refeições prontas /buffet livre - sendo cardápio do dia com no mínimo 02 tipos de carne, 03 tipos de acompanhamentos e 04 tipos de saladas, podendo variar conforme cardápio do fornecedor. Incluso uma água de 500ml ou suco. Restaurantes situados no Município de Bom Jesus.	Und	1200	R\$ 46,22	R\$ 55.464,00

O valor ora pactuado entre as partes como limite de gastos no período contratual é de R\$ (xx), resultante da proporcionalidade de cálculo entre todos os credenciados.

Durante o exercício de 2025, caso novas empresas demonstrem interesse em cadastrarem-se, a administração municipal fará novo rateio dos saldos remanescentes dos já credenciados, incluindo-se a nova empresa, firmando novo contrato com a respectiva empresa e reduzindo através de aditivo redutor os saldos dos contratos de credenciamento já em vigor.

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após protocolo da Nota Fiscal, conforme fornecimento do objeto, mediante relatório, que deverá ser entregue até o último dia útil de cada mês, assinado pelo responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO

A quantidade a ser adquirida será definida de acordo com a demanda da Secretaria Requisitante.

O contratado deverá apresentar relatório mensal junto à Nota Fiscal a ser emitida.

Qualquer entendimento entre a fiscalização dos serviços e a contratada deverá ser feita por escrito e entregue mediante protocolo.

A fiscalização do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado perante a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos próprios alocados na dotação orçamentária do exercício correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do Município:

- a) Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de execução contratual;
- b) Conferir e aprovar a execução contratual;
- c) Efetuar o pagamento dos medicamentos adquiridos nos moldes deste edital;
- d) Prestar aos credenciados, todas as informações necessárias para o bom fornecimento do objeto contratado;
- e) Fiscalizar a execução do contrato.

São obrigações das empresas contratadas:

- a) Fornecer o medicamento ao paciente diariamente (segunda a sexta-feira) na sede da Contratada, adotando as técnicas adequadas e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- b) Tratar os servidores e pacientes com cortesia, evitando ter com ele qualquer tipo de transtorno;
- c) Orientar os pacientes quanto à forma e preparos para a administração dos medicamentos;
- d) Fornecer os medicamentos na quantidade prescrita no receituário;
- e) Entregar imediatamente a medicação aos pacientes, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a sua requisição, exceto para medicamentos que tecnicamente necessitem de um prazo maior para a sua entrega. Deverão ser entregues diretamente aos pacientes e em prazo mínimo quando for classificado como EMERGÊNCIA;
- f) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- g) Manter durante a vigência do contrato as mesmas condições habilitatórias do momento do credenciamento;
- h) Comunicar à Prefeitura, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;
- i) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados, seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa credenciada caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 10% (dez por cento) do valor global contratado, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será cobrada judicialmente.

A aplicação de multa, segundo o caso, não eximirá a empresa credenciada de sofrer outras sanções previstas na Lei 14.133/2021, especialmente as previstas no art. 155.

As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da entrega dos medicamentos. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será sempre garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre em processo administrativo específico.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE DESCRENCIAMENTO E DOS CASOS DE RESCISÃO

Dos motivos para o Descredenciamento:

Do Contratante, sem prévio aviso, quando:

- a) A empresa deixar de cumprir qualquer cláusula e condições do contrato;
- b) A empresa descumprir qualquer das obrigações estabelecidas no item 15 deste edital;
- c) A empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
- d) Ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
- e) Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;
- f) Em razão de caso fortuito ou força maior;
- g) No caso de decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os sócios;
- h) E naquilo que couber, nas outras hipóteses da Lei 14.133/2021.

Pela instituição credenciada:

- a) Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

Aplicam-se a Lei nº. 14.133/2021 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores e, que exercerão as atividades de fiscalização dos produtos/serviços, aplicação e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Xanxerê – SC., com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 04 (quatro) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Bom Jesus - SC, de 2025.

Vilmar Peccini
Prefeito Municipal CNPJ nº
Contratante CPF nº
Contratada

.....
.....
CPF nº CPF nº
Responsável Pela Fiscalização Responsável Pela Fiscalização
Titular Substituto

Testemunhas:

.....
CPF nº CPF nº

Cinthia Schneider Pellegrini
Procuradora
OAB/SC 43.050

Minuta:
Contrato nº:
Contratante: Município de Bom Jesus
Contratado:
CNPJ/MF nº

Finalidade: CREDENCIAMENTO de restaurantes para fornecimento de marmitas e/ou refeições, destinadas aos funcionários públicos, quando da realização de serviços externos, dentro ou fora do Município, bem como para atender usuários beneficiários da Secretaria Municipal de Assistência Social, com entrega parcelada, durante o exercício de 2025.

Vinculação: Proc. Licitatório nº 50/2025 - I.L nº 18/2025

Valor Total: R\$ (reais)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), ---- de ----- de 2025.

Vilmar Peccini
Gestor

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6079/2025 – DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7250904

DECRETO Nº 6079/2025 – DE 23 DE MAIO DE 2025.

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO AUXILIAR CREDENCIAMENTO, PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC.

O Prefeito Municipal de MARCIO JOSÉ STORCK, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que o Credenciamento é um dos procedimentos auxiliares, que deve obedecer a critérios claros e objetivos definidos em regulamento (art. 78, § 1º);

Considerando que em 17 de Outubro de 2022 o Ministério Público de Santa Catarina editou ATO N. 908/2022/PGJ – Define os procedimentos administrativos de contratação direta de bens e serviços no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, dedicando o Capítulo VII ao Credenciamento (arts. 35 ao 50);

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o credenciamento, procedimento auxiliar previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 2º Conforme art. 6º, XLIII da Lei Federal nº 14.133/2021, credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se para executar o objeto quando convocados.

Parágrafo único. Nos termos do art. 6º, L da Lei Federal nº 14.133/2021, a comissão de contratação, que é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, tem a função de receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares.

Art. 3º O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente (art. 79, I da Lei Federal nº 14.133/2021): caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - Com seleção a critério de terceiros (art. 79, II da Lei Federal nº 14.133/2021): caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - Em mercados fluidos (art. 79, III da Lei Federal nº 14.133/2021): caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º O processo administrativo visando o credenciamento se desenvolverá da seguinte forma:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, termo de referência e/ou outros documentos;

II - Justificativa para realização de processo de credenciamento ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

III - Autorização da autoridade competente para abertura do processo de credenciamento, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

IV - Designação da comissão de contratação, nos termos do art. 6º, L da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - Elaboração de Edital de Chamamento de Interessados;

VI - Remessa do processo de credenciamento para o órgão de assessoramento jurídico, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da realização de credenciamento;

VII - Divulgação do Edital de Chamamento de Interessados, o qual deve ser mantido à disposição do público, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

VIII - Lavratura de ata da sessão pública, assinada pela comissão de contratação e pelos demais participantes, quando presentes, que indicará objetivamente:

a) Cumprimento dos requisitos pelo interessado;

b) Se há e quais são as diligências necessárias para melhor análise da documentação do interessado.

IX - Ato legal da autoridade competente que credencia o interessado, devendo o ato ser publicado nos mesmos termos do edital.

§ 1º Acerca do inciso I, o Documento de Formalização de Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência – TR deverão cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

§ 2º Acerca do inciso VI, o parecer jurídico poderá ser dispensado nas hipóteses previstas em regulamento específico, conforme art. 53, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º Acerca do inciso VII:

I - A divulgação do edital deve ocorrer no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme art. 174, § 2º, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - Apenas no caso do art. 176, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, enquanto o PNCP não for implementado e efetivamente viabilizado para a Administração Pública Municipal, a divulgação será realizada no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal;

III - A autoridade competente poderá, diante da ocorrência de situações que assim recomendam e independentemente do valor estimado do objeto que se pretende contratar via credenciamento, deliberar a ampliação da publicidade, como por exemplo publicação em jornal de grande circulação e outros meios de comunicação social.

§ 4º Acerca dos incisos III e IX, a autoridade competente observará e aplicará, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 5º O edital de chamamento de interessados conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - A descrição detalhada do objeto;

II - Local da prestação do serviço ou fornecimento do bem;

III - Valor a ser pago ou porcentagem de desconto;

IV - Cronograma da execução do objeto, com estipulação de prazos compatíveis de fornecimento e/ou prestação do serviço;

V - Especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade pretendidos com a contratação;

VI - Impedimentos de participação;

VII - Requisitos/documentos para credenciamento;

VIII - Comissão de contratação que avaliará os requisitos/documentos para credenciamento;

IX - Prazo compatível, em dias úteis, a contar da entrega dos documentos pelo interessado, para a comissão de contratação avaliar os requisitos/documentos para credenciamento;

X - Proibição expressa do cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração Pública Municipal;

XI - Pagamento;

XII - Possibilidade de denúncia (extinção do contrato) por quaisquer das partes, nos prazos fixados no edital;

XIII - Pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos.

§ 1º Na hipótese do inciso I do art. 3º:

I - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados, como determina o art. 79, parágrafo único, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - Conforme art. 79, parágrafo único, II da Lei Federal nº 14.133/2021, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, como por exemplo a ordem cronológica de credenciados.

§ 2º Na hipótese do inciso II do art. 3º:

I - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados, como determina o art. 79, parágrafo único, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - O contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização da Administração Municipal.

§ 3º Na hipótese do inciso III do art. 3º:

I - A Administração poderá definir no edital a porcentagem de desconto a ser aplicada sobre o valor do objeto no momento da contratação, que será a mesma para todos os credenciados;

II - Conforme art. 79, parágrafo único, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.

§ 4º Acerca do inciso III do caput deste artigo, o valor a ser pago ou a porcentagem de desconto deverá ser calculado na forma estabelecida em regulamento municipal editado com base no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6º Para a contratação do credenciado deverá ser feito Documento de formalização de demanda, a fim de ser formalizada contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

§ 2º Ainda, o Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá apresentar justificativa para realização da contratação direta de credenciado ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

§ 3º A contratação direta deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio.

§ 4º Será admitida a denúncia (extinção do contrato) por quaisquer das partes nos prazos fixados no edital, conforme art. 79, parágrafo único, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Município de Bom Jesus do Oeste - SC, 23 de maio de 2025.

MARCIO JOSE STORCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252722

PORTARIA Nº 161/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CHAMADA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIO JOSÉ STORCK, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sª GESICA ANDRESA GROMANN, portadora do CPF sob nº 092.360.309-39, aprovada em CHAMADA PÚBLICA do Edital nº 10/2025, classificada na 1º Posição, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, para ocupar o cargo de Atendente de Farmácia -ACT, com carga horária de 40 horas semanais, constante na Lei 755/2010 de 08 de dezembro de 2010 e suas alterações, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de maio de 2025.

MARCIO JOSÉ STORCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252762

PORTARIA Nº 162/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIO JOSÉ STORCK, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento de Saúde a Servidor Municipal Srº. CARLOS RAFAEL BOTTIN, portador do CPF sob nº 061.926.349-04, inscrito na matrícula sob nº 6238-1, ocupante do cargo de Auxiliar Dos Serviços Gerais- 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, conforme Atestado Médico, no período de 22 de maio de 2025 a 01 de junho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de maio de 2025.

MARCIO JOSÉ STORCK
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

526.05.25 - P. LUTO SAULO STEIMBACH

Publicação Nº 7251945

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 526/25 de 22.05.25
Concede Licença Motivo Luto

A Prefeita do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 45/2025 de 22 de maio de 2025 – 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu pai Amauri Pedro Steimbach, a contar do dia 17 de maio de 2025 com término no dia 24 de maio de 2025, ao servidor Saulo Steimbach, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Nível 6, 40 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

Jaison Ricardo Stein
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

527.05.25 - P. DES. SERVENTE TATIANE B. OLIVEIRA

Publicação Nº 7251948

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 527/25 de 22.05.25

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

a Prefeita do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e Lei Complementar Nº 65/17 de 25 de maio de 2017 e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tatiane Bell de Oliveira para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no período de 14 de maio de 2025 com término no dia 13 de maio de 2026, em virtude de sua classificação em 32º lugar na Processo Seletivo nº 16/2024 para Contratação de Servente ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal Contratado do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

Jaison Ricardo Stein
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

528.05.25 - P. LIC. TRAT. SAUDE SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicação Nº 7251952

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 528/25 de 22.05.25
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORES MUNICIPAIS

A Prefeita do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71, 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder licença para realizar tratamento de saúde e/ou exames aos servidores Municipais abaixo relacionados, conforme atestados médicos e/ou Declaração de Comparecimento, referente nos seguintes períodos:

NOME	CARGO	PERÍODO - DIAS
Magdalena Magali Ap. Tavares Deucher	Professora	12 a 16/05/2025
Celiane Rabelo	Servente	14/05/2025
Celiane Rabelo	Servente	15/05/2025
Giselle Bley Ramos	Fonoaudióloga	15/05/2025
Luiz Gustavo Xavier do Nascimento	Auxiliar Enfermagem	16/05/2025
Helder Maciel Soares	Motorista	17 a 21/05/2025
Micaela Marian Castanheiro	Fisioterapeuta	19 e 20/05/2025
Lídia da Cruz	Servente	19/05/2025
Juliana de Souza	Auxiliar de Enfermagem	19 e 20/05/2025
Terezinha Ap. P. Goedert	Professora	19/05/2025
Janaina Valério	Professora	19/05/2025
Iara Deucher	Professora	19 a 30/05/2025
Magdalena Magali Ap. Tavares Deucher	Professora	19 e 20/05/2025

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

Jaison Ricardo Stein
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

529.05.25 - P. LIC. TRAT. SAUDE SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicação Nº 7251954

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 529/25 de 22.05.25
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORES MUNICIPAIS

A Prefeita do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71, 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder licença para realizar tratamento de saúde e/ou exames aos servidores Municipais abaixo relacionados, conforme atestados médicos e/ou Declaração de Comparecimento, referente nos seguintes períodos:

NOME	CARGO	PERÍODO - DIAS
Elizabete C. Kuntze Hennich	Servente	20 a 22/05/2025
Adriana Zapelini Capistrano	Professora	20/05/2025
Altamir Moretti	Operador de Trator Agrícola	20/05/2025
Tais Eduarda Dutra Griga	Servente	20/05/2025
Lilian Geane G. Schlichting	Assessor de Assuntos Sociais	Mat. 21/05/2025
Elizete Luzia da Silva Maffioletti	Professora	21/05/2025
Lariane Pickler	Professora	22 e 23/05/2025
Eliane Eleusa Rosar Rovaris	Professora	22 e 23/05/2025
Sabrina Aparecida de Oliveira	Monitor de Creche	22/05/2025
Luiz Guilherme da Mota Costa	Monitor de Creche	22/05/2025

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

Jaison Ricardo Stein
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

530.05.25 - P. FÉRIAS ALEX S. CHINI

Publicação Nº 7252749

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 530/25 de 23.05.25

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2023 (Dois Mil e Vinte e Três) a 2024 (Dois Mil e Vinte e Quatro) ao funcionário Alex Sandro Chini, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6 do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, a contar do dia 19 de maio com término no dia 28 de maio de 2025, e os 20 (vinte) dias restantes em futuras negociações. Conforme requerimento N.º 46/25 de 16 de maio de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

Jaison Ricardo Stein
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 64/2025

Publicação Nº 7252320

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5B8CE92B1A5BC597AAFA4BB42059AC761677754
EXTRATO DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO nº 64/2025

O Município de Bom Retiro Adjudica e Homologa a Dispensa Eletrônica de Licitação nº 64/2025, cujo objeto é a aquisição de mascote do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) os alunos do Núcleo Municipal São José, para ser entregue para as crianças participantes do programa; da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Contratada: BARBARA GASPARUCHO GARCIA - BRINQUEDOS, sob o CNPJ nº 27.873.175/0001-60. Valor Total: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). Base Legal: 75 incisos II, da Lei 14.133/21.

Bom Retiro, 22 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 67/2025

Publicação Nº 7252939

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C6C727AC535BDC4C228AD0918B7DBB21AC7F6B8
EXTRATO DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO nº 67/2025

O Município de Bom Retiro Adjudica e Homologa a Dispensa Eletrônica de Licitação nº 67/2025, cujo objeto é a aquisição de soprador à combustão para a limpeza e manutenção urbana; da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Contratada: FEDERAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, sob o CNPJ nº 53.323.975/0001-17. Valor Total: R\$ 2.023,68 (dois mil e vinte três reais e sessenta e oito centavos). Base Legal: 75 incisos II, da Lei 14.133/21.

Bom Retiro, 23 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO 53/2025

Publicação Nº 7252575

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F349020741C99B018219BDCAC3696381D52DDEF2

Extrato Contrato 53/2025 - Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2024/Credenciamento

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Impregraf Industria e Comercio de Material Gráfico Ltda

Objeto: Credenciamento para Fornecimento de serviços gráficos para utilização das Secretarias e Fundos Municipais.

Empresa Credenciada nos itens 1 a 3, 6 a 16, 18 a 23.

Bom Retiro, 23 de maio de 2025.

Helena Schild de Oliveira
Prefeita Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 027-2025 SAMAE

Publicação Nº 7252423

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 027/2025

Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE

Detentor da Ata: Andrade & Amorim Engenharia Ltda.

CNPJ: 22.853.624/0001-94

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reposição de pavimentação asfáltica, do tipo vala contínua e meia pista, com base de brita graduada e asfalto CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) tipo C, no município de Brusque/SC, incluindo materiais, mão-de-obra, equipamentos, transporte e responsabilidade técnica.

Valor total: R\$ 4.928.880,00

Processo Licitatório: 018/2025

Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390392100000000.175370000003 ou 275370000003.

Vigência: 12 meses.

Fiscais: Carlos Pereira Moreira Junior e Charles Roberto Soares.

Brusque-SC, 26 de maio de 2025.

Breno Nunes Neves

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO 036-2025 PREGÃO ELETRONICO-SAMAE

Publicação Nº 7250797

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 036/2025, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para aquisição de raspador hidráulico O recebimento das propostas e documentos de habilitação dar-se-á até o dia 10 de junho de 2025, às 08:00 horas.

Registrado no TCE com a chave: 2DBAC1636C2C3BA9C5732493916D8B4DCF700DAF

Todos os trâmites da fase externa da presente licitação serão processados no sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Breno Nunes Neves

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO 037-2025 PREGÃO ELETRONICO-SAMAE

Publicação Nº 7250800

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 037/2025, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para aquisição de grupo gerador 36KVA em rampa O recebimento das propostas e documentos de habilitação dar-se-á até o dia 12 de junho de 2025, às 08:00 horas.

Registrado no TCE com a chave: E4A8105813B76A5EA2F4680A899E1F6F80AEB371

Todos os trâmites da fase externa da presente licitação serão processados no sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Breno Nunes Neves

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO 038-2025 INEXIGIBILIDADE-SAMAE

Publicação N° 7250803

PROCESSO LICITATÓRIO 038/2025

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 038/2025, na modalidade de Inexigibilidade, do tipo menor preço por item, para revisão, manutenção e aquisição de motobombas da marca HIGRA. O recebimento das propostas e documentos de habilitação dar-se-á a partir do dia 27 de maio de 2025, às 08:00 horas.

Todos os trâmites da fase externa da presente licitação serão processados junto ao SAMAE de Brusque/SC

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Breno Nunes Neves
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA N° 1126/2025

Publicação N° 7253256

PORTARIA N° 1126/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009 e Instrução Normativa nº 003/2024, a(o) servidor(a) LARISSA TUANY BARTH matrícula nº 1559478-1, nomeado por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, por 246 dias, no período compreendido entre 12/05/2025 a 12/01/2026.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009 e Instrução Normativa nº003/2024.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/05/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA N° 1127/2025

Publicação N° 7253258

PORTARIA N° 1127/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009 e Instrução Normativa nº 003/2024, a(o) servidor(a) VALQUIRIA BERTOLINI, matrícula nº 513202-6, nomeado por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, por 30 dias, no período compreendido entre 24/04/2025 à 27/05/2025.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009 e Instrução Normativa nº003/2024.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/04/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1128/2025

Publicação Nº 7253260

PORTARIA Nº 1128/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora JANETE SCHMITT RODRIGUES, matrícula nº1045989-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico a contar do dia 13/05/2025 sendo concedido afastamento entre os dias 28/05/2025 a 11/06/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 28/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1129/2025

Publicação Nº 7253262

PORTARIA Nº 1129/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora ROSANGELA OLIVEIRA DA CUNHA, matrícula nº1071874-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico a contar do dia 16/05/2025 sendo concedido afastamento entre os dias 31/05/2025 a 08/06/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 31/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1130/2025

Publicação Nº 7253264

PORTARIA Nº 1130/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora LAWERENCE GESSER DE MORAES, matrícula nº 726770-0 ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde entre os dias 17/05/2025 a 13/06/2025.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1131/2025

Publicação Nº 7253265

PORTARIA Nº 1131/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora ROSELIS KRIEGER, matrícula nº351601-5 ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde entre os dias 16/05/2025 a 05/07/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 16/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1132/2025

Publicação Nº 7253267

PORTARIA Nº 1132/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora MARINALVA DOS SANTOS OLIVEIRA, matrícula nº1088874-3, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 10/05/2025.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1133/2025

Publicação Nº 7253269

PORTARIA Nº 1133/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora VANDA ALVES FEITOZA, matrícula nº374121-6, ocupante do cargo Técnico de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 10/05/2025.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1134/2025

Publicação Nº 7253272

PORTARIA Nº 1134/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora LUCI SUELI CARDOSO PAZA, matrícula nº442704-6, ocupante do cargo Técnico de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 14/05/2025.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1135/2025

Publicação Nº 7253273

PORTARIA Nº 1135/2025.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora KATIA ALVES DE ALMEIDA PAVESI, matrícula nº518085-5, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 20/05/2025.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1136/2025

Publicação Nº 7253274

PORTARIA Nº 1136-2025.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora KARLA REIS OLIVEIRA, matrícula nº7594-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 06/05/2025 até 01/11/2025.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 5º, da LC 313/2020, e Art. 15 da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar de 06/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1137/2025

Publicação Nº 7253276

PORTARIA Nº 1137-2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora DORIVALDA BATISTI VENTURA, matrícula nº703915-2 ocupante do cargo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/05/2025.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1138/2025

Publicação Nº 7253280

PORTARIA Nº1138/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora CARLA HENNING JOLLEMBECK, matrícula nº100003540806-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 06/05/2025, sendo concedido afastamento entre os dias 06/05/2025 a 04/07/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 06/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1139/2025

Publicação Nº 7253284

PORTARIA Nº 1139/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, o servidor ADEMILTO ELIAS, matrícula nº 721557-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 28/04/2025, sendo concedido afastamento entre os dias 13/05/2025 a 02/08/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 13/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1140/2025

Publicação Nº 7253290

PORTARIA Nº1140/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora CLEIFER LEONNY AUGUSTINHO DE BRITO, matrícula nº4293681-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 06/05/2025, sendo concedido afastamento entre os dias 21/05/2025 a 04/06/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 21/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1141/2025

Publicação Nº 7253293

PORTARIA Nº1141/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora MARIA SUELI DE ALMEIDA, matrícula nº732788-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 12/05/2025, sendo concedido afastamento entre os dias 27/05/2025 a 11/07/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 27/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA

Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1142/2025

Publicação Nº 7253295

PORTARIA Nº 1142/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora CLEUNISE ERMES, matrícula nº907138-0 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 17/05/2025 a 14/07/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 17/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA

Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1143/2025

Publicação Nº 7253296

PORTARIA Nº 1143/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora FRANCIELLE EVANGELISTA, matrícula nº623296-3 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 05/05/2025 a 03/08/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 05/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA

Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1144/2025

Publicação Nº 7253301

PORTARIA Nº 1144/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora SONIA APARECIDA DA SILVA JORGE, matrícula nº1064797-1 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 17/05/2025 a 14/06/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 17/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1145/2025

Publicação Nº 7253303

PORTARIA Nº1145/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora LUIZIANE VENTURINI GONCALVES, matrícula nº4296940-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 28/04/2025, sendo concedido afastamento entre os dias 13/05/2025 a 24/10/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 13/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1146/2025

Publicação Nº 7253306

PORTARIA Nº 1146/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora GESSYCA SILVA MACHADO, matrícula nº 959103-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 02/05/2025.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 02/05/2025 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1147/2025

Publicação Nº 7253309

PORTARIA Nº 1147-2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender o Estágio Probatório da servidora LARISSA TUANY BARTH, matrícula nº 1559478-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade Licença para cuidar de familiar doente, em decorrência do atestado do dia 12/05/2025, ficando suspenso a contar de 12/05/2025.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009 e Decreto nº9856/2024, Art. 18, IV.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/05/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

PORTARIA Nº 1148/2025

Publicação Nº 7253311

PORTARIA Nº 1148/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, o servidor DEIVISSON ANIVAR NERVIS, matrícula nº4171420-1 ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria

Municipal de Orçamento e Finanças, em decorrência do atestado médico a contar do dia 25/04/2025 sendo concedido afastamento entre os dias 10/05/2025 a 20/06/2025.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 10/05/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

TERMO DE POSSE 307-2025

Publicação Nº 7252256

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) DANIELA RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA, aprovado(a) em Concurso Público nº 002/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 911/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

DANIELA RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 308-2025

Publicação Nº 7252260

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) JUSSARA TREINOT ALVES, aprovado(a) em Concurso Público nº 001/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 910/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

JUSSARA TREINOT ALVES
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 309-2025

Publicação Nº 7252262

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) ROSANA GOMES SALES, aprovado(a) em Concurso Público nº 001/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 910/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 20 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

ROSANA GOMES SALES
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 310-2025

Publicação Nº 7252264

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) MAURICIO HADDAD DANTAS, aprovado(a) em Concurso Público nº 002/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 911/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

MAURICIO HADDAD DANTAS
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 311-2025

Publicação Nº 7252267

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) MARCELO LUIZ MOREIRA DE CARVALHO, aprovado(a) em Concurso Público nº 001/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 910/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

MARCELO LUIZ MOREIRA DE CARVALHO
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 312-2025

Publicação Nº 7252269

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) FRANCINE KORMANN aprovado(a) em Concurso Público nº 001/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 910/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

FRANCINE KORMANN
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 313-2025

Publicação N° 7252272

TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) VANESSA THIBES FERREIRA aprovado(a) em Concurso Público nº 001/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 910/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

VANESSA THIBES FERREIRA
Empossado(a)

TERMO DE POSSE 314-2025

Publicação N° 7252275

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**TERMO DE POSSE**

O Prefeito Municipal EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) BRUNO BAETA, aprovado(a) em Concurso Público nº 002/2024 e nomeado(a) pela Portaria nº 911/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA - PNE.

O servidor(a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, anexando a este TERMO declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Brusque, 22 de maio de 2025.

ANDRE BATISTI
Prefeito Municipal em Exercício

BRUNO BAETA
Empossado(a)

PORTARIA Nº 1182-2025

Publicação Nº 7250842

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO ESTRATÉGICA****PORTARIA Nº 1182/2025**

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal

RESOLVEM:

Art. 1º Exonerar a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora ADRIANA DE SOUSA, matrícula 682012-6, ocupante do cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40 lotada na Secretaria de Educação a partir de 20 de maio de 2025.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2025.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor Geral de Administração

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

Assinado por 2 pessoas: ALLAN DOS SANTOS COSTA e SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Para verificar a autenticidade do documento, acesse <https://brusque.1doc.com.br/verificacao/8B29-752B-34CC-C6BA>



PORTARIA Nº 1183-2025

Publicação Nº 7250844

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO ESTRATÉGICA****PORTARIA Nº 1183/2025**

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal

RESOLVEM:

Art. 1º Exonerar a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora CLAUDIA VALERIA DA SILVA LANNES, matrícula 100003365009-3, ocupante do cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40 lotada na Secretaria de Educação a partir de 21 de maio de 2025.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de maio de 2025.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor Geral de Administração

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

Assinado por 2 pessoas: ALLAN DOS SANTOS COSTA e SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Para verificar a autenticidade do documento, acesse <https://brusque.1doc.com.br/verificacao/8B29-752B-34CC-C6BA>



PORTARIA Nº 1185-2025

Publicação Nº 7250847

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO ESTRATÉGICA****PORTARIA Nº 1185/2025****Declara Vacância de Cargo Público, em razão de posse em outro cargo incompatível**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal

RESOLVEM:

Art. 1º – Declarar Vacância do cargo de AGENTE AUT. DE TRANSITO, ocupado pelo servidor ALEX BARBOSA, matrícula nº 812668-0, por motivo de posse em outro cargo incompatível, nos termos do inciso V, do Art. 41, da Lei Complementar nº 147/2009, a contar de 22/05/25.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/05/2025.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Maio de 2025.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ALLAN SANTOS COSTA
Diretor Geral de Administração

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 – Centro
Brusque – Santa Catarina
88350-051 – fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

Assinado por 2 pessoas: SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA e ALLAN DOS SANTOS COSTA
Para verificar a autenticidade do documento, acesse <https://brusque.1doc.com.br/verificacao/C7DF-1F4C-6CE0-A4AE>



PORTARIA Nº 1189/2025

Publicação Nº 7252565

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO ESTRATÉGICA****Portaria 1189/2025**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica, o Diretor-Geral de Administração e o Diretor de Recursos Humanos, designados através do Decreto nº 10.091/2025, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) EVERTON HEINZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo prazo 30 dias, no período compreendido entre **26/05/2025 a 24/06/2025**, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2020.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de maio de 2025.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Administração

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.832

Publicação Nº 7252764

DECRETO Nº 11.832, de 22 de maio de 2025.

Convoca a 7ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica, mais o previsto na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Portaria CID nº 175, de 28 de fevereiro de 2024 do Ministério das Cidades e a Portaria nº 012/2024 da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 7ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, etapa preparatória para a 6ª Conferência Nacional das Cidades, que será realizada no dia 28 de maio de 2025, no Plenário Joaquim Scolaro da Câmara Municipal de Caçador, das 14 horas às 18 horas, e no dia 4 de junho de 2025, no Plenário Osvaldo José Gomez da Câmara Municipal de Caçador, das 14 horas às 18 horas, tendo com o tema "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

Art. 2º A organização da Conferência será coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador (IPPUC), pelo Conselho das Cidades de Caçador e pela Comissão Organizadora Municipal, composta da seguinte forma:

I - 9 (nove) representantes dos segmentos gestores, administradores públicos e legislativos (federais, estaduais e municipais):

a) Defesa Civil do Município:

Titular: Sergio Eloy Bisotto

Suplente: sem representação

b) Diretoria de Habitação:

Titular: Gabrielli Bertotto

Suplente: Luciana Marques

c) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI):

Titular: Fernando Monteiro

Suplente: Anderson Feltrin

d) Instituto do Meio Ambiente (IMA):

Titular: Clesio Leonel Hossa

Suplente: Fernando Strapava Raia

e) Instituto Federal de Santa Catarina em Caçador (IFSC):

Titular: Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

Suplente: Nelson Maurilio Coelho Junior

f) IPPUC:

Titular: Walmir Rigo

Suplente: Donizete Alves dos Santos

g) Procuradoria-Geral do Município:

Titular: Joceli Cristiane Martins

Suplente: sem representação

h) Secretaria de Educação:

Titular: Lisandro Luis Bora Zandavalli

Suplente: Jalmei Estefano Hermann

i) Secretaria de Infraestrutura:

Titular: Leonardo Helmuth Dobler Huçulak

Suplente: Ronaldo Bohrer

II - 3 (três) representantes dos segmentos movimentos populares:

a) Associação Taquara Verde de União Social (ATAVUS):

Titular: Eduardo do Nascimento Karasinski

Suplente: sem representação

b) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Titular: Jacemi Buffon

Suplente: Dilse Cecchetti Guzzi

c) União das Associações de Moradores de Caçador:

Titular: Sonia Ribas de Lara Carvalho

Suplente: Katia Maria Ribas de Almeida

III - 2 (dois) representantes dos segmentos dos trabalhadores por suas entidades sindicais:

a) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Construção Mobiliário de Caçador e Região (SITICOM):

Titular: Vilmar Zolner

Suplente: Joselei Rebicki

b) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçador:

Titular: Jorge Luiz Gonçalves

Suplente: Luciane do Carmo Padilha

IV - 2 (dois) representantes dos segmentos das entidades empresariais relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

a) Associação Empresarial de Caçador (ACIC):

Titular: Marco Banderloff

Suplente: Marcos Scheufele

b) Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL):

Titular: Leila Teresinha Longo Romão

Suplente: Rui Menegotto

V - 2 (dois) representantes dos segmentos das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais:

a) Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU):

Titular: Luis Felipe dos Reis de Souza

Suplente: Pedro Henrique Scherer

b) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), Inspeção de Caçador:

Titular: Bruno Gatti

Suplente: Sergio Benjamin Baggio

VI - 2 (dois) representantes dos segmentos das organizações não-governamentais:

a) Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador (Bombeiros Voluntários):

Titular: Anderson Caetano de Souza

Suplente: José Ricardo dos Santos Denardi

b) organizações não governamentais:

Titular: Anderson Clayton Copini

Suplente: Arthur Klein Goelzer

Art. 3º Fica instituído o Regimento Interno da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, nos termos do anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 22 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO DA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DE CAÇADOR

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º A 7ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, convocada pelo Decreto nº 11.832, de 20 de maio de 2025, e que será realizada no dia 28 de maio de 2025, no Plenário Joaquim Sclaro da Câmara Municipal de Caçador, das 14 horas às 18 horas, e no dia 4 de junho de 2025, no Plenário Osvaldo José Gomez da Câmara Municipal de Caçador, das 14 horas às 18 horas, observará o disposto neste Regimento Interno.

Art. 2º A Conferência tem como objetivo geral definir as proposições e ações para a construção da política nacional de desenvolvimento urbano, e os seguintes objetivos e finalidades específicas:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

III - debater e formular proposições e avaliações sobre as formas de execução da Política e do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

V - garantir a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano;

VI - avançar na construção e consolidação da Política Municipal e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

VII - eleger os 6 (seis) delegados para representarem o Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades.

CAPÍTULO II DA TEMÁTICA

Art. 3º A Conferência terá como temática: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

Parágrafo único. Os debates, proposições e os documentos devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 4º O texto base da 6ª Conferência Nacional das Cidades, além de outros documentos disponibilizados pela Comissão Organizadora Estadual, subsidiarão as discussões da Conferência Municipal de Caçador.

§ 1º O Texto Base é o documento elaborado e disponibilizado pelo Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), o qual aborda três grandes eixos temáticos:

I - Eixo 1, contemplando a articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas:

- a) articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027;
- b) as Políticas de Habitação e Regularização Fundiária da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU);
- c) a Política de Saneamento Básico da PNDU;
- d) a Política de Mobilidade Urbana da PNDU.

II - Eixo 2, contemplando a Gestão Estratégica e Financiamento:

- a) gestão interfederativa, cooperação e consórcios;
- b) gestão das regiões metropolitanas;
- c) controle social e gestão democrática das cidades;
- d) o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU);
- e) financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local.

III - Eixo 3, contemplando os Grandes Temas Transversais:

- a) sustentabilidade ambiental e emergências climáticas;
- b) transformação digital e território;
- c) segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares.

§ 2º Os temas deverão ser desenvolvidos de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º A Conferência será composta de painéis, grupos de debate e plenária, e terá 8 (oito) horas de duração, dividida em 2 (dois) períodos, excluindo o tempo da cerimônia de abertura para não haver prejuízo no conteúdo dos debates, e seguirá a seguinte programação:

I - primeiro dia, 28/05/2025:

13h30 às 18h30 - Credenciamento presencial e recepção;
14h00 - Abertura oficial, apresentação e aprovação do Regimento Interno;
14h15 - Apresentação sobre o tema "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social";
14h45 - Painel Eixo 01: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas;
16h45 – Intervalo;
17h00 - Encaminhamento para os Grupos de trabalho: Debate sobre o eixo temático 01 com formulação e validação das propostas do dia;
18h30 - Encerramento do dia 1.

II – segundo dia, 04/06/2025:

13h30 às 18h30 - Credenciamento presencial e recepção;
13h30 às 16h15 - Inscrições candidatos a delegados para a Conferência Estadual de forma presencial;
14h00 - Painel Eixo 02: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios;
15h00 - Painel Eixo 03: Grandes Temas Transversais;
16h00 - Intervalo;
16h15 - Encaminhamento para os Grupos de trabalho: Debate sobre os eixos temáticos 02 e 03 e formulação de propostas;
17h00 - Plenária final: Aprovação e consolidação das propostas;
17h30 - Eleição dos delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades;
18h15 - Encerramento.

Parágrafo único. A quantidade de propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual será de no mínimo 8 (oito) e no máximo 10 (dez).

§ 2º Cada grupo de trabalho poderá apresentar até 10 (dez) propostas, preferencialmente sobre diferentes subtemas, a serem levadas para a plenária final, sendo votadas e definidas as propostas que seguirão para a etapa Estadual.

Art. 6º A Conferência será presidida pelo Presidente do IPPUC.

Art. 7º Compete à Comissão Municipal Organizadora:

I - acompanhar o processo de divulgação, assegurando que a população tome conhecimento do evento;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da Conferência;

III - assegurar que o temário Municipal contemple o temário Nacional;

IV - assegurar que a Conferência discuta e aprove propostas direcionadas à todas as esferas da Federação;

V - elaborar relatório final com os resultados da Conferência, conforme Portaria do Ministério das Cidades;

VI - preencher o formulário da Conferência, conforme Portaria do Ministério das Cidades;

VII - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no Município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;

VIII - assegurar que os delegados municipais recebam apoio do Poder Executivo para participarem da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

IX - propor alterações ao Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do regimento nacional e do regimento estadual;

Parágrafo único. A comissão poderá constituir as comissões de infraestrutura e logística, mobilização e articulação, sistematização e metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e realização da etapa municipal.

Art. 8º O relatório da Conferência deve ser elaborado conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e remetido à Comissão Organizadora Estadual, em até 10 (dez) dias após sua realização, também deverá ser preenchido formulário eletrônico disponibilizado na forma definida pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

CAPÍTULO IV DOS PARTICIPANTES

Seção I Da Conferência Municipal

Art. 9º Os participantes da Conferência deverão ser credenciados de acordo com os seguintes segmentos:

I - gestores, administradores públicos e legislativos (municipais);

II - movimentos populares;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais;

VI - organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano;.

VII - ouvinte.

§ 1º A identificação do segmento a que pertence deverá constar no crachá do participante.

§ 2º Para os fins do disposto no caput, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - poder público municipal são os órgãos da administração pública direta e indireta (gestores, administradores, servidores e funcionários públicos municipais), representantes das entidades municipalistas de caráter nacional e membros do Legislativo (vereadores);

II - movimentos populares são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

III - trabalhadores são as entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais);

IV - empresários são entidades de caráter nacional representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa são as entidades de âmbito nacional representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos, a representação do segmento deve estar vinculada à questão do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não governamentais são as entidades não governamentais formada por associações civis ou fundações (incisos I e III do art. 44 do Código Civil), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovado mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição para a Conferência Municipal;

VII - ouvinte é a população em geral, que não faz parte de nenhum segmento listado.

§ 3º Não se enquadram nos segmentos acima descritos partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas e Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras.

Art. 10. Os 6 (seis) delegados municipais eleitos para 6ª Conferência Estadual das Cidades representam o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil Organizada.

§ 1º Os representantes do Poder Público e Sociedade Civil serão eleitos conforme seu segmento entre os presentes na Conferência, respeitada a proporcionalidade estabelecida na Portaria nº 012/2024 da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, sendo:

I - 2 (dois) representantes do poder público;

II - 1 (um) representantes dos movimentos populares;

III - 1 (um) representantes de entidades sindicais;

IV - 1 (um) representantes de entidades empresariais;

V - 1 (um) representantes de entidades profissionais e acadêmicas ou organização não governamental (ONG);

§ 2º O delegado deverá estar presente na Conferência no momento da eleição e na divulgação do resultado, sendo na sua ausência irá assumir o próximo candidato presente mais votado.

§ 3º Cada segmento elegerá seu respectivo delegado, sendo o candidato presente mais votado, bem como seu suplente, sendo o seguinte candidato presente mais votado.

§ 4º Caso algum segmento que trata o § 2º não atingir a quantidade mínima de candidato a delegado, caberá ao Conselho da Cidade indicar o nome que ocupará a posição, respeitado o segmento.

§ 5º Em caso de empate na votação, o critério de desempate será o da antiguidade, sendo eleito o candidato da entidade mais antiga para os representantes da Sociedade Civil, e pela data de nascimento para os membros do Poder Público.

§ 6º O delegado suplente será credenciado na 6ª Conferência Estadual das Cidades somente na ausência do titular.

§ 7º Os delegados municipais atuarão com voz e voto na 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 11. Os delegados serão eleitos por meio de votação ostensiva nominal, considerado eleito aquele que tiver mais voto, dentro de cada segmento conforme § 2º.

Seção II Da Conferência Estadual

Art. 12. Os participantes da 6ª Conferência Estadual das Cidades serão distribuídos em 4 (quatro) categorias:

I - delegadas e delegados;

II - observadoras e observadores;

III - convidadas e convidados;

IV - expositoras (es) e palestrantes.

§ 1º Somente as delegadas e delegados terão direito a voz e voto;

§ 2º Os critérios para escolha das(os) observadoras(es), convidadas(os), expositoras(es) e palestrantes serão definidos pela Comissão Organizadora Municipal.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 13. As despesas com a organização geral do evento serão custeadas através de captação de parcerias e/ou por meio de recursos orçamentários próprios do Município.

Parágrafo único. As despesas dos participantes e delegados eleitos correrão por conta das entidades à que se vinculam.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos e conflitantes serão decididos pela Comissão Organizadora Municipal, cabendo recurso à Comissão Recursal e de Validação Estadual.

Parágrafo único. Durante a Conferência os casos omissos, que porventura surgirem, serão resolvidos por decisão conjunta entre a Comissão Organizadora Municipal e os participantes, ficando garantida a facilitação dos encaminhamentos pelo mediador do evento.

Art. 15. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 22 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 11.833

Publicação Nº 7253609

DECRETO Nº 11.833, de 23 de maio de 2025.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município, exercício de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.925, de 17 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações do Orçamento Geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.452.15.2.19 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
4.4.90.00.00 – 1108 - 1.751.7000 – Aplicações Diretas (495) R\$ 90.000,00
2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.12.2.25 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.00.00 – 1121 - 1.543.7000 – Aplicações Diretas (496) R\$ 600.000,00
4.4.90.00.00 – 2136 - 2550.7000 – Aplicações Diretas (497) R\$ 500.000,00
4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.10.2.80 - ASSISTENCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC
3.3.90.00.00 – 1062 - 1.600.7000 – Aplicações Diretas (261) R\$ 150.000,00
17000 - Fundo Municipal da Cultura – FMC
17001 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA – FMC
13.392.13.2.34 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE CULTURA
3.3.90.00.00 – 1100 - 1.500.7000 – Aplicações Diretas (374) R\$ 100.000,00
TOTAL: R\$ 1.440.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
25.752.25.2.20 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
3.3.90.00.00 – 1108 - 1.751.7000 – Aplicações Diretas (68) R\$ 90.000,00
2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.12.2.25 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00 – 1121 - 1.543.7000 – Aplicações Diretas (126) R\$ 600.000,00
3.3.90.00.00 – 2136 - 2.550.7000 – Aplicações Diretas (449) R\$ 500.000,00
4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.10.2.80 - ASSISTENCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC
3.3.93.00.00 – 1062 - 1.600.7000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio do qual o Ente Participe (264) R\$ 150.000,00
17000 - Fundo Municipal da Cultura – FMC
17001 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA – FMC
13.392.13.2.34 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE CULTURA
3.3.50.00.00 – 1100 - 1.500.7000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (377)R\$ 100.000,00
TOTAL: R\$ 1.440.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 23 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 11.834

Publicação Nº 7253612

DECRETO Nº 11.834, de 23 de maio de 2025.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, exercício de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.925, de 19 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.894.645,70 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) nas seguintes dotações do Orçamento Geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2001 - GABINETE DO PREFEITO
4.122.4.2.4 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.00.00 – 2719 – 2.719.7000 – Aplicações Diretas (499) R\$ 55.263,04
4.4.90.00.00 – 2176 – 2.706.3110 – Aplicações Diretas (498) R\$ 2.738.394,66

4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.10.2.78 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00 – 1180 – 1.899.7000 – Aplicações Diretas (442) R\$ 100.988,00

Total: R\$ 2.894.645,70

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação no Exercício:

I - Fonte de Recursos 1180 - Outras Especificações de Fontes de Recursos - Especificações de Fontes de Recursos - 1.899.7000, no valor de R\$ 100.988,00 (cem mil, novecentos e oitenta e oito reais)

Art. 3º Para atender o disposto no art. 1º, também serão utilizados recursos do Superávit do Exercício Anterior:

I - Fonte de Recursos 2719 - Superávit Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Especificações de Fontes de Recursos - 2.719.7000, no valor de R\$ 55.263,04 (cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e três reais e quatro centavos);

II - Fonte de Recursos 2176 - Superávit Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial - Especificações de Fontes de Recursos - 2.706.3110, no valor de R\$ 2.738.394,66 (dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, de 23 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

EDITAL DE PAUTA DE JULGAMENTO SESSÃO ORDINÁRIA 25/06/2025 CMC

Publicação Nº 7251933

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CAÇADOR

EDITAL DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador, instituído pela Lei Complementar nº 376, de 26 de fevereiro de 2020, torna público, que na Sessão Ordinária a ser realizada em 25 de junho de 2025, às 14:00 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal, localizado na Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, serão julgados os seguintes Processos Administrativos Tributários:

PAUTA DE JULGAMENTO			
Data: 25/06/2025			
Hora: 14h			
Local: Auditório da Prefeitura Municipal – Av. Santa Catarina, nº 195 – Centro – Caçador - SC			
Nº de Ordem	Nº Processo (Protocolo)	Requerente (Contribuinte)	Conselheiro(a) Relator(a)
01	28.213/2024	Susana Aparecida Ramos Carneiro	André Damaceno
02	12.626/2024	Rosilene Zardo	Gecione Correa Garcia
03	16.540/2024	Igreja Universal do Reino de Deus	Mateus Henrique Filipini
04	11.285/2024	Quarta Igreja do Evangelho Quadrangular	Gilson Castanho

Caçador, SC, 23 de maio de 2025.

Joceli Cristiane Martins

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador

PORTARIA Nº 41.195

Publicação Nº 7252837

PORTARIA Nº 41.195, de 16 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER o período de avaliação do estágio probatório do servidor abaixo relacionado, especificando código, nome, cargo, motivo e período:

Cód.	Nome	Cargo	Motivo	Período
20702	Maurício Moretti	Guarda Municipal	licença para tratamento de saúde	18/03/2025 a 15/06/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de maio de 2025.

Alencar Mendes - PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 41.207

Publicação Nº 7252841

PORTARIA Nº 41.207, de 19 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR MIRIAN BOGONI MACHADO, matrícula 22442, do cargo em comissão de Assessora de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira, referência CC4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria de Esporte e Lazer e nomeada pela Portaria nº 41.080, de 29 de abril de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de abril de 2025.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 41.213

Publicação Nº 7252845

PORTARIA Nº 41.213, de 21 de maio de 2025.

Dispõe sobre posse e início do exercício de servidores nomeados por Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com os arts. 21 e 23 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria nº 41.019, de 9 de abril de 2025, que nomeia diversas pessoas em virtude de aprovação em concurso público, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E ATRIBUIR EXERCÍCIO aos servidores abaixo relacionados, para ocupar cargos na Administração Municipal, especificando matrícula, nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária semanal, data de posse e data de atribuição de exercício, conforme segue:

Mat.	Nome	Cargo	Secretaria	Ref.	C.H.	Data de Posse	Data de Exercício
22507	Alana Dalposso Stumpf	Educador Social	Assistência Social	18	35	09/05/2025	23/05/2025
22492	Angelita Aparecida Gonçalves de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais	Assistência Social	1	44	05/05/2025	05/05/2025

22494	Carlos Augusto Beffart	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	Infraestrutura	8	44	09/05/2025	12/05/2025
22498	Estevão Demetrios Ferlin	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	Infraestrutura	8	44	09/05/2025	19/05/2025
22502	Loreni Santos Moraes	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	Infraestrutura	8	44	09/05/2025	21/05/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 41.217

Publicação Nº 7252848

PORTARIA Nº 41.217, de 22 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, V, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 434, de 23/08/2022, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública municipal, e suas alterações

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR as pessoas a seguir relacionadas, para ocuparem cargos comissionados na Administração Pública Municipal, especificando matrícula, nome, cargo, secretaria de exercício, referência e data da nomeação, conforme segue:

Matr.	Nome	Cargo	Secretaria	Referência	Data
22506	Olimpio Carlos Simões de Oliveira	Supervisor de Frotas e Veículos	Administração	CC4	21/05/2025
22504	Paula Nicoli Bordinon	Assessora de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira	Esporte e Lazer	CC4	26/05/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 41.219

Publicação Nº 7253453

PORTARIA Nº 41.219, de 23 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, ALANA DALPOSSO STUMPF, matrícula 22507, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social e nomeada através da Portaria nº 41.019, de 9 de abril de 2025.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de maio de 2025.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

RELATÓRIO PROCESSOS DISTRIBUÍDOS/REDISTRIBUÍDOS EM 21/05/2025

Publicação Nº 7251922

RELATÓRIO DE PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador, instituído pela Lei Complementar nº 376, de 26 de fevereiro de 2020, torna público, que foram sorteados e distribuídos/redistribuídos aos Conselheiros Relatores na Sessão Ordinária realizada em 21/05/2025, o seguinte Processos Administrativo Tributário:

Nº de Ordem	Nº Processo (Protocolo)	Requerente (Contribuinte)	Conselheiro(a) Relator(a)
01	28.213/2024	Susana Aparecida Ramos Carneiro	André Damaceno
02	12.626/2024	Rosilene Zardo	Gecione Correa Garcia
03	16.540/2024	Igreja Universal do Reino de Deus	Mateus Henrique Filipini
04	11.285/2024	Quarta Igreja do Evangelho Quadrangular	Gilson Castanho

Caçador, SC, 21 de maio de 2025.

Joceli Cristiane Martins
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador

Caibi**PREFEITURA****DECRETO 0117/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025**

Publicação Nº 7252308

DECRETO 0117/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAIBI/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Caibi, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o processo de Conferências de Assistência Social são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades na Política de Assistência Social para os próximos anos;

Considerando o objetivo da Conferência Municipal de Assistência Social, que é avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social, conforme previsto na Lei Municipal de criação do CMAS Nº 2697/2022 de 04 de julho de 2022,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Caibi, com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º - A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á em período integral, no dia 11 de julho de 2025, no Centro de Idosos sito a rua Salgado Filho 778, centro Caibi.

Art. 3º - A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência".

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da 13ª Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

DECRETO 0118/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252335

DECRETO 0118/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Caibi/SC, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Caibi, com o fim de promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável; identificar os desafios do envelhecimento plural no País, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa; e propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação Inter federativa.

Art. 2º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Caibi realizar-se-á no dia 20 de junho de 2025, no Centro de Idosos, rua Salgado Filho, Nº 768, centro de Caibi.

Art. 3º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Caibi terá como tema "Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação" e os seguintes eixos:

EIXO 1: Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais.

EIXO 2: Fortalecimento de Políticas para a Proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.

EIXO 3: Proteção e enfrentamento a todas as formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

EIXO 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

EIXO 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como políticas do Estado Brasileiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da 1ª Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CAIBI/SC, 23 de maio de 2025.

EDER PICCOLI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0119/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252618

DECRETO Nº 0119/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE CAIBI-SC, NO ÂMBITO DA 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

A PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CAIBI, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº 10.257, de 2001, a Portaria MCID nº 175/2024 e a Portaria nº 012/2024/SEPLAN da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 1ª Conferência da Municipal da Cidade de Urupema – Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada no dia 16 de março de 2025, com início às 13:00 horas no Auditório da Prefeitura Municipal de Caibi, situado na Rua dos Imigrantes nº 499, bairro centro sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Caibi, em conjunto com o a Comissão Organizadora, com o tema "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social."

Art. 2º. A 1ª Conferência da Cidade de Caibi terá como objetivo geral definir as proposições e ações para a construção da política nacional de desenvolvimento urbano, assim como eleger os 02 delegados para representarem o município na 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 3º. A 1ª Conferência da Cidade de Caibi será presidida pelo Sr. Miguel Piccoli, Secretario de administração e Planejamento

Art. 4º. A organização e realização da 1ª Conferência da Cidade de Caibi será conduzida pela Comissão Organizadora Municipal.

Art. 5º. As despesas com a organização geral e com a realização da 1ª Conferência Municipal da Cidade ocorrerão por meio de recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CAIBI/SC, 23 de maio de 2025.

EDER PICCOLI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Camboriú**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025- PMC**

Publicação Nº 7252690

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto da Lei 14.133/2021 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025- PMC - ATAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2025 PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DO MAQUINÁRIO PESADO DA SECRETARIA DE OBRAS, A DIESEL, POR DEMANDA, E COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNOS E NOVOS), CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA., para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO PNCP E na íntegra no camboriu.atende.net - consultar licitação

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/05/2025
1ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025- PMC

Publicação Nº 7252885

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto da Lei 14.133/2021 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025- PMC - ATAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2025 PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO 30 MPA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA EM REALIZAR MANUTENÇÃO DE BENS PÚBLICOS, E NOVAS BENFEITORIAS PARA O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO PNCP E na íntegra no camboriu.atende.net - consultar licitação

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/05/2025
1ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025- PMC

Publicação Nº 7251541

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto da Lei 14.133/2021 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025- PMC - ATAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2025 PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAMBORIÚ-SC. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO PNCP E na íntegra no camboriu.atende.net - consultar licitação

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/05/2025
1ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2024- PMC

Publicação Nº 7253100

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto da Lei 14.133/2021 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024- PMC - ATAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2025 PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HERBICIDA NÃO AGRÍCOLA COM REGISTRO NO

IBAMA, UTILIZADO PARA CONTROLE NÃO SELETIVO DE ERVAS DANINHAS ANUAIS E PERENES, COM APLICAÇÃO DE FORMA DIRIGIDA POR PULVERIZADO COSTAL E/OU EQUIPAMENTO TRATORIZADO, DESTINADO A APLICAÇÃO EM ÁREAS INDUSTRIAIS, ESTRADAS DE RODAGEM, CERCAS, ACEIROS E CANAIS DRENADOS, EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA., para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO PNCP E na integra no camboriu.atende.net - consultar licitação

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/05/2025
1ª Publicação

ATO DE AUTORIZAÇÃO COMPRAS DISPENSÁVEIS DIA 19 A 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253212

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Na qualidade de Prefeito do Município de Camboriú/SC, no uso de minhas atribuições legais, declaro ter tomado conhecimento de todo procedimento considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria.

Diante disso, RATIFICO o presente processo de Contratação Direta e AUTORIZO a contratação determinando o prosseguimento do processo para a execução da despesa, nos termos que seguem:

CAMBORIÚPREV

Processo: Dispensa de Licitação Nº 07//2025 – Processo Administrativo Nº 10/2025

O Sr. Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL - NÍVEL BÁSICO - RPPS, VOLTADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA DIRETORIA EXECUTIVA DO CAMBORIÚPREV E MEMBROS DE CONSELHOS DELIBERATIVO.

Data: 19/05/2025

Valor total Geral: R\$ 5.220,00 (CINCO MIL E DUZENTOS E VINTE REAIS)

Empresas Vencedoras: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

FME

Processo: Dispensa de Licitação Nº 27//2025 – Processo Administrativo Nº 64/2025

O Sr. Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 6 PARES DE PLACAS PADRÃO MERCOSUL PARA VEÍCULOS ADQUIRIDOS NO ANO DE 2025 PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Data: 21/05/2025

Valor total Geral: R\$ 1500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS)

Empresas Vencedoras: LENZ & CIA LTDA ME

FMC

Processo: Dispensa de Licitação Nº 12//2025 – Processo Administrativo Nº 28/2025

O Sr. Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, NECESSITA-SE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELA MUNICIPALIDADE (158º FESTA DO DIVINO DO ESPÍRITO SANTO).

Data: 22/05/2025

Valor total Geral: R\$ 17.699,97 (DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

Empresas Vencedoras: TOP FACHADAS E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

FUNDESP

Processo: Dispensa de Licitação Nº 13//2025 – Processo Administrativo Nº 18/2025

O Sr. Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, DE 20 LITROS, TIPO RETORNÁVEL PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBORIÚ.:

Data: 23/05/2025

Valor total Geral: R\$ 2.025,00 (DOIS MIL E VINTE E CINCO REAIS)
Empresas Vencedoras: 4044835 - CARIOCA GAS & AGUA LTDA

Em cumprimento ao parágrafo único do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, DETERMINO a publicação deste termo de ratificação no Diário Oficial dos Municípios para que produza seus efeitos legais.

LEONEL ARCANGELO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

AUTO DE NOTIFICAÇÃO POR INFRAÇÃO E EMBARGO DE OBRA AUTO Nº025/M/2025

Publicação Nº 7253440

Auto de Notificação por Infração e Embargo de Obra
Auto nº025/M/2025

Contribuinte: VERGINA AMILTA COELHO
Residente na Rua: DANIEL SILVERIO
Nº 132
Bairro: CEDRO
Inscrição: 01.07.033.0136.001

Notificado a regularizar no prazo de 05 dias, as infrações encontradas em seu imóvel referente a Lei nº 2012/2009 e Código de Postura lei nº 087/2017 conforme descrito abaixo.

Infrações: Manter terrenos baldios com vegetação indevida ou água estagnada;

Os proprietários, possuidores ou titulares de domínio útil a qualquer título de terrenos baldios localizados na zona urbana ou de expansão urbana do Município são obrigados a fecha-los em sua testada por muro ou cerca, conservá-los e mantê-los limpos, eliminando o acúmulo de mato, detritos, águas estagnadas, bem como de quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública. (Redação dada pela Lei nº 3179/2019)

Art.2º Constatado o não cumprimento das obrigações previstas no artigo 1º desta Lei, será o proprietário, possuidor ou titular de domínio útil a qualquer título de terreno baldio notificado, e terá o prazo inicial de 5 (cinco) dias úteis para satisfazê-las, contados do primeiro dia útil subsequente da notificação.

§1º Decorridos os 5 (cinco) dias úteis da notificação, em caso de seu descumprimento, o proprietário, possuidor ou titular de domínio útil a qualquer título será autuado com multa no valor de 60 (Sessenta) UFMs (unidade Fiscal municipal). (Redação dada pela Lei nº 3179/2019)

Providências a serem tomadas:

Realizar a limpeza do terreno e fechar a sua testada com muros ou cercas conforme exposto na lei 87/2017.

O não cumprimento a presente notificação implicará em multa de 60 UFM a ser lançada no Imóvel supra citado conforme disposições legais.

NOTIFICADO VERGINA AMILTA COELHO- (VIA -A-R) Autoridade fiscal .

Camboriú, 15 de ABRIL de 2025. Horário:..13:50

INEXIGIBILIDADE 011/2025 FME

Publicação Nº 7251750

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3D07B2596B57DC2F3D3C24C497C3C65BA639EED6

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 011/2025 – FME

Data: 23/05/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CEI'S SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor total: R\$ 499.999,99.000,00 quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A

Embasamento legal: Artigo 72, inciso VIII e artigo 74 inciso "V", da lei Federal 14.133/2021.

Camboriú, 23 de maio de 2024.

LEONEL ARCANGELO PAVAN - Prefeito Municipal

PE 028/2025 - FME

Publicação N° 7252170

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6D9411906779788E10F893A31371D6793A25A907

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2025 – FME – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - AMPLA CONCORRÊNCIA PARA OS ITENS 01, 03, 08. EXCLUSIVA PARA ME E EPP PARA OS DEMAIS ITENS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TRAVES PARA FUTEBOL, ESTRUTURA E TABELA PARA BASQUETEBOL, PROTETOR E POSTE DE VÔLEI, TATAMES, COLCHONETES PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMBORIÚ. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

REGIME LEGAL: Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 06/06/2025.

Camboriú, 23/05/2025.

LEONEL ARCANGELO PAVAN - Prefeito Municipal

PE 082/2025 - PMC

Publicação N° 7252614

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 721EC8024B81358266EDC986B0121F6A5D97AE9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

PREGÃO ELETRÔNICO N° 082/2025 – PMC - EXCLUSIVA PARA ME/EPP

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS E SEMENTES DE HORTALIÇAS PARA APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR, HORTAS ESCOLARES E URBANAS, ALÉM DE GRAMA ESMERALDA PARA MANUTENÇÃO PAISAGÍSTICA DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTUDO TECNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

REGIME LEGAL: Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 11/06/2025.

Camboriú, 23/05/2025.

LEONEL ARCANGELO PAVAN - Prefeito Municipal

PE 083/2025 - PMC

Publicação N° 7253153

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DC989E295E6F48462D1FBFEFF731B29580E8B568

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

PREGÃO ELETRÔNICO N° 083/2025 – PMC - LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME / EPP - OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO AÇO INOX ESCOVADO GRAVADO EM BAIXO RELEVO 60X80CM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAMBORIÚ/SC. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 10/06/2025.

Camboriú, 23/05/2025.

LEONEL ARCANGELO PAVAN - Prefeito Municipal

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO À 19 À 23 DE MAIO DE 2025

Publicação N° 7253346

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO

PMC

Processo: Inexigibilidade de Licitação N° 025/2025 – Processo Administrativo N° 263/2025

O Sr. Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: CLOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 260M² PARA SEDIAR A CASA DA CIDADANIA E PROCON DE CAMBORIÚ, LOCALIZADO NA RUA OLGA BERNARDES, N° 127, CENTRO DE CAMBORIÚ. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 19/05/2025

Valor total Geral: R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais).

Empresas Vencedoras: CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMBORIÚ.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025 -Processo Administrativo Nº 211/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA A EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO, NA RUA MONTE BRANCO, ESQUINA COM A RUA MONTE PEDRA AÇU, NO BAIRRO MONTE ALEGRE, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 19/05/2025

Valor total Geral: R\$- 62.873,00 (SESSENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS)

Empresa Vencedora: MONARCA CONSTRUÇÕES LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025 -Processo Administrativo Nº 227/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE APARELHOS PARA ACADEMIA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE, DESTINADOS A DIVERSOS LOCAIS PÚBLICOS. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 21/05/2025

Valor total Geral: R\$ 779.500,00 (SETECENTOS E SETENTA E NOVE MIL, E QUINHENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: C & M COMERCIAL LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025 - Processo Administrativo Nº 222/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOTOBOMBAS E MOTORES DE ÁGUA DOS CHAFARIZES DOS PARQUES MUNICIPAIS MARIA APARECIDA GANANCINI VIGNOLI, ECOLÓGICO CESINO BERNARDINO E DA BICA, INCLUINDO DIAGNÓSTICO, REPARO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E TESTES OPERACIONAIS. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 21/05/2025

Valor total Geral: R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

Empresa Vencedora: ELETRO COELHO SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2025 -Processo Administrativo Nº 228/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PLAYGROUND AVULSOS, COM ENTREGA E INSTALAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIR OU REPARAR IRREGULARIDADES NOS EQUIPAMENTOS JÁ INSTALADOS NO MUNICÍPIO. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 21/05/2025

Valor total Geral: R\$- 1.056.840,00 (HUM MILHÃO, CINQUENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)

Empresas Vencedoras: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA, DECON ENGENHARIA LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2025 - Processo Administrativo Nº 236/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO 30 MPA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA EM REALIZAR MANUTENÇÃO DE BENS PÚBLICOS, E NOVAS BENFEITORIAS PARA O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 22/05/2025

Valor total Geral: R\$ 46.800,00 (QUARENTA E SEIS MIL, E OITOCENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: CONSTRUTORA CARDEAL ENGENHARIA LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 -Processo Administrativo Nº 238/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAMBORIÚ-SC. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 22/05/2025

Valor total Geral: R\$- 26.092,20 (VINTE E SEIS MIL, NOVENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

Empresa Vencedora: PANIFICADORA E CONFEITARIA ANJINHO LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2025 - Processo Administrativo Nº 236/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO 30 MPA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA EM REALIZAR MANUTENÇÃO DE BENS PÚBLICOS, E NOVAS BENFEITORIAS PARA O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 22/05/2025

Valor total Geral: R\$ 46.800,00 (QUARENTA E SEIS MIL, E OITOCENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: CONSTRUTORA CARDEAL ENGENHARIA LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2025 -Processo Administrativo Nº 224/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DO MAQUINÁRIO PESADO DA SECRETARIA DE OBRAS, A DIESEL, POR DEMANDA, E COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNOS E NOVOS), CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 23/05/2025

Valor total Geral: R\$- 855.869,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E SESENTA E NOVE REAIS)

Empresa Vencedora: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

FME

Processo: Inexigibilidade de Licitação Nº 011/2025 – Processo Administrativo Nº 065/2025

O Sr. Prefeito Municipal , LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CEI'S SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA..

Data: 23/05/2025

Valor total Geral: R\$ 499.999,99.000,00 quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Empresas Vencedoras: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A

Processo: Inexigibilidade de Licitação Nº 012/2025 – Processo Administrativo Nº 067/2025

O Sr. Prefeito Municipal , LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO: INSCRIÇÕES PARA O CONGRESSO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL "SER CRIANÇA", DIA 05 DE JUNHO DE 2025, PARA OS GESTORES DOS CENTROS EDUCACIONAIS (CEI 'S) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 23/05/2025

Valor total Geral: R\$ 2.384,00 (dois mil trezentos e oitenta e quarto reais)

Empresas Vencedoras: INSTITUTO INFÂNCIAS E EDITORA LTDA

FMAS

Processo: Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2025 – Processo Administrativo Nº 035/2025

O Sr. Prefeito Municipal , LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Secretário, resolve homologar:

OBJETO:LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 234 M², SITUADO NA RUA PORTO ALEGRE, Nº 825, CENTRO, CAMBORIÚ/SC. DESTINADO A SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

Data: 20/05/2025

Valor total Geral: R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais).

Empresas Vencedoras: SAMANTHA ADM DE IMÓVEIS LTDA

FUNDESP

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025 - Processo Administrativo Nº 13/2025

O (a) Sr. (a) Prefeito Municipal, LEONEL ARCANGELO PAVAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE DE CAMBORIÚ/SC. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA: 20/05/2025

Valor total Geral: R\$- 175.710,40 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E DEZ REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

Empresas Vencedoras: VINICIUS RAUBER – ME, WPPT CONFECÇÕES LTDA - ME

LEONEL ARCANGELO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 07/2025 CMC

Publicação Nº 7251062

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO REFERENTE AO CURSO "II FÓRUM DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS". O CURSO SERÁ MINISTRADO PELA EMPRESA CEAP BRASIL E LOPES SOLUCOES PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA, CNPJ Nº 51.318.373/0001-46, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.

CONTRATADA: CEAP BRASIL E LOPES SOLUCOES PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA, registrada sob o CNPJ 51.318.373/0001-46

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.52 - Serviços de reabilitação profissional

VALOR TOTAL: R\$ 10.950,00 (dez mil, novecentos e cinquenta reais).

REGIME LEGAL: Art. 74, Inciso III, f, da lei 14.133/2021

Camboriú/SC, 22 de maio de 2025.

MARLON BORSATTO
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMBORIÚ

Campo Erê

PREFEITURA

LEI 2576/25

Publicação Nº 7252912

LEI Nº 2.576 DE 21 DE MAIO DE 2025.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, O ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA – LDO, ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROZANE BORTONCELO MOREIRA, Prefeita Municipal do Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - No anexo II que demonstra os Programas, ações, metas físicas e financeiras do Plano Plurianual PPA 2022/2025, aprovado pela Lei Municipal nº 2.236, de 13 de outubro de 2021, fica alterada a classificação de Órgão Unidade, conforme art. 3º desta lei.

Art. 2º - No Anexo II de Prioridades e Metas da LDO para 2025, aprovado pela Lei Municipal nº 2.549, de 04 de dezembro de 2024, fica alterada a classificação de Órgão Unidade, conforme art. 3º desta lei.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no orçamento de 2025, da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado a suprir os seguintes projetos / atividades e respectivos detalhamentos / modalidades de aplicações, conforme segue:

Órgão: CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: CÂMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade: 131101.2.300000 Manutenção da Câmara Estudantil Mirim

Natureza da despesa:3.3.90

Fonte de recurso: Recursos Ordinários - Livre - 1.500.7000

Valor:20.000,00 Art. 4º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial de que trata o artigo 3º, os recursos financeiros correrão por conta de anulação de dotação conforme abaixo:

Órgão: CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: CÂMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade: 131101.2.100000 Manutenção das Atividades Legislativas

Natureza da despesa:3.3.90

Fonte de recurso: Recursos Ordinários - Livre - 1.500.7000

Valor:20.000,00 Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê SC, em 21 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN

Setor de Atos Oficiais

Matrícula nº 00312-3

LEI 2577/25

Publicação Nº 7252934

LEI Nº 2.577 DE 21 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a criar e denominar Centro de Educação Municipal, de "Centro de Educação Municipal em Tempo Integral Professora MARIA LIDIA DE LIMA", a ser Edificado na Rua Dona Terezinha, no Bairro São Francisco, nesta cidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O Centro de Educação Municipal em Tempo Integral Professora MARIA LIDIA DE LIMA, terá estrutura completa e capacidade para atendimento de até 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) alunos das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental I, da rede municipal de educação e obedecerá às regras estabelecidas no Plano Municipal de Educação, em turno integral,

Art. 3º. As despesas decorrentes da implantação do Centro de Educação Municipal, correrão por conta das dotações do orçamento municipal em vigor.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê SC, em 21 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 471/25

Publicação Nº 7252865

PORTARIA Nº 471 DE 21 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, Inciso I, da Lei Complementar 011/2002 e alterações;

Considerando o requerimento interno de servidor (RISP) protocolado pela servidora pública sob o nº 1100, de 21/05/2025;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora pública municipal PAMELA RAFAELA MOCELLIN, matrícula nº 12480-0, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Erê, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar do dia 20/05/25, considerando o que consta no atestado médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê - SC, 21 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 472/25

Publicação Nº 7252950

PORTARIA Nº 472 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a exoneração de servidor municipal, e dá outras providencias;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e as disposições da Lei Complementar n. 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR ALINE APARECIDA DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria (CC-4), código 99.2.15, lotada no Gabinete de Planejamento e Gestão do Município de Campo Ere, a partir de 22 de maio de 2025.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 473/25

Publicação Nº 7252957

PORTARIA Nº 473 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 011/2002 e alterações;

Considerando o requerimento interno de servidor (RISP) protocolado pela servidora pública sob o nº 1093, de 20/05/2025 e o Deferimento da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo, bem com, da Prefeita Municipal, datado de 22/05/2025;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, à servidora pública municipal SILVANA DA A. VIEIRA LAJANO, matrícula nº 124303, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo do Município de Campo Erê, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de 02 de junho de 2025.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 474/25

Publicação Nº 7252966

PORTARIA Nº 474 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no art. 2º, inciso VI da Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Nº 002/2024;

Considerando o Edital de Convocação nº 12/2025;

Considerando o Memorando Interno nº 02/2025 do Secretário Municipal da Cidade e Desenvolvimento, datado de 02/05/2025, justificando a necessidade de contratação pelo fato da necessidade de suprimento de pessoal para este cargo, visto que houve um aumento significativo de demanda para o exercício desta função, que serão distribuídos para atividades da secretaria para realizarem as tarefas que lhes são próprias de suas atribuições, uma vez que o pessoal efetivo deste cargo não é suficiente para atender a todas as obrigações e demandas surgidas.

Considerando ainda, que fica demonstrado, portanto, a necessidade temporária de excepcional interesse público que justifica a contratação por tempo determinado até que promova o competente concurso público para preenchimento definitivo destes cargos e, se necessário for, a criação de novas vagas na exata medida da sua necessidade.

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, por tempo determinado e por excepcional interesse público ANAHI MARIANE DE ALMEIDA CHAGAS, para o cargo de o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento do Município de Campo Erê, no período de 26/05/2025 à 31/12/2025.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 475/25

Publicação Nº 7252983

PORTARIA Nº 475 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores públicos municipais e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art.15 da Lei nº 1.492, de 24 de maio de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR MARCIA LUZYA KAEFER, Presidente do CMDCA, como Gestora do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA), juntamente com o Diretor de Gestão Fazendária, ADEGIR ANTONIO PORONICZAK, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 117 de 24/01/2025.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 476/25

Publicação Nº 7252998

PORTARIA Nº 476 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, Inciso I, da Lei Complementar 011/2002 e alterações;

Considerando o requerimento interno de servidor (RISP) protocolado pelo servidor público sob o nº 1104, de 22/05/2025;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor público municipal LUCAS G. WANDSCHEER WAGNER, matrícula nº 12590-3, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão do Município de Campo Erê, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar do dia 22/05/25, considerando o que consta no atestado médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 477/25

Publicação Nº 7253010

PORTARIA Nº 477 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 011/2002 e alterações;

Considerando o requerimento interno de servidor (RISP) protocolado pelo servidor público sob o nº 1102/25, de 22/05/2025 e o Deferimento do Secretário Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS de 61 (sessenta e um) dias, ao servidor público municipal MACIDELHO DA SILVA, matrícula nº 11110-4, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural do Município de Campo Erê, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo 2022/2023, 30 dias referente ao período aquisitivo 2023/2024, 06 dias referente ao período aquisitivo concedido pela Portaria nº 642, de 20/12/2024, e interrompido pela Portaria nº 23, de 12/01/2024, 05 dias referente ao período aquisitivo 2020/2021 - concedido pela Portaria nº 605, de 17/12/2021, e interrompido pela Portaria nº 28, de 24/01/2025 e 05 dias referente ao período aquisitivo 2021/2022 - concedido pela Portaria nº 392, de 11/07/2022, e interrompido pela Portaria nº 414, de 22/07/2022, conforme atesta a Diretoria de Gestão de Pessoas, a partir de 02/06/2025.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 478/25

Publicação N° 7253030

PORTARIA N° 478 DE 22 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Público Municipal e dá outras providencias;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar nº 011/2002, Lei Complementar 058/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR ALINE APARECIDA DOS SANTOS, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, (CC-4), código 99.2.23, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública do município de Campo Erê, a partir de 23/05/2025.

Parágrafo único. Fica fixado o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação dos documentos necessários junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, sob pena de nulidade deste ato.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 22 de maio de 2025.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

Campos Novos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2025 - MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 7253530

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 6
Processo Nº 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47 / 2025

No dia 22 do mês de Maio do ano de 2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) DHIEMIS METZ PINHEIRO inscrito no cpf sob o nº 476.589.089-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2025, Processo licitatório nº 53/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Órgão gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Entidades participantes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS	4,5,9,10,11,12,18,23

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS	18.047.657/0001-70		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
4	KIT DE PELES HIDRÁULICAS COMPATÍVEL AS MEDIDAS kit DA BATERIA COMPOSIÇÃO DO KIT: 1 Pele 10" Filme Duplo com óleo 1 Pele 12" Filme Duplo cm óleo 1 Pele 14" Filme Duplo com óleo 1 Pele 20" Filme Duplo com óleo 1 Pele 14" porosa CARACTERÍSTICAS GERAIS -Pele de filme duplo -2 filmes com espessura de 7 mil cada	kit	antares	1	250,00	250,00

Página: 2 / 6

	-Possui óleo entre as peles, no formato de pele hidráulica					
5	PELES HIDRÁULICAS 18 POLEGADAS DUPLO FILME Especificações: -Tamanho: 18" -Camadas: 2 -Duplo filme	UNIDADE	antares adhh18	2	74,00	148,00
9	Cajon com Microfonação Principais características: -Corpo feito em MDF -Pele feita em Sumauma 4mm -Medidas: 30x48x40 -Esteira: 12 fios, 27,5cm e 11 polegadas -Captação: 1 Captação Dinâmica 73db com saída P10 -Assento almofadado, com 4 cm de altura e densidade 33 10 UNIDADES - Vassourinhas Jazz Principal característica A Vassourinha Aço Jazz Retrátil Par. O cabo preto, com 35 cm de comprimento, e feito de alumínio revestido. As cerdas de aço de 0,40mm, que são retrateis, puxador na parte inferior.	UNIDADE	jaguar kf	3	713,00	2.139,00
10	Caxixi (chocalho alças) Características: -Cor: Natural -Modelo: Duplo Grande -Tipo: Chocalho -Material: Palha -Tamanho: Grande -Comprimento de Cada Caxixi: 18,5 cm -Largura: 8 cm (Cada Caxixi) -Altura: 16 cm	UNIDADE	bahia caxixi	4	73,00	292,00
11	Pandeiro profissional com pele em couro 10 polegadas Especificações: -Quantidade de platinelas: 5 -Largura: 26 cm -Altura: 4.5 cm - Comprimento: 26 cm - Com forma redonda. -Material do corpo feito de madeira. -Remendo de couro.	UNIDADE	jcs 10``	2	167,00	334,00
12	Bumbo Legueiros profissionais Especificações: -Tento de corda de algodão 8mm. -5 tensores de couro de búfalo. -Par de baquetas e talabarte (alça). -MEDIDAS: 16 polegadas, 50 cm de altura, 40 cm de largura. -CORPO: cilíndrico laminado. -AROS: Duas lâminas de 4mm coladas em prensa fria, com altíssima resistência. - PELES: couro de cabrito com rebaixamento de pelos para calibragem dos graves, empachados em aro de 10mm colado para dentro do aro.	UNIDADE	perussato 16``	2	948,00	1.896,00
18	Microfones profissionais com fio. -Elemento dinâmico de neodímio para faixa dinâmica ampla -Projeto de saída alta e baixa impedância -Padrão de captação supercardioides com excelente isolamento de sons indesejados -Resposta de frequência de 80Hz-12kHz -Suporte altos níveis de pressão sonora, até 147dB -Capsula montada contra choque, minimiza ruído de manuseio -Corpo robusto e grade de aço resistente -Inclui clipe de microfone e estojo para transporte	UNIDADE	skypix m58	10	84,00	840,00
23	VASSOURINHAS JAZZ Principal características: A vassourinha aço jazz retrátil par: o cabo preto, com 35cm de comprimento, é feito de alumínio revestido. As cerdas de aço de 0,40mm, que são retrateis, puxador na parte inferior.	UNIDADE	premium dbu	10	61,41	614,10

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios

disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem

demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) 1% (um por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III) 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV) 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução total do contrato;

b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Página: 6 / 6

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

10.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

10.4. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos, 22 de Maio de 2025

ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS
CNPJ: 18.047.657/0001-70

DHIEMIS METZ PINHEIRO
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2024 - MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 7253534

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 5

Processo Nº 53/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48 / 2025

No dia 22 do mês de Maio do ano de 2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) DHIEMIS METZ PINHEIRO inscrito no cpf sob o nº 476.589.089-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2025, Processo licitatório nº 53/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Órgão gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Entidades participantes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
ESTACAO DA MUSICA LTDA	6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ESTACAO DA MUSICA LTDA	20.971.821/0001-82		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: ESTACAO DA MUSICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
6	- Máquina de Hi-Hat (Chimbal) Especificações: -Acabamento: Cromado -Tipo: Estante Chimbal -Base: Ferragem Dupla -Pes: Emborrachados -Altura Máxima: 113 cm -Altura Mínima: 92 cm	UNIDADE	MICHAEL	1	391,47	391,47

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser

revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos

materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) 1% (um por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III) 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV) 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

- a. dar causa à inexecução total do contrato;
 - b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.
- 10.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- 10.4. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 10.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.7. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos, 22 de Maio de 2025

ESTACAO DA MUSICA LTDA
CNPJ: 20.971.821/0001-82

DHIEMIS METZ PINHEIRO
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2025 - MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 7253541

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 6
Processo Nº 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49 / 2025

No dia 22 do mês de Maio do ano de 2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) DHIEMIS METZ PINHEIRO inscrito no cpf sob o nº 476.589.089-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2025, Processo licitatório nº 53/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Órgão gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Entidades participantes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
LPG MUSICAL LTDA	1,13,15,16,21

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LPG MUSICAL LTDA	52.549.937/0001-14		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: LPG MUSICAL LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	KIT COMPLETO PROFISSIONAL BATERIA CONTENDO: 01- Bumbo 20x16 polegadas. 01- Caixa 14 polegadas. 01- Toms 10 polegadas. 01- Tom 12 polegadas. 01- Surdo 14 polegadas. Composição do kit Bumbo: 20x16" Caixa: 14x5,5" Tom: 10x7" Tom: 12x8"	kit	MICHAEL	1	2.899,00	2.899,00

Surdo: 14x14" de chão

DETALHES TÉCNICOS

*6 folhas em cada casco com 5,4mm de espessura
 *Setup em configuração tradicional com 2 tons e 1 surdo
 *Sistema flutuante de tons OptiLoc com 3 pontos de fixação
 *Caixa de madeira 14x5,5" na cor da bateria com automático SR-700
 *Aros Triple Flange Hoop 1.6mm
 *Canoas individuais NDL Lugs low mass
 *Belíssimo acabamento laqueado de categoria superior
 *Bumbo com base de tons e peles com muffle abafador interno
 *Almofada abafadora de bumbo

13	- Acordeon 80 baixos - (Alta performance) Com 80 baixos e 7 chaves incluindo estojo para facilitar o transporte e proteger o instrumento. O modelo diatônico, proporcionando um som autêntico e tradicional.	UNIDADE	MICHAEL	7	5.579,00	39.053,00
15	Violino 4/4 Especificações: -Tampo em Spruce -Espelho, cravelhas e queixeira em Black Maple -4 micro afinadores -1 arco de crina animal -Estojo térmico triangular com alças e breu	UNIDADE	VOGGA	15	388,00	5.820,00
16	Violino 3/4 Especificações: -Tampo em Spruce -Espelho, cravelhas e queixeira em Black Maple -4 micro afinadores -1 arco de crina animal -Estojo termico triangular com alças e breu	UNIDADE	VOGGA	10	320,00	3.200,00
21	Mesas de som analógica de 20 canais. Especificações: -Mesa de som estereo com 20 canais mono com entradas balanceadas e de linha P-10. - Processador de efeitos com tela de LCD. -Equalizador grafico de 7 bandas. - Entrada USB com display digital. - +48V Phantom Power divididos em blocos de 1 a 10 e de 11 a 20. -Equalização de 3 vias (grave, medio e agudo) por canal. -LEDs indicadores de pico. - 2 auxiliares send. -Gravação direta via USB. 110/220 volts.	UNIDADE	SOTEX	2	2.150,00	4.300,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e

desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) 1% (um por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III) 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV) 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução total do contrato;

b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

10.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

10.4. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação,

Página: 6 / 6

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos,SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos,22 de Maio de 2025

LPG MUSICAL LTDA
CNPJ: 52.549.937/0001-14

DHIEMIS METZ PINHEIRO
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2025 - MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 7253545

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 6
Processo Nº 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50 / 2025

No dia 23 do mês de Maio do ano de 2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) DHIEMIS METZ PINHEIRO inscrito no cpf sob o nº 476.589.089-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2025, Processo licitatório nº 53/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Órgão gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Entidades participantes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
MVB MUSIC LTDA	2,3,7,8,14,19,20,22

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MVB MUSIC LTDA	39.432.161/0001-90		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: MVB MUSIC LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
2	BANCO PARA BATERIA Especificações -Altura Maxima: 60 cm -Altura Minima: 46 cm -Assento tipo Selim -Regulador de altura: Rosca -Base: Ferragem Dupla pesada com Pes Emborrachados -Dimensoes do assento: 36 cm x 42 cm -Espessura do assento: 10 cm -Material do Assento: Couro sintetico - Material da Base: Metal - Acabamento: Cromado.	UNIDADE	Michael	2	502,00	1.004,00

Página: 2 / 6						
3	KIT DE PRATOS PROFISSIONAIS CONTENDO: 01- Hi-Hat 14 polegadas 01- Ride condução 20 polegadas 01- Ataque 16 polegadas 01- Ataque 18 polegadas Especificações : Kit de Pratos complete 14", 16", 18" 20" contendo um par de hihat de 14", um prato Crash de 16, Crash de 18" e um Ride de 20".	KIT	Pro Fire	1	1.250,00	1.250,00
7	Estantes de pratos Girafa Especificações Técnicas: -Trava rapida de prato -Ferragem dupla; -Luvas de Nylon internas; -Arruelas multi-sustain fetro/borracha; -2 estagios independentes de altura com memorias; -Funciona como reta ou girafa; - Lindo visual e alto padrao de acabamento; - Extremamente robusta e high tech.	UNIDADE	LOG	5	200,00	1.000,00
8	Estantes de Caixa Especificações técnicas: -Pes com ferragem dupla -Material: Aço Cromado -Ajuste de altura do Caixa -Ajuste de Inclinação do Caixa - Ferragem Robusta	UNIDADE	Turbo	5	195,30	976,50
14	Acordeon 48 baixos - (Alta performance) Com 48 baixos e 3 chaves incluindo estojo para facilitar o transporte e proteger o instrumento. O modelo diatônico, proporcionando um som autêntico e tradicional.	UNIDADE	Thommasi	7	3.592,49	25.147,43
19	- Cabos de microfone 10 metros. -Cabo de otima qualidade e durabilidade -Blindagem e isolamentos especi icos para melhor funcionamento -Medidas: 6mm (stereo - balanceado) -Sessão interna 2x0,24mm -Impedancia de 75 ohms. -Cabo bem maleavel que facilita o trabalho nas mais diferentes ocasioes -Pode ser usado em equipamentos com phantom power (+48v)	UNIDADE	Kato	10	43,80	438,00
20	Pedestal de microfone. -Suporte com base Easy Lock e tubo superior em aço. -Tipo: Suporte para microfone -Material: Ferro -Pes: emborrachados -Regulagem de angulo e altura -Altura mn: 100 cm -Altura max: 190 cm	UNIDADE	Ibox	10	61,74	617,40
22	Sistema Ativo 500w falante de 12 polegadas Especificações : -Aplicação : PA -Sistema : Ativo Transdutores : -Satelite: 3 Alto-falantes de 4" + Driver de Titanium / Subgrave: 1 Alto-falante de 12" -Sensibilidade da entrada balanceada (XLR) : Satelite: 0 dB / Subgrave: 0 dB -Sensibilidade da entrada estereo (RCA) : Satelite: 300mV / Subgrave: 300mV -Resposta de frequencia amplificador subgrave : Satelite: 200Hz - 20KHz / Subgrave: 30Hz - 180KHz -Impedancia de saída : Satelite: 12 Ohms / Subgrave: 8 Ohms -Ângulo de cobertura Horizontal : Satelite: 130º -Potencia amplificador alta frequencia 12 Ohms (Satelite) : 200W RMS -Potencia amplificador subgrave 8 Ohms : 300W RMS -Potencia Total GRT 12 APP (Ativa) : 500W RMS -Potencia Amplificador alta frequencia 6 Ohms (Satelite) : 400W RMS -Potencia Amplificador Subgrave 4 Ohms : 600W RMS -Potencia Total GRT 12 APP + GR12 (Ativa + Passiva) : 1000W RMS -Consumo maximo : 1420W -Alimentação automatica : 100 - 240V -Dimensoes (A x L x P mm) : Satelite: 541x138x154 / Subgrave: 585x356x510 / Conjunto: 1850x356x540	UNIDADE	SoundVoice	4	4.030,74	16.122,96

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a

contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) 1% (um por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III) 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV) 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução total do contrato;

b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a

execução do contrato;

- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

10.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

10.4. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos, 23 de Maio de 2025

MVB MUSIC LTDA
CNPJ: 39.432.161/0001-90

DHIEMIS METZ PINHEIRO
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2025 - MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 7253550

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 5
Processo Nº 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51 / 2025

No dia 23 do mês de Maio do ano de 2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) DHIEMIS METZ PINHEIRO inscrito no cpf sob o nº 476.589.089-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2025, Processo licitatório nº 53/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Órgão gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Entidades participantes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
STAGE MUSIC COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	17

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
STAGE MUSIC COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	10.661.909/0001-44		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO LAPIDANDO TALENTOS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS/SC, ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1827/2023.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: STAGE MUSIC COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
17	Violinos 2/4 -Violino 2/4 -Tampo em Spruce -Espelho, cravelhas e queixeira em Black Maple -4 microa inadores -1 arco de crina animal -Estojo termico triangular com alças e breu	UNIDADE	STANFORD	10	335,14	3.351,40

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser

revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos

materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) 1% (um por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III) 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV) 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

- a. dar causa à inexecução total do contrato;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

10.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

10.4. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos, 23 de Maio de 2025

STAGE MUSIC COMERCIO, IMPORTACAO E
CNPJ: 10.661.909/0001-44

DHIEMIS METZ PINHEIRO
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

PORTARIA Nº180 2025 FHJA

Publicação Nº 7250852

**PORTARIA Nº 180/2025 FHJA DE 26/05/2025**

DISPENSA COM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) LUANA DELAZARI DO CARGO DE ENFERMEIRO (A) OBSTETRA H.

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no estatuto 01/2022 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, conforme Art.17,

Art. 1º. Demite por justa causa, o (a) Servidor (a) LUANA DELAZARI do cargo de ENFERMEIRO (A) OBSTETRA H.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Campos Novos-SC, 26 de maio de 2025.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio



PORTARIA Nº185 2025 FHJA

Publicação Nº 7252900

PORTARIA Nº 185/2025 FHJA DE 25/05/2025**CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELISANGELA
BILHALVA FONSECA ALVES**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo III da Lei Complementar nº 1/2024 de 08/01/2024 Art.09 §2º.

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, ELISANGELA BILHALVA FONSECA ALVES para exercer o cargo de COPEIRO H TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de Maio de 2025.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO Nº 04/2025**

Publicação Nº 7253583

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte... (Moção)

MOÇÃO Nº 4/2025**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio de seus representantes legais, os vereadores com assento nesta casa, manifestar integral e irrestrita parabenização ao...

"CONSELHO MUNICIPAL ANTI DROGAS - COMAD/CN"

É com grande satisfação que viemos através deste parabenizá-los pelo seus 26 anos de atividades no Município de Campos Novos, sendo referência em várias ações que contribuíram para transformar a nossa comunidade.

O COMAD - CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS foi fundado no dia 17 de março de 1999.

Entre os relevantes serviços prestados, podemos citar: - Parceria com a Polícia Militar para Formaturas do Proerd; - Atividades na Praça como a Campanha "Pare de Fumar Troque Um Cigarro por um brinde"; - Caminhadas que mobilizaram a comunidade Escolar, as empresas, forças de segurança e PROERD; - Foi alterada uma Lei para que fosse incluída dentro da Comissão Permanente de Serviços Públicos da Câmara de vereadores o tema: Políticas Públicas na Prevenção e combate ao uso indevido de Drogas; - Conquista da Dotação Orçamentaria própria para COMAD que contribuiu muito para ações anuais e estrutura do Conselho; - Muitas Participações em Eventos; - Festival de Musica (que foi referência e inovação com informatização da votação, parceria com entidades para captar recursos, vendendo refrigerantes e lanches nos festivais, sem bebidas alcoólicas); - Palestras com renomados especialistas na área sobre Drogas; - Teatro nas Escolas; - Reuniões nas Escolas do COMAD Juiz, Promotoras, e outras autoridades; - Parceria com a UNOESC na Publicidade de um projeto; - Orientações junto ao Poder Executivo para não vender bebidas alcoólicas para menores nas Festas do Município. Considerando que todos os Conselheiros

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislaor.com.br/verifica, informe o código: 241#36#23#4#2025#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

sempre exerceram e fazem seus trabalhos voluntários. “O trabalho voluntário é um ato de amor, respeito, compaixão, justiça e solidariedade.

Parabenizamos todos os envolvidos pelo magnífico trabalho desenvolvido que vem colaborando incansavelmente para o crescimento e desenvolvendo constante ao longo destes 26 anos!

Sala das Sessões, em 08/04/2025.

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa - MDB

Valtoir Scolaro
Vice-Presidente - MDB

Robson Molon
1º Secretário - MDB

José Jair Fagundes Antunes
2º Secretário - PSD

Claudiomir da Silva
Vereador - PP

Evandro Galiotto
Vereador - NOVO

Florindo Rogerio Cordeiro dos Santos
Vereador - MDB

Irineu Armando Osorio Junior
Vereador - NOVO

João Nilso de Oliveira
Vereador - PSD

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesso o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3##2025#1#0#0#1

MOÇÃO Nº 05 - 2025

Publicação Nº 7253586

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

MOÇÃO Nº 5/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assentos nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE APLAUSO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio de um de seus representantes legais, o vereador José Jair Fagundes Antunes, manifestar integral e irrestrita parabenização ao Senhor...

"JOSÉ VOLNEI MACEDO DELFES"

A Câmara de Vereadores de Campos Novos, parabeniza o senhor **"JOSÉ VOLNEI MACEDO DELFES"**, empresário camponovense e sócio-fundador da empresa **DELFES ENERGIA LTDA**, pelos relevantes serviços prestados no desenvolvimento do setor energético regional e nacional, bem como pela sua exemplar trajetória pessoal e profissional.

Nascido em 11 de setembro de 1966, em Lages/SC, o senhor José Volnei é filho de Antônia Macedo Delfes e de Alcides Oliveira Delfes (in memoriam), e estabeleceu residência em Campos Novos/SC, cidade que o acolheu e onde ele construiu sua trajetória de sucesso.

Com formação técnica e acadêmica sólida, é graduado em Engenharia Mecânica Industrial pela UNOESC, com especialização em Automação Industrial pela UFSC, além de possuir formação técnica em contabilidade e magistério. Sua jornada profissional foi marcada por experiências valiosas, desde a docência no ensino fundamental até funções técnicas e gerenciais em importantes instituições como a CELESC, ENERCAN e o SENAI, onde também atuou como professor e coordenador em cursos voltados à área industrial e energética.

Sua veia empreendedora culminou na fundação da empresa **DELFES ENERGIA LTDA**, com sede em Campos Novos, voltada à elaboração de projetos, construção, operação e manutenção de usinas hidrelétricas. A empresa já atua em diversos estados do sul do país, consolidando-se como referência no setor.

Além disso, é sócio fundador de importantes empreendimentos hidrelétricos:

- **CGH DELFES I** – em operação desde 2022, no município de Vargem/SC;
- **COG - Centro de Operação da Geração** – Inaugurado em 2022, um espaço centralizado onde técnicos monitoram e controlam 24 horas por dia a produção de energia elétrica das hidrelétricas da DELFES ENERGIA e de várias outras usinas hidrelétricas da região, com

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#5#2025#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

objetivo de garantir a eficiência e a segurança da geração de energia, além de otimizar o desempenho dos equipamentos e das instalações.

- **CGH São Caetano do Moinho** – em operação desde 2024, em Veranópolis/RS;
- **CGH DELFES II** – com operação comercial programada para 2025, em Anita Garibaldi/SC.

A presente moção representa o reconhecimento do Poder Legislativo camponovense à dedicação, competência e visão empreendedora do senhor José Volnei Macedo Delfes, que tem contribuído de forma significativa para o crescimento econômico, tecnológico e sustentável da nossa região e do país.

Desejamos sempre muito sucesso no decorrer de sua jornada!

Sala das Sessões, em 06/05/2025.

José Jair Fagundes Antunes
2º Secretário

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesso o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#5#2025#1#0#0#1

MOÇÃO Nº 06/2025

Publicação Nº 7253588

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

MOÇÃO Nº 6/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos responsáveis o seguinte...

OS VEREADORES QUE ESTAS SUBSCREVEM, com assentos nesta Egrégia Casa Legislativa, valendo-se das prerrogativas regimentais, apresentam para que se discuta, vote, aprove e posteriormente se encaminhe ao **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Júlio Garcia**, a seguinte:

MOÇÃO DE APELO

A presente Moção tem como objetivo apelar ao **Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Júlio Garcia**, que empenhe esforços objetivando a aprovação do PL. nº 0399/2024, que dispõe ‘*Institui o Programa de Controle de Diabetes na Escola, destinado a alunos da educação básica e infantil de baixa renda*’.

Justificativa:

Considerando que o Brasil é o sexto país em prevalência de *diabetes mellitus* (DM) no mundo, com 15,7 milhões de doentes, bem como dos preocupantes dados que evidenciam o crescimento constante de óbitos e internações por *diabetes mellitus* tanto no Brasil quanto em Santa Catarina;

Considerando que o pico de incidência do DM1 ocorre na infância e adolescência, entre 10 e 14 anos de idade;

Considerando que o PL./0399/2024 objetiva garantir melhor qualidade de vida aos alunos da educação básica e infantil de baixa renda;

Considerando que o Programa objetiva garantir que os estudantes recebam o apoio necessário para gerenciar sua condição de saúde enquanto permanecem engajados na vida escolar;

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#6#2025#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

e

Considerando que o Programa assegura um tratamento digno por meio do monitoramento contínuo de glicose (CGM) e avaliação permanente do diabetes, contribuindo para que esses estudantes alcancem seu pleno potencial, mitigando os desafios impostos pela doença;

Desta feita, apela ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para que empenhe esforços objetivando a aprovação do PL./0399/2024, que dispõe ‘*Institui o Programa de Controle de Diabetes na Escola, destinado a alunos da educação básica e infantil de baixa renda*’.

Ante o exposto, ouvido o Plenário e atendidas as formalidades regimentais, solicitamos a aprovação e envio desta Moção de Apelo ao Exmo. Senhor Júlio Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Nestes Termos,

Pedem Deferimento,

Sala das Sessões, em 06/05/2025.

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa - MDB

Valtoir Sclaro
Vice-Presidente - MDB

José Jair Fagundes Antunes
2º Secretário - PSD

Evandro Galiotto
Vereador - NOVO

Irineu Armando Osorio Junior
Vereador - NOVO

Robson Molon
1º Secretário - MDB

Claudiomir da Silva
Vereador - PP

Florindo Rogerio Cordeiro dos Santos
Vereador - MDB

João Nilso de Oliveira
Vereador - PSD

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#6#2025#1#0#0#1

MOÇÃO Nº 07/2025

Publicação Nº 7253591

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

MOÇÃO Nº 7/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE APLAUSO"

A Câmara Municipal de Campos Novos, por meio do Vereador José Jair Fagundes Antunes, manifestar votos de reconhecimento e gratidão ao senhor...

"JOSÉ BATISTA STEFANES - TOTTA"

pelos 55 anos de vida dedicados ao desenvolvimento econômico e social de nosso município.

Com uma trajetória pessoal e profissional profundamente entrelaçada à história de Campos Novos, Totta é um cidadão cuja vida reflete valores de trabalho, perseverança e compromisso com a comunidade. Como sócio fundador de importantes empresas — entre elas, **Totta Imóveis, Totta Pré-Moldados e JBS Empreendimentos**, sua atuação foi decisiva para o fortalecimento do setor imobiliário e da construção civil local, contribuindo para a geração de empregos, renda e inovação.

Destaca-se, ainda, sua relevante participação na área social, como membro ativo do Rotary Clube de Campos Novos e presidente fundador do Rotary Clube Campos Novos, onde liderou ações que impactaram positivamente a vida de inúmeros camponovenses.

Além de sua expressiva trajetória profissional, Totta é amplamente reconhecido por sua dedicação à família, seus valores éticos e seu amor por Campos Novos — virtudes que o tornam um exemplo para as gerações presentes e futuras.

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#7#2025#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

Que esta homenagem sirva como reconhecimento por sua contribuição e como incentivo para que continue a inspirar nossa sociedade com seu trabalho, liderança e espírito de solidariedade.

Sala das Sessões, em 03/06/2025.

José Jair Fagundes Antunes
2º Secretário

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa

Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesso o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#7#2025#1#0#0#1

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



MOÇÃO Nº 08/2025

Publicação Nº 7253594

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

MOÇÃO Nº 8/2025**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos**

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Congresso Nacional a seguinte...

MOÇÃO APELO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, a pedido do Vereador Evandro Galiotto, com o apoio dos demais nobres colegas, manifesta integral e irrestrito apoio a **Moção de Apelo ao CONGRESSO NACIONAL**, à vista do que se expõe a seguir:

Considerando as denúncias graves de irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), especialmente relacionadas à contratação de empréstimos consignados sem autorização ou conhecimento prévio dos beneficiários;

Considerando que, segundo apuração da Gazeta do Povo, publicada em 5 de maio de 2025, uma força-tarefa entre o Ministério da Previdência, a Polícia Federal e o Ministério Público investiga um escândalo que pode ultrapassar R\$ 90 bilhões em contratos ilegais de crédito consignado, atingindo principalmente aposentados, pensionistas e pessoas em situação de vulnerabilidade;

Considerando que, além de desviar recursos públicos e comprometer a credibilidade da Previdência Social, essas fraudes configuram verdadeiro atentado à dignidade e aos direitos de milhares de cidadãos, que muitas vezes nem sequer compreendem a origem dos descontos em seus benefícios;

Considerando que as medidas até então adotadas pelo Poder Executivo são importantes, mas insuficientes diante da dimensão e gravidade das denúncias;

Considerando que o Congresso Nacional tem o dever constitucional de exercer o controle externo da administração pública e apurar com rigor os fatos que envolvem o uso indevido de recursos do INSS;

Diante do exposto, a Câmara Municipal de Campos Novos apela aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais e Senadores da República para que seja instaurada, com máxima urgência, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar os contratos ilegais de crédito consignado no INSS, bem como todos os indícios de corrupção, omissão e conivência institucional com o esquema.

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#8#2025#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

Solicita-se ainda que o Congresso Nacional adote medidas concretas para garantir o ressarcimento célere e integral aos beneficiários prejudicados, com a criação de mecanismos oficiais de denúncia, bloqueio imediato de descontos irregulares e ampla divulgação sobre os direitos dos segurados atingidos

Sala das Sessões, em 22/05/2025.

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa - MDB

Valtoir Scolaro
Vice-Presidente - MDB

Robson Molon
1º Secretário - MDB

José Jair Fagundes Antunes
2º Secretário - PSD

Claudiomir da Silva
Vereador - PP

Evandro Galiotto
Vereador - NOVO

Florindo Rogerio Cordeiro dos Santos
Vereador - MDB

Irineu Armando Osorio Junior
Vereador - NOVO

João Nilso de Oliveira
Vereador - PSD

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesso o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#8#2025#1#0#0#1

Capinzal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 005/2025

Publicação Nº 7251206



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CAPINZAL



CONTRATO Nº 005/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2025
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025

Termo de Contrato Nº 005/2025 que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE CAPINZAL e empresa JANE HADDAD LTDA ME, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº 32.061.252/0001-17, no dia 21 de maio de 2025, a Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 78.476.447/0001-29, com sede à Rua Alexandre Thomazoni, nº 120 – Centro Capinzal/SC – CEP 89665-000, neste ato representada por seu Presidente Vereador Kelvis Borges, inscrito no CPF nº 007.123.799-24, no final assinado, e no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente Contratante, e de outro lado empresa JANE HADDAD LTDA ME, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº 32.061.252/0001-17, neste ato representada por seu representante legal Sra. Jane Patricia Haddad, inscrita no CPF nº 022.996.598-97, doravante denominado simplesmente Contratada.

O presente contrato o qual rege-se pelo fundamento legal preconizado pela Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, e demais documentos que integram o processo, têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de palestra de capacitação para a 14ª edição do SIMPE – Simpósio Pedagógico Capinzal 2025 – “Conectando a Educação e a Vida”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA

2.1 O local de execução do serviço/entrega do objeto será no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, no dia 28/05/2025, com carga horária de 90 minutos, sem qualquer ônus para o contratante, correndo por conta do fornecedor todas as despesas decorrentes de impostos, serviços de terceirizados, transporte, seguros, embalagens, mão de obra, etc.

2.2 O contratado deverá realizar a execução do serviço e/ou a entrega do objeto no local indicado pela Administração Pública, no prazo estabelecido no cronograma do contrato ou conforme determinação do contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E PAGAMENTO

3.1 O contrato tem como certo e ajustado o valor total da proposta de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), correspondente ao objeto descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

3.2 Somente será admitida a recomposição dos preços por acordo entre as partes visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021, sendo a mesma solicitada pela parte adjudicada com a apresentação de todo tipo de prova de ocorrência, para aceitação do pedido, como notas fiscais de majoração ou redução dos preços e demais ocorrências imprevistas, bem como a demonstração analítica de seu impacto nos custos do fornecimento, não



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CAPINZAL



podendo a manutenção econômico-financeira ultrapassar o preço praticado no mercado mantendo, no mínimo a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.2 O pagamento será efetuado mediante emissão dos documentos fiscais.

3.2.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária conforme percentual previsto na legislação aplicável.

3.2.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.3. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

3.4. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

3.5 O pagamento será efetuado via transferência para a conta corrente do fornecedor, mediante apresentação do documento fiscal, após a realização dos serviços devidamente atestados pelo fiscal do contrato e com aceite do Fiscal e do Gestor do contrato, no prazo de 15 (dias) dias após a finalização da prestação dos serviços contratados.

3.6 Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte do licitante, o pagamento poderá ser retido pela Câmara de Vereadores de Capinzal (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Câmara supracitada.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Caberá à Contratante exercer a fiscalização deste contrato, notificando por escrito à Contratada sobre quaisquer irregularidades ou desconformidades relacionadas à execução do Contrato.

4.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor Darci Adão da Silva Junior, que exercerá rigoroso controle, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.3. Caberá a gestão do contrato ao Presidente Vereador Kelvis Borges, desde sua concepção até a finalização.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta do orçamento vigente para o ano de 2025, especificamente da seguinte rubrica:

01.001 – Câmara Municipal de Vereadores.

2.160 – Apoio à Escola do Legislativo Iria Dambrós.

3.3.90.39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CAPINZAL



5.2. Os recursos financeiros correrão por conta dos valores consignados no exercício financeiro correspondente e serão provenientes da própria contratante.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 007/2025 – Inexigibilidade Licitação nº 006/2025 e seus anexos, obrigando-se o CONTRATADO em manter, durante a vigência deste, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLAUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Caso uma das partes verifique o descumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste contrato, deverá notificar a parte inadimplente por escrito, detalhando as falhas observadas.

7.2. A parte notificada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para corrigir as irregularidades apontadas na notificação, sob pena das medidas cabíveis.

7.3. Além das disposições previstas no item acima, a rescisão contratual poderá ocorrer nas seguintes hipóteses, com base na Lei 14.133/2021:

7.3.1. Descumprimento grave de cláusulas contratuais essenciais;

7.3.2. Atraso injustificado na execução do contrato;

7.3.3. Paralisação da execução contratual sem justa causa;

7.3.4. Inexecução total ou parcial do contrato.

7.4. A parte que pretende rescindir o contrato deverá notificar a outra parte por escrito, indicando as razões da rescisão e concedendo o prazo razoável para correção das falhas, quando possível.

7.4.1. Caso as irregularidades persistam após o prazo concedido, a parte notificante poderá formalizar a rescisão contratual, mediante notificação por escrito, comunicando a decisão de rescindir o contrato.

7.5. A rescisão contratual acarretará as consequências previstas na legislação aplicável, bem como as previstas neste contrato, incluindo a retenção de garantias, o pagamento de indenizações por perdas e danos, e a aplicação de penalidades contratuais, conforme disposto na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O Contratado reconhece e concorda que o descumprimento das obrigações estipuladas neste contrato sujeitará a parte infratora à aplicação de penalidades, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas em caso de atraso na execução do contrato, descumprimento de cláusulas essenciais, inexecução total ou parcial do contrato, entre outras situações previstas na legislação aplicável.

8.3. As penalidades aplicáveis poderão incluir, mas não se limitar a:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de 02 anos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CAPINZAL



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.4. Antes da aplicação de penalidades, será assegurado ao Contratado o direito à ampla defesa e ao contraditório, em conformidade com o devido processo legal.

8.5. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo específico, assegurando-se o direito de apresentação de defesa e recursos, nos prazos estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

9.1 O contrato vigorará por prazo determinado, iniciando-se com a assinatura deste instrumento, e com termo final previsto para 20/06/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. As partes elegem o foro da cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, para solução de possíveis litígios oriundos do presente Contrato, renunciando a quaisquer outros que tenham ou venham a ter.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Conforme art. 58 da Resolução de Mesa nº 003/2024 da Câmara de Vereadores de Capinzal e art. 94 da Lei nº 14.133/2021, caberá à Contratante providenciar, por sua conta, a publicação deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal (SC), 22 de maio de 2025.

KELVIS

BORGES:007123

79924

CÂMARA DE VEREADORES CAPINZAL

Vereador Kelvis Borges

Presidente

Documento assinado digitalmente



DIOGO PECINATO

Data: 22/05/2025 09:31:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinado de forma digital
por KELVIS
BORGES:00712379924
Dados: 2025.05.22 09:30:01
-03'00'

JANE PATRICIA
HADDAD

02299659897:3

2061252000117

JANE HADDAD LTDA ME

Jane Patricia Haddad

Representante Contratada

Assinado de forma
digital por JANE
PATRICIA HADDAD
02299659897:32061252
000117
Dados: 2025.05.22
19:27:29 -03'00'

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

PORTARIA Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252670



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

**PORTARIA Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2025**

Dispõe sobre a exoneração de servidor de função atribuída pela portaria nº 20 de 20 de maio de 2024, e dá outras providências.

KELVIS BORGES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal/SC, no uso das atribuições que lhe pelo artigo 53, inciso III, alínea "b" do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a solicitação formal apresentada pelo servidor Diogo Pecinato, em 30 de abril de 2025, requerendo seu desligamento da função temporária designada pela Portaria nº 020, de 20 de maio de 2024, e;

CONSIDERANDO o deferimento do referido pedido, com efeitos a partir de 20 de maio de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor Diogo Pecinato, ocupante do cargo efetivo de Secretário de Bancada, da função atribuída por meio da Portaria nº 020, de 20 de maio de 2024, a qual delegava, em caráter temporário e excepcional, atribuições relativas ao setor de contabilidade desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Capinzal/SC, em 21 de maio de 2024.

Kelvis Borges
Presidente da Câmara

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Kelvis Borges
Presidente

Rua Alexandre Thomazoni, 120 - Fone/fax (49) 3555-2399 - CEP 89665-000 - Capinzal - Santa Catarina
Site: www.camaracapinzal.sc.gov.br - E-mail: camara@camaracapinzal.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por Kelvis Borges (007.***-24) em 23/05/2025 15:39
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camaracapinzal.sc.gov.br/cer> e informe o código: 250523153608B1015

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252672

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****PORTARIA Nº 13, DE 23 DE MAIO DE 2025**

Dispõe sobre a designação, em caráter temporário e excepcional, de atribuições ordinárias específicas na função do AGENTE DE RECEPÇÃO E PROTOCOLO, tendo em vista o pedido de exoneração do servidor designado anteriormente, e dá outras providências.

KELVIS BORGES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Portaria nº 20, de 20 de maio de 2024, que atribuiu, em caráter temporário e excepcional, ao Secretário de Bancada as atribuições ordinárias do cargo de Técnico em Contabilidade;

CONSIDERANDO a exoneração, a pedido, do servidor Diogo Pecinato da função designada por referida portaria, e;

CONSIDERANDO a continuidade da necessidade administrativa de execução das atribuições específicas do cargo de Técnico em Contabilidade, ainda sem substituto definitivo;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao AGENTE DE RECEPÇÃO E PROTOCOLO, em caráter temporário e excepcional, as atribuições de responsabilidade pelo recebimento, guarda e movimentação de valores que ordinariamente são atribuições típicas ao Tesoureiro,

Art. 2º A inclusão das referidas atribuições tem caráter excepcional e temporário, e permanecerá vigente apenas durante o período em que não haja servidor responsável pelas atribuições ordinárias do Tesoureiro, contratado(a) via concurso público e/ou processo seletivo simplificado, se for o caso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Capinzal/SC, em 21 de maio de 2024.

Kelvis Borges
Presidente da Câmara

Rua Alexandre Thomazoni, 120 - Fone/fax (49) 3555-2399 - CEP 89665-000 - Capinzal - Santa Catarina
Site: www.camaracapinzal.sc.gov.br - E-mail: camara@camaracapinzal.sc.gov.br

Documento assinado digitalmente por Kelvis Borges (007.***-24) em 23/05/2025 15:39
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camaracapinzal.sc.gov.br/cer> e informe o código: 25052315390765C15



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Kelvis Borges
Presidente

Documento assinado digitalmente por Kelvis Borges (007.***.***-24) em 23/05/2025 15:39
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camaracapinzal.sc.gov.br/cer> e informe o código: 25052315390765C15

Rua Alexandre Thomazoni, 120 - Fone/fax (49) 3555-2399 - CEP 89665-000 - Capinzal - Santa Catarina
Site: www.camaracapinzal.sc.gov.br - E-mail: camara@camaracapinzal.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025

Publicação Nº 7251450



ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL
Rua Alexandre Thomazoni, 120 - Centro. - Capinzal
CEP: 89665-000 CNPJ: 78.476.447/0001-29 Telefone: (49) 3555-2399
E-mail: camara@camaracapinzal.sc.gov.br Site: http://camaracapinzal.sc.gov.br

Página: 1 / 1

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2025

Processo Adm.: 8/2025
Data do Processo: 23/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 8/2025
b) **Nr. Licitação:** 2/2025 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 23/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de prestador de serviços para licença de uso, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado para o software de ponto eletrônico instalado junto a Câmara de Vereadores do Município de Capinzal – SC, incluindo o fornecimento de bobinas ou demais materiais necessários para o pleno andamento dos trabalhos, sem exclusividade.*

Participante: SENA SOARES & CIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de prestador de serviços para licença de uso, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado para o software de ponto eletrônico instalado junto a Câmara de Vereadores do Município de Capinzal – SC, incluindo o fornecimento de bobinas ou demais materiais necessários para o pleno andamento dos trabalhos, sem exclusividade. - Contratação de prestador de serviços para licença de uso, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado para o software de ponto eletrônico instalado junto a Câmara de Vereadores do Município de Capinzal – SC, incluindo o fornecimento de bobinas ou demais materiais necessários para o pleno andamento dos trabalhos, sem exclusividade.	12,000	UN	94,00	1.128,00

Marca: L.A. INFORMATICA

Total do Participante: 1.128,00

Total Geral: 1.128,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção das atividades da Câmara de Vereadores.	01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.00.00	R\$ 1.128,00

Capinzal, 23/05/2025

KELVIS

BORGES:00712379924

Assinado de forma digital por
KELVIS BORGES:00712379924
Dados: 2025.05.23 11:14:27 -03'00'

KELVIS BORGES



Documento assinado digitalmente

DIOGO PECINATO
Data: 23/05/2025 11:15:27-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Assinatura do Responsável

Capivari de Baixo

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL P.E Nº 08/2025/PMCB (SAIBRO ARENOSO)

Publicação Nº 7251252

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 48384769DB2D4153702238A5D2115C676274324C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025/PMCB

Objeto: Fornecimento, carregamento e transporte de saibro arenoso (Areão), incluído de mais despesas pertinentes a atividade, entregue no Município de Capivari de Baixo - SC. Tipo Menor preço por Item. Data: 09/06/2025 às 09hs00min na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC, Rua Ernani Cotrin, 187, Centro. Maiores informações em (48) 3621-4400 das 07hs às 13hs ou pelo site www.capivaridebaixo.sc.gov.br.

Capivari de Baixo/SC, 22 de maio 2025.

Claudir Antônio de Bitencourt – Prefeito Municipal

Catanduvas

PREFEITURA

PE Nº 0024/2025 PMC

Publicação Nº 7252015

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2025
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Catanduvas – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006 e suas alterações, que se encontra aberto até as 13h30min do dia 06 de junho de 2025, Pregão Eletrônico para futura e eventual fornecimento de bandeiras oficiais, conforme informações constantes no anexo "I". As propostas e demais documentos solicitados deverão ser encaminhadas via Internet pelo site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da disputa das propostas classificadas se dará a partir das 13h35min do dia 06 de junho de 2025. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000. Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.catanduvassc.gov.br, ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvas – SC, 23 de maio de 2025.

Registro TCE/SC: 46B64CF207EF0A7A6D8A50E212A4F9D6C429FD49

MONALISA RUARO
Prefeita Municipal

PE Nº 0025/2025 PMC

Publicação Nº 7252009

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0089/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2025

O Município de Catanduvas – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006 e suas alterações, que se encontra aberto até as 13h30min do dia 10 de junho de 2025, Pregão Eletrônico para prestação de serviço de levantamento e avaliação patrimonial, conforme informações constantes no anexo "I". As propostas e demais documentos solicitados deverão ser encaminhadas via Internet pelo site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da disputa das propostas classificadas se dará a partir das 13h35min do dia 10 de junho de 2025. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000. Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.catanduvassc.gov.br, ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvas – SC, 23 de maio de 2025.

Código de Registro TCE/SC: 8AACA49BAD90CDBF2610758AE53818E98EB43A62

MARIA ALICE CASTAGNARO
Secretária Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0089/2024

Publicação Nº 7252556

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0089/2024

TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA DESTES MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA RTM CONSTRUÇÕES LTDA (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0130/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0049/2024).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Monalisa Ruaro, matrícula nº 200062081, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: RTM CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 45.486.589/0001-18, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, s/n, Bairro Centro, no município de Irani – SC, CEP: 89.680-000, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. Talisson Rezende de Moraes, doravante denominada CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 06 de setembro de 2024.

CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (documento anexo);

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico (documento anexo);

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, inciso I, alínea “b”, e no art. 125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, que tratam da possibilidade de supressão de itens contratuais por motivo de interesse público;

CONSIDERANDO que, durante a execução da obra, constatou-se que determinados itens, como molduras nos pés dos pilares e prateleiras, poderiam gerar obstáculos à acessibilidade, bem como representar risco à locomoção dos usuários da Capela Mortuária, razão pela qual foi tecnicamente solicitado que tais itens não fossem executados;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de supressão dos referidos itens do objeto contratado, visando à adequação da obra às normas de acessibilidade e à segurança dos usuários;

CONSIDERANDO que a empresa encontra-se de forma regular perante as suas obrigações com a Legislação Federal, Estadual, Municipal Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Suprimir R\$ 458,09 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e nove centavos), que corresponde a 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor originalmente contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 124, I, “b” e no art. 125, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 23 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
MONALISA RUARO
CONTRATANTE

RTM CONSTRUÇÕES LTDA
TALISSON REZENDE DE MORAIS
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

REVOGAÇÃO PE Nº 0021/2025 PMC

Publicação Nº 7251787

Processo Licitatório nº 0080/2025

Pregão Eletrônico nº 0021/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação serviços de levantamento patrimonial, catalogação de bens móveis e imóveis e bens de infraestrutura, e confrontação patrimonial e contábil do Município de Catanduvas – SC, conforme especificações constantes no Anexo “I” deste edital.

Considerando análise detalhada da documentação inicial do referido processo;

Considerando, que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULAS 346 e 473, STF);

Considerando dar condições igualitárias a participação, garantido competitividade, transparência dos atos, igualdade e impessoalidade, entende-se que não há razão para seu prosseguimento neste momento.

A Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**

Declarar **REVOGADO** o Processo Licitatório nº 0080/2025, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0021/2025, em razão do interesse público, pelo motivo supracitado.

Determino a abertura de novo procedimento licitatório de imediato.

Catanduvas – SC, 22 de maio de 2025.

MONALISA RUARO
Prefeita Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

ADITIVO QUANTITATIVO 28/2022

Publicação Nº 7252699



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO **QUANTITATIVO DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº** **028/2022**

PROCESSO: 06/2022
TOMADA DE PREÇOS: 01/2022

ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO AS ÁREAS CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por finalidade o aditivo quantitativo ao objeto do contrato de **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO AS ÁREAS CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL"**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterada a Cláusula Segunda, do contrato 028/2022, bem como, as respectivas previsões do processo 06/2022, Tomada de Preços 01/2022, para aditar o mencionado Contrato Administrativo, prevendo-se que a Contratada deverá prestar de modo transitório, por meio do Contador **VANDERLEI PICININI, CRC nº 023.918-0/SC**, portador do CPF: 907495619-07, durante o período que compreende a data de vacância do cargo, até a data de posse do Contador sucessor, o serviço/cargo de **Contador do município de Celso Ramos**, exercendo todas as funções a ele inerentes, haja vista a vacância do cargo e urgência para o ente público no exercício das suas funções.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente aditivo é realizado em comum acordo entre contratado e contratante, os quais expressamente declaram que não será alterado o valor do contrato originário em decorrência deste aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – Este aditivo é regido pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, nos termos do art. 190, da lei 14.133/2021, Permanecendo inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 23 de maio de 2025.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos

.....
Angonese E Picinini Contabilidade E Assessoria Ltda

CONTRATO 116/2025

Publicação Nº 7253415



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

CONTRATO 116/2025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025

Pelo presente instrumento, o Município de Celso Ramos, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ, sob o n. 78.493.344/0001-22, estabelecida na Rua Dom Daniel Hostin, 930, Centro, aqui representado pela Senhora ANGELA C. DA SILVA BURIGO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, e a empresa EPISTEMICA LTDA com sede em ITAJAI/SC inscrita no CNPJ sob n. 21.645.880/0001-23, acordam proceder, nos termos seguintes, referente ao Pregão Eletrônico, homologado em 23/05/2025, sujeito a Lei 14.133/2021, e ao respectivo edital:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCERIZADOS DE MONITOR, PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Item:

Item	Objeto	Valor mensal	Qtd máxima	Valor global (ANO)
1	SERVIÇO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR Segunda à sexta-feira HORÁRIO DE SAÍDA: 7h – HORARIO DE RETORNO: 8h HORÁRIO DE SAÍDA: 11h40min - RETORNO:13h HORARIO DE SAÍDA: 16h45min -	1600,00 X 7 UND DE MONITORES 11.200,00	7,5 MESES 53 UND	87.980,00

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

	<p>HORARIO DE RETORNO: 18 horas.</p> <p>As escolas poderão ter atividades também aos sábados/ou feriados, necessitando , dessa forma, dos serviços dos funcionários da empresa.</p> <p>Nesse caso, os serviços prestados aos sábados serão compensados pelos dias letivos em que os funcionários não exercerem atividades nas escolas devido ao não funcionamento das mesmas, conforme programação prevista em calendário escolar de cada escola, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>Os monitores do transporte escolar terão sua escala de horários, conforme a necessidade de cada itinerário, obedecendo a carga horária semanal.</p>			
--	--	--	--	--

Referência dos serviços/atividades a serem prestados:

Acompanhar alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque no final de expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios. Verificar se todos os alunos estão sentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar. Orientar e auxiliar os alunos quando necessário a colocar o cinto de segurança. Orientar e auxiliar os alunos dentro ao risco de acidente, evitando colocar partes do corpo para fora da janela. Zelar pela limpeza do transporte durante e depois do trajeto. Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro do local.

Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos veículos de transportes. Verificar a

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

segurança dos alunos no momento do embarque e desembarque. Verificar os horários dos transportes, informando aos pais ou responsáveis dos alunos. Conferir se todos os alunos freqüentes no dia estão retornando para os lares. Ajudar os pais dos alunos especiais na locomoção dos mesmos. Tratar os alunos com respeito, comunicar casos de conflito ao responsável pelo transporte dos alunos. Ser pontual e assíduo, ter postura ética e apresentar-se com vestimentas confortáveis e adequadas para o melhor atendimento às necessidades dos alunos. Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência desde a contratação, PREVISTA no dia 02/06/2025 até 15/12/2025 (conforme calendário escolar), podendo ser prorrogado conforme disposições estabelecidas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO

3.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício de 2025, os quais serão apresentados na Solicitação de Fornecimento pela Secretaria de Educação.

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

02.007 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SED

2.027 – MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

53 – 33.90.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

3.1.1. O pagamento do Preço pactuado será conforme a proposta homologada, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação, deverão ser pagas em até 30 dias após seu recebimento.

3.2. Conforme Decreto N. 3169/2023 de 18 de agosto de 2023, do município de Celso Ramos/SC, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena, de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionadas no art. 1º, cabendo aos prestadores de serviços e fornecedores de bens o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais emitidas (art. 2º, Decreto n. 3169/2023).

3.3. Nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto n. 3169/2023, não se sujeitam à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no art. 4º da IN RFB n. 1.324 de 2012.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

4.1 Manter os profissionais nos locais solicitados pelo Município e quando houver necessidade de troca destes, substituí-los por outros de características iguais ou superiores a das contratadas, bem como manter a secretaria informada da substituição.

4.2 Manter o número mínimo de profissionais solicitados para a execução dos serviços.

4.3 Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo contratante quando da prestação dos serviços;

4.4 Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes a execução do objeto do presente edital;

4.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos e materiais que possam vir

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

a ser causados a contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, devendo manter seguro de vida e acidentes em favor de seus colaboradores.

4.6 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços;

4.7 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.8 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

4.9 Em casos de atrasos superior a 10 (dez) minutos será descontado da contratada o valor do dia não trabalhado. Em caso de não comparecimento do monitor no dia e horário estipulado, fica a empresa advertida de substituição imediata do profissional, ressalvados casos previstos em lei.

4.10 Em casos de atestado médico, deverá a empresa fornecer novo profissional, com as mesmas condições do anterior.

4.11 Cumprir rigorosamente os prazos contratuais, principalmente no que se refere a horários e relatórios de trabalho;

4.12 A empresa prestadora do serviço deverá estar conectada em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver vínculo de contrato, disponibilizando-se a substituir o monitor quando necessário (falta ou em casos de advertência de descumprimento de tarefas ou horário);

4.13 A Contratada deverá substituir o monitor de alunos que tiver mal comportamento no desempenho de suas funções;

4.14 Durante a execução dos serviços o monitor deverá estar vestidos adequadamente e com a identificação da empresa para a qual prestam serviço;

4.15 Os escolares deverão ser transportados exclusivamente sentados, conforme as normas de circulação, utilizando o cinto de segurança;

4.16 Apresentar mensalmente ao fiscal do contrato para conferência e aprovação o relatório de execução diário dos serviços contendo:

a) QUANTITATIVO NOMINAL DE ALUNOS POR ITINERÁRIOS

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

- b) TURNO DO ALUNO E ESCOLA ATENDIDA
- c) NOME DO MOTORISTA
- d) NOME DO MONITOR
- e) PLACA DO VEÍCULO.

4.17 A equipe que exercerá suas atividades nos locais deverá apresentar-se para o serviço devidamente uniformizado e com equipamentos de segurança (EPI's) adequados ao tipo de serviço.

CLÁUSULA V - DAS PENALIDADES

5. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas na Lei 14.133/2021, conforme estabelecido no Edital.

5.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem o contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

5.1.1 Impedimento para contratar, se concluída a fase licitatória;

5.1.2 Cancelamento do contrato;

5.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

5.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a contar da intimação do ato.

5.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

caso fortuito ou motivo de força maior.

5.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução do Contrato, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

5.4.1 Advertência;

5.4.2 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa da 1.º colocada em assinar o Contrato, e em caso de Inexecução Contratual.

5.4.3 Multa de 0,5% (meio por cento) do valor da SF por dia de inadimplência, até o vigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela Contratada.

5.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 03 (três) anos;

5.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

5.6 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

5.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à Contratada, podendo, entretanto, conforme o caso processar-se a cobrança judicialmente.

5.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei n. 14.133/2021 e alterações.

CLÁUSULA VI – DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6. O reequilíbrio dos preços, com o consequente reajuste de preços, poderá ser solicitado pelo detentor da ata caso haja um encarecimento do produto no mercado, desde que imprevisível e que comprove devidamente o aumento, sem qualquer acréscimo em sua margem de lucro, sendo que igual procedimento deverá ser adotado em caso de

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

decrécimo do valor de mercado do produto, neste caso conforme convocação da Administração.

6.1. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente Licitação, será reajustado a cada 12 (meses) pelo acumulado do IPCA divulgado pelo IBGE a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA VII – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

7. O contrato poderá ser cancelado, de pleno direito:

7.1 Pela Administração Municipal, quando:

7.2 A contratada não cumprir as obrigações constantes neste instrumento;

7.3 A contratada não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

7.4 A contratada der causa a rescisão administrativa de contrato;

7.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial do objeto deste contrato;

7.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

7.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

7.9 Pela contratada, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste contrato.

7.10 A solicitação da contratada para cancelamento deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

8. O fornecimento do objeto do presente contrato será autorizado, caso a caso, pelo Município, que é o órgão gerenciador e também pela unidade financeira competente para

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

os pagamentos.

8.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente autorizados quando da solicitação.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9. Compete à Contratante:

9.1 Fazer o pedido de imediato à sua necessidade.

9.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

9.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

9.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10. Prestar serviços de acordo com as cláusulas 4 deste contrato, e demais compreendidas no edital de licitação 64/2025.

10.1 - Os serviços deverão ser executados nos endereços compreendidos em todo o território do município, devendo atender as especificações citadas neste Edital, bem como das normas atinentes a esse tipo de contratação, seguindo criteriosamente as atribuições da categoria profissional a ser contratada.

CLÁUSULA XI – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO

11. A CONTRATANTE fiscalizará a execução do objeto licitado, nos termos da Lei 14.133/2021, através da Secretaria Municipal de educação, através do Fiscal de Contratos designado.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram este Contrato, o Edital e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

12.1. O contrato poderá ser prorrogado de acordo com as normas vigentes da Lei geral de licitações 14.133/2021.

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anita Garibaldi (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Celso Ramos (SC), 26 de maio de 2025.

Contratante

Contratada

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

~~ANEXO II~~
ANEXO XI

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

ANEXO XII

Rua Dom Daniel Hostin, 930 – Centro – Celso Ramos/SC

EDITAL 79/2025

Publicação N° 7252360

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 79/2025****DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 79/2025**

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, (Art. 75, II e Art. 75, § 3º), leva ao conhecimento dos interessados que realizará Dispensa de Licitação, para contratação do objeto abaixo especificado e que possui interesse em receber propostas adicionais de eventuais interessados.

As propostas **DEVERÃO ser enviadas no e-mail:** licitacoes@celsoramos.sc.gov.br, até o dia 29/05/2025. Será selecionada a proposta mais vantajosa e que atenda ao exigido no Aviso de Contratação.

O Aviso de Contratação Direta está disponível no site (<https://celsoramos.sc.gov.br/licitacoes/> e DOM)

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR /PROFESSOR PARA OS ALUNOS QUE IRÃO COMPOR A FANFARRA MUNICIPAL.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	VALOR UN MÁXIMO
1	PROFESSOR/ INSTRUTOR PARA MINISTRAR AULAS PARA OS ALUNOS DA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL, QUE IRÃO COMPOR A FANFARRA MUNICIPAL	MÊS	07	3500,00
				24.500,00

ENTREGA: UM VEZ POR SEMANA – 6 HORAS.

VALOR TOTAL ESTIMADO: 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais)

ENVIO DE PROPOSTAS:

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br



I - **Prazo:** DAS 8 HORAS DO DIA 26/05/2025 ATÉ ÀS 08 HORAS DO DIA 29/04/2025.

II - **Local de envio:** licitacoes@celsoramos.sc.gov.br

Celso Ramos – SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA CAVALI DA SILVA BURIGO
SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 7252970

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DE CHAPECÓ, Sr. João Lenz Neto, observando o disposto no artigo 34, 35 e 36, § 5º da Lei Complementar Federal nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, TORNA PÚBLICO, que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 29 de Maio de 2025, Quinta-Feira às 09h00min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Chapecó, situado na R. Mal. Bormann, 320 - Centro, Chapecó - SC, conforme abaixo:

DATA: 29/05/2025 Quinta-Feira

HORÁRIO: Das 9h às 11h

ASSUNTO: Audiência Pública da Apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde relativo 1º quadrimestre do ano de 2025.

Dr. João Lenz Neto
Secretário de Saúde - Médico

EXTRATO CONCORRÊNCIA 184/2025

Publicação Nº 7251224

Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 16 de junho de 2025, às 09h01min realizará a abertura da Concorrência Eletrônica n.º 184/2025, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA REFORMA DO POSTO DE ATENDIMENTO AO ESTRANGEIRO DE CHAPECÓ". Protocolo até às 13h55min do dia 16 de junho de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 22 de maio de 2025.

Valter Luciano Hunning – Secretário da Família e Proteção Social

ID/TCE: 4EE243DBD60F75C2A0D60429F4D290108AAE42B7

EXTRATO CONCORRÊNCIA N.º 026/2025 - FMS

Publicação Nº 7252941

Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 12 de junho de 2025, às 09h01min realizará a abertura da Concorrência Eletrônica n.º 026/2025 - FMS, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO, DE GERADOR PARA O CIS E PRONTO ATENDIMENTO 24H DO BAIRRO EFAPI". Protocolo até às 08h55min do dia 12 de junho de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 23 de maio de 2025.

João Lenz Neto – Secretário de Saúde

ID/TCE: D128FB3C40CC8AAD3048F3E65D942F149A43D42E

EXTRATO DO PREGÃO ELETRONICO 206/2025

Publicação Nº 7253305

Aviso de Licitação

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 39C3B870D7A581C26D5CF94CA70E78F9BFB1520D

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 16 de junho de 2025, às 09h01min realizará a abertura da Pregão Eletrônico n.º 206/2025, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA". Protocolo até às 08h55min do dia 16 de junho de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 23/05/2025.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO - Secretária de Educação

ID/TCE: 39C3B870D7A581C26D5CF94CA70E78F9BFB1520D

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 197/2025

Publicação Nº 7246783

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6807CC86E393115A1B15BF38728FB98FE865FD63

Aviso De Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 09 de junho de 2025, às 09:01 horas realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 197/2025, destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ADAPTAÇÃO VEICULAR". Protocolo até às 09:00 horas do dia 09 de junho de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 22 de maio de 2025.

CLÓVIS ARI LEUZE - Secretário de Segurança Pública

ID/TCE: 6807CC86E393115A1B15BF38728FB98FE865FD63

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 197/2025

Publicação Nº 7252667

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9FA97D3B92EE7C77E79B9635AE4E0356206E829D

Aviso De Licitação-23/05/2025

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 11 de junho de 2025, às 11:01 horas realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 197/2025-23/05/2025, destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ADAPTAÇÃO VEICULAR". Protocolo até às 09:00 horas do dia 09 de junho de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 23 de maio de 2025.

CLÓVIS ARI LEUZE - Secretário de Segurança Pública

ID/TCE: 9FA97D3B92EE7C77E79B9635AE4E0356206E829D

EXTRATO PREGÃO N.º 178/2025

Publicação Nº 7255364

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F46B9594DC5EF21F63DB9B530A4ECD8CCB389673

Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 18 de junho de 2025, às 09h01min realizará a abertura do Pregão Eletrônico n.º 178/2025, destinado à "PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO COM A FINALIDADE DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE EMBARCAÇÕES RECREATIVAS DO TIPO `PEDALINHO` OU SIMILARES NO LAGO DO PARQUE EDIR DE MARCO". Protocolo até às 08h55min do dia 18 de junho de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 26 de maio de 2025.

João Rodrigues – Prefeito Municipal de Chapecó

ID/TCE: F46B9594DC5EF21F63DB9B530A4ECD8CCB389673

RESOLUÇÃO Nº 1.034, DE 15 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253027

RESOLUÇÃO nº 1.034, de 15 de maio de 2025.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 15 de maio de 2025., com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX, XXIII e XXVII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar a isenção do pagamento da taxa de locação do pavilhão 1 do Parque de Exposições Dr. Valmor Ernesto Lunardi / EFAPI, no período de 04 a 06 de julho de 2025 para realização da FEIRA BEM CASADOS, promovida pela Sonna Organizações e Eventos.

Art. 2º – Aprovar o pagamento da taxa de manutenção (montagem e desmontagem) dos períodos solicitados para a estrutura da Feira, ou seja, de 27 de junho a 03 de julho e no dia 07 de julho de 2025.

Art. 3º – A Sonna Organizações e Eventos deverá efetuar o pagamento, de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

GUSTAVO GIACOMAZZI GISI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.035, DE 15 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253031

RESOLUÇÃO nº 1.035, de 15 de maio de 2025.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 15 de maio de 2025., com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX, XXIII e XXVII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar a isenção do pagamento da taxa de manutenção (montagem e desmontagem) dos períodos solicitados para organização da estrutura do evento, ou seja, de 12 a 14 agosto e nos dias 18 e 19 de agosto de 2025.

Art. 2º – Aprovar o pagamento da taxa de locação do pavilhão 1 do Parque de Exposições Dr. Valmor Ernesto Lunardi / EFAPI, no período de 15 a 17 de agosto de 2025 para realização da CIRCUITO BRASIL AUTOMOTIVO – CBRA, promovido pela Scherer Autopeças.

Art. 3º – A Scherer Autopeças deverá efetuar o pagamento, de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

GUSTAVO GIACOMAZZI GISI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.036, DE 15 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253033

RESOLUÇÃO nº 1.036, de 15 de maio de 2025.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 15 de maio de 2025, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar o pagamento do preço público equivalente a 50% dos valores de locação do Teatro Municipal do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, para o dia 06 de junho de 2025, para realização do CULTO MMA – MULHERES, MOÇAS E ADOLESCENTES, promovido pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Art. 2º – A Igreja Evangélica Assembleia de Deus. deverá efetuar o pagamento de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025..

GUSTAVO GIACOMAZZI GISI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.037, DE 15 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253039

RESOLUÇÃO nº 1.037, de 15 de maio de 2025.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 15 de maio de 2025, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar a isenção do pagamento da taxa de locação do Teatro Municipal e da Sala Ely Camargo do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, para os dias 04 e 05 e julho de 2025, para realização do ENCONTRO DE CORAIS que ocorrerá no dia 05 de julho de 2025, promovido pela Associação Coral de Chapecó.

Art. 2º – A isenção é uma forma de incentivo ao setor de Cultura, e está respaldada pela legislação vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025..

GUSTAVO GIACOMAZZI GISI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.038, DE 15 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253045

RESOLUÇÃO nº 1.038, de 15 de maio de 2025.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 15 de maio de 2025, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar a isenção do pagamento das taxas de locação do Salão Nobre Nelson Galina do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, para o período de 22 a 24 de agosto de 2025, para realização do 2º FESTIVAL BALSEIROS DA CANÇÃO NATIVA DE CHAPECÓ que ocorrerá nos dias 22 e 23 de agosto de 2025, promovido pela Associação Cultural de Artes Nativas de Chapecó – Confraria Musiqueira. Chapecó.

Art. 2º – A isenção é uma forma de incentivo ao setor de Cultura, e está respaldada pela legislação vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025..

GUSTAVO GIACOMAZZI GISI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.039, DE 15 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253047

RESOLUÇÃO nº 1.039, de 15 de maio de 2025.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 15 de maio de 2025, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar o pagamento do preço público equivalente a 50% dos valores de locação da Sala Ely Camargo do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, para os dias 22 e 23 de agosto de 2025, para realização do SIMPÓSIO TEOLÓGICO DA IGREJA ADVENTISTA, que ocorrerá no dia 23 de agosto de 2025, promovido pela União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Art. 2º – A União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia deverá efetuar o pagamento de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025..

GUSTAVO GIACOMAZZI GISI

Presidente

DECRETO Nº 50.192, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252962

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 50.192, DE 23 DE MAIO DE 2025.**

Dispõe sobre nomeação de servidor(a) público (a) municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeado(a), a partir de 22 de maio de 2025, o(a) servidor(a) público(a) municipal **ELENICE MARIA ZANINI TOLOTTI**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Equipe.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL



Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023277** e o código CRC **DFAE2C60**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

25.0.000000861-6

0023277v2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2025

Publicação Nº 7252959

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2025

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

- I. Fica CONVOCADO para tomar posse, através de regime celetista, no respectivo cargo, junto à Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2025		
CARGO: MONITOR SOCIAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
07º	70	IVAIR ALVES DOS SANTOS

- II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;
III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;
IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;
V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), 22 de maio de 2025.

JOAO
RODRIGUES:2
3278951387

Assinado de forma
digital por JOAO
RODRIGUES:2327895138
Dados: 2025.05.22
17:30:40 -03'00'

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO Nº 001/2025

Publicação Nº 7253116

**Município de Chapecó****Secretaria de Saúde
Conselho Municipal de Saúde****EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO Nº 001/2025**

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Chapecó no uso de suas atribuições:
Considerando a Lei Municipal n.º 6.419, de 17 de junho de 2013, que rege o Conselho Municipal de Saúde (CMS), em consonância com a Lei Federal n.º 8.142 de 29 de dezembro de 1990;
Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Chapecó;
Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 222, de 08 de maio de 2018, que regulamenta as atribuições das Comissões Permanentes do CMS; e
Considerando a necessidade de compor o pleno deste Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar eleições para a representação de entidades e movimentos representativos dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, privados, conveniados ou sem fins lucrativos, conforme Art. 5º, da Lei Municipal No. 6.419/13, para compor o Conselho Municipal de Saúde, no mandato de 2025/2027.

Art. 2º. Poderão se inscrever ao pleito eleitoral, conforme Art. 5º, da Lei Municipal No. 6.419/13 e Art. 6º. Do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde:

I – Representantes titulares e suplentes de usuários do SUS: Sindicatos de Trabalhadores Urbanos e Rurais; Conselhos Comunitários de Bairros ou Organizações de Moradores; organizações que atuam na área da saúde e defendam os direitos dos usuários do SUS; Associações de Portadores de Patologias Crônicas e Associações de Aposentados e Pensionistas; Associações de Pessoas com Deficiência; sindicatos patronais da área da indústria, comércio e agricultura; movimentos sociais e populares organizados com atuação na área da saúde.

II – Representantes de entidades representativas dos profissionais da área da saúde, entidades de classe, associações e sindicatos ou conselhos de profissionais de saúde;

III – Representantes de entidades de prestadores de serviços de saúde, privados conveniados ou sem fins lucrativos dos Hospitais conveniados com o SUS, Prestadores de Serviço Privado Conveniados e/ou Contratados pelo SUS e estabelecimentos de ensino ligados à formação de profissionais da saúde, com sede no município de Chapecó;

Art. 3º. A composição do Conselho Municipal de Saúde a ser eleita será de 28 membros titulares e 28 membros suplentes, e se dará da seguinte forma: 50% representantes de usuários; 25% representantes de trabalhadores de saúde e 25% divididos entre prestadores de serviço e governo.

Art. 4º. Para concorrer às eleições de que trata este edital, os segmentos indicados no artigo 4º, da Lei 6.419/13 e do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, deverão requerer suas inscrições previamente, apresentando no ato os seguintes documentos:

1. Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, assinada;
2. Cópia do Estatuto social devidamente registrado em cartório, inclusive alterações se houver;
3. Cópia do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica em situação Ativa;
4. Relatório resumido com registro das atividades desenvolvidas na área da saúde, pela entidade ou



Município de Chapecó

Secretaria de Saúde Conselho Municipal de Saúde



movimento, no último ano;

5. Carta de ausência de processos transitados e julgados emitida pelo Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria de Saúde, exclusivo para os prestadores de serviço conveniados e/ou contratados pelo Sistema Único de Saúde.

6. Termo de Compromisso da entidade que contemple a responsabilidade da participação efetiva em todas as ações do Conselho Municipal de Saúde, independente da titularidade, assinado pelo responsável do segmento.

Art. 5º. O prazo para requerimento de inscrição das entidades as quais se refere este edital será de 23 de maio 2025 à 02 de junho de 2025, devendo os requerimentos de inscrições e entrega de documentação ocorrer prioritariamente, por e-mail, em formato digital PDF, no endereço cms@chapeco.sc.gov.br e, excepcionalmente em cópia física, junto à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, na Secretaria de Saúde, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 700 L, 3º. Andar, junto a Arena Conda, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no horário das 08:00 as 11:00h e das 14h horas às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 6º. A devolutiva para as entidades será no dia 09 de junho de 2025 e o prazo para recorrer das decisões será nos dias 10 e 11 de junho de 2025.

Art. 7º. A eleição dos Conselheiros e Conselheiras será realizada no dia 17 de junho de 2025, as 17:00 horas, no Centro de Eventos Plínio Arlindo de Nes, sala Agostinho Duarte, Rua Assis Brasil, 20 D, Chapecó (SC), cujas orientações seguirão posteriormente à análise dos documentos pela Comissão.

Parágrafo Único: No dia assembleia eleitoral da escolha das entidades candidatas as vagas de titulares e suplentes ao Conselho Municipal de Saúde o delegado representante de cada entidade que participará da eleição deverá se apresentar no local com ofício com indicação da entidade a qual representa.

Art.8º. A posse dos conselheiros titulares e suplentes será no dia 26 de junho de 2025, às 17:00 horas, no auditório da Prefeitura de Chapecó.

Art. 9º. As eleições a que se refere este edital serão coordenadas pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde;

Parágrafo Único – Os casos omissos a este Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde;

Art. 10º. As dúvidas poderão ser respondidas pelo e-mail cms@chapeco.sc.gov.br, ou pelo telefone (49) 33210096 ou presencialmente na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, na Secretaria de Saúde, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 700 L, 3º. Andar, junto a Arena Conda,

Art. 11º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 22 de maio de 2025.



Município de Chapecó
Secretaria de Saúde
Conselho Municipal de Saúde



Andre Telocken
Presidente do CMS

LEI Nº 8.268, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252990

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****LEI Nº 8.268, DE 23 DE MAIO DE 2025.***Denomina vias públicas no Município de Chapecó.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada **Rua Ângelo Eugênio de Cesaro**, a atual Rua C, abrangendo as quadras n. 5600, 5601, 5602, 5603, no Loteamento De Cesaro II, na Cidade de Chapecó.

Art. 2º Fica denominada **Rua Gentil de Cesaro**, a atual Rua D, abrangendo as quadras n. 5602 e 5604, no Loteamento De Cesaro II, na Cidade de Chapecó.

Art. 3º Fica denominada **Rua Albina Rubetti de Cesaro**, a atual Rua E, abrangendo as quadras n. 5604, 5605, no Loteamento De Cesaro II, na Cidade de Chapecó.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023289** e o código CRC **BF340F7E**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

25.0.000000865-9

0023289v2

LEI Nº 8.269, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252996

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****LEI Nº 8.269, DE 23 DE MAIO DE 2025.**

Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal firmar Termo de Colaboração com a Associação Beneficente Amor sem Fronteiras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar o Termo de Colaboração, nos termos do art. 31, II da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, com a Associação Beneficente Amor sem Fronteiras (CNPJ 14.723.661/0001-50), para o repasse de recursos financeiros na ordem de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal elaborará o Cronograma de Desembolso/Plano de Aplicação e o Termo de Colaboração previsto no caput deste artigo, definindo os critérios para a elaboração e sua execução.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação prevista nesta Lei serão utilizados recursos orçamentários do orçamento vigente quando da execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023291** e o código CRC **472AF809**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

25.0.000000866-7

0023291v2

LEI Nº 8.270, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253013

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****LEI Nº 8.270, DE 23 DE MAIO DE 2025.***Altera o art. 1º da Lei 7.598, de 25 de fevereiro de 2022.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 7.598, de 25 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Escola de Vencedores, inscrita no CNPJ sob o nº 44.246.620/0001-80, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023292** e o código CRC **ACFD72DB**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

25.0.000000867-5

0023292v2

PORTARIA Nº 0023280/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 7253050

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0023280/2025 - GAP.AGP.OGAB**

Designa servidores responsáveis por adiantamento, através de cartão pronto pagamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

R E S O L V E:

I – Designar, a partir de 23 de maio de 2025, os servidores públicos municipais abaixo descritos como responsáveis para receber adiantamentos, realizar despesas e prestar contas e utilizar cartão pronto pagamento, tudo conforme especifica a Lei nº 3.741, de 21 de março de 1997 e no Decreto nº 24.980, de 30 de novembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 37.008, de 12 de abril de 2019, junto a Secretaria de Esportes e Juventude - SEJU:

- a) Rafael Foppa, matrícula nº 101594, ocupante do cargo de Gerente Administrativo;
- b) Luis Alfredo Bays, matrícula nº 10544, ocupante do cargo de Professor com Licenciatura Plena;
- c) Tiago José Breitenbach, matrícula nº 102029, ocupante do cargo de Diretor Geral de Esporte e Juventude.

II – Determinar que o servidor acima designado, proceda a movimentação dos recursos entregues pelo Regime de Adiantamento.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL



Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023280** e o código CRC **4CEEDE40**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

25.0.000000863-2

0023280v2

PORTARIA Nº 0023281/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 7253054

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0023281/2025 - GAP.AGP.OGAB**

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de maio de 2025, a Portaria nº 0019943/2025 - GAP.AGP.OGAB, que instaurou Processo Administrativo de Estágio Probatório, em face da servidora pública municipal, matrícula funcional n. 95189, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, lotada na Secretaria de Serviços Urbanos e Zeladoria, por não ter atingido pontuação igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, apurada em 03 (três) avaliações da Comissão Setorial de Avaliação de Estágio Probatório, consecutivas ou alternadas, conforme MEMO. 102/2024, MEMO. 103/2024, Relatório conclusivo das avaliações do estágio probatório, cópia das avaliações e demais documentos em anexo.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023281** e o código CRC **10F73D65**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000002954-4

0023281v2

PORTARIA Nº 0023294/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 7253056

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0023294/2025 - GAP.AGP.OGAB**

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 23 de maio de 2025, a Portaria nº 0019947/2025 - GAP.AGP.OGAB, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar Sumário, em face da empregada pública municipal, matrícula funcional n. 41026, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, para apurar inassiduidade habitual, demonstrada pela falta ao serviço, sem causa justificada, no período 16 de julho de 2023 a 16 de julho de 2024, totalizando 240 (duzentos e quarenta) dias interpolados e abandono de cargo, configurado pela ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou seja, no período de 16 de julho de 2023 até a presente data, conforme disposto no art. 482, alíneas “e”, “h” e “i”, da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; em consonância com o Memorando 1Doc n. 56.798/2024, cópia do Relatório Final, Parecer Jurídico e Julgamento do Processo Administrativo Disciplinar Sumário n. 12.848, de 05 de outubro de 2022, e demais documentos em anexo.

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023294** e o código CRC **76A1760A**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000002955-2

0023294v2

PORTARIA Nº 0023295/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 7253058

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0023295/2025 - GAP.AGP.OGAB**

Altera Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Alterar as alíneas "a" e "c" do inciso II da Portaria nº 0006502/2024 - GAP.AGP.OGAB, passando a vigorar com a seguinte redação:

"II - [...]

a) EDUARDA BERTOGLIO, Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Administração, matrícula funcional n. 90739 - Coordenadora;

[...]

c) ISABELA VITORINO RAMOS, Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Administração, matrícula n. 91757 - Membro."

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023295** e o código CRC **957746E4**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000000221-2

0023295v3

PORTARIA Nº 0023300/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 7253059

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0023300/2025 - GAP.AGP.OGAB**

Altera Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Alterar as alíneas "a" e "c" do inciso II da Portaria nº 0005045/2023 - GAP.AGP.OGAB, passando a vigorar com a seguinte redação:

"II - [...]

a) JULIANA ROBERTA HOEHN, Técnica em Administração, lotada na Secretaria de Cultura, matrícula funcional n. 59431 - Presidente;

[...]

c) CHARLYNI BORELLA, Técnico em Administração, lotada na Secretaria de Administração, matrícula funcional n. 71900 - Membro."

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023300** e o código CRC **81845266**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001612-8

0023300v2

PORTARIA Nº 0023301/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 7253064

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA Nº 0023301/2025 - GAP.AGP.OGAB**

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Alterar a alínea "a" do inciso II da Portaria nº 14.575, de 30 de agosto de 2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

"II - [...]"

a) **DAIANE CRISTINA DALACORTE**, Técnico em Administração, lotada na Secretaria de Administração, matrícula n. 78966 - Presidente;"

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023301** e o código CRC **6CC30E05**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000002800-9

0023301v3

PORTARIA N° 0023302/2025 - GAP.AGP.OGAB

Publicação N° 7253068

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****PORTARIA N° 0023302/2025 - GAP.AGP.OGAB**

Altera Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar n°. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Alterar a alínea "a" do inciso II da Portaria n° 0002239/2023 - GAP.AGP.OGAB, passando a vigorar com a seguinte redação:

"II - [...]

a) **MARCIA INES DANIELI, Telefonista, lotada na Secretaria de Administração, matrícula n. 79796 - Presidente;**"

JOÃO RODRIGUES**PREFEITO MUNICIPAL**

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES, Prefeito (a)**, em 23/05/2025, às 15:26, conforme Medida Provisória n° 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023302** e o código CRC **2408FE5B**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000000643-2

0023302v2

PORTARIA Nº 299/2025, 19 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253328



Prefeitura Municipal de Chapecó
Secretaria Municipal da Saúde
Gabinete da Secretaria

PORTARIA Nº 299/2025, 19 DE MAIO DE 2025.

Designa e confere poderes a servidores municipais para representação e movimentação perante a instituições financeiras bancárias e não bancárias.

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 0019167/2025 – GAP.AGP.OGAB, de 01 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; a Lei Municipal nº 3.345, de 20 de novembro de 1991; a Portaria do Ministério da Saúde GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006; o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011; e a Lei Complementar Municipal nº 498, de 17 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Designar e conferir poderes aos servidores municipais Moacir Rohr, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Fazenda, Rafael Dalla Rosa, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Finanças, João Lenz Neto, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Saúde, Valdecir Jose Miotto, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Financeiro de Fundos, Sandra Luiza Dalla Zen da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Simone Vizentini, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Pagamentos, para conjuntamente, com no mínimo duas assinaturas, representar perante as instituições financeiras bancárias e não bancárias, efetuar toda e qualquer movimentação por meio físico ou eletrônico dos recursos do Município de Chapecó e da Secretaria de Saúde (Fundo Municipal de Saúde – FMS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

JOÃO LENZ NETO
Secretário Municipal da Saúde

Rua Marechal Floriano Peixoto, 700-L, Ala Norte da Arena Condá - Telefone (49) 3321-0080
CEP: 89801-501 - Chapecó/SC - E-mail: atsaude@chapeco.sc.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO LENZ NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chapeco.1doc.com.br/verificacao/54DB-1326-7AF6-5994> e informe o código 54DB-1326-7AF6-5994





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 54DB-1326-7AF6-5994

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOAO LENZ NETO (CPF 935.XXX.XXX-72) em 19/05/2025 15:37:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chapeco.1doc.com.br/verificacao/54DB-1326-7AF6-5994>

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025 – PMC – REPUBLICADO

Publicação Nº 7252736

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3051448BA6313DCFED676E92C147B48230E64F4F

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025 - PMC
Contratação de serviços
REPUBLICADO

Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em grupos geradores instalados nos prédios públicos do Município de Concórdia/SC, incluindo o atendimento a chamados técnicos e a execução de serviços de limpeza, conforme detalhado no Anexo "A" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço - (Nova Lei de Licitações)

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 13/06/2025.

Início da Sessão: dia 13/06/2025 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Registrado no TCE com a chave: 3051448BA6313DCFED676E92C147B48230E64F4F

Concórdia, SC, 23 de maio de 2025.

RUDIMAR VITTO

Secretário Municipal de Gestão Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 – PMC

Publicação Nº 7250808

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C30EE89FDE23DF727A85413ED5CC4A9660299BB9

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 - PMC
Aquisição de bens

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de réplicas de viaturas policiais em miniatura plotadas/pintadas no padrão da Polícia Civil de Santa Catarina, conforme detalhado no Anexo "A" do Edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço - (Nova Lei de Licitações)

Recebimento das propostas: até as 08 h e 00 min do dia 10/06/2025.

Início da Sessão: dia 10/06/2025 as 08 h e 30 min., no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Registro no TCE: C30EE89FDE23DF727A85413ED5CC4A9660299BB9

Concórdia, SC, 22 de maio de 2025.

Rudimar Vitto

Secretário Municipal de Gestão Urban

DECRETO Nº 9.359, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252112

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 9.359, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Exonera, a pedido, a servidora ROSELEI SWIB MIGLIORETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSELEI SWIB MIGLIORETTO, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 35 (trinta e cinco) horas semanais, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 9.360, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252119

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.360, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia CAMILA CARON no cargo de Enfermeiro.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CAMILA CARON, no cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.361, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252122

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.361, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia LUCAS EDUARDO GONÇALVES no cargo de Enfermeiro.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, LUCAS EDUARDO GONÇALVES, no cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.362, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252124

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.362, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia ANGELA MARIA MULINARI no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANGELA MARIA MULINARI, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.363, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252126

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.363, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia LUIZA ANTONIA RECH LOPES no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUIZA ANTONIA RECH LOPES, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.364, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252128

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.364, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia ROSELEI SWIB MIGLIORETTO no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSELEI SWIB MIGLIORETTO, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.365, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252131

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.365, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia GIANE ROSSETTO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GIANE ROSSETTO, no cargo de Professor – Anos Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.366, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252134

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.366, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO no cargo de Professor, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e a pedido da Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto, fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Educacional, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.367, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252139

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9.367, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia LUCIANE ROSANGELA DICKEL no cargo de Técnico em Enfermagem, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 36, I e 41, VI da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUCIANE ROSANGELA DICKEL, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto, fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Odontológico, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.368, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252140

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 9.368, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Constitui e designa Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando o Memorando nº 6.492/2025, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial com a incumbência de discutir e elaborar o Plano Municipal de Saúde, 2026 – 2029.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida Comissão, os servidores abaixo relacionados:

I – presidente: GRACE SIMIONI MENEGAT;

II – vice-presidente: ANGELO BENINI FANTIN;

III – secretário: ANDRE DE PARIS DA SILVA;

IV – membros:

a) CASSIA CAON;

b) CRISTIELE FILBERT;

c) DENISE BRUSCO;

d) IDIVAN NUNES DA SILVA;

e) KAMILA RESTELATTO;

f) LAURO RODRIGUES DE LIMA;

g) LILIANE LANHI;

h) LUCILEIA PASQUALOTTO ALFONSO;

i) MONICA PIVOTTO;

j) THEREZINA JUREMA JACOMINI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025 – FMS

Publicação Nº 7252861

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 75EEB81F3131BD4F2DF86A570A6B2D39A36B1586

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025 – FMS

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de tubos a vácuo para coleta de sangue, para atender a demanda da Unidade Sanitária Central, conforme detalhado no Anexo "A" do Edital.

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO

De ofício, em razão da constatação de vício insanável, verificado no descritivo dos itens licitados, diversos daqueles utilizados para a prestação do serviço público de saúde para o qual se destinam, impossibilitando a utilização ou substituição por se tratar de tubos para coleta de sangue, declara ANULADO o Processo Licitatório autuado sob o nº 7/2025 FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº 3/2025 FMS, conforme

previsto nos art. 71, §1º e inciso III, da Lei nº 14.133/2021, valendo-se do Princípio da Autotutela, pelos motivos elencados acima. Sendo assim, abre-se o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar de sua publicação, para a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no §3º, do art. 71, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Anulação registrada no TCE: 75EEB81F3131BD4F2DF86A570A6B2D39A36B1586

Concórdia/SC, 23 de maio de 2025.

RODINEI ZANELLA

Gestor do FMS

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2025 – FMS

Publicação Nº 7252747

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F32662C7619A5F644BF467792FED861703D71E2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2025 – FMS

Objeto: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão para o fornecimento de refeições, com a disponibilização de cartões magnéticos, destinados a atender aos servidores do Fundo Municipal de Saúde em deslocamento para outros municípios, conforme detalhado no Anexo "A" deste Edital

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

De ofício, em razão da suspensão do processo licitatório a partir das impugnações e pedidos de esclarecimentos regularmente apresentados e da necessidade de melhor análise, estudos e revisão do Termo de Referência quanto às exigências para o fornecedor e forma como os serviços serão executados, sem previsão da conclusão, declara REVOGADO o Processo Licitatório autuado sob o nº 8/2025 FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº 4/2025 FMS, conforme previsto nos art. 71, §2º e inciso II, da Lei nº 14.133/2021, valendo-se do Princípio da Autotutela, pelos motivos elencados acima.

Sendo assim, abre-se o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar de sua publicação, para a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no §3º, do art. 71, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Revogação registrada no TCE:F32662C7619A5F644BF467792FED861703D71E2A

Concórdia/SC, 23 de maio de 2025.

RODINEI ZANELLA

Gestor do FMS

PORTARIA Nº 90/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252108

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 90/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de maio de 2025, à servidora ELIZIA SALETE AZEREDO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 94870-13, o gozo de licença, a título de prêmio por assiduidade, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de março de 2012 a 4 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2025.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

[assinado digitalmente]

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 30/2025

Publicação Nº 7251782

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 30/2025
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
2º TERMO ADITIVO Nº 30/2025 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2024
Contratado: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO O presente termo aditivo tem por objeto a atualização dos valores previstos na ata de registro de preços restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial, com fundamento no art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO O valor dos itens previstos na ata de registro de preço da contratação passará a ser, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição do objeto	Unidade de medida	Valores unitários atuais	Valores unitários após o reequilíbrio econômico-financeiro
26	Carne de frango tipo coxa e sobrecoxa in natura congelada - Carne de frango tipo coxa e sobrecoxa in natura congelada, sem dorso, com consistência, cor e odor característico, ausência de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem transparente atóxica resistente de 1kg, contendo identificação do fabricante, origem do produto, ingredientes, informação nutricional, alergênicos, lote, peso, data de fabricação e validade. Registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção municipal, estadual ou federal. Produto com prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Devendo ser transportada sob temperatura de -12º a -18º C	Kg	7,45	9,35

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos para o exercício, que será indicado no contrato administrativo ou em documento que venha a substituí-lo.
Vigência: 21/11/2025.

Coronel Martins

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 19/2025

Publicação Nº 7251114

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3BA2D226AC93F0B0312BE7FADDC206A1A952500F

Página: 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORONEL MARTINSRua Porto Alegre, 47 - Centro - Coronel Martins
CEP: 89837-000 CNPJ: 95.993.093/0001-09 Telefone: (49) 3459-0011
E-mail: compras@coronelmartins.sc.gov.br Site: http://www.coronelmartins.sc.

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 10/2025

Processo Adm.: 19/2025

Data do Processo: 14/04/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 6, XLI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 19/2025
b) Nr. Licitação: 10/2025 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 23/05/2025
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Lote: 1

Participante: DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubos de Concreto com malha, com 1.500 mm de diâmetro e com 1.000 mm de comprimento, de acordo com a NBR 8890/2007, no mínimo PA - 1 com armação, tipo de encaixe	350,000	UN	1.101,98	385.693,00
2	Tubos de Concreto com malha, com 1.000 mm de diâmetro e com 1.000 mm de comprimento, de acordo com a NBR 8890/2007, no mínimo PA - 1 com armação, tipo de encaixe	350,000	UN	388,09	135.831,50
3	Tubos de Concreto com malha, com 800 mm de diâmetro e com 1.000 mm de comprimento, de acordo com a NBR 8890/2007, no mínimo PA - 1 com armação, t	350,000	UN	262,54	91.889,00
4	Tubos de Concreto, com 600 mm de diâmetro e com 1.000 mm de comprimento, de acordo com a NBR 8890/2003.	350,000	UN	129,56	45.346,00
5	Tubos de Concreto, com 400 mm de diâmetro e com 1.000 mm de comprimento, de acordo com a NBR 8890/2003	350,000	UN	65,12	22.792,00
6	Tubos de Concreto, com 300 mm de diâmetro e com 1.000 mm de comprimento, de acordo com a NBR 8890/2003	350,000	UN	52,71	18.448,50

Total do Participante: 700.000,00

Total Geral: 700.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

Coronel Martins, 23/05/2025

Assinatura do Responsável

RESULTADO FINAL CLASSIFICAÇÃO ESTAGIÁRIOS AVISO PÚBLICO 002/2025

Publicação Nº 7250927

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**
Estado de Santa Catarina**RESULTADO FINAL COM CLASSIFICAÇÃO**
AVISO PÚBLICO 002/2025**CURSO SUPERIOR NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CLASSIFICADO	PERÍODO
1º	ROSELAINE DUTRA BOTTIN	6º PERÍODO
2º	ARRIELI S. A. GONÇALVES	5º PERÍODO
3º	JULIANA ALVES BRUM	3º PERÍODO
4º	ROSEMARY MENDES	1º PERÍODO

Candidatos com empate em número de pontos foram classificados utilizando-se os critérios de desempate constantes no item 5. do AVISO PÚBLICO 002/2025.

Coronel Martins, 23 de Maio de 2025.

LENICE BURATO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

GABRIEL ROBERTO POZZER
Responsável RH

administracao@coronelmartins.sc.gov.br
Fone: (49) 3459-0011



Rua Porto Alegre, 47 - Centro
CEP 89.837-000 - Coronei Martins - SC
CNPJ 95.993.093/0001-09

Corupá

PREFEITURA

LEI Nº 2.804/2025 ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS

Publicação Nº 7251365



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Rua Francisco Mees, 1915 – Fone (0**47) 3375-6500 – Corupá –SC

www.corupa.sc.gov.br e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**LEI Nº 2.804, de 23 de maio de 2025****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

EDDY EDGARD EIPPER, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais até o limite do valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMIN	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0452.0039.2014	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
33330000000000000000	Transferências a estados e ao distrito federal	R\$ 70.000,00
TOTAL		70.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMIN	
001	DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM	
0015.0452.0039.2014	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 70.000,00
TOTAL		70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 23 de maio de 2025.

**EDDY EDGARD EIPPER
PREFEITO MUNICIPAL**

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Chefia de Gabinete, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891, de 10 de Março de 2.009.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

LEI Nº 2.805/2025 AUTORIZA A AQUISIÇÃO MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

Publicação Nº 7251437

LEI Nº 2.805, de 23 de maio de 2025

ALTERA REDAÇÃO DO ITEM "E" DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.907/2009, QUE AUTORIZA A AQUISIÇÃO MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, DE ÁREAS DE TERRAS E DE BENFEITORIAS NELAS EXISTENTES PARA ABRIGAR ÓRGÃOS COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDDY EDGARD EIPPER, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do item "e" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.907 de 07 de maio de 2009, o qual passa ter a seguinte redação:

"e) imóvel transcrito no Livro 3-A do Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul, sob o nº 3.406, datado de 21 de junho de 1939, com área de 3.051,34m², fazendo frente na Estrada Rio Novo, estremando nos lados com terras de Emilio Pott e Emilio Larsen; nos fundos com Rio Novo, numa área de 54.875m²."

..... "(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 23 de maio de 2025.

EDDY EDGARD EIPPER
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Chefia de Gabinete, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891, de 10 de Março de 2.009.

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA 135/2025

Publicação Nº 7250665

PORTARIA Nº. 135/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre Contratação Temporária de Servidores Municipais por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 211, X, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 071/2025 de 13 de janeiro de 2025. Lei municipal nº 536/2007, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do Edital de Processo Seletivo nº 11/2025 de 07/04/2025 e Ata de homologação nº 13/2025, de 17/04/2025.

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação Edital de Processo Seletivo nº 11/2025 de 07/04/2025 e Ata de homologação nº 13/2025, de 17/04/2025, para o cargo de: Assistente Administrativo, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

E considerando a demanda dos serviços da secretaria, e para não prejudicar o andamento do ano de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 26/05/2025 a 21/11/2025, os servidores municipais abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
FELIPE HOSS	Assistente Administrativo	Sec. Administração e Planejamento

§1º. O servidor ficará lotados na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com carga horária de 40hs semanais, percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí - SC, 23 de maio de 2025.

DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA 136/2025

Publicação Nº 7251117

PORTARIA Nº 136/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025.

Regulamenta a Concessão de Férias à Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a Concessão de Férias ao Servidor Público Municipal, estabelecendo o nome do servidor, o período aquisitivo e o período de gozo da servidora municipal ocupante do cargo de provimento efetivo conforme segue:

EFETIVO

André Endler	10/01/2024 a 09/01/2025	26/05/2025 a 09/06/2025	15
--------------	-------------------------	-------------------------	----

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 23 de maio de 2025.

DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

CONTRATO 17/2025

Publicação Nº 7253381

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89F115553DEAAC69A928B07588BC5821E33CD987

TERMO DE CONTRATO Nº 17/2025

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS** e a empresa **AUTO CAR CELULARES E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O Fundo Municipal de Cultura do Município de Curitibanos, SC, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sra. Secretária de Cultura, Sra. Daiane Izidoro Popinhak, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **AUTO CAR CELULARES E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**., estabelecida na Avenida RENE FREY 598, CENTRO - 89580000, FRAIBURGO/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 04.861.497/0001-93, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico n. **137/2024**, homologado(a)/ratificado(a) em 28.11.2025, mediante as cláusulas que seguem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PREFEITURA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL**, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

PARA USO DA SECRETARIA DE CULTURA.

§1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§2º A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 137/2024 e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§1º A **CONTRATADA** deve entrar em contato com o Fiscal de Contrato após a assinatura deste contrato para que, juntos, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§2º Os serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA** são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.

§3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

§5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados.

§1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail.

§2º São competências do Fiscal Técnico além daquelas estabelecidas no Decreto Municipal, as seguintes:

1. - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao CONTRATANTE;
2. - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
3. - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
4. - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares;

§4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§5º A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. -promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
2. -assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
3. -empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
4. -fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
5. -publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município;
6. -controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
7. -designar gestor para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

1. -contatar com a Secretaria de Administração antes de iniciar os serviços, no sentido de

- acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;
2. –executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
 3. –refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
 4. –cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
 5. –facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
 6. –respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
 7. –não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
 - 8 – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;
 - 9 – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;
 - 10 – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e
 - 11 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

5 - 13.001.13.392.17.2060.3.3.90.00

Descrever a classificação funcional programática e categoria econômica:

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para os exercícios seguintes, em sendo o caso, constarão da proposta de Lei Orçamentária Anual do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 266,55 (Duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) pelos serviços ora contratados;

DO REAJUSTE

Cláusula nona. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA

Cláusula décima. Caberá à CONTRATADA, se exigido, apresentar garantia contratual.

Cláusula décima primeira. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

1. - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e
2. - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima segunda. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

1. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 30%, sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) com atraso, ou sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução;
2. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;
- 3 - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos itens deste contrato, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme IPCA, sem aplicação de juros de mora.

§7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

1. - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
2. - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com CONTRATANTE será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da multa, nos seguintes casos:

1. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. - dar causa à inexecução total do contrato;
3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 4- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 5- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;
- 6- descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

1. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§10º É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

1. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
2. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
3. - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§11º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§12º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§13º Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§14º Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para

- acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 4. - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 5. - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - 6- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - 7- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - 8- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - 9- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 6.083/2024, na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sétima. Este contrato terá os seguintes prazos, quando aplicável:

1. - de vigência: 28/11/2025 até o adimplemento total das obrigações;

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima nona. "O uso compartilhado de dados pessoais, bem como a transferência de dados pessoais para entidades privadas observará as normas previstas na LGPD, em especial o previsto nos artigos 6, 7, 26, 27, razão pela qual quando refere-se à administração pública artigos 23 a 30 da LGPD, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, que Regula o acesso a informações previsto no art. 2º, I e IV), com o princípio da publicidade consagrado tanto no artigo 37, caput, da Constituição Federal quanto na LAI, inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e obedecendo o artigo 37 da CF, no que se refere os princípios como da eficiência e o da transparência e deverá ser assegurado que o fornecedor se responsabilize de igual forma pelo tratamento adequado dos dados pessoais, inclusive por meio cláusulas contratuais, que estabeleçam a necessidade de observância da LGPD"

DO FORO

Cláusula vigésima. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba (SC), 23 de maio de 2025.

DAIANE IZIDORO POPINHAK
Secretário Mun. de Administração

AUTO CAR CELULARES E SOLUCOES
TECNOLOGICAS LTDA
Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CONTRATO 18/2025

Publicação Nº 7253383

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 174C89D6B9BECC6CF5384AA53921EA9AD16C48B5

TERMO DE CONTRATO Nº 18/2025

Contrato de prestação de serviços entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS** e a empresa **JAV PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O Fundo Municipal de Cultura do Município de Curitiba, SC, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sra. Secretária de Cultura (Portaria Delegatório nº 65/2024) Sra. Daiane Izidoro Popinhak, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa JAV PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 22.601.761/0001-31 doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico n. **125/2024**, homologado(a)/ratificado(a) em 27/11/2024, mediante as cláusulas que seguem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de **REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E GRADES DE PROTEÇÃO/CONTENÇÃO A SEREM UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS PARA EVENTOS MUNICIPAIS CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL**, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

PARA USO NA SECRETARIA DE CULTURA.

§1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 125/2024 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§1º A CONTRATADA deve entrar em contato com o Fiscal de Contrato após a assinatura deste contrato para que, juntos, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados.

§1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail.

§2º São competências do Fiscal Técnico além daquelas estabelecidas no Decreto Municipal, as seguintes:

1. - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao CONTRATANTE;
2. - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
3. - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
4. - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares;

§4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§5º A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. -promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
2. -assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
3. -empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
4. -fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
5. -publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município;
6. -controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
7. -designar gestor para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

1. -contatar com a Secretaria de Administração antes de iniciar os serviços, no sentido de

- acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;
2. –executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
 3. –refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
 4. –cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
 5. –facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
 6. –respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
 7. –não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
 - 8 – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;
 - 9 – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;
 - 10 – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e
 - 11 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

7 - 13.001.13.392.17.2074.3.3.90.00

Descrever a classificação funcional programática e categoria econômica:

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para os exercícios seguintes, em sendo o caso, constarão da proposta de Lei Orçamentária Anual do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 25.709,55 (Vinte cinco mil setecentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos) pelos serviços ora contratados;

DO REAJUSTE

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA

Cláusula décima. Caberá à CONTRATADA, se exigido, apresentar garantia contratual.

Cláusula décima primeira. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a

fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

1. - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e
2. - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima segunda. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

1. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 30%, sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) com atraso, ou sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução;
2. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;
3. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos itens deste contrato, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme IPCA, sem aplicação de juros de mora.

§7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

1. - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
2. - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com CONTRATANTE será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da multa, nos seguintes casos:

1. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. - dar causa à inexecução total do contrato;

3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 4- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 5- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;
- 6- descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

1. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§10º É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

1. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
2. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
3. - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§11º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§12º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§13º Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§14º Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

3. - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
4. - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
5. - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 6- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 7- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 8- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 9- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 6.083/2024, na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sétima. Este contrato terá os seguintes prazos, quando aplicável:

1. - de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e
2. - de execução dos serviços: 30 dias, a contar do recebimento da ordem de serviço pela

CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

3. - de apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;
4. - de apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima nona. "O uso compartilhado de dados pessoais, bem como a transferência de dados pessoais para entidades privadas observará as normas previstas na LGPD, em especial o previsto nos artigos 6, 7, 26, 27, razão pela qual quando refere-se à administração pública artigos 23 a 30 da LGPD, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, que Regula o acesso a informações previsto no art. 2º, I e IV), com o princípio da publicidade consagrado tanto no artigo 37, caput, da Constituição Federal quanto na LAI, inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e obedecendo o artigo 37 da CF, no que se refere os princípios como da eficiência e o da transparência e deverá ser assegurado que o fornecedor se responsabilize de igual forma pelo tratamento adequado dos dados pessoais, inclusive por meio cláusulas contratuais, que estabeleçam a necessidade de observância da LGPD"

DO FORO

Cláusula vigésima. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba/SC, 23 de maio de 2025

Daiane Izidoro Popinhak
Representante Legal do Contratante

JAV PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA
Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CONTRATO 45/2025

Publicação Nº 7252921

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8BDCA9BD9128112FF59E1288897D31A38BE42394

TERMO DE CONTRATO Nº 45/2025

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS** e a empresa **GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, SC, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA**, estabelecida na RUA MATHEUS CONCEICAO, - 89520000, CURITIBANOS/SC, CEP 89520-000, inscrita no CNPJ sob o n. 83.227.421/0003-49, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência da dispensa de licitação n. **7/2025**, homologado(a)/ratificado(a) em 23/05/2025, mediante as cláusulas que seguem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DE DOIS VEÍCULOS FIAT / STRADA FREEDOM CD13, PLACAS SXD 1D21 E SXD 1D51, OS QUAIS ENCONTRAM-SE EM GARANTIA DE FÁBRICA, SENDO NECESSÁRIO A PRIMEIRA REVISÃO SER FEITA COM 10 (DEZ) MIL QUILOMETROS OU 12 (DOZE) MESES, NA CONCESSIONARIA AUTORIZADA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL**, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§2º A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 7/2025 e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§1º A **CONTRATADA** deve entrar em contato com o Fiscal de Contrato após a assinatura deste contrato para que, juntos, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§2º Os serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA** são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.

§3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

§5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados.

§1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail.

§2º São competências do Fiscal Técnico além daquelas estabelecidas no Decreto Municipal, as seguintes:

1. - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao CONTRATANTE;
2. - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
3. - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
4. - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares;

§4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§5º A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. -promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
2. -assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
3. -empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
4. -fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
5. -publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município;
6. -controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
7. -designar gestor para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

1. -contatar com a Secretaria de Administração antes de iniciar os serviços, no sentido de

- acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;
2. –executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
 3. –refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
 4. –cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
 5. –facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
 6. –respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
 7. –não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
 - 8 – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;
 - 9 – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;
 - 10 – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e
 - 11 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

5 - 06.001.10.305.8.2026.3.3.90.00

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para os exercícios seguintes, em sendo o caso, constarão da proposta de Lei Orçamentária Anual do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.156,00 (Um mil cento e cinquenta e seis reais) pelos serviços ora contratados;

DO REAJUSTE

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA

Cláusula décima. Caberá à CONTRATADA, se exigido, apresentar garantia contratual.

Cláusula décima primeira. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando

em dinheiro, atualizada monetariamente.

§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

1. - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e
2. - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima segunda. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

1. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 30%, sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) com atraso, ou sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução;
2. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;
3. - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos itens deste contrato, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme IPCA, sem aplicação de juros de mora.

§7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

1. - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
2. - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com CONTRATANTE será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da multa, nos seguintes casos:

1. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. - dar causa à inexecução total do contrato;
3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 4- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 5- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;
- 6- descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

1. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§10º É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

1. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
2. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
3. - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§11º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§12º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§13º Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§14º Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua

capacidade de concluir o contrato;

4. - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

5. - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

6- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

7- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

8- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 6.083/2024, na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sétima. Este contrato terá os seguintes prazos, quando aplicável:

1. - de vigência: 60 dias a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e
2. - de execução dos serviços: 30 dias, a contar do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº

14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

3. - de apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;
4. - de apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima oitava. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no PNCP de acordo com o disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, além das disposições constantes do art. 94, da Lei Orgânica Municipal, que tratam das divulgações dos atos municipais.

Cláusula décima nona. "O uso compartilhado de dados pessoais, bem como a transferência de dados pessoais para entidades privadas observará as normas previstas na LGPD, em especial o previsto nos artigos 6, 7, 26, 27, razão pela qual quando refere-se à administração pública artigos 23 a 30 da LGPD, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, que Regula o acesso a informações previsto no art. 2º, I e IV), com o princípio da publicidade consagrado tanto no artigo 37, caput, da Constituição Federal quanto na LAI, inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e obedecendo o artigo 37 da CF, no que se refere os princípios como da eficiência e o da transparência e deverá ser assegurado que o fornecedor se responsabilize de igual forma pelo tratamento adequado dos dados pessoais, inclusive por meio cláusulas contratuais, que estabeleçam a necessidade de observância da LGPD"

DO FORO

Cláusula vigésima. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba (SC), 23 de maio de 2025.

ROQUE STANGUERLIN

Presidente do Fundo

**GLOBO PLANALTO COMERCIO
DE VEICULOS LTDA**

Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO 15/2025

Publicação Nº 7251893

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO 15/2025

*O FUNDO **MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pela Presidente do Fundo, Sra. Daiane Izidoro Popinhak, doravante denominado simplesmente *CONTRATANTE*.

CONTRATADA: 19.993.550 GILMARA MENDES GOULART inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.993.550/0001-87, com sede na rua: EGITO 241, NACOES - 89120000, TIMBÓ/SC, doravante denominada simplesmente *CONTRATADA*.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA ARTISTA GILMARA MENDES GOULART (CNPJ Nº 19.993.550/0001-87) PARA APRESENTAÇÃO DOS ESPETÁCULOS DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS “CONTA QUE TE CONTO: MEMÓRIAS DE UMA MENINA” E “CONTOS ORIENTAIS”, TOTALIZANDO CINCO SESSÕES NOS DIAS 09 E 10 DE JUNHO DE 2025, EM DIFERENTES LOCAIS DE CURITIBANOS, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DA 10ª SEMANA LITERÁRIA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Rescisão Consensual é formalizado em conformidade com o art. 138, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que autoriza a rescisão contratual por acordo entre as partes, desde que observadas as condições estabelecidas no contrato e os princípios da administração pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RAZÕES DA RESCISÃO

As partes acordam, de forma consensual, pela rescisão do contrato n.º 15/2025, considerando que a contratação foi feita com o valor incorreto conforme consta no processo 2405/2025 do 1doc. Reconhecem que não existem pendências que inviabilizem a presente rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA RESCISÃO

Em conformidade com o disposto no art. 138, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021, as partes declaram que:

I - Não há pendências de ordem técnica, financeira ou jurídica que impeçam o término do vínculo contratual.

II - O presente Termo de Rescisão Consensual é celebrado de comum acordo, sem prejuízo de eventuais ajustes financeiros devidos entre as partes, os quais serão apurados e liquidados em conformidade com o contrato original.

III - Não há intenção de aplicação de penalidades à *CONTRATADA* em razão do não cumprimento do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS GARANTIAS

As garantias eventualmente prestadas pela *CONTRATADA* no âmbito do contrato serão devolvidas, após a devida verificação de eventuais débitos ou prejuízos que necessitem ser compensados.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DAS PARTES

Com a assinatura deste Termo de Rescisão Consensual, ficam extintas todas as obrigações contratuais entre o *CONTRATANTE* e a *CONTRATADA*, ressalvando-se eventuais

responsabilidades pendentes, que serão tratadas conforme as disposições do contrato e da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Rescisão Consensual entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos jurídicos e administrativos a partir de então.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Rescisão Consensual, para os devidos fins de direito.

Curitiba, 22 de maio de 2025.

DAIANE IZIDORO POPINHAK
Presidente do Fundo

19.993.550 GILMARA MENDES GOULART
Contratada

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****3º T.A. CONTRATO 30-2022 - PREGAO PRESENCIAL 53-2022 - PMDC**

Publicação N° 7251264

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65EC76F901FAD82F6F4190F71329FAA069087171

Contrato N°: 30/2022 Seq.: 3 Tipo: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada: PRECISA GESTAO EM TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.

Valor: R\$ 42.172,00

Vigência: Início: 10/06/2025 Término: 10/06/2026

Licitação: 53/2022

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTAO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E DESCRIÇÃO DO ITEM EM ANEXO

BIANCA MOREIRA MARAN BERTAMONI

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO 41/2025 - PMDC

Publicação N° 7253286

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 41/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 41/2025

HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE REVISÃO TOTAL/GLOBAL DO ETSA DO ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL NO ÂMBITO DO PERÍMETRO URBANO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO INCLUINDO OS DISTRITOS DE ACORDO COM A LEI 12.651/2012, LEI 13.465/2017, ENUNCIADO APROVADO POR MEMBROS DO MP/SC E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

CONTRATADO: ALTO URUGUAI - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA

VALOR DA DE DESPESA: R\$ 18.000,00

23/05/2025

BIANCA MORERIRA MARAN BERTAMONI - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 36-2025 - PMDC

Publicação N° 7251188

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 70D67842A9E69CB012FF2D62E54363B139EAF623

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 36/2025

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS COMPLETOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATADO: TITA UNIFORMES LTDA

VALOR DA DE DESPESA: R\$ 10.346,72

23/05/2025

BIANCA MORERIRA MARAN BERTAMONI - Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2024

Publicação Nº 7252383

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2024

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 28/2024
Pregão Eletrônico nº 256/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E LIMPEZA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PREDIAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

Fornecedor: MS CLIMATIZAÇÃO LTDA					
Lote	DESCRIÇÃO				
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ELETRICISTA PREDIAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, conforme subitens abaixo:				
VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ 45.500,00					
Sub Item	Unid.	Quant.	Descrição do Objeto	Valor Proposto	
				Unitário	Total
1.1	HORA	800	SERVIÇOS DE ELETRICISTA PREDIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GERALEINSPEÇÕES DE INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS EM GERAL.	R\$ 38,125	R\$ 30.500,00
1.2	UNID	01	FORNECIMENTO DE INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (PEÇAS) VALOR FIXO NÃO PODERÁ SER ALTERADO.	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

Lote	DESCRIÇÃO				
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E LIMPEZA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, conforme subitens abaixo:				
VALOR TOTAL DO LOTE 2: R\$ 136.500,00					
Sub Item	Unid.	Quant.	Descrição do Objeto	Valor Proposto	
				Unitário	Total
2.1	UNID	30	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE ATÉ 12.000 BTUS. SUPORTE DE PVC OU NYLON, PARAFUSOS DE FIXAÇÃO EM AÇO INOX, BUCHA TIPO FULL, CANO DE COBRE ATÉ 1,5MT, FITA DE ISOLAMENTO ALUMINIZADA, FITA DE PVC BRANCA, TUDO ESPONJOSO ANTICHAMA, SOLDA DE COBRE EM TUBULAÇÃO JÁ EXISTENTE, UTILIZAÇÃO DE VACUÔMETRO COM MANÔMETRO PARA EQUALIZAR A CARGA DE GÁS REFRIGERANTE R22 OU 410A. INSTALAÇÃO ELÉTRICA POR CONTA DA PREFEITURA. TESTAR O EQUIPAMENTO, REALIZAR A MEDIÇÃO DOS NÍVEIS DE GÁS (FLUIDO REFRIGERANTE) E FORNECER GARANTIA DA INSTALAÇÃO.	R\$ 414,00	R\$ 12.420,00
2.2	UNID	30	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE 18.000 ATÉ 24.000 BTUS. SUPORTE DE PVC OU NYLON, PARAFUSOS DE FIXAÇÃO EM AÇO INOX, BUCHA TIPO FULL, CANO DE COBRE ATÉ 1,5MT, FITA DE ISOLAMENTO ALUMINIZADA, FITA DE PVC BRANCA, TUDO ESPONJOSO ANTICHAMA, SOLDA DE COBRE EM TUBULAÇÃO JÁ EXISTENTE, UTILIZAÇÃO DE VACUÔMETRO COM MANÔMETRO PARA EQUALIZAR A CARGA DE GÁS REFRIGERANTE R22 OU 410A. INSTALAÇÃO ELÉTRICA POR CONTA DA PREFEITURA. TESTAR O EQUIPAMENTO, REALIZAR A MEDIÇÃO DOS NÍVEIS DE GÁS (FLUIDO REFRIGERANTE) E FORNECER GARANTIA DA INSTALAÇÃO.	R\$ 502,00	R\$ 15.060,00

2.3	UNID	30	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE ATÉ 12.000 BTUS. FAZER A MEDIÇÃO E O RECOLHIMENTO DO GÁS (FLUIDO REFRIGERANTE), FECHAR A LINHA DE LÍQUIDO (FINA), DEIXAR PRESSÃO CAIR ATÉ FICAR NEGATIVA, FECHAR A VÁLVULA DA LINHA DE VAPOR (GROSSA), DESLIGAR O CONDICIONADOR DE AR, DESCONECTAR AS TUBULAÇÕES E FAZER A RETIRADA DE TODAS AS PARTES DO CONJUNTO.	R\$ 138,00	R\$ 4.140,00
2.4	UNID	30	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE 18.000 ATÉ 24.000 BTUS. FAZER A MEDIÇÃO E RECOLHIMENTO DO GÁS (FLUIDO REFRIGERANTE), FECHAR A LINHA DE LÍQUIDO (FINA), DEIXAR PRESSÃO CAIR ATÉ FICAR NEGATIVA, FECHAR A VÁLVULA DA LINHA DE VAPOR (GROSSA), DESLIGAR O CONDICIONADOR DE AR, DESCONECTAR AS TUBULAÇÕES E FAZER A RETIRADA DE TODAS AS PARTES DO CONJUNTO.	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
2.5	UNID	60	LIMPEZA INTERNA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE ATÉ 12.000 BTUS. REALIZAR O SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DEVERÃO SER EXECUTADAS NA SEDE DA CONTRATADA CONFORME AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES: DESMONTAR O EQUIPAMENTO, EFETUAR A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS APROPRIADOS E INDICADOS PELO FABRICANTE, LUBRIFICAR O VENTILADOR E A BASE CONTRA FERRUGEM, FAZER VÁCUO NO SISTEMA PARA CONFERIR CARGA DE GÁS E VERIFICAR VAZAMENTOS. TESTAR O APARELHO ANTES DA DEVOLUÇÃO, REALIZAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. DEVOLUÇÃO DO EQUIPAMENTO, EM CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO EM 24 HORAS APÓS A RETIRADA. EFETUAR A ANOTAÇÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DE AUSÊNCIAS DE PEÇAS/PARTES OU DANOS DO EQUIPAMENTO IDENTIFICADOS ANTES DA RETIRADA DO EQUIPAMENTO E APRESENTAR JUNTO AS NOTAS FISCAIS. CASO SEJA CONSTATADO ALGUMA ANORMALIDADE A EMPRESA EXECUTORA FICARÁ OBRIGADA A EFETUAR O REPARO/REPOSIÇÃO.	R\$ 280,00	R\$ 16.800,00
2.6	UNID	45	LIMPEZA INTERNA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE 18.000 ATÉ 24.000 BTUS. REALIZAR O SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DEVERÃO SER EXECUTADAS NA SEDE DA CONTRATADA CONFORME AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES: DESMONTAR O EQUIPAMENTO, EFETUAR A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS APROPRIADOS E INDICADOS PELO FABRICANTE, LUBRIFICAR O VENTILADOR E A BASE CONTRA FERRUGEM, FAZER VÁCUO NO SISTEMA PARA CONFERIR CARGA DE GÁS E VERIFICAR VAZAMENTOS. TESTAR O APARELHO ANTES DA DEVOLUÇÃO, REALIZAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. DEVOLUÇÃO DO EQUIPAMENTO, EM CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO EM 24 HORAS APÓS A RETIRADA. EFETUAR A ANOTAÇÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DE AUSÊNCIAS DE PEÇAS/PARTES OU DANOS DO EQUIPAMENTO IDENTIFICADOS ANTES DA RETIRADA DO EQUIPAMENTO E APRESENTAR JUNTO AS NOTAS FISCAIS. CASO SEJA CONSTATADO ALGUMA ANORMALIDADE A EMPRESA EXECUTORA FICARÁ OBRIGADA A EFETUAR O REPARO/REPOSIÇÃO.	R\$ 340,00	R\$ 15.300,00
2.7	UNID	05	LIMPEZA INTERNA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA ACIMA DE 30.000 BTUS. REALIZAR O SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DEVERÃO SER EXECUTADAS NA SEDE DA CONTRATADA CONFORME AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES: DESMONTAR O EQUIPAMENTO, EFETUAR A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS APROPRIADOS E INDICADOS PELO FABRICANTE, LUBRIFICAR O VENTILADOR E A BASE CONTRA FERRUGEM, FAZER VÁCUO NO SISTEMA PARA CONFERIR CARGA DE GÁS E VERIFICAR VAZAMENTOS. TESTAR O APARELHO ANTES DA DEVOLUÇÃO, REALIZAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. DEVOLUÇÃO DO EQUIPAMENTO, EM CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO EM 24 HORAS APÓS A RETIRADA. EFETUAR A ANOTAÇÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DE AUSÊNCIAS DE PEÇAS/PARTES OU DANOS DO EQUIPAMENTO IDENTIFICADOS ANTES DA RETIRADA DO EQUIPAMENTO E APRESENTAR JUNTO AS NOTAS FISCAIS. CASO SEJA CONSTATADO ALGUMA ANORMALIDADE A EMPRESA EXECUTORA FICARÁ OBRIGADA A EFETUAR O REPARO/REPOSIÇÃO.	R\$ 401,00	R\$ 2.005,00

2.8	HORA	100	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE ATÉ 12.000 BTUS. FAZER A ANÁLISE TÉCNICA DO APARELHO DE AR-CONDICIONADO E APRESENTAR RELATÓRIO PARA APROVAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, INFORMANDO O PROBLEMA DETECTADO E A FORMA DE RESOLUÇÃO (SERVIÇO A SER REALIZADO, NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU COMPONENTES, PREVISÃO DE HORAS DE SERVIÇO, E PRAZO DE DEVOLUÇÃO, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS). VERIFICAR COM A SECRETARIA REQUISITANTE A EXISTÊNCIA DE GARANTIA DE FÁBRICA DO APARELHO. REALIZAR O SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NA SEDE DA CONTRATADA. O FORNECIMENTO DE PEÇAS FICA CONDICIONADO A ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO, PODENDO ESTE, PROCEDER À AQUISIÇÃO POR OUTRO FORNECEDOR, DESDE QUE COM VALOR INFERIOR AO APRESENTADO PELA LICITANTE. TESTAR O APARELHO ANTES DA DEVOLUÇÃO. REALIZAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. EFETUAR A ANOTAÇÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DE AUSÊNCIAS DE PEÇAS/PARTES OU DANOS DO EQUIPAMENTO IDENTIFICADOS ANTES DA RETIRADA DO EQUIPAMENTO E APRESENTAR JUNTO AS NOTAS FISCAIS. CASO SEJA CONSTATADA ALGUMA ANORMALIDADE A EMPRESA EXECUTORA FICARÁ OBRIGADA A EFETUAR O REPARO/REPOSIÇÃO.	R\$ 139,00	R\$ 13.900,00
2.9	HORA	100	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT OU JANELA DE 18.000 ATÉ 24.000 BTUS. FAZER A ANÁLISE TÉCNICA DO APARELHO DE AR-CONDICIONADO E APRESENTAR RELATÓRIO PARA APROVAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, INFORMANDO O PROBLEMA DETECTADO E A FORMA DE RESOLUÇÃO (SERVIÇO A SER REALIZADO, NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU COMPONENTES, PREVISÃO DE HORAS DE SERVIÇO, E PRAZO DE DEVOLUÇÃO, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS). VERIFICAR COM A SECRETARIA REQUISITANTE A EXISTÊNCIA DE GARANTIA DE FÁBRICA DO APARELHO. REALIZAR O SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NA SEDE DA CONTRATADA. O FORNECIMENTO DE PEÇAS FICA CONDICIONADO A ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO, PODENDO ESTE, PROCEDER À AQUISIÇÃO POR OUTRO FORNECEDOR, DESDE QUE COM VALOR INFERIOR AO APRESENTADO PELA LICITANTE. TESTAR O APARELHO ANTES DA DEVOLUÇÃO. REALIZAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO. EFETUAR A ANOTAÇÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DE AUSÊNCIAS DE PEÇAS/PARTES OU DANOS DO EQUIPAMENTO IDENTIFICADOS ANTES DA RETIRADA DO EQUIPAMENTO E APRESENTAR JUNTO AS NOTAS FISCAIS. CASO SEJA CONSTATADA ALGUMA ANORMALIDADE A EMPRESA EXECUTORA FICARÁ OBRIGADA A EFETUAR O REPARO/REPOSIÇÃO.	R\$ 136,00	R\$ 13.600,00
2.10	UNID	25	CARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 9.000 BTUS.	R\$ 269,00	R\$ 6.725,00
2.11	UNID	50	CARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 9.001 A 18.000 BTUS.	R\$ 280,00	R\$ 14.000,00
2.12	UNID	20	CARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 18.001 A 24.000 BTUS.	R\$ 325,00	R\$ 6.500,00
2.13	UNID	05	CARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 24.001 A 30.000 BTUS.	R\$ 310,00	R\$ 1.550,00
2.14	UNID	01	FORNECIMENTO DE INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (PEÇAS) VALOR FIXO NÃO PODERÁ SER ALTERADO.	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 182.000,00	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 18 de novembro de 2024.

Doutor Pedrinho/SC, 23 de maio de 2025.

GELEADE GADIEL WOLLERT

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Entre Rios

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N 931.2025 - INSTITUI E REGULAMENTA PROGRAMA DE MELHORIAS HABITACIONAIS

Publicação Nº 7251524



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Entre Rios

LEI MUNICIPAL Nº 931/2025

DE 20 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE "AUXÍLIO PARA MELHORIA HABITACIONAL" NO CONTEXTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ENTRE RIOS/SC, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 412/2008 E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO ANTONIO DOS PASSOS,
prefeito de Entre Rios, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu SANCIONO e promulgo a presente de lei:

Art. 1º Fica criado o benefício de auxílio para melhoria habitacional, que se constitui na provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, em forma de doação de materiais de construção para possibilitar a melhoria, ampliação e reconstrução de unidade habitacional da área urbana e rural do Município de Entre Rios, destinado às famílias de baixa renda que se enquadrem nos critérios desta Lei.

§ 1º A concessão do auxílio para melhoria habitacional destina-se especialmente a famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com as despesas necessárias para possibilitar-lhes condições adequadas de moradia, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a proteção familiar de crianças, idosos, pessoas com deficiência, doentes crônicos e outras pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Entre Rios

§ 2º A concessão de auxílio para melhoria habitacional deve ser ofertada de forma articulada com a rede de serviços socioassistenciais, objetivando o atendimento das necessidades humanas básicas.

§ 3º O Município, observados os princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade, deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do auxílio para melhoria habitacional.

§ 4º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de hipossuficiência.

Art. 2º Terão prioridade na concessão do auxílio de melhorias habitacionais, as famílias:

I - com crianças, idosos, pessoa com deficiência, gestante, doentes crônicos ou em tratamento de reabilitação;

II - cujas unidades habitacionais estiverem em situação de risco de desabamento, com desgastes causados pelo tempo, construídas com materiais inadequados entre outros fatores que ofereçam perigo à família, destruídas por intempéries e calamidades públicas ou cujas habitações forem inadequadas para o convívio familiar;

III - que possuírem o maior número de integrantes;

IV – cuja provedora familiar seja mulher.

Art. 3º A concessão do auxílio para melhoria habitacional será precedido de avaliação socioeconômica realizada por Assistente Social e deverá observar a disponibilidade da respectiva dotação orçamentária.

Art. 4º A liberação e repasse do auxílio, que poderá ocorrer através da concessão de materiais de construção ou financeiro, necessários à melhoria, ampliação e reconstrução de unidades habitacionais, ficam condicionados à apresentação dos documentos pessoais e enquadrar-se nos seguintes requisitos:



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Entre Rios

- I - comprovar renda *per capita* familiar igual ou inferior a um salário mínimo;
- II – ser, comprovadamente, mediante apresentação de escritura ou registro público, ou contrato de compra e venda, proprietário de um único imóvel;
- III - residir no imóvel por um período mínimo de um ano;
- IV – ter residência fixa no Município de Entre Rios por pelo menos doze meses;
- V - ter seu nome inscrito junto ao Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO).
- VII – apresentar dois orçamentos dos materiais necessários para a obra a ser realizada;
- VIII – Declaração com a descrição de que tipo de melhoria ou reparo será realizado na edificação.

§ 1º Não poderão acessar os benefícios da presente Lei, famílias que residam em imóveis alugados.

§ 2º Nos casos em que as famílias não se enquadrem nos critérios do artigo 4º, mas se encontrem em situação peculiar de vulnerabilidade social, o servidor assistente social, mediante estudo sócio econômico, poderá recomendar a concessão do benefício, justificando a exceção.

Art. 5º O auxílio de que trata a presente, poderá ser concedido ao beneficiário, em forma de materiais de construção e/ou financeiro, à critério da Administração, devendo para tanto o beneficiário comprovar os critérios estabelecidos no artigo 4º desta Lei, concedido até o montante de cinco salários mínimos vigentes à época do pedido.

§ 1º . Em caso de auxílio financeiro, de acordo com o descrito no caput, o pagamento deverá ocorrer para a fornecedora dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal dos materiais, em nome do beneficiário, com assinatura de recebimento em seu verso.

§ 2º . A nota fiscal, emitida pelo fornecedor, com a assinatura do beneficiário em seu verso, declarando o recebimento dos materiais, servirá como prestação de contas do auxílio recebido pelo beneficiário.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Entre Rios

Art. 6º O beneficiário deverá assinar termo de recebimento dos materiais e de responsabilidade pela execução da obra (melhoria, ampliação ou reconstrução) junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário.

§ 1º O beneficiário que não executar a obra no prazo estipulado ou não apresentar justificativa plausível, deverá restituir aos cofres públicos, os valores ou materiais doados, bem como não poderá mais acessar o mesmo auxílio.

§ 2º As famílias beneficiárias desta lei poderão acessar o auxílio de melhoria habitacional por uma única vez, exceto: em situações em que as unidades habitacionais apresentarem risco de desabamento; forem construídas com materiais inadequados, dentre outros fatores que ofereçam perigo à família; que tenham sido destruídas ou danificadas por intempéries ou outros incidentes naturais; ou, ainda, que forem consideradas inadequadas para o convívio familiar.

Art. 7º Para o atendimento dos pedidos do auxílio de melhoria habitacional, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a:

- I - adquirir e doar os materiais de construção necessários à execução da obra pretendida pelo solicitante;
- II - aplicar o instrumento jurídico que couber para proceder às doações previstas nesta Lei;
- III - firmar convênios com entidades civis organizadas, sem fins lucrativos, com vistas à melhor consecução dos objetivos desta Lei, sem que isto venha gerar custos extras para a Municipalidade;
- IV – excepcionalmente, fazer uso do quadro de servidores do Município para auxiliar na execução das reformas.

Art. 8º Caberá à Secretaria de Desenvolvimento Comunitário:

- I - a coordenação geral, a operacionalização do processo e pedido, o acompanhamento e a avaliação da prestação do auxílio de melhorias habitacionais;
- II - estipular prazo para a execução da obra e fiscalizar o devido emprego dos materiais doados;



Estado de Santa Catarina Governo Municipal de Entre Rios

III - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para concessão do auxílio;

IV - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização do benefício objeto desta Lei;

V - Criar e manter um sistema de arquivos e cadastros onde constarão informações relativas às famílias beneficiadas, podendo o mesmo ser objeto de fiscalização pelo Conselho Municipal de Habitação.

Art. 9º. O artigo 5º da Lei Municipal nº 412/2008, de 06 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. O Conselho Municipal de Habitação de Entre Rios é órgão de caráter deliberativo e será composto pelos seguintes membros:

i. Um representante da Administração Municipal, a ser indicado pelo prefeito através de decreto;

ii. Um indicado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, representado pelo secretário (a);

iii. Um indicado da Secretaria Municipal de Saúde, representado pelo secretário (a);

iv. Um indicado pela Câmara Municipal de Vereadores, através de ofício da presidência do Poder Legislativo;

v. Um representante da comunidade indígena, indicado pela liderança indígena (cacique ou vice cacique), através de ofício;

vi. Um representante da agricultura familiar entre-riense, indicado pela Cooperativa dos Agricultores Familiares Entre-rienses – COAFER, através de ofício expedido pela presidência;

§ 1º A presidência do Conselho Municipal de Habitação será exercida pelo representante da Administração Municipal;

§ 2º. O mandato do Conselho Municipal de Habitação será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito sucessivamente;

§ 3º. Os membros do Conselho não serão remunerados, prestando serviços relevantes ao município;

§ 4º. O Fundo Municipal de Habitação, será gerido pelo presidente e pelo tesoureiro do fundo, a ser escolhido por seus membros;

§ 5º. A abertura de conta bancária e ou substituição de seus representantes junto à instituição bancária, ocorrerá por ato do Chefe do Executivo, através de decreto municipal;

§ 6º. Demais regulamentos, poderão ser editados, por ato do Poder Executivo, através de decreto municipal;

Art. 10. Caberá ao Conselho Municipal de Habitação:



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Entre Rios

I - fiscalizar a aplicação do auxílio e se os critérios para a sua concessão estão sendo observados e respeitados;

II – deliberar acerca de situações não especificadas por esta Lei, que deverão ser objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, quando for necessário.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Habitação, para cada exercício financeiro, bem como de outros valores oriundos do Governo Federal, Estadual, de instituições financeiras ou doações.

Art. 12. Caberá ao Chefe do Poder Executivo, regulamentar a presente lei por decreto, em casos de necessidade, dúbios ou para aclarar entendimentos.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios/SC, 20 de maio de 2025.

EVANDRO
ANTONIO DOS
PASSOS:944379
98987
EVANDRO ANTONIO DOS PASSOS
prefeito

Assinado de forma
digital por EVANDRO
ANTONIO DOS
PASSOS:94437998987
Dados: 2025.05.21
13:26:21 -03'00'

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 014, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251384

DECRETO N.º 014, de 22 de maio de 2025.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 560/2024, de 26/11/2024 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a saber:

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0012.1.002 – Pavimentação de vias Públicas e Passeios Públicos

4.4.90.00.00.00.00.0024 (44) – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0024 (Convênios) no valor de R\$ 1.000.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de maio de 2025.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 3455/2025

Publicação Nº 7252234

DECRETO Nº 3455, DE 23 DE MAIO DE 2025
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em conformidade com o disposto no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica e Lei nr.1620/2024 - LOA e LDO nr.1619/2024.

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho pelo SUPERÁVIT valor de R\$ 423.420,00 (quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAUDE ERVAL VELHO	
15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.065 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	
4 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 2.631.3120.0000.00 - SUPERAVIT EMENDAS PARLAMENTAR DE BANCADA - UNIÃO ..	
.....	R\$ 300.000,00.
11 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 2.604.000.0000.00 - TRANSF. GOVERNO FEDERAL VCTO AGENTES COMUN. SAÚDE	
E AGENTES ENDEMIAS	R\$ 13.800,00.
13 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 2.600.000.0000.00 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS/UNIÃO	
.....	R\$ 77.560,00.
13 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 2.621.0000.0000.00 SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS/ESTADO	
.....	R\$ 32.060,00.

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrão por conta do SUPERÁVIT do exercício anterior.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 23 de maio de 2025.
LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 23 de maio de 2025.

Juliane Aparecida Brocardo Kucher
Secretária de Administração e Finanças

2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2023

Publicação Nº 7251418

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2023**Código registro TCE:** 09967F6FC3903F8B7D37B84F4DD5C83440E2CBF5

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Lenita Dadalt Fontana, CPF n.º 065.754.989-49.

CONTRATADA: TALIA CORONETTI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 27.460.954/0001-33, com sede a Rua Presidente Nereu Ramos, nº 220, Bairro Centro da cidade de Capinzal - SC, neste ato representada pela sua titular, Sra. Talia Coronetti, CPF n.º 030.654.049-58.

Celebram o presente Termo Aditivo de Contrato, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o **Pregão Eletrônico nº 032/2023 (Processo Licitatório nº 044/2023)** em conformidade com inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim discriminando.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1 Conforme previsto na Cláusula Sexta do contrato originário, fica prorrogada a vigência do mesmo por 12 (doze) meses até **06 de junho de 2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O valor total estimado a ser pago será de **R\$295.656,00 (Duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e cinquenta e seis reais)**.

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
LOTE 1 ARRANJOS E FLORES					
1.	50	UN	ARRANJO DE CENTRO DE MESA TRABALHADO - FLORES NATURAIS SIMPLES - DO TIPO FLORES DO CAMPO, MOSQUITINHO (GUPSOPHILA PANICULATA) E FOLHAGEM VERDE, TAM: 50 CM DE DIÂMETRO S/ VASO COM BASE MIN. DE 30 CM DE DIÂMETRO (HAVENDO A POSSIBILIDADE DE USAR FLORES DA ESTAÇÃO).	R\$ 75,00	R\$ 3.750,00
2.	50	UN	ARRANJO DE CENTRO DE MESA TRABALHADO - FLORES NATURAIS SIMPLES - DO TIPO FLORES DO CAMPO, TAM: 40 CM DE DIÂMETRO S/ VASO COM BASE MIN. DE 20 CM DE DIÂMETRO (HAVENDO A POSSIBILIDADE DE USAR FLORES DA ESTAÇÃO).	R\$ 65,00	R\$ 3.250,00
3.	50	UN	ARRANJO DE MESA TIPO TRABALHO FLORES	R\$ 48,00	R\$ 2.400,00

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

1/4



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

			NATURAIS SIMPLES - DO TIPO FLORES DO CAMPO, TAM: 20 CM DE DIÂMETRO S/ VASO COM BASE MIN. DE 15 CM DE DIÂMETRO (HAVENDO A POSSIBILIDADE DE USAR FLORES DA ESTAÇÃO).		
4.	20	UN	LOCAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE PORTE MÉDIO (1,50M DE ALTURA) COM CACHEPÔ.	R\$ 110,00	R\$ 2.200,00
5.	20	UN	LOCAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE PORTE BAIXO (0,80 CM DE ALTURA) COM CACHEPÔ.	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
6.	20	UN	LOCAÇÃO DE VASO CACHEPÔ TAMANHO GRANDE PARA CHÃO COM ARRANJO DE FOLHAGEM VERDE.	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
7.	20	UN	LOCAÇÃO DE VASO CACHEPÔ TAMANHO MÉDIO PARA MESA/CHÃO COM ARRANJO DE CRISANTEMO.	R\$ 352,30	R\$ 7.046,00
8.	70	UN	VASO DE CRISÂNTEMOS TAMANHO NORMAL.	R\$ 38,00	R\$ 2.660,00
9.	50	UN	VASO DE CRISÂNTEMO BOLA.	R\$ 55,00	R\$ 2.750,00
10.	200	UN	LOCAÇÃO DE FOLHA COSTELA DE ADÃO VERD ARTIFICIAL TAMANHO: GRANDE.	R\$ 67,00	R\$ 13.400,00
11.	200	UM	LOCAÇÃO DE GALHO DE EUCALIPTO ARTIFICIAL VERDE E/OU SIMILAR.	R\$ 45,00	R\$ 9.000,00
TOTAL LOTE 1					R\$ 56.456,00
LOTE 2 ESTRUTURA, CADEIRAS E MATERIAIS					
12.	10	UN	LOCAÇÃO SOFÁ 3 LUGARES, REVESTIDO EM COURINO E/OU TECIDO RESISTENTE SEM ESTAMPA, COR NUDE E/OU A DEFINIR, CAPACIDADE PARA 3 PESSOAS SENTADAS DE ATÉ 450KG.	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
13.	10	UN	LOCAÇÃO CONJUNTO DE POLTRONA 2 (DOIS), REVESTIDO EM COURINO E/OU TECIDO RESISTENTE SEM ESTAMPA, COR NUDE E/OU A DEFINIR, CAPACIDADE PARA 1 PESSOA SENTADA DE ATE 150KG.	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
14.	10	UN	LOCAÇÃO CONJUNTO DE POLTRONA 4 (QUATRO), REVESTIDO EM COURINO E/OU TECIDO RESISTENTE SEM ESTAMPA, COR NUDE E/OU A DEFINIR, CAPACIDADE PARA 1 PESSOA SENTADA DE ATE 150KG.	R\$ 1.100,00	R\$ 11.000,00
15.	10	UN	LOCAÇÃO CONJUNTO MESA BISTRÔ REDONDA COM 4 BANQUETAS, COR MADEIRA/OFF WHITE/PRETO.	R\$ 230,00	R\$ 2.300,00
16.	10	UN	LOCAÇÃO APARADOR COM TAMPO DE MADEIRA/VIDRO/PRETO/OFF WHITE, MEDIDA 1,20 X 1,40.	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
17.	10	UN	LOCAÇÃO TAPETE SISAL, COR AMÊNDOA E/OU A DEFINIR, TAMANHO 2,0 X 2,5.	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
18.	10	UN	LOCAÇÃO TAPETE SISAL, COR A DEFINIR, TAMANHO 2,0 X 3,0	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
19.	10	UN	LOCAÇÃO TAPETE SISAL, COR A DEFINIR, TAMANHO 1,0 X 1,50.	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
20.	10	UN	LOCAÇÃO JARDIM SUSPENSO (ARTIFICIAL), TAMANHO 2,5 X 1,0 FOLHAGEM VERDE.	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00
21.	100	UN	LOCAÇÃO FORRAÇÕES EM TECIDO EM METRO QUADRADO (M2), QUALIDADE MÍNIMA - OXFORD OU ADAMASCADO, COR A DEFINIR.	R\$ 58,00	R\$ 5.800,00
22.	100	UN	LOCAÇÃO DE TECIDO JUTA COR NATURAL EM METRO QUADRADO.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

23.	30	UN	LOCAÇÃO PEÇAS DECORATIVAS NO FORMATO QUADRADO DE TAMANHOS DIFERENTES EM ACRÍLICO/MADEIRA/VIDRO.	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
24.	30	UN	LOCAÇÃO PAINÉIS C/ ARMAÇÃO, METRO QUADRADO (M2), TECIDO QUALIDADE MÍNIMO – OXFORD OU ADAMASCADO, COR A DEFINIR.	R\$ 100,00	R\$ 3.000,00
25.	30	UN	LOCAÇÃO ESTRUTURA DE FERRO E OU MADEIRA NO MÍNIMO 2,20 METROS DE ALTURA E NO MÍNIMO 2,5 METROS DE COMPRIMENTOS. (PARA SER USADO TAMBÉM COMO DIVISOR DE AMBIENTES)	R\$ 460,00	R\$ 13.800,00
26.	30	UN	LOCAÇÃO ESTRUTURA DE FERRO E OU MADEIRA NO MÍNIMO 1,5 METROS DE ALTURA E NO MÍNIMO 2,0 METROS DE COMPRIMENTO. (PARA SER USADO TAMBÉM COMO DIVISOR DE AMBIENTES)	R\$ 460,00	R\$ 13.800,00
27.	20	UN	LOCAÇÃO KIT 2 BOLEIRA 30 CM, 4 BANDEJA 50 X 30 CM, 2 DOCEIRA 30 CM (8 PÇS), KIT COR ACRÍLICO/MADEIRA/VIDRO.	R\$ 380,00	R\$ 7.600,00
28.	50	UN	LOCAÇÃO DE CAIXA DE MADEIRA EM TAMANHO 60 X 40 CM (CAIXOTE FEIRA).	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00
29.	20	UN	LOCAÇÃO PAINEL DE PALET DE 2,40 X 2,00 CM NO MÍNIMO.	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
30.	100	UN	LOCAÇÃO DE FIO DE LED EM METROS.	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
31.	100	UN	LETREIRO DE CHÃO 2,0 COMPRIMENTO X 0,80 ALTURA, A DEFINIR. COTAR POR LETRA E/OU NÚMERO.	R\$ 430,00	R\$ 43.000,00
32.	300	HR	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DE EVENTOS: ORNAMENTAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COM NO MÍNIMO 1 (UM) TÉCNICO.	R\$ 300,00	R\$ 90.000,00
TOTAL LOTE 2					R\$ 239.200,00
VALORTOTAL R\$					295.656,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 As demais cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO ELEITO

4.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste, SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente termo.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Erval Velho, SC, 20 de maio de 2025.

Lenita Dadalt Fontana
Prefeita Municipal

Talia Coronetti
TALIA CORONETTI

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

Testemunhas:Nome: Pedro Osmar Pratto
CPF: 141.703.539-00Nome: Murilo Ferreira Piovesan
CPF: 091.912.509-35

Visto Assessor Jurídico da Unidade Gestora
Christian Andrei Conte
OAB/SC 67.366E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

4/4

4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2022

Publicação Nº 7251414

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2022**Código registro TCE:** 91C8F19F2D7ED4EC9C2C0511C9F8BC6731EDCE4F

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Lenita Dadalt Fontana CPF nº 065.754.989-49.

CONTRATADA: WORKLIGHT SOLUÇÕES EM ENGENHARIA ELÉTRICA E AUTOMAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 38.230.831/0001-22, com sede a Rua Tiradentes, nº 877, Bairro Vila Pedrini da cidade de Joaçaba - SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Sr. Rubens Walmorbida Neto, CPF nº 048.490.259-86

Celebram o presente Termo Aditivo de Contrato, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o **Pregão Eletrônico nº 044/2022 (Processo Licitatório nº 094/2022)** em conformidade com inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim discriminando.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1 De acordo com o item 5.4 da Clausula Quinta do Contrato Originário, fica a vigência do mesmo prorrogado por mais 30(trinta) dias até **30 de junho de 2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 As demais cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO ELEITO

3.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste, SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente termo.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Erval Velho, SC, 19 de maio de 2025.

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (0**49) 542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

Lenita Dadalt Fontana
Prefeita Municipal

Rubens Walmorbida Neto
**WORKLIGHT SOLUÇÕES EM ENGENHARIA ELÉTRICA
E AUTOMAÇÃO LTDA.**

Testemunhas:

Nome: Pedro Osmar Pratto
CPF: 141.703.539-00

Nome: Murilo Ferreira Piovesan
CPF: 091.912.509-35

Visto Assessor Jurídico da Unidade Gestora
Christian Andrei Conte
OAB/SC 67.366

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (0**49) 542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

2/2

6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2022 FMS

Publicação Nº 7251387

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 10.490.261/0001-90

6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2022**Código registro TCE:** FFE8E95C699D6385AF2709FDDD5FFE096F79525

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.490.261/0001-90, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pelo seu Gestor Municipal, Senhor Silvano Rodrigo Pratto, portador do CPF nº 004.570.619-01.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Júlio Gaidzinski, 320, CEP nº 88811-000, Pio Corrêa, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato regularmente representada pelo senhor Matias Meier, portador do CPF nº 042.536.629-43.

Celebram o presente Termo Aditivo de Contrato, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o **Pregão Eletrônico nº 008/2022 (Processo Licitatório nº 018/2022)** em conformidade com inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim discriminando.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Conforme previsto no Item 17.8 da Cláusula Décima Sétima do contrato originário, ficam os valores a partir deste termo reajustados utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulados nos últimos 12 meses com o índice de 5,32%.

O valor total estimado para esse Termo Aditivo de Contrato para os 12 (doze) meses é de **R\$36.519,82** (Trinta e seis mil quinhentos e dezenove reais e oitenta e dois reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO ELEITO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste, SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente termo.

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.

89613-000

ERVAL VELHO

Santa Catarina

1/2

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 10.490.261/0001-90

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Erval Velho, SC, 15 de maio de 2025.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do fundo Municipal de Saúde

Matias Meier
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

Nome: Pedro Osmar Pratto
CPF: 141.703.539-00

Nome: Murilo Ferreira Piovesan
CPF: 091.912.509-35

Visto Assessor Jurídico da Unidade Gestora
Christian Andrei Conte
OAB/SC 67.366

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

2/2

7º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2022

Publicação Nº 7251399

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

7º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2022**Código registro TCE:** E7052D9F85D2A44B831EFCA72E52B2C7B42B8228

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, Senhora Lenita Dadalt Fontana, portadora do CPF nº 065.754.989-49.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Júlio Gaidzinski, 320, CEP nº 88811-000, Pio Corrêa, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato regularmente representada pelo senhor Matias Meier, portador do CPF nº 042.536.629-43.

Celebram o presente Termo Aditivo de Contrato, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o **Pregão Eletrônico nº 008/2022 (Processo Licitatório nº 018/2022)** em conformidade com inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim discriminando.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Conforme previsto no Item 17.8 da Cláusula Décima Sétima do contrato originário, ficam os valores a partir deste termo reajustados utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulados nos últimos 12 meses com o índice de 5,32%.

O valor total estimado para esse Termo Aditivo de Contrato para os 12 (doze) meses é de **R\$263.977,04** (Duzentos e sessenta e três mil novecentos e setenta e sete reais e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO ELEITO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste, SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente termo.

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Erval Velho, SC, 15 de maio de 2025.

Lenita Dadalt Fontana
Prefeita Municipal

Matias Meier
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

Nome: Pedro Osmar Pratto
CPF: 141.703.539-00

Nome: Murilo Ferreira Piovesan
CPF: 091.912.509-35

Visto Assessor Jurídico da Unidade Gestora
Christian Andrei Conte
OAB/SC 67.366

E-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (49) 3542.1222.
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025

Publicação Nº 7251122

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 16/2025
	Número Processo: 34/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 34/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 16/2025

No dia 15/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 34/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos termos e condições descritos e especificados constantes do anexo II – termo de referência deste edital

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos termos e condições descritos e especificados constantes do anexo II – termo de referência deste edital tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO ,inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: RC TERRAPLANAGEM

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de horas de Retroescavadeira traçada 4x4, com motor turbo, capacidade mínima de 90 HP, capacidade mínima da caçamba de 0,96m³, capacidade concha traseira 0,24m³, peso operacional mínimo de 6.700kg, em bom estado de conservação, incluindo operador, manutenção dos equipamentos e combustível	N/C	H	200,000	R\$199,9000	R\$39.980,00

Total do Participante: R\$39.980,00

Total Geral: R\$39.980,00

- 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
- 2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso
- 3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.
- 5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.
- 5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.
- 5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- 6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;
- 6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- 6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- 6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

RC TERRAPLANAGEM

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025

Publicação Nº 7251124

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO****CNPJ:** 82.939.422/0001-91 **Telefone:** (49) 3542-1222
Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro
CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC**Pregão eletrônico
16/2025****Número Processo:** 34/2025
Data do Processo: 24/04/2025**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025****PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 34/2025**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 16/2025

No dia 15/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato

representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 34/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos termos e condições descritos e especificados constantes do anexo II – termo de referência deste edital

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos termos e condições descritos e especificados constantes do anexo II – termo de referência deste edital tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO ,inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: CANTERLE ESCAVAÇÕES LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	Serviço de horas de Rompedor de rochas, com energia de impacto mínima de 5.000 joules, e de no mínimo 1.700kg, em bom estado de conservação, incluindo operador, manutenção dos equipamentos e combustível	N/C	H	200,000	R\$398,0000	R\$79.600,00
Total do Participante:						R\$79.600,00
Total Geral:						R\$79.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

CANTERLE ESCAVAÇÕES LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025

Publicação Nº 7251241

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO****CNPJ:** 82.939.422/0001-91 **Telefone:** (49) 3542-1222
Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro
CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC**Pregão eletrônico
17/2025****Número Processo:** 35/2025
Data do Processo: 25/04/2025**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025****PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 35/2025**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 17/2025

No dia 16/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato

representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 35/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS MONOBLOCO COM CESTO VAZADO, FABRICADA COM PLÁSTICO PEAD E SUPORTES GALVANIZADOS PARA O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos termos e condições descritos e especificados no Anexo II – Termo de Referência deste edital.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS MONOBLOCO COM CESTO VAZADO, FABRICADA COM PLÁSTICO PEAD E SUPORTES GALVANIZADOS PARA O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos termos e condições descritos e especificados no Anexo II – Termo de Referência deste edital. tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: RONAN PLASTICOS LTDA.

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Lixeiras monoblocos, com cesto plástico vazado (PEAD - Polietileno de Alta Densidade), resistente ao sol e chuva, com capacidade de 80 (oitenta) litros, na cor azul royal, com dois adesivos cada uma, com a logomarca do Município de Erval Velho/SC em ambos os lados.	PRÓPRIA	UN	150,000	R\$115,0000	R\$17.250,00
2	Suportes para encaixe de duas lixeiras monoblocos, galvanizados 3", 1,20, com encaixe em chapa galvanizada em "U", 2,70 mm.	PRÓPRIA	UN	120,000	R\$51,2500	R\$6.150,00
					Total do Participante:	R\$23.400,00
					Total Geral:	R\$23.400,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLAUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLAUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

RONAN PLASTICOS LTDA.

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025

Publicação Nº 7251790

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO		Pregão eletrônico 15/2025	
	CNPJ: 82.939.422/0001-91	Telefone: (49) 3542-1222	Número Processo: 33/2025	Data do Processo: 24/04/2025
	Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro			
	CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC			

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato

representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
77	Arroz branco, tipo 1, sem glúten longo fino constituídos de grãos inteiros isento de sujidades, materiais estranhos e mofo, safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, pacote com 5 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	CAXANGA	PAC	3.600,000	R\$18,7000	R\$67.320,00
78	Arroz parboilizado, beneficiado, longo, fino, tipo 1, pacote com 5 kg, procedência nacional, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas, embalagens plástica transparente, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data da entrega.	CAXANGA	PAC	3.600,000	R\$19,9500	R\$71.820,00
105	Farinha de milho, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 1 kg.	DALLA	KG	540,000	R\$3,0300	R\$1.636,20
106	Feijão Preto, de primeira qualidade. Procedência	NUTRIPAR	KG	1.200,000	R\$5,2900	R\$6.348,00

	natural de safra corrente. Será permitido limite de 2% de impurezas e materiais estranhos. Embalado em pacotes plásticos, atóxico, transparente e resistente. Pacote de 1kg.					
108	Floco de cereais (milho), com sabor natural, recobertos por açúcar, fortificado com vitaminas e minerais. Embalagem de 1kg	GOLDFLAKES	UN	250,000	R\$18,5500	R\$4.637,50
118	Polvilho Azedo, embalagem com 500g, data de fabricação recente. Validade mínima de 3 (três) meses a contar da data da entrega.	PRATA	PAC	500,000	R\$4.6500	R\$2.325,00
119	Polvilho doce, embalagem com 500g, data de fabricação recente. Validade mínima de 3 (três) meses a contar da data da entrega.	PRATA	PAC	400,000	R\$3,8500	R\$1.540,00
121	Sagu sem sabor, sob a forma granulada obtido a partir de fécula de mandioca submetido a processo tecnológico adequado. Acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo, quantitativo, prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, número do registro no órgão competente e demais dados conforme as disposições de legislação em vigor. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 500 gramas	PRATA	PAC	1.000,000	R\$4,3000	R\$4.300,00
122	Sal refinado iodado, embalagem com 1 Kg, deve constar na embalagem: composição, registro, peso líquido e prazo de validade de no mínimo 1 ano a contar da data da entrega	5 ESTRELAS	PAC	900,000	R\$1,6500	R\$1.485,00
					Total do Participante: R\$161.411,70	
					Total Geral: R\$161.411,70	

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuáries da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuáries:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pelo fornecedor quando:

6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.

9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC N° 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2025

Publicação Nº 7251794

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
68	Carne bovina, tipo coxão mole ou patinho, porcionada em cubos de aproximadamente 15g, sem pelanca, sem gordura, congelada, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, congelada, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto, marca/procedência e certificado de inspeção federal (SIF) ou estadual (SIE). Fabricação: Máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 Meses. O transporte deverá ser feito em carro refrigerado, conforme legislação da Anvisa.	OESTE	KG	2.300,000	R\$32,4000	R\$74.520,00
84	Canela em pau. Prazo de validade de no mínimo 6 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. Embalagem de 10 gramas.	INCAS	PAC	30,000	R\$4,3300	R\$129,90
87	Chá de erva-doce, em saquinhos, composto de funcho nacional (Foeniculum vulgare), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de aprox. 1g cada. Caixa com 25 sachês. Embalagem 40g.	BARAO	UN	30,000	R\$4,8500	R\$145,50

88	Chá de camomila, em sachês, composto de capítulos florais de camomila (Matricaria chamomilla), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente. Caixa de 25g com 25 sachês.	BARAO	UN	300,000	R\$4,9500	R\$1.485,00
89	Chá de hortelã, em saquinhos composto com (Mentha spicata) Em sachês envelopados individualmente. Caixa de 25g com 25 sachês.	BARAO	UN	240,000	R\$5,8000	R\$1.392,00
Total do Participante: R\$77.672,40						
Total Geral: R\$77.672,40						

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- 6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- 6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- 6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- 6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2.Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5.A (s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6.A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1.O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.

9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D’ Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE

ASSESSOR JURIDICO

OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025

Publicação Nº 7251797

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: Z & G ALIMENTOS LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
65	Carne de Frango, tipo coxa e sobrecoxa, de primeira qualidade, congeladas a -12°C, limpa, isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), inspecionadas pelo ministério da agricultura Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto, marca/procedência e certificado de inspeção federal (SIF) ou estadual (SIE). Fabricação: Máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 Meses. O transporte deverá ser feito em carro refrigerado, conforme legislação da Anvisa.	Sublimesul	KG	2.500,000	R\$9,6500	R\$24.125,00
66	Carne de Frango, tipo coxa e sobrecoxa DESOSSADA, de primeira qualidade, congeladas a -12°C, limpa, isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), inspecionadas pelo ministério da agricultura Deverá ser acondicionada em embalagem	Morgana	KG	1.800,000	R\$14,1000	R\$25.380,00

70	primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto, marca/procedência e certificado de inspeção federal (SIF) ou estadual (SIE). Carne suína, pernil, congelada, cortada em cubos. Sem cartilagens e nervos, de coloração rosada. O percentual máximo de gordura aceita é de 5%, firme e odor agradável. Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos polipropileno reforçado, e revestido por caixa de papelão ou caixa plástica limpa, constando peso, data de processamento, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne.	Friprando	KG	1.650,000	R\$21,1500	R\$34.897,50
						Total do Participante: R\$84.402,50
						Total Geral: R\$84.402,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pelo fornecedor quando:

6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.

9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

DETENTORA DA ATA

Z & G ALIMENTOS LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE

ASSESSOR JURIDICO

OAB/SC N° 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025

Publicação Nº 7251799

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: TUDO DE BOM PRODUTOS NATURAIS LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
51	Iogurte Vegano, sem leite animal, para dieta de restrição à proteína do leite (APLV). Ingredientes: água, creme de coco, açúcar orgânico, amido modificado, fibra solúvel, fosfato tricálcico (cálcio), estabilizante goma xantana, aroma natural de coco, conservante sorbato de potássio e fermento. Embalagem de 170g. NÃO CONTÉM GLÚTEN. SEM LACTOSE. SEM LEITE.	PROPRIA	UN	100,000	R\$11,8900	R\$1.189,00
74	Adoçante a base de xilitol - adoçante dietético em pó, à base de xilitol, 100% natural, acondicionado em embalagem lacrada, limpa, resistente, atóxica. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto e informações nutricionais. Fornecido em embalagem com 300 g do produto	PROPRIA	UN	30,000	R\$63,6700	R\$1.910,10
76	Ameixa seca, desidratada, preta, sem caroço, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Embalagem plástica termos selada com peso aproximado de 150 gramas.	PROPRIA	PAC	150,000	R\$7,6500	R\$1.147,50
83	Café solúvel granulado, validade mínima 12 meses. Embalagem 200g.	PROPRIA	UN	240,000	R\$22,0000	R\$5.280,00
85	Canela em pó de 30 gramas. Validade mínima de 6 meses no momento da entrega.	PROPRIA	UN	30,000	R\$3,8800	R\$116,40

91	Chocolate em pó 50% Cacau. Ingredientes básicos: cacau em pó solúvel (50%), açúcar, aromatizante. O açúcar empregado no seu preparo deve ser normalmente sacarose. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos a qualquer tipo de chocolate, bem como, à manteiga de cacau e não poderá ser adicionado de amido e féculas estranhas. Características organolépticas: aspecto: pó homogêneo; cor própria; cheiro: característico; sabor: doce, próprio. Validade mínima: 10 meses a partir da data de fabricação. Embalagem de 200g	PRÓPRIA	UN	300,000	R\$6,0000	R\$1.800,00
92	Coco ralado, produto alimentício desidratado contendo entre os ingredientes: polpa de coco desidratada e parcialmente desengordurara. SEM AÇÚCAR. Deve apresentar cor, cheiro e sabor característico. Ausente de sujidades, parasitas. Embalagem: plástica, íntegra, atóxica, contendo 100g do produto. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	PRÓPRIA	PAC	80,000	R\$4,8500	R\$388,00
94	Cravo da Índia, embalagem de 10g. Validade mínima de 6 meses no momento da entrega.	PRÓPRIA	PAC	50,000	R\$2,7000	R\$135,00
95	Doces de Frutas. Características técnicas: produto oriundo do cozimento de polpa de frutas com açúcar. Sabores: (Uva, Figo, Pêssego, Abóbora, Morango, Pêra e banana). Embalagem: acondicionados em potes de vidro com vedação a vácuo com 750g. Data de fabricação recente.	PRÓPRIA	UN	300,000	R\$10,4500	R\$3.135,00
96	Geleia de frutas nos sabores uva, figo, morango, abacaxi, pêssego, pêra. Obtida da cocção de frutas inteiras ou em pedaços; na proporção de 50 partes de frutas; ou seu equivalente e 50 partes de açúcar; ausente de corantes e aromatizantes artificiais; isento de sujidades, parasitos e larvas; livre de fermentações e substâncias estranhas as suas composições; validade mínima 10 meses a contar da entrega, em frasco de vidro contendo 750 gramas e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 272 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores.	PRÓPRIA	UN	300,000	R\$16,4400	R\$4.932,00
110	Lentilha classe média, de primeira qualidade, constituído de no mínimo, 95porcento de grãos inteiros na cor característica a variedade correspondente, de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Embalagem com procedência, informação nutricional e registro no órgão competente. Validade mínima de seis meses no momento da entrega. Pacote com 500 gramas.	PRÓPRIA	UN	450,000	R\$7,6500	R\$3.442,50
111	Louro em folhas, validade mínima de 1 ano no momento da entrega e embalagem com 8 gramas	PRÓPRIA	UN	80,000	R\$1,8000	R\$144,00
115	Milho para pipoca, tipo 1, embalagem de polietileno atóxico de 500g, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, informações nutricionais, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PRÓPRIA	PAC	60,000	R\$2,9300	R\$175,80
117	Orégano, validade mínima de 1 ano no Momento da entrega e embalagem com 100 gramas	PRÓPRIA	PAC	300,000	R\$2,9500	R\$885,00
120	Quirera de milho - amarela, tipo 1, não apresentar umidade, misturas inadequadas, presença de impurezas, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade de 6 meses. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem de 500 gramas. Data de fabricação, validade e informação nutricional.	PRÓPRIA	PAC	600,000	R\$2,1500	R\$1.290,00
123	Uva passa preta, sem semente, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Embalagem plástica termos selada com peso aproximado de 150 gramas.	PRÓPRIA	PAC	150,000	R\$7,9500	R\$1.192,50
126	Farinha sem glúten, em embalagem de 500g. Ideal para o preparo de receitas sem glúten. Ingredientes: farinha de arroz, fécula de batata, fécula de mandioca. Embalagem plástica atóxica, bem selada. Não serão aceitas embalagens com indícios de ruptura. Embalagem deve conter as informações: sem glúten, sem lactose, sem ovos, os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e data de validade. Validade de no mínimo 8 meses a contar da data de entrega.	PRÓPRIA	UN	250,000	R\$15,2700	R\$3.817,50

Total do Participante: R\$30.980,30

Total Geral: R\$30.980,30

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

TUDO DE BOM PRODUTOS NATURAIS LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025

Publicação Nº 7251801

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO****CNPJ:** 82.939.422/0001-91 **Telefone:** (49) 3542-1222
Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro
CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC**Pregão eletrônico
15/2025****Número Processo:** 33/2025
Data do Processo: 24/04/2025**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025****PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 33/2025**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato

representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: COMPESC

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
67	Carne de Peixe - Filé de tilápia de primeira qualidade, limpo, sem couro ou escamas, sem espinha, filé inteiro ou fatiados em bifes de 120g em média, congelados a - 12°C, isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), inspecionadas pelo Ministério da Agricultura. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e e ou ação de microorganismos. Acomodadas em caixas de papelão em perfeitas condições estruturais, padronizadas e lacradas, com especificação de peso, validade do produto, marca/procedência e certificado de inspeção federal (SIF) ou estadual (SIE).	PROPRIO/PROPRIO	KG	1.800,000	R\$35,9000	R\$64.620,00

Total do Participante: R\$64.620,00

Total Geral: R\$64.620,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

COMPESC

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025

Publicação Nº 7251805

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: ATACADO LEORATTO E MANAS ALIMENTOS LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Abacaxi pérola, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, grau médio de amadurecimento, isenta de enfermidades e material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	CEASA	UN	700,000	R\$4.9500	R\$3.465,00
3	Banana tipo prata, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpa, tamanho médio. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	CEASA	KG	1.800,000	R\$4.0500	R\$7.290,00
9	Maçã especial Fuji ou Gala, primeira qualidade, tamanho médio, pesando aproximadamente cento e oitenta gramas a unidade, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. A variedade a ser entregue dependerá da safra.	CEASA	KG	3.600,000	R\$4,7500	R\$17.100,00
10	Mamão formosa, de primeira qualidade, semi maduro, tamanho médio, pesando entre 2 e 2,5 quilogramas a unidade, fresco, deve apresentar as características do	CEASA	KG	1.000,000	R\$4.9500	R\$4.950,00

	cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.					
12	Melão de primeira qualidade - semi maduro, graúdo, consistência firme. Livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, com polpa firme e intacta.	CEASA	KG	900,000	R\$5,3000	R\$4.770,00
18	Pêra, in natura, fresca, madura, aroma e cor da espécie e variedade, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência.	CEASA	KG	1.200,000	R\$7,3500	R\$8.820,00
23	Alho, bulbo inteiro, nacional, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas	CEASA	KG	240,000	R\$21,0000	R\$5.040,00
25	Batata Inglesa lavada, de primeira qualidade tamanho médio, uniformes, inteiras, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.	CEASA	KG	2.400,000	R\$3,8000	R\$9.120,00
28	Brócolis, fresco, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, com características do cultivar bem definidas, fisiologicamente bem desenvolvidos, de colheita recente, sem sinais de florescimento. Maço com no mínimo 250 gramas.	CEASA	UN	1.000,000	R\$5,1000	R\$5.100,00
29	Cebola, de primeira, sem ramo, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, sem perfurações e cortes sem manchas com tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades parasitas e larvas.	CEASA	KG	1.350,000	R\$2,9000	R\$3.915,00
30	Cenoura, de primeira, sem ramo, isenta de fungos e indícios de germinação, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda.	CEASA	KG	1.200,000	R\$2,5000	R\$3.000,00
32	Couve-flor primeira qualidade, pesando entre oitocentos a mil gramas a unidade, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação o e maturação.	CEASA	KG	1.500,000	R\$8,9000	R\$13.350,00
34	Espinafre fresco, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, com características do cultivar bem definidas, fisiologicamente bem desenvolvidos, de colheita recente, sem sinais de danos de insetos. Maços com no mínimo 300 gramas.	CEASA	UN	300,000	R\$4,8000	R\$1.440,00
38	Repolho verde, tamanho médio, com folhas compactas e com consistência firme, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	CEASA	KG	750,000	R\$2,7500	R\$2.062,50
40	Tomate de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, aspecto globoso, cor vermelha, classificada, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	CEASA	KG	1.800,000	R\$5,5000	R\$9.900,00
41	Tomate saladete, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, aspecto globoso, cor vermelha, classificada, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte, acondicionado em sacos plásticos por quilo.	CEASA	KG	1.800,000	R\$5,7500	R\$10.350,00
45	Leite longa vida integral, UHT. Leite Longa Vida Integral Tetrapak, caixas de 1L, fonte natural de proteínas e cálcio, manter todas as características naturais do leite in-natura, inclusive teor de gordura. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 120 dias podendo ficar armazenado em temperatura ambiente	TERRA VIVA	LT	3.000,000	R\$4,8500	R\$14.550,00
63	Queijo tipo mussarela, fatiado. Produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa	FAZENDA VELHA	UN	2.100,000	R\$14,9000	R\$31.290,00

71	semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado. Acondicionado em embalagem plástica apropriada, transparente, limpa, resistente e inviolável, com 400 gramas. A embalagem original deverá ser a vácuo e conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem contendo 30 ovos em uma bandeja, com data e validade e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISOA.	ceasa	Band	900,000	R\$17,0000	R\$15.300,00					
						Total do Participante: R\$170.812,50					
						Total Geral: R\$170.812,50					

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta

Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pelo fornecedor quando:

6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva

nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.

9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D’ Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

DETENTORA DA ATA

ATACADO LEORATTO E MANAS ALIMENTOS LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE

ASSESSOR JURIDICO

OAB/SC N° 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2025

Publicação Nº 7251809

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: SUPERMERCADO TOIGO E FERRARI LTDA ME

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	Ameixa graúda, de 1ª qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, com ausência de sujidades, sem ferimentos ou defeitos, firme, com sabor característico da espécie.	KLAUS	KG	900,000	R\$8,9000	R\$8.010,00
6	Caqui café, de primeira qualidade, fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estejam em perfeitas condições de conservação e maturação.	KLAUS	KG	600,000	R\$4,9000	R\$2.940,00
8	Kiwi, de primeira qualidade, fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estejam em perfeitas condições de conservação e maturação.	KLAUS	KG	450,000	R\$20,9000	R\$9.405,00
14	Pêssego, de primeira qualidade, fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estejam em perfeitas condições de conservação e maturação.	KLAUS	KG	300,000	R\$14,7000	R\$4.410,00
16	Laranja pêra, de primeira qualidade, in natura. Deve apresentar as características da variedade bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração	KLAUS	KG	2.100,000	R\$4,2500	R\$8.925,00

20	própria, livres de danos mecânicos, pragas, doenças e estar perfeito estado de maturação e conservação. Acelga, De primeira qualidade, procedente de espécimes vegetais genuínos e são, frescas e em perfeito estado de conservação e maturação, unidades médias pesando no mínimo 700 gramas cada maço.	KLAUS	UN	300,000	R\$6,6000	R\$1.980,00
22	Alface de primeira qualidade, lisa ou crespa, verde ou roxa. Colhida recentemente, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, tamanho médio.	CARNIEL	UN	1.800,000	R\$3,3500	R\$6.030,00
31	Chuchu, primeira qualidade, pesando entre trezentos a quatrocentos gramas a unidade, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KLAUS	KG	300,000	R\$3,5500	R\$1.065,00
39	Tempero verde tipo salsinha, cebolinha, manjerição, in natura, de boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte. Entregue por maço pesando entre 250 a 350g.	CARNIEL	MÇO	900,000	R\$3,8500	R\$3.465,00
48	Creme de soja, sem lactose e glúten. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	COAMO	UN	1.200,000	R\$5,4400	R\$6.528,00
50	logurte Natural Integral ou desnatado, SEM LACTOSE, obtido de leite pasteurizado, sem adição de polpa de frutas ou saborizantes, sem adição de açúcar, com consistência cremosa ou firme, na lista de ingredientes deve conter: Leite integral ou leite desnatado, fermento lácteo e enzima lactase. Embalagem plástica, pesando 170g, com validade máximo de 30 dias, a partir da data de recebimento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção.	FRIOVEL	UN	1.000,000	R\$6,1400	R\$6.140,00
69	Carne bovina tipo moída, de primeira, tipo coxão mole ou patinho, sem pelanca, sem gordura, congelada, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, congelada, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto, marca/procedência e certificado de inspeção federal (SIF) ou estadual (SIE). Fabricação: Máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 Meses. O transporte deverá ser feito em carro refrigerado, conforme legislação da Anvisa	FRIPRANDO	KG	2.300,000	R\$29,9000	R\$68.770,00
104	Farinha de trigo para kube, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas – embalagem 500g. O produto deverá ter validade mínima de 08 meses. O produto não poderá ter a data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega	CAROL	PAC	100,000	R\$2,9000	R\$290,00
116	Óleo de soja refinado, 100% natural. Embalagem com 900ml, limpas, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante	COAMO	UN	300,000	R\$7,0000	R\$2.100,00
124	Vinagre tinto, 750 ml em garrafa plástica, atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data da entrega.	HENING	UN	250,000	R\$4,0000	R\$1.000,00
132	Polpa de fruta congelada natural, sabor morango ou frutas vermelhas; produto deve ser preparado com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, sem substâncias estranhas à sua composição normal. Embalagem pesando 1kg com identificação do produto, prazo de validade de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro do sim, SIF ou selo de inspeção estadual.	NATURALES	PAC	450,000	R\$13,9500	R\$6.277,50
133	Polpa de fruta congelada natural, sabor maracujá produto deve ser preparado com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e de detritos animais ou vegetais.	NATURALES	PAC	450,000	R\$13,9500	R\$6.277,50

	não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, sem substâncias estranhas à sua composição normal. embalagem pesando 1kg com identificação do produto, prazo de validade de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. o produto deverá ter registro do sim, sif ou selo de inspeção estadual					
137	Bolacha caseira tradicional. Formato retangular. As bolachas deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitadas bolachas mal cozidas, queimadas. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Ingredientes básicos: ovos, açúcar, farinha de trigo, leite, amido de milho, sal amoníaco, manteiga, banha, fermento químico. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com até 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Não podendo apresentar excesso de dureza ou quebradiças.	WALTRICK	KG	750,000	R\$34,3500	R\$25.762,50
140	Bolacha doce ou salgada, sem açúcar na composição, sem margarina. Embalagem de 300g. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL	WALTRICK	KG	300,000	R\$39,9500	R\$11.985,00
141	BOLACHA CASEIRA SEM LACTOSE. As bolachas deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitadas bolachas mal cozidas, queimadas. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Ingredientes básicos: ovos, açúcar, farinha de trigo, leite sem lactose, amido de milho, sal amoníaco, banha, fermento químico. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. NÃO PODE CONTER LEITE TRADICIONAL, MANTEIGA, NATA OU OUTRO DERIVADO DE LEITE, salvo produtos lácteos sem lactose. Embalagem com até 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Não podendo apresentar excesso de dureza ou quebradiças.	WALTRICK	KG	90,000	R\$39,9500	R\$3.595,50
142	Bolacha Caseira SEM leite. NÃO PODE CONTER LEITE NORMAL, MANTEIGA, NATA OU OUTRO DERIVADO DE LEITE. Ingredientes básicos: Farinha de trigo, açúcar, ovos, gordura animal (banha), bicarbonato de amônia, sal e outros ingredientes necessários. As bolachas deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitadas bolachas mal cozidas, queimadas. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Embalagem com até 500g. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	WALTRICK	KG	15,000	R\$39,9500	R\$599,25
143	Rosca de milho com coco: Ingredientes: ovos, açúcar, fermento em pó, sal amoníaco, banha, coco, essência de baunilha, fubá, amido de milho, féculas de mandioca, leite, farinha de trigo. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. São feitas em formato circular tipo crocante. São feitas a partir de matéria prima de boa qualidade. São acondicionadas em embalagens plásticas de polipropileno transparente de até 1kg.	WALTRICK	KG	80,000	R\$49,9400	R\$3.995,20
144	Cuca caseira fresca sem recheio, sem lactose. Ingredientes básicos: Farinha de trigo, açúcar, ovos, água, banha, sal e fermento. NÃO PODE CONTER LEITE, MANTEIGA, NATA OU OUTRO DERIVADO DE LEITE, salvo produtos lácteos sem lactose. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso,	DA FAMILIA	KG	300,000	R\$19,9500	R\$5.985,00

	fabricante, data de fabricação e validade. Unidade tamanho médio 700g. Data de fabricação recente. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável.					
145	Cuca caseira fresca sem recheio. Ingredientes básicos: Farinha de trigo, açúcar, ovos, água, banha ou manteiga, sal e fermento. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Unidade tamanho médio 700g. Data de fabricação recente. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável.	DA FAMILIA	KG	700,000	R\$19,9500	R\$13.965,00
146	Polpa de tomate. Ingredientes: polpa de tomate e tomate. Em embalagem plástica tipo sachê de 1Kg. Deverá ser preparado com frutos maduros selecionados, sãos, limpos, sem pele e sem sementes, estar isento de fermentação e de indicadores de processamento defeituoso.	QUERO	PAC	350,000	R\$21,9500	R\$7.682,50
147	Melado de cana, líquido xaroposo obtido pela evaporação do caldo de cana, ou a partir da rapadura, por processos tecnológicos adequados. Elaborado com matéria-prima não fermentada, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos animais ou vegetais, sem qualquer tipo de corante, natural ou artificial, conservante ou edulcorantes. Aspecto líquido xaroposo e denso (viscoso), cor amarelo âmbar, cheiro característico e gosto doce. Ausência de sujidades, parasitas, larvas e insetos ou seus fragmentos. Apresentar registro no ministério da agricultura. Embalagem de plástico, polietileno resistente, transparente e opaco, deve constar na embalagem data de fabricação e de validade de no mínimo 12 meses. Contendo 250g.	MIRIAM	KG	45,000	R\$9,9400	R\$447,30
150	Pão sem glúten, sem ovos, sem leite. Farinha de arroz integral, água, fécula de mandioca, farinha de soja integral, batata-doce, amido de ervilha, óleo de girassol, fermento biológico, sal marinho, vinagre e cloreto de potássio. Emulsificante: INS 464. Embalagem de 380g NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS NA LISTA DE INGREDIENTES.	WALTRICK	PAC	350,000	R\$9,9400	R\$3.479,00
151	Pão integral fatiado, com o primeiro ingrediente sendo farinha de trigo integral. Fresco, macio, sem presença de sujidades. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com 500g com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Validade mínima de 5 (cinco) dias, a contar da data da entrega. NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS E AÇÚCAR NA LISTA DE INGREDIENTES.	DA FAMILIA	PAC	150,000	R\$7,6900	R\$1.153,50
152	Pão sovado de forma, fatiado, fresco, macio, sem presença de sujidades. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com 500g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Validade mínima de 5 (cinco) dias, a contar da data da entrega. NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS NA LISTA DE INGREDIENTES.	DA FAMILIA	PAC	320,000	R\$8,9500	R\$2.864,00
153	Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Validade mínima de 5 (cinco) dias, a contar da data da entrega. NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS NA LISTA DE INGREDIENTES.	DA FAMILIA	UN	6.000,000	R\$0,5000	R\$3.000,00

Total do Participante: R\$228.126,75

Total Geral: R\$228.126,75

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

SUPERMERCADO TOIGO E FERRARI LTDA ME

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2025

Publicação Nº 7251813

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO ,inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: IRACILDA PAULINA TEDESCO

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	Banana tipo caturra - Primeira qualidade, semi madura, tamanho médio, pesando aproximadamente cento e trinta gramas a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	PRÓPRIA	KG	3.600,000	R\$2,3500	R\$8.460,00
5	Bergamota Poncã, de primeira qualidade, fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	PRÓPRIA	KG	2.100,000	R\$3,4500	R\$7.245,00
7	Goiaba, de primeira qualidade, fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	PRÓPRIA	KG	600,000	R\$4,8500	R\$2.910,00
11	Melancia, fresca, no ponto de maturação, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas	PRÓPRIA	KG	1.500,000	R\$1,9000	R\$2.850,00

	condições de conservação e maturação.					
13	Morango de primeira qualidade, in natura. Deve apresentar as características da variedade bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos e maduros, bem formados, limpos, sadios, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas, doenças e estar perfeito estado de maturação e conservação	PRÓPRIA	KG	750,000	R\$18,9500	R\$14.212,50
15	Uva de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, aspecto globoso, cor vermelha, classificada, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	PRÓPRIA	KG	1.000,000	R\$22,8400	R\$22.840,00
17	Manga rosa de primeira qualidade, unidades integras, frescas e limpas, grau médio de amadurecimento; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	PRÓPRIA	KG	450,000	R\$4,9500	R\$2.227,50
19	Abobrinha tipo italiana, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, grau médio de amadurecimento, isenta de enfermidades e material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	PRÓPRIA	KG	600,000	R\$2,4500	R\$1.470,00
21	Alface de primeira, colhida recentemente, folhas de coloração verde, firmes, limpas, sem manchas de insetos, íntegra, de tamanho médio. Não poderá estar murcha, com folhas amareladas.	PRÓPRIA	UN	1.800,000	R\$3,0500	R\$5.490,00
24	Batata doce: com casca roxa, lavada lisa, de primeira qualidade tamanho médio, uniformes, inteiras, sem ferimentos ou defeitos, firmes, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.	PRÓPRIA	KG	1.050,000	R\$2,2500	R\$2.362,50
26	Batata Salsa / Baroa, lavada, de primeira qualidade tamanho médio, uniformes, inteiras, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.	PRÓPRIA	KG	450,000	R\$10,6500	R\$4.792,50
27	Beterraba sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, pesando o mínimo duzentos gramas a unidade, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	PRÓPRIA	KG	1.600,000	R\$2,3000	R\$3.680,00
33	Couve folha fresca, firme, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, de colheita recente, sem sinais de danos de insetos. Maços em torno de 300 gramas	PRÓPRIA	UN	600,000	R\$2,8500	R\$1.710,00
35	Mandioca, de primeira, raízes grandes no grau normal de evolução no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniformes. Congeladas e sem casca, sem fermento ou defeitos, não fibrosa, livre de terra e corpos estranhos aderente a espécie externa e isenta de umidade. Embalagens: acondicionadas em embalagens com 1 kg de conteúdo útil. Devendo conter etiquetas informando a data da colheita, data do processamento e validades, nome do produtor e localidade.	PRÓPRIA	PAC	180,000	R\$10,3000	R\$1.854,00
36	Moranga in natura. Deve apresentar-se madura, seca, de primeira (boa qualidade), tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	PRÓPRIA	KG	450,000	R\$4,5000	R\$2.025,00
37	Pimentão, de primeira qualidade, verde, limpo, vegetal firme e íntegro, textura e consistência de vegetal fresco; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Produto que não apresentar boas condições para uso será recusado no ato da entrega. Produto que não apresentar boas condições para uso será recusado no ato da entrega.	PRÓPRIA	KG	1.000,000	R\$9,4000	R\$9.400,00
42	Vagem de primeira qualidade, colhida recentemente; unidades frescas e limpas, com cor característica, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	PRÓPRIA	KG	450,000	R\$12,3500	R\$5.557,50
					Total do Participante:	R\$99.086,50
					Total Geral:	R\$99.086,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLAUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLAUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

IRACILDA PAULINA TEDESCO

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2025

Publicação Nº 7251819

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: OUROLIMPE ATACADISTA LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
56	Leite de castanhas, bebida de castanha. Ingredientes: Água, castanha de caju, castanha do Pará. Isento de glúten. Embalagem: intacta longa vida, contendo 01 litro. Fabricação: máximo de 60 dias. Validade: mínimo de 10 meses.	ADES	UN	200,000	R\$27,2000	R\$5.440,00
64	Carne de Frango, tipo filé de peito, de primeira qualidade, congeladas a -12°C, limpa, sem osso isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), inspecionadas pelo ministério da agricultura. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. Acomodadas em caixas de papelão em perfeitas condições estruturais, padronizadas e lacradas.	AURORA OU AVESERRA	KG	2.400,000	R\$20,2000	R\$48.480,00
80	Aveia em flocos finos. Isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas. A embalagem interna deverá ser em pacotes plásticos transparentes, limpos e resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo aproximadamente 165g, acondicionadas em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de	PRO SABOR	UN	300,000	R\$3,6500	R\$1.095,00

	identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas. O produto deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.					
82	Cacau em pó solúvel, sem adição de misturas e açúcar no momento da entrega o produto deverá ter o mínimo 6 meses de validade. Embalagem de 200 gramas.	PRO SABOR	UN	100,000	R\$6,8000	R\$680,00
86	Canjica de milho branco tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais, com no máximo de 15% de umidade - emb. 500g	PRATA OU APTI	PAC	300,000	R\$6,2000	R\$1.860,00
101	Farinha de aveia, embalagem limpa, não violado, resistente, contendo 150g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas. O produto deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PRO SABOR	UN	300,000	R\$4,4000	R\$1.320,00
129	Agnoline com recheio de frango. Fabricado com matérias primas de boa qualidade, isento de matérias terrosas, parasitas, alimentos rançosos, serão rejeitos os produtos que não apresentarem bom cozimento, com características anormais. Embalagem de 1kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária.	PRO SABOR	KG	1.500,000	R\$31,8000	R\$47.700,00
138	Bolacha caseira de fubá. Formato retangular. As bolachas deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitadas bolachas mal cozidas, queimadas. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Ingredientes básicos: ovos, açúcar, farinha de trigo, leite, amido de milho, fubá, sal amoníaco, manteiga, fermento químico. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com até 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Não podendo apresentar excesso de dureza ou quebradiças.	PICININI OU JASMINI	KG	1.500,000	R\$39,9000	R\$59.850,00
139	Bolacha caseira de manteiga. As bolachas deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitadas bolachas mal cozidas, queimadas. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, ADOÇANTE ARTIFICIAL. Ingredientes básicos: ovos, açúcar, farinha de trigo, leite, amido de milho, sal amoníaco, manteiga, banha, fermento químico. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com até 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Não podendo apresentar excesso de dureza ou quebradiças.	PICININI OU JASMINI	KG	300,000	R\$31,9000	R\$9.570,00
148	Pão integral caseiro sem açúcar, tamanho uniforme, bem assado, não embalado quente, embalado em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente. NÃO É PERMITIDO O USO DE ADITIVOS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, SEM CONSERVANTES, SEM MARGARINA, GORDURA TRANS, SEM AÇÚCAR E ADOÇANTE ARTIFICIAL.	VALTRIK	KG	1.200,000	R\$16,8800	R\$20.256,00

Total do Participante: R\$196.251,00

Total Geral: R\$196.251,00

- 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
- 2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, na forma do art. 124, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso
- 3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.
- 5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.
- 5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.
- 5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- 6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.;
- 6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- 6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- 6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

- 6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pelo fornecedor quando:
- 6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- 6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- 6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
- 7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.
- 9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

OUROLIMPE ATACADISTA LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2025

Publicação Nº 7251823

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO CNPJ: 82.939.422/0001-91 Telefone: (49) 3542-1222 Endereço: Rua Nereu Ramos, 204 - Centro CEP: 89613-000 - Erval Velho / SC	Pregão eletrônico 15/2025
	Número Processo: 33/2025 Data do Processo: 24/04/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

No dia 12/05/2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939422000191, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 204, Centro, nesta cidade de PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO/SC, neste ato representado pelo Sr(a) LENITA DADALT FONTANA,

doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 33/2025 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A(s) empresa(s) DETENTORA(S) DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de gêneros alimentícios, destinado aos alunos do Centro de Educação Infantil Irmã Mercedes, Pré-Escola e Escola César Avelino Bragagnolo da Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito no edital do Processo Licitatório descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: MUNARI ATACADISTA LTDA

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
43	Creme de leite UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	TERRA VIVA	UN	300,000	R\$3,1900	R\$957,00
44	Iogurte, sabor morango, coco, abacaxi ou frutas vermelhas, rico em nutrientes, com 900g. Acondicionado em embalagem tipo saco plásticos. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Não serão aceito bebidas lácteas.	AMANHECER	UN	1.500,000	R\$7,0400	R\$10.560,00
46	Leite em pó integral. Composição: leite integral. Embalagem pacote de 500 gramas.	AURORA	KG	400,000	R\$36,9000	R\$14.760,00
47	Creme de leite UHT SEM LACTOSE homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	TIROL	UN	300,000	R\$6,8500	R\$2.055,00
49	Iogurte Natural Integral, obtido de leite pasteurizado, sem adição de polpa de frutas ou saborizantes, sem adição de açúcar, com consistência cremosa ou firme, em embalagem plástica, pesando 160g, com validade	FRIMESA	UN	750,000	R\$4,7300	R\$3.547,50

	máximo de 30 dias, a partir da data de recebimento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção.					
52	logurte DIET, sem adição de açúcar. logurte natural, sabor morango, coco, abacaxi ou frutas vermelhas, rico em nutrientes, sem adição de açúcar na sua composição, somente açúcar proveniente dos próprios componentes, pode ser adoçado com adoçante. Não contém glúten. Embalagem de 180g.	FRIMESA	UN	200,000	R\$9,0000	R\$1.800,00
53	logurte zero lactose com polpa de fruta - iogurte zero lactose com polpa de fruta: pacote de 900 ml - embalagem de polietileno, resistente. Data de fabricação máxima de 15 dias e validade mínima de 30 dias.	AURORA	PAC	200,000	R\$10,0500	R\$2.010,00
54	Leite de vaca em pó sem lactose, sem açúcar. Leite indicado para pessoas que sofrem de intolerância a lactose, permitindo uma alimentação balanceada, com todos os benefícios do leite, sem prejudicar o seu organismo Embalagem de 400g: A embalagem deve conter informações quanto á: quantidade do produto; data de fabricação; prazo de validade; Registro no Órgão competente (SIF); composição nutricional; modo de preparo. Características físicas e de embalagem inalteradas. Ingredientes Leite integral, enzima lactase.	PM	PAC	100,000	R\$25,2500	R\$2.525,00
55	Leite longa vida integral, UHT, sem lactose. Leite integral tetrapak, caixa de 1L, fonte natural de proteínas e cálcio, manter todas as características naturais do leite in-natura, inclusive teor de gordura, acrescido de enzima lactase. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 120 dias podendo ficar armazenado em temperatura ambiente.	PARMALAT	LT	300,000	R\$5,6500	R\$1.695,00
57	Leite de Soja, composto elaborado com grãos de soja não transgênico, 0% lactose e 0% colesterol e fonte de proteínas, cálcio, zinco e vitaminas A, B2, B6, B12, C, D, E e Ácido Fólico, sabor natural, embalagem tetrapack que garanta a integridade do produto e rótulo contendo a composição do produto, em embalagem de 1 litro, cor, cheiro e sabor próprios, conforme legislação vigente. Prazo de validade de 6 meses após a data da entrega	PURITY	UN	200,000	R\$7,3500	R\$1.470,00
58	Manteiga com sal Zero Lactose, embalagem de 200g. Ingredientes: Creme de leite, cloreto de sódio, enzima lactase e corante natural urucum.	LACLELO	UN	150,000	R\$18,5500	R\$2.782,50
59	Manteiga com sal. Embalagens retangulares aluminizadas de 500 g, com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de, no mínimo, 4 meses.	GARCIA	UN	150,000	R\$22,0000	R\$3.300,00
60	Nata, zero lactose. Embalagem em potes de polietileno (pet) de plástico, contendo 200g. Ingredientes: creme de leite pasteurizado, estabilizante: carragena e enzima lactase.	STA CLARA	UN	300,000	R\$13,8500	R\$4.155,00
61	Nata, creme de leite fresco, contendo aproximadamente 45% de gordura, embalagem de 400g.	RIOLAT	UN	750,000	R\$11,7500	R\$8.812,50
62	Queijo tipo mussarela fatiado sem lactose, em embalagens de 150g. Na embalagem deverá constar data de fabricação e validade, deve estar registrado no ministério de agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionado em embalagens de 150 gramas. Deve apresentar odor característico. A embalagem íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo, data de fabricação, data de validade, origem e com registro de inspeção animal (SIF, SIM ou SIE).	LACLELO	PAC	600,000	R\$11,4500	R\$6.870,00
72	Açúcar mascavo - Obtido de cana de açúcar, com aspecto, cor, cheiro próprio, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalado em sacos plásticos íntegros hermeticamente fechados contendo 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega na unidade requisitante.	CAMPONESA	PAC	60,000	R\$12,4500	R\$747,00
73	Açúcar refinado - produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada, com aspecto, cor, cheiro próprio, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalado em sacos plásticos íntegros hermeticamente fechados contendo 05 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência,	DOCESUCAR	PAC	120,000	R\$19,4500	R\$2.334,00

	informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega na unidade requisitante					
75	Amido de milho, produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, vedada com 500g. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	AMAFIL	UN	240,000	R\$2,5500	R\$612,00
79	Arroz integral, tipo 1, embalagem com 1 kg, contendo data de fabricação (na entrega não superior a 30 dias) e data de validade.	SAFRA	PAC	600,000	R\$5,2500	R\$3.150,00
81	Azeite de Oliva extra virgem com acidez máxima de 0,5% (em ácido oleico) - para temperar alimentos; embalagem com 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega	BARREIRAS	UN	80,000	R\$42,1500	R\$3.372,00
90	Chás variados sabor pêssego, abacaxi, frutas vermelhas, frutas cítricas. Em sachês envelopados individualmente. Caixa de 10g com 10 sachês.	GOSTOZZO	UN	240,000	R\$2,7500	R\$660,00
93	Colorífico em pó fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em embalagens de 500g. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	NUTRIOURO	PAC	50,000	R\$4,4000	R\$220,00
97	Geleia de frutas nos sabores uva, figo, morango, abacaxi, pêssego, pêra. Obtida da cocção de frutas inteiras ou em pedaços. Sem adição de açúcar ou adoçantes. Embalagem de 250 a 350g.	FV	UN	100,000	R\$15,9900	R\$1.599,00
98	Geleia 100% fruta sem açúcares e adoçantes. Sabor: frutas vermelhas, ou amora ou damasco com pessego. Embalagem de 290g. Ingredientes: morango, amora, framboesa, ou amora ou damasco com pessego, suco concentrado de maçã e limão, geleificante pectina de fruta e conservador sorbato de potássio. Não contém glúten. Não contém quantidades significativas de proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trans e fibra alimentar. (*) valores diários com base em uma dieta de 2000 kcal ou 8400 kj. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas. Deve possuir data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Acondicionado em embalagem de 290 gramas.	FV	UN	100,000	R\$27,6000	R\$2.760,00
99	Extrato de tomate, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação, sem sal ou açúcar. Acondicionada em latas de 300 gramas, sem estufamentos, sem vazamento, corrosão interna, e outras alterações.	FUGINI	UN	900,000	R\$3,5500	R\$3.195,00
100	Ervilhas em lata, produto preparado com as ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas imersas ou não em líquido de cobertura apropriada submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados, os recipientes utilizados a fim de evitar a sua alteração. Embalagem de 280 gramas	BONARE	UN	600,000	R\$2,8500	R\$1.710,00
102	Farinha de trigo especial 5kg, produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e sãos, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino, cor branca, cheiro e sabor próprio. Enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem com 5 Kg. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	CLARISSIMA	PAC	50,000	R\$14,9500	R\$747,50
103	Farinha de trigo integral. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio. Embalagem de 1 kg	REALTA	PAC	40,000	R\$5,7000	R\$228,00
107	Fermento químico em pó, ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem rotulada com 250g. Validade mínima de 120 dias a contar da data da entrega.	TR	UN	50,000	R\$7,4500	R\$372,50
109	Leite de coco natural integral concentrado isento de sujidades, parasitas, larvas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios. Acondicionado em vidros apropriados com 200 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Prazo de validade de no	BOMCOCO	UN	100,000	R\$6,6500	R\$665,00

	<p>mínimo 6 meses a partir da entrega do produto</p> <p>112 Macarrão com ovos, tipo Parafuso, espaguete, penne, rigatoni Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitas e larvas, não podendo estar fermentadas ou rançosas. A embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Pacote com 500 gramas Validade mínima de 180 dias no momento da entrega</p> <p>113 Macarrão com ovos, para sopa tipo cabelo de anjo. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitas e larvas, não podendo estar fermentadas ou rançosas. A embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Pacote com 500 gramas. Validade mínima de 180 dias no momento da entrega</p> <p>114 Milho verde em conserva, simples, grão inteiros, imersos em água, açúcar e sal, tamanho e coloração uniforme. O produto deverá ter validade mínima de 08 meses. O produto não poderá ter a data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data. Embalagem com 200 gramas de peso drenado</p> <p>125 Essência de baunilha de 30ml. Características: Frasco contendo informações do produto, marca do fabricante, registro no Ministério da Saúde, data da fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.</p> <p>127 Floco de cereais (milho), com sabor natural, SEM AÇÚCAR, fortificado com vitaminas e minerais. Embalagem de 1Kg</p> <p>128 Macarrão de arroz. Massa alimentícia de arroz, sem glúten e sem ovos, tipo espaguete ou parafuso. Ingredientes: farinha de arroz, corantes naturais cúrcuma, urucum e emulsificante E471. Isento de glúten, ovos e conservantes. Embalagem: Pacote atóxico, incolor, transparente, termo soldado, resistente, com capacidade para 500g. Contendo todas as informações segundo a legislação vigente. Ingredientes: farinha de arroz, urucum e água. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses.</p> <p>130 Banha de origem animal (banha de porco) e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. Embalagem de 01kg.</p> <p>131 Suco de uva integral, sem adição de açúcar, sem adição de água, pode ser pasteurizado em embalagem de 1,5 litro contendo data de fabricação, data de validade, procedência, ingredientes. Com registro no órgão competente</p> <p>134 Biscoito de polvilho, sem glúten, sem lactose, sem ovos. Ingredientes: polvilho azedo, gordura, sal. Em embalagem plástica de 100g. NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS OU GORDURA NÃO ESPECIFICADA NA LISTA DE INGREDIENTES.</p> <p>135 Biscoito integral, zero açúcar, para dieta de ingestão controlada de açúcares, tipo Rosquinhas Zero Açúcar, sabor Laranja e Cenoura, alimento integral, fonte de fibras, proteínas e sem adição de açúcares. Ingredientes: Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), milho integral em pó, fibra natural solúvel em pó, maltodextrina, amido, flocos de laranja, flocos de cenoura, alfarroba em pó, edulcorantes naturais maltitol e glicosídeo de esteviol, fermentos fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, emulsificante natural lecitina de soja e aromas. Alérgicos: contém derivado de trigo e de soja. Pode conter aveia, centeio, cevada, avelã, amêndoa, amendoim, castanha -de -caju, castanha - do - pará, macadâmia, noz, pecã, pistache, pinoli e castanhas.Embalagem com informação nutricional, data de validade, selo de qualidade e confiança da Associação Nacional de Assistência ao Diabético. Peso líquido 150g. NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS OU GORDURA NÃO ESPECIFICADA NA LISTA DE INGREDIENTES.</p> <p>136 Biscoito doce sem glúten e sem lactose, sem leite, sem ovos. Pacote de 80 a 100g. Ingredientes: amido modificado, farinha de arroz, maltodextrina, óleo de palma refinado, fécula de mandioca, maçã desidratada em flocos, sal refinado, canela em pó, fermentos químicos (bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio), emulsificante lecitina de soja, aromatizante,</p>	JOIA	UN	450,000	R\$2,6500	R\$1.192,50
		NORDESTE	UN	900,000	R\$4,8000	R\$4.320,00
		BONARE	UN	300,000	R\$3,0000	R\$900,00
		INCAS	UN	150,000	R\$13,2000	R\$1.980,00
		ALCAFODS	UN	1.500,000	R\$17,5000	R\$26.250,00
		URBANO	UN	400,000	R\$5,1000	R\$2.040,00
		PAMPLONA	KG	600,000	R\$13,1500	R\$7.890,00
		AURORA	PAC	900,000	R\$13,5000	R\$12.150,00
		KAROLI	UN	500,000	R\$7,0500	R\$3.525,00
		BIOS	KG	200,000	R\$10,4500	R\$2.090,00
		BIOSO	UN	200,000	R\$15,4500	R\$3.090,00

<p>regulador de acidez ácido láctico e edulcorante artificial sucralose. Sem glúten, sem lactose e proteínas lácteas, sem adição de açúcares, sem conservantes, sem colesterol, livre de gordura trans, não contém aspartame, não contém ciclamato de sódio. Indicações: O produto pode ser consumido por celíacos, diabéticos, intolerantes à lactose, alérgicos às proteínas do leite de vaca (APLV). Produto embalado em pacote, contendo peso líquido de no mínimo 80g até o máximo de 100g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade e quantidade do produto. Validade de no mínimo 12 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal. NÃO PODE CONTER GORDURA TRANS OU GORDURA NÃO ESPECIFICADA NA LISTA DE INGREDIENTES.</p>						
149	Suco de maçã, sem adição de açúcar, sem adição de água, pode ser pasteurizado em embalagem de 1,5 litro contendo data de fabricação, data de validade, procedência, ingredientes. Com registro no órgão competente	CAMPO LARGO	UN	750,000	R\$19,0000	R\$14.250,00
					Total do Participante: R\$169.349,00	
					Total Geral: R\$169.349,00	

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada,na forma do art. 124, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contando a partir da data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.2.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4.Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1.A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.;

5.1.2.O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de

habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega de produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.7. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pelo fornecedor quando:

6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no 6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais e/ou serviços será estabelecido em cada Autorização de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.

9.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Herval D' Oeste, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem justos, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito.

ASSINATURAS**AUTORIDADE COMPETENTE**

AUTORIDADE COMPETENTE

LENITA DADALT FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA DA ATA

MUNARI ATACADISTA LTDA

ASSESSORIA JURÍDICA

CHRISTIAN ANDREI CONTE
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC Nº 67366

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

Publicação Nº 7250892

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025**Código de registro TCE: **F53F4F3635C324ED34DB922C3B1B00ED2692B261****1. PREÂMBULO**

1.1 O **MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO**, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, representada pela sua Prefeita Municipal, Sra. **LENITA DADALT FONTANA TORNA PÚBLICO** que fará realizar **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO** sob a forma **ELETRÔNICA** através da Plataforma do www.portaldecompraspublicas.com.br, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a ser processada e julgada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 As propostas iniciais deverão ser encaminhados, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

PROPOSTAS : até dia 16 de junho de 2025, às 08h00min.**ABERTURA DA SESSÃO: Dia 16 junho de 2025, às 08h10min.****MODO DE DISPUTA: ABERTO****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

1.3 Referências de tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto deste processo licitatório é a **Contratação de Empresa para a Aquisição de livros literários para a Escola Municipal César Avelino Bragagnolo do Município de Erval Velho/SC** nos termos e condições descritos e especificados constantes do anexo II – termo de referência deste edital.

2.2 O objeto é composto pelos seguintes lotes:

LOTE	QUANT	PRODUTO	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	1	BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	A BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO INFANTIL É COMPOSTA POR 319 LIVROS LITERÁRIOS, SELECIONADOS E ADEQUADOS A FAIXA ETÁRIA DO ALUNO. CONFORME ANEXO A.	R\$15.142,26	R\$15.142,26



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2	1	BIBLIOTECA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 3º ANO	A BIBLIOTECA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 3º ANO É COMPOSTA POR 346 LIVROS LITERÁRIOS, SELECIONADOS E ADEQUADOS A FAIXA ETÁRIA DO ALUNO. CONFORME ANEXO B.	R\$14.139,90	R\$14.139,90
3	1	BIBLIOTECA DE ENSINO FUNDAMENTAL 4º E 5º ANO	A BIBLIOTECA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO 4º E 5º ANO É COMPOSTA POR 298 LIVROS LITERÁRIOS, SELECIONADOS E ADEQUADOS A FAIXA ETÁRIA DO ALUNO. CONFORME ANEXO C.	R\$13.129,63	R\$13.129,63
VALOR TOTAL R\$42.411,79					

O **ANEXO A, B e C**, estão descritos no termo de referência anexo deste edital.

2.3 O objeto está fundamentado no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I)** e no **Termo de Referência (ANEXO II)**.

2.4 Valor estimado do objeto: **R\$ 42.411,79 (Quarenta e dois mil quatrocentos e onze reais e setenta e nove centavos)**

2.5 Subcontratação: na execução do contrato é vedada ao contratado a subcontratação do objeto.

2.6 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2.7 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.7.1 O prazo de execução será em conformidade com o estabelecido no **Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I)** e no **Termo de Referência (ANEXO II)**.

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

ÓRGÃO 04.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

27 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – 2.550.0000.0336.00 – SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.2 Os serviços a serem executados estão fundamentadas de acordo com o **Estudo Técnico Preliminar**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

– ETP (ANEXO I) e no Termo de Referência (ANEXO II).

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

4.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

4.2 A impugnação deverá ser enviada **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, em campo próprio da plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

4.3 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

4.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, em campo próprio da plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

4.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

5.2 Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não atendam o disposto no art. 15 da lei 14.133/2021.

5.3 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.4 O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

6.1 Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, por meio do sítio <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

6.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3 Os interessados em se credenciar na plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** poderão obter maiores informações na página <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, podendo sanar eventuais dúvidas pela **central de atendimentos 3003-5455/ 0800 730 5455 da Plataforma**.

6.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Erval Velho/SC responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 O credenciamento junto à plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

6.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.8 A licitação será conduzida pela Pregoeira do Município de Erval Velho/SC, com apoio técnico e operacional da plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6.9 **INCUMBIRÁ À LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZANDO-SE PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELA PREGOEIRA, PELO SISTEMA, OU DE SUA DESCONEXÃO.**

7. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

7.1 As microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela [Lei Complementar nº 123/2006](#), deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

7.1.1 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

7.1.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, **deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.** As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar **certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.**

7.1.3 A condição de **Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.**

7.1.4 A Certidão ou Certificado deverão estar **ATUALIZADOS**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

7.1.5 Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

7.2 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais e houver proposta de microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3 A microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação;

7.4 Não sendo vencedora a microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.6 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8. PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

8.1 Os proponentes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2 O envio da proposta, conforme exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4 Os documentos que compõem a proposta do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal;

II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço.

9.2 O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

9.3 O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

9.4 A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

9.5 Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

9.6 A proposta deverá ser apresentada de acordo com os dispostos abaixo:

9.7 A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que a pregoeira possa facilmente constatar que as especificações no presente pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

9.8 O preço unitário e os preços totais cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

9.9 A identificação da marca e do modelo do objeto ofertado;

9.10 Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o valor unitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

9.11 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.12 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

9.13 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

9.14 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.15 Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.16 A abertura da sessão pública ocorrerá na data e nos horários indicados no preâmbulo deste edital, no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

9.17 Durante a sessão pública, **a comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.**

9.18 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

9.19 Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

9.20 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**:

a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

b) A prorrogação automática será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) Não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

f) Durante o envio de lances, a pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

g) Se ocorrer a desconexão da pregoeira no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.21 No caso de a desconexão da pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

10. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

10.1 Encerrada a etapa de lances, a pregoeira verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

II - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

III - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU

10.2 A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

10.3 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital;

VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

11.1.1 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.1.1.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.1.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.1.3 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.1.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.1.5 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.1.6 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.2 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

12. EMPATE

12.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021).

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

12.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Nos termos art. 5º, do do Decreto federal nº 11.430, de 8 de março de 2023, são ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

Para fins da presente licitação, a comprovação do desenvolvimento de ações de que trata o item 12.2 dar-se-á por meio de declaração expressa do licitante de que desenvolve referidas ações.

12.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.4 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.5 Persistindo o empate, proceder-se-á ao sorteio público.

13. NEGOCIAÇÃO

13.1 Encerrada a etapa de lances da Sessão pública, a pregoeira **PODERÁ** negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

14. HABILITAÇÃO

14.1 Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a **PROPONENTE VENCEDORA** pela Pregoeira no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br no campo diligência para que seja anexada a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 1(UMA) HORA SOB PENA DE INABILITAÇÃO**.

14.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, **no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

14.3 A pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.4 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

14.5 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.6. Em se tratando de licitante microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais, **DESDE QUE CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 7.1.2 E 15.2** do edital havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

14.7. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.8.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.9 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.9.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

14.9.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.9.3 Regularidade perante a Fazenda Federal;

14.9.4 Regularidade perante a Fazenda Estadual;

14.9.5 Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

14.9.6 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.9.7 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

14.9.8 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Erval Velho/SC (essa certidão pode ser emitida através da Internet, pelo site do município (www.ervalvelho.sc.gov.br), no link: "Serviços – Cidadão – CND Online" (**Quando não for possível a emissão da presente certidão nos casos em que a licitante não possui cadastro junto à municipalidade, por exemplo, a pregoeira poderá consultar junto ao setor tributário e, não havendo débitos, habilitar a licitante no tocante ao presente item).**

14.9.9 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

14.10 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

14.10.1 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

14.11 QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.11.1 Apresentação de, no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa forneceu a qualquer tempo livros literários de complexidade similar ou superior à do objeto deste edital.

15. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

15.1 A proponente deverá **DECLARAR** em documento **único (conforme modelo Anexo III)**:

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

15.2 A proponente enquadrada como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** conforme **Anexo IV**, observando também o disposto no subitem 7.1.2 do edital.

15.3 CARTA DE APRESENTAÇÃO em conformidade com o modelo do **Anexo V** deste Edital.

15.4 Nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16. RECURSOS

16.1 Cabe recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

I - Julgamento das propostas;

II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - Anulação ou revogação da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

16.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, **DE FORMA IMEDIATA**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de **10(DEZ) MINUTOS para fase de PROPOSTAS E 30 (TRINTA) MINUTOS para a fase de HABILITAÇÃO**.

16.3 A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

16.4 Diante da manifestação da intenção de recurso a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.5 Recebida a intenção de interpor recurso pela Pregoeira, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.6 As razões e contrarrazões serão recebidas **EXCLUSIVAMENTE** por meio de campo próprio no Sistema.

16.7 Caberá a Pregoeira receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade superior a Pregoeira, com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.10 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

17.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.5 A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

18. CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1 REGRAS GERAIS

18.1.1 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

18.1.2 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

18.1.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.1.2.2 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.1.2.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

18.1.2.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.1.2.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

18.1.2.6 É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.3 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

18.1.3.1 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

18.1.3.2 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

18.1.4 Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1 O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.2 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.5 O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

18.1.6 No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

18.1.7. Obrigações do CONTRATADO

18.1.7.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.1.7.2 Executar o objeto deste edital em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações deste Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

18.1.7.3 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos produtos fornecidos, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

18.1.7.4 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

18.1.7.5 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

18.1.8 Obrigações do CONTRATANTE

18.1.8.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.1.8.2 Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

18.1.8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato.

18.1.9 EXTINÇÃO CONTRATUAL:

18.1.10 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

g) Atraso na liberação das áreas sujeito a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.10.1 As hipóteses de extinção a que se referem os incisos b, c e d observarão as seguintes disposições:

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.10.2 O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal e entrega à Administração, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.10.3 A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrita da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

18.1.10.3.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.1.10.3.2 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.10.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - V) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.1.10.4.1 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.1.10.4.2 Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

18.1.10.5 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

19.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do edital, documento de formalização da demanda, termo de referência e estudo técnico preliminar.

19.3 Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

19.4 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade do objeto/serviço/bem, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

20. PAGAMENTO

20.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br

20.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

20.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

20.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

20.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

21. PENALIDADES

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

21.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I – Advertência;

II - Multa de 10%;

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta.

21.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4 Para aplicação das sanções:

I – do inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II – do incisos III e IV do item 21.1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 21.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal;
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

- I) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
- II) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.

21.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

21.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

21.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

21.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

21.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, exigidos, cumulativamente.

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.12.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

22.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio da servidora do Município: Assessora Técnico Pedagógico - **Amanda Ferrari Dorini**, a qual realizará a conferência do recebimento do objeto.

22.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

22.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

22.1.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

22.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

22.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

22.2.1 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 É facultado a pregoeira ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.2 Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

23.3 Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Erval Velho, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

23.4 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

II Página do Município <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/>

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM; <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>

IV - Plataforma <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

23.5 São anexos deste edital:

I) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

II) Termo de Referência – TR.

III) Modelo de Declaração ÚNICA.

IV) Modelo Declaração LC 123/2006.

V) Modelo Carta de Apresentação

VI) Minuta de Contrato Administrativo.

23.6 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Herval D'Oeste SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Erval Velho/SC, 23 de maio de 2025.

Lenita Dadalt Fontana

Prefeita Municipal de Erval Velho/SC.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO I**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/> e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO II**TERMO DE REFERÊNCIA**

O **TERMO DE REFERÊNCIA** poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/> e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025****ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA**

(Razão Social) _____, inscrita no
CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço
_____, na cidade de _____, por seu
representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve,
DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo
em referência, QUE:

- a)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d)** Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e)** Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f)** Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g)** Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h)** Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- i)** DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

j) Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO IV**APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006****MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declaro, sob as penas da lei, não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

Declaro ainda que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025****ANEXO V****MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Através da presente, indicamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, telefone (____) _____, e-mail _____, residente e domiciliado na _____, bairro _____, no Município de _____, _____, a participar do Processo de Licitação nº ____/2025 instaurado pelo Município de Erval Velho - SC, na modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2025, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como, para assinatura do respectivo TERMO DE CONTRATO, caso a empresa seja vencedora neste processo.

Em caso de ser declarada como vencedora deste certame os pagamentos devidos deverão ser realizados na conta corrente nº _____, agência _____, Banco _____ de titularidade da empresa acima identificada.

_____, em ____ de _____ 20__.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Licitante

Observações:

1º. Caso o indicado seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar expresso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2º. Caso o indicado seja **preposto** da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025****ANEXO VI****MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025**

O **MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC**, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, CNPJ nº 82.939.422/0001-91, doravante denominado simplesmente como **MUNICÍPIO**, neste ato devidamente representado pela Senhor(a) Prefeito(a) Municipal xxxxxxxxxxxx, e de outro lado, a empresa -----, inscrita no CNPJ nº, com sede na, telefone e e-mail, neste ato devidamente representada pelo senhor(a), portador(a) do RG nº e CPF nº, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **Processo Licitatório nº xxx/2025, PREGÃO nº xxx/2025**, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 O objeto deste termo de contrato é a **contratação de empresa para a aquisição de livros literários para a Escola Municipal César Avelino Bragagnolo do Município de Erval Velho/SC**, nos termos e condições descritos e especificados constantes do anexo II – termo de referência anexo ao edital de **Processo Licitatório nº xxx/2025, PREGÃO nº xxx/2025**.

1.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.3.1 A contratada deverá prestar os serviços de acordo com o termo de referência.

1.4 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.5 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)**2.1 O valor**

2.1.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

2.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

2.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

2.6 Os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

2.7 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do bem/produto/serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice INPC.

2.8 As despesas decorrentes deste Termo de Contrato, ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município, do seguinte programa:

ÓRGÃO 04.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

27 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – 2.569.0000.0000.00 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE

2.9 O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO(A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

2.10 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

2.11 A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no **EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.12 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.13 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.14 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.15 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.17 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

2.18 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

2.19 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

2.20 Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.21 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC, no caso de prorrogação, desde que transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.22 Obrigações da CONTRATADA:

2.22.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.22.2 Executar os serviços em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

2.22.3 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos serviços prestados, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

2.22.4 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

2.22.5 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Obrigações do CONTRATANTE:

2.23 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.24 Permitir o acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

2.25 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato;

2.26 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio da servidora do Município: Assessora Técnico Pedagógico - **Amanda Ferrari Dorini**, a qual realizará a conferência do recebimento do objeto.

4.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

4.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

5.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

5.4 A extinção do contrato poderá ser:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.4.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

5.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

5.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

5.7 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

5.8 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5.9 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

6. É declarado competente o foro da Comarca de Herval D'Oeste para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA SETIMA: PUBLICAÇÃO

7.1 Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.

7.2 Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município;

II - Página do Município de Erval Velho/SC;

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;

IV - Plataforma: Portal de Compras Públicas.

Erval Velho, xxxx de xxxx de 2025.

Prefeito do Município de Erval Velho/SC

CONTRATANTE

Empresa

CONTRATADO

1ª Testemunha Nome:

2ª Testemunha Nome:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025

Publicação Nº 7251160

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025

Código de registro TCE: 2438BA8E77D96EFBA91E1DDC42FFC030D7091A6B

O **MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC**, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, CNPJ nº 82.939.422/0001-91, doravante denominado simplesmente como **MUNICÍPIO**, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal Senhora **LENITA DADALT FONTANA**, e de outro lado, a empresa **RGV ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.100.173/0001-14, com sede na Rua Minas Gerais, nº 166, Bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba/SC, telefone 49 999014687 e e-mail guilhermevier@gmail.com, neste ato devidamente representada pelo senhor **RICARDO GUILHERME VIER**, inscrito no CPF nº 063.388.769-23, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **Processo Licitatório nº044/2025, DISPENSA nº 015/2025**, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

O objeto deste processo licitatório é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	Elaboração de Projeto de Rede de Distribuição de Energia Elétrica, incluindo Planta de implantação de média e baixa tensão; Planta de implementação da iluminação da pista de rolamento; Memorial técnico descritivo e de cálculo elétrico; Relação dos materiais e mão de obra; e Anotações de responsabilidade técnica de projeto.	UN	1	R\$ 5.750,00	R\$ 5.750,00
TOTAL GERAL					R\$ 5.750,00

1.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.2.1 A contratada deverá atender às especificações do Termo de Referência.

1.2.2 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Solicitação de Fornecimento do serviço.

1.1.3 A execução dos serviços ocorrerá na sede da **CONTRATADA**, sendo que a entrega, após finalização do projeto, deverá ocorrer no Departamento de Engenharia do Município de Erval Velho, localizado na Prefeitura Municipal, Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, nesta cidade.

1.3. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.4. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

2.1 O Município de Erval Velho pagará a contratada o valor total estimado de **R\$5.750,00** (Cinco mil e setecentos e cinquenta reais).

2.1.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br.

2.2. O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 10 (dez) dias.

2.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

2.4. Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.5. O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

2.6. Os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.7 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do bem/produto/serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice INPC.

2.8. As despesas decorrentes deste Termo de Contrato, ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município, do seguinte programa:

ÓRGÃO: 10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

1.017 - APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL

95 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.0000.0100.00 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

2.9. A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no **EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO E NO TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.10. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.11. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.12. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.13. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.15. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

2.16. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.17. Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.18 Obrigações da CONTRATADA:

2.18.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.19 Executar os serviços em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

2.20 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos serviços prestados, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

2.21 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

2.22 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Obrigações do CONTRATANTE:

2.23. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.24 Permitir o acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

2.25 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato;

2.26 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

CLÁUSULA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio do servidor do Município: **Guilherme Clemer Teles**, o qual realizará a conferência do recebimento do serviço.

4.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

4.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**.

CLÁUSULA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- h) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

5.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

5.4 A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

5.4.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

5.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

5.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

5.7 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

5.8 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5.9 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

6.1 É declarado competente o foro da Comarca de Herval D'Oeste para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA SETIMA: PUBLICAÇÃO

7.1 Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

7.2 Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município;

II - Página do Município de Erval Velho/SC;

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;

Erval Velho, 14 de maio de 2025.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Ricardo Guilherme Vier
RGV ENGENHARIA LTDA

Testemunhas:

Nome: Pedro Osmar Pratto
CPF: 141.703.539-00

Nome: Murilo Ferreira Piovesan
CPF: 091.912.509-35

Visto Assessor Jurídico da Unidade Gestora
Christian Andrei Conte
OAB/SC 67.366

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025

Publicação Nº 7251196

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025Código de registro TCE: **EE1CB6505D8635A59B12932FB9DBF48EB202841A**

O **MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC**, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, CNPJ nº 82.939.422/0001-91, doravante denominado simplesmente como **MUNICÍPIO**, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal Senhora **LENITA DADALT FONTANA**, e de outro lado, a empresa **COLOMBO ACRILICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.409.052/0001-04, com sede na Rua Elizario de Carli, nº 130, Bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba/SC, telefone 49 3522-2828 e e-mail placril@placril.com.br, neste ato devidamente representada pelo senhor **DIEGO COLOMBO**, inscrito no CPF nº 052.500.339-89, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **Processo Licitatório nº045/2025, DISPENSA nº 016/2025**, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

O objeto deste processo licitatório é a **AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA A PREMIAÇÃO DO EVENTO “8º FESTIVAL CANTO NOVO” REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	Troféu em acrílico + engrossamento + acrílico espelhado de 450x200mm, e espessura de 8,0+4,0mm.	UN	04	R\$ 270,00	R\$ 1.080,00
02	Troféu em acrílico + engrossamento + acrílico espelhado de 400x170mm, e espessura de 8,0+4,0mm.	UN	04	R\$ 200,00	R\$ 800,00
03	Troféu em acrílico + engrossamento + acrílico espelhado de 360x165mm, e espessura de 8,0+4,0mm.	UN	04	R\$ 170,00	R\$ 680,00
04	Troféu em acrílico impressão UV de 150x70mm, e espessura de 3,0mm.	UN	65	R\$ 35,00	R\$ 2.275,00
05	Placa em PVC Adesivada de 800x420mm, e espessura de 3,0mm.	UN	01	R\$ 130,00	R\$ 130,00
TOTAL GERAL					R\$ 4.965,00

1.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.2.1 A contratada deverá atender às especificações do Termo de Referência.

1.2.2 Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento, na sede do Departamento de Cultura, localizado na Rua Emilio Jacob Hack, sem número, Centro, anexa à Escola Básica Municipal Cesar Avelino Bragagnolo, nesta cidade de Erval Velho/SC, CEP 89.613-000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

1.3. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.4. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

2.1 O Município de Erval Velho pagará a contratada o valor total estimado de **R\$4.965,00** (Quatro mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

2.1.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br.

2.2. O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

2.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

2.4. Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.5. O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

2.6. Os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.7 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do bem/produto/serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice INPC.

2.8. As despesas decorrentes deste Termo de Contrato, ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município, do seguinte programa:

Órgão: 4.002 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DEPARTAMENTO DE CULTURA

2.047 – MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS

44 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.0000.0100.00 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

2.9. A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no **EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO E NO TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.10. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.11. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.12. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.13. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.15. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.16. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

2.17. Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.18 Obrigações da CONTRATADA:

2.18.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.19 Executar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

2.20 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos serviços prestados, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

2.21 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

2.22 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Obrigações do CONTRATANTE:

2.23. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.24 Permitir o acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

2.25 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.26 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio do servidor do Município: **Gelson Camilo Dalmedico**, o qual realizará a conferência do recebimento do objeto.

4.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

4.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**.

CLÁUSULA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- h) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

5.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte da Administração, de compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

5.4 A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.4.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

5.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

5.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

c) Execução da garantia contratual para:

I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

5.7 A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

5.8 Na hipótese da letra "b", o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5.9 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

6.1 É declarado competente o foro da Comarca de Herval D'Oeste para dirimir qualquer questão contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

CLÁUSULA SETIMA: PUBLICAÇÃO

7.1 Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.

7.2 Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município;
- II - Página do Município de Erval Velho/SC;
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;

Erval Velho, 14 de maio de 2025.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Diego Colombo
COLOMBO ACRILICOS LTDA

Testemunhas:

Nome: Pedro Osmar Pratto
CPF: 141.703.539-00

Nome: Murilo Ferreira Piovesan
CPF: 091.912.509-35

Visto Assessor Jurídico da Unidade Gestora
Christian Andrei Conte
OAB/SC 67.366

Formosa do Sul

PREFEITURA

APOSTILAMENTO N.º 01/2025 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2025

Publicação Nº 7250778

APOSTILAMENTO N.º 01/2025
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2025

Processo n.º 17/2025
Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços n.º 03/2025
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, VISANDO O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC.
O preço registrado para os itens abaixo especificado, vencidos pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA - EPP, passam a vigorar nos termos da Cláusula Primeira, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado na cláusula quinta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para os itens 1 e 2, vencidos pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA - EPP, registrado nas Ata de Registro de Preços em referência.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS
Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	DIESEL COMUM S500	R\$ 6,73	R\$ 6,53
2	DIESEL S10	R\$ 6,79	R\$ 6,59

Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	DIESEL COMUM S500	R\$ 6,73	R\$ 6,53
2	DIESEL S10	R\$ 6,79	R\$ 6,59

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul, 23 de Maio de 2025.
DOVALDO PALMORIO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º 6707, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253142

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 6707, DE 23 DE MAIO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DOVALDO PALMORIO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Incisos II e XXV da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:
Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Formosa do Sul, com o fim de promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável; identificar os desafios do envelhecimento plural no País, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa; e propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação Inter federativa.
Art. 2º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Formosa do Sul realizar-se-á no dia 28 de maio de 2025, no Centro de Convivência de Idosos, sito a Avenida Getúlio Vargas, nº 729, Centro.
Art. 3º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Formosa do Sul terá como tema "Envelhecimento multi-cultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação" e os seguintes eixos:

EIXO 1: Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais.
EIXO 2: Fortalecimento de Políticas para a Proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.
EIXO 3: Proteção e enfrentamento a todas as formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

EIXO 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

EIXO 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como políticas do Estado Brasileiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da 1ª Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 23 de maio de 2025.

DOVALDO PALMORIO

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025

Publicação Nº 7252907

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS NO ANO DE 2025.

CONTRATADO: GJM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)

VALOR: R\$ 21.279,00 (vinte e um mil e duzentos e setenta e nove reais).

Vigência: Início: 23/05/2025 Término: 07/04/2026

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 12/2025

PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO Nº: 02/2025

Formosa do Sul-SC, 23 de Maio de 2025.

DOVALDO PALMORIO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2025

Publicação Nº 7250758

EXTRATO CONTRATUAL Nº 42/2025

OBJETO: RATEAR AS DESPESAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA LICENCIAMENTO AMBIENTAIS, TRANSFERINDO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE - CIDEMA O EXERCÍCIO PARCIAL DAS COMPETÊNCIAS DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº. 11.107/05.

CONTRATADO: CONS. INTERM. DE DESENV. ECON. SOCIAL E MEIO AMB.

VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência: Início: 23/05/2025 Término: 31/12/2025

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 50/2024

Dispensa de Licitação Nº.: 16/2025

Formosa Do Sul, 23 de Maio de 2025

DOVALDO PALMORIO

PREFEITO MUNICIPAL

Código TCE:

TERMO ADITIVO N.º 01/2025 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025, FIRMADO EM 07/04/2025

Publicação Nº 7253235

TERMO ADITIVO N.º 01/2025 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025, FIRMADO EM 07/04/2025.

O MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 580 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DOVALDO PALMORIO, doravante denominada simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, a empresa IRMAOS CELLA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.311.316/0001-21, com sede na Rodovia SC157, Km 40, nº 72, Sala, Centro, na cidade de Formosa do Sul/SC, representada por seu representante legal, Senhor LEONARDO DOMINGOS CELLA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 12/2025 / Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 02/2025, homologado em 07 de Abril de 2025, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 14.133/2021, ao Edital antes citado e à Proposta Comercial, celebram a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão do lote 03 (três) a ata de registro de preços, sendo em virtude de que a empresa WPPT CONFECÇÕES LTDA ME não conseguiria entregar os itens licitados dentro do prazo estabelecido no edital em questão. Fato este, que a empresa foi desclassificada, passando o lote para o próximo colocado, tal qual vossa empresa ficou classificada como segunda colocada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM

2.1 Fica incluso a ata originalmente firmada os itens do lote 03 (três) a seguir, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Un.	Vlr Unitário	Vlr. Total
1	TROFÉU COM 94 CM COM BASE COM 19X21CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 20 CM	VITORIA	15,000	UN	218,05	3.270,75
2	TROFÉU COM 89 CM COM BASE COM 17X19CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 20 CM	VITORIA	15,000	UN	192,48	2.887,20
3	TROFÉU COM 75 CM COM BASE COM 15X17CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 20 CM	VITORIA	15,000	UN	134,73	2.020,95
4	TROFÉU COM 65 CM COM BASE COM 15X17CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 18 CM	VITORIA	15,000	UN	108,27	1.624,05
5	TROFÉU COM 57 CM COM BASE COM 14X16CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 18CM	VITORIA	15,000	UN	80,00	1.200,00
6	TROFÉU COM 46 CM COM BASE COM 13X15 CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 18CM	VITORIA	15,000	UN	43,24	648,60
7	TROFÉU COM 53 CM COM BASE COM 14X15 CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 14CM	VITORIA	15,000	UN	53,53	802,95
8	TROFÉU COM 47 CM COM BASE COM 12X13 CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 14 CM	VITORIA	15,000	UN	42,82	642,30
9	TROFÉU COM 40 CM COM BASE COM 12X12 CM DE LARGURA EM POLÍ-MERO NA COR DOURADA, VERDE E VERMELHO, ACABAMENTO ACETI-NADO E TEXTURIZADO, COM PLAQUETAS ADESIVAS E COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL TAMANHO DE 14 CM	VITORIA	40,000	UN	54,13	2.165,20
10	MEDALHAS FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAC COM TAMANHO DE 55 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 30 MM DE DIÂMETRO, COM ADESIVO E INSCRIÇÃO COM DESENHO DE RELEVO, METALIZADA COM SUPORTE PARA FITA, FITA EM CETIM DE 2,5 CM DE VARIAS CORES	VITORIA	1.400,000	UN	4,52	6.328,00
11	MEDALHAS FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAC COM TAMANHO DE 45 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 25 MM DE DIÂMETRO, COM ADESIVO E INSCRIÇÃO COM DESENHO DE RELEVO, METALIZADA COM SUPORTE PARA FITA, FITA EM CETIM DE 2,5 CM DE VARIAS CORES	VITORIA	1.000,000	UN	2,41	2.410,00
Total:						24.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas da ata de registro de preços n.º 09/2025, que não se contrapõem, permanecem inalteradas e válidas. E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, em 23 de Maio de 2025.

DOVALDO PALMORIO
PREFEITO MUNICIPAL

LEONARDO DOMINGOS CELLA
REPRESENTANTE LEGAL

GENIR CHEMIN
ADVOGADO - OAB/SC 42290

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 074/2022

Publicação Nº 7251571

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A4CD13A1B68840E1F2CB3A73C6DABF7BD23F3AFB

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2022

PMG

PROCESSO Nº: 124/2022; MODALIDADE: DL009/2022; LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; LOCADORA: ROSANE LEHMKUHL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA; CNPJ Nº: 53.076.267/0001-29; OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 06 (seis) meses, que vigorará a partir de 01/06/2025 até 30/11/2025, conforme solicitação através do Ofício SMAP nº 093/2025, da Secretaria de Agricultura e Pesca; DATA DA ASSINATURA: 20/05/2025. FISCAL DO CONTRATO: Luiz Fernando de Souza – Matrícula nº 8847.

PORTARIA Nº. 2247/2025

Publicação Nº 7251533

PORTARIA N.º 2247, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, com fundamento no art. 17 e nos arts. 20 e 28, §2º, da Lei Complementar n.º 1000, de 6 de dezembro de 2005 e na Lei Complementar nº 2.384, de 28 de dezembro de 2021, o (a) candidato (a) DEBORA LETICIA HEIDERSCHIEDT, CPF n.º ***.***.209-80, aprovado (a) e classificado como 37º colocado no Concurso Público 001/2022, homologado em 03 de maio de 2023, para exercer em caráter efetivo o cargo em carreira de Professor 20 HORAS, Nível I, Grau 1, do Grupo Operacional de Docência – GOD, Subgrupo GOD III, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CEI OTHÍLIA MARIA TEIXEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada pela Lei Complementar n.º 2384/2021, com atribuições de: Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2025.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/05/2025, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2248/2025

Publicação Nº 7251535

PORTARIA N.º 2248, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, com fundamento no art. 17 e nos arts. 20 e 28, §2º, da Lei Complementar n.º 1000, de 6 de dezembro de 2005 e na Lei Complementar nº 2.384, de 28 de dezembro de 2021, o (a) candidato (a) JAQUELYNE LUIZ PEREIRA, CPF n.º ***,***.749-48, aprovado (a) e classificado como 38º colocado no Concurso Público 001/2022, homologado em 03 de maio de 2023, para exercer em caráter efetivo o cargo em carreira de Professor 20 HORAS, Nível I, Grau 1, do Grupo Operacional de Docência – GOD, Subgrupo GOD III, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CEI OTHÍLIA MARIA TEIXEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada pela Lei Complementar n.º 2384/2021, com atribuições de: Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2025.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/05/2025, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2249/2025

Publicação Nº 7251536

PORTARIA N. 2249, DE 23 DE MAIO DE 2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. AUTORIZA A CONTRATAÇÃO, nos termos do art. 212, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do (a) candidato (a) THAYSSA TORRES DE OLIVEIRA, aprovado (a) e classificado (a) como 21º colocado (a) no Processo Seletivo nº. 001/2024, homologado em 03 de janeiro de 2025, para exercer em caráter temporário e excepcional a função de Médico Emergencista.

Art. 2º. O (A) candidato (a) que concluir o processo de admissão desempenhará em caráter temporário as funções do cargo indicado no artigo antecedente, criado através da Lei n.º 2383/2021, com suas correspondentes atribuições.

Art. 3º. A assinatura do contrato de trabalho e o início do exercício na função terão lugar no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, mediante aplicação, por analogia, do disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2025.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/05/2025, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2250/2025

Publicação Nº 7251537

PORTARIA N. 2250, DE 23 DE MAIO DE 2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. AUTORIZA A CONTRATAÇÃO, nos termos do art. 212, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do (a) candidato (a) FABIULA CONCEIÇÃO DE BONA, aprovado (a) e classificado (a) como 28º colocado (a) no Processo Seletivo nº. 001/2024, homologado em 03 de janeiro de 2025, para exercer em caráter temporário e excepcional a função de Recepcionista .

Art. 2º. O (A) candidato (a) que concluir o processo de admissão desempenhará em caráter temporário as funções do cargo indicado no artigo antecedente, criado através da Lei n.º 2383/2021, com suas correspondentes atribuições.

Art. 3º. A assinatura do contrato de trabalho e o início do exercício na função terão lugar no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, mediante aplicação, por analogia, do disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2025.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/05/2025, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2251/2025

Publicação Nº 7251538

PORTARIA N. 2251, DE 23 DE MAIO DE 2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. AUTORIZA A CONTRATAÇÃO, nos termos do art. 212, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do (a) candidato (a) SONIA CAPELETTI DE BARROS, aprovado (a) e classificado (a) como 16º colocado (a) no Processo Seletivo nº. 001/2024, homologado em 03 de janeiro de 2025, para exercer em caráter temporário e excepcional a função de Psicólogo .

Art. 2º. O (A) candidato (a) que concluir o processo de admissão desempenhará em caráter temporário as funções do cargo indicado no artigo antecedente, criado através da Lei n.º 2383/2021, com suas correspondentes atribuições.

Art. 3º. A assinatura do contrato de trabalho e o início do exercício na função terão lugar no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, mediante aplicação, por analogia, do disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2025.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/05/2025, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 02/2025 - CONTRATO P.M.G Nº 001/2025 - EXCLUSIVE SISTEMAS LTDA

Publicação Nº 7252597

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E251880D2CE1FF97C4EA510C35B9A9776E720A2C

EXTRATO DE ADITIVO Nº 002/2024
Contrato nº 001/2025 – Aditivo 02/2025 – Prazo
Processo Dispensa PMG nº 108/2024
Contratado: EXCLUSIVE SISTEMAS LTDA
CNPJ: 26.462.786/0001-52
Contratante: Município de Garuva/Prefeitura de Garuva

Objeto: Elaboração de Projeto executivo de Engenharia de Sistema de Monitoramento por Câmeras em Área Públicas, conforme Termo de Referência, para cumprir com a Transferência Especial Proposta nº. 09032024-072775

Prazo do aditivo: 90 (noventa) dias - 05/05/2025 a 03/08/2025
Prazo total do Contrato: 195 (Cento e noventa e cinco) dias - 21/01/2025 a 03/08/2025

Data de Assinatura: 04/05/2025
Plotino de Bitencourt
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG 024/2025

Publicação Nº 7252489

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D7F4F1EC7E6A8E71D4C8F4C5C1D115865FD0EDF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO PMG Nº 024/2025
MODALIDADE: Concorrência Presencial - Processo PMG nº 044/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Kaiva Engenharia Ltda
CNPJ: 42.359.632/0001-96

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa das obras de Reforma da Sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, situado na Rua Padre José Novack, 1047 - Centro, Garuva - SC, 89248-000.

VALOR: R\$ 264.000,00 (Duzentos e Sessenta e Quatro Mil Reais)).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias corridos, após a assinatura do Contrato.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias corridos, após emissão e recebimento da Ordem de Serviço.

DATA DE ASSINATURA: 21/05/2025
PLOTINO DE BITENCOURT
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG 025/2025

Publicação Nº 7252125

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9F614527CA2E51BB29C7FC84FC08309142462C4B

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO PMG Nº 025/2025
MODALIDADE: Pregão eletrônico – Processo Administrativo PMG nº 003/2025 – Processo de Licitação PMG 045/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADA: VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 08.176.258/0001-55
OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE UMA MAQUINA PÁ CARREGADEIRA, EQUIPAMENTO NOVO, ZERO HORA, ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO EM CURSO OU POSTERIOR, MOTOR A DIESEL, TIPO DE RODAGEM: COM PNEUS; COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1,8

M³, CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO; POTENCIA MININA 115HP, PESO BRUTO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10.000KG, TANQUE DE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 LITROS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO.; ITENS DE SEGURANÇA PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

VALOR: R\$ 329.000.00 (trezentos e vinte e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, após a assinatura do Contrato.

DATA DE ASSINATURA: 23/05/2025

PLOTINO DE BITENCOURT

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 08/2025 - CMDPI

Publicação Nº 7251014

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 08/2025	Garuva (SC), 23 de maio de 2025

Dispõe sobre a avaliação final e término dos Termos de Fomento nº 01/2024 e nº 02/2024, referente ao Programa Ação para Melhor Idade.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), órgão colegiado, deliberativo, controlador e fiscalizador da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Garuva-SC, em Reunião Ordinária do CMDPI, realizada no dia 14 de maio de 2025 e no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 1.334/2007, que institui este respectivo Conselho Municipal e;

Considerando a Lei Federal 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa que preceitua sobre a formulação e execução de políticas públicas específicas a promoção e proteção à pessoa idosa;

Considerando a Lei Municipal 2.381/2022, que dispõe sobre o Programa Ação para a Melhor Idade;

Considerando a Lei Municipal 2.445/2022.

RESOLVE:

Art. 1º – MANIFESTAR regularidade ao cumprimento dos Planos de Trabalho e término dos Termos de Fomento nº 01/2024 e nº 02/2024, acerca do Programa Ação para a Melhor Idade, prestado pelas entidades:

I – Entidade “Associação dos Idosos de Garuva”;

II – Entidade “Associação Comunitária Lírio Amarelo”.

Art. 2º. A publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), desta Resolução Deliberativa, dá publicidade legal às decisões do CMDPI, iniciando a contagem dos prazos de eventuais recursos ao dia subsequente ao da publicação.

Regina Hoffmann

Presidente do CMDPI

Gaspar

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS Nº 002/2024

Publicação Nº 7251551

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS nº 002/2024. Ao dia 9 de dezembro de 2024, no Auditório da SEMED - Edifício Edson Wieser, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC. Estavam presentes: Luiza Lemos Eggert, representante titular pela Cultura; Luciane Martins Bailer, representante suplente pela Cultura; Mário Sérgio Crespi, representante titular pela Educação; Lúcia Kistner, representante titular pela Biblioteca Pública; Cibele Bohn, representante titular pela Setorial de Música; Neida Beduschi Silveira, representante titular pela Setorial de Livro, Leitura e Literatura; Maraísa Medeiros, representante titular pela Setorial de Patrimônio Material e Imaterial e Audiovisual; Bruno Benassi Barbosa, representante suplente pela Setorial de Música; Bárbara Bernardo, representante suplente pela Setorial de Artes Visuais, Artesanato e Arte Popular; Diones Rafael Silva, representante titular pela Setorial de Artes Cênicas e Dança; Juliana Scharf Feltrin, representante suplente pela Setorial de Artes Cênicas e Dança; Declarando aberta a reunião, o presidente agradeceu a presença dos conselheiros e deu as boas vindas. Ato contínuo deu início à pauta do dia: 1) Edital saldo remanescente Lei Paulo Gustavo: A Diretora da Cultura, Luiza Eggert informou que o edital do saldo remanescente será publicado no dia seguinte com um cronograma preparado para não haver devolução de saldo para o MINC. O conselheiro Mário questiona se está alinhado com os responsáveis na prefeitura, a diretora repassa que tudo foi esclarecido com a Secretaria da Fazenda e os mesmos estão de prontidão para realizar os trâmites necessários. Conselho aprova por unanimidade o edital e o cronograma. 2) Editais da PNAB: Dando continuidade, Luiza explica as divisões de valores e de modelos dos editais conforme definido em reunião anterior. Repassado também o novo cronograma. Os conselheiros tem muitas dúvidas sobre a definição de Ponto de Cultura. A conselheira Luciane repassou informações a cerca de seu entendimento da lei e dos editais e quem pode se inscrever. A conselheira comunicou que no site do MINC tem as informações para cadastro e quem pode fazer essa solicitação. Ao fazer a leitura dos editais de fomento o conselheiro Diones teve uma dúvida que será levada a diante para esclarecimentos, sua dúvida é se o artista se cadastrar pelo MEI quantas pessoas podem participar do projeto. Foi sugerido coletivamente um encontro entre produtores culturais e artistas/proponentes, este encontro será estruturado para facilitar a escrita e a prática dos projetos na cidade.O conselho fica responsável por esta organização. 3) Patrimônio Cultural Imaterial Igreja São Pedro Apóstolo: Conforme aprovado em reunião anterior, o serviço de Patrimônio histórico, Cultural e Natural de Gaspar fez um parecer positivo referente a Indicação 230/2024 do vereador Francisco Hostins Júnior. O mesmo foi publicado no Diário Oficial Municipal em 12/11/2024, não teve contestações e foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Políticas Públicas Culturais. 4) Assuntos Gerais: A Conselheira Cibelle questionou sobre o PIC e seu andamento e o departamento de cultura fica responsável de repassar como está essa situação estadual. Encerradas as deliberações convencionais, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião às 19h20min, do que, para constar, foi lavrada a presente ata que será assinada pelos conselheiros presentes.

Luiza Eggert

Mário Sérgio Crespi

Lúcia Kistner

Luciane Martins Bailer

Cibele Bohn

Neida Beduschi Silveira

Maraísa Medeiros

Bruno Benassi Barbosa

Bárbara Bernardo

Diones Rafael Silva

Juliana Scharf Feltrin

ERRATA À PORTARIA RH Nº 187/2025

Publicação Nº 7252462

ERRATA À PORTARIA RH Nº 187/2025, QUE TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025, RETIFICA a publicação da Portaria RH Nº 187/2025, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 4837, de 16 de maio de 2025, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 1º:
"em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada"

LUCIANA JANETE DIAS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
---------------------	------------------------------

Leia-se:
"em virtude de solicitação de reposicionamento para o final da lista de aprovados"

Gaspar, 20 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

ERRATA À PORTARIA RH Nº 203/2025

Publicação Nº 7252493

ERRATA À PORTARIA RH Nº 203/2025, QUE TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RETIFICA a publicação da Portaria RH Nº 203/2025, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 4837, de 16 de maio de 2025, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 1º:
"em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada"

FERNANDA DOS SANTOS ROCHA	PSICÓLOGO (A)
---------------------------	---------------

Leia-se:
"em virtude de solicitação de reposicionamento para o final da lista de aprovados"

FERNANDA DOS SANTOS ROCHA	PSICÓLOGO (A)
---------------------------	---------------

Gaspar, 20 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 72, DE 19 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7232762

PORTARIA Nº 72, DE 19 DE MAIO DE 2025.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2024, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA K. G. F.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI CUNHA, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do Memorando n.º 06/2025 – PAD nº 07/2024,

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de maio de 2025, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2024, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora K. G. F.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI CUNHA
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 73, DE 19 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7232765

PORTARIA Nº 73, DE 19 DE MAIO DE 2025.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 03/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES DA SUMADS.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI CUNHA, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do Memorando n.º 13/2025 – Sindicância n.º 03/2023,

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de maio de 2025, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância n.º 03/2023, instaurado para apurar a responsabilidade de servidores da SUMADS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI CUNHA

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 217, DE 16 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252496

PORTARIA RH Nº 217, DE 16 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 005/2025 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	CARGO
HELONDINA CANDIDO MARINHO	COORDENADOR PEDAGOGICO
EMILIO DE OLIVEIRA SANTOS	PROFESSOR DOC-III-8
ELIGIA JULIA SOARES	PROFESSOR DOC-III-8
ROSALIA DAS NEVES MARTINS GOMES DE CASTRO	PROFESSOR DOC-III-8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de maio de 2025.

Gaspar, 16 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 221, DE 19 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252178

PORTARIA RH Nº 221, DE 19 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) JULIANA PITZ ZUCHI, ocupante do cargo efetivo de Professor DOC-IV-4, lotada na Secretaria da Educação, referente ao período aquisitivo de 18/04/2018 a 18/07/2023, devendo folgar a partir 26/05/2025 a 23/08/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 222, DE 19 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252501

PORTARIA RH Nº 222, DE 19 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 005/2025 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	CARGO
WAGNER VALDIR RIBEIRO	Aux.Professor Educ.Esp.8 act

NATALIA SANTANA RODRIGUES SOUZA	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
LILIAN MERISIO BRETZKE HABITZREUTER	Coordenador Pedagógico

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

Gaspar, 19 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 223, DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252503

PORTARIA RH Nº 223, DE 20 DE MAIO DE 2025.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 199, de 09 de maio de 2025, do candidato habilitado em Processo Seletivo regido pelo Edital nº 013/2023, para o cargo abaixo descrito, em virtude de solicitação de reposicionamento para o final da lista de aprovados:

NOME	CARGO
RONIELE SILVA PINHEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Art. 2º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 199, de 09 de maio de 2025, dos candidatos habilitados em Processo Seletivo regido pelo Edital nº 014/2024, para os cargos abaixo descritos, em virtude de solicitação de reposicionamento para o final da lista de aprovados:

NOME	CARGO
CAMILA FERNANDA DOS SANTOS	PSICÓLOGO (A)
THAINARA DE ANDRADE VIEIRA WILWERT	PSICÓLOGO (A)
TIELEN MAIARA PORTO	PSICÓLOGO (A)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 224, DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252507

PORTARIA RH Nº 224, DE 21 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 012/2023 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	CARGO
RAYANNE FERREIRA CRISTO	SERVENTE/MERENDEIRA
AVELINO JOÃO DA SILVA*	ZELADOR

Art. 2º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 012/2023 da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária a definir, conforme segue:

NOME	CARGO
FERNANDA ZUCHI	PROFESSOR DOC-III

Art. 3º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 005/2025 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	CARGO
LIZIANA BEATRIZ DOS SANTOS BAIRROS	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
JAQUELINE DOS SANTOS	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
ALINE APARECIDA DE LIMA	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
MARIA VITORIA LABES TOMELIN	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
GLEICE SARGES COLARES	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
PATRICIA ALVES	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
DANIELA SANTOS DE NAZARE GONÇALVES	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
BEYBILANE DA SILVA	Auxiliar de Professor 8 act
DAMIANA DAS MERCES DE SOUSA	Auxiliar de Professor 8 act
FRANCISCA ROSANE DE SOUZA RIBEIRO DA SILVA	Auxiliar de Professor 8 act

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de maio de 2025.

Gaspar, 21 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 225, DE 22 DE MAIO DE 2025. REVOGA A PORTARIA Nº 188, DE 07 DE MAIO DE 2025, QUE CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR RODRIGO DE OLIVEIRA LEONEL

Publicação Nº 7252189

PORTARIA RH Nº 225, DE 22 DE MAIO DE 2025.

REVOGA A PORTARIA Nº 188, DE 07 DE MAIO DE 2025, QUE CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR RODRIGO DE OLIVEIRA LEONEL.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 18 de maio de 2025, a Portaria Nº 188, de 07 de maio de 2025, que concede licença para tratamento de saúde em pessoa da família, ao servidor RODRIGO DE OLIVEIRA LEONEL, inscrito no CPF sob o nº 017.***.640-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor DOC-IV-8 , lotado com 40 horas semanais na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de maio de 2025.

Gaspar, 22 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 226, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252213

PORTARIA RH Nº 226, DE 22 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) RODRIGO DE OLIVEIRA LEONEL , ocupante do cargo efetivo de Professor DOC-IV-8, lotado na Fundação Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo 06/04/2015 a 11/04/2020,devendo folgar 02 meses a partir 23/05/2025 a 21/07/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 23 de maio de 2025.

Gaspar, 22 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 227, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252509

PORTARIA RH Nº 227, DE 22 DE MAIO DE 2025.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 216, de 15 de maio de 2025, do candidato habilitado em Processo Seletivo regido pelo Edital nº 013/2023, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO
RAISSA WURTH MARCHINHACKI	MÉDICO CLÍNICO GERAL
ALLAN HENRIQUE CORDEIRO DA SILVA	MÉDICO INFECTOLOGISTA

Art. 2º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 216, de 15 de maio de 2025, do candidato habilitado em Processo Seletivo regido pelo Edital nº 014/2024, para o cargo abaixo descrito, em virtude de não assumir no prazo estabelecido no Edital:

NOME	CARGO
MICHEL VEGA DA ROSA	AGENTE SERV. GERAIS

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 228, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252512

PORTARIA RH Nº 228, DE 22 DE MAIO DE 2025.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 198, de 09 de maio de 2025, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2023, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
VAGNER ANDRE BORGES	CONTADOR	40 HORAS	3º	SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 229, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252520

PORTARIA RH Nº 229, DE 22 DE MAIO DE 2025.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 165, de 25 de abril de 2025, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2023, para o cargo abaixo descrito, em virtude de não assumir no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ALINE NUNES DE AZEVEDO	ESCRITURÁRIO	40 HORAS	37º	SECRETARIA DE ASSISTEN- CIA SOCIAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 230, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252522

PORTARIA RH Nº 230, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2023, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
SANDRO ALEX MISSIURA	CONTADOR	40 HORAS	4º	SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 234, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252529

PORTARIA RH Nº 234, DE 23 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 005/2025 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	CARGO
SABRINA CORDEIRO	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
JONATAS LIMA VICTOR	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
ALINE VAZ DA SILVA	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
CLEONICE LOPES DE CAMARGO	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
MARIANI CHIMINELLI	Aux.Professor Educ.Esp.8 act
NADIR ZEMKE DE ANDRADE	Auxiliar de Professor 8 act
ROSALINA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de maio de 2025.

Gaspar, 23 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 235, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252534

PORTARIA RH Nº 235, DE 23 DE MAIO DE 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter temporário a servidora abaixo relacionada, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 013/2023 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

NOME	CARGO
FERNANDA PEREIRA PEDROSO	MEDICO INFECTOLOGISTA

Art. 2º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 013/2023 da Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme segue:

NOME	CARGO
INGRID DAYANE RIBEIRO	ENGENHEIRO CIVIL
LORDAN AIRAN KOTARSKI	ENGENHEIRO CIVIL

Art. 3º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 014/2024 da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, conforme segue:

NOME	CARGO
Angelita Terezinha Inacio	AGENTE SERV. GERAIS

Art. 4º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 014/2024 da Secretária Municipal de Assistência Social, conforme segue:

NOME	CARGO
Ana Luiza Pitz	PSICOLOGO(A)
Nadja Olsen	PSICOLOGO(A)
Rafaella Lopes Lessa	PSICOLOGO(A)

Art. 5º Nomear em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 014/2024 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

NOME	CARGO
Bernadete da Rosa	PSICOLOGO(A)

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de maio de 2025.

Gaspar, 23 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 236, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252542

PORTARIA RH Nº 236, DE 23 DE MAIO DE 2025.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através da Portaria RH nº 148, de 22 de abril de 2025, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2023, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
NATÁLIA ZIMMERMANN BOA-RETTO	FISCAL DE TRIBUTOS I	40 HORAS	1º	SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de maio de 2025.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI

Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA RH Nº 237, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252546

PORTARIA RH Nº 237, DE 23 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 12.400, de 21 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2023, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JEAN MICHEL POMAGERSKI	FISCAL DE TRIBUTOS I	40 HORAS	4º	SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
Secretária Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2020 CREDENCIAMENTO FMS Nº 001/2020 EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATONº 2081/2020

Publicação Nº 7251253

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2020
CREDENCIAMENTO FMS Nº 001/2020
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
DO CONTRATONº 2081/2020
Início da vigência: 31/05/2025 Vencimento: 30/05/2026. Credenciamento nº 001/2020. Objeto: Promove a renovação, por 12 (doze) meses, do presente credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica ou cirúrgica, hospitalar, e ambulatorial, de média e alta complexidade, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº 01/2020 e no Projeto Básico. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). Contratado: CLÍNICA DE MEDICINA INTERNA DE POMEDORE (CNPJ sob o nº 00.481.950/0001-85).

Gaspar/SC, 16 de maio de 2025.
ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 68/2025

Publicação Nº 7252194

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D6AD3FF9CABDC6F7A86682A940E9822A9E68205

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Processo Administrativo nº 73/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 68/2025
OBJETO: Aquisição de vale transporte público coletivo urbano de itinerário intermunicipal destinado aos estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual residentes no Município de Gaspar – SC, bairro Belchior Alto, matriculados nos cursos técnicos gratuitos CaTec oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação (SED) ministrados na sede do SENAI em Blumenau – SC

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Item	Descrição	Unidade Medida	Qt.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Aquisição estimativa de vale transporte público coletivo urbano de itinerário intermunicipal destinado aos estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual residentes no Município de Gaspar - SC.	Unidade	35.670	4,56	162.655,20
Valor Global (R\$)					162.655,20

DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL: DECLARO, com base na documentação constante dos autos, que o processo de contratação direta cumpriu todos os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e no do Decreto nº 11.384/2023, não havendo qualquer vício e/ou defeito que impeça a sua publicação e os efeitos jurídicos decorrentes da contratação que se pretende finalizar. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: DECLARO, sob as penas da Lei, que a despesa prevista preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 c/c

inciso IV do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, havendo dotação com recurso suficiente para supri-la em consonância com a lei orçamentária anual deste Município. DA PUBLICAÇÃO: Ordeno que se proceda a publicação do objeto mencionado na forma prevista no art. 54 da Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADO: Viação Nossa Senhora dos Navegantes (CNPJ nº 00.070.408/0001-30). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ R\$ 162.655,20 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

Gaspar (SC), 23 de maio de 2025.
ANDRÉIA SYMONE ZIMMERMANN NAGEL
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 74/2025

Publicação Nº 7252864

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 687F3F67DCA646E1F17F44B2D5BF85175E4C108A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 74/2025

Objeto: Autoriza o chamamento de credenciado para prestação dos serviços decorrentes do Credenciamento nº 10/2025. DA REGULARIDADE PROCEDIMENTAL: DECLARO, com base na documentação constante dos autos, que o processo de contratação direta cumpriu todos os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e no do Decreto nº 11.384/2023, não havendo qualquer vício e/ou defeito que impeça a sua publicação e os efeitos jurídicos decorrentes da contratação que se pretende finalizar. DA PUBLICAÇÃO: Ordeno que se proceda a publicação do objeto mencionado na forma prevista no art. 54 da Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADO: Câmara de Dirigentes Lojistas de Gaspar (CNPJ nº 83.488.171/0001-39). DA MODELAGEM ECONÔMICA: O CREDENCIADO fará jus ao percentual de 20% (vinte por cento) da arrecadação, repassando 80% (oitenta por cento) para o MUNICÍPIO. O repasse ocorrerá em conta bancária indicada pelo Município de Gaspar e deverá ocorrer nos prazos e condições previstos no respectivo Edital de Credenciamento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Gaspar (SC), 22 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 74/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2025

Publicação Nº 7253014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 74/2025
EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2025

Início da vigência: 22/05/2025. Vencimento: 21/05/2026. Credenciamento nº 010/2025 Objeto: Credenciamento de entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, com sede no Município de Gaspar, para operacionalizar parcialmente o serviço de venda de cartões de estacionamento da Área Azul. (Credenciamento nº 10/2025). Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ nº 82.636.028/0001-84). CONTRATADO: Câmara de Dirigentes Lojistas de Gaspar (CNPJ nº 83.488.171/0001-39). DA MODELAGEM ECONÔMICA: O CREDENCIADO fará jus ao percentual de 20% (vinte por cento) da arrecadação, repassando 80% (oitenta por cento) para o MUNICÍPIO. O repasse ocorrerá em conta bancária indicada pelo Município de Gaspar e deverá ocorrer nos prazos e condições previstos no respectivo Edital de Credenciamento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Gaspar (SC), 22 de maio de 2025.
ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024

Publicação Nº 7251543

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024.

DECLARA COMO SENDO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE GASPAR O COMPLEXO RELIGIOSO IGREJA MATRIZ SÃO PEDRO APÓS-TOLO.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE GASPAR/SC, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 89, de 29 de maio de 2018, e com fundamento na Lei Complementar nº 72, de 21 de outubro de 2016 e, Considerando o relevante trabalho artístico, cultural e histórico que o complexo simboliza e desenvolve no município de Gaspar, Considerando o Parecer do Serviço de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Gaspar e da deliberação deste Conselho Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Declara como sendo Patrimônio Cultural Imaterial de Gaspar o Complexo Religioso Igreja Matriz São Pedro Apóstolo de Gaspar.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de dezembro de 2024.

BRUNO BENASSI

Presidente do Conselho

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 78/2025

Publicação Nº 7252724

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 78/2025

**DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAÇÃO
JUNTO À CPI FORMALIZADA PELA
RESOLUÇÃO Nº 61, DE 28 DE ABRIL DE 2025
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que nesta Casa de Leis tramita a Comissão Parlamentar de Inquérito formalizada pela Resolução nº 61, de 28 de abril de 2025, instaurada para investigar fatos determinados, consubstanciados na apuração de possíveis ilegalidades cometidas no âmbito da Prefeitura Municipal de Gaspar, notadamente na execução dos serviços de limpeza urbana, especificamente no que diz respeito aos Contratos SAF nº 85/2015, 102/2020 e 1025/2024, envolvendo as empresas Ecosystem Serviços Urbanos Ltda e Sanitary Serviços de Conservação e Limpeza Ltda;

Considerando o teor dos ofícios números 23/2025 e 24/2025, do gabinete do vereador **Ciro André Quintino**, Presidente da referida Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para atuarem junto à Comissão Parlamentar de Inquérito formalizada pela Resolução nº 61, de 28 de abril de 2025 os seguintes servidores:

- I - Andreia Avosani [Assessora da Presidência];
- II - Marcos Alexandre Klitzke [Procurador Jurídico];
- III - Pedro Paulo Schramm [Analista Legislativo];
- IV - Ramires dos Santos [Assessor de Gabinete];
- V - Samara Aparecida Marcelino [Assessora Parlamentar].

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: DBFGA-2NZLB-CH5HK-FHURT-G918L





GASPAR

CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º Fica determinado especialmente aos servidores dispostos no artigo anterior que deem prioridade nas respostas, atuações e solicitações internas quanto aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que esta tem prazo certo e limitado para a conclusão dos seus trabalhos.

Parágrafo único. Durante o prazo de duração dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, os servidores elencados no artigo primeiro desta Resolução ficam autorizados a registrar o início das suas respectivas jornadas de trabalho antes das 12h00min.

Art. 3º Fica estendida aos servidores descritos no artigo 1º desta Resolução, limitada ao tempo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito, a gratificação prevista no artigo 2º, inciso III, alínea “e” da Lei Ordinária Municipal nº 4.284, de 17 de março de 2023.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara de Vereadores

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar.

ALEXSANDRO BURNIER
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: DBFGA-2NZLB-CH5HK-FHURT-G918L





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 5465**Protocolo Data:** 23/05/2025**Documento Nº:** 78/2025**Processo Nº:** 2114/2025

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 23/05/2025 às 14:53

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

DBFGA-2NZLB-CH5HK-FHURT-G918L

Para confirmar a autenticidade acesse

www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Alexsandro Burnier (Alex Burnier) - 062.XXX.XXX-33

Em 23/05/2025 15:45 UTC -03:00

Tipo Digital

RESOLUÇÃO Nº 79/2025

Publicação Nº 7252735

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 79/2025****DESIGNA COMISSÃO PARA
AVALIAÇÃO ESPECIAL DE
DESEMPENHO DE SERVIDORES
EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Presidente da Câmara Municipal de Gaspar**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,

CONSIDERANDO a necessidade de verificar o desempenho dos servidores durante o período de estágio probatório;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade imposta ao Poder Público, a fim de que avalie seus servidores na forma do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os procedimentos de avaliação dos servidores podem conduzir a melhoria no serviço público, seja pelo aproveitamento ou não do avaliado;

CONSIDERANDO a necessidade de realização, neste ano de 2025, da avaliação especial de desempenho dos servidores Ana Paula Dantas de Miranda, Breno Augusto Guerra Zancan e Renata Leite de Queiroz, todos em estágio probatório;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 22/2003, alterada pela Resolução nº 36/2005 e, ainda, o teor da Resolução nº 08/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Comissão de Avaliação, para os fins do disposto na Resolução nº 22/2003, alterada pela Resolução nº 36/2005, composta pelos servidores efetivos e estáveis Clésio da Costa, Marcelo Peterson Pereira e Pedro Paulo Schramm.

§1º Os membros da Comissão foram definidos por sorteio realizado no Gabinete da Presidência.

§2º Em caso de qualquer impedimento dos membros titulares, ficam desde já como membros suplentes os servidores efetivos e estáveis Emerson Pereira, Morgana Carina Lenzi e Mara Regina Imroth.

Art. 2º Cumprirá à Comissão a realização da avaliação especial de desempenho dos servidores Ana Paula Dantas de Miranda, Breno Augusto Guerra Zancan e Renata Leite de Queiroz.

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: EXK9H-2SL76-1BNN1-BTBQW-MTZE0





GASPAR

CÂMARA MUNICIPAL

Art. 3º Os integrantes da Comissão, durante a realização efetiva dos trabalhos de avaliação, farão jus ao recebimento da gratificação prevista no artigo 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei Municipal nº 4.284/2023.

Art. 4º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 01 - Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 - Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 - Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 - Vencimentos e Salário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar.

ALEXSANDRO BURNIER
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: EXK9H-2SL76-1BNN1-BTBQW-M7ZE0





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 5467**Protocolo Data:** 23/05/2025**Documento Nº:** 79/2025**Processo Nº:** 2116/2025

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 23/05/2025 às 15:29

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

EXK9H-2SL76-1BNN1-BTBQW-M7ZE0

Para confirmar a autenticidade acesse

www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Alexsandro Burnier (Alex Burnier) - 062.XXX.XXX-33

Em 23/05/2025 15:45 UTC -03:00

Tipo Digital

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

TERMO CONTRAPARTIDA 07-2025 - PORTARES SUNSET VIEW

Publicação Nº 7252664

TERMO DE COMPROMISSO DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA OU EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA OU SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO, QUE PERANTE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SAMAE-GCR SE OBRIGA A EMPRESA PORTARES EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 30.941.714/0001-65).

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

1. Partes: De um lado, a autarquia SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, neste termo simplesmente nomeada SAMAE-GCR, representada por seu Diretor Geral, Sr. RICARDO AMILTON DA SILVA.

De outro lado, PORTARES EMPREENDIMENTOS LTDA, representado pelo sócio administrador, Sr. VINICIUS PORTO SOARES, portador do CPF: 063.886.979-09, doravante designado EMPREENDEDOR, responsável pela construção do empreendimento multifamiliar denominado "SUNSET VIEW" com 2.702,93 m² de área total construída, localizado na Rod. Mun. Francisco Wollinger, 11.909, Bairro Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos – SC, constante do Processo Samae-GCR nº 3010.007.047.0000021/2025.

2. Fundamento Legal: Este Termo de Compromisso tem seu fundamento legal no art. 2º da Lei Complementar nº. 1.791/2024 e no art. 2º da Instrução Normativa Samae-GCR n. 02/2024.

3. Local e Data: Lavrado e Assinado em Governador Celso Ramos – SC, aos 14 dias do mês de maio do ano 2025.

II – Finalidade e Objeto

4. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o EMPREENDEDOR de promover pagamento da contrapartida financeira, na forma da legislação vigente.

5. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a contrapartida financeira no valor total de R\$ 12.724,31 (doze mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos) que será quitado em espécie, através de depósito bancário via Ted, Banco do Brasil, Agência 5414-3 Conta Corrente 60209-4 e da seguinte forma:

a) O empreendimento multifamiliar "SUNSET VIEW" com 2.702,93 m² de área total construída, localizado na Rod. Mun. Francisco Francisco Wollinger, 11.909, Bairro Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos – SC o valor devido será de R\$ 12.724,31 (doze mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos) a ser quitado em 4 (quatro) parcelas mensais e sucessivas atualizadas pelo IGPM, a iniciar na data 10/05/2027, que será corrigido pela tabela vigente.

6. Cláusula penal: Fica ajustado, a título de cláusula penal, que no caso de inadimplemento de 2 (duas) parcelas consecutivas o presente termo será rescindido com a antecipação das demais parcelas, incidindo multa equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo devedor.

III – Obrigações e Prazos

7. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o EMPREENDEDOR, concomitantemente ao cumprimento das condicionantes eventualmente exigidas pela Comissão Técnica da SAMAE-GCR e de todas as disposições legais pertinentes, até a data da emissão do habite-se do empreendimento.

IV – Eficácia, Validade e Revogação

8. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo validade e eficácia executiva tendo seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

9. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação das autorizações emitidas para a execução das obras constantes do parecer da equipe técnica da SAMAE-GCR.

V- Foro e Encerramento

10. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Biguaçu/SC.

11. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Governador Celso Ramos, 14, de maio de 2025.

RICARDO AMILTON DA SILVA

Diretor Geral SAMAE-GCR

PORTARES EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ 30.941.714/0001-65

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome

Nome _____

CPF

CPF _____

TERMO CONTRAPARTIDA 08-2025 - PORTARES VILA PORTARES

Publicação Nº 7252677

TERMO DE COMPROMISSO DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA OU EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA OU SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO, QUE PERANTE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SAMAE-GCR SE OBRIGA A EMPRESA PORTARES EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 30.941.714/0001-65).

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

1. Partes: De um lado, a autarquia SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, neste termo simplesmente nomeada SAMAE-GCR, representada por seu Diretor Geral, Sr. RICARDO AMILTON DA SILVA.

De outro lado, PORTARES EMPREENDIMENTOS LTDA, representado pelo sócio administrador, Sr. VINICIUS PORTO SOARES, portador do CPF: 063.886.979-09, doravante designado EMPREENDEDOR, responsável pela construção do empreendimento multifamiliar denominado “VILA PORTARES” com 6.813,88 m² de área total construída, localizado na Rua Victalino Ávila, 1876, Bairro Areias de Baixo, Governador Celso Ramos – SC, constante do Processo Samae-GCR nº 3010.007.047.0000020/2025.

2. Fundamento Legal: Este Termo de Compromisso tem seu fundamento legal no art. 2º da Lei Complementar nº. 1.791/2024 e no art. 2º da Instrução Normativa Samae-GCR n. 02/2024.

3. Local e Data: Lavrado e Assinado em Governador Celso Ramos – SC, aos 14 dias do mês de maio do ano 2025.

II – Finalidade e Objeto

4. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o EMPREENDEDOR de promover pagamento da contrapartida financeira, na forma da legislação vigente.

5. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a contrapartida financeira no valor total de R\$ 32.077,02 (trinta e dois mil, setenta e sete reais e dois centavos) que será quitado em espécie, através de depósito bancário via Ted, Banco do Brasil, Agência 5414-3 Conta Corrente 60209-4 e da seguinte forma:

a) O empreendimento multifamiliar “VILA PORTARES” com 6.813,88 m² de área total construída, localizado na Rua Victalino Ávila, 1876, Bairro Areias de Baixo, Governador Celso Ramos – SC o valor devido será de R\$ 32.077,02 (trinta e dois mil, setenta e sete reais e dois centavos) a ser quitado em 4 (quatro) parcelas mensais e sucessivas atualizadas pelo IGPM, a iniciar na data 10/05/2027, que será corrigido pela tabela vigente.

6. Cláusula penal: Fica ajustado, a título de cláusula penal, que no caso de inadimplemento de 2 (duas) parcelas consecutivas o presente termo será rescindido com a antecipação das demais parcelas, incidindo multa equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo devedor.

III – Obrigações e Prazos

7. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o EMPREENDEDOR, concomitantemente ao cumprimento das condicionantes eventualmente exigidas pela Comissão Técnica da SAMAE-GCR e de todas as disposições legais pertinentes, até a data da emissão do habite-se do empreendimento.

IV – Eficácia, Validade e Revogação

8. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo validade e eficácia executiva tendo seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

9. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação das autorizações emitidas para a execução das obras constantes do parecer da equipe técnica da SAMAE-GCR.

V- Foro e Encerramento

10. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Biguaçu/SC.

11. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Governador Celso Ramos, 14, de maio de 2025.

RICARDO AMILTON DA SILVA

Diretor Geral SAMAE-GCR

PORTARES EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ 30.941.714/0001-65

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome

Nome _____

CPF

CPF _____

Grão Pará

PREFEITURA

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 14-2023 - JONATAS BLASIOUS BUSSOLO - (SUPRESSÃO

Publicação Nº 7253418

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C020C824759853EB06F44F508B7D2FC3F5DF532E



DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 14/2023, DATADO DE 27 DE JANEIRO DE 2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA JONATAS BLASIOUS BUSSOLO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ CONFORME PROCESSO SCC 00018301/2021.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **JONATAS BLASIOUS BUSSOLO**, estabelecida em Rua Jorge Lacerda, Nº 311, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 21.977.393/0001-68, representada, neste ato, por Sr. **JONATAS BLASIOUS BUSSOLO**, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG Nº 52.***.936 e inscrito no CPF sob o Nº 049.***.***-07, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o **CONTRATO Nº 14/2023**, no que diz respeito ao valor da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica suprimido do objeto desse contrato, no valor de R\$ 19.334,97 (Dezenove mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), reduzindo o valor global da obra de R\$ 529.257,78 (quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos) para R\$ 509.922,81 (quinhentos e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos), conforme planilha orçamentária de serviços e quantitativos, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, junto com duas testemunhas.





Grão-Pará/SC, 23 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JONATAS BLASIOUS BUSSOLO

JONATAS BLASIOUS BUSSOLO

Administrador da Contratada

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI

CPF: 046.*.***-38**

Nome: HAIANA BLASIOUS BUSSOLO

CPF: 114.*.***-95**

OTAVIO JACINTO LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**CONTRATO N 04-2025 - JOANA PRA (CREDENCIAMENTO)**

Publicação N° 7252781

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D087720B9F26DC09E5453BAD70E7F46F94787029

**CONTRATO N° 04/2025****(23 DE MAIO DE 2025)**

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ÁREAS DE CLÍNICA GERAL, PEDIATRIA, GINECO-OBSTETRÍCIA, PSIQUIATRIA E FISIOTERAPIA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA JOANA PRA LTDA, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026 (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$209.280,00 (duzentos e nove mil, duzentos e oitenta reais).

Origem: Processo de Licitação N° 04/2025 FMS - Edital de Chamada Pública N° 01/2025, de 15 de abril de 2025.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob N° 82.558.149/0001-55, através da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **JOANA PRA LTDA**, empresa estabelecida na Rua Jacob Batista Uliano, N° 1.357, Centro, no Município de Braço do Norte/SC, CEP: 88.750-000, inscrita no CNPJ/MF sob N° 22.469.904/0001-01, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Senhora **JOANA PRA**, inscrita no CPF sob o N° 064.***-**-00, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ÁREAS DE CLÍNICA GERAL, PEDIATRIA, GINECO-OBSTETRÍCIA, PSIQUIATRIA E FISIOTERAPIA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**





MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN. MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	MÉDICO PEDIATRA	CONSULTA	200	R\$87,20	R\$17.440,00
VALOR TOTAL:					R\$209.280,00

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 2.1. O presente instrumento vigorará de 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei N° 14.133/21.
- 2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

- 3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços homologados no Processo de Licitação N° 04/2025 - Edital de Chamada Pública N° 01/2025 FMS, de 15 de abril de 2025, no valor total de **R\$209.280,00 (duzentos e nove mil, duzentos e oitenta reais)**.
- 3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.
- 3.3. Não havendo a utilização da quantidade total de horas/serviços contratados o Município fica desobrigado do pagamento das quantidades não utilizadas
- 3.4. O presente contrato não obriga o **CONTRATANTE** À utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados, ficando o **CONTRATANTE**, responsável pelo pagamento mensal apenas dos serviços mensais prestados.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

- 4.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada no município de Grão-Pará em dias, horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Grão-Pará, conforme a necessidade.
- 4.2. Em caso de haver mais de uma empresa credenciada, o município se reserva a escolha da empresa para prestação dos serviços, de forma igualitária entre todos os credenciados.
- 4.3. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, os serviços prestados, podendo punir a empresa que não atender as demandas necessárias.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal N° 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.





5.2. Os pagamentos serão realizados até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir da emissão da nota fiscal, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°:

14.005.2.030.3.3.90.00.00.00.00.1.600.0000.0013 - código 6

14.005.2.030.3.3.90.00.00.00.00.1.621.0000.0002 - código 6

14.005.2.030.3.3.90.00.00.00.00.1.500.1002.0000 - código 6

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

7.1. Obrigações do Contratante:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.2. Obrigações do Contratado:

7.2.1. Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes;

7.2.2. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, sem prejuízo da qualidade na prestação de serviços;

7.2.3. Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste projeto básico;

7.2.4. Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

7.2.5. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

7.2.6. Garantir a confidencialidade dos dados e informações aos pacientes;

7.2.7. A CREDENCIADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudências praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à





CREDENCIADA o direito de regresso;

7.2.8. A **CONTRATADA** assume todos os riscos e responsabilidades pela execução do presente contrato, ficando **O CONTRATANTE** isento de qualquer tipo, nível ou grau de responsabilidade. A **CONTRATADA** assume inclusive responsabilidade trabalhista e previdenciária, perante empregados que tenham que contratar para prestação/ execução dos serviços objeto do presente contrato. A **CONTRATADA** assume ainda, total responsabilidade civil, por danos que possa causar a terceiros.

7.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

7.2.10. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

7.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

7.2.12. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

7.2.13. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

7.2.14. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a)** Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;
- b)** Cancelamento do Contrato;
- c)** Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- d)** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;





e) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

f) Advertência;

g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;

h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.

i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;

j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal Nº 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços **PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE UM ANO**, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.2. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei N° 14.133/21.

10.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal N° 14.133/2021.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.6. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo **MUNICÍPIO**, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;





- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;
- c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;
- d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;
- e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

11.2.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;





- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.2.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;
- c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.3. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.3.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.3.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.4.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.





11.4.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal N° 14.133/2021).

11.6.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea "b" do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que





tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:

11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de





Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei N° 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. Gestor do Contrato: Daiane Schlickmann Kulkamp, Secretaria da Saúde.

15.2. Fiscal do Contrato: Mariana Koch Pereira, Assessora Executiva da Saúde.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, 23 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JOANA PRA LTDA

JOANA PRA

Sócia Administradora

CONTRATADA



**TESTEMUNHAS**

Nome: EDMAR KEMPER NANDI**CPF: 046.***.***-38**

Nome: RICHARD CLAUDIO DA SILVA**CPF: 058.***.***-42**

OTAVIO JACINTO LUNARDI**Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759****MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**

CONTRATO N 05-2025 - JUNKES SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS (CREDENCIAMENTO

Publicação N° 7252801

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 64DF209E0B8A4D0F79451811E9D7BD8D1FD47EBC



CONTRATO N° 05/2025
(23 DE MAIO DE 2025)

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ÁREAS DE CLÍNICA GERAL, PEDIATRIA, GINECO-OBSTETRÍCIA, PSIQUIATRIA E FISIOTERAPIA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA JUNKES SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026 (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$224.256,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais).

Origem: Processo de Licitação N° 04/2025 FMS - Edital de Chamada Pública N° 01/2025, de 15 de abril de 2025.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob N° 82.558.149/0001-55, através da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **JUNKES SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, N° 130, Centro, no Município de Grão-Pará/SC, CEP: 88.890-000, inscrita no CNPJ/MF sob N° 58.453.856/0001-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Senhora **AGATHA JUNKES SCHMIDT**, inscrito no CPF sob o N° 114.***.***-25, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ÁREAS DE CLÍNICA GERAL, PEDIATRIA, GINECO-OBSTETRÍCIA, PSIQUIATRIA E FISIOTERAPIA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC**, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:





ITEM	DESCRIÇÃO	UN. MEDIDA	QUANTIDADE E MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MÉDICO CLÍNICO GERAL	HORA	160	R\$116,80	R\$18.688,00
VALOR TOTAL:					R\$224.256,00

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 2.1. O presente instrumento vigorará de 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei N° 14.133/21.
- 2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

- 3.1. A CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA** os preços homologados no Processo de Licitação N° 04/2025 - Edital de Chamada Pública N° 01/2025 FMS, de 15 de abril de 2025, no valor total de **R\$224.256,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais)**.
- 3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.
- 3.3. Não havendo a utilização da quantidade total de horas/serviços contratados o Município fica desobrigado do pagamento das quantidades não utilizadas
- 3.4. O presente contrato não obriga o **CONTRATANTE** À utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados, ficando o **CONTRATANTE**, responsável pelo pagamento mensal apenas dos serviços mensais prestados.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

- 4.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada no município de Grão-Pará em dias, horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Grão-Pará, conforme a necessidade.
- 4.2. Em caso de haver mais de uma empresa credenciada, o município se reserva a escolha da empresa para prestação dos serviços, de forma igualitária entre todos os credenciados.
- 4.3. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, os serviços prestados, podendo punir a empresa que não atender as demandas necessárias.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal N° 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.
- 5.2. Os pagamentos serão realizados até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir da emissão da nota fiscal, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor.





5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°:

14.005.2.030.3.3.90.00.00.00.00.1.600.0000.0013 - código 6

14.005.2.030.3.3.90.00.00.00.00.1.621.0000.0002 - código 6

14.005.2.030.3.3.90.00.00.00.00.1.500.1002.0000 - código 6

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

7.1. Obrigações do Contratante:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.2. Obrigações do Contratado:

7.2.1. Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes;

7.2.2. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, sem prejuízo da qualidade na prestação de serviços;

7.2.3. Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste projeto básico;

7.2.4. Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

7.2.5. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

7.2.6. Garantir a confidencialidade dos dados e informações aos pacientes;

7.2.7. A CREDENCIADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudências praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CREDENCIADA o direito de regresso;

7.2.8. A CONTRATADA assume todos os riscos e responsabilidades pela execução do presente contrato, ficando O CONTRATANTE isento de qualquer tipo, nível ou grau de responsabilidade. A CONTRATADA





assume inclusive responsabilidade trabalhista e previdenciária, perante empregados que tenham que contratar para prestação/ execução dos serviços objeto do presente contrato. A **CONTRATADA** assume ainda, total responsabilidade civil, por danos que possa causar a terceiros.

7.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

7.2.10. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

7.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

7.2.12. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

7.2.13. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

7.2.14. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;
- b) Cancelamento do Contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- e) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:
- f) Advertência;





- g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;
- h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
- i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;
- j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 8.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal N° 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
- 9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços **PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE UM ANO**, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.





9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.2. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei N° 14.133/21.

10.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal N° 14.133/2021.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.6. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo **MUNICÍPIO**, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;





d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;

e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a)** o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b)** o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c)** razões de interesse do serviço público.

11.2.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a)** o atraso injustificado no início dos serviços;
- b)** suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c)** a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d)** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e)** o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f)** a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g)** a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h)** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;





i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.2.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;
- c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.3. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.3.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.3.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.4.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.





11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal N° 14.133/2021).

11.6.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea "b" do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:





11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no





procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei N° 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. Gestor do Contrato: Daiane Schlickmann Kulkamp, Secretaria da Saúde.

15.2. Fiscal do Contrato: Mariana Koch Pereira, Assessora Executiva da Saúde.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, 23 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JUNKES SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS

LTDA

AGATHA JUNKES SCHMIDT

Sócia Administradora

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI

CPF: 046.*.***-38**

Nome: VICTOR SCHLICKMANN

CPF: 14.*.***-83**





OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



Ibicaré**CÂMARA MUNICIPAL****IL003/2025**

Publicação Nº 7255312

COMPROVANTE DE PUBLICIDADE

Processo Licitatório 004/2025

Inexigibilidade de Licitação n. 003/2025

Objeto: Três inscrições para o evento: Atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica: Prática Legislativa e Segurança Jurídica nas Câmaras Municipais. O curso será realizado de de 27 a 30 de maio de 2025 na cidade de Florianópolis – SC, promovido pelo CGP – Centro de Treinamento e Capacitação LTDA.

Dotação Orçamentária:

Dotação : 33

Órgão/Unidade : 01/001

Ação : 2025

Elemento : 3.3.90.39.48.00.00.01 – Serviços de Seleção e Treinamento

Valor reservado : 0,00

Valor orçado : R\$ 5.961,00

Informações:

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.camaraibicare.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibicaré – SC, das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3538-0222.

Ibicaré, 21 de maio de 2025.

Sigmar Krumenauer

PRESIDENTE DA CÂMARA

Código Registro TCE/SC: 58D5BA172B917BB577A37541DB126AB6951D55DA

Ibirama

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA – Nº 76/2025

Publicação Nº 7252079

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA – Nº 76/2025.

Fundamentação legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer equipamentos de Som e iluminação para atuar no cerimonial de formatura dos alunos do PROERD, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Recebimento das propostas: até o dia 09/06/2025 às 08h59min. Abertura: às 09h00min da mesma data. Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br – Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br.

Ibirama, 23 de maio de 2025.

Duílio Gehrke – Prefeito Municipal

DISPENSA PRESENCIAL - PROCESSO LICITATÓRIO 17/2025 - FMAS

Publicação Nº 7252617

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

DISPENSA PRESENCIAL - Processo Licitatório 17/2025.

Base legal: (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, III, 'a').

Objeto: Dispensa Presencial para aquisição de assento veicular de elevação para transporte de bebês e crianças para a Proteção Social Especial Alta Complexidade. A necessidade da compra se dá pela relevância do bom atendimento visando a segurança no traslado de bebês e crianças atendidos pelos serviços socioassistenciais.

Contratada: LOJAS PRESIDENTE LTDA - CNPJ 83.073.486/0004-68.

Ibirama, 23 de maio de 2025.

Sandro Luiz Gonçalves – Secretário Municipal de Assistência Social

DISPENSA PRESENCIAL - PROCESSO LICITATÓRIO 75/2025

Publicação Nº 7251480

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

DISPENSA PRESENCIAL - Processo Licitatório 75/2025.

Base legal: (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, II).

Objeto: Dispensa Presencial para contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva do relógio ponto eletrônico modelo REP CONTROL ID, da Comissão Municipal de Esportes

Contratada: ESPOMAK COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - CNPJ 01.894.137/0001-08.

Ibirama, 23 de maio de 2025.

Duílio Gehrke – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 646, DE 05 DE MAIO DE 2025 - EXONERA DO QUADRO DE PESSOAL POR MOTIVO DE SEU FALECIMENTO

Publicação Nº 7251751

Portaria nº 646, de 05 de maio de 2025.

“Exonera do Quadro de Pessoal por motivo de seu falecimento”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - A Servidora Temporária – ACT PAMELA GISELI DOS SANTOS, matrícula nº 35408-03, do Quadro de Pessoal Inativo da Prefeitura Municipal, devido a seu falecimento ocorrido no dia 30 de abril de 2025, conforme Certidão de Óbito nº 107268 01 55 2025 4 00021 010 0005755 30.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 647, DE 05 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA

Publicação Nº 7251754

Portaria nº 647, de 05 de maio de 2025.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que o servidor desempenha a função de Gerenciamento controle e entrega da alimentação escolar e itens de higiene e limpeza, no recebimento e entrega de produtos junto ao fornecedores.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-4, ao(a) servidor(a) VALTER KIENEN, sob a matrícula nº 36668-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 5º inciso XV, e Art. 32º inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 30% (trinta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 648, DE 05 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE ATIVIDADE MÉDICA EM ESF

Publicação Nº 7251757

Portaria nº 648, de 05 de maio de 2025

“Concede gratificação por Exercício De Atividade Médica em ESF”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei nº 2.827, de 11 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, enquanto perdurar a designação a gratificação de 16% (dezesesseis por cento) sobre o salário base do(a) servidor(a) SAHRA GABRIELA ROEDEL, sob a matrícula nº 62461184-0, ocupante do cargo temporário ACT de MÉDICA, lotado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe a Lei nº 2.827, de 11 de julho de 2011, para atuar no Exercício de Atividades Médicas junto a Estratégia Saúde da Família do Posto de Atendimento Médico do Centro.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 649, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251758

Portaria nº 649, de 05 de maio de 2025.
"Nomeia servidor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 020/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;
Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 020/2025, o(a) Sr.(a) CAMILA JULIANE MARTINS, sob a matrícula nº 1798-1, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.
Duilio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 650, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251765

Portaria nº 650, de 05 de maio de 2025.
"Nomeia Monitor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 021/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) LEANDRO KISSNER matrícula nº 645583-2 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas na Escola Municipal Tancredo Neves.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 651, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251769

Portaria nº 651, de 05 de maio de 2025.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 019/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que a servidora efetiva Rosa Lucia Possamai, esta afastada em licença para cuidar de familiar;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 017/2025, o(a) Sr.(a) GIZELI CECCATO RAMOS, matrícula nº 3752-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos(20 horas) e Escola Municipal Christa Sedlacek(20 horas).

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 3.477,01(três mil, quatrocentos e setenta e sete reais, um centavo) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 652, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251772

Portaria nº 652, de 05 de maio de 2025.

“Nomeia servidor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura

e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 020/2025, o(a) Sr.(a) MARIA KATIANE LEAL DE SOUZA, sob a matrícula nº 5317-0, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 653, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251776

Portaria nº 653, de 05 de maio de 2025.

"Nomeia Monitor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 021/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) PEDRO KLING matrícula nº 5280-0 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 654, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251779

Portaria nº 654, de 05 de maio de 2025.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme, Chamada Pública 006/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que a servidora efetiva Jaqueline Scherer, esta afastada em licença para tratamento de Saúde;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 006/2025, o(a) Sr.(a) RONALD VALDEMIRO CARLOS, matrícula nº 62447912-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 3.477,01(três mil, quatrocentos e setenta e sete reais, um centavo) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.
Duilio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 655, DE 05 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251780

Portaria nº 655, de 05 de maio de 2025.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme, Chamada Pública 019/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que a servidora efetiva Loana Walzburger, esta afastada em licença prêmio;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 006/2025, o(a) Sr.(a) ALICE KLETTENBERG, matrícula nº 62420712-6, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 3.477,01(três mil, quatrocentos e setenta e sete reais, um centavo) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item

14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 656, DE 06 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251786

Portaria nº 656, de 06 de maio de 2025.

“Nomeia Monitor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 021/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) JULIA LARA SCARAVONATTO matrícula nº 5280-0 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas no Centro de Educação Infantil Vice Prefeito Sigolf Radloff.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 657, DE 06 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251793

Portaria nº 657, de 06 de maio de 2025.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme, Chamada Pública 019/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que houve desdobro de turmas na EM Bairro Operário;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 006/2025, o(a) Sr.(a) ANA LUISA DOS SANTOS, matrícula nº 631035-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Bairro Operário.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 3.477,01(três mil, quatrocentos e setenta e sete reais, um centavo) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 658, DE 06 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251796

Portaria nº 658, de 06 de maio de 2025.

“Nomeia servidor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 022/2025, o(a) Sr.(a) JESSICA KRAMBECK JENNRICH, sob a matrícula nº 5318-1, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 659, DE 06 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR(A) PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

Publicação Nº 7251814

Portaria nº 659, de 06 de maio de 2025.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2023 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - CLEOMAR PEREIRA MARIANO, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, Nível “V”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O servidor terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.774,07 (mil setecentos e setenta e quatro reais, sete centavos) mensais e gratificação de produtividade, conforme item 3 do anexo I da Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 660, DE 07 DE MAIO DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS

Publicação Nº 7251821

Portaria nº 660, de 07 de maio de 2025.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora KALIANDRA KAWAN FARIAZ DA SILVA LIMA, matrícula nº 686921-00, ocupante do cargo EFETIVO de MONITOR ESCOLAR, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2024 a 03/06/2025, para serem gozadas no período de 07/05/2025 a 05/06/2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 06/06/2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 661, DE 07 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA

Publicação Nº 7251830

Portaria nº 661, de 07 de maio de 2025.

“Concede licença para tratamento de pessoa da família.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) servidor(a) efetivo(a) CATIA MARCILIO, sob a matrícula nº 5142-1, ocupante do cargo EFETIVO – PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias a pedido do(a) servidor(a), a partir de 07 de maio de 2025 até o dia 05

de junho de 2025, devendo o(a) servidor(a) retornar aos trabalhos no dia 06 de junho de 2025, com seus vencimentos integrais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 662, DE 07 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251834

Portaria nº 662, de 07 de maio de 2025.

"Nomeia servidor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 020/2025, o(a) Sr(a) TIAGO BERTELLI PRADE, sob a matrícula nº 5317-0, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 663, DE 07 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251838

Portaria nº 663, de 07 de maio de 2025.

"Nomeia servidor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 022/2025, o(a) Sr.(a) KEMELI LUANE DA SILVA, sob a matrícula nº 62407970-3, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 664, DE 07 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251843

Portaria nº 664, de 07 de maio de 2025.

“Nomeia servidor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 022/2025, o(a) Sr.(a) DEBORA APARECIDA LEMOS, sob a matrícula nº 62433571-1, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.
Duilio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 665, DE 07 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251848

Portaria nº 665, de 07 de maio de 2025.
"Nomeia servidor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;
Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;
Considerando que a servidora efetiva Greize Regiane De Lima Belarmino esta afastada em licença prêmio;
Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 022/2025, o(a) Sr.(a) DIANA DE OLIVEIRA, sob a matrícula nº 62433571-1, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na Escola Municipal Christa Sedlacek.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.
Duilio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 666, DE 07 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251850

Portaria nº 666, de 07 de maio de 2025.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 023/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que há a necessidade de atendimento de turma excedente no E.M. Tancredo Neves;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 023/2025, o(a) Sr.(a) SOLANGE CAVILIA, matrícula nº 653225-3, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Tancredo Neves.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 4.346,27 (quatro mil, trezentos e quarenta e seis, vinte e sete centavos) mensais e complementação conforme piso do Magistério Nacional, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 667, DE 07 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251857

Portaria nº 667, de 07 de maio de 2025.

"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 023/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que há a necessidade de atendimento de turma excedente no Paulo André Miguel;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 023/2025, o(a) Sr.(a) CLAUDETE BENTO, matrícula nº 706760-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Paulo André Miguel.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 4.346,27 (quatro mil, trezentos e quarenta e seis, vinte e sete centavos) mensais e complementação conforme piso do Magistério Nacional, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 668, DE 08 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE-INSS

Publicação Nº 7251864

Portaria nº 668, de 08 de maio de 2025.
Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A funcionária JULIANA DELANDREA, sob a matrícula nº 3759-00, ocupante do cargo ACT-TEMPORARIO de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 08 de maio de 2025.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 08 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 669, DE 09 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251867

Portaria nº 669, de 09 de maio de 2025.
"Nomeia Monitor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 020/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) GRASIELE PRONCHNOW matrícula nº 62449958-0 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas na Escola Municipal Tancredo Neves.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 670, DE 20 DE MAIO DE 2025 - ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251873

Portaria nº 670, de 20 de maio de 2025.
"Altera carga horária de servidor temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica, Municipal e considerando pedido do(a) servidor(a) abaixo e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) ANA LUISA DOS SANTOS, sob a matrícula nº 631035-2, lotado(a) no PROCESSO SELETIVO - ACT de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 3.477,01 (três mil quatrocentos e setenta e sete reais e um centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 671, DE 09 DE MAIO DE 2025 - EXONERA A PEDIDO DO QUADRO DE PESSOAL

Publicação Nº 7251877

Portaria nº 671, de 09 de maio de 2025.
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - JESSICA KRAMBECK JENNRICH sob a matrícula nº 5318-0, do cargo de provimento temporário de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 658/2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 672, DE 12 DE MAIO DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS

Publicação Nº 7251881

Portaria nº 672, de 12 de maio de 2025.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor FABIANO PARMA, matrícula nº 62452690-00, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2023 a 02/06/2024, para serem gozadas no período de 12/05/2025 a 10/06/2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 11/06/2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 673, DE 12 DE MAIO DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS

Publicação Nº 7251883

Portaria nº 673, de 12 de maio de 2025.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora XAIANE PONTES MARTINS, matrícula nº 652393-00, ocupante do cargo EFETIVO de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 17/06/2023 a 16/06/2024, para serem gozadas no período de 12/05/2025 a 31/05/2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/06/2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 674, DE 12 DE MAIO DE 2025 - EXONERA DO QUADRO DE PESSOAL

Publicação Nº 7251887

Portaria nº 674, de 12 de maio de 2025.

"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

E X O N E R A R,

Art. 1º - CAIO CEZAR PASCHOAL SETUBAL sob a matrícula nº 3761-0, do cargo de provimento temporário de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 316 de 17 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 675, DE 12 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A PEDIDO

Publicação Nº 7251891

Portaria nº 675, de 12 de maio de 2025.

"Concede Licença Prêmio a Pedido".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao(s) período(s) aquisitivo(s) de 07/11/2018 a 06/11/2023, a pedido do(a) servidor(a) GREIZE REGIANE DE LIMA BELARMINO, matrícula nº 608637-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 12 de maio de 2025 a 10 de junho de 2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 11 de junho de 2025, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 676, DE 12 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA GESTANTE

Publicação Nº 7251892

Portaria nº 676, de 12 de maio de 2025.

Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora FRANCIELE SEBOLD, sob a matrícula nº 6235557-05, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada à secretaria de educação 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 01 de maio de 2025 e com término em 27 de outubro de 2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 28 de outubro de 2025, seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 677, DE 12 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251895

Portaria nº 677, de 12 de maio de 2025.

"Nomeia Monitor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 021/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) MARINA MORETTO JUNGLOS matrícula nº 222437-0 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,

para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas na Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 678, DE 12 DE MAIO DE 2025 - EXONERA A PEDIDO DO QUADRO DE PESSOAL

Publicação Nº 7251917

Portaria nº 678, de 12 de maio de 2025.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - ABIGAIL FRANZEN sob a matrícula nº 3758-0, do cargo de provimento temporário de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 310 de 14 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 679, DE 13 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE-INSS

Publicação Nº 7251921

Portaria nº 679, de 13 de maio de 2025.

Concede licença para

Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A funcionária ELISANGELA DOS SANTOS BATISTA, sob a matrícula nº 62430629-4, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSOR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 09 de maio de 2025.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 680, DE 13 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251923

Portaria nº 680, de 13 de maio de 2025.

“Nomeia servidor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 010/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no município de Ibirama;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente de Obras e Serviços e Operadores de Maquinas e Veículos que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando a necessidade de manutenção de equipe mínima de Serventes de Obras e Serviços Urbanos bem como de Operador de Máquinas e Veículos;

Considerando que não há candidatos aprovados em Concurso Público para assumir a vaga;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 010/2025, o(a) Sr VANDERLEI RAMOS, sob a matrícula nº 13315-6, para o cargo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até se esgotar o prazo estipulado em edital, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, ou atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.312,21 (mil trezentos e doze reais, vinte e um centavos) mensais, e gratificação de produtividade, conforme item 3 do anexo I da Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 681, DE 14 DE MAIO DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS

Publicação Nº 7251927

Portaria nº 681, de 14 de maio de 2025.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor RONIBERT FIEDLER, matrícula nº 206091-00, ocupante do cargo EFETIVO de MECANICO, relativas ao período aquisitivo de 06/08/2023 a 05/08/2024, para serem gozadas no período de 14/05/2025 a 23/05/2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 26/05/2025.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 682, DE 14 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251931

Portaria nº 682, de 14 de maio de 2025.

"Nomeia servidor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 022/2025, o(a) Sr.(a) INES POSANSKI, sob a matrícula nº 215392-0, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 683, DE 14 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251936

Portaria nº 683, de 14 de maio de 2025.

"Nomeia Monitor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 021/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando que a servidora efetiva Jamile Suellen Correa esta afastada em licença para tratamento de saúde.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) JESSICA KRAMBECK JENNRICH, matrícula nº 5318-1 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas na Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 684, DE 14 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251939

Portaria nº 684, de 14 de maio de 2025.

"Nomeia servidor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública 022/2025 e Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de merenda escolar, conservação, manutenção e limpeza das unidades municipais;

Considerando que existe um grande fluxo de Servente/Merendeira que são exonerados, remanejados, afastado ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nos departamentos vinculados a Secretaria de Educação Cultura e Esportes do município.

Considerando que não há candidatos restantes aprovados em Concurso Público no cargo de Servente/Merendeira, para ocupar a vaga;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022 e conforme Chamada Pública 022/2025, o(a) Sr.(a) SHEILA NEIZKE, sob a matrícula nº 704296-0, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para ter exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.968,27 (mil novecentos e sessenta e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 685, DE 14 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA SERVIDOR(A) PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

Publicação Nº 7251941

Portaria nº 685, de 14 de maio de 2025.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2023 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - CRISTIANE DAY MARTENDAL, para exercer o cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais diurnas e vencimentos no valor de R\$ 1.999,23 (mil, novecentos e noventa e nove reais, vinte e três centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 686, DE 15 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A PEDIDO

Publicação Nº 7251947

Portaria nº 686, de 15 de maio de 2025.

“Concede Licença Prêmio a Pedido”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao(s) período(s) aquisitivo(s) de 05/05/2019 a 04/05/2024, a pedido do(a) servidor(a) GILMAR COELHO DA ROCHA, matrícula nº 261300-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 15 de maio de 2025 a 13 de junho de 2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 16 de junho de 2025, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 15 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 687, DE 16 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA MONITOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251950

Portaria nº 687, de 16 de maio de 2025.

“Nomeia Monitor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme edital de Chamada Pública 021/2025.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Educação Cultura e Esportes no município de Ibirama, para atender a demanda de alunos nas unidades municipais;

Considerando que o ano letivo de 2025 iniciou em fevereiro, com previsão de término para dezembro de 2025.

Considerando que a servidora efetiva Jamile Suellen Correa esta afastada em licença para tratamento de saúde.

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei 205/2022 e Chamada Pública 021/2025, o(a) Sr.(a) JULIENE STEFANIE FERREIRA DE ARAUJO, matrícula nº 4068-0 para o cargo de MONITOR ESCOLAR, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 44 (quarenta e quatro) horas na Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025 ou até contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.554,61 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1 da Lei 3558 de 30 de maio de 2022 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 688, DE 16 DE MAIO DE 2025 - EXONERA A PEDIDO DO QUADRO DE PESSOAL

Publicação Nº 7251953

Portaria nº 688, de 16 de maio de 2025

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - RITA DE CASSIA MATIAS DA SILVA DE SOUZA, sob a matrícula nº 699390-0 do cargo TEMPORARIO de MONITOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 096, de 23 de janeiro de 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de maio de 2025.

Duilio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 689, DE 19 DE MAIO DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS

Publicação Nº 7251958

Portaria nº 689, de 19 de maio de 2025.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor MARCOS THIAGO GRAMKOW, matrícula nº 205613-00, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 17/10/2023 a 16/10/2024, para serem gozadas no período de 19/05/2025 a 17/06/2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/06/2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 690, DE 19 DE MAIO DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS

Publicação Nº 7251962

Portaria nº 690, de 19 de maio de 2025.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora SANDRA BACHMANN, matrícula nº 12181-01, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 20/01/2024 a 19/01/2025, para serem gozadas no período de 19/05/2025 a 01/06/2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 02/06/2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 691, DE 19 DE MAIO DE 2025 - AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

Publicação Nº 7251980

Portaria nº 691, de 19 de maio de 2025.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) VILMAR RODRIGUES, sob a matrícula nº 13358-01 ocupante do cargo EFETIVO de PREFESSOR, vinculado(a) a Secretaria de Educação, cultura e esporte, portador(a) da CNH na categoria AC, com validade até 13/07/2031, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 692, DE 19 DE MAIO DE 2025 - AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

Publicação Nº 7251987

Portaria nº 692, de 19 de maio de 2025.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) JANINE CONCEIÇÃO DOS SANTOS, sob a matrícula nº 62459619-01 ocupante do cargo EFETIVO de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 01/12/2032, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE

VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 693, DE 19 DE MAIO DE 2025 - NOMEIA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7251991

Portaria nº 693, de 19 de maio de 2025.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme, Chamada Pública 019/2025, Lei Complementar nº 205, de 13 de dezembro de 2022 e alterações,

Considerando que o ano letivo iniciou em fevereiro de 2025, com término previsto para dezembro de 2025;

Considerando que não há candidatos aprovados em concurso público para serem chamados para o cumprimento da vaga.

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que a servidora Elisangela dos Santos Batista, esta afastada em licença para tratamento de saúde;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso V, Art. 3º, art. 4º, da Lei nº 205, de 13 de dezembro de 2022, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 205/2022(a) e conforme Chamada Pública nº 006/2025, o(a) Sr.(a) ANA PAULA RODRIGUES DE MARAFIGO, matrícula nº 607762-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2025, ou até atender demanda de excepcional interesse público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 4.346,27 (quatro mil, trezentos e quarenta e seis, vinte e sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 694, DE 19 DE MAIO DE 2025 - ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO

Publicação Nº 7251996

Portaria nº 694, de 19 de maio de 2025.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica, Municipal e considerando pedido do(a) servidor(a) abaixo e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) SARAEL SPANCERSKI DE MOURA FINGER, sob a matrícula nº 33421-5, lotado(a) no CONCURSO PÚBLICO - EFETIVO de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 3.585,69 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 695, DE 20 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE-INSS

Publicação Nº 7252000

Portaria nº 695, de 20 de maio de 2025.

Concede licença para

Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A funcionária DOLIRIA KONELL, sob a matrícula nº 6050-01, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSOR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 20 de maio de 2025.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 696, DE 20 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE-INSS

Publicação Nº 7252005

Portaria nº 696, de 20 de maio de 2025.

Concede licença para

Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A funcionária FRANCIELLE ELOIZA DA SILVEIRA, sob a matrícula nº 29416-4, ocupante do cargo EFETIVO de MONITOR ESCOLAR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 20 de maio de 2025.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 697, DE 21 DE MAIO DE 2025 - AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

Publicação Nº 7252010

Portaria nº 697, de 21 de maio de 2025.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) VALDECIR BIANCHATTI, sob a matrícula nº 150860-0 ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVICOS, vinculado(a) a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 05/02/2030, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 21 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 698, DE 21 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA GESTANTE

Publicação Nº 7252012

Portaria nº 698, de 21 de maio de 2025.
Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora SELY NANIA, sob a matrícula nº 24457-02, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada à secretaria de educação 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 21 de maio de 2025 e com término em 16 de novembro de 2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 17 de novembro de 2025, seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 21 de maio de 2025.
Duílio Gehrke
Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 699, DE 22 DE MAIO DE 2025 - ALTERA FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA

Publicação Nº 7252030

Portaria nº 699, de 22 de maio de 2025.
"Altera Função Executiva de Confiança".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007:

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a denominação da gratificação de Função Executiva de Confiança, constante na Portaria nº 181/2020 e alterada pela Portaria nº 117/2025, do(a) servidor(a) TAYLA FERNANDA CORREA, sob a matrícula nº 438987-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado a Secretaria de Assistência Social e Habitação, de FEC-4 para FEC-8, passando sua gratificação

para 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a), permanecendo inalterados os demais dizeres da referida portaria 181 de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 700, DE 22 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A PEDIDO

Publicação Nº 7252037

Portaria nº 700, de 22 de maio de 2025.

“Concede Licença Prêmio a Pedido”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao(s) período(s) aquisitivo(s) de 13/07/2019 a 12/11/2024, a pedido do(a) servidor(a) NATALINA DE SOUSA SCHLUP, matrícula nº 33588-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 22 de maio de 2025 a 20 de junho de 2025, devendo retornar aos trabalhos no dia 23 de junho de 2025, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 701, DE 22 DE MAIO DE 2025 - EXONERA A PEDIDO DO QUADRO DE PESSOAL

Publicação Nº 7252041

Portaria nº 701, de 22 de maio de 2025.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - SABRINA BLANCK MULLER sob a matrícula nº 62455621-4, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 557 / 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 702, DE 22 DE MAIO DE 2025 - ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 7252048

Portaria nº 702, de 22 de maio de 2025.

“Altera carga horária de servidor temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica, Municipal e considerando pedido do(a) servidor(a) abaixo e com base na Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) BRITANNY GISELA PENZ, sob a matrícula nº 62442490-2, lotado(a) no PROCESSO SELETIVO - ACT de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 3.477,01 (três mil quatrocentos e setenta e sete reais e um centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 703, DE 22 DE MAIO DE 2025 - CONCEDE FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA

Publicação Nº 7252061

Portaria nº 703, de 22 de maio de 2025.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o(a) servidor(a) possui conhecimentos práticos e específicos;

Considerando que o(a) servidor(a) exerce suas funções junto à Secretaria de Saúde;

Considerando que o(a) servidor(a) desempenha a função de assessoramento às atividades administrativas junto à Diretora de Departamento de Administração da Saúde, bem como auxilia em outras demandas relativas ao TFD, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) BETINA SERSCHON, matrícula nº 4863-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 5º inciso XV, e art. 32 inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 22 de maio de 2025.

Duílio Gehrke

Prefeito Municipal de Ibirama

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - LICITAÇÃO NR.:17 / 2025 - FMAS

Publicação Nº 7252974



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIRAMA

RUA NEREU RAMOS - | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 14.784.810/0001-90

e-mail:

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.:17 / 2025
- b) Licitação Nr.:17 / 2025
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação
- d) Data Homologação: 23/05/2025
- e) Data da Adjudicação: 23/05/2025
- f) Objeto da Licitação: Dispensa Presencial para aquisição de assento veicular de elevação para transporte de bebês e crianças para a Proteção Social Especial Alta Complexidade. A necessidade da compra se dá pela relevância do bom atendimento visando a segurança no traslado de bebês e crianças atendidos pelos serviços socioassistenciais.
- g) Fornecedores e Itens Vencedores:

38245 - LOJAS PRESIDENTE LTDA - FILIAL 3 IBIRAMA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ASSENTO VEICULAR DE ELEVAÇÃO PARA USO INFANTIL - ASSENTO VEICULAR DE ELEVAÇÃO PARA USO INFANTIL EQUIPADO COM CINTO DE SEGURANÇA DE CINCO PONTOS, AJUSTE DE ALTURA NO PROTETOR DE CABEÇA, FABRICADO EM MATERIAL ANTIALÉRGICO E DE FÁCIL REMOÇÃO, E COM CERTIFICAÇÃO INMETRO DE CONFORMIDADE.	Unidade		2	R\$355,00	R\$710,00
Total do Fornecedor:						R\$710,00
Total da Homologação:						710,00

Ibirama, 23 de maio de 2025.

SANDRO LUIZ GONCALVES

SECRETÁRIO MUNICIPAL

CPF: 055.544.229-26

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO Nº 14/2025 CREDENCIAMENTO 04/2025 - SEMSA

Publicação Nº 7252292

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025
SEMSA

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA, NAS MODALIDADES NEUROLÓGICA, RESPIRATÓRIA OU ORTOPÉDICA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO”
Os proponentes interessados deverão encaminhar o PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, conforme descrito no edital.
Período: 26/05/2025 a 24/06/2025.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download na Página Oficial do Município www.imbituba.sc.gov.br - Portal da Transparência

Imbituba, 26 de maio de 2025.
Maria Madalena Domingo Nunes
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA PMI/SEGED Nº 822/2025

Publicação Nº 7253379

PORTARIA PMI/SEGED Nº 822, de 23 de maio de 2025.
Dispõe sobre o reconhecimento da aprovação em estágio probatório do servidor(a) público(a) municipal de carreira, com a consequente estabilidade no serviço público, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de novembro de 2014 e Decreto PMI n. 164, de 5 de outubro de 2021;
Considerando o decurso do prazo de três anos desde a posse dos servidores abaixo descritos;
Considerando que durante o período de estágio probatório os servidores foram avaliados mediante avaliação de desempenho pela chefia imediata ou respectivo Secretário;
Considerando que nas avaliações os servidores obtiveram a nota igual ou superior a 700 pontos;
Considerando os princípios que regem o serviço público, mormente os previstos no art. 37 da Constituição Federal;
Considerando, ainda, o disposto no art. 41 da CF e o contido no Memorando nº 16.240/2025;
RESOLVE:
Art. 1º Reconhecer, mediante a aprovação em estágio probatório, a respectiva estabilidade após três anos de efetivo exercício no serviço público, do(a) servidor(a) municipal de carreira abaixo descrito(a):

Matr.	Contrato	Servidor	Cargo	Data Admissão	Secretaria
12460	5	ANA REGINA LOPES	Técnico de Enfermagem	03/05/2022	SEMSA
12468	2	CAREM CRISTIANE RUARO DOS REIS	Agente Administrativo	05/05/2022	SSP
12467	1	FABIANA DA SILVA	Técnico de Enfermagem	16/05/2022	SEMSA
12497	2	MARCEL DAVID DE SOUZA	Técnico em Informática	16/05/2022	SEMSA
12484	1	MARCELO DE SOUZA	Agente Administrativo	09/05/2022	SSP
12501	1	MATHEUS ALVES ALEXANDRE	Técnico em Informática	17/05/2022	SEGED
12489	1	MILSOM CARLOS DE MELLO	Servente Merendeira	13/05/2022	SEDEJ
12482	1	PRISCILA REGINA PIRES	Servente Merendeira	09/05/2022	SEDEJ
12480	2	PRISCILLA XAVIER MATOS	Servente Merendeira	02/05/2022	SEDEJ
12495	2	TILDA CAMPOS DAVID	Servente Merendeira	10/05/2022	SEDEJ
12481	1	VANESSA DE CARVALHO BOTELHO DE OLIVEIRA	Servente Merendeira	02/05/2022	SEDEJ
12502	3	VINI RIBEIRO FERNANDES	Fiscal Ambiental	16/05/2022	SSP

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de maio de 2025.
Michell Nunes
Prefeito Municipal

Giovane Ferreira Pereira
Secretário Municipal de Gestão e Desburocratização

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Chefe de Serviços de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEGED Nº 823/2025

Publicação Nº 7253408

PORTARIA PMI/SEGED Nº 823, de 23 de maio de 2025.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo 629/2025 e ainda o disposto na legislação em vigor;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. SONIA MARIA ANDRADE FERNANDES, Contador(a), inscrita na matrícula sob o n.º 02, admitida em 12/03/2010, referente ao q-inq-ênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2020 a 2025	02/06/2025 a 01/07/2025	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de maio de 2025.
	01/10/2025 a 30/10/2025	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de maio de 2025.
Michell Nunes
Prefeito Municipal

Giovane Ferreira Pereira
Secretário Municipal de Gestão e Desburocratização

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Chefe de Serviços de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEGED Nº 824/2025

Publicação Nº 7253506

PORTARIA PMI/SEGED Nº 824, de 23 de maio de 2025.
Dispõe sobre a Nomeação de Professor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o(s) Protocolo(s) abaixo descrito(s);
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado, para exercer o cargo de Professor(a), com a remuneração consignada na legislação pertinente, de acordo com o quadro a seguir:

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	MOTIVO	ADMISSÃO	PROT.
Fabiula Cypriano Dos Santos	Prof II Ed Infantil 20h	052.XXX.XXX-56	PSS 06/2024	Demanda Tempora- rária	26/05/2025	11.710/2025
Fabiula Cypriano Dos Santos	Prof II Ed Infantil 20h	052.XXX.XXX-56	PSS 06/2024	Demanda Tempora- rária	27/05/2025	11.710/2025

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.
Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.
Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 3º.
Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de maio de 2025.
Giovane Ferreira Pereira
Secretário Municipal de Gestão e Desburocratização

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Chefe de Serviços de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEGED Nº 827/2025

Publicação Nº 7253572

PORTARIA PMI/SEGED Nº 827, de 23 de maio de 2025.
Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor e considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;
RESOLVE:
Art. 1º Promover, o(a) servidor(a) municipal de carreira abaixo relacionado(a), através do instituto da Evolução Funcional mediante PRO-MOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Nome	Matrícula	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Protocolo
Anderson Teixeira Oliveira	14032-1	Monitor de Ônibus Escolar	3.1	3.2	11.535/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de maio de 2025.
Michell Nunes Giovane Ferreira Pereira
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Gestão e Desburocratização

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Chefe de Serviços de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEGED Nº 825 A 826 /2025

Publicação Nº 7253508

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEGED Nº 825 a 826 /2025

O Secretário Municipal de Gestão e Desburocratização, Sr. GIOVANE FERREIRA PEREIRA, em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 5.548, de 22 de janeiro de 2025, em de acordo com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, ainda considerando todo o disposto na legislação em vigor, EMPOSSA nesta data, o(a) servidor(a) nomeado(a) pela PORTARIA PMI/SEGED Nº 824, de 23 de maio de 2025, para exercer o cargo de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado abaixo descrito.
Art. 1º O(a) servidor(a) abaixo descrito(a), apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

PPE	NOME	CARGO	CPF/RG	CERTAME	MOTIVO	POSSE
825	Fabiula Cypriano Dos Santos	Prof II Ed Infantil 20h	052.XXX.XXX-56	PSS 06/2024	Demanda Temporária	26/05/2025
826	Fabiula Cypriano Dos Santos	Prof II Ed Infantil 20h	052.XXX.XXX-56	PSS 06/2024	Demanda Temporária	27/05/2025

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, o(a) servidor(a) entra em exercício na(s) data(s) descritas acima.
Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Imbituba, 23 de maio de 2025.

Giovane Ferreira Pereira
Secretário Municipal de Gestão e Desburocratização
Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Chefe de Serviços de Atos de Pessoal

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

11ª SESSÃO ORDINÁRIA (22.04.25)

Publicação Nº 7252323

Ata da 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, realizada no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Plenário Alfredo de Souza. Sob a Presidência do Vereador Jorge Luiz Sardo, e secretariado pelos vereadores Leonir Pedro Braun, José Gabriel Pinheiro. À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: Aldori Rengel, Claudio Luis Cordova Vargas, Jaison da Silva, Jorge Luiz Sardo e Leonir Pedro Braun. verificado então o número regimental com a presença de cinco Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta à sessão. Foi realizada a leitura, discussão e aprovação da ordem do dia e da ata da sessão anterior. E realizada a leitura das correspondências. Ato continuou foi realizada a Leitura das Seguintes Matéria Legislativas: PROJETO DE LEI Nº 15/2025 - "Dispõe sobre parcerias do município com pessoas jurídicas de direito privado, qualificado como organização social, por meio de contrato de gestão, e dá outras providências". MOÇÃO Nº 04/2025 – Autoria: Todos os Vereadores => Moção de Apelo para tornar facultativa a vacina para Covid em crianças de seis meses a menores de cinco anos. MOÇÃO Nº 05/2025 – Autoria: Todos os Vereadores => Moção de Apoio a dois projetos em tramitação no Congresso Nacional, o PDL 03/2025 e o PL 1904/2024, que tratam do aborto. INDICAÇÃO Nº 21/2025 – Autoria: Vereador JAISON DA SILVA => Sugere ao Executivo Municipal que aumente o desconto para pagamento à vista do IPTU para 15% e, por outro lado, amplie o número de parcelas para 10 vezes. INDICAÇÃO Nº 22/2025 – Autoria: Vereador JAISON DA SILVA => Sugere ao Executivo Municipal que melhore a identificação das ruas, haja visto muitas delas não terem placas indicativas ou estarem danificadas. INDICAÇÃO Nº 23/2025 – Autoria: Vereador CLÁUDIO LUIZ CORDOVA VARGAS => Propõe ao Executivo Municipal que amplie o número de coletras de lixo no interior para 2 vezes ao mês (a cada 15 dias). INDICAÇÃO Nº 24/2025 – Autoria: Vereador LEONIR PEDRO BRAUN => Propõe ao Executivo Municipal, melhorias na iluminação pública do centro da cidade e saídas para o interior com a substituição das lâmpadas convencionais, em especial as de sódio, pelas lâmpadas de LED, mais eficientes. Segue não havendo inscritos para a Palavra Livre de Grande Expediente seguiu-se para o Momento da Presidência onde o Senhor VEREADOR PRESIDENTE: JORGE LUIZ SARDO: Cumprimentou Vereadores e demais na Plenária. Convida a todos para participarem da Final do Campeonato de Futebol de Campo no próximo sábado. E também convida a todos a prestigiarem a festa do Capela da Comunidade de Campo da Flores no próximo final de semana. E encerrando o Momento da Presidência declarou intervalo de cinco minutos. Na reabertura o Senhor Presidente seguindo para Ordem do Dia colocou em 02ª Discussão PROJETO DE LEI Nº 13/2025 – Autoriza o Executivo Municipal a criar crédito especial suplementar ao Orçamento Corrente. Aprovado por unanimidade em 02ª Votação. Ato contínuo colocou em 01ª Discussão o PROJETO DE LEI Nº 14/2025 – Dispõe sobre a autorização para pagamento de despesas pendentes referente ao exercício financeiro de 2014 e das outras providências. Aprovado por unanimidade em 01ª Votação. Ato contínuo colocou em Discussão a MOÇÃO Nº 04/2025 – Autoria: Todos os Vereadores => Moção de Apelo para tornar facultativa a vacina para Covid em crianças de seis meses a menores de cinco anos. Aprovado por unanimidade em votação única. Ato contínuo colocou em Discussão a MOÇÃO Nº 05/2025 – Autoria: Todos os Vereadores => Moção de Apoio a dois projetos em tramitação no Congresso Nacional, o PDL 03/2025 e o PL 1904/2024, que tratam do aborto. Aprovado por unanimidade em votação única. E não havendo mais Matéria Legislativa a ser Discutida ou Votada na Ordem do Dia o Senhor Presidente concedeu espaço para Explicações Pessoais: VEREADOR LEONIR PEDRO BRAUN: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais que assistem. Justifica Indicação 24 para troca das lâmpadas. Apresentando ser um processo em curso em várias cidades e que apresenta benefícios como menor consumo de energia, maior vida útil, melhor qualidade da luz e redução no custo de manutenção. Segue convida a população para a final do campeonato de futebol de campo no próximo sábado com disputa de terceiro lugar entre Bracatinga e Alto Garrafão e a final entre Nova e Alemanha e Campo das Flores. Destaca que a participação das pessoas ajuda a valorizar o esporte no município. VEREADOR JAISON DA SILVA: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais que assistem. Justificando sua Indicação para aumento no desconto do IPTU valorizando quem paga a vista. E o aumento da quantidade de parcelas ajuda a quem tem o orçamento mais apertado, ressaltando que o cidadão quer manter o seu nome limpo. Segue fala sobre a Indicação das placas que observa várias placas desgastadas pelo tempo e pela depredação, assim que fossem avaliadas e recuperadas, também há aquelas sem a sinalização como exemplo o trecho da Rodovia Prefeito Valdemiro Luis Capistrano, e destacando que o cuidado com as placas ajuda a embelezar o município. Segue comentou de visita ao gabinete do Deputado Estadual Camilo Martins aonde protocolou o pedido de cem mil reais para aquisição de um veículo para Secretária de Agricultura. VEREADOR CLAUDIO LUIS CORDOVA VARGAS: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais que assistem. Reforçando sua Indicação para que a coleta do lixo no interior fosse feita duas vezes por mês. Apresenta que é muito ruim a coleta uma única vez por mês para as famílias do interior e que se aumentasse para pelo menos duas. Destaca que também apresentou essa demanda ao Secretário de Administração Elimar para revisar este contrato. Ressalta ainda que é somente coletado o lixo seco, que poderia ser estudo a coleta dos outros tipos. E não havendo mais inscritos para a explicações pessoais o Senhor Presidente Vereador Jorge Luiz Sardo agradeceu a presença de todos e marcou a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas no Plenário Alfredo de Souza, e em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a Sessão da qual, eu Daniel Augusto Schmoller, lavrei a presente Ata que será lida e se considerada a rigor, será datada e assinada por todos os membros presentes da mesa diretora.

Imbuia, 28 de abril de 2025.

Jorge Luiz Sardo Presidente			
Leonir Pedro Braun 01ª Secretário		José Gabriel Pinheiro 02ª Secretário	

Indaial

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE CONTRATO INDIAMARA SOUZA DE OLIVEIRA Nº 01

Publicação Nº 7251272

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO 12867 – 01/2025

CONTRATADO(A): INDIAMARA SOUZA DE OLIVEIRA

CPF: 088.881.999-42

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE ADITIVO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 20 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.458,23

PRAZO: 19 de maio de 2025 a 25 de julho de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE CONTRATO VANESSA REGINA PEREIRA CARDOZO Nº 07

Publicação Nº 7251323

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO 840807 – 07/2025

CONTRATADO(A): VANESSA REGINA PEREIRA CARDOZO

CPF: 074.601.069-92

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE ADITIVO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 20 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.458,23

PRAZO: 20 de maio de 2025 a 25 de julho de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO FRANCIDETE FERREIRA SANTOS Nº 1

Publicação Nº 7252207

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO CONTRATO 68162 – 01/2025

CONTRATADO(A): FRANCIDETE FERREIRA SANTOS

CPF: 868.960.672-68

PROCESSO SELETIVO 011/2025

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 30 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2025.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 3.687,34

PRAZO: 12 de maio de 2025 a 23 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO LUIZ FELIPE MENTONI SCHUTZ N° 06

Publicação N° 7251339

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 11006463– 06/2025

CONTRATADO(A): LUIZ FELIPE MENTONI SCHUTZ

CPF: 077.437.889-11

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE SALA E.M, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.200,06

PRAZO: 27 de janeiro de 2025 a 19 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO NATALI JORDAN Nº 07

Publicação Nº 7251344

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 1000042550 – 07/2025

CONTRATADO(A): NATALI JORDAN

CPF: 039.566.569-89

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.916,45

PRAZO: 27 de janeiro de 2025 a 12 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2025.

PORTARIA RH 1437/2025

Publicação Nº 7251421

PORTARIA Nº 1437/2025
14 de maio de 2025

Retifica Portaria nº 1135/2025 que:
Concede Férias /
Shirlei Cavilia Camilotti

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 19 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 e 2023/2024 à servidora Shirlei Cavilia Camilotti, admitida em 19 de junho de 2001, ocupante do cargo de Monitor de Creche Domiciliar, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2021/2022

- 13 (treze) dias de férias usufruídas de 14 de maio de 2025 a 26 maio de 2025;
- 12 (doze) dias de férias usufruídas de 30 de novembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 31 de julho de 2023 a 04 de agosto de 2023;

Período 2023/2024

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Passa a se ler:

Período 2021/2022

- 13 (treze) dias de férias usufruídas de 21 de maio de 2025 a 02 junho de 2025;
- 12 (doze) dias de férias usufruídas de 30 de novembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 31 de julho de 2023 a 04 de agosto de 2023;

Prefeitura de Indaial, em 14 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1441/2025

Publicação Nº 7251422

PORTARIA Nº 1441/2025
14 de maio de 2025

Retifica Portaria nº 1145/2025 que:
Concede Férias /
Cláudio Antonio Bastiani

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 31 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 à servidora Cláudio Antonio Bastiani, admitida em 13 de dezembro de 2012, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2022/2023

- 30 (trinta) dias de férias usufruídas de 20 de maio de 2025 a 18 de junho de 2025;

Passa a se ler:

Período 2022/2023

- 30 (trinta) dias de férias usufruídas de 20 de maio de 2025 a 18 de junho de 2025;
- 30 (trinta) dias de férias indenizadas;

Prefeitura de Indaial, em 14 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1442/2025

Publicação Nº 7251423

PORTARIA Nº 1442/2025
24 de abril de 2025

Retifica Portaria nº 1256/2025 que:
Concede Férias /
Jociel Rockenbach

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 19 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2023/2024 ao servidor Jociel Rockenbach, admitido em 01 de março de 2023, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2023/2024

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 19 de maio de 2025 à 02 de junho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 15 de julho de 2024 à 24 de julho de 2024;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 01 de abril de 2024 à 05 de abril de 2024;

Período 2024/2025

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Passa a se ler:

Período 2023/2024

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 19 de maio de 2025 à 02 de junho de 2025;
- 15 (quinze) dias de férias indenizados;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 15 de julho de 2024 à 24 de julho de 2024;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 01 de abril de 2024 à 05 de abril de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 24 de abril de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1443/2025

Publicação Nº 7251424

PORTARIA Nº 1443/2025
14 de maio de 2025

Retifica Portaria nº 1139/2025 sobre Ferias:
Concede Férias /
Patrick Eduardo Pereira

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 20 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2023/2024 e 2024/2025 à servidora Patrick Eduardo Pereira, admitida em 01 de fevereiro de 2023, ocupante do cargo de Agente de Endemias, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2023/2024

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 19 de maio de 2025 a 02 de junho de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 04 de novembro de 2024 a 08 de novembro de 2024;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 29 de julho de 2024 a 07 de agosto de 2024;

Período 2024/2025

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Passa a se ler:

Período 2023/2024

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 19 de maio de 2025 a 02 de junho de 2025;
- 15 (quinze) dias de férias indenizadas;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 04 de novembro de 2024 a 08 de novembro de 2024;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 29 de julho de 2024 a 07 de agosto de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 14 de abril de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1444/2025

Publicação Nº 7251426

PORTARIA Nº 1441/2025
14 de maio de 2025

Retifica Portaria nº 1265/2025 sobre:
Concede Férias /
Andréia Taine Brassiani

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 22 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2023/2024 à servidora Andréia Taine Brassiani, admitida em 03 de setembro de 2012, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2023/2024

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 21 de maio de 2025 à 09 de junho de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 22 de abril de 2025 à 26 de abril de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal.

Passa a se ler:

Período 2023/2024

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 21 de maio de 2025 à 30 de maio de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 22 de abril de 2025 à 26 de abril de 2025;
- 15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 14 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1445/2025

Publicação Nº 7251427

PORTARIA Nº 1445/2025
15 de maio de 2025
Regulamenta Situação Funcional/Férias
Nilza Pereira Da Cruz

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 28 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2023/2024, da servidora Nilza Pereira Da Cruz, ocupante do cargo de Agente comunitário de saúde do quadro de pessoal deste município, admitida em 16 de novembro de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2023/2024

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 04 de junho de 2025 à 18 de junho de 2025;
- 15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1446/2025

Publicação Nº 7251428

PORTARIA Nº 1446/2025
15 de maio de 2025
Concede Férias /
Anelise Kuehn Brignoli

CESAR DOMENICO POLTRONIERI, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação de Férias protocolada pela servidora em 08 de maio de 2024, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo 2023/2024 à servidora Anelise Kuehn Brignoli, admitida em 07 de abril de 2008, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2023/2024

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 09 de junho de 2025 à 23 de junho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 15 de fevereiro de 2025 à 24 de fevereiro de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1447/2025

Publicação Nº 7251430

PORTARIA Nº 1447/2025
15 de maio de 2025
Concede Férias
Cristiano Candido

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 08 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período 2024/2025 do servidor Cristiano Candido, admitido em 08 de junho de 1994, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2024/2025

- 30 (trinta) dias de férias usufruídas de 09 de junho de 2025 à 08 de julho de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1448/2025

Publicação Nº 7251431

PORTARIA Nº 1448/2025
15 de maio de 2025
Concede Férias /
Bárbara Roedel Berri

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 08 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativo ao período aquisitivo 2022/2023 à servidora Bárbara Roedel Berri, admitida em 01 de outubro de 2011, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 09 de junho de 2025 à 13 de junho de 2025;
- 25 (vinte e cinco) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1449/2025

Publicação Nº 7251432

PORTARIA Nº 1449/2025
15 de maio de 2025
Concede Férias
Maikon Coelho

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 30 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo(s) ao(s) período(s) aquisitivo(s) 2021/2022 e 2022/2023, do servidor Maikon Coelho, admitido em 01 de março de 2018, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2021/2022

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 24 de janeiro de 2024 à 02 de fevereiro de 2024;
- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia e pagamento no mês de agosto de 2022.

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 11 de junho de 2025 à 20 de junho de 2025;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1450/2025

Publicação Nº 7251433

PORTARIA Nº 1450/24
15 de maio de 2025
Concede Férias /
Kezia Mercedes Oliveira dos Santos

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 2023/2024 e 2024/2025 da servidora Kezia Mercedes Oliveira dos Santos, admitida em 19 de março de 2018, ocupante do cargo de Enfermeiro IV do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2023/2024

- 14 (quatorze) dias de férias usufruídas de 12 de junho de 202 a 25 de junho de 2025;
- 11 (onze) dias de férias usufruídas de 04 de novembro de 2024 a 14 de novembro de 2024;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 09 de setembro de 2024 a 13 de setembro de 2024;

Período 2024/2025

- 16 (dezesseis) dias de férias usufruídas de 26 de junho de 202 a 11 de julho de 2025;
- 14 (quatorze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública municipal.

Município de Indaial, em 15 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1451/2025

Publicação Nº 7251434

PORTARIA Nº 1387/2025

15 de maio de 2025

Cancela Portaria nº 1387/2025 que:

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Allan Richard Bartel

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 16 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2018/2023 à servidora Allan Richard Bartel, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal desta prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2018/2023

-90 (noventa) dias de licença usufruídos de 05 de junho de 2025 a 02 de setembro de 2025;

Passa a se ler:

Período 2018/2023

-90 (noventa) dias de licença a serem usufruídos em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1452/2025

Publicação Nº 7251435

PORTARIA Nº 1452/2025

15 de maio de 2025

Regulamenta Situação Funcional/Férias

Caroline de Souza

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023 e 2023/2024, da servidora Caroline de Souza, admitida em 14 de outubro de 2014, ocupante do cargo de Atendente de Farmácia do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

-15 (quinze) dias de férias usufruídos de 16 de junho de 2025 a 30 de junho de 2025;

-15 (quinze) dias de férias usufruídos de 16 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024;

Período 2023/2024

-05 (cinco) dias de férias usufruídos de 01 de julho de 2025 a 05 de julho de 2025;

-25 (vinte e cinco) dias de férias a serem usufruídos em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1453/2025

Publicação Nº 7251436

PORTARIA Nº 1453/2025

15 de maio de 2025

Regulamenta Situação Funcional/Férias

Lislaine Paul Lopes

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei

Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 29 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2024/2025, da servidora Lislane Paul Lopes, ocupante do cargo de Técnico de enfermagem do quadro de pessoal deste município, admitida em 01 de fevereiro de 2024, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2024/2025

-30 (trinta) dias de férias usufruídas de 16 de junho de 2025 à 15 de julho de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1454/2025

Publicação Nº 7251438

PORTARIA Nº 1454/2025

15 de maio de 2025

Concede Férias/

Cristiana Ferretti

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 25 de março de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao(s) período(s) aquisitivo(s) 2022/2023, da servidora Cristiana Ferretti, admitida em 03 de outubro 2018, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem II do quadro de servidores desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

-15 (quinze) dias de férias usufruídas de 18 de junho de 2025 à 02 de julho de 2025;

-15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1456/2025

Publicação Nº 7251442

PORTARIA Nº 1456/2025

15 de maio de 2025

Concede Férias

Sabrina Pires De Queiroz

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 07 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativo ao período aquisitivo 2023/2024 ao servidor Sabrina Pires De Queiroz, admitido em 13 de janeiro de 2023, ocupante do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2023/2024

-19 (dezenove) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 11 de julho de 2025;

-11 (onze) dias de férias usufruídas de 24 de fevereiro de 2025 a 06 de março de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 15 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1457/2025

Publicação Nº 7251447

PORTARIA Nº 1457/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
Ariane Raquel Bilk Tavares

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 29 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2023/2024, da servidora Ariane Raquel Bilk Tavares, admitida em 02 de abril de 2012, ocupante do cargo de Telefonista do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2023/2024

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 12 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1458/2025

Publicação Nº 7251449

PORTARIA Nº 1458/2025
16 de maio de 2025
Regulamenta Situação Funcional/Férias
Jovanca Almeida Pereira

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 10 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2024/2025, da servidora Jovanca Almeida Pereira, ocupante do cargo de Monitora Social, admitida em 09 de abril de 2019, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2024/2025

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 07 de julho de 2025;
- 15 (quinze) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1459/2025

Publicação Nº 7251451

PORTARIA Nº 1459/2025
16 de maio de 2025
Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.
Jociane Pires

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 26 de fevereiro de 2025, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2018/2024 à servidora Jociane Pires, ocupante do cargo de Técnico de enfermagem do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2018/2024

-60 (sessenta) dias usufruídos de 22 de abril de 2025 a 20 de junho de 2025;
-30 (trinta) dias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1460/2025

Publicação Nº 7251452

PORTARIA Nº 1460/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
José Carlos Mandel

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 06 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativo ao período aquisitivo 2022/2023 e 2023/2024, ao servidor José Carlos Mandel, admitido em 03 de setembro de 2019, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

-06 (seis) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 28 de junho de 2025;
-05 (cinco) dias de férias usufruídos de 18 de dezembro de 2023 à 22 de dezembro de 2023;
-19 (dezenove) dias de férias usufruídos de 08 de janeiro de 2024 à 26 de janeiro de 2024;

Período 2023/2024

-30 (trinta) dias de férias usufruídos de 29 de junho de 2025 a 28 de julho de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1461/2025

Publicação Nº 7251455

PORTARIA Nº 1461/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias /
Lenilson Bonelli

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 24 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2023/2023 e 2024/2024 ao servidor Lenilson Bonelli, admitido em 01 de janeiro de 2010, ocupante do cargo de Vigia, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2023/2023

-10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
-20 (vinte) dias de férias usufruídas de 28 de outubro de 2024 a 16 de novembro de 2024;

Período 2023/2023

-05 (cinco) dias de férias usufruídas de 03 de julho de 2025 a 07 de julho de 2025;
-25 (vinte e cinco) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1462/2025

Publicação Nº 7251458

PORTARIA Nº 1462/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias /
Carlos José Koehler

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 05 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 e 2023/2024 ao servidor Carlos José Koehler, admitido em 24 de outubro de 1994, ocupante do cargo de Pintor de Obras, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia.
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 28 de outubro de 2024 a 06 de novembro de 2024.
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 08 de julho de 2024 a 17 de julho de 2024.

Período 2023/2024

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1463/2025

Publicação Nº 7251460

PORTARIA Nº 1463/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
Paulo Adriano de Andrade Paz

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 07 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo a cada período aquisitivo 2023/2024 e do servidor Paulo Adriano de Andrade Paz, admitido em 16 de maio de 2019, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2023/2024

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 10 (dez) dias de férias usufruídos de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídos de 12 de março de 2025 a 21 de março de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1464/2025

Publicação Nº 7251461

PORTARIA Nº 1464/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
Luiz Sérgio Santos Cunha

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 06 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 ao servidor Luiz Sérgio Santos Cunha, admitido em 16 de abril de 2018, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 25 de janeiro de 2024 a 13 de fevereiro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1465/2025

Publicação Nº 7251464

PORTARIA Nº 1465/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias /

Jorge Luiz Koehler

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 11 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 ao servidor Jorge Luiz Koehler, admitido em 05 de novembro de 2021, ocupante do cargo de Aux. Administrativo, do quadro de pessoal desta prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de convertidos em pecúnia e pagos em julho de 2024;
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1466/2025

Publicação Nº 7251466

PORTARIA Nº 1466/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias /

Marciano Scheitz

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 07 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 ao servidor Marciano Scheitz, admitido em 02 de setembro de 2011, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1467/2025

Publicação Nº 7251468

PORTARIA Nº 1467/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias /
Antônio Wandenilson Martins Silva

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 11 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2022/2023 e 2023/2024 ao servidor Antônio Wandenilson Martins Silva, admitido em 02 de março de 2018, ocupante do cargo de Operador de Rolo Compactador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 23 de setembro de 2024 a 12 de outubro de 2024.

Período 2023/2024

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 03 de julho de 2025 a 12 de julho de 2025;
- 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1468/2025

Publicação Nº 7251471

PORTARIA Nº 1468/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
Esther Laemmel

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 16 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2023/2024, da servidora temporária Esther Laemmel, ocupante do cargo de Psicóloga, admitida em 01 de setembro de 2022, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2023/2024

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 12 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídos de 27 de novembro de 2024 à 06 de dezembro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1469/2025

Publicação Nº 7251474

PORTARIA Nº 1469/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias /
Tamires Schwanz

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 25 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 2022/2023 da servidora Tamires Schwanz, admitida em 01 de

dezembro de 2021, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 05 (cinco) dias de férias usufruídos de 23 de junho de 2025 a 27 de junho de 2025;
- 15 (quinze) dias de férias usufruídos de 06 de janeiro de 2025 a 10 de janeiro de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídos de 13 de março de 2024 a 22 de março de 2024;

Município de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1470/2025

Publicação Nº 7251476

PORTARIA Nº 1470/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias /

Ana Luisa Pedron Bona

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação protocolada pela servidora em 27 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo 2021/2022 à servidora Ana Luisa Pedron Bona, admitida em 02 de outubro de 2018, ocupante do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2021/2022

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias convertidas em pecúnia;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 05 de maio de 2025 a 14 de maio de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1471/2025

Publicação Nº 7251477

PORTARIA Nº 1471/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias /

Janaina Cristina Engel Machado

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 31 de março de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativo ao período aquisitivo 2022/2023 à servidora Janaina Cristina Engel Machado, admitida em 04 de março de 2020, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2022/2023

- 20 (vinte) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 12 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 20 de maio de 2025 a 29 de maio de 2025;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1472/2025

Publicação Nº 7251479

PORTARIA Nº 1472/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
Suhellen Vicenzi Dengo

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 25 de março de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023, da servidora Suhellen Vicenzi Dengo, admitida em 01 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Odontólogo III do quadro de servidores desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

- 12 (doze) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 04 de julho de 2025;
- 12 (doze) dias de férias usufruídos de 05 de maio de 2025 à 16 de maio de 2025;
- 06 (deis) dias de férias a serem usufruídos em época oportuna de acordo com a Administração Pública;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1473/2025

Publicação Nº 7251482

PORTARIA Nº 1473/2025
16 de maio de 2025
Concede Férias
Erica Loreni Satur dos Santos

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 27 de março de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2022/2023, da servidora temporária Erica Loreni Satur dos Santos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, admitida em 06 de agosto de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

- 08 (oito) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 30 de julho de 2025;
- 08 (oito) dias de férias indenizados;
- 12 (doze) dias de férias usufruídos de 06 de janeiro de 2025 à 17 de janeiro de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídos de 25 de julho de 2024 à 03 de agosto de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1474/2025

Publicação Nº 7251483

PORTARIA Nº 1474/2025
16 de maio de 2024
Concede/Férias
Roberto Mathiussi

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 28 de fevereiro de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período 2020/2021 ao servidor Roberto Mathiussi, admitido em 15 de julho de 2015, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2020/2021

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 09 de junho de 2025 à 18 de junho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias convertidos em pecúnia e pagamento no mês de fevereiro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2024

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1475/2025

Publicação Nº 7251485

PORTARIA Nº 1475/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias

Tamara Borges De Jesus

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 06 de março de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2023/2024, do servidor Tamara Borges De Jesus, ocupante do cargo de Médico Veterinário, admitido em 01 de agosto de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2023/2024

- 13 (treze) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 05 de julho de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 05 de maio de 2025 à 09 de maio de 2025;
- 12 (doze) dias de férias usufruídas de 14 de outubro de 2024 à 25 de outubro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1476/2025

Publicação Nº 7251487

PORTARIA Nº 1476/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias

Gelci Paula da Silva

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação protocolada pelo servidor em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias relativo ao período 2022/2023 à servidora Gelci Paula da Silva, admitida em 01 de março de 2018, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de servidores desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2022/2023

- 15 (quinze) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 07 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 22 de abril de 2025 à 01 de maio de 2025;
- 05 (cinco) dias de férias usufruídas de 06 de dezembro de 2024 à 10 de dezembro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1477/2025

Publicação Nº 7251492

PORTARIA Nº 1477/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias /

João Ronaldo Duarte dos Santos

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 08 de maio de 2025, RESOLVE:

Homologar 30 (trinta) dias de férias, relativos a cada período aquisitivo 2024/2025 ao servidor João Ronaldo Duarte dos Santos, admitido em 17 de março de 2004, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2024/2025

- 12 (doze) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 27 de junho de 2025;
- 08 (oito) dias de férias usufruídas de 06 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 24 de junho de 2024 a 03 de julho de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1478/2025

Publicação Nº 7251493

PORTARIA Nº 1478/2025

16 de maio de 2025

Concede Férias

Rosangela Aparecida de Oliveira

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 25 de março de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2021/2022, com relação aos períodos de Férias, da servidora Rosangela Aparecida de Oliveira, admitida em 04 de novembro de 2019, ocupante do cargo de Enfermeira IV do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2021/2022

- 10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
- 10 (dez) dias de férias usufruídos de 16 de novembro de 2023 à 25 de novembro de 2023;
- 10 (vinte) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1479/2025

Publicação Nº 7251494

PORTARIA Nº 1479/2025

16 de maio de 2025

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Ana Cláudia Barbaresco

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 16 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2015/2020 à servidora Ana Cláudia Barbaresco, ocupante do cargo de Psicóloga do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2015/2020

- 30 (trinta) dias de licença usufruídos de 23 de junho de 2025 a 22 de julho de 2025;
- 30 (trinta) dias de licença usufruídos de 17 de julho de 2023 a 15 de agosto de 2023;
- 30 (trinta) dias de licença usufruídos de 05 de agosto de 2021 a 03 de setembro de 2021;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1480/2025

Publicação Nº 7251496

PORTARIA Nº 1480/2025
16 de maio de 2025

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /
Alcemir Pisetta

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 23 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 ao servidor Alcemir Pisetta, ocupante do cargo de PRF II 20 h/s do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2008/2013

-30 (trinta) dias de licença usufruídos de 19 de junho de 2025 a 18 de julho de 2025;

-60 (sessenta) dias de licença a serem usufruídos de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 16 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1481/2025

Publicação Nº 7251566

PORTARIA Nº 1481/2025
19 de maio de 2025

Exonera / Alexandra Zamboni Borges

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 06 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Alexandra Zamboni Borges, ocupante do cargo de Médico clínico, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 30 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025

SILVIO CÉSAR DA SILVA

Prefeito

DANIELA VOGEL

Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1482/2025

Publicação Nº 7251567

PORTARIA Nº 1482/2025
19 de maio de 2025

Exonera / Gislene Razini

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 05 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Gislene Razini, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 05 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025

SILVIO CÉSAR DA SILVA

Prefeito

DANIELA VOGEL

Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1483/2025

Publicação Nº 7251583

PORTARIA Nº 1483/2025
19 de maio de 2025

Exonera / Elizandra Fontana

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 29 de abril de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Elizandra Fontana, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 30 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1484/2025

Publicação Nº 7251584

PORTARIA Nº 1484/2025
19 de maio de 2025

Exonera / Ana Flávia Vanelli Rezini

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 05 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Ana Flávia Vanelli Rezini, ocupante do cargo de auxiliar de sala, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 05 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1485/2025

Publicação Nº 7251585

PORTARIA Nº 1485/2025
19 de maio de 2025

Exonera / Marta Pereira

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 07 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Marta Pereira, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 07 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1486/2025

Publicação Nº 7251588

PORTARIA Nº 1486/2025

19 de maio de 2025

Retifica Portaria nº 984/2025 que:

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

TANIA REGINA VENDRAMIN

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação protocolado pela servidora em 03 de abril de 2025, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2018/2023 à servidora Tania Regina Vendramin, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Onde se lê:

Período 2018/2023

-30 (trinta) dias de licença usufruídos entre 25 de março de 2025 à 23 de abril de 2025

-30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia e pagamento no mês de agosto de 2024;

-30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia e pagamento no mês de dezembro de 2023;

Passa a se ler:

Período 2018/2023

-30 (trinta) dias de licença usufruídos entre 09 de abril de 2025 à 09 de maio de 2025

-30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia e pagamento no mês de agosto de 2024;

-30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia e pagamento no mês de dezembro de 2023;

Prefeitura de Indaial, em 19 de maio de 2025

DANIELA VOGEL

Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1487/2025

Publicação Nº 7251590

PORTARIA Nº 1487/2025

19 de maio de 2025

Exonera / Geovani Gonçalves De Oliveira

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Geovani Gonçalves De Oliveira, ocupante do cargo de auxiliar de sala, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 12 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025

SILVIO CÉSAR DA SILVA

Prefeito

DANIELA VOGEL

Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1488/2025

Publicação Nº 7251592

PORTARIA Nº 1488/2025

19 de maio de 2025

Exonera / Rafaela Cristina Marcellino Moraes

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Rafaela Cristina Marcellino Moraes, ocupante do cargo de auxiliar de creche E.M, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 12 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1489/2025

Publicação Nº 7251595

PORTARIA Nº 1489/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Perlonnya Mozarth Lopes Simoes

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 13 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Perlonnya Mozarth Lopes Simoes, ocupante do cargo de auxiliar creche E.M, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 13 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1490/2025

Publicação Nº 7251597

PORTARIA Nº 1490/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Ione Lea Pereira Klein

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 13 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Ione Lea Pereira Klein, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 13 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1491/2025

Publicação Nº 7251605

PORTARIA Nº 1491/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Joanilda Aparecida Rodrigues Furtado

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 13 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Joanilda Aparecida Rodrigues Furtado, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 13 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1492/2025

Publicação Nº 7251607

PORTARIA Nº 1492/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Amanda Caroline Felipe

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 13 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Amanda Caroline Felipe, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 13 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1493/2025

Publicação Nº 7251610

PORTARIA Nº 1493/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Stefany Francieli Jennrich

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 13 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Stefany Francieli Jennrich, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 13 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1494/2025

Publicação Nº 7251611

PORTARIA Nº 1494/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Natali Jordan

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Natali Jordan, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 12 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1495/2025

Publicação N° 7251613

PORTARIA N° 1495/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Maria Terezinha Marques

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Maria Terezinha Marques, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 12 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1496/2025

Publicação N° 7251616

PORTARIA N° 1496/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Marlides Reolon Chaves Boldrini

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 12 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Marlides Reolon Chaves Boldrini, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 12 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1497/2025

Publicação N° 7251618

PORTARIA N° 1497/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Alice Jessica Silva Macedo De Sousa

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 09 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Alice Jessica Silva Macedo De Sousa, ocupante do cargo de auxiliar de creche, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 09 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1498/2025

Publicação N° 7251622

PORTARIA N° 1498/2025
19 de maio de 2025
Exonera / Laurina Krueger

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar n° 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pelo(a) servidor(a) em 09 de maio de 2025, RESOLVE:

Exonerar a pedido do(a) servidor(a) Laurina Krueger, ocupante do cargo de auxiliar de creche E.M, do quadro de pessoal desta prefeitura, a partir de 09 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1499/2025

Publicação N° 7251624

PORTARIA N° 1499/2025
19 de maio de 2025
Promoção por nova Titulação/Qualificação / José Pedro Kaffer

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N° 105/10, em seus artigos 18 e 19 e demais dispositivos legais em vigor e de acordo com a Decisão n° 82/2025 de 10 de maio de 2025, confeccionado pela Comissão permanente de Servidores em Estágio Probatório e de Promoção do artigo 19, instituída pelo Decreto n° 4300/2023 e alterações, RESOLVE:

Conceder 10% (dez por cento) ao vencimento base da servidora José Pedro Kaffer, ocupante do cargo de Porteiro, do quadro de pessoal desta prefeitura, tendo em vista a terceira promoção por nova titulação/qualificação, de acordo com os artigos 18 e 19 da Lei Complementar 105/10, alterada pela lei complementar 132/12, a partir do mês de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1500/2025

Publicação N° 7251625

PORTARIA N° 1500/2025
19 de maio de 2025
Concede Férias
Rosangela Aparecida de Oliveira

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10, em seu artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Documento de Férias protocolado pelo servidor em 25 de março de 2025, RESOLVE:

Homologa 30 (trinta) dias de férias relativo ao período aquisitivo 2021/2022, com relação aos períodos de Férias, da servidora Rosangela Aparecida de Oliveira, admitida em 04 de novembro de 2019, ocupante do cargo de Enfermeira IV do quadro de pessoal desta Prefeitura, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2021/2022
-10 (dez) dias de férias usufruídas de 20 de maio de 2025 a 29 de maio de 2025;
-10 (dez) dias de férias usufruídas de 23 de junho de 2025 a 02 de julho de 2025;
-10 (dez) dias de férias usufruídos de 16 de novembro de 2023 à 25 de novembro de 2023;

Prefeitura de Indaial, em 19 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1501/2025

Publicação Nº 7251626

PORTARIA Nº 1501/2025
19 de maio de 2025
Reconhece Estabilidade
Leonardo Domingos

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo com a Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 4300/22 de 20 de janeiro de 2022 e alterações, que considerou o (à) servidor(a) como APTO, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade ao(à) servidor(a) Leonardo Domingos, ocupante do cargo de Médico 40Hrs, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 15 de março de 2025.

Prefeitura de Indaial, em 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1502/2025

Publicação Nº 7251627

PORTARIA Nº 1502/2025
19 de maio de 2025
Averba Tempo de Contribuição
Clarice Pasqualina Ferrari

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VII, da lei Orgânica do Município, artigo 44 Lei Complementar 105/10 e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo(a) servidor(a) para AVERBAÇÃO do seu tempo de serviço em 16 de abril de 2025, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, emitida em 10 de abril de 2025, nº 20024020100128250 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 4433 (quatro mil quatrocentos e trinta e três) dias, ou 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 23 (vinte e três) dias ao (à) servidor(a) Clarice Pasqualina Ferrari, ocupante do cargo de Orientador Educacional. C.

Prefeitura de Indaial, 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito do Município de Indaial

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1503/2025

Publicação Nº 7251630

PORTARIA Nº 1503/2025
19 de maio de 2025

Averba Tempo de Contribuição
Daniela Cristina Fink

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VII, da lei Orgânica do Município, artigo 44 Lei Complementar 105/10 e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo(a) servidor(a) para AVERBAÇÃO do seu tempo de serviço em 14 de abril de 2025, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, emitida em 03 de abril de 2025, nº 20024020100103258 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 6826 (seis mil oitocentos e vinte e seis) dias, ou 18 (dezoito) anos, 8 (oito) meses e 16 (dezesseis) dias ao (à) servidor(a) Daniela Cristina Fink, ocupante do cargo de Professor C.

Prefeitura de Indaial, 19 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito do Município de Indaial

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1504/2025

Publicação Nº 7251631

PORTARIA Nº 1504/2025
19 de maio de 2025
Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.906/19 de 19 de dezembro de 2019, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal e considerando a Comunicação Interna NR 03/2025, confeccionada pela Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente em 30 de abril de 2025, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – cemitério Municipal, com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Irlan Alberto Xavier	Aux. de Serviços Gerais	01, 02, 10, 11, 24 e 25 (24 horas/cada)
Sebastião Marcos Bonet	Aux. de Serviços Gerais	03, 04, 17 e 18 (24 horas/cada)
Nivael Oliveira dos Santos	Calceteiro	03, 04, 17, 18 e 31 (24 horas/cada)
João Maria Custódio dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	01, 02, 10, 11, 24 e 25 (24 horas/cada)
Alexandra Preilipper	Aux. de Serviços Gerais	17, 18, 24, 25 e 31 (24 horas/cada)
Alice Helia Schulle	Aux. de Serviços Gerais	01, 03, 04, 10 e 11 (24 horas/cada)

Prefeitura Municipal de Indaial em 19 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1505/2025

Publicação Nº 7251759

PORTARIA Nº 1505/2025
19 de maio de 2025
Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Desenvolvimento Social

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto nº 367/17 de 24 de março de 2017, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e considerando Portaria nº 03, confeccionada pela Secretaria de Desenvolvimento Social em abril de 2025, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Lenir Ajarda	Assistente Social	(24 horas); (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Marinês Selau Lopes	Assistente Social	04 (24 horas); 05, 06 e 07 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Simone Furlan Nandi	Assistente Social	17 (24 horas); 12, 13, 14, 15 e 16 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Joelma Meneghelli	Assistente Social	01, 02 e 03 (24 horas);
Soraia Gutz Bona	Educador Social	31 (24 horas); 27, 28, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Claudiana Rodrigues De Andrade	Assistente Social	10 e 11 (24 horas); 08 e 09 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Adriana Knopp Tridapalli	Assistente Social	18 (24 horas); 19, 20, 21 e 22 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Lenir Ajarda	Assistente Social	24 e 25 (24 horas); 23 e 26 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
Amarildo Pegoretti	Motorista de Micro-ônibus	01, 02, 03, 04, 10 e 11 (24 horas); 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14 e 15 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)

Leonel Alves de Souza	Motorista	17, 18, 24, 25 e 31 (24 horas); 16, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s)
-----------------------	-----------	---

Prefeitura Municipal de Indaial em 19 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1506/2025

Publicação Nº 7251763

PORTARIA Nº 1506/2025
19 de maio de 2025

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – TI/ IDS

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 5.383/22 de 02 de dezembro de 2022, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação protocolado pela Secretaria de Saúde em 28 de abril de 2025, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Transportes, com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Lorena Klauberg	Assistente Administrativo	05, 06, 07, 08, 09, 19, 20, 21, 22 e 23 (das 18:00 h/s às 22:00 h/s cada).
Rodrigo Gonzaga	Técnico em Informática	05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 22:00 h/s cada).
Edson Calson	Técnico em Enfermagem	12, 13, 14, 15, 16, 26, 27, 28, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 22:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 19 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1507/2025

Publicação Nº 7251766

PORTARIA Nº 1507/2025
19 de maio de 2025

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Transportes

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 5.383/22 de 02 de dezembro de 2022, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação confeccionada pela Secretaria de Saúde, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Transportes, com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Felipe Barbieri Carvalho	Motorista	24 e 25 (24 horas/cada); 19, 20, 21, 22 e 23 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Eduarda Macedo	Técnico de enfermagem	17, 18, 24, 25 e 31 (24 horas/cada); 16, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Regivaldo Paz Alves	Motorista	17 e 18 (24 horas/cada); 13, 14, 15 e 16 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Adegildo Alves De Melo	Motorista	10 e 11 (24 horas/cada); 07, 08, 09 e 12 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Osmar Prim	Motorista	26, 27, 28, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Sandro Renato Cordeiro	Motorista	01, 02, 03, 04 e 31 (24 horas/cada); 05 e 06 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Aline Machado Dos Santos	Ag de controle endemias	01, 02, 03, 04, 10 e 11 (24 horas/cada); 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14 e 15 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 19 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1509/2025

Publicação Nº 7251785

PORTARIA Nº 1509/2025
20 de maio de 2025

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Ambulatório de Feridas Complexas

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 5.383/22 de 02 de dezembro de 2022, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando documento confeccionado pela Secretaria de Saúde/Ambulatório de Feridas Complexas, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
PATRICIA LOPPNOW	Téc. em Enfermagem	01, 03, 04, 10, 11, 14, 18, 25 e 31 (12 horas/cada); 02, 06, 08, 13, 14, 16, 19, 20, 22, 23, 26, 27, e 29(das 19:00 h/s às 23:00 h/s cada)
MICHELLE GABRIELA DORNELAS FLECK	Téc. em Enfermagem	01 e 24 (12 horas/cada); 05, 07, 09, 12, 16, 21, 28 e 30(das 19:00 h/s às 23:00 h/s cada)

Prefeitura Municipal de Indaial em 20 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1510/2025

Publicação Nº 7251788

PORTARIA Nº 1510/2025
20 de maio de 2025

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 5.383/22 de 02 de dezembro de 2022, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária em 01 de abril de 2025, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Luci Marques	Técnica Sanitarista	01, 02, 03 e 04 (24 horas/cada); 12, 13 e 14 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Daniel Reis Pedroso de Albuquerque	Fiscal de Saúde	01, 02, 03 e 04 (24 horas/cada);
Maria Dalva Brassiani Mafra	Fiscal de Saúde	17, 18 e 31 (24 horas/cada); 12, 13, 14, 15, 16, 26, 27, 28, 29 e 30 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Guilherme Luiz Ventura	Fiscal de Saúde	17, 18 e 31 (24 horas/cada); 12, 13, 14, 15, 16, 26, 27, 28, 29 e 30 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Aline Farias	Técnico de Enfermagem II	01, 02, 03, 04, 24 e 25 (24 horas/cada); 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Rogério Brassiani	Fiscal de Saúde	10, 11, 24 e 25 (24 horas/cada); 05, 06, 07, 08, 09, 19, 20, 21, 22 e 23 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Deidiane do Amaral	Enfermeiro IV	01, 02, 03, 04, 17, 18 e 31 (24 horas/cada); 12, 13, 14, 15 e 16 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luciana Pinto Brassiani	Fiscal de Saúde	10, 11, 24 e 25 (24 horas/cada); 05, 06, 07, 08, 09, 19, 20, 21, 22 e 23 (18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 20 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1511/2025

Publicação Nº 7251803

PORTARIA Nº 1511/2025
20 de maio de 2025
Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 5.383/22 de 02 de dezembro de 2022, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando documento confeccionado pela Secretaria de Saúde/Vigilância Epidemiológica, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica com efeitos ao período de 01 de maio de 2025 até 31 de maio de 2025 conforme tabela abaixo

Nome	Cargo	Períodos
Marcio Lima Esteves	Técnico em Enfermagem	10(24 horas/cada); 19, 20, 21, 22 e 23(das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Mariana Braga	Enfermeira IV	10 e 11(24 horas/cada); 05, 06, 07, 08 e 09 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Sabrina de Vargas Souza	Enfermeira IV	02, 03 e 24(24 horas/cada); 21, 22, 28 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Luciane Cristina Bruske Lach	Técnico em Enfermagem	18 e 31(24 horas/cada); 23, 26, 27 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Marina Emilia Moser	Técnico em Enfermagem	17 e 24(24 horas/cada); 14, 15, 16, 19 e 20 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Eloi Pretti Junior	Bioquímico II	11 e 25(24 horas/cada); 07, 08, 09, 12 e 13 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Adely Rubia Pereira Metzner Canto da Silva	Técnico em Enfermagem	01, 02, 03 e 04(24 horas/cada); 05 e 06 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Priscila Martins Moreira	Técnico de enfermagem	01, 04 e 25(24 horas/cada);
Ana Luisa Pedron Bona	Enfermeira IV	31(24 horas/cada); 26, 27, 28, 29 e 30(das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)
Joao Ronaldo Duarte Dos Santos	Técnico de enfermagem	17 e 18(24 horas/cada); 12, 13, 14, 15 e 16 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada)

Prefeitura Municipal de Indaial em 20 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1512/2025

Publicação Nº 7251807

PORTARIA Nº 1512/2025
20 de maio de 2025
Concede Licença Especial/ Reduz ¼ da Carga Horária Semanal/
Anatana Patrini Schroeder

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 6.161/2022 e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Fica concedida, a pedido, licença especial com redução de 1/4 da carga horária semanal da servidora Anatana Patrini Schroeder, sem prejuízo de sua remuneração, conforme preceitua o artigo 3º da Lei Municipal nº 6.161/2022, a partir de 01 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 20 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Direto(a) de Gestão Pessoal

PORTARIA RH 1513/2025

Publicação Nº 7251810

PORTARIA Nº 1513/2025
20 de maio de 2025
Dispõe sobre Readaptação Funcional
Andreza Júlia de Sá

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10 enfatizando seu artigo 35 que define a Readaptação Funcional, Decreto nº 163 de 14 de março de 2018, CONSIDERANDO que o(a) servidor(a) passou por perícia médica oficial, a qual recomendou que sejam adaptadas as funções do(a) servidor(a) segundo o seu estado de saúde atual, conforme Laudo Médico realizado em 23 de abril de 2025, RESOLVE:

READAPTAR o(a) servidor(a) Andreza Júlia de Sá, investido(a) no cargo efetivo de professor, para que exerça as funções auxiliando as demandas pedagógicas, organização e confecção de materiais didáticos, apoio a direção escolar e atividades administrativas da UEI Espaço de Crescer a partir de 23 de abril de 2025 em conformidade com as restrições constadas no Laudo Médico.

A readaptação terá o prazo máximo de 2 anos (Decreto 163 de 14 de março de 2018, art. 2º § 1º) contados a partir da emissão do Laudo Médico, com possibilidade de prorrogação após reavaliação da Perícia Médica Oficial, e o servidor readaptado exercerá sua função observando as normas específicas que a regem, tais como as de horário e de jornada de trabalho, de subordinação hierárquica, dentre outras. Encerrado o prazo de readaptação funcional, o servidor retornará à sua função anterior.

A readaptação poderá ser interrompida a qualquer tempo conforme o art 7º do Decreto 163/2018, incisos I, II e III.

SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Secretário de Educação

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1524/2025

Publicação N° 7251812

PORTARIA N° 1524/2025

22 de maio de 2025

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.
Cleomilda Franke Da Silva

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 e alterações e considerando solicitação protocolado pelo servidor em 01 de novembro de 2024, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2018/2023 à servidora Cleomilda Franke Da Silva, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2018/2023

-30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia;

-30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia e pagamento no mês de setembro de 2024;

-30 (trinta) dias de licença prêmio para serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 22 de maio de 2025

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1525/2025

Publicação N° 7251815

PORTARIA N° 1525/2025

22 de maio de 2025

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.
Manoel Tavares Filho

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 e alterações e considerando solicitação protocolado pelo servidor em 01 de novembro de 2024, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2018/2023 a servidora Manoel Tavares Filho, ocupante do cargo de professor do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2018/2023

-30 (trinta) dias convertido em pecúnia;

-30 (trinta) dias convertido em pecúnia e com pagamento no mês de outubro de 2024;

-30 (trinta) dias convertido em pecúnia e com pagamento no mês de setembro de 2024;

Prefeitura de Indaial, em 22 de maio de 2025

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1526/2025

Publicação Nº 7251818

PORTARIA Nº1526/2025
22 de maio de 2025

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.
Marina Emilia Moser Dos Santos

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação protocolado pelo servidor em 01 de novembro de 2024, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2018/2023 à servidora Marina Emilia Moser Dos Santos, ocupante do cargo de Técnico de enfermagem do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2018/2023

- 30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia;
- 30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia e pagamento no mês de setembro de 2024;
- 30 (trinta) dias de licença prêmio para serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 22 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1527/2025

Publicação Nº 7251820

PORTARIA Nº 1527/2025
22 de maio de 2025

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.Pecúnia
Roberto Teske

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 e alterações e considerando solicitação protocolado pelo servidor em 25 de outubro de 2024, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2011/2016 ao servidor Roberto Teske, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

Período 2011/2016

- 30 (trinta) dias de licença convertido em pecúnia;
- 30 (trinta) dias em pecúnia a serem pagos em folha de pagamentos do mês de setembro de 2021;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna de acordo com a Administração Pública Municipal;

Prefeitura de Indaial, em 22 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1528/2025

Publicação Nº 7251824

PORTARIA Nº 1528/25
22 de maio de 2025

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Lucilene dos Santos Heinrich

SILVIO CÉSAR DA SILVA, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2024, homologado pelo Decreto nº 8.129/24, de 16 de dezembro de 2024, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem V do quadro de pessoal do Município de Indaial, Lucilene dos Santos Heinrich, aprovado em 03º lugar no Concurso Público 002/2024, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 22 de maio de 2025
SILVIO CÉSAR DA SILVA
Prefeito

DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1529/2025

Publicação N° 7251827

PORTARIA N° 1529/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Vertical

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	BRUNA EBERT	Auxiliar de Creche	B

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1530/2025

Publicação N° 7251829

PORTARIA N° 1530/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Vertical

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	ELANA BUSARELLO	Professor	C

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1531/2025

Publicação N° 7251831

PORTARIA N° 1531/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	RAQUEL PATRICIA DOS SANTOS	Agente Educacional	03

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1532/2025

Publicação Nº 7251832

PORTARIA Nº 1532/2025
23 de maio de 2025
Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 artigo 61 da Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto nº 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	LUANA STEDILE WANZUITA	Professor	03

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1533/2025

Publicação Nº 7251833

PORTARIA Nº 1233/2025
23 de maio de 2025
Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 artigo 61 da Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto nº 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	TAMARA BEIMS GUANABENS ALTENBURG	Professor	04

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1534/2025

Publicação Nº 7251835

PORTARIA Nº 1534/2025
23 de maio de 2025
Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 artigo 61 da Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto nº 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	MARCIA PRISCILA HAUT	Pedagogo	04

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1535/2025

Publicação Nº 7251837

PORTARIA Nº 1535/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 artigo 61 da Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto nº 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	FERNANDA SILVA CARDOSO FORST	Professor	04

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1537/2025

Publicação Nº 7251839

PORTARIA Nº 1537/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 artigo 61 da Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto nº 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	ANNA CHRISTINA DE CASTRO LANGE GOLLNICK	Professor	04

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1538/2025

Publicação Nº 7251856

PORTARIA Nº 1538/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto nº 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar Nº105/10 artigo 61 da Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto nº 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	ADRIANA BELIZARIO PINHEIRO	Auxiliar de Creche	04

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1539/2025

Publicação N° 7251860

PORTARIA N° 1539/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	LARISSA TATIANA DA VEIGA SILVA	Pedagogo	05

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1540/2025

Publicação N° 7251863

PORTARIA N° 1540/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	MARIA GORETE ZIBER WES-TERKAMP	Professor	06

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1541/2025

Publicação N° 7251865

PORTARIA N° 1541/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	NIVEA CRISTINA DA SILVA	Professor	06

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1542/2025

Publicação N° 7251868

PORTARIA N° 1542/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	MARIA APARECIDA MACHADO KRAUSS	Professor	06

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1543/2025

Publicação N° 7251870

PORTARIA N° 1543/2025
23 de maio de 2025

Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	JESUANE SCHMIDT DAMASO	Auxiliar de Creche	07

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1544/2025

Publicação N° 7251871

PORTARIA N° 1544/2025
23 de maio de 2025
Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	SABRINA LANCE	Professor	08

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1545/2025

Publicação N° 7251875

PORTARIA N° 1545/2025
23 de maio de 2025
Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	ROSELY BARTH SCHMIDT	Agente Educacional	10

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

PORTARIA RH 1546/2025

Publicação N° 7251876

PORTARIA N° 1546/2025
23 de maio de 2025
Progressão na Carreira – Avanço Horizontal

DANIELA VOGEL Diretora(a) de Gestão de Pessoal do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 227 de 14 de outubro de 2019 e alterações, de acordo com o Decreto n° 377/25 de 31 de março de 2025 e alterações, Lei Complementar N°105/10 artigo 61 da Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011 e Decreto n° 2855 de 25 de outubro de 2012 e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Educação, RESOLVE:

Conceder a progressão na carreira, referente ao avanço horizontal, do(a) servidor(a) relacionada abaixo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de maio de 2025:

Sequência	Servidor	Cargo	Classe
1	LEDA GUARDA	Agente educacional	10

Indaial em 23 de maio de 2025
DANIELA VOGEL
Diretor(a) de Gestão de Pessoal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE CONTRATO CRISTIANE METZNER Nº 08

Publicação Nº 7251388

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO 840807 – 08/2025

CONTRATADO(A): CRISTIANE METZNER

CPF: 003.713.079-02

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE ADITIVO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 20 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.458,23

PRAZO: 19 de maio de 2025 a 25 de julho de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE CONTRATO JOANILDA APARECIDA RODRIGUES FURTADO Nº 08

Publicação Nº 7251265

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 29220 – 02/2025

CONTRATADO(A): JOANILDA APARECIDA RODRIGUES FURTADO

CPF: 678.539.519-49

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.916,45

PRAZO: 19 de fevereiro de 2025 a 13 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 13 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO JENNIFER SOUZA BARBOSA N° 03.DOCX

Publicação N° 7251329

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 114814996– 03/2025

CONTRATADO(A): JENNIFER SOUZA BARBOSA

CPF: 122.958.719-56

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE E.M, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.200,06

PRAZO: 27 de janeiro de 2025 a 16 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 16 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO LAURINA KRUEGER Nº 03.DOCX

Publicação Nº 7251338

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 1000037158 – 03/2025

CONTRATADO(A): LAURINA KRUEGER

CPF: 047.477.269-18

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE EM, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.200,06

PRAZO: 13 de janeiro de 2025 a 09 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO MARIA TEREZINHA MARQUES N° 14.DOCX

Publicação N° 7251342

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 581607 – 14/2025

CONTRATADO(A): MARIA TEREZINHA MARQUES

CPF: 936.630.059-68

PROCESSO SELETIVO 034/2024

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 034/2024.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.916,45

PRAZO: 27 de janeiro de 2025 a 12 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2025.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DE CONTRATO SUELEN MONTEIRO LOBATO Nº 03

Publicação Nº 7251394

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO DO CONTRATO 978159 – 03/2025

CONTRATADO(A): SUELEN MONTEIRO LOBATO

CPF:925.918.762-15

PROCESSO SELETIVO 011/2025

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE SALA - EM, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2025.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.200,06

PRAZO: 12 de maio de 2025 a 17 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 17 de maio de 2025.

Iomerê

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 11/2025 - EXONERA SERVIDORA VIVIAN BRAND

Publicação N° 7253442



Câmara Municipal
IOMERÊ

PORTARIA N° 11/2025

*Exonera, à pedido, a servidora
VIVIAN BRAND, ocupante do cargo
de Analista Legislativo.*

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo art. 12, inciso VII, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, que a servidora pública municipal VIVIAN BRAND, ocupante do cargo de *Analista Legislativo*, lotada na Câmara Municipal de Iomerê, requereu sua exoneração a partir do dia 27 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar no dia 27 de maio de 2025, a pedido, a servidora pública municipal VIVIAN BRAND, lotada na Câmara Municipal de Iomerê, admitida através da Portaria nº 22/2024, de 23 de setembro de 2024, para o cargo de *Auxiliar administrativo*, tendo sua nomenclatura alterada posteriormente pela Lei Complementar nº126/2025, Art. 57 para *Analista Legislativo*.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Iomerê/SC, 27 de maio de 2025.

MARINO
SOVRANI
JUNIOR:0998
4977978

Assinado de forma
digital por MARINO
SOVRANI
JUNIOR:09984977978
Dados: 2025.05.23
13:56:20 -03'00'

Marino Sovrani Júnior
Presidente

Rua João Rech, 663, Centro, CEP 89.558-000
Fone / WhatsApp: (49) 3539-6051 | E-mail: administrativo@cviomere.sc.gov.br

Ipira

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PC 053/2025

Publicação Nº 7252763

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 053/2025 – PMI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025- PMI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Ipira, através da Prefeitura Municipal, nos termos dos relatórios finais apresentado, referente ao Pregão Eletrônico nº 018/2025, tem por objeto a futura aquisição de Trajes Sociais para os Corais Municipais; para utilização em eventos, datas comemorativas e apresentações culturais, dentro e fora de Ipira/SC, conforme especificações constantes no termo de referência e processo licitatório 053/2025. ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa: AMERIFORME INDUSTRIA E COM. TEXTIL LTDA, no valor de R\$ 34.132,80 (trinta e quatro mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos).

Ipira (SC), 23 de maio de 2025.
Claudineia Koch Moraes
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Industria e Comercio

CÂMARA MUNICIPAL

005/2025

Publicação Nº 7253611

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE IPIRA
CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE IPIRA
EXTRATO DE CONTRATO nº 005/2025

A Câmara Legislativa Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados, que, formalizou o Contrato nº 005/2025, que tem por objeto a contratação de empresa para transporte de passageiros até Florianópolis/SC, nos dias 27 a 30 de maio de 2025, para a participação do curso "Orçamento Público Municipal Análise Técnica e Aprovação da LDO no Legislativo", em favor de TRANSPORTES COLETIVOS STOCKMANN EIRELI, no valor de R\$ 4.185,00, com vigência para 60 dias. Informações e íntegra do Edital, na Câmara de Vereadores de Ipira, pelo Telefone (049) 3558-0016 ou E-mail: camara@ipira.sc.gov.br

Ipira/SC, 23 de maio de 2025.
Genesio Stockmann
Presidente da Câmara de Vereadores

PROCESSO 005/2025

Publicação Nº 7253607

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
Dispensa de Licitação nº 003/2025

A Câmara Legislativa Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação, objetivando a contratação de empresa para transporte de passageiros até Florianópolis/SC, nos dias 27 a 30 de maio de 2025, para a participação do curso "Orçamento Público Municipal Análise Técnica e Aprovação da LDO no Legislativo". Informações e íntegra do Edital, na Câmara de Vereadores de Ipira, pelo Telefone (049) 3558-0016 ou E-mail: camara@ipira.sc.gov.br

Ipira/SC, 23 de maio de 2025.
Genesio Stockmann
Presidente da Câmara de Vereadores

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 005/2025

Publicação Nº 7253608

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE IPIRA
CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
Dispensa de Licitação nº 003/2025
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Câmara Legislativa Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados, que, nos termos dos relatórios finais apresentado, o Processo de Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação nº 003/2025, tem por objetivo a contratação de empresa para transporte de passageiros até Florianópolis/SC, nos dias 27 a 30 de maio de 2025, para a participação do curso "Orçamento Público Municipal Análise Técnica e Aprovação da LDO no Legislativo". ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: TRANSPORTES COLETIVOS STOCKMANN EIRELI, no valor de R\$ 4.185,00. Informações e íntegra do Edital, na Câmara de Vereadores de Ipira, pelo Telefone (049) 3558-0016 ou E-mail: camara@ipira.sc.gov.br
Ipira/SC, 23 de maio de 2025.
Genesio Stockmann
Presidente da Câmara de Vereadores

Iporã do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO - PROC ADM 079/2025

Publicação Nº 7248209

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 079/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 031/2025
CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Municipal nº 160/2023, Decreto Municipal nº 46/2023, e demais legislações aplicáveis, torna público, que realizará Chamada para Credenciamento conforme segue.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CORREÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, VANS E UTILITÁRIOS, MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE/SC

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 8h00min do dia 2 de JUNHO de 2025.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: o credenciamento fica aberto de forma contínua; ou seja, novos interessados podem se cadastrar a qualquer momento, desde que atendam aos requisitos e vigência do presente edital.

Esclarecimentos: Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC no Departamento Municipal de Licitações na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, de Segunda a Sexta-Feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h15min às 17h15min, telefone (049) 3634.1210, e-mail: licitacao@ipora.sc.gov.br ou no site do Município (<https://iporadooeste.atende.net/>).

Iporã do Oeste/SC, 26 de maio de 2025.

MICHEL NEDEL BARTH
PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC ADM 078/2025

Publicação Nº 7247307

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 078/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2025

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Municipal nº 160/2023, Decreto Municipal nº 46/2023, e demais legislações aplicáveis, torna público, que realizará processo administrativo conforme segue:

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO NATALINA, PASCOALINA E DE OUTRAS DATAS COMEMORATIVAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE / SC, BEM COMO NA EXECUÇÃO DA LIMPEZA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ANTES, DURANTE E APÓS A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS",

LOCAL, DATA E HORÁRIO

- LINK DA SESSÃO: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL (www.bllcompras.org.br).
- INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 17h00min horas do dia 26 de Maio de 2025.
- FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13h30min horas do dia 10 de junho de 2025.
- INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 14h00min horas do dia 10 de JUNHO de 2025

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todos os horários mencionados neste Edital, considerar-se-á o Horário Oficial do Município de Iporã do Oeste/SC.

Em caso de feriado, ponto facultativo ou evento intempestivo, a sessão de disputa será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos, no Setor de Licitações, sito a Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, Iporã do Oeste/SC, pelo telefone (49) 3634-1210, de segunda a sexta feira, no horário de expediente ou na íntegra, na plataforma: www.bll.org.br e no site do município: (<https://iporadooeste.atende.net/>).

Iporã do Oeste/SC, 26 de maio de 2025.

MICHEL NEDEL BARTH
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRONICA 03/2025

Publicação Nº 7251515



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPORA DO OESTE
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 524 Ano - Minuta - Licitação: 2025 Número -
Minuta - Licitação: 3 codigoCliente: 524 anoMinuta: 2025 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação
Para Aquisição de bens
3/2025
Processo Administrativo: 3/2025

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações,

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 3/2025, o(s) participante(s):

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - Café torrado em grãos destinado ao preparo em máquina de café automática; pacote de no mínimo 1kg, embalado a vácuo, grão inteiro, 100% arábica, torra média, certificado pelo Programa de Qualidade do Café (PQC-ABIC); validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	PACOTE	Bravo Gurmet em grãos	25	R\$127,77	R\$3.194,25
Fornecedor					
3277 - VICKY SUPPLY PAPELARIA E COMÉRCIO EM GERAL LTDA					
Total Fornecedor:					R\$3.194,25

Iporema do Oeste, 23 de maio de 2025.

Mário Heck
Presidente

Ipuaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 059 DE 23 DE MAIO DE 2025. REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS

Publicação Nº 7250906

PORTARIA Nº 059
DE 23 DE MAIO DE 2025.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente artigo 78 e seguintes; e
Considerando Portaria nº 054, de 06 de maio de 2025, concedendo férias para o servidor abaixo relacionado;

RESOLVE:

Art. 1º REQUISITAR a partir do dia 26 de maio de 2025, o retorno ao serviço público do servidor VANDERLEI BERTOL, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, tendo em vista a necessidade urgente de continuidade de suas atividades atinentes.

Parágrafo Único. Anote-se em sua ficha funcional o saldo de férias em haver - 11 (onze) dias, as quais poderão ser usufruídas em período posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipuaçu-SC, em 23 de maio de 2025.

NELSON BRISOLA
Prefeito do Município

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA 126 2025

Publicação Nº 7250987

PORTARIA Nº 126/2025, 21 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER Licença Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, a Sra. LUZIANE PUTEL RIPPLINGER, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE - MICROÁREA 02 - ESF - 01, com carga horária semanal de 40 horas. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 21 de maio de 2025.

ROBERTO FORESTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N.º 383/2025

Publicação Nº 7251132

PORTARIA N.º 383/2025.

CONTRATA SERVIDOR(A) POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER NECESSIDADE IMEDIATA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e com amparo no item 3.2 do TAC firmado com o MP/SC, no Inquérito Civil N.º 06.2017.00000778-1,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR LUCIANE APARECIDA DE LIMA, portador(a) do CPF n.º ***.803.349-**, para no período de 23/05/2025 a 30/06/2025, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II ACT (44h/sem), sob contratação direta e Contrato de Trabalho n.º 83/2025, enquanto resolve procedimentos de licitação com nova empresa terceirizada, visando o atendimento temporário e excepcional, para suprir a demanda de profissionais dessa categoria, vinculado(a) à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de maio de 2025.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 384/2025

Publicação Nº 7251133

PORTARIA N.º 384/2025.

CONTRATA SERVIDOR(A) POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER NECESSIDADE IMEDIATA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e com amparo no item 3.2 do TAC firmado com o MP/SC, no Inquérito Civil N.º 06.2017.00000778-1,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR ROSELI MARTINS, portador(a) do CPF n.º ***.841.399-**, para no período de 23/05/2025 a 30/06/2025, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II ACT (44h/sem), sob contratação direta e Contrato de Trabalho n.º 84/2025, enquanto resolve procedimentos de licitação com nova empresa terceirizada, visando o atendimento temporário e excepcional, para suprir a demanda de profissionais dessa categoria, vinculado(a) à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de maio de 2025.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 385/2025

Publicação Nº 7251340

PORTARIA N.º 385/2025.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65

da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido, ANDRESSA KRZEWSKI, do cargo de Secretaria Adjunta, para o qual foi nomeada em 17/02/2025, através da Portaria n.º 145/2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de maio de 2025.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2024-FMS

Publicação Nº 7251149

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1626A5416F85E2C4811064A7E20E83D8C437CF65

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2024-FMS
INEXIGIBILIDADE Nº 1/2024
Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 195/2024-FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: RIOLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.
OBJETO: Acréscimo de 20% (vinte) do valor inicial atualizado do contrato, com fulcro no Art. 125 da Lei 14133/2021.
VALOR TOTAL: R\$ 41.719,60
Itaiópolis, 09 de maio de 2025
FLAVIANE ANDRZEJEWSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 978, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7250773

PORTARIA Nº 978, DE 22 DE MAIO DE 2025.

IVAN RECH, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando o requerimento protocolado pela agente pública municipal Ana Paula de Souza no Departamento de Pessoal do Município de Itaiópolis sob nº 798, em 22 de maio de 2025, solicitando o desligamento do vínculo trabalhista com o Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Dispensar a pedido, a contar de 23 de maio de 2025, a agente pública municipal ANA PAULA DE SOUZA, Médica Veterinária, admitida por meio da portaria nº 1.094, de 19 de julho de 2023, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Itaiópolis.

Itaiópolis, 22 de maio de 2025.

IVAN RECH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7250774

PORTARIA Nº 979, DE 22 DE MAIO DE 2025.

IVAN RECH, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no artigo 13, da Lei Municipal nº 013, de 25 de março de 1992, de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 645, de 1º de abril de 2015, com as alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.059, de 21 de março de 2023, amparado pelas Leis Federais nº 8.069, de 13 de junho de 1990 e 12.696, de 25 de julho de 2012;

Considerando a ordem de classificação do resultado das eleições para Conselheiros Tutelares do Município de Itaiópolis, ocorrida em 03 de outubro de 2023, para o mandato 2024/2028; e

Considerando que a Conselheira Tutelar Jaqueline Andruchehen se encontra em licença-maternidade, conforme Portaria nº 962, de 20 de maio de 2025:

RESOLVE

Nomear SÉRGIO LUIZ MINIKOVSKI para assumir a vaga de CONSELHEIRO TUTELAR do Município de Itaiópolis, com carga horária de 40 horas semanais, no período compreendido entre os dias 26 de maio a 11 de novembro de 2025.

Itaiópolis, 22 de maio de 2025.

IVAN RECH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 980, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7250777

PORTARIA Nº 980, DE 22 DE MAIO DE 2025

IVAN RECH, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 159, da Lei Complementar nº 001, de 1º de março de 1992, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017, combinado com o artigo 55, da Lei Municipal nº 053, de 22 de outubro de 2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 075, de 05 de maio de 2020 e;

Considerando o Atestado Médico apresentado no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, em 22 de maio de 2025, bem como a servidora pública municipal Rossana Mazai deverá se submeter à perícia médica do Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde, no período compreendido entre os dias 21 de maio a 19 de junho de 2025, para a servidora pública municipal ROSSANA MAZAI, Professora de Matemática, com carga horária de 10 horas semanais, na Escola Municipal Bom Jesus.

Art. 2º Conceder auxílio-doença no período compreendido entre os dias 20 de junho a 4 de julho de 2025, ou até a data prevista no laudo da perícia médica, para a servidora pública municipal ROSSANA MAZAI, Professora de Matemática, com carga horária de 10 horas semanais, na Escola Municipal Bom Jesus.

Itaiópolis, 22 de maio de 2025.

IVAN RECH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252344

PORTARIA Nº 981, DE 23 DE MAIO DE 2025.

IVAN RECH, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar nº 001/92, de 1º de março de 1992 e Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017 e pela Lei Complementar nº 125, de 18 de março de 2025:

RESOLVE

Nomear o servidor público municipal WILLIAN JANKOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Compras e Licitações para, a contar de 23 de maio de 2025, exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Itaiópolis, 23 de maio de 2025.

IVAN RECH
Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

ERRATA Nº 10 - CREDENCIAMENTO 003/2020

Publicação Nº 7251741

ERRATA Nº 10
CREDENCIAMENTO 003/2020

Objeto: Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas prestadores de Serviços da Área de Saúde da rede privada que tenham interesse em prestarem atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde em Média e Alta Complexidade em atendimentos Ambulatorial e Hospitalar, de forma complementar, conforme especificações constantes no Edital.

Por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e conforme a Resolução nº 003/2025 do Conselho Municipal de Saúde de Itapema/SC, documentos anexos aos autos do processo, ficam alterados os valores dos procedimentos de ultrassonografia, conforme tabela abaixo:

Código Sigtap	Procedimento	Valor Sigtap	Valor Complementar	Valor Total
02.05.02.003-8	Ultrassonografia de Abdomen Superior (Fígado, Vesícula, Vias Biliares)	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.004-6	Ultrassonografia de Abdomen Total	R\$ 37,95	R\$ 46,05	R\$ 84,00
02.05.02.005-4	Ultrassonografia do Aparelho Urinário	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.006-2	Ultrassonografia de Articulação	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.007-0	Ultrassonografia de Bolsa Escrotal	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.009-7	Ultrassonografia Mamária Bilateral	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.010-0	Ultrassonografia de Próstata (Via Abdominal)	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.011-9	Ultrassonografia de Próstata (Via Transretal)	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.012-7	Ultrassonografia de Tireóide	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.013-5	Ultrassonografia de Tórax (Extracardiaca)	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.014-3	Ultrassonografia Obstétrica	R\$ 24,20	R\$ 59,80	R\$ 84,00
02.05.02.015-1	Ultrassonografia Obstétrica c/ Doppler Colorido e Pulsado	R\$ 24,20	R\$ 135,80	R\$ 160,00
02.05.02.016-0	Ultrassonografia Pélvica (Ginecológica)	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00
02.05.02.018-6	Ultrassonografia Transvaginal	R\$ 24,20	R\$ 40,80	R\$ 65,00

E ainda, a Secretaria Municipal de Saúde inclui na Tabela de procedimentos do Credenciamento 003/2020 os procedimentos de ultrassonografia listados na tabela abaixo:

Código Sigtap	Procedimento	Valor Sigtap	Valor Complementar	Valor Total
Não consta na tabela Sigtap	Ultrassonografia de partes moles	-	R\$ 50,00	R\$ 50,00
Não consta na tabela Sigtap	Ultrassonografia estrutura de superfície	-	R\$ 50,00	R\$ 50,00
Não consta na tabela Sigtap	Ultrassonografia de parede abdominal	-	R\$ 50,00	R\$ 50,00

Itapema/SC, 23 de maio de 2025.

Fabricio Lazzari de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde de Itapema

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2025

Publicação Nº 7253390

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2025

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de Registro de Preços nº 44/2025 do Pregão nº 07.008.2025, Processo nº 25/2025, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades

da Prefeitura Municipal de Itapema, Fundos e Fundações, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital N°. 07.008.2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CNPJ: 82.572.207/0001-03

CONTRATADO: AMB TRANSPORTE LTDA, CNPJ: 10.275.087/0001-63

DO VALOR: O valor global do presente termo é de R\$ 1.025.391,36 (um milhão vinte e cinco mil trezentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente contrato.

DATA DA ASSINATURA: 23/05/2025.

Itapema/SC, 23 de maio de 2025.

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2025

Publicação Nº 7251162

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº 67/2025
CODIGO ESFINGE:
DF6A3D3F2BC5FF696D2E55221824B120035E9A47

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DF6A3D3F2BC5FF696D2E55221824B120035E9A47

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DESENVOLVER OFICINAS TEMÁTICAS JUNTO AO CRAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até às 08horas00min do dia 10/06/2025.

Início da Sessão: dia 10/06/2025, às 08horas01min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7714.

Itapiranga, SC, 23 de maio de 2025.

Alexandre Gomes Ribas
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2025

Publicação Nº 7251274

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 39FBCE00180032D578AEE55497D6EF1B79DB4AD6

Contrato Nº: 053/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: DEMETRIUS BENVENUTO DE ALMEIDA

Licitação: Pregão Eletrônico 58/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SERVIÇO DE PEÇAS TEATRAIS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PERFORMÁTICOS COM PROPÓSITOS EDUCACIONAIS E DE CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL, ALUSIVOS À CAMPANHA DEDICADA AO 18 DE MAIO, DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Vigência: Início: 23/05/2025 Término: 22/05/2026

Assinatura: 23/05/2025

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação: 469 - 09.001.2046.3339039990000000000.250070000000 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

Itapiranga - SC, 23 de maio de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2025/RH

Publicação Nº 7251855

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 83E5EB3F8542ACD13CAD8D25898E3F6A7AB85264

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e NATIELE CAROLINA SCHWAB MAYER

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2024

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil - Series Iniciais (Act).

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01
VIGÊNCIA: 25/04/2025 a 12/12/2025.
Itapiranga – SC, 25 de abril de 2025.
Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2025/RH

Publicação Nº 7251872

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DC4D0E1CFA6C771E1E8E0CB7B9753D3D75F050B7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e NATIELE CAROLINA SCHWAB MAYER

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2024

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil - Series Iniciais (Act).

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 25/04/2025 a 12/12/2025.

Itapiranga – SC, 25 de abril de 2025.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2025/RH

Publicação Nº 7252014

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 512F8DB71FC744CEF6D3C71A65F98736BBA280F9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FATIMA NELIA FASSBINDER

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2024

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - EDUCAÇÃO INFANTIL (ACT)

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 06/05/2025 a 12/12/2025.

Itapiranga – SC, 06 de maio de 2025.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2025/RH

Publicação Nº 7252032

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B330108AFF73B76B5E67B06CC369730499A3D7A0

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VALACIR KRAEMER SOETHE

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2024

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como PROFESSOR DE PORTUGUÊS - ACT.

Nível salarial: 574

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 12/12/2025.

Itapiranga – SC, 09 de maio de 2025.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2025/RH

Publicação Nº 7252057

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 560BF3F17DF628EF4D39B276F30EA641E8B95D4E

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LOURDES SEHN ANDRES

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2024

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - SERIES INICIAIS (ACT)

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 12/12/2025.

Itapiranga – SC, 09 de maio de 2025.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2025/RH

Publicação Nº 7252080

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88530DF034BAB9DFCD5EF46599112546325576E8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ELISABETE WERLANG

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2024

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - EDUCAÇÃO INFANTIL (ACT)

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 16/05/2025 a 12/12/2025.

Itapiranga – SC, 16 de maio de 2025.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

EXTRATO DO DISTRATO Nº 148/2025/RH

Publicação Nº 7251882

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 148/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e GUSTAVO FREDERICO SCHOLZ

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 142/2025/RH, como Professor de Matemática - Act, em 10 horas semanais.

Itapiranga – SC, 25 de abril de 2025.

Alexandre Gomes Ribas – Prefeito

EXTRATO DO DISTRATO Nº 149/2025/RH

Publicação Nº 7252394

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C14840C309AB71B722F52A1309D3FD2D12856CB9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 149/2025/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ARLINDE WENDLING

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 82/2025/RH, como PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - SERIES INICIAIS (ACT), em 20 horas semanais.

Itapiranga – SC, 05 de maio de 2025.

Alexandre Gomes Ribas – Prefeito

Itapoá

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 104/2025

Publicação Nº 7251680



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

**TERMO ADITIVO Nº 104/2025 QUE VISA
PRORROGAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
48/2024. (1º Aditivo)**

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada **ÓRGÃO PROMOTOR**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, o Sr. **RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.949/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.261.509-**, pelo Secretário de Agricultura e Pesca, o Sr. **JOAREZ ANTONIO SANTIN**, nomeado através do Decreto Municipal nº 7.282/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.261.509-**, pelo Secretário de Assistência Social, o Sr. **FÁBIO TRISTÃO PIETRÂNGELO**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.957/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.232.429-**, pelo Secretário de Desenvolvimento Social e Econômico o Sr. **FELIPE ALESSANDRO SANTOS**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.956/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.159.729-**, pela Secretária de Educação, a Sra. **ANDRESSA DAMBROS**, nomeada através do Decreto Municipal nº 6.955/2025, inscrita no CPF/MF nº ***.642.269-**, pelo Secretário de Esporte e Lazer, o Sr. **EDUARDO ROBERTO SILVEIRA SANTOS**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.950/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.330.689-**, pela Chefe de Gabinete, a Sra. **ELAINE CRISTINA ALVES**, nomeada através do Decreto Municipal nº 6.946/2025, inscrita no CPF/MF nº ***.782.279-**, pelo Secretário de Infraestrutura, o Sr. **DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.951/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.916.950-**, pelo Secretário de Meio Ambiente, o Sr. **RAFAEL BRITO SILVEIRA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.979/2025, portador do CPF/MF nº ***.364.369-**, pelo Secretário de Ordem Pública e Trânsito, o Sr. **JOSÉ ANTÔNIO STOKLOSA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 7.066/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.043.119-**, pelo Secretário de Saúde, o Sr. **CRISTIAN ÂNGELO GRASSI**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.953/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.746.019-**, pelo Secretário de Turismo e Cultura, o Sr. **THIAGO MARCEL BARBOSA SIMOES**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.954/2025, inscrito no CPF/MF nº ***.792.189-**, pelo 1º Tenente BM MTCL934552-3 - CMT DO 4º/3ª/7ºBBM, Sr. **JONAS PIRES DA SILVEIRA**, bombeiro militar, inscrito no CPF/MF nº ***.571.808-**, tendo em vista o que consta na Requisição de Aditivo, ajustam o presente termo que visa prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços firmada com a empresa abaixo qualificada, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2024**, visando a futura e eventual **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossa séptica, desentupimento de tubulação de esgoto, limpeza de caixa de passagem e limpeza de caixa de gordura, conforme exigências estabelecidas, quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos**, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 5.853, de 20 de abril de 2023 e das demais normas legais aplicáveis e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

Nome da empresa: PRESTADORA DE SERVIÇOS SALUTI EIRELI

CNPJ: 07.329.936/0001-00

Endereço: Rua Edison da Silva Jardim, nº 95

Cidade/UF: Florianópolis/SC

CEP: 88.090-270

Telefone: (48) 3207-7070

Email: contatadesentupidorasaluti@gmail.com

Representante Legal: EDSON FERNANDES SALUTI

CPF: ***.319.378-**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente termo visa prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços nº 48/2024, conforme cláusulas que seguem.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1. Prorroga a vigência da Ata de Registro de Preços nº 48/2024, em 1 (um) ano contado a partir do dia **23/05/2025**, conforme Cláusula Terceira "VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA" e disposições da Lei nº 14.133/21.

2.1.1. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir de data de prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Ficam ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 48/2024, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

1/2

Rua Mariana Michels Borges, 201 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: licitacoes@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 3443-8800



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

3.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

3.3. E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à **Ata de Registro de Preços nº 48/2024**, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 23 de maio de 2025.

ÓRGÃO REGISTRANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ELAINE CRISTINA ALVES
CHEFE DE GABINETE

FORNECEDOR REGISTRADO
PRESTADORA DE SERVIÇOS SALUTI EIRELI
EDSON FERNANDES SALUTI

FÁBIO TRISTÃO PIETRÂNGELO
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JOSÉ ANTÔNIO STOKLOSA
SECRETÁRIO DE ORDEM PÚBLICA E TRÂNSITO

FELIPE ALESSANDRO SANTOS
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO

EDUARDO ROBERTO SILVEIRA SANTOS
SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER

ANDRESSA DAMBROS
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

THIAGO MARCEL BARBOSA SIMOES
SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA

RAFAEL BRITO SILVEIRA
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

JOAREZ ANTONIO SANTIN
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA

JONAS PIRES DA SILVEIRA
1º TENENTE BM MTCL934552-3 - CMT DO
4º/3ª/7ºBBM

DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

Testemunhas:

NOME: BARBARA ESTIGARA
CPF/MF: ***.076.139-**

NOME: MATEUS MONTALVÃO DE OLIVEIRA
BONGALHARDO
CPF/MF: ***.664.059-**

2/2

Rua Mariana Michels Borges, 201 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: licitacoes@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 3443-8800

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 003/2025 EDITAL 021/2025

Publicação Nº 7250986

**Prefeitura de Itapoá**
Secretaria de Educação**CONVOCAÇÃO Nº 003/2025**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 021/2025 – Andressa Dambrós, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente termo os candidatos convocados a apresentar os documentos exigidos no item 29.2 do Edital 021/2025. O prazo é de até 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação para apresentar e entregar os documentos, sendo que 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, será para manifestar interesse pela contratação.

Classificação	Área de atuação	Nome
2ª	Coordenadora	SONIA MARA KUK

Itapoá, 23 de maio de 2025.

Andressa Dambrós
Secretária de Educação

1

Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1590 | Nº 430 – Balneário Itapoá – Itapoá – SC
CEP: 89249-000 / E-mail: protocolo@educaltapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 3443-0739

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 14/2025 EDITAL 018/2025

Publicação Nº 7250967

**Prefeitura de Itapoá**
Secretaria de Educação**CONVOCAÇÃO Nº 014/2025**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 018/2025 – Andressa Dambrós, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente termo os candidatos convocados a confirmarem interesse na vaga no prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir da data da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no item 28.3 do Edital 018/2025.

Classificação	Área de atuação	Nome
2ª	Português	ADRIELE ARMSTRONG FÉLIX BARROS
2ª	Ciências	GABRIELA DE PAULA NASCIMENTO

Itapoá, 23 de maio de 2025.

Andressa Dambrós
Secretária de Educação

1

Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1590 | Nº 430 – Balneário Itapoá – Itapoá – SC
CEP: 89249-000 / E-mail: protocolo@educaltapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 3443-0739

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 61/2025 EDITAL 049/2024

Publicação Nº 7250982



CONVOCAÇÃO Nº 61/2025

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 0049/2024 – Andressa Dambrós, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente termo os candidatos convocados a apresentar os documentos exigidos no item 29.3 do Edital 049/2024. O prazo é de até 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação para apresentar e entregar os documentos, sendo que 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, será para manifestar interesse pela contratação.

Classificação	Área de atuação	Nome
105º	Anos Iniciais(Estudante)	ROSICLÉIA CORRÊA CAPRINI

Itapoá, 23 de maio de 2025.

Andressa Dambrós
Secretária de Educação

Ituporanga

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 19 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252311

DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 19 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Plenário decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de cidadão honorário do Município de Ituporanga ao senhor **Gervásio José Maciel**, ex-Prefeito, brasileiro, casado, servidor público aposentado.

Art. 2º A presente homenagem é conferida em reconhecimento à notável trajetória e às relevantes contribuições do homenageado ao desenvolvimento do Município de Ituporanga.

Parágrafo único. Gervásio José Maciel exerceu o cargo de Prefeito entre **1983 e 1988**, atuou como Vice-Prefeito entre **2000 e 2004**, na gestão do então Prefeito Carlos Hoegen, e entre **2017 e 2020**, na gestão do Prefeito Osni Francisco de Fragas, e retornou à chefia do Executivo Municipal no período de **2021 a 2024**.

Art. 3º A concessão do título honorífico atende ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 02/2025.

Parágrafo único. A entrega do título será realizada em Sessão Solene promovida pela Câmara Municipal, em data e horário a serem oportunamente definidos.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 19 de maio de 2025.

Valfrido Hamm
Presidente em Exercício

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 004/2024/SEMSA

Publicação N° 7251177

CONVOCAÇÃO Processo Seletivo n° 004/2024/SEMSA

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) CONVOCADO(S) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16h do dia 27 de maio de 2025, na Rua Isidoro Pedri, n° 120, Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse na vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo n° 004/2024/SEMSA, conforme segue:

Nome: ANGELICA PARPINELI CARNEIRO
Cargo: AGENTE DE ENDEMIAS - 40h
Secretaria: SEMSA
Classificação: 23º

Nome: STÉPHANIE CAROLINE SILVEIRA
Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL - 40h
Secretaria: SEMSA
Classificação: 25º

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

DECRETO N° 19.321/2025

Publicação N° 7251465

1 D E C R E T O N° 19.321/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 26, do Decreto Municipal N° 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal N° 14.633/2021, de 08/02/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 064/2025/SECOSO, de 14/05/2025, da Chefia Administrativa de Gestão de Projetos;

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais para atuarem como GESTORES DE PARCERIAS a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), referente ao Edital de Chamamento Público N° 02/2023/CMDCA/JS, do Projeto: Raio X Digital - Melhoria na Qualidade de Diagnóstico de Raio X para Crianças e Adolescentes, da Entidade: Associação Hospitalar São José, conforme dispõe a Lei Federal N° 13.019/2014, alterada pela Lei Federal N° 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal N° 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal N° 14.633/2021, de 08/02/2021:

Gestor de Parceria: Andrei Teixeira Mota, matrícula 126833

1ª Suplente: Tania Mara Kressin Isotton, matrícula 127072

2º Suplente: Ulises Sebastian Sternheim, matrícula 8007

Art.2º As atividades desenvolvidas na forma deste Decreto são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal N° 19.298/2025, de 15/05/2025.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

2 JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 19.322/2025

Publicação Nº 7251470

D E C R E T O Nº 19.322/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 25/2025/SEI/SEMPLE***/SEMPLE.DPLA.GPFO***, de 21/05/2025, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica DESIGNADO o servidor público municipal JOHNY JANSSEN, matrícula 127033, Arquiteto e Urbanista, para compor a COMISSÃO ESPECIAL para acompanhar a elaboração dos projetos, bem como os devidos prazos previstos nos Termos de Ajustamento de Conduta, além de fiscalizar a execução destes, inclusive, caso seja convocada pelo Diretor de Compras, Licitações e Contratos, participar dos procedimentos licitatórios, e, ainda, acompanhar a expedição de Alvará de Funcionamento e Habite-se, constituída pelo Decreto Municipal Nº 19.210/2025, de 09/04/2025, em substituição a Dalton Uhlendorf.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o inciso III, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 19.210/2025, de 09/04/2025.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

1 JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 19.323/2025

Publicação Nº 7251475

D E C R E T O Nº 19.323/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.804/2024, de 27/11/2024, e Alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.804/2024, de 27 de novembro de 2024,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.427.532,00 (Um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.361.350.2.112 - Investimentos em Equipamentos de Informática, Mobiliários e Equipamentos Diversos

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002.129 4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.500.1001.0001 - Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 713.765,00

08.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.003.12.365.351.2.120 - Investimentos em Equipamentos de Informática, Mobiliários e Equipamentos Diversos

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.003.154 4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.500.1001.0001 - Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 713.767,00

TOTAL R\$ 1.427.532,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados às Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Educação, no valor de R\$ 1.427.532,00 (Um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 19.324/2025

Publicação Nº 7251478

D E C R E T O Nº 19.324/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.804/2024, de 27/11/2024, e Alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.804/2024, de 27 de novembro de 2024,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 314.800,00 (Trezentos e quatorze mil e oitocentos reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.103 - Realização e Apoio as Iniciativas Culturais, Festivais, Feiras e Festas Culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.464 3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.500.0000.0080 - Recursos Próprios - PMJS - Receita de Impostos e

Transferências de Impostos R\$ 314.800,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 314.800,00 (Trezentos e quatorze mil e oitocentos reais)

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 19.325/2025

Publicação Nº 7253046

D E C R E T O Nº 19.325/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.804/2024, de 27/11/2024, e Alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.804/2024, de 27 de novembro de 2024,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 9.694,73 (Nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.813.1000.5.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.515 4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.710.3210.0741 - TEV Estadual-SGG/SEF Nº 007/2024 -

Área de Lazer Amizade R\$ 9.694,73

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados à TEV Estadual - SGG/SEF Nº 007/2024 - Área de Lazer Amizade, no valor de R\$ 9.694,73 (Nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

EDITAL Nº 40/2025

Publicação Nº 7252729

EDITAL Nº 40/2025

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani, matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003, incluído pela Lei Complementar nº 153/2014, depois da tentativa de ciência por meio postal resultar infrutífera, notifica o contribuinte LEONARDO LUCIANO DA SILVA ***452***27, Inscrição Municipal 246073 e CNPJ 36.081.889/0001-26, da emissão do Auto de Infração do Simples Nacional Nº 02900081750000200000012202419 com referência à Ação Fiscal nº 4732/2024.

O valor total do Auto de Infração do Simples Nacional Nº 02900081750000200000012202419 é de R\$ 15.471,54 (Quinze mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

Considerar-se-á notificado o contribuinte em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III do § 2º do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003, incluído pela Lei Complementar nº 153/2014.

Fica o sujeito passivo intimado a recolher o débito no montante acima discriminado, no prazo legal de 30 (Trinta) dias contados da ciência deste Auto de Infração, com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa, nos termos do art. 35 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 96, § único, I da Resolução CGSN nº 140/2018. O valor apurado neste Auto de Infração será recalculado na data do efetivo pagamento, e recolhido por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS-AINF, utilizando-se de aplicativo disponível no Portal do Simples Nacional em Serviços/Fiscalização/Emissão de DAS do Ainf, nos termos do art. 90 da Resolução CGSN nº 140/2018.

O contribuinte poderá interpor recurso em grau de primeira instância administrativa perante a Unidade de Julgamento Singular, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 71/2007.

Caso opte pelo parcelamento, será concedido redução da multa de 40% (quarenta por cento), se for requerido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste auto de infração. A opção pelo parcelamento está disponível no Portal do Simples Nacional em Serviços/Parcelamento.

Jaraguá do Sul, 23/05/2025

SÉRGIO PAULO STEPHANI
Fiscal Tributarista
Matrícula 7089-1

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 783/2025/SECEL

Publicação Nº 7252455

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 783/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Paulo Sérgio Praxedes do Monte Araújo

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Curio Visual**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.679,22 (vinte e três mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Paulo Sérgio Praxedes do Monte Araújo

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 784/2025/SECEL

Publicação Nº 7252409

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 784/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Larissa Alves Feitosa de Arruda

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Exposição Viva de Artes e Culturas Negras**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Larissa Alves Feitosa de Arruda

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 785/2025/SECEL

Publicação Nº 7252389

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 785/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Fernando Marques da Silva

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Oficinas de Capoeira – História, Prática e Musicalidade**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Fernando Marques da Silva

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 786/2025/SECEL

Publicação Nº 7252518

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 786/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Thiago Henrique Nogueira

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Clube do Livro “café com letras”**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Thiago Henrique Nogueira

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 787/2025/SECEL

Publicação Nº 7252448

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 787/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Oséas Lourenço da Silva

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Festival Quebrada**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Oséas Lourenço da Silva

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 790/2025/SECEL

Publicação Nº 7252393

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 790/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Franciele Martins de Abreu Caldoro

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Lendo o mundo – desenvolvendo a leitura e a escrita através da literatura infantil**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Franciele Martins de Abreu Calduro

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 791/2025/SECEL

Publicação Nº 7252436

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 791/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Natália Trentini

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Tembiapo Mbya Pygua: Oficina de Artesanato Guarani Mbya**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Natália Trentini

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 792/2025/SECEL

Publicação Nº 7252405

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 792/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Laço Arte e Acessibilidade Ltda

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Casa de Madeira**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Suzi Daiane da Silva

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 793/2025/SECEL

Publicação Nº 7252348

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 793/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Casa e Cultura Escola de Música Ltda

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Música Brasileira e História** , contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Andrea Aparecida largas Malicheski

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 794/2025/SECEL

Publicação Nº 7252351

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 794/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Catharina Estúdio Ltda

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Circulação Teatro Lambe-Lambe - Trilogia Boi de Mamão em Jaraguá**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Giomara Matilde Kochella

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 795/2025/SECEL

Publicação Nº 7252463

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 795/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Ponto Ser Espaço Alternativo LTDA. ME

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Parece Teatro – Projeto de Arte, Expressão e Cenas de Teatro**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Gabriele Brito de Oliveira

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 796/2025/SECEL

Publicação Nº 7252381

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 796/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: 53.474.899 Felipe Alexandre

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Caixa de Primeiros Socorros**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Felipe Alexandre

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 797/2025/SECEL

Publicação Nº 7252504

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 797/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Sociedade de Atiradores Ribeirão Grande da Luz

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Quetschkommodefest: Encerramento das Celebrações dos 200 Anos dos Povos de Língua Alemã - Festival do Bandoneon**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.
DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025
DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Fino Raasch

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 798/2025/SECEL

Publicação Nº 7252402

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 798/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Jenifer Mayara Fietz Demarchi

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Circulação Palhaços da Graça**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Jenifer Mayara Fietz Demarchi

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 799/2025/SECEL

Publicação Nº 7252473

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 799/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Sandra Maria Simioni

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Meu corpo na borda: Oficina de autorretrato bordado em papel**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Sandra Maria Simioni

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 800/2025/SECEL

Publicação Nº 7252321

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 800/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Bell Bandeira Produções Ltda

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Cante lá que eu canto de cá! Na rede.**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Maria Isabel da Costa Bandeira

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 801/2025/SECEL

Publicação Nº 7252416

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 801/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Margareth Klein

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**FALA, CORPO!**” **Oficina de jogos e exercícios de Teatro para aprimorar a comunicação corporal e verbal**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Margareth Klein

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 802/2025/SECEL

Publicação Nº 7252338

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 802/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Cai – Centro de Artes Integradas

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Cultura Para Todos** , contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Marli Schalinski Forte

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 803/2025/SECEL

Publicação Nº 7252375

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 803/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: 23.821.467 Enéias Raasch

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Orquestra de Violões de Jaraguá do Sul**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Enéias Raasch

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 804/2025/SECEL

Publicação Nº 7252411

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 804/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: 22.837.887 Marco Antonio Carreço de Oliveira

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Gravação e Publicação gratuita de EP infantil “O corpo na canção” com 5 músicas autorais de Marco Antonio Jaguarito**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Marco Antonio Carreço de Oliveira

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 805/2025/SECEL

Publicação Nº 7252397

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 805/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: 34.501.951 Gabriel Pires Coelho

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **MPB – Música Presente no Brasil**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Gabriel Pires Coelho

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 806/2025/SECEL

Publicação Nº 7252328

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 806/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Bloco Carnavalesco em Cima da Hora

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Um Sonho Chamado Carnaval**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Iracema Pinheiro

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 807/2025/SECEL

Publicação Nº 7252483

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 807/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Sociedade Cultural, Esportiva e Recreativa Aliança

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Diagnóstico dos Pratos Típicos Remanescentes dos Povos Germânicos no Território Rural da Sociedade Aliança**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Waldino Hornburg

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 808/2025/SECEL

Publicação Nº 7252288

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 808/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Violão no Museu**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Enéias Raasch

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 809/2025/SECEL

Publicação Nº 7252430

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 809/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Museu DI Ferramenta D'affari Dei Nonni

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Audiovisual do Memorial do Bairro Santa Luzia - Os Colonizadores**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Lauro Rosá

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 810/2025/SECEL

Publicação Nº 7252307

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 810/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Associação Recreativa, Cultural e Artística de Jaraguá do Sul

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Schützen Paraden**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Luis Christiano Bertoldi Buchmann

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 811/2025/SECEL

Publicação Nº 7252358

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 811/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: *Círculo Italiano de Jaraguá do Sul*

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Frutti Dell’immigrazione - Serata Dei Talenti**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Fimar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Luis Fernando Marcolla

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 812/2025/SECEL

Publicação Nº 7252510

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 812/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Stela Cristina Gomes da Silva

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Sons da Ancestralidade**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Stela Cristina Gomes da Silva

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 813/2025/SECEL

Publicação Nº 7252465

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 813/2025/SECEL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO PROCESSO – origem: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025/SECEL/PMJS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade) e no Decreto Municipal nº 18.460/2024, que regulamenta, em Âmbito Municipal, a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: Samuel Alex de SÁ

DO OBJETO: concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **O Tesouro Escondido da Malwee**, contemplado conforme Edital de Chamamento Público Nº 1/2025/SECEL/PMJS Seleção De Projetos Para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab (Lei Nº 14.399/2022). E Conforme Portaria 20/2025/SECEL.

VALOR: Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.50 – Transferências à Instituições Privadas	482	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	202.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.60 – Transferências à Instituições Privadas com fins lucrativos	483	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	275.000,00
39.001.13.392.1103.4121	Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico cultural do município	3.3.90 - Aplicações Diretas	484	2.719.7000.0648 SF - Lei Aldir Balnc	190.679,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: De junho a dezembro de 2025

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2025

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

OS SIGNATÁRIOS: Gilberto Gesser e Samuel Alex de SÁ

Gilberto Gesser

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE HABITAÇÃO POPULAR N.º 47.014/2012

Publicação N° 7252773

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE HABITAÇÃO POPULAR N.º 47.014/2012

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE HABITAÇÃO POPULAR N.º 47.014/2012 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS, E A SRA. SÔNIA MARIA ULHTZ. OBJETO: é a Rescisão ao Contrato de Compra e Venda n.º 55.034/2018. FUNDAMENTO: a Rescisão ao Contrato de Compra e Venda de Habitação Popular n.º 47.014/2012, amparado no inciso I, VI, da cláusula décima do Contrato de Compra e Venda de Habitação Popular n.º 47.014/2012. DATA DA ASSINATURA: 17/07/2024. SIGNATÁRIOS: José Jair Franzner e Jaciel Juliano Gomes.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1245/2025

Publicação N° 7251651

1 PORTARIANº 1245/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, 270/2021, de 11/01/2021, e 344/2025, de 24/04/2025, e da Lei Complementar Municipal N° 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, de 29/08/2023, 318/2023, de 11/09/2023, 328/2024, de 21/03/2024, 332/2024, de 22/05/2024, 334/2024, de 28/06/2024, 340/2024, de 19/12/2024, e 342/2025, de 16/04/2025; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público N° 002/2019;
RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Contadora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, habilitada em concurso público de provas, NATASHA OLEGÁRIO HARMEL DE SOUZA.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 15/05/2025, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1246/2025

Publicação Nº 7251652

1 PORTARIANº 1246/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, 270/2021, de 11/01/2021, e 344/2025, de 24/04/2025, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, de 29/08/2023, 318/2023, de 11/09/2023, 328/2024, de 21/03/2024, 332/2024, de 22/05/2024, 334/2024, de 28/06/2024, 340/2024, de 19/12/2024, e 342/2025, de 16/04/2025; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 002/2019;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Cirurgiã Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitada em concurso público de provas, THAIS MARTIN MARTIN.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 15/05/2025, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;
X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1247/2025

Publicação Nº 7251653

1 PORTARIANº 1247/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, 270/2021, de 11/01/2021, e 344/2025, de 24/04/2025, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, de 29/08/2023, 318/2023, de 11/09/2023, 328/2024, de 21/03/2024, 332/2024, de 22/05/2024, 334/2024, de 28/06/2024, 340/2024, de 19/12/2024, e 342/2025, de 16/04/2025; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 002/2019;
RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Cirurgiã Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitada em concurso público de provas, GABRIELA VIEIRA GOMES.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 15/05/2025, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA N° 1248/2025

Publicação N° 7251654

1 PORTARIANº 1248/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, 270/2021, de 11/01/2021, e 344/2025, de 24/04/2025, e da Lei Complementar Municipal N° 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, de 29/08/2023, 318/2023, de 11/09/2023, 328/2024, de 21/03/2024, 332/2024, de 22/05/2024, 334/2024, de 28/06/2024, 340/2024, de 19/12/2024, e 342/2025, de 16/04/2025; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público N° 002/2019;
RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Cirurgiã Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitada em concurso público de provas, KARIN YURICA COLOMBO KULYK.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 15/05/2025, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1249/2025

Publicação Nº 7251656

1 PORTARIANº 1249/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, 270/2021, de 11/01/2021, e 344/2025, de 24/04/2025, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, de 29/08/2023, 318/2023, de 11/09/2023, 328/2024, de 21/03/2024, 332/2024, de 22/05/2024, 334/2024, de 28/06/2024, 340/2024, de 19/12/2024, e 342/2025, de 16/04/2025; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 002/2019;
RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitado em concurso público de provas, MARCELO DE SENA SILVA.

Art.2º O nomeado terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 15/05/2025, sob pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1250/2025

Publicação Nº 7251657

1 PORTARIANº 1250/2025

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, 270/2021, de 11/01/2021, e 344/2025, de 24/04/2025, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013,

de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, de 29/08/2023, 318/2023, de 11/09/2023, 328/2024, de 21/03/2024, 332/2024, de 22/05/2024, 334/2024, de 28/06/2024, 340/2024, de 19/12/2024, e 342/2025, de 16/04/2025; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2024;
RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Médica Especialista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitada em concurso público de provas, ALINE DE OLIVEIRA TWARDOWSKY.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 19/05/2025, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA SAMAE Nº 406/2025

Publicação Nº 7252809

PORTARIA SAMAE Nº 406/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar nº 79/2024, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 282/2024, de 10 de abril de 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 79/2024, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 282/2024, de 10 de abril de 2024;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 194/2025, de 5 de março de 2025; e

CONSIDERANDO o Memorando nº 597/2025, de 25 de abril de 2025, da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 8 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 282/2024 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 194/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 8 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 426/2025

Publicação Nº 7252815

PORTARIA SAMAE Nº 426/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 25/2025, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 245/2025, de 18 de março de 2025.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 25/2025, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 245/2025, de 18 de março de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando nº 674/2025 de 2025, da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 18 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 245/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 15 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 427/2025

Publicação Nº 7252817

PORTARIA SAMAE Nº 427/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 26/2025, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 244/2025, de 18 de março de 2025.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 26/2025, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 244/2025, de 18 de março de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando nº 673/2025, de 12 de maio de 2025, da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 18 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 244/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 15 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 428/2025

Publicação Nº 7252822

PORTARIA SAMAE Nº 428/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 18/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 559/2022, de 30 de junho de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 18/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 559/2022, de 30 de junho de 2022;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 354/2025, de 23 de abril de 2025; e

CONSIDERANDO o Memorando nº 684/2025, de 13 de maio de 2025, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 20 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 559/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 354/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 429/2025

Publicação Nº 7252828

PORTARIA SAMAE Nº 429/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 472/2024, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 1096/2024, de 23 de dezembro de 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 472/2024, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 1096/2024, de 23 de dezembro de 2024.;

CONSIDERANDO o Memorando nº 314/2025, de 11 de março de 2025, da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 22 de março de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 1096/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de março de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 15 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 440/2025

Publicação Nº 7252832

PORTARIA SAMAE Nº 440/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 16/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 028/2023, de 19 de janeiro de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC),

no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 16/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 028/2023, de 19 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 355/2025, de 23 de abril de 2025; e

CONSIDERANDO o Memorando nº 707/2025, de 16 de maio de 2025, da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 20 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 028/2023 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 355/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 441/2025

Publicação Nº 7252836

PORTARIA SAMAE Nº 441/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 471/2024, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 1091/2024, de 18 de dezembro de 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 471/2024, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 1091/2024, de 18 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 356/2025, de 24 de abril de 2025; e

CONSIDERANDO o Memorando nº 708/2025, de 16 de maio de 2025, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 20 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 1091/2024 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 356/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 442/2025

Publicação Nº 7252863

PORTARIA SAMAE Nº 442/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 472/2024, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 1096/2024, de 23 de dezembro de 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 472/2024, instaurado por meio da Portaria SAMAE nº 1096/2024, de 23 de dezembro de 2024.;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 429/2025, de 15 de maio de 2025; e

CONSIDERANDO o Memorando nº 676/2025, de 12 e maio de 2025, da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo

Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 21 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 1096/2024 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 429/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de maio de 2025.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 443/2025

Publicação Nº 7252872

PORTARIA SAMAE Nº 443/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 16/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 028/2023, de 19 de janeiro de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 324/2024, instaurada por meio da Portaria SAMAE nº 823/2024, de 16 de setembro de 2024;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 357/2025, de 23 de abril de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando nº 709/2025, de 16 de maio de 2025, da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 21 de maio de 2025, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 823/2024 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 357/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de maio de 2024.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 444/2025

Publicação Nº 7252875

PORTARIA SAMAE Nº 444/2025

Arquiva Processo Administrativo Disciplinar nº 53/2024 - Portaria SAMAE nº 359/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o teor dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 53/2024 - Portaria SAMAE nº 359/2024;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar, observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa; e

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 53/2024 - Portaria SAMAE nº 359/2024, tendo em vista que se entendeu “ausentes os pressupostos mínimos para a imputação de responsabilidade civil”, nos termos do art. 205, inciso I, da Lei Complementar nº

154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.
Jaraguá do Sul-SC, 22 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 446/2025

Publicação Nº 7252878

PORTARIA SAMAE Nº 446/2025

Arquiva Processo Administrativo Disciplinar nº 54/2024 - Portaria SAMAE nº 360/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o teor dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 54/2024 - Portaria SAMAE nº 360/2024;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar, observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa; e

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 54/2024 - Portaria SAMAE nº 360/2024, tendo em vista que se entendeu “ausentes os pressupostos mínimos para a imputação de responsabilidade civil”, nos termos do art. 205, inciso I, da Lei Complementar nº 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul-SC, 22 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 447/2025

Publicação Nº 7252883

PORTARIA SAMAE Nº 447/2025

Arquiva Sindicância Administrativa nº 19/2022 – Portaria SAMAE nº 594/2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o teor dos autos da Sindicância Administrativa nº 19/2022 – Portaria SAMAE nº 594/2022;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa; e

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, bem como a decisão administrativa exarada no bojo da referida Sindicância;

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR a Sindicância Administrativa nº 19/2022 - Portaria SAMAE nº 594/2022, pois “não foi observada nenhuma conduta ou atitude que apontasse para responsabilidade civil” nos termos do art. 205, inciso I, da Lei Complementar nº 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul-SC, 22 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 448/2025

Publicação Nº 7252890

PORTARIA SAMAE Nº 448/2025

Aplica penalidade de ADVERTÊNCIA ao ex-servidor ADEMAR ALCIDES PACHECO NETO.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa (Julgamento), proferida pelo Senhor Diretor Presidente no Processo Administrativo Disciplinar nº 314/2024, na qual descreve que “o comportamento do servidor demonstrou a inobservância do inciso VI do artigo 173, da Lei Complementar Municipal 154/2014, eis que conforme as informações levantadas na instrução processual são possíveis verificar que o servidor processado deixou de cumprir o que rege a lei para a aquisição de materiais para manutenção da frota do Samae”.

CONSIDERANDO que, em virtude do devido processo legal, o servidor investigado será devidamente intimado, pessoalmente ou por intermédio de Procurador constituído, da íntegra da decisão ora publicada;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Especial de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA, ao ex-servidor ADEMAR ALCIDES PACHECO NETO, em decorrência do descumprimento dos deveres funcionais, com vistas ao inciso IV do art. 173 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e alterações.

Art. 2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art. 3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do Processo respectivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 449/2025

Publicação Nº 7252895

PORTARIA SAMAE Nº 449/2025

Designa Servidores para Exercerem as Funções de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 341/2025 de 26 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto da Lei Federal nº 14.133/21, artigo 84 Parágrafo único e artigos 105 e 106, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 16.996/2023 alterado pelo Decreto Municipal nº 17625/2023, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; e

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAEJSU Nº 305/2021, de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais MARIANE SUELI CORREA SCHALINSKI, matrícula 320, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e na condição de Coordenadora de Compras e Licitação, para desempenhar a função de GESTOR; e MADELINE DURGANT TESSER ESPANHOL, matrícula 682, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, e na condição de Agente de Contratação, para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 110/2025, que tem como objeto a contratação de plataforma de software de educação sistêmica e continuada em licitações e contratos administrativos (LICITO GURU IA E LICITO GURU EDUCAÇÃO).	LICITO GURU TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO LTDA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul-SC, 22 de maio de 2025.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor-Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 450/2025

Publicação Nº 7252901

PORTARIA SAMAE Nº 450/2025

Retifica a Portaria SAMAE nº 296/2025.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o art. 202, da Lei Complementar nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o Memorando nº 736/2025, de 22 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAMAE nº 296/2025, na forma que segue:

ONDE SE LÊ:

“CONSIDERANDO os termos do Contrato nº 177/2023, celebrado entre o SAMAE de Jaraguá do Sul e a J TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA;

[...]

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo em face da empresa J TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 05.766.304/0001-88, pessoa jurídica de direito privado, para que se dê oportunidade à empresa justificar-se quanto às possíveis intervenções realizadas no sistema que teriam gerado valores a serem cobrados em dos usuários do Samae através de lançamentos futuros, durante a vigência do Contrato nº 177/2023. E desta forma apurar eventual inexecução contratual e aplicar caso haja, as consequências cabíveis, verificando também a necessidade de ressarcimento de valores ao Samae notadamente no que se refere aos fatos contidos no Memorando nº 195/2025, de 24 de fevereiro de 2025, previstos no Contrato nº 177/2023, no respectivo Edital e na Lei 14.133/2021.”

LEIA-SE:

“CONSIDERANDO os termos do Contrato nº 146/2024, celebrado entre o SAMAE de Jaraguá do Sul e a J TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA;

[...]

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo em face da empresa J TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 05.766.304/0001-88, pessoa jurídica de direito privado, para que se dê oportunidade à empresa justificar-se quanto às possíveis intervenções realizadas no sistema que teriam gerado valores a serem cobrados em dos usuários do Samae através de lançamentos futuros, durante a vigência do Contrato nº 146/2024. E desta forma apurar eventual inexecução contratual e aplicar caso haja, as consequências cabíveis, verificando também a necessidade de ressarcimento de valores ao Samae notadamente no que se refere aos fatos contidos no Memorando nº 195/2025, de 24 de fevereiro de 2025, previstos no Contrato nº 177/2023, no respectivo Edital e na Lei 14.133/2021.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de abril de 2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de maio de 2025

Onésimo José Sell
Diretor-Presidente

TERMO ADITIVO Nº 118/2025

Publicação Nº 7251267

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 118/2025
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2024

Processo: Tomada de Preços nº 061/2023; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Consórcio Consultor - SAMAE.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA HIDRÁULICO E COMPLEMENTARES DE REDE COLETORA DE ESGOTO PARA OS BAIRROS CENTENÁRIO, VIEIRA E JOÃO PESSOA DO SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL; Da Inclusão de Cláusulas: Considerando a ausência, no contrato original, de cláusula contendo a previsão de reajuste; procede-se a inclusão no Contrato n.º 031/2024 da Cláusula Vigésima – Da Revisão e Reajuste. Do Reajuste: Considerando o requerimento da contratada, o presente termo aditivo tem como objeto o reajuste do saldo em aberto do contrato nº 031/2024 em 4,174150% (quatro inteiros e cento e setenta e quatro mil cento e cinquenta milionésimos percentuais), correspondentes à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre os meses de fev/2024 a jan/2025. Em razão do reajuste demonstrado, o valor do contrato será majorado em R\$ 10.230,14 (dez mil duzentos e trinta reais e quatorze centavos). Os valores reajustados serão aplicados aos serviços prestados a partir de 01/02/2025. Da Prorrogação de Prazo de Execução e Vigência: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução do objeto do contrato nº 031/2024 por mais 45 (quarenta e cinco) dias, com início em 23/05/2025 e término em 07/07/2025, nos moldes pactuados no contrato original O prazo de vigência será igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias. Fundamento Legal: A inclusão de cláusula contratual é firmada com base no apontamento da ausência dessa no Parecer juntado ao Mem. 586/2025, e tem fundamento legal no art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/1993. O reajuste é firmado com base na justificativa do Gestor/Fiscal do contrato, constante do Mem. 586/2025, e tem fundamento legal art. 40, inciso XI, c/c inciso III do art. 55, todos da Lei Federal 8.666/93. A prorrogação do prazo é firmada com base na justificativa do Gestor/Fiscal do contrato, constante do memorando nº 662/2025, e tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, bem como no item 10.1 da Cláusula Décima do contrato original; Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2025 a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recursos
25.002.17.512.1400.4422	Ampliação de redes coletoras e estações de recalque	4.4.90. - Aplicações Diretas	36	Arrecadados pelo Samae

Ratificação: Permanecem válidas e plenamente vigentes todas as demais cláusulas e estipulações do CONTRATO não expressamente alteradas por este TERMO ADITIVO ou em decorrência dele; Data da assinatura: 22/05/2025; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC. Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Wilfredo Brillinger.

Onésimo Jose Sell
Diretor Presidente - Samae

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - CONCORRÊNCIA Nº 32/2023 E DO CONTRATO Nº 389/2023

Publicação Nº 7252680



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “b” e suas alterações, da Concorrência nº 32/2023 e do Contrato nº 389/2023, firmado em 05/07/2023 com a empresa **INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, referente a galerias pluviais – terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, procedemos a vistoria para **recebimento definitivo** e constatamos que a obra está de acordo com os termos pactuados no contrato e conforme as planilhas de medição anexas ao processo, sendo o valor original do contrato de R\$ 2.547.857,28 (dois milhões quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos), no que houve aditivo de acréscimo no valor de R\$ 546.557,17 (quinhentos e quarenta e seis mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), um aditivo de supressão no valor de R\$ 151.224,03 (cento e cinquenta e um mil duzentos e vinte e quatro reais e três centavo) e uma glosa final no valor de R\$ 6.608,98 (seis mil seiscentos e oito reais e noventa e oito centavos), totalizando valor medido de **R\$ 2.936.581,44** (dois milhões novecentos e trinta e seis mil quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter definitivo a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Definitivo para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2024.

ARIANO JOSÉ TOASSI

Fiscal da Obra
Engenheiro Civil
CREA nº046737-2

OTONIEL DA SILVA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Ciente:


INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ nº03.094.645/0001-29

Rua Ângelo Rubi ni, 600 | Barra do Rio Cerro | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89260-000 | Telefone: (47) 2106-8600 | Fax: (47) 2106-8625 | E-mail: obras@jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Publicação Nº 7250764

 ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE JARAGUA DO SUL - SC Rua Ervino Menegotti., 478, Água Verde, Jaraguá do Sul - SC CEP: 89254-000 CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 E-mail: samae@samaejs.com.br Site: www.samaejs.com.br	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 410/2025	
	Processo Administrativo:	N/A
	Data do Processo:	N/A
	Contrato:	Sem termo
	Data da Contratação:	22/05/2025
	Data da Solicitação:	22/05/2025
	Sequencial do Contrato:	6162
	Data de Homologação	N/A
	Nº Solicitação Compra	
Página: 1/1		

Fornecedor: AUTO PREMIER VEICULOS LTDA **Telefone:** 4721232515
CPF/CNPJ: 00.208.817/0009-07
Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBA, Baependi, 89256500, Jaraguá do
E-mail: pecasjaragua@powerimports.com.br
Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 0132- **Conta:** 71174-8

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 2500101130 - FROTAS ADMINISTRATIVO
Condição de Pagamento: Até 10 dias após recebimento e certificação da NF
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: Oficina da Contratada.
Despesa : 9 - 25.001.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Samae
Desdobramento : 3.3.90.30.39.00.00.00
Recurso : 1.753.7000.0438 - Recursos arrecadados pelo Samae
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 20.000KM DO VEÍCULO KIA BONGO - PLACAS RYQ-1D07
Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	7,400	L	10087 - ÓLEO MOTOR 5W30		60,4600	447,40
2	1,000	UN	394728 - FILTRO DE ÓLEO MOTOR		151,6100	151,61
3	1,000	UN	33835 - ANEL BUJÃO CARTER		6,8600	6,86
4	1,000	UN	28041 - FILTRO COMBUSTÍVEL		203,0700	203,07
5	1,000	UN	17382 - FILTRO DO AR DO MOTOR		120,1800	120,18
					Total Geral:	929,12

Jaraguá do Sul, 22 de Maio de 2025

ONESIMO JOSE

SELL:89872363900

Assinado de forma digital por
ONESIMO JOSE
SELL:89872363900
Dados: 2025.05.22 16:21:15
-03'00'

Diretor Presidente
Samae Jaraguá do Sul - SC

SAMAE JARAGUA DO SUL	ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE JARAGUA DO SUL - SC Rua Ervino Menegotti., 478, Água Verde, Jaraguá do Sul - SC CEP: 89254-000 CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 E-mail: samae@samaejs.com.br Site: www.samaejs.com.br	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 411/2025 Processo Administrativo: N/A Data do Processo: N/A Contrato: Sem termo Data da Contratação: 22/05/2025 Data da Solicitação: 22/05/2025 Sequencial do Contrato: 6162 Data de Homologação: N/A Nº Solicitação Compra
		Página: 1/1

Fornecedor: AUTO PREMIER VEICULOS LTDA **Telefone:** 4721232515
CPF/CNPJ: 00.208.817/0009-07
Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBA, Baependi, 89256500, Jaraguá do
E-mail: pecasjaragua@powerimports.com.br
Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 0132- **Conta:** 71174-8

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 2500101130 - FROTAS ADMINISTRATIVO
Condição de Pagamento: Até 10 dias após recebimento e certificação da NF
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: Oficina da Contratada.
Despesa : 9 - 25.001.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Samae
Desdobramento : 3.3.90.39.19.00.00.00
Recurso : 1.753.7000.0438 - Recursos arrecadados pelo Samae
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 20.000KM DO VEÍCULO KIA BONGO - PLACAS RYQ-1D07
Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	1,000	SV	6609 - Serviço de Mão de Obra de Manutenção de Veículos do Samae		595,0000	595,00
					Total Geral:	595,00

Jaraguá do Sul, 22 de Maio de 2025

ONESIMO JOSE

SELL:8987236390

0

Assinado de forma digital por
ONESIMO JOSE
SELL:89872363900
Dados: 2025.05.22 16:23:32
-03'00'

Diretor Presidente
Samae Jaraguá do Sul - SC

SAMAE JARAGUA DO SUL	ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE JARAGUA DO SUL - SC Rua Ervino Menegotti., 478, Água Verde, Jaraguá do Sul - SC CEP: 89254-000 CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 E-mail: samae@samaejs.com.br Site: www.samaejs.com.br	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 412/2025 Processo Administrativo: N/A Data do Processo: N/A Contrato: Sem termo Data da Contratação: 22/05/2025 Data da Solicitação: 22/05/2025 Sequencial do Contrato: 6163 Data de Homologação: N/A N° Solicitação Compra
		Página: 1/1

Fornecedor: AUTO PREMIER VEICULOS LTDA **Telefone:** 4721232515
CPF/CNPJ: 00.208.817/0009-07
Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBA, Baependi, 89256500, Jaraguá do
E-mail: pecasjaragua@powerimports.com.br
Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 0132- **Conta:** 71174-8

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 2500101130 - FROTAS ADMINISTRATIVO
Condição de Pagamento: Até 10 dias após recebimento e certificação da NF
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: Oficina da Contratada.
Despesa : 9 - 25.001.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Samae
Desdobramento : 3.3.90.30.39.00.00.00
Recurso : 1.753.7000.0438 - Recursos arrecadados pelo Samae
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 20.000KM DO VEÍCULO KIA BONGO - PLACAS RYQ-1E07
Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	7,400	L	10087 - ÓLEO MOTOR 5W30		60,4600	447,40
2	1,000	UN	394728 - FILTRO DE ÓLEO MOTOR		151,6100	151,61
3	1,000	UN	33835 - ANEL BUJÃO CARTER		6,8600	6,86
4	1,000	UN	28041 - FILTRO COMBUSTÍVEL		203,0700	203,07
5	1,000	UN	17382 - FILTRO DO AR DO MOTOR		120,1800	120,18
					Total Geral:	929,12

Jaraguá do Sul, 22 de Maio de 2025

ONESIMO JOSE Assinado de forma digital
por ONESIMO JOSE
SELL:898723639 SELL:89872363900
00 Dados: 2025.05.22 16:22:55
-03'00'

Diretor Presidente
Samae Jaraguá do Sul - SC

SAMAE JARAGUÁ DO SUL	ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE JARAGUA DO SUL - SC Rua Ervino Menegotti., 478, Água Verde, Jaraguá do Sul - SC CEP: 89254-000 CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 E-mail: samae@samaejs.com.br Site: www.samaejs.com.br	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 413/2025 Processo Administrativo: N/A Data do Processo: N/A Contrato: Sem termo Data da Contratação: 22/05/2025 Data da Solicitação: 22/05/2025 Sequencial do Contrato: 6163 Data de Homologação: N/A Nº Solicitação Compra Página: 1/1
--------------------------------	---	--

Fornecedor: AUTO PREMIER VEICULOS LTDA **Telefone:** 4721232515
CPF/CNPJ: 00.208.817/0009-07
Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBA, Baependi, 89256500, Jaraguá do
E-mail: pecasjaragua@powerimports.com.br
Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 0132- **Conta:** 71174-8

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 2500101130 - FROTAS ADMINISTRATIVO
Condição de Pagamento: Até 10 dias após recebimento e certificação da NF
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: Oficina da Contratada.
Despesa : 9 - 25.001.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Samae
Desdobramento : 3.3.90.39.19.00.00.00
Recurso : 1.753.7000.0438 - Recursos arrecadados pelo Samae
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 20.000KM DO VEÍCULO KIA BONGO - PLACAS RYQ-1E07
Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	1,000	SV	6609 - Serviço de Mão de Obra de Manutenção de Veículos do Samae		595,0000	595,00
					Total Geral:	595,00

Jaraguá do Sul, 22 de Maio de 2025

ONESIMO JOSE Assinado de forma
digital por ONESIMO
SELL:89872363 JOSE SELL:89872363900
900 Dados: 2025.05.22
16:21:59 -03'00'

Diretor Presidente
Samae Jaraguá do Sul - SC

PORTARIA Nº 415/2025/SEMAD/DGP

Publicação Nº 7252787



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.**

P O R T A R I A Nº 415/2025/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 18.996/2025, de 05/02/2025, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família, e

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 912/2025 de 07/04/2025, com efeitos desde 04/04/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º **CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de **12/05/2025 A 16/05/2025** à servidora pública municipal **MARLI MARIA VALCANAIA ZANINI**, matrícula 10624, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas



Documento assinado digitalmente - 5ZE-GQ0-L03-RO1
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 23/05/2025 às 09:23:05

Assinantes

**Alessandro Buozi Martins**

Assinou em 23/05/2025 às 14:10:09 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Alessandro Buozi Martins, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

5ZE

GQ0

L03

RO1

PORTARIA N° 416/2025/SEMAD/DGP

Publicação N° 7252789



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.**

P O R T A R I A N° 416/2025/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N° 18.996/2025, de 05/02/2025, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família, e

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria n° 912/2025 de 07/04/2025, com efeitos desde 04/04/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º **CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de **12/05/2025 A 10/07/2025** à servidora pública municipal **CLEUSIMAR DEMARCHI SCHULTZ**, matrícula 8932, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas



Documento assinado digitalmente - 93O-RK4-74N-GJV
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 23/05/2025 às 09:23:05

Assinantes

**Alessandro Buozi Martins**

Assinou em 23/05/2025 às 14:10:11 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Alessandro Buozi Martins, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

93O

RK4

74N

GJV

PORTARIA Nº 417/2025/SEMAD/DGP

Publicação Nº 7252794



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

P O R T A R I A Nº 417/2025/SEMAD/DGP/

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº18.996/2025, de 05/02/2025, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 912/2025 de 07/04/2025, com efeitos desde 04/04/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º **CONCEDER** afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
DAYANA SOARES APURCINO	116776	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	19/05/2025 A 23/05/2025
ELLEN TATIANE BUSNARDO DA SILVA	10724	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13/05/2025 A 26/06/2025
JULIANO DE OLIVEIRA SOUZA	10937	RECEPCIONISTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	15/05/2025 A 19/05/2025
ROSILENE MARIA KIATKOWSKI DOS SANTOS SILVA	126722	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	19/05/2025 A 22/05/2025
ANA CRISTINA TAVARES PROBST	11445	MEDICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	15/05/2025 A 29/05/2025
NEUSA AUERSVALDT	4719	RECREADOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16/05/2025 A 23/05/2025
LOIANE PINHEIRO FIGUEIRA	116638	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16/05/2025 A 29/05/2025
ZENILDA SKLARSKY RHODE	9569	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	19/05/2025 A 23/05/2025
MARILENE MARIA ANACLETO	7264	COORDENADOR PEDAGÓGICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	07/05/2025 A 22/05/2025
MARCIA DE FATIMA WENG	8345	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16/05/2025 A 22/05/2025
VANEIDE DE PRA	2763	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16/05/2025 A 20/05/2025



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	128032	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15/05/2025 A 29/05/2025
EDINELIA APARECIDA FERRAZ	9413	AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	16/05/2025 A 13/06/2025
MEIRE ELICE MARTINS CORREA	115978	AUXILIAR DE SALA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	19/05/2025 A 23/05/2025
SUELEN MARTINS HENNING	9462	AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15/05/2025 A 19/05/2025
CLEVERTON RAPHAEL MELO SOUZA	127287	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	16/05/2025 A 14/07/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas



Data de criação do documento: 23/05/2025 às 09:23:05

Assinantes

**Alessandro Buozi Martins**

Assinou em 23/05/2025 às 14:10:08 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Alessandro Buozi Martins, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

ZLP

3JV

OR3

MVK

PORTARIA N° 419/2025/SEMAD/DGP

Publicação N° 7252798



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.**

P O R T A R I A N° 419/2025/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N° 18.996/2025, de 05/02/2025, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família, e

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria n° 912/2025 de 07/04/2025, com efeitos desde 04/04/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º **CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de **20/05/2025 A 23/05/2025** à servidora pública municipal **ELAINE CRISTINA ENGELMANN**, matrícula 10009, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

B Documento assinado digitalmente - EVY-141-5V0-YM6
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 23/05/2025 às 14:56:24

Assinantes

**Alessandro Buozi Martins**

Assinou em 23/05/2025 às 14:57:03 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Alessandro Buozi Martins, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

EVY

141

5V0

YM6

PORTARIA N° 420/2025/SEMAD/DGP

Publicação N° 7252800



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.**

P O R T A R I A N° 420/2025/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N° 18.996/2025, de 05/02/2025, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família, e

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria n° 912/2025 de 07/04/2025, com efeitos desde 04/04/2025;

R E S O L V E :

Art. 1º **CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de **20/05/2025 A 23/05/2025** à servidora pública municipal **GISLAINE KARINA TURECK**, matrícula 10549, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas



Documento assinado digitalmente - 2Z6-14R-5NL-603
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 23/05/2025 às 14:56:24

Assinantes

**Alessandro Buozi Martins**

Assinou em 23/05/2025 às 14:57:03 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Alessandro Buozi Martins, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

2Z6

14R

5NL

603

PORTARIA Nº 421/2025/SEMAD/DGP

Publicação Nº 7252802



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

P O R T A R I A Nº 421/2025/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 18.996/2025, de 05/02/2025, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 138/2013, em seu art. 8º;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.598/2015, que estabelece normas e procedimentos para redução de carga horária para acompanhamento e tratamento de pessoa com deficiência e doença grave que resulte em incapacidade;

R E S O L V E :

Art.1º **ALTERAR**, no período de 26/05/2025 à 25/05/2026, de 40 horas semanais **para 20 horas semanais**, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal **ELIANE SONNTAG**, matrícula 11024, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/05/2025.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2025

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

B | Documento assinado digitalmente - 4ND-Q5N-GRE-Z1P
NoPaper | Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 23/05/2025 às 14:56:24

Assinantes

**Alessandro Buozi Martins**

Assinou em 23/05/2025 às 14:57:03 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Alessandro Buozi Martins, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4ND

Q5N

GRE

Z1P

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO PE 08-2025 PL 35-2025 - MATERIAL LABORATÓRIO

Publicação Nº 7253026

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 68CB748186EAED9CFBF96B4EFE60A690EADCFD0B

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2025/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025/FMS

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais, reagentes, controles, insumos e equipamentos de laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba – SC..

Data da abertura: Dia 09/06/2025, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Forma de Julgamento: Menor preço POR LOTE. DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 09/06/2025. HORÁRIO LIMITE: até 13h20min. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 09/06/2025. HORÁRIO: às 13h30min. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites www.joacaba.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8815 / 3527-8828 ou pelo e-mail compras@joacaba.sc.gov.br

Joaçaba, 22 de maio de 2025.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Karla Vanessa Simas - Secretária

ORDEM DE PARALISAÇÃO N.86/2025

Publicação Nº 7252886

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 86/2025

DETERMINO à empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ 09.223.659/0001-81 a paralisação exclusiva dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação na Rua Caramuru, Rua Adair Gasparini Zílio, Rua Mario Pino Gomes, Rua Clara Adélia Magalhães Freitas e Rua Etoe Pedrini no Bairro Nossa Senhora de Lurdes localizadas no Município de Joaçaba/SC , Esta determinação refere-se ao Contrato nº 108/2024/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 201/2024/PMJ – Edital CE nº 14/2024/PMJ, cuja ordem de serviço inicial nº 480/2025 foi recebida em 22/10/2024.

A paralisação é necessária devido à necessidade de execução de obras implantação de redes de água e esgoto em todas as ruas do contrato, o qual está em andamento, de responsabilidade da concessionária SIMAE; realocação dos postes de energia elétrica, conforme projetos, de responsabilidade da contratante; E a necessidade de remoção das árvores na rua Adair Gasparini, de responsabilidade da contratante que a mesma já fez projeto e está no aguardo do IMA, sendo assim estimamos inicialmente, em 60 (sessenta) dias, podendo ser revisto conforme o andamento das ações descritas.. Consequentemente, o cronograma de execução do contrato será prorrogado por igual período. Joaçaba/SC, 21 de maio de 2025.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
Nayara de Oliveira
Secretária

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Lucca D´Agostini
Representante

ORDEM DE PARALISAÇÃO N.87/2025

Publicação Nº 7252897

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 87/2025

DETERMINO à empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ 09.223.659/0001-81 a paralisação exclusiva dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação na Rua Alexandre H. Mergener, Rua André H. Uliana, Rua Angelina Heldt, Rua David Ratti, Rua Itália Loraski e Rua Paulo C. de Carli, localizadas no Loteamento Jardim Lindóia no Município de Joaçaba/SC , Esta determinação refere-se ao Contrato nº 100/2024/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 181/2024/PMJ – Edital CE nº

12/2024/PMJ, cuja ordem de serviço inicial nº 0476/2025 foi recebida em 19/10/2024.

A paralisação é necessária devido à necessidade de execução de obras implantação de redes de água e esgoto em todas as ruas do contrato, o qual está em andamento, de responsabilidade da concessionária SIMAE, sendo assim estimamos inicialmente, em 60 (sessenta) dias, podendo ser revisto conforme o andamento das ações descritas. Consequentemente, o cronograma de execução do contrato será prorrogado por igual período.

Joaçaba/SC, 21 de maio de 2025.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Nayara de Oliveira

Secretária

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Lucca D'Agostini

Representante

PL 82/2025/PMJ PE 18/2025/PMJ - 1º ALTERAÇÃO

Publicação Nº 7253011

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EA592669F468AFC2B50456E5AA2ED4D340D0ACDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2025/PMJ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025/PMJ

1º ALTERAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais esportivos e educativos, destinados à manutenção das atividades da Superintendência de Esportes e dos demais órgãos participantes.

1ª Alteração:

1. Foi incluído um novo tópico com a denominação: "DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR" para o item nº 9 do edital, assim como foi renumerado os demais itens previamente previstos, a partir dele;
2. Foi alterada a data de recebimento das propostas;
3. Os demais itens permanecem inalterados. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites www.joacaba.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8815 / 3527-8828 ou pelo e-mail compras@joacaba.sc.gov.br

Joaçaba, 23 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

VILSON SARTORI - Prefeito

CONTRATO 24/2025FMS

Publicação Nº 7252621

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BEDB5F43BB2A3743A367237F0CFCE0C71183FBB4

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 01/2025/FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2025/FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2025/FMS****TERMO DE CREDENCIAMENTO N. 24/2025/FMS**

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, denominado CREDENCIANTE e a empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO LTDA, denominada CREDENCIADA, para prestação de serviços de Cardiologia, em conformidade com a Inexigibilidade de Licitação n. 03/2025 – Processo Licitatório n. 24/2025, vinculados ao Credenciamento nº 01/2025.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, na qualidade de CONTRATANTE, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, neste ato representada pela Secretária, Sra. KARLA VANESSA SIMAS na qualidade de CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.947.562/0001-60, estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 615, 9º andar, Bairro Centro, no Município de Joaçaba/SC, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). LEONARDO LUIZ DALL'OGGIO FUGA, inscrito(a) no CPF sob o nº 006.xxx.xxx-00, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, em consonância com as regras gerais da Lei federal n. 14.133/2021, Lei Federal Complementar n. 123 de 17/12/2006, dentre outras cominações legais, ficando justas e acordadas as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de consultas especializadas e exames, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.
- 1.2. Os itens do objeto que a CREDENCIADA se compromete a fornecer, em conformidade com as especificações do Anexo II do Edital de Credenciamento nº 01/2025/FMS, são os seguintes:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
9	300	UN	Consulta em Cardiologia com Eletrocardiograma	256,70	77.010,00
11	300	UN	Teste Ergométrico	253,70	76.110,00
TOTAL					153.120,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 2.2. A credenciada deverá realizar os atendimentos de acordo com a autorização do sistema em uso, confirmando a guia por meio da execução dos procedimentos e gerando a produção via sistema.
- 2.3. A credenciada deverá realizar os procedimentos em seu estabelecimento.
- 2.4. No caso das consultas médicas especializadas o paciente terá direito a um retorno em até 30 (trinta) dias caso o médico entenda necessário.
- 2.5. A credenciada deverá utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria de Saúde até o final do contrato. Em caso de troca de sistema por parte da SMS a Credenciada terá 20 dias para realizar as trocas e as adequações necessárias.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

1

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

- 2.6. Nos casos em que houver necessidade de solicitação de exames complementares e/ou encaminhamento a outro serviço, ou ainda solicitações de nova consulta após 30 (trinta) dias, estas devem ser realizadas por meio do sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde. A solicitação deverá obrigatoriamente conter a justificativa, com descrição detalhada do quadro clínico do paciente, para possibilitar a realização da Classificação de Risco pelo médico regulador da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, bem como pela Central Estadual de Regulação, quando for o caso.
- 2.7. Após a compensação do quadro clínico do paciente, o mesmo deverá ser contra referenciado por escrito para a Atenção Básica, para prosseguir o acompanhamento com a equipe de Saúde da Família.
- 2.8. Na execução do objeto deste instrumento a credenciada deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.
- 2.9. Fica a critério do(s) paciente(s) a escolha do estabelecimento credenciado para a realização do serviço.
- 2.10. A credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.
- 2.11. Os quantitativos descritos para cada item poderão sofrer acréscimos ou supressões a critério da Secretaria Municipal de Saúde, observada a limitação legal.
- 2.12. O credenciamento poderá ocorrer em 01 (um) ou mais itens a critério da credenciada.
- 2.13. A credenciada deverá realizar os procedimentos conforme demanda do município e a entrega dos laudos deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias após a realização do exame.
- 2.14. A Nota Fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, incluindo o valor unitário e a quantidade de cada item nela constante.
- 2.15. A credenciada deverá emitir nota fiscal correspondente aos serviços prestados, observando as exigências legais e fiscais vigentes. Na emissão do documento, não será necessário destacar tributos como COFINS, ISS e demais impostos, sendo obrigatória a retenção do Imposto de Renda (IR) para empresas que não sejam optantes pelo Simples Nacional, conforme legislação tributária aplicável.
- 2.16. A credenciante se reserva o direito de recusar notas fiscais que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos, devendo a credenciada providenciar as devidas correções para viabilizar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

- 3.1. O presente instrumento terá a **vigência por 60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua assinatura.
- 3.2. O Credenciante, através do(a) Sr(a). MARIANA ZOPELETTTO, acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços.
- 3.3. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.4. O representante da Credenciante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 3.5. A Gestão deste Termo de Credenciamento será realizada pelo(a) Sr(a). MARIANA ZOPELETTTO.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

2

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

- 3.6. O Fiscal e Gestor do Termo de Credenciamento contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.
- 3.6.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor do Termo de Credenciamento.
- 3.7. Constatada alguma irregularidade na execução do objeto, o Credenciante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 3.8. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores deverão ser solicitadas ao responsável do órgão gerenciador, em tempo hábil, visando às medidas convenientes.
- 3.9. De acordo com a Seção II, Art. 13 do Decreto nº 6.764, de 09 de março de "Com vistas à otimização dos quadros de pessoal, quando não exigível pela complexidade do objeto, poderá ser dispensada a designação de gestor do contrato, hipótese em que o fiscal do contrato, designado na forma do art. 9º, desempenhará cumulativamente as atribuições dispostas nos incisos II a VII do art. 8º".

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do pedido de Credenciamento.
- 4.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da credenciada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Secretaria de Saúde, do Índice de Preços do Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Será considerada a data-base vinculada à data do pedido de credenciamento para efeitos de reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1. Os recursos financeiros vigentes para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 18.001 – FUNDO DE SAÚDE

Despesa: 29

Projeto Atividade: 2.124 – BLMAC: Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.1002

- 5.2. A secretaria consignará nos próximos exercícios, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado pelo Setor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Joaçaba até o 10º dia do mês subsequente ao envio da Nota Fiscal, conforme quantitativos executados, desde que devidamente conferidos e atestados por servidor do órgão requisitante.
- 6.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, preferencialmente, em banco público (Banco do Brasil ou Caixa), cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.
- 6.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Rua Getúlio Vargas, nº 205 – 1º andar, Ed. Trevisan, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00.
- 6.3.1. A nota fiscal deverá possuir a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.
- 6.4. **Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de pagamento.**

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

3

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

6.5. Qualquer irregularidade que impeça a efetivação do pagamento será comunicada a Credenciada, ficando suspenso o pagamento até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal.

6.5.1. Constituem ônus exclusivo da Credenciada, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Responsabilidades da CREDENCIADA:

- 7.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, no Edital e seus anexos, assumindo, exclusivamente, seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.1.2. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, no Edital e seus anexos;
- 7.1.3. Prestar os serviços dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade, sob pena de descredenciamento, de acordo com a Lei 8.080/90;
- 7.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços;
- 7.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 7.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;
- 7.1.8. Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.8.1. A Secretaria Municipal de Saúde reserva-se o direito de, a qualquer tempo, solicitar a atualização dos documentos relativos a habilitação/qualificação do credenciado;
- 7.1.9. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução dos serviços;
- 7.1.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução dos serviços;
- 7.1.11. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para fiscalização;
- 7.1.12. Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da credenciada;
- 7.1.13. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;
- 7.1.14. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;
- 7.1.15. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 7.1.16. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos serviços previstos no Termo de Credenciamento;
- 7.1.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;
- 7.1.18. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;
- 7.1.19. Deverá arcar com todas as despesas de responsabilidade técnica e materiais necessários para à execução dos serviços, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus funcionários;
- 7.1.20. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;
- 7.1.21. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;
- 7.1.22. O Fundo Municipal de Saúde se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o Credenciamento.

7.2. Responsabilidades da CREDENCIANTE:

- 7.2.1. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo interessado/credenciado;
- 7.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do credenciamento, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.2.3. Registrar por escrito todas as falhas da credenciada e as solicitações de melhoria;

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

4

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

- 7.2.4. Comunicar à credenciada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.2.5. Emitir autorização individualizada para a execução dos serviços;
- 7.2.6. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.2.7. Efetuar o pagamento à credenciada no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7.2.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.2.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
 - 8.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
 - 8.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.1.3. Der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
 - 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.1.5. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.1.6. Não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 8.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
 - 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 8.2.1. ADVERTÊNCIA: Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 8.2.2. MULTA: Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - a. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
 - c. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
 - 8.2.2.1. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - a. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
 - b. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
 - 8.2.2.2. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:
 - a. Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

5

- b. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 8.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "18.1.2", "18.1.3" e "18.1.4" do subitem 18.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "18.1.8", "18.1.9", "18.1.10" e "18.1.11" do subitem 18.1, bem como nas alíneas "18.1.2", "18.1.3" e "18.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

- 8.11. Os débitos do contratado para com a Administração Pública contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

- 9.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões fundamentadas nos seguintes casos, de acordo com o Decreto Municipal:
- 9.1.1. Pedido de descredenciamento por parte do interessado, sem aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do Termo de Credenciamento, ou relativamente a novos Termos de Credenciamento com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais.
- 9.1.2. Descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:
- 9.1.2.1. Por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no Processo Licitatório respectivo;
- 9.1.2.2. Por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;
- 9.1.2.3. Pela rescisão do Termo de Credenciamento decorrente do credenciamento por culpa do credenciado;
- 9.1.2.4. Pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade.
- 9.2. Fica assegurado o direito do interessado/credenciado ao Contraditório e Ampla Defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - GENERALIDADES

- 10.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 01/2025/FMS e seus anexos, a Lei nº 14.133/21 e suas alterações.
- 10.2. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- 10.3. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo.
- 10.4. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FÓRUM

- 11.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, 15 de maio de 2025.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
KARLA VANESSA SIMAS – Secretária
CREDENCIANTE

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO LTDA
LEONARDO LUIZ DALL'OGGIO FUGA
CREDENCIADA

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

7

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

8

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 87/2025**

Publicação Nº 7252515

PORTARIA SIMAE JHL Nº 87/2025 DE 23.05.2025

Patricia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a vigência da Portaria Simae JHL 44/2025 de 28 de março de 2025, por mais 60 (sessenta) dias a partir de 28 de maio de 2025, ficando a mesma vigente até 27 de julho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 28 de maio de 2025, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 23 de maio de 2025.

Patricia Callegari Warken
Diretora-Presidente

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 7250793

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista requerimento enviado pela candidata Sra. Rubiane Aline Tonini, cargo Auxiliar Administrativo, classificada em 12º lugar, referente Concurso Público nº 01/2023, fica a mesma encaminhada ao final da lista de classificação conforme disposto no item 15.7 do referido edital, passando a ocupar a posição de 38º Lugar.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 23 de maio de 2025.

Patricia Callegari Warken
Diretora-presidente

Jupirá

PREFEITURA

AVISO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41-2025 LE02

Publicação N° 7252730

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 113BC1410E977D074EDD25AF3D26A9953C34D7F8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Leilão N° 02/2025

Objeto: Alienação de bens móveis inservíveis do município de Jupirá/SC, conforme decreto municipal nº 4.635/25 de 23/04/2025, conforme laudo de avaliação, conforme anexo I, termo de referência. Do cadastro da proposta e habilitação das 10 horas do dia 26 de maio de 2025 até às 10 horas do dia 26 de junho de 2025; início da sessão/disputa de lances: após a análise das propostas; por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). O edital em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, nos endereços eletrônicos: www.jupia.sc.gov.br/ e no Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e da Superbid Exchange (www.superbid.net). Maiores informações pelo telefone (49) 3341 0000 – Pregoeiro.

Jupirá, 23 de maio de 2025.

Valdelirio Locatelli da Cruz

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DECRETO Nº 22752/2025

Publicação Nº 7253509

DECRETO Nº 22.752, de 16 de maio de 2025.

Altera o Decreto nº 21.414 de 01.07.2024, que dispõe sobre o serviço extraordinário dos servidores municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e considerando

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº 21.414 de 01.07.2024, que dispõe sobre o serviço extraordinário dos servidores municipais, passa a vigorar com nova redação ao inciso IV, acrescido dos incisos VIII e IX ao § 3º do art. 1º, conforme segue:

“Art. 1º

§ 3º.

....

IV – os servidores com atuação nas atividades de segurança, vigilância e zelo dos próprios municipais;

.....

VIII - os servidores que executam ações específicas de infraestrutura, destinadas a realização de reparos e revitalização de sinalização de trânsito;

IX – os Agentes da Autoridade de Trânsito.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Lages, 16 de maio de 2025; 259º ano da Fundação e 165º da Emancipação.

Carmem Zanotto
Prefeita

DECRETO Nº 22754/2025

Publicação Nº 7253178

DECRETO Nº 22.754, de 20 de maio de 2025.
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 4782 de 11 de dezembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 879.169,23 (oitocentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e nove reais e vinte três centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade:	Prefeitura do Município de Lages
Ação	1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana
Modalidade/Valor	(60) 4.4.90.00 – Investimentos – Aplicações Diretas Fonte: 2.710.0000.2024.0007 - Superávit – Transf. Estado - Pav. Av. Maria Luiza, José dos Passos e Maria José Denegredo BB 83.167-0 R\$ 4.697,73
Entidade:	Fundo Municipal de Saúde de Lages
Ação	2.440 – Município – Ações de Atenção Básica a Saúde
Modalidade/Valor	(9) 4.4.90.00 – Investimentos – Aplicações Diretas Fonte: 1.500.0000.1002.0004 - Vigilância Sanitária - Próprios (BB 79.864-9) R\$ 100.000,00
Entidade:	Fundo Municipal de Saúde de Lages

Ação	2.435 – AFA Estado – Programa Assistência Farmacêutica
Modalidade/Valor	(29) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: 1.621.0000.0511.0000 – AFA Estado – Farmácia Básica R\$ 300.000,00
Entidade:	Prefeitura do Município de Lages
Ação	2.253 - Salário Educação Manutenção e Desenvolvimento de Ensino
Modalidade/Valor	(60) 4.4.90.00 – Investimentos – Aplicações Diretas Fonte: 1.550.0000.0058.0000 – Salário Educação R\$ 100.000,00
Entidade:	Prefeitura do Município de Lages
Ação	2.222 – Manutenção Atividades Secretaria de Planejamento
Modalidade/Valor	(22) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: 1.500.0000.0000.0000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00
Entidade:	Fundo Municipal de Saúde de Lages
Ação	2.412 – BLMAC FNS Outras Ações Média e Alta Complexidade
Modalidade/Valor	(20) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: 1.600.0000.0491.0000 – BLMAC União - Fundo Ações Estrat. E Complementares - FAEC's R\$ 72.400,00
Entidade:	Fundo Municipal de Saúde de Lages
Ação	2.431 – MAC Estado – IAC Incentivo Hospitalar
Modalidade/Valor	(28) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: 1.621.0000.0494.0000 – Outros Estado - Outras Transf. SES R\$ 212.071,50

Art. 2º. As fontes de recursos para abertura do crédito de que trata o artigo 1º são provenientes de:

I - Excesso de Arrecadação

Fonte: 1.500.0000.1002.0004 - Vigilância Sanitária - Próprios (BB 79.864-9)
R\$ 100.000,00

Fonte: 1.621.0000.0511.0000 – AFA Estado – Farmácia Básica
R\$ 300.000,00

Fonte: 1.621.0000.0494.0000 – Outros Estado - Outras Transf. SES
R\$ 212.071,50

Fonte: 1.600.0000.0491.0000 – BLMAC UNIÃO - Fundo Ações Estrat. E Complementares - FAEC's
R\$ 72.400,00

II – Superávit Financeiro

Fonte: 2.710.0000.2024.0007 - Superávit - Trans Estado - Pav. Av. Maria Luiza, José dos Passos e Maria José Denegredo BB 83.167-0
R\$ 4.697,73

III – Anulação Parcial de Dotações

Entidade:	Prefeitura do Município de Lages
Ação	2.253 - Salário Educação Manutenção e Desenvolvimento de Ensino
Modalidade/Valor	(59) 3.3.90.00 – Outras Despesas Corrente – Aplicações Diretas Fonte: 1.550.0000.0058.0000 – Salário Educação R\$ 100.000,00
Entidade:	Prefeitura do Município de Lages
Ação	2.222 – Manutenção Atividades Secretaria de Planejamento
Modalidade/Valor	(21) 3.3.50.00 – Transferências Instituições Privadas S/Fins lucrativos Fonte: 1.500.0000.0000.0000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 20 de maio de 2025; 259º ano da Fundação e 165º da Emancipação.

Carmen Zanotto
Prefeita

DECRETO Nº 22756/2025

Publicação Nº 7253514

DECRETO Nº 22.756, de 21 de maio de 2025.

Designa o Diretor Financeiro e de Gestão dos Fundos da Educação.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 643/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Marileide Ribeiro de Oliveira Toldo (CPF nº ***.350.179-**), para o cargo de Diretor Financeiro e de Gestão dos Fundos da Educação (DGA-1), da Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo único. A posse no cargo ocorrerá por meio do respectivo Termo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 21 de maio de 2025; 259º ano da Fundação e 165º da Emancipação.

Carmen Zanotto
Prefeita

DECRETO Nº 22757/2025

Publicação Nº 7253520

DECRETO Nº 22.757, de 21 de maio de 2025.

Autoriza de forma excepcional, em razão da realização da 35ª Festa Nacional do Pinhão, horário estendido de funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, no município de Lages.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e diante do contido no artigo 231 da Lei Complementar nº 523 de 22.08.2018 – Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Lages,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado de forma excepcional, durante o mês de junho do exercício corrente, em razão da realização da 35ª Festa Nacional do Pinhão, o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, até as 23h30min, cujo limite de abertura está previsto no Alvará de Funcionamento até as 22h, no município de Lages, a seguir descritos:

I - Restaurantes e similares;

II - lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares;

III - bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 21 de maio de 2025; 259º ano da Fundação e 165º da Emancipação.

Carmem Zanotto
Prefeita

DECRETO Nº 22758/2025

Publicação Nº 7253542

DECRETO Nº 22.758, de 22 de maio de 2025.

Estabelece Ponto Facultativo nos Órgãos no Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo em todos os Órgãos do Poder Executivo Municipal, dia 20 de junho de 2025 (sexta-feira) pós-feriado de Corpus Christi previsto na Lei nº 70 de 22.02.1967.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no caput, as seções que desempenham funções e serviços considerados essenciais ao interesse público.

Art. 2º. O atendimento relativo aos serviços públicos considerados essenciais deve ser garantido por meio de escalas de plantão ou por ato definido pelos titulares dos Órgãos, nas respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 22 de maio de 2025; 259º ano da Fundação e 165º da Emancipação

Carmen Zanotto
Prefeita

DECRETO Nº 22759/2025

Publicação Nº 7253547

DECRETO Nº 22.759, de 22 de maio de 2025.

Dispõe sobre diárias e adiantamentos, regulamenta o artigo 66 da Lei 1574/1990, o artigo 51 da Lei Complementar 293/1990 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O Servidor Público do Poder Executivo Municipal, bem como o Agente político que se deslocar temporariamente da localidade onde tem exercício, a serviço ou para participar de evento de interesse da Administração, desde que prévia e formalmente autorizado pelo chefe imediato, pelo ordenador da despesa, ou por quem tenha delegação de competência, fará jus à percepção de diárias segundo as disposições deste Decreto.

Parágrafo único. A diária, espécie do gênero adiantamento, é verba pecuniária de cunho indenizatório, paga antecipadamente a servidores para ressarcimento de despesas em viagens de interesse público.

Art. 2º. Os valores das diárias corresponderão aos valores estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. A Autorização para deslocamento e concessão de diária será deferida após formalização do pedido, através de Formulário próprio de Solicitação de Diária.

Art. 4º. A solicitação das diárias deverá ser realizada até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à realização das despesas, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas.

Art. 5º. As diárias nacionais serão concedidas para o período oficial de afastamento e serão pagas por dia, conforme Anexo I.

§ 1º O afastamento, para efeito do cálculo das diárias, poderá conjugar mais de um meio de deslocamento e será computado:

a) nos deslocamentos com veículo oficial ou particular, a partir da hora em que se iniciar a viagem encerrando-se no momento da chegada em retorno na origem.

b) nos deslocamentos com transporte coletivo terrestre, no horário do embarque na saída e do desembarque na chegada, acrescidos de 30 (trinta) minutos para antes e para depois desses horários, tempo necessário para a ida e o retorno entre o trabalho ou residência e o terminal de passageiros.

c) nos deslocamentos com transporte coletivo aéreo, no horário do voo na saída, acrescido de até o suficiente para deslocamento até o aeroporto previsto para o embarque.

§ 2º. Não será concedida diária ou fração:

I – Quando o Município/Estado/União custear de outra forma o fornecimento de refeições e pernoite;

II - para deslocamentos dentro do Município;

III - para deslocamentos na região da Amures com pernoite;

IV - a servidor em alcance, isto é, aquele que está omissa no dever de prestar contas ou que teve suas contas recusadas ou impugnadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou má aplicação, enquanto os valores não forem ressarcidos.

§ 3º Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, o beneficiário terá direito às diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que justificado o motivo e autorizada a prorrogação pela autoridade competente.

I - Na hipótese de retardamento da viagem motivado pela empresa transportadora, a qual se responsabiliza, segundo a legislação pertinente, pelo fornecimento de hospedagem, alimentação e transporte, não haverá o pagamento de diária.

Art. 6º. Nos deslocamentos destinados a realização de serviços ou para participar de eventos de interesse da administração, haverá preferencialmente o uso de veículo oficial, sem prejuízo das diárias.

§ 1º. A título excepcional e desde que previamente autorizado, poderá haver ressarcimento de despesas com transporte de veículo particular.

I – o ressarcimento de despesas com transporte em veículo particular levará em consideração a quilometragem percorrida da sede do Município ao destino, devendo ser comprovada através do mapa de planejamento de viagem por aplicativo, segundo valor constante no Anexo II deste Decreto.

§ 2º. O ressarcimento de despesas de que trata o § 1º, dar-se-á mediante o preenchimento das seguintes condições:

I - encaminhamento de pedido de autorização, conforme formulário previsto em Instrução Normativa que disciplinar;

II - cópia do certificado de propriedade do veículo que será utilizado

III - da carteira de habilitação

IV - apólices de seguro do casco, contra terceiros e de danos pessoais (seguro total).

§ 3º. O uso de veículo particular ou locado para a realização de serviços externos é de total responsabilidade do viajante, inclusive quanto a possíveis danos materiais causados ao veículo ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros.

§ 4º. Não constituirão objeto de ressarcimento as despesas com manutenção do veículo em caso de necessidade de reposição de peças e/ou serviços, bem como nos casos de sinistro, roubo e outros eventos não previstos.

§ 5º. Em caso de não apresentação de algum dos documentos previstos no § 2º, incisos I a IV não fará jus ao recebimento do ressarcimento.

Art. 7º. O servidor suprido não poderá utilizar recursos de diárias para realizar despesas fora do prazo de aplicação e/ou distintas da sua finalidade.

Art. 8º. Para fins de comprovação da despesa com diárias, o servidor suprido deverá apresentar, no mínimo, um documento que comprove o deslocamento e um documento que comprove o cumprimento do objetivo da viagem, a saber:

I – Documentos comprobatórios do deslocamento:

- Diário de Bordo e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- bilhete de passagem, em caso de viagem com meio de transporte coletivo, exceto aéreo;
- comprovante de embarque, em caso de transporte aéreo;
- notas fiscais de abastecimento do veículo oficial, em caso de servidor ocupante do cargo de Motorista;
- outros documentos capazes de comprovar o deslocamento.

II – Documentos comprobatórios do cumprimento do objetivo da viagem:

- Ofício de apresentação com a ciência da autoridade competente, nos casos de inspeção, de auditoria ou de similares.
- lista de frequência ou certificado, quando de participação em evento ou em curso de capacitação.
- ata de reunião e/ou declaração dos assuntos tratados em reunião/visita, nos casos de reunião ou de visita a entidades e a órgãos públicos;
- outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem;
- documento fiscal que conste o CPF do beneficiário na data da viagem.

Art. 9º. O servidor suprido deverá restituir:

I – o valor integral das diárias, nos seguintes casos:

- utilização indevida, sem prejuízo de apuração de responsabilidade;
- não realização da viagem;

II – O saldo remanescente das diárias, em caso de retorno antecipado.

Art. 10. Após o retorno da viagem ou a conclusão da atividade, o servidor suprido juntará os documentos comprobatórios e encaminhará o processo de prestação de contas, mediante Formulário de Apresentação da Prestação de Contas conforme Instrução Normativa disciplinar, no prazo de até 10 (dez dias) contados da data do retorno.

Parágrafo único. A prestação de contas de diárias deve estar acompanhada dos seguintes documentos:

I – Formulário de Apresentação da Prestação de Contas;

II – Formulário de Solicitação de Diárias;

III – documentos comprobatórios do deslocamento e do cumprimento do objetivo da viagem.

IV – comprovante de devolução do saldo não utilizado, em caso de retorno antecipado;

V – nota de empenho e nota de liquidação.

Art. 11. As prestações de contas de adiantamentos e de diárias deverão permanecer arquivadas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de apresentação.

Art. 12. Cabe aos titulares dos Órgãos, nas respectivas áreas de competência e à Auditoria-Geral do Município e Controladoria Interna zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto e adotarem providências para a responsabilização de quem praticar atos em desacordo com as suas disposições.

Art. 13. Somente será permitida a concessão das indenizações previstas neste Decreto nos limites dos recursos orçamentários disponíveis no exercício do deslocamento, ressalvada a hipótese em que o deslocamento se estender até o exercício subsequente, caso em que a despesa recairá naquele em que se iniciou.

Art. 14. Ficam revogados os Decretos nº 4412 de 08 de abril 1996 e 19.383 de 23 de novembro de 2021.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 22 de maio de 2025; 259º ano da Fundação e 165º da Emancipação.

Carmen Zanotto

Prefeita

-

ANEXO I

VALOR DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIAS APLICÁVEL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE LAGES PARA OS SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS:

Cargo	Estado e fora do Estado		DF	
		sem pernoite	Com pernoite	Sem pernoite
Servidores do Quadro Geral de Pessoal	R\$ 400,00	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	R\$ 350,00
Prefeito, vice-Prefeito. Secretários, Executivos, Presidente Diretores, gerente e cargos equiparados	R\$ 400,00	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	R\$ 350,00
Cargo		Municípios da região da Amures		
Servidores do Quadro Geral de Pessoal		R\$ 60,00		

Prefeito, vice-Prefeito. Secretários, Executivos, Presidente Diretores, gerente e cargos equiparados	R\$ 80,00
--	-----------

ANEXO II

VALOR DA INDENIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PARTICULAR

Cargo	Valor por quilômetro
Todos os cargos	R\$ 1,00

PE 41/2025 PML

Publicação Nº 7252076

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D6DF8886A9C9196D09AFC39CD4C7BBF60489759E

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 41/2025 PML

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnicooperacional para eventos de grande porte, compreendendo a locação de palco, equipamentos de sonorização, iluminação, House mix, Torres para delay, Painéis de led, gradil de contenção, Barricadas de alumínio ou aço galvanizado, Portal construído com treliças de alumínio, Tendas, Camarim, Fechamento metálico, Piso modular de polipropileno, Painel de alumínio estrutural modular, geradores de energia, tendas e estruturas modulares para fechamento de espaços, apoio logístico e operacional, além do fornecimento de demais equipamentos e serviços correlatos, necessários à realização dos shows artísticos no âmbito da 35ª Festa Nacional do Pinhão, promovida pelo Município de Lages/SC.

Abertura: 09/06/2025 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 1.245.391,16

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 26 de maio de 2025.

Fernanda Cristina Torres

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 653/2025

Publicação Nº 7253458

PORTARIA Nº 653/2025, de 19 de maio de 2025.

Nomeia no cargo de Agente Administrativo, candidatas habilitadas no Concurso Público – edital nº 001/2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, de acordo com o resultado do Concurso Público, conforme edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 20.653 de 15 de dezembro de 2023, no cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal da Administração:

I. Bruna Laisa Macedo (CPF ***.854.369-**);

II. Sirlene Schwalb Araujo (CPF ***.663.809-**).

Art. 2º. A posse ocorrerá por meio do respectivo Termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado e se dará conforme o disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 293, de 06.09.2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 19 de maio de 2025.

Carmen Zanotto

Prefeita

PORTARIA Nº 654/2025

Publicação Nº 7253464

PORTARIA Nº 654/2025, de 19 de maio de 2025.

Nomeia no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, candidatas habilitadas no Concurso Público – edital nº 001/2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, de acordo com o resultado do Concurso Público, conforme edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 20.653 de 15 de dezembro de 2023, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

I. Mirela Fernandes (CPF ***.142.429-**), com lotação na Secretaria Municipal de Turismo;

- II. Francielle Dayane Souza Steffen Couto (CPF ***.945.569-**), com lotação na Secretaria Municipal de Turismo;
III. Suelen Marcelino Duarte (CPF ***.110.309-**), com lotação na Secretaria Municipal da Educação;
IV. Juliana Aparecida de Medeiros de Arruda Lotin (CPF ***.073.659-**), com lotação na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. A posse ocorrerá por meio do respectivo Termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado e se dará conforme o disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 293, de 06.09.2007.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 19 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 655/2025

Publicação Nº 7253467

PORTARIA Nº 655/2025, de 19 de maio de 2025.

Nomeia no cargo de Enfermeiro, candidata habilitada no Concurso Público – edital nº 004/2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, de acordo com o resultado do Concurso Público, conforme edital nº 004/2023, homologado pelo Decreto nº 20.669 de 21 de dezembro de 2023, no cargo de Enfermeiro, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde:

I. Ana Carolina Varela (CPF ***.119.979-**).

Art. 2º. A posse ocorrerá por meio do respectivo Termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado e se dará conforme o disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 293, de 06.09.2007.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 19 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 656/2025

Publicação Nº 7253470

PORTARIA Nº 656/2025, de 19 de maio de 2025.

Nomeia no cargo de Técnico de Enfermagem em Programas da Saúde, candidatas habilitadas no Concurso Público – edital nº 004/2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, de acordo com o resultado do Concurso Público, conforme edital nº 004/2023, homologado pelo Decreto nº 20.669 de 21 de dezembro de 2023, no cargo de Técnico de Enfermagem em Programas da Saúde, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde:

I. Silviane Cristina de Souza de Castro (CPF ***.992.559-**);

II. Victoria Ribeiro dos Santos (CPF ***.523.579-**).

Art. 2º. A posse ocorrerá por meio do respectivo Termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado e se dará conforme o disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 293, de 06.09.2007.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 19 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 657/2025

Publicação Nº 7253475

PORTARIA Nº 657/2025, de 19 de maio de 2025.

Nomeia no cargo de Agente de Defesa Civil, candidata habilitada no Concurso Público – edital nº 005/2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, de acordo com o resultado do Concurso Público, conforme edital nº 005/2023, homologado pelo Decreto nº 21.193 de 11 de abril de 2024, no cargo de Agente de Defesa Civil, com lotação na Secretaria de Gabinete da Prefeita e Relações Institucionais:

I. Marieli Ayumi Kaibara (CPF ***.801.019-**).

Art. 2º. A posse ocorrerá por meio do respectivo Termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado e se dará conforme o disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 293, de 06.09.2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 19 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 660/2025

Publicação Nº 7253484

PORTARIA Nº 660/2025, de 19 de maio de 2025.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor efetivo.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, o servidor efetivo, abaixo discriminado, a partir desta data, conforme segue:

I. VINICIUS WOLFF XAVIER FABRE

CPF: ***.471.789-**

Cargo: Agente Administrativo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 19 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 671/2025

Publicação Nº 7253489

PORTARIA Nº 671/2025, de 20 de maio de 2025.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidores efetivos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, os servidores efetivos, abaixo discriminados, conforme segue:

I. EZEQUIEL HOPPE

CPF: ***.738.870-**

Cargo: Vigia

Exoneração: 20.05.2025

II. LUANA FUCKS SASSO

CPF: ***.230.459-**

Cargo: Assistente Jurídico

Exoneração: 26.05.2025

III. MARIA EDUARDA CARVALHO DA SILVA

CPF: ***.064.089-**

Cargo: Auxiliar de Administração

Exoneração: 31.05.2025

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 20 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 678/2025

Publicação Nº 7253496

PORTARIA Nº 678/2025, de 20 de maio de 2025.

Torna sem efeito a Portaria nº 629/2025.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria nº 629/2025 de 14.05.2025, que designou a professora Debora Mariana Rodrigues para a função de Diretor Auxiliar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 20 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

PORTARIA Nº 683/2025

Publicação Nº 7253498

PORTARIA Nº 683/2025, de 21 de maio de 2025.

Declara Vacância do Cargo.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e conforme requerimento nº 7770/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a vacância do cargo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora Vanessa Kruchinski Mendonça, matrícula nº 206461, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 35, VI da Lei Complementar nº 293/2007.

Art. 2º. A servidora poderá retornar ao cargo previsto no artigo 1º dentro do prazo máximo de 03 (três) anos, a partir de 22 de maio de 2025.

Parágrafo único. Findo o prazo contido no caput, a servidora será exonerada de ofício, nos termos do artigo 36, III da Lei Complementar nº 293/2007.

Art. 3º. Fica desligada da Função Gratificada (FG-2), quando do início da vacância referida no artigo 1º.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 21 de maio de 2025.

Carmen Zanotto
Prefeita

ATO DE AUTORIZAÇÃO DL 06 2025 ANALISE LABORATORIAL SEMASA

Publicação Nº 7252997



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2025 - SEMASA**

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 20.682/23 prevê em seu art. 64, que a Dispensa de Licitação seguirá o disposto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2025 - SEMASA, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: *"Contratação de empresa/laboratório especializado para realização de coleta, análises e emissão de laudo dos resultados da análise do corpo receptor e do efluente tratado das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE0 DO Caça E Tito e Araucária no município de Lages/SC".*

CONTRATADOS: LABB Laboratórios de Análises Ambientais Ltda;

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

VALOR TOTAL: R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais);

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Lages, 23 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE LAGES | ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, 13 | Fone (049) 3019-7400 | Cep. 88.501.900 | CNPJ-82.777.301/0001-90
www.lages.sc.gov.br | gapre@lages.sc.gov.br | gapre@lages.sc.gov.br



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PAULA CRISTINA PINHEIRO
GRANZOTTO:73635944904

Assinado de forma digital por
PAULA CRISTINA PINHEIRO
GRANZOTTO:73635944904
Dados: 2025.05.23 15:59:54 -03'00'

Paula Cristina Pinheiro Granzotto
Diretora-Presidente da SEMASA

MUNICÍPIO DE LAGES / ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, 13 | Fone (049) 3019-7400 | Cep. 88.501.900 | CNPJ-82.777.301/0001-90
www.lages.sc.gov.br / gapre@lages.sc.gov.br / gapre@lages.sc.gov.br

RERRATIFICAÇÃO III PE 28/2025 FME

Publicação Nº 7250992

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 53EC5059BD777F177E1F2DA58B28382EC72C1B40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Lages, 23 de maio de 2025

RERRATIFICAÇÃO III

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025 - FME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ESPORTIVOS PARA IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO JOGOS COMUNITÁRIOS DE LAGES (JOCOL 2025) E 02 (DOIS) NÚCLEOS DE ESCOLINHAS DE ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

O Município de Lages, representado neste ato pela Secretária de Administração, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 55 da Lei 14.133/2021, em face da Rerratificação II não ter sido disponibilizada no site do município, altera-se a data da **sessão pública** para o **dia 06/10/2025 às 09:00 horas.**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

FERNANDA
CRISTINA
TORRES:02620266
947
Assinado de forma digital
por FERNANDA CRISTINA
TORRES:02620266947
Dados: 2025.05.23
09:03:23 -03'00'**Fernanda Cristina Torres**
Secretária de Administração

MUNICÍPIO DE LAGES | ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua BenjaminConstant,13|Fone(0xx49)3019.7405|CEP88501.900|CNPJ-82.777.301/0001-90
www.lages.sc.gov.br/licita3@lages.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO 19/2024**

Publicação Nº 7251804

EXTRATO TERMO ADITIVO

Objeto: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2024

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 meses, a partir de 24/05/2025 até 23/05/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Contratado: FW SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI

CNPJ: 29.977.065/0001-73

Valor mensal: R\$ 599,90 (quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos)

Lages (SC) 23 de maio de 2025.

MAURICIO BATALHA MACHADO – Presidente

Laguna

PREFEITURA

AUTO INFRAÇÃO Nº 17/2025

Publicação Nº 7252332



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Auto Infração nº 17 / 2025

Contribuinte: 38299 - ESPÓLIO DE RUTH OSCH DE BONA		
Endereço: AMADEU ANTUNES, 1622		Fone: (48) 9921-4153
Bairro: CENTRO	Município: Tubarão	
CMC	Atividade	CI / CPF / CNPJ XXX.012.769-XX

Ao(s) 20 dia(s) do mês de 2 do ano de 2025, o(s) servidor(es) abaixo qualificado(s), no exercício do cargo de Fiscal Tributário da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, tendo verificado que o contribuinte acima identificado cometeu as seguintes faltas:

Não comunicação, no prazo de 30 dias, das alterações no cadastro imobiliário.
Memorando: 10117/2024. .
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL LC 105/2003 – Código Tributário Municipal, Artigo 415 - “Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:

a) multa de 150 UFIRM (cento e cinquenta unidades fiscais de referência municipal).

Descrição	Valor R\$	Qtd.	Total R\$	Desconto R\$	T. Final R\$
Art.415-Deixar de comunicar, no prazo	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX
Totalizadores	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX


Art. 80. O prazo para pagamento dos créditos tributários constituídos mediante procedimento fiscal é de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação ou do auto de infração, pelo sujeito passivo. Parágrafo único. O pagamento integral do crédito tributário referido no caput, dentro do prazo nele previsto implicará na redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa imposta.

INFORMAÇÕES GERAIS AO NOTIFICADOArt. 131,VII, § 1o - LC 105/2003: “A assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena”. Fica o contribuinte acima intimado a recolher seu débito no prazo de 30 dias ou apresentar as razões de sua defesa junto à Secretaria de Fazenda. Decorrido este prazo será o crédito fiscal inscrito em dívida ativa e emitida certidão para cobrança judicial.

CIENTE DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL	FISCAL MUNICIPAL:
Responsável: CPF: Data: Assinatura: _____	<div>Fiscal Tributário</div> <div>Josiane Nascimento dos Santos</div> <div>Matrícula: 3761/01</div>

AUTO INFRAÇÃO Nº 91/2025

Publicação Nº 7252054



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Auto Infração nº 91 / 2025

Contribuinte:		
78727 - ESPOLIO DE LOURDES DOS SANTOS		
Endereço:		Fone:
ANTONIO DA SILVA FERNANDES (1417), 1137		
Bairro:	Município:	
CABEÇUDA.	Laguna	
CMC	Atividade	CI / CPF / CNPJ
		XXX.466.879-XX

Ao(s) 8 dia(s) do mês de 4 do ano de 2025, o(s) servidor(es) abaixo qualificado(s), no exercício do cargo de Fiscal Tributário da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, tendo verificado que o contribuinte acima identificado cometeu as seguintes faltas:

***INFORMAÇÕES GERAIS:**
***Memorando: 14.768/2024/*Cadastro imóvel: 54.133/*Endereço AR Correio: Rua Antonio da Silva Fernandes, sn, Cabeçuda, Laguna, SC, CEP 88.790-000/*Contato: não/*E-mail: não**

***LEGISLAÇÃO:**
Art. 415 - Deixar de comunicar no prazo previsto, as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados, no prazo de 30 dias do fechamento ou encerramento das atividades.
Art. 399 -O Município pode aplicar multas fixas pelo descumprimento de obrigações acessórias previstas neste Código.
Art. 203-A inscrição, bem como as alterações de dados relativos às propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário serão promovidas:
I - pelo proprietário ou seu representante legal, pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título; II - por qualquer dos condôminos; III - pelo compromissado comprador; IV - de ofício, ou quando a inscrição não for feita no prazo e forma previstos neste Código.
Art. 206 - Serão obrigatoriamente comunicadas ao órgão fazendário, no prazo de 30 (trinta) dias, as ocorrências que possam alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário, notadamente no que se refere:
I - aquisição de imóveis, construídos ou não; II - mudança de endereço para entrega de notificação, ou substituição de encarregados ou procuradores; III - reformas, demolições, desmembramento, remembramento, ampliações ou modificações de uso; IV - outros fatos ou circunstâncias que possam afetar a incidência, o cálculo ou a administração do imposto..
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL LC 105/2003 – Código Tributário Municipal, Artigo 415 - “Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:

a) multa de 150 UFIRM (cento e cinquenta unidades fiscais de referência municipal).

Descrição	Valor R\$	Qtd.	Total R\$	Desconto R\$	T. Final R\$
Art.415-Deixar de comunicar, no prazo	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX
Totalizadores	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX

Art. 80. O prazo para pagamento dos créditos tributários constituídos mediante procedimento fiscal é de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação ou do auto de infração, pelo sujeito passivo. Parágrafo único. O pagamento integral do crédito tributário referido no caput, dentro do prazo nele previsto implicará na redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa imposta.

INFORMAÇÕES GERAIS AO NOTIFICADOArt. 131,VII, § 1o - LC 105/2003: “A assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena”. Fica o contribuinte acima intimado a recolher seu débito no prazo de 30 dias ou apresentar as razões de sua defesa junto à Secretaria de Fazenda. Decorrido este prazo será o crédito fiscal inscrito em dívida ativa e emitida certidão para cobrança judicial.

CIENTE DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL	FISCAL MUNICIPAL:
Responsável: CPF: Data: Assinatura: _____	<div>Fiscal Tributário</div> <div>Lucylene da Silva Santos</div> <div>Matrícula: 4148/02</div>

AUTO INFRAÇÃO Nº 96/2025

Publicação Nº 7252169



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Auto Infração nº 96 / 2025

Contribuinte: 47500 - ESPOLIO DE ELIZA BARBOSA PEPPELER		
Endereço: MAURO CAMILO (784), 116		Fone:
Bairro: PROGRESSO	Município: Laguna	
CMC	Atividade	CI / CPF / CNPJ XXX.183.069-XX

Ao(s) 8 dia(s) do mês de 4 do ano de 2025, o(s) servidor(es) abaixo qualificado(s), no exercício do cargo de Fiscal Tributário da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, tendo verificado que o contribuinte acima identificado cometeu as seguintes faltas:

Não solicitou alteração cadastral no prazo de 30 dias conforme prevê o art. 206 da LC 105/2003 . Referente ao cadastro 22.679

MEMORANDO: 5635/2023. .
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL LC 105/2003 – Código Tributário Municipal, Artigo 415 - “Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:

a) multa de 150 UFIRM (cento e cinquenta unidades fiscais de referência municipal).

Descrição	Valor R\$	Qtd.	Total R\$	Desconto R\$	T. Final R\$
Art.415-Deixar de comunicar, no prazo	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX
Totalizadores	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX

Art. 80. O prazo para pagamento dos créditos tributários constituídos mediante procedimento fiscal é de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação ou do auto de infração, pelo sujeito passivo. Parágrafo único. O pagamento integral do crédito tributário referido no caput, dentro do prazo nele previsto implicará na redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa imposta.

INFORMAÇÕES GERAIS AO NOTIFICADOArt. 131,VII, § 1o - LC 105/2003: “A assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena”. Fica o contribuinte acima intimado a recolher seu débito no prazo de 30 dias ou apresentar as razões de sua defesa junto à Secretaria de Fazenda. Decorrido este prazo será o crédito fiscal inscrito em dívida ativa e emitida certidão para cobrança judicial.

CIENTE DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL	FISCAL MUNICIPAL:
Responsável: CPF: Data: Assinatura: _____	<div>Fiscal Tributário Josiane Nascimento dos Santos Matrícula: 3761/01</div>

AUTO INFRAÇÃO Nº 99/2025

Publicação Nº 7251959



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Auto Infração nº 99 / 2025

Contribuinte: 39577 - ESPÓLIO DE LEONDINA FERNANDINA DE ARAUJO		
Endereço: JOAO PESSOA (435), 260		Fone:
Bairro: MAGALHAES	Município: Laguna	
CMC	Atividade	CI / CPF / CNPJ XXX.441.549-XX

Ao(s) 9 dia(s) do mês de 4 do ano de 2025, o(s) servidor(es) abaixo qualificado(s), no exercício do cargo de Fiscal Tributário da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, tendo verificado que o contribuinte acima identificado cometeu as seguintes faltas:

***INFORMAÇÕES GERAIS:**

*Memorando: 8.312/2023/*Cadastro imóvel: 11.384/*Endereço AR Correio: Avenida João Pessoa, 260, Magalhães, Laguna, SC, CEP 88.790-000/*Contato: não/*E-mail: não

***LEGISLAÇÃO:**

Art. 415 - Deixar de comunicar no prazo previsto, as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados, no prazo de 30 dias do fechamento ou encerramento das atividades.

Art. 399 - O Município pode aplicar multas fixas pelo descumprimento de obrigações acessórias previstas neste Código.

Art. 203-A inscrição, bem como as alterações de dados relativos às propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário serão promovidas:

I - pelo proprietário ou seu representante legal, pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título; II - por qualquer dos condôminos; III - pelo compromissado comprador; IV - de ofício, ou quando a inscrição não for feita no prazo e forma previstos neste Código.

Art. 206 - Serão obrigatoriamente comunicadas ao órgão fazendário, no prazo de 30 (trinta) dias, as ocorrências que possam alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário, notadamente no que se refere:

I - aquisição de imóveis, construídos ou não; II - mudança de endereço para entrega de notificação, ou substituição de encarregados ou procuradores; III - reformas, demolições, desmembramento, remembramento, ampliações ou modificações de uso; IV - outros fatos ou circunstâncias que possam afetar a incidência, o cálculo ou a administração do imposto..

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL LC 105/2003 – Código Tributário Municipal, Artigo 415 - “Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:

a) multa de 150 UFIRM (cento e cinquenta unidades fiscais de referência municipal).

Descrição	Valor R\$	Qtd.	Total R\$	Desconto R\$	T. Final R\$
Art.415-Deixar de comunicar, no prazo	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX
Totalizadores	XXX	1,00	XXX	XXX	XXX

Art. 80. O prazo para pagamento dos créditos tributários constituídos mediante procedimento fiscal é de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação ou do auto de infração, pelo sujeito passivo. Parágrafo único. O pagamento integral do crédito tributário referido no caput, dentro do prazo nele previsto implicará na redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa imposta.

INFORMAÇÕES GERAIS AO NOTIFICADO Art. 131, VII, § 1º - LC 105/2003: “A assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena”. Fica o contribuinte acima intimado a recolher seu débito no prazo de 30 dias ou apresentar as razões de sua defesa junto à Secretaria de Fazenda. Decorrido este prazo será o crédito fiscal inscrito em dívida ativa e emitida certidão para cobrança judicial.

CIENTE DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL	FISCAL MUNICIPAL:
Responsável: CPF: Data: Assinatura: _____	Fiscal Tributário Lucylene da Silva Santos Matrícula: 4148/02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – COSIP Nº 198/2025

Publicação Nº 7252362



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – COSIP

Nº: 198/2025

Notifício(a): **ESPÓLIO DE RUTH OSCH DE BONA** CPF/CNPJ: **XXX.012.769-XX**
Representado(a) por: **DANIEL ANDREAS KNOCHENHAUER** CPF/CNPJ: **XXX.330.689-XX**
estabelecido(a): **RUA MANOEL ANTUNES CORRÊA, Nº 1622 – CEP: 88.700-000** Bairro: **CENTRO**
na cidade de **TUBARÃO, Estado de Santa Catarina.**
Nº DO CADASTRO: 9.358 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.10.001.0266.0
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 358, 359, 360, 361, 362, 364, 365 e 366.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 9358, em virtude do real proprietário do imóvel.

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lançamento da COSIP, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 10.117/2024.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o representante, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 21 de fevereiro de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

JOSIANE N. DOS SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 3761-01

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – FUMCBM Nº 432/2025

Publicação Nº 7251972



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – FUMCBM

Nº: 432/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE LEONDINA FERNANDINA DE ARAÚJO** CPF/CNPJ: XXX.441.549-XX
estabelecido(a) em: AV. JOÃO PESSOA, Nº 260 – CEP: 88.790-000 Bairro: MAGALHÃES
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: 11.384 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 02.01.039.0073.1
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003 e Lei Complementar 090/2002.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 11384, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento da taxa do Fundo de Reparelhamento dos Bombeiros (Funrebom), conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo. Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 8.312/2023.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 01 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

LUCYLENE DA SILVA SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 4148-02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – FUMCBM Nº 482/2025

Publicação Nº 7252068



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – FUMCBM

Nº: 482/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE LOURDES DOS SANTOS** CPF/CNPJ: **XXX.466.879-XX**
estabelecido(a) em: R. ANTÔNIO DA SILVA FERNANDES, Nº 1137 – CEP: 88.790-000 Bairro: CABEÇUDA
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: 54.133 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 12.01.001.0034.1
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003 e Lei Complementar 090/2002.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 54133, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento da taxa do Fundo de Reparelhamento dos Bombeiros (Funrebom), conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo. Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 14.768/2024.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 01 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

LUCYLENE DA SILVA SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 4148-02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – FUMCBM Nº 581/2025

Publicação Nº 7252181



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – FUMCBM

Nº: 581/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE ELIZA BARBOSA PEPPELER** CPF/CNPJ: **XXX.183.069-XX**
estabelecido(a) em: R. ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA, Nº 116 – CEP: 88.790-000 Bairro: ESPERANÇA
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: 22.679 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 02.04.148.0263.1
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003 e Lei Complementar 090/2002.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, parágrafo 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar 234/2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 22679, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento da taxa do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM), conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo. Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 5.635/2023.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. Lei Complementar 105/2003, artigo 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 02 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

JOSIANE N. DOS SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 3761-01

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU Nº 196/2025

Publicação Nº 7252340



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU

Nº: 196/2025

Notifco(a): **ESPÓLIO DE RUTH OSCH DE BONA** CPF/CNPJ: **XXX.012.769-XX**
Representado(a) por: **DANIEL ANDREAS KNOCHENHAUER** CPF/CNPJ: **XXX.330.689-XX**
estabelecido(a): **RUA MANOEL ANTUNES CORRÊA, Nº 1622 – CEP: 88.700-000** Bairro: **CENTRO**
na cidade de **TUBARÃO, Estado de Santa Catarina.**
Nº DO CADASTRO: 9.358 **INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.10.001.0266.0**
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 241, 242, 244, 245 e 246.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 9358, em virtude do real proprietário do imóvel.

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lançamento do IPTU, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 10.117/2024.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o representante, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 21 de fevereiro de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

JOSIANE N. DOS SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 3761-01

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU Nº 430/2025

Publicação Nº 7251966



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU

Nº: 430/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE LEONDINA FERNANDINA DE ARAÚJO** CPF/CNPJ: XXX.441.549-XX
estabelecido(a) em: AV. JOÃO PESSOA, Nº 260 – CEP: 88.790-000 Bairro: MAGALHÃES
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: 11.384 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 02.01.039.0073.1
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 241, 242, 244, 245 e 246.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 11384, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento do IPTU, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 8.312/2023.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 01 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

LUCYLENE DA SILVA SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 4148-02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU Nº 480/2025

Publicação Nº 7252060



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU

Nº: 480/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE LOURDES DOS SANTOS** CPF/CNPJ: **XXX.466.879-XX**
estabelecido(a) em: R. ANTÔNIO DA SILVA FERNANDES, Nº 1137 – CEP: 88.790-000 Bairro: CABEÇUDA
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: **54.133** INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº **12.01.001.0034.1**
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 241, 242, 244, 245 e 246.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 54133, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento do IPTU, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 14.768/2024.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 01 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

LUCYLENE DA SILVA SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 4148-02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU Nº 579/2025

Publicação Nº 7252173



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – IPTU

Nº: 579/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE ELIZA BARBOSA PEPPELER** CPF/CNPJ: **XXX.183.069-XX**
estabelecido(a) em: R. ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA, Nº 116 – CEP: 88.790-000 Bairro: ESPERANÇA
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: 22.679 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 02.04.148.0263.1
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 241, 242, 244, 245 e 246.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, parágrafo 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar 234/2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 22679, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento do IPTU, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 5.635/2023.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. Lei Complementar 105/2003, artigo 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 02 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

JOSIANE N. DOS SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 3761-01

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS Nº 197/2025

Publicação Nº 7252346



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Nº: 197/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE RUTH OSCH DE BONA** CPF/CNPJ: **XXX.012.769-XX**

Representado(a) por: **DANIEL ANDREAS KNOCHENHAUER** CPF/CNPJ: **XXX.330.689-XX**

estabelecido(a): **RUA MANOEL ANTUNES CORRÊA, Nº 1622 – CEP: 88.700-000** Bairro: **CENTRO**

na cidade de **TUBARÃO**, Estado de Santa Catarina.

Nº DO CADASTRO: **9.358** INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº **01.10.001.0266.0**

Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:

Lei Complementar 105/2003, artigos 336, 337, 338, 339, 340 e 341.

COMINAÇÕES LEGAIS:

Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:

Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.

Referente à atualização cadastral do contribuinte 9358, em virtude do real proprietário do imóvel.

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:

Lançamento da taxa de coleta de resíduos sólidos, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.

Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.

MEMORANDO nº 10.117/2024.

OBSERVAÇÃO:

a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 21 de fevereiro de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

JOSIANE N. DOS SANTOS

Fiscal de Tributos – PML

Matrícula 3761-01

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS Nº 431/2025

Publicação Nº 7251967



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Nº: 431/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE LEONDINA FERNANDINA DE ARAÚJO** CPF/CNPJ: XXX.441.549-XX
estabelecido(a) em: AV. JOÃO PESSOA, Nº 260 – CEP: 88.790-000 Bairro: MAGALHÃES
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.

Nº DO CADASTRO: 11.384 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 02.01.039.0073.1

Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 336, 337, 338, 339, 340 e 341.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 11384, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento da taxa de coleta de resíduos sólidos, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 8.312/2023.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 01 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

LUCYLENE DA SILVA SANTOS

Fiscal de Tributos – PML

Matrícula 4148-02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS Nº 481/2025

Publicação Nº 7252064



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Nº: 481/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE LOURDES DOS SANTOS** CPF/CNPJ: **XXX.466.879-XX**
estabelecido(a) em: R. ANTÔNIO DA SILVA FERNANDES, Nº 1137 – CEP: 88.790-000 Bairro: CABEÇUDA
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: **54.133** INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº **12.01.001.0034.1**
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 336, 337, 338, 339, 340 e 341.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, § 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar nº 234 de 23 de setembro de 2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI “Boletim de Cadastro Imobiliário” anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 54133, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento da taxa de coleta de resíduos sólidos, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 14.768/2024.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. LC 105/2003, art. 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 01 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

LUCYLENE DA SILVA SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 4148-02

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS Nº 580/2025

Publicação Nº 7252174



NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Nº: 580/2025

Notifico(a): **ESPÓLIO DE ELIZA BARBOSA PEPPELER** CPF/CNPJ: **XXX.183.069-XX**
estabelecido(a) em: R. ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA, Nº 116 – CEP: 88.790-000 Bairro: ESPERANÇA
na cidade de LAGUNA, Estado de Santa Catarina.
Nº DO CADASTRO: **22.679** INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº **02.04.148.0263.1**
Deverá o(a) notificado(a), ou seu representante legal, contestar ou recolher à Prefeitura Municipal de Laguna, no prazo de trinta dias a partir de seu ciente na presente notificação de lançamento o crédito tributário abaixo discriminado:

CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO:
Lei Complementar 105/2003, artigos 336, 337, 338, 339, 340 e 341.

COMINAÇÕES LEGAIS:
Lei Complementar 105/2003, Infrações (artigo 391), Multa Moratória (artigo 392, parágrafo 3º, incisos I, II e III), Juros de Mora (artigo 422, parágrafo único), e Correção Monetária (artigo 421, incisos I e II), alterado pela Lei Complementar 234/2015.

DOCUMENTOS ANALISADOS:
Informações cadastrais, conforme BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) anexo a esta notificação.
Referente à atualização cadastral do contribuinte 22679, em virtude do real proprietário do imóvel.

DESCRIÇÃO:
Lançamento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, conforme as características e dados cadastrais, mediante BCI anexo.
Referente ao imóvel e inscrição imobiliária descrita acima.
MEMORANDO nº 5.635/2023.

OBSERVAÇÃO: a assinatura do autuado, bem como a falta de indicação do CPF ou do CNPJ, não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida. Sua recusa, porém, não agravará a pena. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância. Lei Complementar 105/2003, artigo 131, inciso VII, parágrafos 1º e 2º.

ANO	VENCIMENTO	VALOR	CORREÇÃO	VLOR ATUAL.	JUROS	MULTA	TOTAL
2021	10/02/21	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2022	21/02/22	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2023	28/02/23	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
2024	20/02/24	XXX	XXX	XXX	0,00	0,00	XXX
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Laguna, 02 de abril de 2025.

_____/_____/_____

Assinatura do Autuado ou Responsável e CPF

JOSIANE N. DOS SANTOS
Fiscal de Tributos – PML
Matrícula 3761-01

FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE - FLAMA**EXTRATO - TCA 03/2024/FLAMA**

Publicação Nº 7252413

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência****EXTRATOS****TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL****Termo de Compromisso Ambiental:** 03/2024/FLAMA**Processo Administrativo:** 591/2023 (originário)**Compromitente:** Fundação Lagunense do Meio Ambiente.**Compromissário:** Daniel Barcelos João.

Objeto: I – A reparação do dano ambiental, através da regularização do licenciamento ambiental da área degradada das intervenções descritas no Auto de Infração Ambiental n. 0689, Processo Administrativo n. 591/2023, via procedimento administrativo próprio. II – A proibição de novas intervenções sem prévia licença, autorização ou aprovação desta Fundação na área do imóvel objeto do Processo Administrativo n. 591/2023. III – A colocação de uma placa, tamanho mínimo de 1 (um) metro de altura por 1 (um) metro de largura, na entrada do imóvel, com a logo da Fundação e com os dizeres: “*Reparação do dano ambiental objeto do Termo de Compromisso Ambiental n. 03/2024/FLAMA, firmado com a Fundação Lagunense do Meio Ambiente, Processo Administrativo 591/2023*”. IV – A quitação do valor da multa consolidada aplicada no Auto de Infração Ambiental n. 0689 com desconto de 50% (cinquenta por cento).

Data de assinatura: 02/05/2024.

Laguna, 02 de setembro de 2024.

ALINE TRICHÊS SAVI**Presidente****Matrícula n. 3673-2**

Documento assinado digitalmente
gov.br ALINE TRICHES SAVI
Data: 03/09/2024 11:31:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ:
08.381.102/0001-06 - Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

EXTRATO - TCA 058/2023/FLAMA

Publicação Nº 7252306

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência****EXTRATOS****TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL****Termo de Compromisso Ambiental:** 058/2023/FLAMA**Processo Administrativo:** Protocolo FLAMA 123/2021 (originário)**Compromitente:** Fundação Lagunense do Meio Ambiente.**Compromissário:** João Souto de Camargo.

Objeto: I – A reparação do dano ambiental, através da regularização ambiental da edificação objeto do Auto de Infração Ambiental n. 0475 e do Termo de Embargo n. 147, Protocolo FLAMA n. 123/2021, para fins de adequação à legislação ambiental vigente, na forma da Orientação Jurídica Normativa n. 03/2023/FLAMA e da Instrução Normativa FLAMA n. 04/2023, via procedimento administrativo próprio. II – A proibição de novas intervenções sem prévia licença, autorização ou aprovação desta Fundação na área do imóvel objeto do Protocolo FLAMA n. 123/2021. III – A colocação de uma placa, tamanho mínimo de 1 (um) metro de altura por 1 (um) metro de largura, na entrada do imóvel, com a logo da Fundação e com os dizeres: “Reparação do dano ambiental objeto do Termo de Compromisso Ambiental n. 058/2023/FLAMA, firmado com a Fundação Lagunense do Meio Ambiente, Protocolo FLAMA n. 123/2021”. IV – A quitação do valor da multa consolidada aplicada nos Auto de Infração Ambiental n. 0475 com desconto de 50% (cinquenta por cento).

Data de assinatura: 30/11/2023.

Laguna, 30 de novembro de 2023.

DENER VIEIRA NASCIMENTO**Presidente****Matrícula n. 7799-02**

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ:
08.381.102/0001-06 - Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 110/2025

Publicação Nº 7252466

DECRETO Nº 110/2025

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA PREFEITURA.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo de Contratação temporária integrada pelos senhores:

PRESIDENTE: RENATA ELIAS LEAL

MEMBRO: MARIELA BAGIO GOMES

MEMBRO: PRISCILA PIRES FOLCHINI

MEMBRO: JOSIANE GIRARDI

MEMBRO: CARLA APARECIDA DIAS SILVA

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo acompanhará e fiscalizará todo o processo de contratação em caráter temporário. Todas as ações serão submetidas a homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE MAIO DE 2025.

VALDIR FONTANELLA GUSTAVO ALVES CAMACHO

Prefeito Municipal Sec. Administração, Fin. e Planej.

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

DECRETO Nº 111/2025

Publicação Nº 7252471

DECRETO Nº 111/2025

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.348/2024, de 05 de Dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) , para reforço do seguinte item orçamentário:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MULLER

07.01– Fundo M. De Saúde

2.027 Manutenção do Bloco de Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.1621 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do Provável excesso de Arrecadação na fonte de recursos: 1.621.3210.1621- Emenda Parlamentar Individual – Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE MAIO DE 2025.

VALDIR FONTANELLA GUSTAVO ALVES CAMACHO
Prefeito Municipal Sec. Administração, Fin. e Planej.

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

DECRETO Nº 112/2025

Publicação Nº 7252476

DECRETO Nº 112/2025

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA , PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.348/2024, de 05 de Dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00
(Duzentos mil reais) , para reforço do seguinte item orçamentário:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MULLER
07.01– Fundo M. De Saúde
2.031 Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade
3.3.93.00.00.00.5179 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior na fonte de recursos: 1.700.3120.5079– Transferencia de Emendas Parlamentares -Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE MAIO DE 2025.

VALDIR FONTANELLA GUSTAVO ALVES CAMACHO
Prefeito Municipal Sec. Administração, Fin. e Planej.

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

DECRETO Nº 113/2025

Publicação Nº 7252484

DECRETO Nº 113/2025

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA”.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 63, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – do Município de Lauro M-ller os membros indicados pelas entidades representantes, conforme abaixo:

I - Representantes da área governamental:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social
1. Titular: Larissa Tancredo de Aguiada;
 2. Suplente: Mariel Leopoldo Elias.

b) Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes

1. Titular: Danielly Spricigo da Silva;
2. Suplente: Karine M. Tavares Bianchini.

c) Secretaria Municipal de Saúde

1. Titular: Lúcia Laipelt;
2. Suplente: Mariela Baggio Gomes.

d) Fundação Hospitalar Henrique Lage

1. Titular: Tauane Peixoto Viana;
2. Suplente: Julia Adriano.

e) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

1. Titular: Beatriz Volpato A. Rodrigues;
2. Suplente: Sumaia da Luz.

II – Representantes da área não governamental

a) Associação de Amigos do Autista - AMA

1. Titular: Fabiana Elisa H. Cataneo;
2. Suplente: Denise de Souza Cassão.

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

1. Titular: Gisele Vicente Geremias;
2. Suplente: Juçara Dias.

c) Associação de Pais e Professores "Walter Holthausen" (APP)

1. Titular: Shirlei Pandini Fornaza;
2. Suplente: Charlene Citadin Cardoso.

d) Associação Musical Santa Bárbara

1. Titular: Jucimara de Medeiros;
2. Suplente: Tegmar de Moraes.

e) Coral Anjos Mineiros

1. Titular: Fernando Mendes;
2. Suplente: Taina Baratto.

f) Associação de Pais e Professores Eng. Ernani Cotrin - APP

1. Titular: Rejane Pereira dos Santos;
2. Suplente: Carolina Ribeiro Francisco.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 041/2024.

LAURO MÜLLER, 23 DE MAIO DE 2025.

VALDIR FONTANELLA GUSTAVO ALVES CAMACHO

Prefeito Municipal Sec. Administração, Fin. e Planej.

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Lebon Regis**PREFEITURA****3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2022 _ RENOVAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL COM A MISERVI**

Publicação Nº 7252635

TERMO ADITIVO Nº III

CONTRATO Nº 57/2022. LICITAÇÃO: TP05/2022.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a cláusula QUARTA do Contrato em epígrafe, para renova-lo para o exercício de 2025, alterando seu vencimento para 10/06/2026, com base no art. 107, da Lei Federal 14.133/21, e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA- REAJUSTE: Conforme previsto na Cláusula TERCEIRA do contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, calculado pelo IBGE em 5,31674%. CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA CNPJ 79.391.157/0001-45.

Início de vigência: 11/06/2025. Término: 10/06/2026. Lebon Régis, 23 de maio de 2025.

MARCELO SPAUTZ – Prefeito Municipal.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE08/2025 _ SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR INTEGRADO AO PEP

Publicação Nº 7251083

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CD86641F9AA6147EB8F1AE86998B097E458E8B48

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO NºHMSA17/2025

Pregão Eletrônico Nº PE08/2025

O HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro conforme decreto nº010/2025, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão, do tipo LOTE.

OBJETO: A contratação de pessoa jurídica para implantação e locação de software de gestão hospitalar, integrado ao prontuário eletrônico do paciente (PEP), bem como formação dos profissionais que irão operar o sistema, conforme especificações técnicas estabelecidas no ANEXO I- Termo de Referência. Maiores informações e Edital disponíveis no site

www.lebonregis.sc.gov.br. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08h50min do dia 06/06/2025. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09 horas do dia 06/06/2025.

Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 23/05/2025.

Felipe Kraus –Pregoeiro.

Registro TCE/SC CD86641F9AA6147EB8F1AE86998B097E458E8B48

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL28/2025 _ KIT POSTE PADRÃO PARA PROJETO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Publicação Nº 7251110

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL28/2025. PROCESSO Nº MUN66/2025.

OBJETO: Kit Poste Padrão Trifásico, com cabo multifilamento para ligação com a rede, para serem utilizados em depósito vertical subterrâneo de resíduos (DVSR), do projeto piloto de coleta de resíduos sólidos nos bairros Nossa Senhora de Lourdes e Abraão dos Santos Maciel, do município de Lebon Régis/SC. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 23/05/2025. LICITANTES HOMOLOGADOS: TRES AMIGOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 12.450.097/0001-13, com o valor total de R\$ 3.341,80.

Lebon Régis, 23 de maio de 2025.

MARCELO SPAUTZ- PREFEITO MUNICIPAL

RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 30/2025 _ TRANSPORTE ESCOLAR (LINHAS 15 E 16

Publicação Nº 7251151

EXTRATO DE RESCISÃO PARCIAL CONTRATUAL

Contrato Nº: 30/2025. Licitação: PE01/2025.

Objeto: Trata-se de rescisão parcial do contrato n. 30/2025, referente a linha 15 e a linha 16 do transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino.

Contratante: Fundo Municipal de Educação de Lebon Régis

Contratado: LUIZ VALDO GREIN DOS SANTOS 62558307991 - 34.356.809/0001-72.

Valor: R\$ 196.069,80 (cento e noventa e seis mil e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

Vigência: 17/04/2025. Término: 17/04/2026. Rescisão: 21/05/2025.

Lebon Régis, 23/05/2025.

CRISTIAN PASSOS PINHEIRO - Gestor

DECRETO Nº 040/2025 _ ALTERA O DECRETO Nº 031/2025 SOBRE REPRESENTANTES DO COMÉRCIO LOCAL

Publicação Nº 7251074

**Município de
Lebon Régis**

Coração do Contestado

**DECRETO Nº 040/2025 DE 22 DE MAIO DE 2025.****“ALTERA O ARTIGO 1º, INCISO XII DO DECRETO LEI Nº 31
DE 25 DE MARÇO DE 2025”**

MARCELO SPAUTZ, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VIII do Artigo 104 da Lei Orgânica do Município de Lebon Régis – SC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º do decreto 31/2025 em seu Inciso XII, com a seguinte redação.

XII - Representante de entidades classistas e com atividades inerentes ao Comércio local.

Onde se lia como titular: Jesse Albino Narcizo, Leia-se como titular **Luiz Leonardo Granemann;**

Onde se lia como Suplente: Tiago dos Santos; Jesse Albino Narcizo, Leia-se como titular **Tiago dos Santos.;**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 22 de maio de 2025.

MARCELO
SPAUTZ:93856857
915
MARCELO SPAUTZ

Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTUS
WINCK:89099044968

CESAR AUGUSTUS WINCK

Secretário de Administração e Finanças

Rua Artur Barth 300 - CNPJ 83.074.310/0001-88

Lebon Régis - SC, Centro, CEP 89 515 000

49 3247 0188

49 3247 0553

/prefeituralebonregis

lebonregis.sc.gov.br

Leoberto Leal

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DL Nº 14/2025 - PMLL

Publicação Nº 7255368

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 33/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2025

OBJETO: Contratação de empresa para construção de repartições no Centro dos Idosos para acomodar as novas instalações da Escola Municipal Professor João Maria de Souza Júnior, de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital. MAICON SCHEIMANN, Prefeito Municipal de Leoberto Leal/SC com fulcro no inciso IV, do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve HOMOLOGAR o resultado do respectivo Processo Licitatório em favor da Empresa JULIANE DIVISÓRIAS LTDA - CNPJ nº 55.465.856/0001-24, no valor de R\$ 12.841,47 (doze mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), sendo pago em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal. Leoberto Leal/SC, 26/05/2025. MAICON SCHEIMANN - Prefeito Municipal.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2025 - PMLL

Publicação Nº 7253352

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO Nº 33/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2025

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Contratação de empresa para construção de repartições no Centro dos Idosos para acomodar as novas instalações da Escola Municipal Professor João Maria de Souza Júnior, de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital. CONTRATADA: JULIANE DIVISÓRIAS LTDA, pessoa jurídica, com sede a Rua Matias Gil Sens, nº 542, Bairro Centro, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 55.465.856/0001-24. VALOR: O valor total é de R\$ 12.841,47 (doze mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), sendo pago em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal. ENQUADRAMENTO: inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21. Em 23/05/2025. MAICON SCHEIMANN - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

67-2025 EXTRATO 9º TA AO CONTRATO 127-2021 LINCE

Publicação N° 7251457

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 225FD5B749289A5845CA5E9BA25CBA29CB6BB479

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 65/2025

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 127/2021

Código registro TCE: 225FD5B749289A5845CA5E9BA25CBA29CB6BB479

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 45/2021 PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2021

Contratado: LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

Objeto: O presente Termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais seis meses consecutivos, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, resultando nos valores da tabela abaixo

Valor: R\$ 130.913,10

Vigência: 01 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Assinatura: 22 de maio de 2025

Flavio Luiz Benini

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 485/2025

Publicação Nº 7251704

PORTARIA Nº 485/2025
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o Art. 1º da Lei Complementar nº 102 de 19 de abril de 2022 que inclui o Art. 47 - K na Lei Complementar nº 99 de 15 de março de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Progressão por nova titulação para os servidores relacionados abaixo:

SERVIDOR (A)	CARGO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
CAMILA ALESSANDRA COSTA	ODONTÓLOGO	21 -U	21-W
DIEGO GABRIEL RECH	AUXILIAR ESCOLAR	8-D	8-J
EMERSON SANDRI	ENGENHEIRO CIVIL 35H	18-Y	18-Z
JOSEM CRIS SEMA	ENFERMEIRO 40H	14-A	14-I
MARA RUBYA OLIVEIRA SOUZA	ENFERMEIRO 40H	14-D	14-J
MARCO AURÉLIO GAMA RECH	MÉDICO VETERINÁRIO	17-V	17-Z
MATUSSA DANA MULLER	ENFERMEIRO 40H	14-C	14-G
MAURITTA CRISTHIE SILVA	ENFERMEIRO 40H	14-C	14-G
TAMIRES FAGUNDES BARBOZA	ENFERMEIRO 40H	14-A	14-C
TÂNIA APARECIDA MIRANDA	AUXILIAR ESCOLAR	8-F	8-L
TULIO DE SOUZA NASCIMENTO	AUXILIAR ESCOLAR	8-F	8-H

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 19 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 486/2025

Publicação Nº 7251709

PORTARIA Nº 486/2025

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCÍCIO NA SECRETARIA MUNICIPAL

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 65, VII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal 746 de 13.05.1992 que dispõe sobre o plano de classificação de cargos do Poder Executivo a contratação por prazo determinado e estabelece outras providencias em seu art. 2º prevê que "os servidores tem lotação na administração central e exercício nas secretarias ou locais de trabalho para onde forem designados";
CONSIDERANDO a previsão legal contida no §1º do art. 2º da Lei Municipal 746/92 que estabelece que "os servidores poderão ter o exercício alterado a qualquer tempo";

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) GILMAR APARECIDO AVENA, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, passando a lotar na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir da data 13/05/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor com efeitos retroativos a data 13/05/2025.

Lontras, 19 de maio de 2025.
RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Lontras/SC

PORTARIA Nº 487/2025

Publicação Nº 7251712

PORTARIA Nº 487/2025

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Lontras, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO o Ofício nº 516/2025 da Controladoria Interna do Município, que solicita a abertura de processo administrativo para apuração da ausência de prestação de contas de recursos recebidos pela Defesa Civil Municipal, destinados à resposta às enchentes ocorridas em novembro de 2023;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 376/2025/GABS/SDC, da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, que comunica a constatação de irregularidades na prestação de contas do processo SGPe DC 3317/2023 e requer a glosa dos itens não entregues, com valor a ser restituído de R\$ 18.186,24 (dezoito mil cento e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos), acrescido de juros e correções;

CONSIDERANDO que os fatos descritos podem configurar infração disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lontras (Lei Complementar nº 662/1990), especialmente nos termos do artigo 186, inciso IX, que dispõe sobre o dever de prestar contas da aplicação de dinheiros públicos e responder por prejuízos causados à Fazenda Pública;

CONSIDERANDO que há indícios de autoria por parte do servidor S. R. O., que atuava como Coordenador Municipal de Defesa Civil à época dos fatos, sendo-lhe, em tese, atribuída a responsabilidade pela não prestação de contas e consequente dano ao erário;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o meio legal adequado para apuração de responsabilidades funcionais, assegurando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 104 e 114 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lontras, que determinam a responsabilidade do servidor e a obrigatoriedade da instauração de procedimento ao se tomar ciência de irregularidades;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor S. R. O., que exercia a função de Coordenador Municipal de Defesa Civil à época dos fatos, para apuração de possíveis infrações funcionais relacionadas à ausência de prestação de contas dos recursos recebidos da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil no âmbito do processo SGPe DC 3317/2023, vinculados à resposta às enchentes de novembro de 2023, com possível enquadramento no artigo 186, inciso IX da Lei Complementar nº 662/1990.

Art. 2º - Designar a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria nº 660/2024 para condução dos trabalhos.

Art. 3º - Fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão, contados da data da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Determinar que a Comissão assegure aos investigados o pleno direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 19 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito do Município de Lontras

PORTARIA Nº 489/2025

Publicação Nº 7251858

PORTARIA Nº 489/2025

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o Art. 1º da Lei Complementar nº 102 de 19 de abril de 2022 que inclui o Art. 47 - K na Lei Complementar nº 99 de 15 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por nova titulação para o (a) servidor (a) CARLOS EDUARDO NEVES DE NAZARÉ, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO 40H, passando do nível 14-A para o nível 14-E.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 490/2025

Publicação Nº 7251828

PORTARIA Nº 490/2025
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o Art. 1º da Lei Complementar nº 102 de 19 de abril de 2022 que inclui o Art. 47 - K na Lei Complementar nº 99 de 15 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por nova titulação para o (a) servidor (a) RAQUEL APARECIDA MIRANDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ESCOLAR, passando do nível 08-D para o nível 08-J.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 491/2025

Publicação Nº 7251800

PORTARIA Nº 491/2025
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o Art. 1º da Lei Complementar nº 102 de 19 de abril de 2022 que inclui o Art. 47 - K na Lei Complementar nº 99 de 15 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por nova titulação para o (a) servidor (a) LUANA DA MOTA MARINHO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, passando do nível 07-P para o nível 07-T.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 492/2025

Publicação Nº 7251773

PORTARIA Nº 492/2025
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o Art. 1º da Lei Complementar nº 102 de 19 de abril de 2022 que inclui o Art. 47 - K na Lei Complementar nº 99 de 15 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por nova titulação para o (a) servidor (a) MARCOS ADRIANO HANG, ocupante do cargo de provimento efetivo de BIÓLOGO, passando do nível 12-D para o nível 12-H.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA N° 493/2025

Publicação N° 7251724

PORTARIA N° 493/2025
CONCEDE FÉRIAS

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Lontras, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar n° 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o (a) servidor (a) MARCIO BACKES, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, a partir do dia 20/05/2025 a 03/06/2025, referente ao período aquisitivo 2023/2024, com retorno dia 04/06/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Lontras, 21 de maio de 2025.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Lontras

Luiz Alves

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO Nº 06/2025 AO CONTRATO Nº 07.2023 - FMDAS

Publicação Nº 7252643

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7201DF688DD3C040B61457C4FF7A9D48A0F19A4F



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 45/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2023
EXTRATO DO 6º ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 07/2023

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES – CNPJ nº 11.301.643/0001-91.

Contratado: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE BENEFÍCIO EVENTUAL, CARTÃO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E CARTÃO AUXÍLIO NATALIDADE.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da data de 22 de maio de 2025 e de sua publicação, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O prazo, de acordo com a justificativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social é até 22 de agosto de 2025.

Dos Valores: O valor estimado total com taxa de administração a partir do desconto final é de R\$ 25.080,00 (vinte e cinco mil e oitenta reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, notas de bloqueio e Parecer Jurídico nº 82/2025.

Luiz Alves, 23 de maio de 2025.

BERTOLINO BACHMANN
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PS 006/2024 - TERMO DE CONVOCAÇÃO - ELISEO BORTOLI

Publicação N° 7252136



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
Setor de Desenvolvimento Humano

Luzerna (SC), 21 de Maio de 2025

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor
ELISEO BORTOLI

Vimos pelo presente, **CONVOCAR** Vossa Senhoria, devido a sua aprovação no **PROCESSO SELETIVO - Edital nº 006/2024**, para comparecer no Setor de Desenvolvimento Humano da **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA (SC)**, sito a Av. 16 de Fevereiro, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da data dessa convocação (e de conversas via whatsapp), a fim de manifestar interesse para a admissão no cargo público de **PROFESSOR DE INGLÊS HABILITADO 40 HORAS**, sob pena de não o fazendo no prazo estipulado ocorrer sua desclassificação.

Cordialmente

Cristina Küll
Assistente Administrativa
Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano

ELISEO BORTOLI

Mafra

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 040/2025

Publicação Nº 7252936

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 040/2025

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

CNPJ: 05.463.212/0001-29

Objeto: O presente termo tem por objeto o ADITIVO DE INCLUSÃO DE ITEM do credenciamento de entidades financeiras para execução do Programa "Juro Zero", através da Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cidadania, conforme especificações e condições estabelecidas neste contrato e no Credenciamento Eletrônico Nº 003/2024, de acordo com Processo Administrativo 7.490/2025, Memorando 6.953/2025, Protocolo 5.501/2025, Protocolo 645/2025, Ofício nº. 133/2025/SGDETC e Parecer Jurídico nº. 177/2025, conforme segue:

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA
1º ADITIVO	Inclusão do item 01: Linha de empréstimo para MEI, através do Programa de Microfinanças – "Juro Zero", instituído pela Lei Municipal nº 4.530 de 28 de maio de 2021. Até R\$ 3000,00 por empréstimo	20/01/2026

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato nº 040/2025, firmado entre as partes em 11 de março de 2025.

Data de Assinatura: 22 de maio de 2025.

Foro: Comarca de Mafra.

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 163/2024

Publicação Nº 7251047

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 163/2024

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 10.912.255/0001-84

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO da contratação de empresa especializada na execução de obra para construção de quadra coberta na EMEB Ben. Felipe Carvalho Martins, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Mafra, de acordo com o Processo Administrativo 8.328/2025, OFÍCIO Nº 0319/2025/SME e Parecer Jurídico nº 237/2025, conforme segue:

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA
CONTRATO Nº 163/2024	ASSINATURA 04/09/2024	04/06/2025
1º ADITIVO	PRAZO	31/12/2025

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato nº 163/2024, firmado entre as partes em 04 de setembro de 2024.

Data de Assinatura: 21 de maio de 2025.

Foro: Comarca de Mafra.

4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2024

Publicação Nº 7250991

4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2024
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP
CNPJ: 14.770.128/0001-49
Objeto: O presente termo tem por objeto o ADITIVO DE PRAZO da contratação de empresa especializada para a execução de obra de revitalização da Praça Pública no Bairro Vila Nova, com recursos do Financiamento CAIXA/FINISA - Contrato nº 0600793-00 e construção da Praça Pública na localidade de Augusta Vitória, com recursos de Emenda Parlamentar Impositiva do Fundam nº 816/2022 - Transferência do Estado, conforme projetos, memorial descritivos, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, de acordo com Processo Administrativo 8.338/2025, OFÍCIO Nº 0167/2025/SMADU e Parecer Jurídico nº 238/2025, conforme segue:

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA
CONTRATO Nº 114/2024	ASSINATURA 29/07/2024	28/07/2025
1º ADITIVO	VALOR (R\$ 109.060,23)	28/07/2025
2º ADITIVO	VALOR (R\$ 22.999,74)	28/07/2025
3º ADITIVO	VALOR (R\$ 97.482,26)	28/07/2025
4º ADITIVO	PRAZO	19/12/2025

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato nº 114/2024, firmado entre as partes em 29 de julho de 2024.
Data de Assinatura: 21 de maio de 2025.
Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 071/2025

Publicação Nº 7251617

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 071/2025

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: KOWALSKI PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA

CNPJ: 34.602.689/0001-46

Origem: Processo administrativo nº 046/2025, Pregão Eletrônico nº 019/2025

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e gestão de eventos culturais para realização do IV Festival de Inverno, com locação de estruturas, divulgação, segurança, limpeza, produção de shows e demais serviços, que ocorrerá nos dias 19, 20, 21 e 22 de junho de 2025, na Praça Ferroviário Miguel Bielecki, Centro do Município de Mafra-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	106334 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e gestão de eventos culturais para realização do IV Festival de Inverno, com locação de estruturas, divulgação, segurança, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e gestão de eventos culturais para realização do IV Festival de Inverno, com locação de estruturas, divulgação, segurança, limpeza, produção de shows e demais serviços, que ocorrerá nos dias 19, 20, 21 e 22 de junho de 2025, na Praça Ferroviário Miguel Bielecki, Centro do Município de Mafra-SC. Conforme ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.	Un	1	240.000,00	240.000,00
Total (R\$):					240.000,00

2.2 O valor da contratação é de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), já incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários para a perfeita execução integral do objeto contratado. Os preços contratados serão considerados completos e suficientes para o fornecimento dos serviços objeto este contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação feita pelo CONTRATADO.

4.1 O prazo de vigência será até 31/12/2025, a contar da assinatura do instrumento contratual, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei Federal 14.133/2021.

Data de Assinatura: 20 de maio de 2025.

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2025

Publicação Nº 7251073

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2025

Tendo em vista que o objeto deste apostilamento é a contratação de empresa especializada na realização de processo eleitoral da CSST, compreendendo o processo de eleição, capacitação e acompanhamento, através da Secretaria Municipal de Administração de Mafra/SC, este apostilamento visa conforme Memorando 6.936/2025 e Parecer Jurídico nº 186/2025, a alteração da cláusula 12.1.25.

Fica expressamente alterada a Cláusula 12.1.25 do Contrato de prestação de Serviços nº 055/2025, que passa a ter a seguinte e única redação:

12.1.25 - Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir de sua ciência, qualquer ocorrência de qualquer fato anormal, acidente que se verifique no local dos serviços ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da obra em partes ou no todo;

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº 055/2025.

Mafra/SC, 23 de maio de 2025

Major Gercino

PREFEITURA

PORTARIA Nº 122/2025

Publicação Nº 7251499

PORTARIA Nº 122/2025

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n. 1.220/2019 que dispõe sobre a reformulação/reestruturação do Conselho Municipal de Saúde.

RODRIGO DOS SATOS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica, RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Saúde:

I – Representantes de entidades e movimentos representativos de usuários do SUS (art. 4º, I, da Lei 1.220/2019):

- a) Marlene Aparecida Ribeiro Fuck como membro titular e Aline Ramos Staroski de Olivério, como membro suplente.
- b) Karla Dayane Petry como membro titular e Mayara Caroline Laber, como membro suplente.
- c) Argeu Gonçalves da Silva como membro titular e Alberto Maciel, como membro suplente.
- d) Lucia Delagnelo do Nascimento como membro titular e Santa Aparecida de Souza, como membro suplente.

II – Entidades representativas dos Trabalhadores da área da saúde (art. 4º, II, da Lei 1.220/2019):

- a) Bruna Amorim, como membro titular.
- b) Nathalia Lima dos Santos, como membro titular.

III – Representantes do Governo e prestadores de serviços privados, conveniados ou sem fins lucrativos (art. 4º, III, da Lei 1.220/2019):

- a) Alexandre de Oliveira Brigido, como membro titular.
- b) Eleziane Herartt Dossi, como membro titular.

Art. 2º Os membros do Conselho devem observar as disposições contidas na Lei Municipal n. 1.220/2019, bem como as demais legislações aplicáveis.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino, 23 de maio de 2025.

RODRIGO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Major Vieira

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 033/2025 PMMV

Publicação Nº 7250881

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA/SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2025
Espécie: Contrato nº 033/2025; Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM BGD PRODUÇÕES E EVENTOS DUPLA (CACIO & MARCOS) PARA A FESTA NACIONAL DO CANUDINHO DE ABÓBORA, A SER REALIZADO NO DIA 18 DE JULHO DE 2025; Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais); Contratante: Município de Major Vieira/SC; Contratada: BGD PRODUÇÕES E EVENTOS; Origem: Processo Licitatório nº 041.2025 Inexigibilidade de Licitação nº 004.2025; Vigência: 31/08/2025.
Aline Daiane Ruthes Iarenhuk Da Silva - Prefeito Municipal de Major Vieira/SC.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 082-2025 - COMISSÃO PROCESSO SELETIVO 02-2025

Publicação Nº 7253018

DECRETO Nº 082/2025
DE 23/05/2025

CONSTITUI A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURI DALL BELLO, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 02/2025, com a finalidade de coordenar e acompanhar o cumprimento das normas estabelecidas no Edital do referido processo de seleção pública.

Art. 2º A Comissão instituída nos termos do art. 1º deste decreto é constituída por:

I – ANDREIA TONIAZZO MORO

II – JAQUELINI MORO

III – DANIELA CERATO MAROSTICA

Art. 3º A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, nos termos deste Decreto, praticará todos os atos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições, prezando pela observância e cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Parágrafo único. Os serviços de execução do Processo Seletivo serão realizados por empresa especialmente contratada para esta finalidade, cabendo à Comissão o acompanhamento em todas as etapas do processo, desde a análise de recursos quanto acompanhamento no dia e local definidos para a aplicação das provas objetivas e práticas, em concordância às normas legais pertinentes e às normas do Edital da referida seleção pública.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de maio de 2025.

MAURI DAL BELLO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº039-2025 - ANACLETO ALBERTO BEBERTZ

Publicação Nº 7252211

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA – SC.

Contratado: ANACLETO ALBERTO HEBERTZ

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de serviços por hora de máquina agrícolas para serviços de colheita e demais serviços prestados pelo Município

Valor Estimado da Ata R\$870.000,00(oitocentos e setenta mil reais).

Vigência: 23/05/2025 a 23/05/2026.

Vinculação: do Processo licitatório nº71/2025, modalidade Pregão Presencial nº17/2025

Marema - SC, 23 de maio de 2025.

MAURI DAL BELLO.

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº040-2025 - GEMA PERCIO ZATT

Publicação Nº 7252215

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA – SC.

Contratado: GEMA PERCIO ZATT

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de serviços por hora de máquina agrícolas para serviços de colheita e demais serviços prestados pelo Município.

Valor Estimado da Ata R\$316.800,00(trezentos e dezesseis mil e oitocentos reais).

Vigência: 23/05/2025 a 23/05/2026.

Vinculação: do Processo licitatório nº71/2025, modalidade Pregão Presencial nº17/2025

Marema - SC, 23 de maio de 2025.

MAURI DAL BELLO.
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº168-2025

Publicação Nº 7253055

Portaria nº168/2025
De 22/05/2025

SUSPENDER PORTARIA Nº 166/2025 QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DANIEL DUS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.
CONSIDERANDO o óbito de sua mãe OLGA DUS e por esse motivo não sendo mais necessária a licença para tratamento de pessoa da família.

RESOLVE

Art. 1º - Suspender portaria que concedeu licença para fins de assistência pessoal a sua mãe do Servidor Público Municipal DANIEL DUS a partir do dia 21/05/2025.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 166/2025 de 14/05/2025.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor a data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de maio de 2025.

MAURI DAL BELLO
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA Nº169-2025

Publicação Nº 7253069

Portaria nº169/2025
De 23/05/2025

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO DE FAMILIAR AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DANIEL DUS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal e Art. 104 do Estatuto dos Servidores Municipais.

CONSIDERANDO a Declaração de Óbito.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença remunerada por sete (7) dias consecutivos, ao Servidor Público Municipal DANIEL DUS, por motivo de falecimento de sua mãe OLGA DUS.

Art. 2º - A presente portaria entrara em vigor a partir de 21/05/2025.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de maio de 2025.

MAURI DAL BELLO
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 051/2025 DO DIA 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251066

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone (47) 3379-1571
e-mail: camara@cvmassaranduba.sc.gov.br – Site: cvmassaranduba.sc.gov.br
CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

DECRETO LEGISLATIVO Nº 051 DE 23 DE MAIO DE 2025
Concede reajuste a AVEVI - Associação de Câmara de Vereadores do Vale do Itapocú

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 49, Inciso XI do Regimento Interno (RI), faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO:

Art. 1º. Fica concedido reajuste na mensalidade em favor da AVEVI - Associação de Câmaras de Vereadores do Vale do Itapocú, que passará para o valor mensal de R\$ 935,13 (novecentos e trinta e cinco reais e treze centavos) a contar de 01 de janeiro de 2025.

Art. 2º. As despesas referentes a este Decreto Legislativo correrão por conta de verba orçamentária da Câmara Municipal.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC), em 23 de maio de 2025

Maicon Kuhnen
Presidente

Publicado no expediente da data supra.

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo.

Matos Costa

PREFEITURA

DECRETO Nº079/2025

Publicação Nº 7252559

DECRETO N.º 079/2025 – 23 de maio de 2025.
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

DANUZA RODRIGUES, Prefeita do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2.463/2024 de 30 de outubro de 2024:

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 24.188,00 (Vinte e quatro mil, cento e oitenta e oito reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJ/ATIV	2.042	Manut. das Atividades do Ens. Fundamental	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.2.755.0000.1389	Aplicações Diretas – 12	24.188,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo excesso dos do Fundeb VAAR.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Matos Costa, 23 de maio de 2025.

DANUZA RODRIGUES
Prefeita Municipal
O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Patrícia Aparecida Sandak
Auxiliar Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 005/2025 (SAUDE)

Publicação Nº 7253138

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

ANDERSON SCARDUELI, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos que contratou através de Dispensa de licitação a aquisição de itens alimentícios (biscoito, barra de cereal, suco, água) para confecção de kits alimentação para o programa lanche do cuidado. Fornecedor: SUPERMERCADO PRESA LTDA

Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/21.

Valor Total: R\$ 17.499,64 (dezessete mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Meleiro/SC, 23 de maio de 2025.

ANDERSON SCARDUELI - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301-2025

Publicação Nº 7251165

PORTARIA n.º 301/2025

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

ANDERSON SCARDUELI, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações e Edital de Processo Seletivo nº 02/2023 – Educação, determina:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora ALICE MARIA NOGUEIRA, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Toneli Nápole.

Art. 2.º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de maio de 2025.

ANDERSON SCARDUELI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JONAS COSTA OSTETTO

Secretário de Administração e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO, PREGÃO Nº 008

Publicação Nº 7251481

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 026/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2025
ATA Nº 06/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO- Prefeitura Municipal de Monte Carlo CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MONTE CARLO CNPJ: 95.996.104/0001-04 CONTRATADO: PRO LIMPE ATACADO LTDA, CNPJ: 13.467.809/0001-70, 1.1 A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e parcelada de gêneros alimentícios e correlatos
VIGÊNCIA: contrato vigorará por 12 meses.
VALOR: R\$337.200,00

Monte Carlo 23/05/2025

DECRETO MUNICIPAL 064/2025

Publicação Nº 7252583

DECRETO Nº 064/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

"DISPÕES SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE TRATA O ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 1464 DE 30 DE SETEMBRO DE 2024.

ALCIONE ROBERTO BUYNO Prefeito municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:
Art. 1º. Remaneja recursos dentro da mesma categoria de programação, nos termos do Art.24 inciso IV da Lei nº 1464/2024 de 30 de setembro de 2024 na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 03 – Atenção Básica
Projeto. /Atividade: 2.033 – Atenção Básica à Saúde
Elemento de Despesa 12 - 3.3.90.00.00.00.00.1.500.1002.000000
Valor: R\$ 100.000,00(cem mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 03 – Atenção Básica
Projeto. /Atividade: 2.033 – Atenção Básica à Saúde
Elemento de Despesa 11 - 3.1.90.00.00.00.00.1.500.1002.000000
Valor: R\$ 100.000,00(cem mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 23 de maio de 2025.

ALCIONE ROBERTO BUYNO
Prefeito Municipal

NOTA DE ERRATA PUBLICAÇÃO 7238317- PE 14/2025

Publicação Nº 7253196

NOTA DE ERRATA

Onde se lê:

EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 014/2025 – PMMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 044/2025

CÓDIGO DE REGISTRO TCE: 52CF9199A87B5216D7560A88FE677A6CCDE1D6FD

O **MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **ALCIONE ROBERTO BUYNO**, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decretos Municipais nº 0045/2023 e 0046/2023, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO	
INFORMAÇÕES DE DATA E HORA	
DATA INICIAL PARA ENVIO DE PROPOSTAS	20/05/2025 – 08:00h – Horário de Brasília
DATA FINAL PARA ENVIO DE PROPOSTAS	02/06/2025 – 09:00h – Horário de Brasília
DATA FINAL PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	28/05/2025 – 00:00 – Horário de Brasília
DATA PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	02/06/2025 – 09:05h – Horário de Brasília
DATA PARA INÍCIO DA DISPUTA DE LANCES	02/06/2025 – 09:05h – Horário de Brasília
INFORMAÇÕES DE ACESSO E OBTENÇÃO DO EDITAL	
ENDEREÇO DA SESSÃO PÚBLICA/DISPUTA DE PREÇOS	www.bl.org.br
ACESSO AO EDITAL	www.bl.org.br www.montecarlo.sc.gov.br www.pncp.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br
CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS	www.bl.org.br
INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO	
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
FORMA DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE
FORMA DE FORNECIMENTO	5 DIAS APÓS SOLICITAÇÃO
CONTRATO/VIGÊNCIA	SIM 12 MESES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/VIGÊNCIA	12 MESES
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES	R\$ 0,01
FUNDAMENTAÇÃO	Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 45/2023 e 46/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e subsidiariamente Decreto Federal nº 10.024/2019

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS DESTINADOS PARA O PREPARO DE MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE CARLO/SC, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO**, descritas nos Anexos I e II deste edital.

• **CÓDIGO DE REGISTRO TCE:**
52CF9199A87B5216D7560A88FE677A6CCDE1D6FD

FRUTAS					
Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor total
1.	200	KG	ABACATE - unidades pesando entre 0,4 e 0,5 kg cada. De primeira qualidade, casca lisa, verde, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo no prazo de uma semana. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	R\$8,78	R\$1.756,00
2.	400	UN	ABACAXI - unidades pesando aproximadamente 1,5 e 1,8kg cada. Grau de maturação para consumo na semana de entrega. Transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência, frescos, firmes e com brilho, com ausência de sujidades e larvas.	R\$11,48	R\$4.592,00
3.	2.000	KG	AMEIXA - Fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos. Não contém terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Características microbiológicas devem obedecer a legislação correspondente. Em média de 90gr a 100gr.	R\$10,99	R\$21,98
4.	17.500	KG	BANANA CATURRA - Produto sadio, limpo e de primeira qualidade. Acondicionado de forma a evitar danos, apresentando grau de maturação adequada para consumo imediato. Deve estar isento de lesões física, mecânica ou biológica, além de parasitas ou sujidades aderidos à casca, em pencas, extra, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, acondicionada em pencas íntegras, estar madura suficiente para suportar a manipulação.	R\$4,33	R\$75.775,00
5.	1.000	KG	CAQUI FUYU- Produto procedente de plantas sadias destinado ao consumo in natura, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau de ideal no tamanho aroma, cores, sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal qual permita suportar a manipulação, não estar danificado por qualquer lesões por de origem física , terrosa, sujidades, produtos químicos, ou corpos estranhos aderentes a superfície da casca e estarem isentos de umidade externa, anormal aroma e sabor, estranhos, tamanho médio e uniforme. unidades pesando aproximadamente 100g cada, grau de maturação para consumo na semana, ausência de danos físicos, sem sujidades ou parasitas.	R\$7,19	R\$7.190,00
6.	1.000	KG	GOIABA - Fruto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, com ausência de sujidades e parasitos, maturação adequada para o consumo na semana. Unidades pesando aproximadamente 100gr a 150gr.	R\$7,99	R\$7.990,00

7.	150	KG	KIWI - Unidades pesando aproximadamente 70gr a 100gr cada, firmes íntegros, sem pontos macios, grau de maturação para consumo na semana da entrega	R\$25,63	R\$3.844,50
8.	2.000	KG	LARANJA PERA - peso médio por fruto 150gr a 200gr cada, procedente de planta sadia, destinado ao consumo in natura, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa.	R\$ 10,99	R\$21,98
9.	100	KG	LIMÃO TAITI - Fresco, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes casca lisa e brilhante, devendo ser bem desenvolvido e maduro.	R\$ 5,36	R\$536,00
10.	1.000	KG	MAÇÃ GALA - Unidades pesando entre 100gr a 120gr cada fisiologicamente desenvolvidas, sem amassados, com maturação ideal para consumo na semana. Não será aceito outra espécie de maçã.	R\$10,96	R\$10.960,00
11.	3.200	KG	MAMÃO FORMOSA- unidades pesando entre 1,0 e 1,2 kg cada, in natura, maduro, tamanho médio, sem pontos escuros, sem amassados, sem bolor, com propriedades organolépticas características preservadas. Para consumo na semana.	R\$7,19	R\$536,00
12.	780	KG	MANGA TOMMY- coloração amarelo avermelhado, tamanho médio, sem pontos escuros, sem amassados, para consumo na semana, com maturação ideal para consumo na semana.	R\$8,59	R\$6.700,20
13.	100	KG	MARACUJÁ - fresco, livre de resíduos, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maturação ideal para o consumo	R\$13,48	R\$1.348,00
14.	1.200	KG	MELANCIA - 1ª qualidade in natura, com grau de maturação adequado para o consumo, casca firme sem avarias, polpa firme de coloração vermelha com aparência fresca e macia. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas. Devendo ser prioritariamente orgânicos e/ ou agroecológicos.	R\$3,51	R\$4.212,00
15.	600	KG	MELÃO - produto fresco com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio com polpa firme e intacta, livre de resíduos de fertilizantes. Maturação ideal para consumo na semana.	R\$7,19	R\$5.752,00
16.	150	BDJ	MORANGO - in natura, fruta fisiologicamente desenvolvida, bastante firme, com maturação apropriada, inteira, sem ferimentos, livre de pragas e doenças e munida de cálice e pedúnculo verde, com coloração vermelho brilhante. Bandeja pesando 250g.	R\$9,11	R\$1.366,50
17.	400	KG	NECTARINA - in natura, unidade pesando em média 100g, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, com ausência de sujidades e parasitos, maturação adequada para o consumo na semana.	R\$10,85	R\$4.340,00
18.	600	KG	PÊSSEGO - casca fina, aveludada e de cor alaranjada, íntegros, sem pontos escuros e sinais de deterioração, pesando entre 90 e 150g.	R\$12,62	R\$7.572,00
19.	2.000	KG	TANGERINA PONKAN - Deve apresentar as características da variedade bem definidas (cor, textura, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, sadia, isenta de	R\$4,95	R\$9.900,00

			substâncias nocivas à saúde. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Deverão apresentar-se bem formados, sem manchas, sem ataque de pragas e doenças, sem rachaduras e danos mecânicos		
20.	150	BDJ	UVA RUBI, ITÁLIA OU NIÁGARA - in natura, fruta fisiologicamente desenvolvida, bastante firme, com maturação apropriada, sem ferimentos, livre de pragas e doenças e munida de cachos firmes, viçosos, e com maturação ideal Bandeja pesando 500gr.	R\$20,23	R\$3.034,50
21.	200	KG	UVA PASSA DESIDRATADA - Uva passa desidratada, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar mofado, fermentado, rançoso ou que não estejam com características de desidratação preservadas. Entregue Embalagem plástica fechada e resistente, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Data de validade mínima de 4 meses a partir do dia da entrega. Entrega durante todo o ano.	R\$46,27	R\$9.254,00
TOTAL R\$					R\$233.090,70

Leia-se:

- **CÓDIGO DE REGISTRO TCE:**
E1038E0858020A185F9CBB006ADC58D01F885C40

PREGÃO ELETRÔNICO	
INFORMAÇÕES DE DATA E HORA	
DATA INICIAL PARA ENVIO DE PROPOSTAS	26/05/2025 – 08:00h – Horário de Brasília
DATA FINAL PARA ENVIO DE PROPOSTAS	05/06/2025 – 09:00h – Horário de Brasília
DATA FINAL PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	02/06/2025 – 00:00 – Horário de Brasília
DATA PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	05/06/2025 – 09:05h – Horário de Brasília
DATA PARA INÍCIO DA DISPUTA DE LANCES	05/06/2025 – 09:05h – Horário de Brasília
INFORMAÇÕES DE ACESSO E OBTENÇÃO DO EDITAL	
ENDEREÇO DA SESSÃO PÚBLICA/DISPUTA DE PREÇOS	www.bll.org.br
ACESSO AO EDITAL	www.bll.org.br www.montecarlo.sc.gov.br www.pncp.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br
CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS	www.bll.org.br
INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO	
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
FORMA DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE
FORMA DE FORNECIMENTO	5 DIAS APÓS SOLICITAÇÃO
CONTRATO/VIGÊNCIA	SIM 12 MESES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/VIGÊNCIA	12 MESES
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES	R\$ 0,01
FUNDAMENTAÇÃO	Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 45/2023 e 46/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e subsidiariamente Decreto Federal nº

10.024/2019

FRUTAS

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor total
22.	200	KG	ABACATE - unidades pesando entre 0,4 e 0,5 kg cada. De primeira qualidade, casca lisa, verde, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo no prazo de uma semana. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	R\$8,78	R\$1.756,00
23.	400	UN	ABACAXI - unidades pesando aproximadamente 1,5 e 1,8kg cada. Grau de maturação para consumo na semana de entrega. Transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência, frescos, firmes e com brilho, com ausência de sujidades e larvas.	R\$11,48	R\$4.592,00
24.	2.000	KG	AMEIXA - Fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos. Não contém terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Características microbiológicas devem obedecer a legislação correspondente. Em média de 90gr a 100gr.	R\$10,99	R\$21.980,00
25.	17.500	KG	BANANA CATURRA - Produto sadio, limpo e de primeira qualidade. Acondicionado de forma a evitar danos, apresentando grau de maturação adequada para consumo imediato. Deve estar isento de lesões física, mecânica ou biológica, além de parasitas ou sujidades aderidos à casca, em pencas, extra, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, acondicionada em pencas íntegras, estar madura suficiente para suportar a manipulação.	R\$4,33	R\$75.775,00
26.	1.000	KG	CAQUI FUYU- Produto procedente de plantas sadias destinado ao consumo in natura, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau de ideal no tamanho aroma, cores, sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal qual permita suportar a manipulação, não estar danificado por qualquer lesões por de origem física , terrosa, sujidades, produtos químicos, ou corpos estranhos aderentes a superfície da casca e estarem isentos de umidade externa, anormal aroma e sabor, estranhos, tamanho médio e uniforme. unidades pesando aproximadamente 100g cada, grau de maturação para consumo na semana, ausência de danos físicos, sem sujidades ou parasitas.	R\$7,19	R\$7.190,00
27.	1.000	KG	GOIABA - Fruto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, com ausência de sujidades e parasitos, maturação adequada para o consumo na semana. Unidades pesando aproximadamente 100gr a 150gr.	R\$7,99	R\$7.990,00

28.	150	KG	KIWI - Unidades pesando aproximadamente 70gr a 100gr cada, firmes íntegros, sem pontos macios, grau de maturação para consumo na semana da entrega	R\$25,63	R\$3.844,50
29.	2.000	KG	LARANJA PERA - peso médio por fruto 150gr a 200gr cada, procedente de planta sadia, destinado ao consumo in natura, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa.	R\$ 10,99	R\$21.980,00
30.	100	KG	LIMÃO TAITI - Fresco, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes casca lisa e brilhante, devendo ser bem desenvolvido e maduro.	R\$ 5,36	R\$536,00
31.	1.000	KG	MAÇÃ GALA - Unidades pesando entre 100gr a 120gr cada fisiologicamente desenvolvidas, sem amassados, com maturação ideal para consumo na semana. Não será aceito outra espécie de maçã.	R\$10,96	R\$10.960,00
32.	3.200	KG	MAMÃO FORMOSA- unidades pesando entre 1,0 e 1,2 kg cada, in natura, maduro, tamanho médio, sem pontos escuros, sem amassados, sem bolor, com propriedades organolépticas características preservadas. Para consumo na semana.	R\$7,19	R\$23.008,00
33.	780	KG	MANGA TOMMY- coloração amarelo avermelhado, tamanho médio, sem pontos escuros, sem amassados, para consumo na semana, com maturação ideal para consumo na semana.	R\$8,59	R\$6.700,20
34.	100	KG	MARACUJÁ - fresco, livre de resíduos, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maturação ideal para o consumo	R\$13,48	R\$1.348,00
35.	1.200	KG	MELANCIA - 1ª qualidade in natura, com grau de maturação adequado para o consumo, casca firme sem avarias, polpa firme de coloração vermelha com aparência fresca e macia. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas. Devendo ser prioritariamente orgânicos e/ ou agroecológicos.	R\$3,51	R\$4.212,00
36.	800	KG	MELÃO - produto fresco com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio com polpa firme e intacta, livre de resíduos de fertilizantes. Maturação ideal para consumo na semana.	R\$7,19	R\$5.752,00
37.	150	BDJ	MORANGO - in natura, fruta fisiologicamente desenvolvida, bastante firme, com maturação apropriada, inteira, sem ferimentos, livre de pragas e doenças e munida de cálice e pedúnculo verde, com coloração vermelho brilhante. Bandeja pesando 250g.	R\$9,11	R\$1.366,50
38.	400	KG	NECTARINA - in natura, unidade pesando em média 100g, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, com ausência de sujidades e parasitos, maturação adequada para o consumo na semana.	R\$10,85	R\$4.340,00
39.	600	KG	PÊSSEGO - casca fina, aveludada e de cor alaranjada, íntegros, sem pontos escuros e sinais de deterioração, pesando entre 90 e 150g.	R\$12,62	R\$7.572,00
40.	2.000	KG	TANGERINA PONKAN - Deve apresentar as características da variedade bem definidas (cor, textura, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, sadia, isenta de	R\$4,95	R\$9.900,00

			substâncias nocivas à saúde. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Deverão apresentar-se bem formados, sem manchas, sem ataque de pragas e doenças, sem rachaduras e danos mecânicos		
41.	150	BDJ	UVA RUBI, ITÁLIA OU NIÁGARA - in natura, fruta fisiologicamente desenvolvida, bastante firme, com maturação apropriada, sem ferimentos, livre de pragas e doenças e munida de cachos firmes, viçosos, e com maturação ideal Bandeja pesando 500gr.	R\$20,23	R\$3.034,50
42.	200	KG	UVA PASSA DESIDRATADA - Uva passa desidratada, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar mofado, fermentado, rançoso ou que não estejam com características de desidratação preservadas. Entregue Embalagem plástica fechada e resistente, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Data de validade mínima de 4 meses a partir do dia da entrega. Entrega durante todo o ano.	R\$46,27	R\$9.254,00
TOTAL R\$					R\$233.090,70

Monte Castelo

PREFEITURA

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 011/2025

Publicação Nº 7253103

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 011/2025

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada o Servidor EDUARDO BRUNNQUELL DO PRADO, investida no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal para exercer as funções de RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Arquive-se.

Monte Castelo, 23 de Maio de 2025

SIRINEU RATOCHINSKI
PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PARA OS CARGOS DE ZELADOR DE ESCOLA E DE ZELADOR EDITAL 004 DE 2025

Publicação Nº 7251101

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL
Nº 04/2025, de 13 de maio de 2025.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
O município de Morro da Fumaça faz saber a quem possa interessar a divulgação da CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR referente ao PROCESSO SELETIVO Nº 004/2025 conforme segue:
CARGO:
a. Zelador de Escola (no âmbito da Secretaria do Sistema de Educação)
b. Zelador (cargo específico de servidores da administração pública)

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ATUAÇÃO / FUNÇÃO COMPATÍVEL
1.	Ivânia Nogaredo	282,8 pontos
2.	Valmira Alano da Silva	117 pontos
3.	Maria Aparecida Borges Medeiros	109 pontos
4.	Ana Vanilda Rodrigues	88 pontos
5.	Andressa da Rosa Teixeira	52 pontos
6.	Andréa de Souza	36 pontos
7.	Eva da Rosa Teixeira Farias	12 pontos
8.	Jorge Bonfim dos Santos	11 pontos
9.	Evanir Alexandre Honório Coêlho	10 pontos
10.	Maria Cátia Gonçalves Garcia	0 pontos (Desempate por idade)
11.	Fernanda Cristina Lopes Oxley	9 pontos
12.	Cristiane Teixeira	8 pontos
13.	Bebiana Francisco Marcelino	0 pontos (Desempate por idade)
14.	Andreza Abati Mendes Patrício	0 pontos (Desempate por idade)
15.	Maria de Fátima Fernandes	0 pontos (Desempate por idade)
16.	Kelly Juliana Ramos de Oliveira	0 pontos (Desempate por idade)
17.	Meirielen Ingrid de Oliveira	0 pontos (Desempate por idade)
18.	Estéfany da Silva Arce Benites	0 pontos (Desempate por idade)
19.	Sofia Geovana da Silva David	0 pontos (Desempate por idade)

Obs.: Em caso de empate, obedeceu-se aos critérios de desempate previstos no edital de processo seletivo emergencial nº 004/2025.

Morro da Fumaça, SC, 23 de maio de 2025.

Eduardo Sartor Guollo
Prefeito Municipal

Marcos Silveira de Jesus
Secretário do Sistema de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Lucelane de Souza Antunes
Secretária do Sistema de Saúde e Assistência Social

DECRETO 087/2025

Publicação Nº 7252948

DECRETO Nº 087/2025, de 14 de maio de 2025

"ALTERA O DECRETO Nº 197 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.685/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 8º da Lei Municipal nº 1.685, de 04 de dezembro de 2014;

Art. 1º Altera-se o art. 1º do Decreto nº 197 de 17 de novembro de 2023, que designou os membros do Conselho Municipal do Idoso, na forma determinada pelo artigo 3º da Lei Municipal nº 1.685/2014, que passa a vigorar da seguinte forma:

I - Representantes da Área Governamental:

a) Representante da Secretaria do Sistema de Saúde;

Titular: Sandra Jovelina Marques de Souza

Suplente: Kathariny Bez Fontana

b) Representante vinculado à Assistência Social;

Titular: Cinara de Rochi

Suplente: Janete Fernandes da Silva

c) Representante da Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo;

Titular: Sabrina Maccari Ignácio

Suplente: Queila de Almeida Simões Zanatta

d) Representante da Secretaria do Sistema Econômico

Titular: Ivan Gregorio Graciano

Suplente: Carlos Wilian Preve dos Santos

II - Representantes da Área não Governamental:

a) Representante do Sindicato e/ou Associação dos Trabalhadores Rurais;

Titular: Dilânio Willian Sartor

Suplente: Lida Coniarski

b) Representante do Sindicato e/ou Associação dos Aposentados;

Titular: Victor Santos Zaccaron

Suplente: Pedro de Farias Graciano

c) Representante de Entidades Prestadoras de Serviço e Promoção ao Idoso;

Titular: Lenir Carvalho

Suplente: Maria Elena Madeira

d) Representante de Associação e/ou Organizações de Assistência Social;

Titular: Kátia Teixeira Cardoso

Suplente: Karina Aparecida Fernandes Rosa

Art. 2º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 14 de maio de 2025.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CARINE BERTI DA SILVA

Secretária do Sistema Econômico

DECRETO 088/2025

Publicação Nº 7253155

DECRETO Nº 088/2025, de 14 de maio de 2025

"ALTERA O DECRETO Nº 111 DE 19 DE JUNHO DE 2023, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2.192/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 111 de 19 de junho de 2023, que designou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na forma determinada pelo artigo 2º da Lei Municipal nº 2.192/2021, bem como pela Lei nº 2.313/2022, que passa a vigorar da seguinte forma:

I - Representantes do Poder Público:

a) Representante vinculado à Assistência Social;

Titular: Jaqueline Izabel Pereira

Suplente: Renata Ceolin Caetano

b) Representante da Secretaria do Sistema de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Titular: Greicy Salvador Zaccaron

Suplente: Sinara Naspolini

c) Representante da Secretaria do Sistema de Saúde;

Titular: Maria Eduarda Mauricio Abel

Suplente: Lucelane Luciano de Souza Antunes

d) Representante da Polícia Militar de Morro da Fumaça/SC;

Titular: CB Maíra de Mello Martignago de Luca

Suplente: 1º Sgt Emerson Francisco Miyamoto

e) Representante da Delegacia de Polícia Civil de Morro da Fumaça/SC.

Titular: Luiza Brunato Weber

Suplente: Márcio João de Souza

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais;

Titular: Suzana Reus Frasson

Suplente: Rosimere Sartor Menegali

b) Representante da Associação Beneficente Pedra de Auxílio;

Titular: Marli Silveira Pereira;

Suplente: Elaini Cristina Alves

c) Representante de instituição beneficente de assistência social, devidamente inscrita no CMAS (APAE);

Titular: Adriana Aparecida Pagnan

Suplente: Audiete Sartor Alano

d) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

Titular: Claudinete Nelcy Marcelino Bortolato

Suplente: Irinilda Smania

e) Representante da Ordem dos Advogados no Brasil no Município de Morro da Fumaça/SC.

Titular: Tamyris Pacheco;

Suplente: Patricia Alves Gabriel.

Art. 2º Os membros designados e nomeados por meio desse ato exercerão suas funções no mandato pertencente ao biênio 2023-2025, permitida a recondução por igual período nos moldes estabelecidos na Lei específica.

Art. 3º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 14 de maio de 2025.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CARINE BERTI DA SILVA

Secretária do Sistema Econômico

DECRETO 090/2025

Publicação Nº 7252710

DECRETO Nº 090/2025, de 15 de maio de 2025

"ALTERA O DECRETO Nº 032/2024, QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 032/2024, de forma que passará a vigorar com a seguinte redação:

I – Marcioney José Garcia - Secretário do Sistema de Infraestrutura;

II – Carine Berti da Silva – Secretária do Sistema Econômico e Financeiro;

III – Lorena Leal da Silva – Fiscal de Obras;

IV – José Luiz da Silva Sobrinho – Engenheiro Agrimensor - Secretaria do Sistema de Infraestrutura;

V – Leilane Demo Romagna Ghellere – Engenheira Civil - Secretaria do Sistema de Infraestrutura;

VI – Gustavo Carrer Jochen – Procuradoria Geral do Município;

VII – Natan Felipe Souza – Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAMAE;

VIII – Neize Bertan Seolin – Assistente Social;

IX – Silvia Sartor Roseng – Diretora Superintendente - FUMAF.

Art. 2º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de maio de 2025.

EDUARDO SARTOR GUOLLO
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CARINE BERTI DA SILVA
Secretária do Sistema Econômico

DECRETO 091/2025

Publicação Nº 7252726

DECRETO Nº 091/2025, de 15 de maio de 2025

"ALTERA O DECRETO Nº 036/2024, QUE NOMEIA NOVOS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 036/2024, de forma que passará a vigorar com a seguinte redação:

I – AREA GOVERNAMENTAL:

Coordenação da Política Municipal de Assistência Social

Titular: Cinara de Rochi

Suplente: Saionara Freitas Dias

Secretaria do Sistema de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

Titular: Elaine Salvan Baesso Cechinel

Suplente: Cheila Pacífico

Secretaria do Sistema Econômico

Titular: Henrique Raldi de Souza

Suplente: Júlia Pagnan Cechinel Coral

Coordenação da Política Municipal da Saúde
Titular: Andresa Zago Serafim Bez Fontana
Suplente: Lucelane Luciano de Souza Antunes

II – ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE
Titular: Luciana Pagnan Maragno
Suplente: Karina Aparecida Fernandes Rosa

Representantes dos Usuários da Assistência Social
Titular: Cristiane Helena de Moura Rabelo
Suplente: Janete Fernandes da Silva

Titular: Alvaci Caetano
Suplente: Marlene Nazario

Representantes de Entidade de Trabalhadores da Assistência Social
Titular: Leonardo Colossi
Suplente: Renata Ceolin Caetano

Art. 2º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de maio de 2025.

EDUARDO SARTOR GUOLLO
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CARINE BERTI DA SILVA
Secretária do Sistema Econômico

DECRETO 093/2025

Publicação Nº 7252744

DECRETO Nº 093/2025, de 15 de maio de 2025

“ALTERA O DECRETO Nº 055/2024, QUE NOMEIA E RECONDUZ MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO SARTOR GUOLLO, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 055/2024, de forma que passará a vigorar com a seguinte redação:

I – Diretoria de Cultura:
a) Paulo Vitor Cechinel (titular);
b) Júlia Laureano Canto (suplente);

II – Diretoria de Agricultura:
a) Patrícia Coral (titular);
b) Kauany Sartor Recco (suplente);

III – Diretoria de Esportes:
a) Kaua Teixeira Correa (titular);
b) Romário Rabello Mesquita (suplente);

IV – Diretoria da Escola Profissional:
a) Dionéia Aparecida Saviato Maccari (titular);
b) Gilmara Nunes de Andrade (suplente);

V – Diretoria de Planejamento:
a) Carlos Willian Prêve dos Santos (titular);

VI – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:
a) Sinara Napolini (titular);

b) Greicy Salvador Zaccaron (suplente);

VII – Secretaria de Administração e Finanças:

a) Realdo Antonio Bortolin Filho (titular);

b) Henrique Realdi da Silva (suplente);

VIII – Poder Legislativo

Art. 2º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de maio de 2025.

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CARINE BERTI DA SILVA

Secretária do Sistema Econômico

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO Nº 5/2025/FMS

Publicação Nº 7250766

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B9D792BB69CFCA77231330A181A8464BD8A8264	
Sequência nº	5/2025/FMS
Contrato Principal nº	6/2023/FMS
Aditivo nº	2
Tipo	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contratante	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratado	Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão - IMAS
Valor (R\$)	498.864,00
Data da Assinatura	20 de maio de 2025
Vigência Inicial	1 de junho de 2025
Vigência Final	31 de maio de 2026
Dotações	(8) 1.500.1002.0002
Licitação	Pregão Presencial nº 1/2023/FMS
Objeto Resumido	Estender a vigência do contrato principal até 31 de maio de 2026; e acrescentar ao contrato principal o valor de R\$ 498.864,00.
Espécie	Serviços de forma continuada
Link da Íntegra do Termo	Contratos - Transparência

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2025/PMMG

Publicação Nº 7253087

Contrato Principal nº	15/2025/PMMG
Contratante	Município de Morro Grande
Contratado	Daniela dos Santos Machado
Valor (R\$)	3.972,00
Data da Assinatura	21 de maio de 2025
Vigência Inicial	21 de maio de 2025
Vigência Final	31 de dezembro de 2025
Dotações	(49) 1.552.0000.0006; (53) 1.552.0000.0006
Licitação	Chamada Pública de Compra nº 1/2025/PMMG.
Objeto Resumido	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, para atender a rede municipal de ensino infantil e fundamental do município de Morro Grande para o ano de 2025.
Espécie	Aquisição de bens de consumo
Link da Íntegra do Termo	Contratos - Transparência

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2025/PMMG

Publicação Nº 7253095

Contrato Principal nº	16/2025/PMMG
Contratante	Município de Morro Grande
Contratado	José Emiliano Generoso
Valor (R\$)	12.339,20
Data da Assinatura	21 de maio de 2025
Vigência Inicial	21 de maio de 2025
Vigência Final	31 de dezembro de 2025
Dotações	(49) 1.552.0000.0006; (53) 1.552.0000.0006
Licitação	Chamada Pública de Compra nº 1/2025/PMMG.

Objeto Resumido	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, para atender a rede municipal de ensino infantil e fundamental do município de Morro Grande para o ano de 2025.
Espécie	Aquisição de bens de consumo
Link da Íntegra do Termo	Contratos - Transparência

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2025/PMMG

Publicação Nº 7253120

Contrato Principal nº	17/2025/PMMG
Contratante	Município de Morro Grande
Contratado	Sedenir Saccon Bonfante
Valor (R\$)	34.765,90
Data da Assinatura	21 de maio de 2025
Vigência Inicial	21 de maio de 2025
Vigência Final	31 de dezembro de 2025
Dotações	(49) 1.552.0000.0006; (53) 1.552.0000.0006
Licitação	Chamada Pública de Compra nº 1/2025/PMMG.
Objeto Resumido	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, para atender a rede municipal de ensino infantil e fundamental do município de Morro Grande para o ano de 2025.
Espécie	Aquisição de bens de consumo
Link da Íntegra do Termo	Contratos - Transparência

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2025/PMMG

Publicação Nº 7253127

Contrato Principal nº	18/2025/PMMG
Contratante	Município de Morro Grande
Contratado	Cooperativa de Produtores de Leite e Agroindústria Familiar Rural – Coopercolméia
Valor (R\$)	23.015,50
Data da Assinatura	21 de maio de 2025
Vigência Inicial	21 de maio de 2025
Vigência Final	31 de dezembro de 2025
Dotações	(49) 1.552.0000.0006; (53) 1.552.0000.0006
Licitação	Chamada Pública de Compra nº 1/2025/PMMG.
Objeto Resumido	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, para atender a rede municipal de ensino infantil e fundamental do município de Morro Grande para o ano de 2025.
Espécie	Aquisição de bens de consumo
Link da Íntegra do Termo	Contratos - Transparência

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2025/PMMG

Publicação Nº 7251013

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D26CEC5D80FA5DCB3D7B3D10E4BBB96FE7A82F4

Contrato Principal nº	19/2025/PMMG
Contratante	Município de Morro Grande
Contratado	Orgaplan Engenharia Ltda
Valor (R\$)	48.300,00
Data da Assinatura	22 de maio de 2025
Vigência Inicial	22 de maio de 2025
Vigência Final	31 de dezembro de 2025

Dotações	(79) 1.500.0000.0500; (79) 2.500.0000.0500
Licitação	Pregão Eletrônico nº 4/2025/PMMG.
Objeto Resumido	Contratação de serviços para a elaboração de projetos de engenharia destinados à execução de obras no sistema viário do município de Morro Grande.
Espécie	Serviços de engenharia comum
Link da Íntegra do Termo	Contratos - Transparência

Navegantes

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO 1471-2025

Publicação Nº 7252968

ADITIVO DE CONTRATO 1471/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1341/2024.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Srta. Elisabete Barboza Da Silva Soares,e de outro lado CRISTIANE DE SOUZA PANTOJA doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1341/2024, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original de prestação de serviços na função de ENFERMEIRO ESF ACT, firmado em 06/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 07/05/2025 até 07/05/2026, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes, 23 de maio de 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES DI- RETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SEPAF		CRISTIANE DE SOUZA PANTOJA CONTRATADO
---	--	--

ADITIVO DE CONTRATO 1472-2025

Publicação Nº 7252976

ADITIVO DE CONTRATO 1472/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1358/2024.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Srta. Elisabete Barboza Da Silva Soares, e de outro lado DAYANE SUELEN CARDOSO RODRIGUES doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1358/2024, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original de prestação de serviços na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ACT, firmado em 22/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 22/05/2025 até 22/05/2026, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes, 23 de maio de 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES DI- RETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SEPAF		DAYANE SUELEN CARDOSO RODRIGUES CON- TRATADO
---	--	---

ADITIVO DE CONTRATO 1473-2025

Publicação Nº 7252980

ADITIVO DE CONTRATO 1473/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1344/2024.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, neste

ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Srta. Elisabete Barboza Da Silva Soares,e de outro lado HAYME NAYANA PARTALA doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1344/2024, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original de prestação de serviços na função de ENFERMEIRO ACT, firmado em 08/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 08/05/2025 até 08/05/2026, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes, 23 de maio de 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES DI- RETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SEPAF		HAYME NAYANA PARTALA CONTRATADO
---	--	------------------------------------

ADITIVO DE CONTRATO 1474-2025

Publicação Nº 7252986

ADITIVO DE CONTRATO 1474/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1339/2024.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Srta. Elisabete Barboza Da Silva Soares,e de outro lado RAFAEL VIEIRA DE VIEIRA doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1339/2024, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original de prestação de serviços na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ACT, firmado em 06/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 06/05/2025 até 06/05/2026, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes, 23 de maio de 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES DI- RETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SEPAF		RAFAEL VIEIRA DE VIEIRA CONTRATADO
---	--	---------------------------------------

ADITIVO DE CONTRATO 1475-2025

Publicação Nº 7252993

ADITIVO DE CONTRATO 1475/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1340/2024.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determina-
do, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORRO-
GAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS
DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, neste
ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Srta. Elisabete
Barboza Da Silva Soares,e de outro lado SAMIRA VERIDIANA CAROLINA doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectiva-
mente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1340/2024, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original de
prestação de serviços na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ACT, firmado em 06/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 06/05/2025 até 06/05/2026, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes, 23 de maio de 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES DI- RETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SEPAF		SAMIRA VERIDIANA CAROLINA CONTRATADO
---	--	---

CONVOCAÇÃO CP 042-2021 23-05-2025 AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 7253003

CONVOCAÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO – REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO
Nº 042/2021

CARGO	NOME DO CANDIDATO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MARCOS PAULO ALVES DE OLIVEIRA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MARIA SILVA DE SOUSA ALMEIDA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	LEONARDO AUGUSTO KRAISCH

Pelo presente instrumento ficam CONVOCADOS para comparecer na Prefeitura de Navegantes, localizada na Rua João Emilio, nº 100 – Centro, Navegantes – CEP 88370-446, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a convocação, para tratar da sua NOMEAÇÃO para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, conforme sua classificação no CONCURSO PÚBLICO nº 042/2021.

Na data acima a referida o candidato deverá estar munido de todas a documentações necessárias para a nomeação, conforme anexo e-mail encaminhado.

O não comparecimento dentro do prazo determinado implicará na perda automática da vaga.

Navegantes, 23 de maio de 2025.

Analuiza Manfron Valle
Gerência de Admissão e Gestão de Pessoal -SEPAF

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- Qualificação Cadastral (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
- 1 foto 3x4 atualizada
- 1 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- 1 Cópia do CPF
- Situação Cadastral do CPF (<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>)
- 1 Cópia do Comprovante de Residência – em nome do candidato, pai ou mãe, se do cônjuge, anexar a certidão de casamento ou declaração de residência.
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)
- Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- Cópia do Título de Eleitor
- Cópia do comprovante da última votação
- Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; A data do exame será agendada no ato da entrega de documentos.
- 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo cópia e original para autenticidade,
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- Certidão de Nascimento dos dependentes, ou RG.
- CPF dos dependentes.
- 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público
- Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 - Justiça Federal(<https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>) certidão cível, criminal e fins eleitorais
 - Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>) criminal
 - Justiça Eleitoral(<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidoes>) certidão de quitação e de crimes eleitorais.
- Declaração NavegantesPrev - CENSO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL
- Extrato CNIS (<https://meu.inss.gov.br/>) > Extrato de Contribuições (CNIS) > Baixar PDF com relações previdenciárias e remunerações)

OBS: Os itens Q, R, S, foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

ANEXO I

NOME _____ TELEFONE _____
RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____
END _____ Nº _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA DE _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

- 01 – Fumante ? () Sim () Não () Ex fumante
02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)? () Sim () Não
03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ? () Sim () Não
04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo? () Sim () Não
05- Já teve algum acidente de trabalho importante? () Sim () Não
06 – Tem filhos ?Quantos? ()
07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
() Sim () Não
08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ? () Sim () Não
09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ? () Sim () Não
10 – Algum problema de visão ? () Sim () Não
11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ? () Sim () Não
12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ? () Sim () Não
13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite? () Sim () Não
14 – Sente dor no peito , como : palpitação? () Sim () Não
15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?
() Sim () Não
16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
() Sim () Não
17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
() Sim () Não
18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
() Sim () Não
19 – Como esta sua alimentação ? Adequada () Não adequada ()
20 – Como esta seu sono ? De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO II

NOME _____ TELEFONE _____
RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____
END _____ Nº _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA DE _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

- 01 – Fumante ? () Sim () Não () Ex fumante
02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)? () Sim () Não
03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ? () Sim () Não
04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo? () Sim () Não
05- Já teve algum acidente de trabalho importante? () Sim () Não
06 – Tem filhos ?Quantos? ()
07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
() Sim () Não
08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ? () Sim () Não
09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ? () Sim () Não
10 – Algum problema de visão ? () Sim () Não
11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ? () Sim () Não
12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ? () Sim () Não

- 13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite? () Sim () Não
14 – Sente dor no peito , como : palpitação? () Sim () Não
15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?
() Sim () Não
16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
() Sim () Não
17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
() Sim () Não
18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
() Sim () Não
19 – Como esta sua alimentação ? Adequada () Não adequada ()
20 – Como esta seu sono ? De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria Municipal de

Já trabalhou com carteira assinada?

() SIM () NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

() PIS ou () PASEP () NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

() SIM () NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

E-mail do funcionário: _____

Número do telefone do funcionário: _____

Possui empresa conforme situação abaixo:

Participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercendo comércio, transacionar com o Poder Público:

() SIM () NÃO

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

IDENTIFICAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

Nome:
Secretaria:
Cargo:

Declaro, em cumprimento às disposições legais vigentes, que não estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria, em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Navegantes, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do declarante

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA CONFORME RESOLUÇÃO TC – 10/94			
1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE			
NOME:			
ORGÃO DE LOTAÇÃO:			
CARGO/FUNÇÃO:			
DATA DA POSSE: DATA DA EXONERAÇÃO:			
2. FONTES DE RENDA			
DENOMINAÇÃO:		CNPJ/CPF:	
PREFEITURA DE NAVEGANTES		83.102.855/001-50	
3. RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES			
ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO (AQ) ALIENAÇÃO (AL)	VALOR R\$	COD: 1.2 3.4
4. CARGOS. FUNÇÕES OU CARGOS EFETIVOS OCUPADOS NOS ULTIMOS 2 (DOIS) ANOS			
ENTIDADE	CARGO	PERÍODO	

Atesto para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade.		
Navegantes, _____ de _____ de 2025.		
Assinatura		

DECRETO Nº 216 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251378

DECRETO Nº 216 DE 22 DE MAIO DE 2025.
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2024 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo §1º, do art. 15 e art. 19, da Lei nº 3864 de 29/11/2024 (LOA/2025):

DECRETA:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2024 até o valor de R\$2.035.000,00 (dois milhões e trinta e cinco mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

ÓRGÃO: 04 – Fundação Municipal de Esporte	
UNIDADE: 001 – Fundação Municipal de Esporte	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário	
Programa: 0006 – Caminho do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Esporte	
2.050 – Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	
Fonte de Recursos: 2.500.0000.6000.0000 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários	
Dotação 4 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 2.035.000,00
TOTAL	R\$ 2.035.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES/SC, 22 DE MAIO DE 2025.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO

RICARDO ARTY ECHELMEIER
SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE

Publicado e registrado o presente ato na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças aos vinte e dois dias do mês de maio de 2025.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DISTRATO Nº 1470-2025

Publicação Nº 7253007

DISTRATO Nº 1470-2025

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pela Diretora de Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Sra. Elisabete Barboza Da Silva Soares, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado CARLA ROSANE VIANA ABS DA CRUZ – 6420438/1, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010 e DECRETO nº 274 de 29 de julho de 2024, bem como a Lei Complementar nº 459 de 20 de dezembro de 2024 e posteriores alterações, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-_DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato 373/2025 de prestação de serviços na função de PROFESSOR SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 40 HORAS, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir de 23 de maio de 2025.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.
Navegantes, 23 de maio de 2025.

Elisabete Barboza Da Silva Soares
Diretora de Departamento

CARLA ROSANE VIANA ABS DA CRUZ
Contratado

PORTARIA 2378 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação N° 7253022

PORTARIA N ° 2378 DE 23 DE MAIO DE 2025

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A JUNTA MÉDICA DO MUNICIPIO , no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 16306/6 ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 03 (três meses), conforme ofício nº 079/2025 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos apartir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
MÉDICO DO TRABALHO

PORTARIA 2379 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação N° 7253032

PORTARIA N ° 2379 DE 23 DE MAIO DE 2025

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A JUNTA MÉDICA DO MUNICIPIO , no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR JACQUELINE VARGAS ARAGÃO, matrícula 634309/1 ocupante do cargo de PROFESSOR com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03 (três meses), conforme ofício nº 079/2025 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos apartir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
MÉDICO DO TRABALHO

PORTARIA 2380 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253036

PORTARIA N º 2380 DE 23 DE MAIO DE 2025

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A JUNTA MÉDICA DO MUNICIPIO , no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR JACQUELINE VARGAS ARAGÃO, matrícula 634309/2 ocupante do cargo de PROFESSOR com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03 (três meses), conforme ofício nº 079/2025 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos apartir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA

MÉDICO DO TRABALHO

PORTARIA 2448 DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253048

PORTARIA N º 2448 DE 21 DE MAIO DE 2025.

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO a Juliana Prauso , matrícula 62131/1, efetivo no cargo de Analista administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, para a classe/referência "6 - E".

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta progressão corresponde aos períodos de avaliação de 2023/2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos, a partir de 01 de Maio de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2025

ELISABETE BARBOSA DA SILVA SOARES

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2454 DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253040

PORTARIA N º 2454 DE 21 DE MAIO DE 2025

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A JUNTA MÉDICA DO MUNICIPIO , no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR SCHIRLEI CRISTINA DA SILVA, matrícula 4193/3 ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCACAO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 3 (três meses), conforme ofício nº 078/2025 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos apartir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA

MÉDICO DO TRABALHO

PORTARIA 2458 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253053

PORTARIA N º 2458 DE 22 DE MAIO DE 2025.
EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 274 de 29 de julho de 2024, bem como a Lei Complementar nº 459 de 20 de dezembro de 2024 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA, por este ato, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR(A) DA COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA AS CRIANÇAS E JUVENTUDE, da SECRETARIA DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SEIDES, ANA PAULA JORGE BERNARDES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 07 de maio de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES
DIRETOR(A) DE DERTAMENTO

PORTARIA 2465 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253009

PORTARIA Nº 2465 DE 22 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, NAGELA TATIANE VIEIRA matrícula 2996/5 ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 17 (dezesete) dias consecutivos, com início em 04.06.2025 e termino em 20.06.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20.06.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2466 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253079

PORTARIA Nº 2466 DE 22 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, THIAGO SANTOS DA CRUZ matrícula 2111/4 ocupante do cargo de TECNICO AGROPECUARIA, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 04 (quatro) dias consecutivos, com início em 30.05.2025 e termino em 02.06.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.06.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2467 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253065

PORTARIA Nº 2467 DE 22 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, GABRIELE GRILO TREVISOL matrícula 6420678/1 ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 17 (dezessete) dias consecutivos, com início em 05.06.2025 e termino em 21.06.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 21.06.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2468 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253071

PORTARIA Nº 2468 DE 22 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, ROSA MARIA DUARTE AMORIM matrícula 16746/1 ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 09 (nove) dias consecutivos, com início em 22.05.2025 e termino em 30.05.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.05.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2469 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253074

PORTARIA Nº 2469 DE 22 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, CLAUDIA DA SILVA SOARES matrícula 20074/3 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 403 (quatrocentos e três) dias consecutivos, com início em 30.03.2024 e termino em 06.05.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.05.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2471 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253084

PORTARIA Nº 2471 DE 23 DE MAIO DE 2025
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 274 de 29 de julho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO , com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, ALAN WILKER MASCARENHAS, matrícula 58917/1.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22 de maio de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES
DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO

PORTARIA 2474 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253088

PORTARIA Nº 2474 DE 23 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) VANESSA DE NANTES ZETTEL PONCIANO, matrícula 6420691/1, ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23.05.2025.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.05.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2475 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253094

PORTARIA Nº 2475 DE 23 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) VANDELINO HENRIQUE FAGUNDES, matrícula 772/1, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23.05.2025.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.05.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2476 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253098

PORTARIA Nº 2476 DE 23 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, ELIANE DA SILVA matrícula 5113/5 ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horaria de 30 horas semanais, pelo período de 01 (um) dias consecutivos, com início em 16.05.2025 e termino em 16.05.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 16.05.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2477 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253101

PORTARIA Nº 2477 DE 23 DE MAIO DE 2025
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, ELIANE DA SILVA matrícula 5113/5 ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horaria de 30 horas semanais, pelo período de 01 (um) dias consecutivos, com início em 23.05.2025 e termino em 23.05.2025, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.05.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2025.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

Nova Veneza

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2025 - PMNV

Publicação Nº 7251191

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5E7AC6E7F48BEBD6FD553FB9212920BDE3B070E6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 2- 01/2025
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: AUTO POSTO MONDARDO LTDA
Valor : R\$ 14.003,75 (quatorze mil e três reais e setenta e cinco centavos).
Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 03/01/2026
Licitação : Pregão Eletrônico n.º 212/STO/2024.
Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (Recursos Ordinários – Outros Recursos Não Vinculados de Impostos – 1.501.0000.0000).
Objeto....: aquisição de combustível conforme demanda, para a frota da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para início do ano de 2025.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252210

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5FD520FBA659BF69C090E842D0F1A5A87DC2BDC7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 47/2025

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: FF PNEUMATICOS LTDA ME
Valor : R\$ 98.264,00 (noventa e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais).
Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 23/05/2026.
Licitação : Pregão Eletrônico n.º 51/STO/2025
Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).
Objeto : Contratação de empresa especializada em Recape de Pneus para a manutenção necessária da frota de máquinas e caminhões da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252221

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B05244AF7533237CE14B7F3CA10BE44688A0C2B4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 48/2025

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: RECAPNEU DG LTDA

Valor : R\$ 13.560,00 (treze mil, quinhentos e sessenta reais).

Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 23/05/2026.

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 51/STO/2025

Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).

Objeto : Contratação de empresa especializada em Recape de Pneus para a manutenção necessária da frota de máquinas e caminhões da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252223

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1D30B5A19CD135069C4223DECEBEE73BE789BC9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 49/2025

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: GARBIN & BERGAMO LTDA ME

Valor : R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais).

Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 23/05/2026.

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 51/STO/2025

Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).

Objeto : Contratação de empresa especializada em Recape de Pneus para a manutenção necessária da frota de máquinas e caminhões da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252590

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A5F7C75629F84118C2FB7379BD702A6A778BACE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 50/2025

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: COMERCIAL PILAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor : R\$ 161.250,00 (cento e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 23/05/2026.

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 52/STO/2025

Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).

Objeto : Aquisição de areia de aterro limpa para colocação de lajotas e areão para atender as demandas da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252949

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 79F52D7CDBA46BA585962CCD3AA44256EBDD8FC8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 51/2025

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA

Valor : R\$ 22.620,00 (vinte e dois mil, seiscentos e vinte reais).

Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 23/05/2026.

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 53/STO/2025

Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).

Objeto : Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hidrojateamento para desobstrução de rede de esgoto, sucção para limpeza de resíduos de fossa séptica e transporte de água para atender as demandas da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252965

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E47F13D2FD1D72FF692CCB406AC8BD52745CD6BA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 52/2025

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: VOSS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME

Valor : R\$ 34.229,60 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 23/05/2026.

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 53/STO/2025

Recursos : (76) 10.001.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).

Objeto : Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hidrojateamento para desobstrução de rede de esgoto, sucção para limpeza de resíduos de fossa séptica e transporte de água para atender as demandas da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 23 de maio de 2025.

ANGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO
Prefeita Municipal de Nova Veneza

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/STO/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252197

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D294906D3F5EF30F067A59DCB3E5EDA55FAF40E7

Página: 1 / 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

TRAVESSA OSWALDO BÚRIGO, 44, 44 - CENTRO - Nova Veneza
CEP: 88865-000 CNPJ: 82.916.826/0001-60 Telefone: (48) 3471-1766
E-mail: compras@novaveneza.sc.gov.br Site: <http://www.novaveneza.sc.gov.br>

PREGÃO ELETRÔNICO**Nr.: 51/2025****Processo Adm.: 51/2025****Data do Processo: 06/05/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 51/2025
b) **Nr. Licitação:** 51/2025 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 23/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada em Recape de Pneus para a manutenção necessária da frota de máquinas e caminhões da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos.*

Participante: FF PNEUMATICOS EIRELI ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAPE A QUENTE DE PNEU 14,00 R24 LAMEIRO MODELO G2 MÍNIMO DE 25MM	24,000	SRV	1.290,00	30.960,00
2	RECAPE A QUENTE DE PNEU 17,5 R 25 LAMEIRO MÍNIMO DE 25MM	10,000	SRV	1.499,00	14.990,00
3	RECAPE DE PNEU 19,5 R24 LAMEIRO COM MÍNIMO DE 25MM	8,000	SRV	1.499,00	11.992,00
4	RECAPE DE PNEU A FRIO 295/80 R 22,5 BORRACHUDO COM MÍNIMO DE 19MM	16,000	SVR	549,00	8.784,00
5	RECAPAGEM PNEU A FRIO 1000 R20 BORRACHUDO COM MÍNIMO DE 19MM	20,000	UN	529,00	10.580,00
6	RECAPAGEM A QUENTE PNEU 12/16.5 BORRACHUDO COM MÍNIMO DE 25MM	2,000	UN.	749,00	1.498,00
7	RECAPAGEM A QUENTE PNEU 12.5/80 R 18 BORRACHUDO COM MÍNIMO DE 25MM	10,000	UN	748,00	7.480,00
8	RECAPAGEM PNEU 215/75 R17.5 FRIO BORRACHUDO	4,000	UN	325,00	1.300,00
9	RECAPAGEM PNEU 750 X 16 FRIO BORRACHUDO BORRACHA MÍNIMA DE 12MM	16,000	UN	367,75	5.884,00
12	RECAPAGEM DE PNEU 14,9/24 R1-GARRA BAIXA MÍNIMO DE 45MM	4,000	SRV	1.199,00	4.796,00
Total do Participante:					98.264,00

Participante: GARBIN & BERGAMO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
11	RECAPE DE PNEU A QUENTE 18.4/34 GARRA BAIXA MÍNIMO DE 45MM	4,000	UN	3.050,00	12.200,00
Total do Participante:					12.200,00

Participante: RECAPNEU DG LTDA - EPP

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
10	RECAPE DE PNEU A QUENTE 18.4/30 R1-BORRACHUDO GARRA BAIXA MÍNIMO DE 45MM	4,000	SRV	2.400,00	9.600,00
13	RECAPAGEM DE PNEU 12,4/24 -GARRA BAIXA MÍNIMO 45MM	4,000	SRV	990,00	3.960,00
Total do Participante:					13.560,00

Sistema: Compras - Usuário: GuiMazzorana. Emissão: 23/05/2025, às 14:19:37. Protocolo: c92887cf-7109-4b65-ba37-898937d64e71

Total Geral: 124.024,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	10.001.26.782.0006.2040.3.3.90.00.00	R\$ 175.067,00

Nova Veneza, 23/05/2025

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/STO/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252573

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23C67E7C5FEAD334512A1CE37CC3343057BA5371

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

TRAVESSA OSWALDO BÚRIGO, 44, 44 - CENTRO - Nova Veneza
CEP: 88865-000 CNPJ: 82.916.826/0001-60 Telefone: (48) 3471-1766
E-mail: compras@novaveneza.sc.gov.br Site: <http://www.novaveneza.sc.gov>

**PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 52/2025**

Processo Adm.: 52/2025

Data do Processo: 07/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 52/2025
b) **Nr. Licitação:** 52/2025 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 23/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de areia de aterro limpa para colocação de lajotas e areão para atender as demandas da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.*

Participante: PILAR ARTEFATOS DE CIMENTO E CONSTRUCAO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AREIA DE ATERRO LIMPA	1.500,000	M3	45,50	68.250,00
2	AREÃO	2.000,000	M3	46,50	93.000,00
Total do Participante:					161.250,00

Total Geral: 161.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	10.001.26.782.0006.2040.3.3.90.00.00	R\$ 252.200,00

Nova Veneza, 23/05/2025

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/STO/2025 - PMNV

Publicação Nº 7252937

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B1A93B21CB6963523634ED8D1261525193D8E311

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

TRAVESSA OSWALDO BÚRIGO, 44, 44 - CENTRO - Nova Veneza
CEP: 88865-000 CNPJ: 82.916.826/0001-60 Telefone: (48) 3471-1766
E-mail: compras@novaveneza.sc.gov.br Site: <http://www.novaveneza.sc.gov.br>

**PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 53/2025**

Processo Adm.: 53/2025

Data do Processo: 07/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 53/2025
b) **Nr. Licitação:** 53/2025 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 23/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hidrojateamento para desobstrução de rede de esgoto, sucção para limpeza de resíduos de fossa séptica e transporte de água para atender as demandas da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.

Participante: MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO	50,000	HRS	240,00	12.000,00
2	serviço de sucção para limpeza de resíduos de fossa séptica	60,000	M3	177,00	10.620,00
Total do Participante:					22.620,00

Participante: VOSS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	SERVIÇO DE CAMINHÃO PIPA	40,000	HRS	249,00	9.960,00
4	CARGA DE AGUA	20,000	CAR	1.213,48	24.269,60
Total do Participante:					34.229,60

Total Geral: 56.849,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	10.001.26.782.0006.2040.3.3.90.00.00	R\$ 56.849,60

Nova Veneza, 23/05/2025

Assinatura do Responsável

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO N° 4.273 DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação N° 7252282



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO N° 4.273 de 23 de maio de 2025.

**DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO
RESULTADO DIFINITIVO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
0001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE
PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO
PARA ATENDER NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS
DA LEI MUNICIPAL N° 410/2009.**

NAUDIR JOSÉ CADORE, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal e demais Legislação em vigor:

DECRETA:

Art 1º: a homologação do resultado final do Processo Simplificado 0001/2025 para contratação de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público, conforme segue abaixo:

PROFESSOR HABILITADO ANOS INICIAIS;

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ELIGIANI MONICA CARDOSO	8,50	1º
SENI A. BRUM DALZUCHIO	8,25	2º
RITALI FILIPPINI SANTIAN	7,75	3º
MARILAK L. M ROVARIS	7,00	4º
REJANE BRAZZO SANTIN	6,75	5º
VERÔNICA S. PANDOLFO	6,25	6º



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PATRICIA BORGES DOS SANTOS	5,50	7º
ELISANDRA ROSSI DENDENA	2,25	8º
JANETE DE FATIMA MOREIRA VIEIRA	2,00	9º
ELEM CRISTINA QUADRI	1,75	10º
THATIANA MAIRA KLEMMER ZACARIAS	1,50	11º

PROFESSOR HABILITADO EDUCAÇÃO INFANTIL;

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
NILSA MARTGNAGO KOLLING	8,75	1º
NILZA MENESES DE BARROS GERALDI	7,25	2º
MARCIA BRATTI	6,75	3º
JANAINA TAINARA RIBEIRO	6,75	4º
CLEUSA MARIA TIBER	3,75	5º
SUZANA COAN VIERO	3,00	6º
KEMILY MOLON	1,75	7º
MARCIA DEL SANT	1,25	8º

PROFESSOR HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA;

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MICHELE REGINA DE	4,00	1º



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

MORAES		
DANIMAR GUERRA	2,75	2º
EMANUEL AUGUSTO SANAGIOTTO	1,75	3º

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS;

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LUCÉLIA DA ROSA	1,00	1º
MARILUCI SANTANA COLELLA	0,00	2º
DIEGO ALAN MORO	0,50	**Desclassificado.

**Não apresentou certificado de conclusão de Ensino Fundamental.

MOTORISTA;

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
GERRI SANAGIOTTO	2,00	1º

OPERADOR;

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JACIR SANDRINI	2,25	1º

ENGENHEIRO CIVIL

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
WILLIAN ANDRE	3,75	1º



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

KELLER		
FABIANE DALL AGNOL	3,00	2º
SARA ALINE BERNARDO	2,25	3º
ADEMIR JOSÉ SZTUKOSKI VOITKOSKI	2,00	4º
RICARDO ARTHUR SANTOS BULGARELLI	1,25	5º

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC
Em 23 de maio de 2025.

NAUDIR JOSE
CADORE:83856897968

Assinado de forma digital por
NAUDIR JOSE
CADORE:83856897968
Dados: 2025.05.23 14:22:01 -03'00'

NAUDIR JOSÉ CADORE
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 26/2024 - ADITIVO 1 - SAMAE

Publicação Nº 7252160

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F34087CDB3B3CD742ACD535D6685DD800253C735

Página: 1 / 5

Tipo de Instrumento: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Contrato (termo inicial)

Nº Contrato: 26/2024 Aditivo:1

Contratado: LINCON DA SILVEIRA SCHMITZ 09842407993

CNPJ/CPF: 30.062.346/0001-85

Nº Licitação: 0/0 N° Processo: 0/0

Modalidade:

Fundamento Legal: 14133

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, CAMPANHAS EDUCATIVAS E OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO EMITIDAS PELO SAMAE, ATRAVÉS DE RÁDIOS AM / FM, JORNAIS IMPRESSOS DE PERIODICIDADE DIÁRIA E PORTAIS DE NOTÍCIAS VIA WEB.

Data do Aditivo: 14/05/2025

Entidade: SAMAE DE ORLEANS

Valor: 7.582,81

Vigência: 04/07/2024 a 04/07/2025

Despesa(s):

8 - 12.001.17.512.0026.2032.3.3.90.00.00

Nova data final do contrato: 14/05/2026

Ouro

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 015/2024

Publicação Nº 7251238

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 015/2024
Processo Licitatório nº 137/2023
Pregão Presencial nº 090/2023
Objeto: Aditivo de km
Valor: aditivado 7,5km, ficando R\$ 9.310,56 (nove mil, trezentos e dez reais e cinquenta e seis centavos).
Valor Total: 47,5km, R\$ 58.971,36 (cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).
Vigência: 31/12/2025

Ouro Verde

PREFEITURA

LEI Nº1252

Publicação Nº 7251002

Lei Nº 1252/2025

“CONCEDE REPOSIÇÃO GERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Seção II, da remuneração, Art. 47, parágrafo 3º da Lei Complementar 022/2005.

Art. 1º - Fica concedida Reposição Geral da Remuneração aos Servidores públicos do Quadro de Pessoal do Município de Ouro Verde, em 5,32% (Cinco vírgula trinta e dois) por cento, a partir de 01 de maio de 2025, utilizando como parâmetro a variação do Índice de Preços ao Consumidor – INPC, acumulados nos últimos 12 meses (período de maio de 2024 a abril de 2025), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 2º - A Reposição Geral de que trata o Artigo 1º desta Lei, será estendida aos Vereadores, Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e Secretários Municipais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 20 de Maio de 2025.

Moacir Mottin
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

Giovana do Prado da Motta
Vice Prefeita Municipal

PORTARIA Nº058

Publicação Nº 7250989

PORTARIA Nº 058/2025

Dispõe sobre a regularização das solicitações e concessões de horas-máquinas no âmbito do Município, em conformidade com a Recomendação expedida pelo Ministério Público de Santa Catarina – 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO VERDE/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Recomendação expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por meio da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê – Regional da Moralidade Administrativa, no bojo do SIG nº 06.2025.00000854-2;

CONSIDERANDO a necessidade de estrito cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 10, inciso II, e 11 da Lei Municipal nº 1.145/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a regularização do procedimento de solicitação e concessão de horas-máquinas no âmbito do Município, devendo todos os pedidos serem formalizados por requerimento escrito, com comprovação do preenchimento dos requisitos previstos no art. 10 da Lei Municipal nº 1.145/2021.

Art. 2º O atendimento às solicitações estará condicionado ao prévio recolhimento da taxa devida, conforme tabela vigente e nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 3º Nenhum serviço de horas-máquinas será executado sem a devida comprovação dos requisitos legais, incluída a verificação da condição do beneficiário e da finalidade pública ou social da intervenção.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser imediatamente encaminhada cópia ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, acompanhada dos documentos comprobatórios da adoção das providências recomendadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro Verde/SC,
em 19 de maio de 2025.

MOACIR MOTTIN
PREFEITO MUNICIPAL

A presente portaria foi registrada e publicada em data supra

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
VICE PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº059

Publicação Nº 7250993

PORTARIA N.º 059/2025

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Adriana Veloso de Linhares, lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, período aquisitivo de 13/03/2024 à 12/03/2025, que serão gozadas no período de 01/06/2025 a 30/06/2025, retornando ao trabalho no dia 01/07/2025.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 21 de maio de 2025.

MOACIR MOTTIN
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
VICE-PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº060

Publicação Nº 7250995

PORTARIA N.º 060/2025

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, a servidora pública Municipal Sra. Josane Aparecida Carlesso de Souza, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Copa e Limpeza, correspondente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2021, que serão gozadas no período de 01 de junho de 2025 a 31 de julho de 2025, retornando aos seus trabalhos no dia 01 de agosto de 2025.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de maio de 2025.

MOACIR MOTIN
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
VICE PREFEITA MUNICIPAL

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 171/2025 PP N° 156/2023

Publicação N° 7253176

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6540F7AEAA926E5EE1CC8BC0F614CE4F385D6A33

EXTRATO TERMO ADITIVO N° 171/2025

Termo de Aditamento – PRORROGAÇÃO

Espécie: 3º Termo de Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços n° 173/2023, firmado em 29/05/2023, com a empresa HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: CLÁUSULA I – Fica prorrogado até 28/05/2026 o prazo contratual conforme disposto na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 173/2023. CLÁUSULA II – O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 29/05/2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, da Lei n° 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO n° 156/2023.

DATA: 09/05/2025

Signatários: pelo Contratante,

DÉBORA RAQUEL SCHUTZ

Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça

JOÃO CARLOS AMANDIO

Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura

Pela Contratada,

HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA

PORTARIA Nº. 3761/2025

Publicação Nº 7253207



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 3761/2025.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Patrícia da Silva	2878469853

Palhoça, SC, em 23 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
CPF: 660.083.879-53

Em: 23/05/2025 17:27:35

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde



Assinado digitalmente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO
RIBEIRO
CPF: 004.608.739-70

Em: 23/05/2025 17:19:39

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 17:19-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p060b667d82368>



Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2025

Secretaria Executiva de Gestão
de Pessoas

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

PORTARIA Nº. 3762/2025

Publicação Nº 7253330



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº. 3762/2025.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor **ALEXANDER DA SILVA** (CREA/SC 090082-3), Engenheiro Civil– Prefeitura Municipal de Palhoça e o Senhor **MARCOS ANTONIO BROCARDO JUNIOR** (CREA/SC 168662-7), Engenheiro Civil– Prefeitura Municipal de Palhoça, para atuar no Contrato nº 202/2025, oriundo do processo Concorrência Eletrônica nº 25/2025. Objeto: **“Contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária vertical da rua Vale das Gaivotas, Bairro Alto Aririu, Palhoça/SC, incluindo fornecimento de material e mão de obra”**.

Esta Portaria entre em vigor em 22 de maio de 2025.

Palhoça, SC, em 23 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
ANDRE JOSE SILVEIRA
CPF: 016.117.739-54

Em: 23/05/2025 17:24:55

ANDRE JOSE SILVEIRA
Secretário de Administração



Assinado digitalmente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
CPF: 004.608.739-70

Em: 23/05/2025 17:19:21
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 17:19-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p42ed30d0d6884>.



Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2025

**Secretaria Executiva de Gestão
de Pessoas**

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

PORTARIA Nº. 3763/2025

Publicação Nº 7253331



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº. 3763/2025.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor **DIOGO JESUS DA ROSA** (CREA/SC 056773-4), Engenheiro Civil– Prefeitura Municipal de Palhoça, para atuar no Contrato n.º 203/2025, oriundo do processo – Concorrência Eletrônica nº 56/2025. Objeto: **“Contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Marino Jorge dos Santos (trecho 02) no bairro São Sebastião, Palhoça/SC, incluindo fornecimento de material e mão de obra”**.

Esta Portaria entre em vigor em 22 de maio de 2025.

Palhoça, SC, em 23 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
ANDRE JOSE SILVEIRA
CPF: 016.117.739-54
Em: 23/05/2025 17:24:33

ANDRE JOSE SILVEIRA
Secretário de Administração



Assinado digitalmente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
CPF: 004.608.739-70
Em: 23/05/2025 17:15:44
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2025

Secretaria Executiva de Gestão
de Pessoas

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 17:19-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p9d38e31fc08d6>



Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 277/2025

Publicação Nº 7255090



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanutto, n° 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Decreto nº 277/2025, de 20 de Maio de 2025

Abre Crédito Suplementar e da outras providências

Marcio Sansigolo, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 2252/2025 de 20 de maio de 2025.

Decreta:

Art. 1º - Abre crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:
11.00 – Secretaria de Industria, Comercio, Turismo e Juventude
11.002 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Palma Sola- FUNDEPAL
2093 - Projeto Juro Zero
150070000000 - Recursos Ordinário
33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
06.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
06.001 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1015 - Aquisição de veículos Agricultura
150070000000 - Recursos Ordinário
34490000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palma Sola, 20 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento

DECRETO 278/2025

Publicação Nº 7255091



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Decreto nº 278/2025, de 20 de Maio de 2025

Abre Crédito Suplementar e da outras providências

Marcio Sansigolo, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 2252/2025 de 20 de maio de 2025.

Decreta:

Art. 1º - Abre crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

09.00 – Fundação Cultural de Palma Sola

09.001 - Fundação Cultural de Palma Sola

2032 - Manutenção e Func. da Fundação Cultural

150070000000 - Recursos Ordinário

33190000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

2032 - Manutenção e Func. da Fundação Cultural

150070000000 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

09.00 - Fundação Cultural de Palma Sola

09.001 - Fundação Cultural de Palma Sola

2073 - Manutenção do Centro de Eventos

150070000000 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palma Sola, 20 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento

DECRETO 279/2025

Publicação Nº 7255092



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Decreto nº 279/2025, de 20 de Maio de 2025**Abre Crédito Suplementar e dá Outras Providências**

Marcio Sansigolo, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 2252/2025 de 20 de Maio de 2025.

Decreta:

Art. 1º - Abre crédito suplementar no valor de R\$ 957.640,64 (novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

04.00 - EDUCACAO E ESPORTE

04.001 - CRECHES

2022 - Manutenção e Func. Creche Integral

150010011001 - Educação-Receitas e Transferências de Impostos

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2020 - Atenção de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC

150010021002 - Saúde-Receitas e Transferências de Impostos

33371000000000000000 - Transf. consórcios públicos R\$ 100.000,00
mediante contrato de rateio

2020 - Atenção de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC

150010021002 - Saúde-Receitas e Transferências de Impostos

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 440.000,00

07.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

07.001 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

1034 - Pavimentação das Ruas e Avenidas

150070000000 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 212.000,00

07.002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

2014 - Gestão Administrativa Sec. Infra Estrutura e Transporte

150070000000 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 55.640,64

11.00 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE

11.001 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE

2066 - Manutenção e Func. Secretaria de Indústria e Comércio



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

150070000000 - Recursos Ordinário

33190000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º- A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA ADMINISTRACAO

03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

2037 - Plano Diretor

150070000000 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 23.820,32

03.002 - SECRETARIA DA FAZENDA

2009 - Recadastramento Tributário

150070000000 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 23.820,32

04.00 - EDUCACAO E ESPORTE

04.002 - EDUCACAO PRE-ESCOLAR

2025 - Manutenção e Func. Educação Infantil 04 a 05 anos (Pré-Infância)

150010011001 - Educação-Receitas e Transferências de Impostos

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

04.006 - DIRETORIA DE ESPORTES E TURISMO

1018 - Construção/Ampliação/Reforma Ginásio de Esportes

150070000000 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 50.000,00

1023 - Construção/Reforma/Ampliação de Arquibancadas/Vestiário/Copa

150070000000 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2021 - Atenção Básica - Atenção Primária em Saúde (APS)

150010021002 - Saúde-Receitas e Transferências de Impostos

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

2021 - Atenção Básica - Atenção Primária em Saúde (APS)

150010021002 - Saúde-Receitas e Transferências de Impostos

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 440.000,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

1008 - Construção/Reforma/Ampliação dos Centros de Múltiplo Uso

150070000000 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 80.000,00

11.00 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanutto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

11.001 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE	
1012 - Construção de Pavilhões Industriais	
1500700000000 - Recursos Ordinário	
34490000000000000000 - Aplicações diretas	R\$ 62.000,00
1045 - Infraestrutura nos Parques Industriais	
1500700000000 - Recursos Ordinário	
34490000000000000000 - Aplicações diretas	R\$ 38.000,00
2059 - Capacitação Pessoal para Mercado de Trabalho	
1500700000000 - Recursos Ordinário	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palma Sola, 20 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento

DECRETO 283/2025

Publicação Nº 7255093

Decreto 283/2025, de 23 de Maio de 2025

Dispõe da Regulamentação da Política Nacional Aldir Blanc no Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Marcio Sansigolo, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, decreta:

Capítulo I – Disposições Gerais

Art. 1º Este Decreto regulamenta a execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), conforme as Leis nº 14.399/2022 e nº 14.903/2024, os Decretos nº 11.740/2023, nº 11.453/2023, nº 12.257/2024 e nº 12.409/2025, além das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 1274/2024.

Art. 2º O regulamento define diretrizes para a aplicação dos recursos repassados pela União, promovendo o setor cultural, a economia criativa e a preservação do patrimônio cultural.

Capítulo II – Gestão e Execução dos Recursos

Art. 3º A aplicação dos recursos ocorrerá por meio de:

- I – Editais de fomento à cultura;
- II – Chamadas públicas para projetos culturais;
- III – Outros instrumentos legais de apoio.

Art. 4º A gestão dos recursos deve garantir transparência, publicidade dos processos e prestação de contas.

Capítulo III – Critérios de Seleção e Prestação de Contas

Art. 5º Os beneficiários deverão atender aos seguintes critérios:

- I – Comprovação de atuação no setor cultural;
- II – Regularidade fiscal e jurídica;
- III – Plano de execução e cronograma compatíveis com os objetivos da PNAB.

Art. 6º A prestação de contas será feita por meio de relatórios técnicos, comprovando o uso dos recursos conforme o plano aprovado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, 23 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO 007/2025

Publicação Nº 7255097

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS (APOIO DIRETO A PROJETOS)

PALMA SOLA - SANTA CATARINA

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do estado do Santa Catarina.

Deste modo, a Fundação Cultural de Palma Sola torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS**2.1 Objeto do edital**

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Palma Sola - SC.

2.2 Quantidade de projetos selecionados

Serão selecionados 1 projetos.

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O valor total deste edital é de R\$ 68.000,00

Sobre o valor total repassado pelo município de Palma Sola ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição

Das 8:00 horas do dia 26/05/2025 até às 17:00 horas do dia 31/05/2025.

2.5 Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua na Região Sul do Brasil.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

2.6 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

1.7 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 (um) projeto e poderá ser contemplado com no máximo 1 (um projeto).

2 ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
- Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
- Resultado - O resultado dos projetos aprovados será divulgado dia 02/06/2025.
- Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação (caso for necessário)
- Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

3 INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio de física ou email: cultura@palmasola.sc.gov.br a seguinte documentação obrigatória:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
- c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG
- d) Comprovante de Residência

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

4 COTAS

4.1 Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas no edital para:

- a) pessoas negras (pretas e pardas);
- b) pessoas indígenas;
- c) pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

4.2 Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

4.3 Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

4.4 Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

4.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

- I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
- II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
- III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
- IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]

5 COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

5.1 Preenchimento do modelo

O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando a Fundação Cultural de Palma Sola-SC de qualquer responsabilidade civil ou penal.

5.2 Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados nas seguintes datas:

28/11/2025: Apresentação – FESTIVAL MUSICAL

29/11/2025: Apresentação – FESTIVAL MUSICAL

5.3 Custos do projeto

O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

5.4 Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

São medidas de acessibilidade:

- I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

6 ETAPA DE SELEÇÃO

6.1 Quem analisa os projetos

Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.

Farão parte desta comissão: Servidores da Fundação Cultural e da Secretaria de Indústria e Comércio, Turismo e Juventude

6.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:

I - Tiverem interesse direto na matéria;

II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;

III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

6.3 Análise do mérito cultural

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.

Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.

Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

6.4 Análise da planilha orçamentária

Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.

Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

6.5 Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

6.6 Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial, e no site oficial do Município de Palma Sola.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito através do e-mail: cultura@palmasola.sc.gov.br no prazo de 3 dias úteis, conforme inciso III do Art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site do Município: <http://palmasola.atende.net/cidadao>

7 REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria de maior pontuação geral.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO

8.1 Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo 3 (três) dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por e-mail os seguintes documentos:

Agente cultural pessoa jurídica:

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III - documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Carteira de Trabalho, etc);

IV - - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V certidões negativas de débitos estaduais e municipais;

VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):

I - Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação - CNH,

Carteira de Trabalho, etc);

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;

III - certidões negativas de débitos relativos ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;

V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

8.2 Recurso da etapa de habilitação

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito através do email: cultura@palmasola.sc.gov.br, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site do Município: <http://palmasola.atende.net/cidadao>

Após essa etapa, não caberá mais recurso.

9 ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1 Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado em até 3 (três) dias úteis a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Fundação Cultural de Palma Sola SC contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

9.2 Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá no prazo de até 05 dias úteis os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

10 DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Palma Sola-SC, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

11.1 Monitoramento e avaliação realizados pela Fundação Cultural.

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

11.2 Como o agente cultural presta contas a Fundação Cultural.

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.

O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 19/12/2025.

O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

12.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site <http://palmasola.atende.net/cidadao>
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos as publicações no site oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

12.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (49) 999366630

Os casos omissos ficarão a cargo da Diretor Presidente da Fundação Cultural de Palma Sola- SC: Nome; Maristela Girardi Paetzold

12.4 Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 6 meses após a publicação do resultado final.

12.5 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias;

Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;

Anexo III - Critérios de seleção;

Anexo IV - Termo de Execução Cultural;

Anexo V - Relatório de Execução do Objeto;

Anexo VI - Declaração étnico-racial.

Palma Sola, 23 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

PORTARIA 481/2025

Publicação N° 7255094

Portaria 481/2025, de 19 de maio de 2025.

Contrata Servidor Municipal ACT e dá Outras Providências.

Marcio Sansigolo, Prefeito de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 2156/2022.

Resolve:

Art. 1º. Contrata Servidor ACT Eliseu Oscar Disner, portador do CPF ***.863.189-**, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 horas semanais, a partir de 28/04/2025.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/04/2025.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 19 de maio de 2025.

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento.

PORTARIA 482/2025

Publicação N° 7255095

Portaria 482/2025, de 19 de Maio de 2025

Institui grupo de trabalho para estudo e implantação da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, em conformidade com a Lei Federal Nº14.681, de 18 de setembro de 2023.

Marcio Sansigolo, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto Lei Federal Nº14.681, de 18 de setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho (GT) destinado ao estudo, elaboração de propostas e implantação da Política de Bem-Estar, Saúde

e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, no âmbito do município de Palma Sola, em conformidade com a Lei Federal Nº14.681, de 18 de setembro de 2023.

Art. 2º O Grupo de Trabalho terá as seguintes atribuições:

- I – Fazer um levantamento de dados para a criação da política em questão;
- II – Propor estratégias para a implementação da Política em questão;
- III – Elaborar planos de ação, cronogramas e instrumentos de acompanhamento;
- IV – Promover articulação com órgãos competentes e instituições relacionadas à Educação;
- V – Apresentar relatórios periódicos com os resultados dos estudos e andamento das ações.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

- I – JOICE MARIA DALLE LASTE, Secretária de Educação, que o coordenará;
- II – MARIELI LAWISCH, Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil;
- III – SIMONE ZANATTA, Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental;
- IV – THIAGO LUCHEZI, Secretário de Saúde;
- V – NÁDIA FOLADOR, Secretária de Assistência Social;
- VI – EUNICE CRESTANI, Vice-prefeita municipal.

Parágrafo único. Poderão ser convidados especialistas e técnicos para contribuir com os trabalhos, sem direito a voto.

Art. 4º O Grupo de Trabalho terá prazo de 8 (oito) meses para conclusão de seus trabalhos, prorrogável por igual período, se necessário.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, sujeitas à disponibilidade financeira.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, 19 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento.

PORTARIA 483/2025

Publicação Nº 7255096

Portaria 483/2025, de 23 de Maio de 2025

Dispõe Sobre a Nomeação da Comissão Avaliadora para Execução da Política Nacional Aldir Blanc no Município de Palma Sola – SC.

Marcio Sansigolo, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto Municipal nº 283/2025 de 23 de Maio de 2025, que regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) no município de Palma Sola - SC, bem como as disposições das Leis nº 14.399/2022 e nº 14.903/2024 e dos Decretos nº 11.740/2023, nº 11.453/2023, nº 12.257/2024 e nº 12.409/2025, além das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 1274/2024,

RESOLVE:

Art. 1º -Fica nomeada a Comissão Avaliadora responsável pela análise e seleção dos projetos culturais submetidos aos editais e chamadas públicas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc no município de [Nome do Município].

Art. 2º - A Comissão Avaliadora será composta pelos seguintes membros:

- I – Maristela Girardi Paetzold- Presidente da Fundação Cultural de Palma Sola;
- II – Erta Bampi – Diretora de Educação e Cultura;
- III – Rosalino Siqueira - Professor Historiador;
- IV – Aline Bellé - Diretora de Administração de Material e Patrimônio;
- V – Elber Pereira dos Santos – Secretário de Indústria e Comércio/ Turismo e Juventude;
- VI – Tiago Bianqueto - Assessor de Gestão em Administração e Planejamento;

Art. 3º - Compete à Comissão Avaliadora:

- I – Analisar e julgar as propostas culturais conforme os critérios estabelecidos nos editais e na legislação vigente;
- II – Garantir a transparência e a imparcialidade no processo de seleção;
- III – Analisar pareceres técnicos sobre os projetos submetidos;
- IV – Acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados, assegurando o cumprimento dos objetivos da PNAB;
- V – Exercer outras atribuições inerentes à sua função, conforme a legislação aplicável.

Art. 4º - A Comissão Avaliadora terá prazo de atuação enquanto durar o processo de análise e execução dos projetos culturais contemplados no âmbito da PNAB, podendo ser reconduzida ou dissolvida por determinação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, 23 de Maio de 2025

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Edenilso Zuanazzi
Secretário de Planejamento.

AVISO DE LIC. PREGÃO Nº. 13/2025 - PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E SIMILARES

Publicação Nº 7252915

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23554D72432AC08BE56608F9F643D67B6AE634C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge)
23554D72432AC08BE56608F9F643D67B6AE634C5

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão nº. 13/2025 - Presencial

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Material Gráfico e Similares, conforme termo de referência e demais anexos do edital.

Regimento: Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Entrega dos envelopes/Credenciamento: até às 08h:30min do dia 09/06/2025.

Abertura dos envelopes: às 09h:00min do dia 09/06/2025.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário de Expediente, e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200 e/ou 49 – 3652- 3219

Palma Sola, 23 de maio de 2025.

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal de Palma Sola/SC

Palmitos

PREFEITURA

ADITIVO AO CONTRATO 06/2021

Publicação Nº 7252220

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 024F20DC2EFE92E834CED91172060F021AB449B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Contrato Nº:6/2021. Seq.: 7. Tipo: Aditivo de Prazo e Valor. Vigência 25/05/2025 Término 25/07/2025, Valor R\$ 146.183,14. Contratante: MUNICIPIO DE PALMITOS – PREFEITURA. Contratada: TERMAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETIVO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC, MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC. PREFEITA MUNICIPAL GIOVANA GIACOMOLLI. PALMITOS/SC., 23 DE MAIO DE 2025.

Código registro TCE: 024F20DC2EFE92E834CED91172060F021AB449B8

CANCELAMENTO CONTRATO EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

Publicação Nº 7252058

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Termo de Cancelamento do Contrato: nº 03/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC, POR MEIO DE PROFISSIONAL MÉDICO OBSTETRA, COM CARGA HORÁRIA DE 12 (DOZE) HORAS SEMANAIS, CONFORME CRONOGRAMA ESTIPULADO PELA SECRETARIA. Contratada: EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA. Cancelamento: 23/05/2025. Daliane Nezello Colla Hann - Gestora.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 22/2025

Publicação Nº 7253139

PORTARIA Nº 022/2025

De 23 de maio 2025.

DAIAN RODRIGO BOECK, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos – SC, com fundamento no artigo 31 do Regimento Interno, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Grupo de Estudos para Reforma e Atualização da Lei Orgânica do Município de Palmitos e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmitos - Santa Catarina.

§ 1º O Grupo de Estudos será conduzido pela Consultoria Legislativa da Plataforma LegisAtivo.

§ 2º Os encontros, datas, horários e local das reuniões ocorrerão na forma do cronograma da Análise Prévia em anexo.

§ 3º São membros do grupo de estudos para atualização da Lei Orgânica e do Regimento Interno:

I - Diretor Geral Luan Dacroce Lunardelli;

II - Assessor Jurídico Pietro Rigoni;

III - Assessor Parlamentar Luana Franciele Ganzer Tombini;

IV - Contador Daiana Valdameri;

V - Vereador Presidente Daian Rodrigo Boeck;

VI - Vereador Kessy Djones Narcizo dos Santos;

VII - Vereadora Leda Maria Matte Perin;

VIII - Vereadora Loreci Maria Orsolin Pfeifer;

IX - Vereador Cesar Cirino de Almeida;

X - Vereador Wilmar Weber;

XI - Vereador Rodemar Leocir Kussler;

XII - Vereadora Roseli Dreschsler Staudt;

XIII - Vereador Deocir Orsolin;

XIV - Vereador Elcio Demossi;

XV - Vereador Caciano Sartori;

XVI - Consultora do Portal LegisATIVO - Mônica Lopes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Câmara de Vereadores de Palmitos – SC, 23 de maio de 2025.

DAIAN RODRIGO BOECK
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado em local de costume.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

RGF

Publicação Nº 7253412

Página: 1 / 2
Exercício de 2024

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2023 - ABRIL/2024



RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Sep/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	88.018,62	119.016,64	100.867,64	101.616,12	85.177,00	104.202,13	103.387,08	232.162,95	96.476,05	81.229,87	94.115,59	97.485,08	1.303.754,77	0,00
Pessoal Ativo	88.018,62	119.016,64	100.867,64	101.616,12	85.177,00	104.202,13	103.387,08	232.162,95	96.476,05	81.229,87	94.115,59	97.485,08	1.303.754,77	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	88.018,62	84.568,67	83.353,01	84.129,53	85.177,00	86.304,46	85.299,01	180.394,47	89.122,82	81.229,87	79.629,29	97.485,08	1.124.711,83	0,00
Obrigações Patronais	0,00	34.447,97	17.514,63	17.486,59	0,00	17.897,67	18.088,07	51.768,48	7.353,23	0,00	14.486,30	0,00	179.042,94	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, § 11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Patentes (ADCT, art. 38, § 2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	88.018,62	119.016,64	100.867,64	101.616,12	85.177,00	104.202,13	103.387,08	232.162,95	96.476,05	81.229,87	94.115,59	97.485,08	1.303.754,77	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
VALOR													% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	83.832.071,05													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	400.000,00													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	500.000,00													
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11)	0,00													
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00													
RECITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	82.932.071,05													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + II b)	1.303.754,77													
LÍMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.975.924,26													
LÍMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.727.128,05													
LÍMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.478.331,83													

Fonte: Sistema Contábil-Bênção Sistemas. Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES. Emissão: 23/05/2025, às 14:07:45.
1- Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de Nota:

Página 2 / 2
Exercício de 2024

MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES - SC
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2023 - ABRIL/2024



Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 032/2025 PMP

Publicação Nº 7251036

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4BDAE594DFB37686C361924A7FD561AB250E83AD



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, PARA O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DA RETROESCAVADEIRA 3CX JCB SERIE 3422741 DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS.

CONTRATO Nº 032/2025 - PMP de 21/05/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2025 - PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos, 190, CEP 88385-000, na cidade de PENHA, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. **MOACIR BREITHAUPT**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida à Rua José Semes, n.º 17680, Bairro Itália, na Cidade de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.063.653/0010-24, representado neste ato pelo Sr. **ANTONIO GILBERTO GUIA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 456.760.209-97, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

Fundamentação Legal: Artigo 75, Incisos II e IV, a, da Lei nº 14.133/21 e alterações, justificativas e Requisição ao Compras nº 343/2025 da Secretaria de Serviços Urbanos (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O objeto: O presente tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DA RETROESCAVADEIRA 3CX JCB SERIE 3422741 DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, CONFORME REQUISICÃO AO COMPRAS Nº 343/2025, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital, parte integrante do presente processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. Fica vinculado este termo contratual às condições do Edital de Dispensa de Licitação nº 02/2024 e seus anexos e à proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços descritos no Termo de Referência, os valores conforme descrito no quadro abaixo:

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, n.º. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
1	MÃO DE OBRA PARA PACOTE DE REVISÃO	1	Serv.	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00

3.2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)**.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado após a 30 (Trinta) dias da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos de Penha.

4.2.O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.1.A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

4.3.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.4. O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1.O prazo de vigência da contratação e fornecimento do curso é de 1 (um) ano, a contar da assinatura do Contrato.

5.2 - Os preços são fixos e irrevogáveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 452

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 2 – DEPARTAMENTO DE FROTAS

Ação: 2039 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Frotas

Vínculo: 150070000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

Subelemento: 3339039190000000000 – Manutenção e conservação de veículos

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O acompanhamento da execução do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Serviços Urbanos, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.8.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.8.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

7.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro Geral de Fornecedor, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do Contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

I – A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

II – A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º. do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), conforme indicado na sua página eletrônica, e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

III – A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para qualquer outra finalidade.

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

IV – A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

V – Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

VI – A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

VII – Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

VIII – A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

IX - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

X – A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 – 9.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

:: Página 10 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

18.1 Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Penha/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

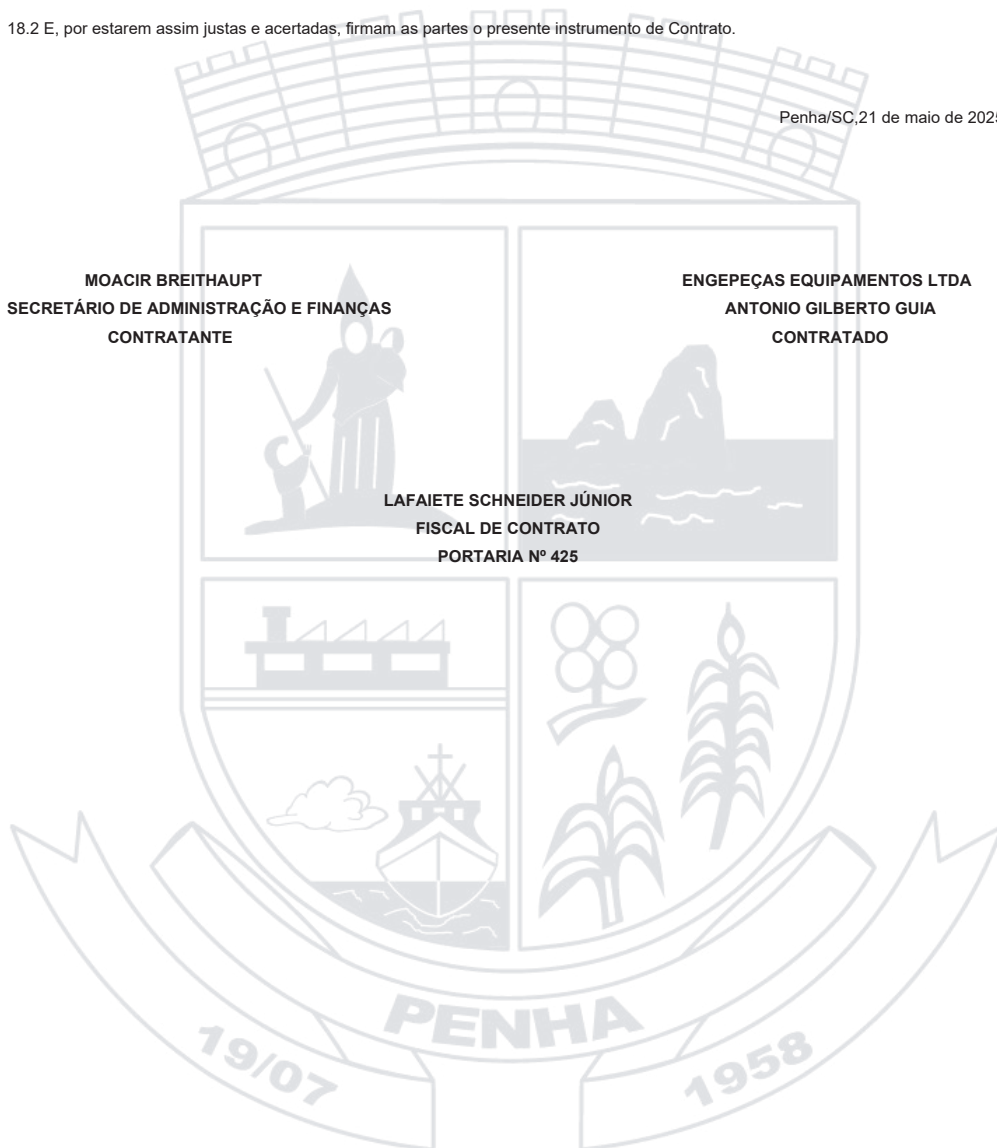
18.2 E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento de Contrato.

Penha/SC, 21 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATANTE

ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
ANTONIO GILBERTO GUIA
CONTRATADO

LAFAIETE SCHNEIDER JÚNIOR
FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA N° 425



:: Página 11 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

CONTRATO Nº 033/2025 PMP

Publicação Nº 7251070

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A8BBB39577F5EF1AB1E295560E1FC346FB7E03D



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO DA RETROESCAVADEIRA 3CX JCB SERIE 3422741 DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS.

CONTRATO Nº 033/2025 - PMP de 21/05/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2025 - PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos, 190, CEP 88385-000, na cidade de PENHA, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. **MOACIR BREITHAUPT**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida à Rua José Semes, n.º 17680, Bairro Itália, na Cidade de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.063.653/0010-24, representada neste ato pelo Sr. **ANTONIO GILBERTO GUIA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 456.760.209-97, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

Fundamentação Legal: Artigo 75, Incisos II e IV, a, da Lei nº 14.133/21 e alterações, justificativas e Requisição ao Compras nº 344/2025 da Secretaria de Serviços Urbanos (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O objeto: O presente tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DA RETROESCAVADEIRA 3CX JCB SERIE 3422741 DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, CONFORME REQUISICÃO AO COMPRAS Nº 343/2025, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital, parte integrante do presente processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. Fica vinculado este termo contratual às condições do Edital de Dispensa de Licitação nº 03/2024 e seus anexos e à proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços descritos no Termo de Referência, os valores conforme descrito no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	PEÇAS PARA REVISÃO 100H	1	UNID	R\$ 2.498,30	R\$ 2.498,30
2	PEÇAS PARA REVISÃO 500H	1	UNID	R\$ 3.698,46	R\$ 3.698,46

:: Página 1 ::
Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

3	PEÇAS PARA REVISÃO 1000H	1	UNID	R\$ 6.062,15	R\$ 6.062,15
4	PEÇAS PARA REVISÃO 1500H	1	UNID	R\$ 3.698,46	R\$ 3.698,46
5	PEÇAS PARA REVISÃO 2000H	1	UNID	R\$ 10.419,23	R\$ 10.419,23
VALOR TOTAL:				R\$ 26.376,60	

3.2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 26.376,60 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos)**.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado após a 30 (Trinta) dias da entrega dos itens, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos de Penha.

4.2.O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.1.A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

4.3.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.4. O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1.O prazo de vigência da contratação e fornecimento do curso é de 1 (um) ano, a contar da assinatura do Contrato.

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

5.2 - Os preços são fixos e irrevogáveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 452

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 2 – DEPARTAMENTO DE FROTAS

Ação: 2039 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Frotas

Vínculo: 150070000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

Subelemento: 3339030390000000000 – Material para manutenção de veículos

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O acompanhamento da execução do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Serviços Urbanos, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.8.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.8.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro Geral de Fornecedor, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do Contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

I – A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

II – A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º. do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), conforme indicado na sua página eletrônica, e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

III – A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para qualquer outra finalidade.

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

IV – A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

V – Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

VI – A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

VII – Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

VIII – A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

IX - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

X – A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 – 9.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

:: Página 10 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

18.1 Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Penha/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

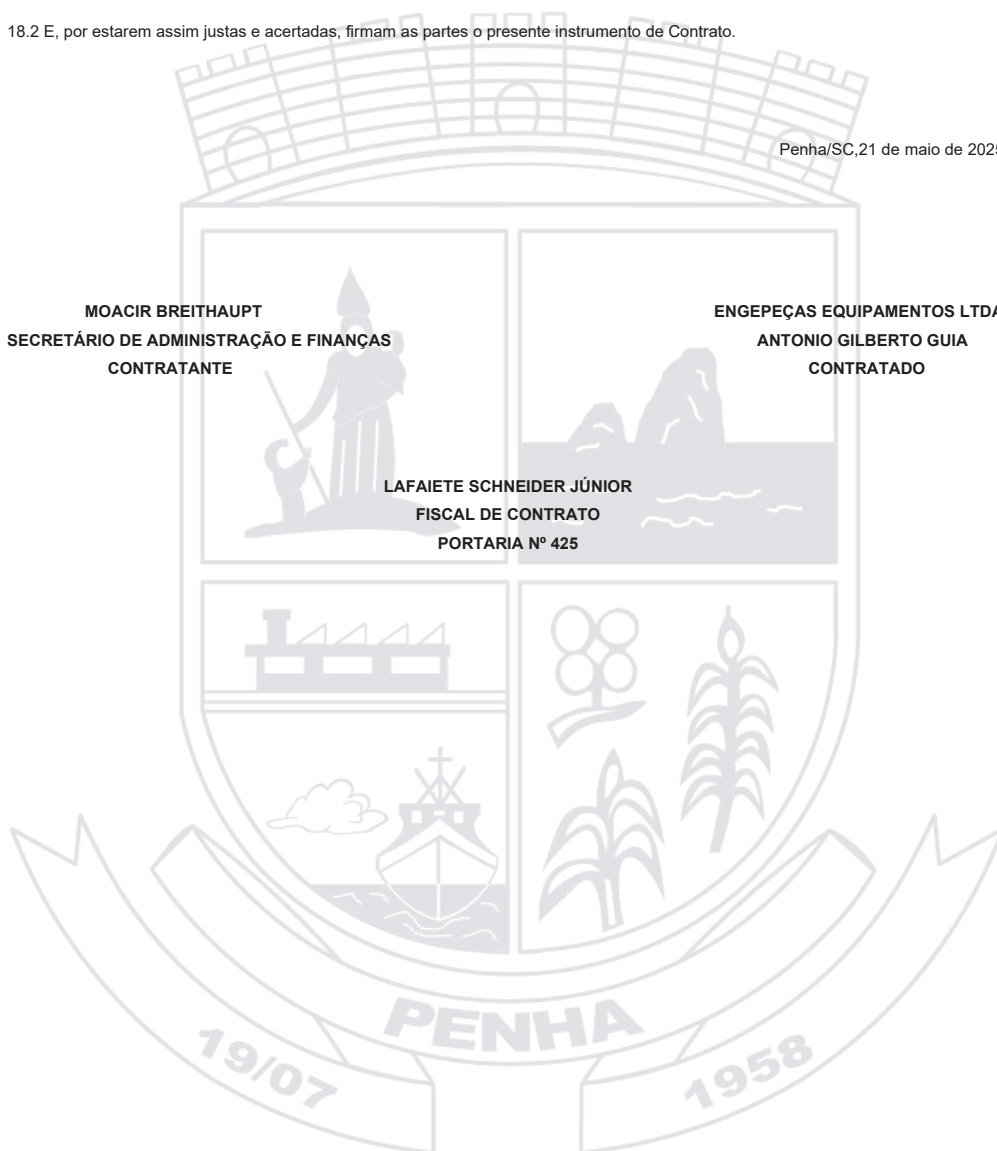
18.2 E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento de Contrato.

Penha/SC, 21 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATANTE

ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
ANTONIO GILBERTO GUIA
CONTRATADO

LAFAIETE SCHNEIDER JÚNIOR
FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA N° 425



:: Página 11 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

CONVOCAÇÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 60º

Publicação Nº 7251295

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) **até** o dia **30/05/2025**, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público Emprego Público nº 01/2022.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF		
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
60º.	10217	NABIA PITMANN GOES DE OLIVEIRA STUPP

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) **Fotocópia** Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) **Fotocópia** Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) **Fotocópia** do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) **Fotocópia** Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo “Ensino médio completo e residir no Município de Penha - SC” – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- e) **Original** Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) **Fotocópia** Cartão do PIS/PASEP;
- g) **Fotocópia** Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) **Fotocópia** Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) **Fotocópia** RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) **Fotocópia** Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) **Original** Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) **Fotocópia** Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) **Original** Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) **Original** Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

- c) **Original** Atestado de antecedentes **Criminais Estadual** de **primeiro grau**, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) **Original** Atestado de antecedentes **Criminal Federal** pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) **Original** Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) **Original** Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) **Original** Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) **Original** Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº.
_____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na
Rua _____, nº. _____, Cidade de
_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
(☐) SIM (☐) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
(☐) SIM (☐) NÃO
3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
(☐) SIM (☐) NÃO
4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
(☐) SIM (☐) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____ / _____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo **Cargo:** _____

() Contratado (ACT) **Cargo:** _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado **Cargo:** _____

() Efetivo em função gratificada **Cargo:** _____

() Comissionado **Cargo:** _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no
CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e
domiciliado na Rua _____, nº. _____,
Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não
sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no
CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e
domiciliado na Rua _____, nº. _____,
Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro
Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

CONVOCAÇÃO AGENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA 20 HORAS - 14º

Publicação Nº 7251393

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na **Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 10:00 horas para escolha de vaga**, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) **até** o dia **30/05/2025**, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 06/2024.

Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – 20 HORAS		
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
14º.	11087-6	GABRIELLY FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) **Fotocópia** Cédula de Identidade; **NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;**
- b) **Fotocópia** Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) **Fotocópia** do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) **Fotocópia** Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir cargo **“Ensino Médio completo e 120 horas de curso na área de Educação Especial”**. As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original”. As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- e) **Original** Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) **Fotocópia** Cartão do PIS/PASEP;
- g) **Fotocópia** Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) **Fotocópia** Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) **Fotocópia** RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) **Fotocópia** Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) **Original** Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) **Fotocópia** Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) **Original** Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

b) **Original** Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) **Original** Atestado de antecedentes **Criminais Estadual** de **primeiro grau**, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

d) **Original** Atestado de antecedentes **Criminal Federal** pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

a) **Original** Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) **Original** Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) **Original** Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) **Original** Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº.
_____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na
Rua _____, nº. _____, Cidade de
_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
(☐) SIM (☐) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
(☐) SIM (☐) NÃO
3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
(☐) SIM (☐) NÃO
4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
(☐) SIM (☐) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____ / _____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo **Cargo:** _____

() Contratado (ACT) **Cargo:** _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado **Cargo:** _____

() Efetivo em função gratificada **Cargo:** _____

() Comissionado **Cargo:** _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no
CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e
domiciliado na Rua _____, nº. _____,
Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não
sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no
CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e
domiciliado na Rua _____, nº. _____,
Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro
Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 20º

Publicação Nº 7251290

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha - SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia **30/05/2025**, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2022.

Cargo: ENFERMEIRO - ESF		
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
20º.	10002	LUIZ EDUARDO WEIMER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia** Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia** Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia** do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia** Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; **Curso de Nível Superior em Enfermagem, comprovante de registro no COREN – SC e declaração de COREN ativo**; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original;
- e) Original** Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia** Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia** Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia** Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia** RG/CPF ou Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia** Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original** Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia** Título Eleitoral;
- m) Fotocópia** Comprovante de vacinação completa contra CODIV-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no *app Conect SUS*.

CERTIDÕES

- a) Original** Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original** Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- c) **Original** Atestado de antecedentes **Criminais Estadual** de **primeiro grau**, emitido pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) **Original** Atestado de antecedentes **Criminal Federal** pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) **Original** Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) **Original** Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) **Original** Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) **Original** Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT
Secretário de Administração e Finanças

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº.
_____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua
_____, nº. _____, Cidade de _____/SC,
declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO
3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO
4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena – () Outros

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro:

_____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____ / _____ e-mail.: _____.

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Emprego Público – ESF Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº.
_____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua
_____, nº. _____, Cidade de _____/SC,
declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº.
_____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua
_____, nº. _____, Cidade de _____/SC,
declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 137º

Publicação Nº 7251348

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na **Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga**, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) **até** o dia **30/05/2025**, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
137º.	5047	NELITA BARBOSA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) **Fotocópia** Cédula de Identidade; **NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;**
- b) **Fotocópia** Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) **Fotocópia** do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) **Fotocópia** Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; **Ensino Médio completo.**
- e) **Original** Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) **Fotocópia** Cartão do PIS/PASEP;
- g) **Fotocópia** Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) **Fotocópia** Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) **Fotocópia** RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) **Fotocópia** Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) **Original** Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) **Fotocópia** Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) **Original** Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) **Original** Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

- c) **Original** Atestado de antecedentes **Criminais Estadual** de **primeiro grau**, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) **Original** Atestado de antecedentes **Criminal Federal** pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) **Original** Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) **Original** Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) **Original** Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) **Original** Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº.
_____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na
Rua _____, nº. _____, Cidade de
_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
(☐) SIM (☐) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
(☐) SIM (☐) NÃO
3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
(☐) SIM (☐) NÃO
4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
(☐) SIM (☐) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____ / _____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo **Cargo:** _____

() Contratado (ACT) **Cargo:** _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado **Cargo:** _____

() Efetivo em função gratificada **Cargo:** _____

() Comissionado **Cargo:** _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no
CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e
domiciliado na Rua _____, nº. _____,
Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não
sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no
CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e
domiciliado na Rua _____, nº. _____,
Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro
Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura



SEMAF
Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

Av. Antonio Joaquim Tavares, 194 - sala 22 - Centro, Penha - SC, 88385-000
Telefone: (47) 3240-0287

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 138º

Publicação Nº 7251349

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

138º. 6901 CHRISLENE APARECIDA NETO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUP

Secretário de Administração e Finanças

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos

do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 139º

Publicação Nº 7251350

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

139º. 3571 MARLI RIBEIRO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de

Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,
Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 140º

Publicação Nº 7251351

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

140º. 2329 ROSANA DA COSTA BUENO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original

para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR
---------------	----------------	-------

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 141º

Publicação Nº 7251353

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação

no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

141º. 5742 ZILMA ZANCANELA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de

assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 142º

Publicação Nº 7251356

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisosuperior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

142º. 2035 MARIZETE DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;



() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 143º

Publicação Nº 7251358

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

143º. 4023 JULIANA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido

neste edital.
Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS



8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR 15º

Publicação Nº 7251255

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (pisso superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 03/2024.

Cargo: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

15º. 25573 LIDIA TORMES PADILHA FERNANDES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Médio completo"; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____/SC,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE ÔNIBUS 7º

Publicação Nº 7251262

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superiores do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 03/2024.

Cargo: MOTORISTA DE ÔNIBUS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

7º. 23761 AILSON PUCHALSKI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ser alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação na Categoria "D", Curso de Transporte Escolar com aprovação e carga horária estabelecidos pelo CONTRAN; Não ter cometido falta grave ou gravíssima no últimos 12 (doze) meses, de acordo com o CTB."
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos

termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____
() Comissionado Cargo: _____
5 – FONTES DE RENDA:
DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTE 6º

Publicação Nº 7251379

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 06/2024.

Cargo: PROFESSOR DE ARTE

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

6º. 11600-9 MARIA DOLORES DE OLIVERIA KLATTER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo com Licenciatura Plena na disciplina específica ou equivalentes" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS



DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTE 7º

Publicação Nº 7251380

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 06/2024.

Cargo: PROFESSOR DE ARTE

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

7º. 9528-1 EVELYN CRISTINI CORREIA RIBEIRO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo com Licenciatura Plena na disciplina específica ou equivalentes" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTE 8º

Publicação N° 7251382

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 06/2024.

Cargo: PROFESSOR DE ARTE

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

8º. 11418-9 LUANA BOEING MENDES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo com Licenciatura Plena na disciplina específica ou equivalentes" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____



6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTE 9º

Publicação Nº 7251385

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 9:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 06/2024.

Cargo: PROFESSOR DE ARTE

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

9º. 9839-6 PABLO ROBERTO BREHMER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo com Licenciatura Plena na disciplina específica ou equivalentes" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS



DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 11º

Publicação Nº 7251304

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 10:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

11º. 5933 AMAURI CORREA GAMA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; "Ensino Superior completo com Licenciatura Plena na disciplina específica" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 100º

Publicação Nº 7251330

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

100º. 3707 ANGELITA DA SILVA LEMOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 101º

Publicação Nº 7251336

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

101º. 7114 NIVIA REGINA DA CUNHA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos

do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 102º

Publicação Nº 7251337

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

102º. 5234 ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de

Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,
Rua= _____ nº. _____, Bairro= _____
Cidade de _____/SC,
e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 97º

Publicação Nº 7251325

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

97º. 4446 MARIA SOLANGE DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original

para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Cidade _____ de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR
---------------	----------------	-------

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 98º

Publicação Nº 7251326

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

98º. 2162 MARIA ROSILDA NUNES DA SILVA BELLETTI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos

do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.
Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 99º

Publicação Nº 7251328

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 26/05/2025 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 30/05/2025, das 8:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

99º. 3845 LUCIANA DA SILVA JEREMIAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de

Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAAPT

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,
Rua= _____ nº. _____, Bairro= _____
Cidade de _____/SC,
e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025 - PMP

Publicação Nº 7251518

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - PMP

Objeto: Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços em assessoria e consultoria no ramo imobiliário, com foco na regularização fundiária urbana (REURB), em conformidade com as especificações técnicas contidas no edital e em seus anexos.

Início de Entrega das Propostas: 23/05/2025 às 08:00h.

Término do Recebimento das Propostas: 10/06/2025 às 07:55h.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 10/06/2025 às 08:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 94, sala 22, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08:00h às 12:00 e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUPT
Secretário de Administração e finanças

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025 - PMP

Publicação Nº 7251521

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 - PMP

Objeto: Aquisição de compressor de ar respirável, a ser utilizado pelo quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Penha.

Início de Entrega das Propostas: 23/05/2025 às 08:00h.

Término do Recebimento das Propostas: 05/06/2025 às 07:55h.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 05/06/2025 às 08:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 94, sala 22, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08:00h às 12:00 e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.

MOACIR BREITHAUP
Secretário de Administração e finanças

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025 - FMEDUC

Publicação Nº 7251523

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 - FMEDUC

Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de uniforme escolar para os alunos da rede municipal de ensino de Penha/SC.

Início de Entrega das Propostas: 23/05/2025 às 08:00h.
Término do Recebimento das Propostas: 04/06/2025 às 07:55h.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 04/06/2025 às 08:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 194, sala 22, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08h às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.
MOACIR BREITHAUP
Secretário de Administração

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2025 - FMS

Publicação Nº 7251526

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 - FMS

Objeto: Registro de Preço para locação de respirador (ventilador) pulmonar de transporte (neonatal, pediatra, adulto), monitor multiparâmetros (spo²/pni/temp) para atender o Pronto Atendimento 24 horas do Município de Penha/SC, conforme demanda do Fundo Municipal de Saúde.

Início de Entrega das Propostas: 23/05/2025 às 08:00h.
Término do Recebimento das Propostas: 06/06/2025 às 07:55h.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 06/06/2025 às 08:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 194, sala 22, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08h às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 23 de maio de 2025.
MOACIR BREITHAUP
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1759/2025

Publicação Nº 7252204

PORTARIA N.º 1.759/2025

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, o servidor abaixo nominado, a dirigir os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Educação, solicitado através do memorando 1doc 8225/2025, a contar desta data.

RODRIGO CINTRA GUASSALOCA – Matrícula nº 9357-4 - CNH nº 03577378429 – Validade 16/01/2032.

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguarda de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 23 de maio de 2025.

LUIZ AMÉRICO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

MOACIR BREITHAUPT
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1760/2025

Publicação Nº 7252208

PORTARIA N.º 1.760/2025

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. ARTUR MURILO DA HORA COELHO, para ocupar o cargo em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 26/05/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 23 de maio de 2025.

LUIZ AMÉRICO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

MOACIR BREITHAUPT
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/
ORDENADOR DE DESPESAS

Peritiba

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 116/2023

Publicação Nº 7250936

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C2E0F66E57877C64F587403317407B822095D61C

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório n. 68/2023, Pregão Eletrônico n. 13/2023

Objeto: O objeto do presente contrato é prorrogar e suprimir item do contrato n. 116/2023 que tem por objeto a contratação de seguros para os veículos que compõem a frota do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.116/2023
Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60
VALOR: R\$ 12.920,20 (Doze mil, novecentos e vinte reais e vinte centavos).

Data de Vigência: 25/05/2025 até 25/05/2026.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
C2E0F66E57877C64F587403317407B822095D61C
59FC341C6ECBD874D63D7A82E7EADBDE49784A15

Município de Peritiba – SC., em 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 115/2023

Publicação Nº 7252492

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A514F402AB8C0CC8FDB62CD1644DED902631455D

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório n. 68/2023, Pregão Eletronico n. 13/2023.

Objeto: O objeto do presente contrato é prorrogar e suprimir item do contrato n. 115/2023 que tem por objeto a contratação de seguros para os veículos que compõem a frota do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.115/2023
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
VALOR: R\$ 38.619,15 (Trinta e oito mil seiscentos e dezenove reais e quinze centavos).

Data de Vigência: 25/05/2025 até 25/05/2026.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
A514F402AB8C0CC8FDB62CD1644DED902631455D
FD2D1206ACEA81FD96DA342FB93B91CAB5D46769

Município de Peritiba – SC., em 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 114/2023

Publicação Nº 7250949

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9031EAC5B914B7701B1995674561E807A1E0BDAF

Dados do pelo Processo Licitatório n. 68/2023, Pregão Eletrônico n. 13/2023.

Objeto: O objeto do presente contrato é prorrogar o contrato n. 114/2023 que tem por objeto a contratação de seguros para os veículos que compõem a frota do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.114/2023
Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
CNPJ: 61.074.175/0001-38
VALOR: R\$ 42.676,00 (Quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais).

Data de Vigência: 25/05/2025 até 25/05/2026.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
9031EAC5B914B7701B1995674561E807A1E0BDAF
31D5541FFD4F06342A78D3A4868F5FE5B0FA0C19

Município de Peritiba – SC., em 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PL N. 137/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 21/2025

Publicação Nº 7253222

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Dispensa de Licitação
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação n. 137/2025 - Dispensa de Licitação n. 21/2025.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de Consultoria para o desenvolvimento do turismo e implantação das ações do Plano Estratégico Turístico no Município de Peritiba. Dados do Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC – CNPJ n. 82.515.859/0001-06 – Data da Contratação: 16/05/2025 - Valor de R\$ 51.096,01 (Cinquenta e um mil, noventa e seis reais e um centavo). Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei n. 14.133/2021, inciso XV.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
52A6ECE84CE24685F46A8DE14D9F8B5B9D4568BC

Peritiba – SC., 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO PL N. 137/2025, DL N.21/2025

Publicação Nº 7253232

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de Consultoria para o desenvolvimento do turismo e implantação das ações do Plano Estratégico Turístico no Município de Peritiba.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, inscrita no CNPJ n. 82.515.859/0001-06, VALOR R\$ 51.096,01 (Cinquenta e um mil, noventa e seis reais e um centavo).

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve ADJUDICAR o objeto Processo de Licitação

n. 137/2025 Dispensa de Licitação n. 21/2025.

Peritiba – SC., 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PL N. 137/2025, DL N.21/2025

Publicação Nº 7253238

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 52A6ECE84CE24685F46A8DE14D9F8B5B9D4568BC

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, comunica a homologação do Processo de Licitação n. 137/2025 Dispensa de Licitação n. 21/2025.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de Consultoria para o desenvolvimento do turismo e implantação das ações do Plano Estratégico Turístico no Município de Peritiba.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, inscrita no CNPJ n. 82.515.859/0001-06, VALOR R\$ 51.096,01 (Cinquenta e um mil, noventa e seis reais e um centavo).

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
52A6ECE84CE24685F46A8DE14D9F8B5B9D4568BC

Peritiba – SC., 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N.58/2025

Publicação Nº 7253240

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 671AA737FBA3184833B01E014BDE80743AA43270

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo de Licitação n. 137/2025 Dispensa de Licitação n. 21/2025.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de Consultoria para o desenvolvimento do turismo e implantação das ações do Plano Estratégico Turístico no Município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 58/2025

Contratada: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC

CNPJ: 82.515.859/0001-06

VALOR: R\$ 51.096,01 (Cinquenta e um mil, noventa e seis reais e um centavo)

Data de Vigência: 23/05/2025 até 31/12/2025.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
671AA737FBA3184833B01E014BDE80743AA43270

Município de Peritiba – SC., em 23 de maio de 2025.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 33 2025 - EDITORA FTD SA

Publicação Nº 7252790

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2025
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26AF37E62413AC62E3F3CDCC0EBBA0AF4A7596E7

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a Empresa EDITORA FTD SA, inscrita no CNPJ nº 61.186.490/0009-04. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, INCLUINDO CONSULTORIA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO DOCENTE, AVALIAÇÕES, PLATAFORMA EDUCACIONAL E MATERIAIS ACELERADORES DE RESULTADOS, SUPORTE E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ENSINO – SIM, PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC. Data: 23/05/2025. Valor: R\$ 100.575,00. Vigência: 31/12/2025. Petrolândia, 23 de maio de 2025. Rodrigo de Souza – Prefeito Municipal.



Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 406, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251901

PORTARIA Nº 406, de 22 de maio de 2025.

EXONERA ana carolina vecentin da função temporária DE atendente de creche i.

MAURO NEY OSMARIN, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o memorando nº 1.419/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por encerramento de contrato, em 21 de maio de 2025, ana carolina vecentin, brasileira, inscrita no CPF sob nº XXX.277.549-76, da função temporária de "Atendente de Creche I", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sendo último dia trabalhado em 21 de maio de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 21 de maio de 2025.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de maio de 2025.

MAURO NEY OSMARIN
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2025

Publicação Nº 7251033



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2025
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 32/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025
Chave TCE: 0E1E182BAA11A6F0CCB4E93741F06020069EBAA8

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Turismo, Sra. Rosane Francieli Kirst Longo, inscrita no CPF-MF sob o nº ***885.769***, nos termos, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 2.103/2024, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 32/2025, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **Resolve REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **BH BRINDES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.802.500/0001-85, representada neste ato pelo Sr. Ester Rogaciano de Assunção, inscrito no CPF-MF sob nº. ***955.635***, para a prestação dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Eletrônico supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimentos de materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da Detentora desta Ata:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Caneca acrílica PSI transparente Cristal personalizada em até 4 cores aplicação por transfer, com altura de 12,5cm diâmetro da boca de 8 cm, diâmetro da base de 7,5 cm e capacidade de 450ml. MODELO EM ANEXO.	SV	UN	2.000	3,20	6.400,00
2	Caneca em Alumínio 400 ml térmica parede dupla personalizada com até 4 cores com estampas transfer. MODELO EM ANEXO.	CHINA	UN	300	80,00	24.000,00
3	Caneca em Alumínio 600 ml personalizada com até 4 cores com estampas transfer. MODELO EM ANEXO.	CHINA	UN	300	22,00	6.600,00
TOTAL				37.000,00		

Chave TCE: 0E1E182BAA11A6F0CCB4E93741F06020069EBAA8



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preço inicia-se a partir de sua assinatura com prazo de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 114, do Decreto Municipal 2.103/2024, Regulamenta A Lei 14.133/2021.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas nos art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 32/2025 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 2.103/2024, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, 21 de maio de 2025.

ESTER ROGACIANO DE ASSUNÇÃO
Representante legal
DETENTORA DA ATA

ROSANE FRANCIELI KIRST LONGO
Secretária Municipal de Turismo
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2025
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 32/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025
Chave TCE: 0E1E182BAA11A6F0CCB4E93741F06020069EBAA8

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Turismo, Sra. Rosane Francieli Kirst Longo, inscrita no CPF-MF sob o nº ***885.769***, nos termos, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.103/2024, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 32/2025, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **Resolve REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **COMÉRCIO DE FLORES E PRESENTES MG LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.994.188/0001-17, representada neste ato pelo Sr. Gracielo Cleomir Schreiner, inscrito no CPF-MF sob nº. ***258.289***, para a prestação dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Eletrônico supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimentos de materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da Detentora desta Ata:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	Fita acetinada alvejada Bagun 100%poliester para sublimação personalizável. Com argola metálica ao final da fita, junção d aponta da fita por costura. Altura 2,5mm, Largura 69,0cm. Profundidade:2,8cm, peso:13gr. Comprimento: Do início da argola até o final da fita:69,0cm. MODELO EM ANEXO.	MARFIM FITAS	UN	2.600	3,76	9.776,00
5	Chapéu Germânico em EVA Flocado tamanho adulto adornado com fita na circunferência do chapéu na cor da bandeira da Alemanha, com medidas médias de: Aba de no mínimo 3 cm, largura de 26 cm, largura de 26 cm, altura 29 cm, profundidade 13 cm, diâmetro medico de 56cm, espessura do material de no mínimo 3mm e pena colorida na lateral com logomarca aplicada na frente de até 6x6cm. MODELO EM ANEXO.	MD IMPORT AÇÃO	UN	1.500	21,80	32.700,00
6	Tiara Plástica resistente e maleável adulta medindo no mínimo 37cm comprimento e 1cm de largura adornada com flores modelo germânica com aplicação de no mínimo12 flores plásticas coloridas presas por haste metálica com acabamento na base em renda 100 % poliamida de 2 cm de largura para melhor conforto no uso. MODELO EM ANEXO.	MD IMPORT AÇÃO	UN	1.500	19,90	29.850,00
9	Pente presilha germânica plástica adornado com 6 flores plásticas coloridas para enfeite de cabelo 10 cm de largura. MODELO EM ANEXO.	MD IMPORT AÇÃO	UN	300	39,80	11.940,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

	ANEXO.					
TOTAL					84.266,00	

Chave TCE: 0E1E182BAA11A6F0CCB4E93741F06020069EBAA8

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preço inicia-se a partir de sua assinatura com prazo de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 114, do Decreto Municipal 2.103/2024, Regulamenta A Lei 14.133/2021.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas nos art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 32/2025 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.103/2024, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, 21 de maio de 2025.

GRACIELO CLEOMIR SCHREINER
Representante legal
DETENTORA DA ATA

ROSANE FRANCIELI KIRST LONGO
Secretária Municipal de Turismo
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

Pregão Eletrônico 32/2025

Fl. 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025

Publicação Nº 7255352



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2025
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 31/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025

Chave TCE: 0A549E05B64C5B9BF2F2602BA911D81FCA83F44D

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sr. Eloir Bergamo, inscrita no CPF-MF sob o nº ***192.089***, nos termos, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 2.103/2024, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 31/2025, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **Resolve REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.771.945/0001-07, representada neste ato pelo Sr. Giovanni Gonçalves Araujo, inscrito no CPF-MF sob nº. ***107.736***, para a prestação dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Eletrônico supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimentos de materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da Detentora desta Ata:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	Sêmen bovino da raça Holandês preto e branco , 1500 doses com prova não inferior a Dezembro de 2024, conforme a base USDA/CDCB disponível no site: Dairy Bulls/Interbulls, sendo: - PTA (habilidade prevista de transmissão) leite positivo maior ou igual a 2300 libras, com confiabilidade, produção mínima de 80%. - PTA para Tipo igual ou maior a 0,50; - PTA para gordura e proteína igual ou maior a 55 libras: - Composto de Úbere igual ou maior a 1,00; - PTA para Vida Produtiva igual ou maior a 3,8; - Facilidade de parto do touro igual ou menor a 2,5 com confiabilidade mínima de 50 %;- PTA para altura de úbere posterior igual ou maior a 1.40;	PROPRIO	UN	1500	9,80	14.700,00
4	Sêmen bovino da raça Jersey , 2500 doses com prova não inferior a dezembro de 2024, conforme a base USDA/CDCB disponível no site: Dairy Bulls/Interbulls, sendo: - Índice de desempenho Jersey (JPI) igual ou maior a 90; - PTA (habilidade prevista de transmissão) leite positivo igual ou maior a 290 libras, com confiabilidade produção mínima de 80 %; - PTA para Proteína igual ou maior 20 libras, positivo em %	PROPRIO	UN	2500	23,60	59.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

	- PTA para gordura igual ou maior a 20 libras, positivo em %. - PTA para Tipo igual ou maior a 1.0; - PTA para Vida produtiva igual ou maior a 2.8; - Contagem de células somáticas (C.C.S) igual ou menor a 3.15; - Taxa de prenhes das filhas (DPR) igual ou maior a 1.0, - Estatura igual ou maior a 0; - PTA para altura de úbere posterior igual ou maior a 0,50;					
5	Sêmen bovino da raça Aberdeen Angus , 1500 doses com avaliação genética pelo sumário Promebo (Programa de Melhoramento de Bovinos de Carne) não inferior a Janeiro de 2025, com as seguintes características: - DEP para Peso a nascimento igual ou menor a 0; - DEP para GND (ganho do nascimento ao desmame) igual ou maior a 10; - DEP para INDDSM (Índice ao desmame) igual ou maior a 20; - DEP para GDS (ganho do desmame ao sobre ano) igual ou maior a 6; - DEP para IND FINAL (Índice final) igual ou maior a 20;	PROPRIO	UN	1500	34,00	51.000,00
6	Sêmen bovino da raça Brangus Negro , 1500 doses com prova pelo sumário NATURA não inferior a Janeiro de 2025, com as seguintes características: - DEP para PN igual ou menor a 1 - DEP para GND igual ou maior a 1,8 - DEP para IND. DESM igual ou maior a 15. - DEP para GDS igual ou maior a 4. - DEP para IND. SOBR igual ou maior a 14.	PROPRIO	UN	1500	15,80	23.700,00
9	Aplicador de sêmen automático para Inseminação Artificial em bovinos:	WAGO	UN	20	129,90	2.598,00
10	Cortador de palheta de Sêmen para uso na Inseminação Artificial:	BOVITEC	UN	30	35,90	1.077,00
14	Caixa de isopor para descongelar sêmen com medida não inferior ao tamanho da dose, para descongelamento na vertical:	PROPRIO	UN	30	9,90	297,00
15	Caixa plástica de inseminador com bandeja com o seguinte formato, altura igual ou maior a 24 cm, e largura igual ou maior a 50 cm ;	PROPRIO	UN	30	89,00	2.670,00
TOTAL					155.042,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preço inicia-se a partir de sua assinatura com prazo de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 114, do Decreto Municipal 2.103/2024, Regulamenta A Lei 14.133/2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas nos art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2025 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.103/2024, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, 23 de maio de 2025.

GIOVANNI GOLÇALVES ARAUJO
Representante legal
DETENTORA DA ATA

ELOIR BERGAMO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025

Publicação Nº 7255353

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2025****LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 31/2025****REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025**

Chave TCE: 0A549E05B64C5B9BF2F2602BA911D81FCA83F44D

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sr. Eloir Bergamo, inscrita no CPF-MF sob o nº ***192.089***, nos termos, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 2.103/2024, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 31/2025, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **Resolve REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.381.955/0001-04, representada neste ato pelo Sr. Ana Alves Rodrigues Fernandes, inscrito no CPF-MF sob nº. ***347.618***, para a prestação dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Eletrônico supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimentos de materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da Detentora desta Ata:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
8	Termometro digital para aferição da temperatura da água para descongelamento de sêmen:	FORTES	UN	20	34,00	680,00
11	Bainha Francesa ou nacional para Inseminação Artificial , pacotes com 50 unidades:	CRYOFARM	UN	500	17,00	8.500,00
12	Régua plástica para aferir o nível de nitrogênio no botijão de Sêmen:	FORTES	UN	20	12,00	240,00
16	Pinça metálica para manuseio de sêmen na inseminação artificial com medida igual ou maior a 15 cm de comprimento;	FORTES	UN	30	21,90	657,00
17	Aplicador de sêmen universal;	FORTES	UN	30	91,90	2.757,00
18	Botijão para nitrogênio líquido, para armazenamento sêmen e/ou material genético. Capacidade mínima 20litros.	SEMPERCRIO	UN	4	3.650,000	14.600,00
TOTAL					27.434,00	

Pregão Eletrônico 31/2025

Fl. 1/2



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preço inicia-se a partir de sua assinatura com prazo de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 114, do Decreto Municipal 2.103/2024, Regulamenta A Lei 14.133/2021.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas nos art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2025 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 2.103/2024, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, 23 de maio de 2025.

ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES
Representante legal
DETENTORA DA ATA

ELOIR BERGAMO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2025

Publicação Nº 7255354



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2025
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 31/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025

Chave TCE: 0A549E05B64C5B9BF2F2602BA911D81FCA83F44D

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sr. Eloir Bergamo, inscrita no CPF-MF sob o nº ***192.089***, nos termos, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 2.103/2024, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 31/2025, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **Resolve REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **GENEX GENETICA BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.171/0001-05, representada neste ato pelo Sr. Antonio Flavio Maia de Toledo, inscrito no CPF-MF sob nº. ***063.408***, para a prestação dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Eletrônico supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimentos de materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da Detentora desta Ata:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Sêmen bovino da raça Holandês preto e branco , 2500 doses com prova não inferior a Dezembro de 2024, conforme a base USDA/CDCB disponível no site: Dairy Bulls/Interbulls, sendo: - Índice de desempenho total (TPI) maior ou igual a 2300; - PTA (habilidade prevista de transmissão) leite positivo maior ou igual a 1500 libras, com confiabilidade mínima de 80%. - PTA para Tipo igual ou maior a 0,40; - Composto de Úbere igual ou maior a 1; - PTA para Vida Produtiva igual ou maior a 3,8; - Contagem de células somáticas (C.C.S) menor ou igual a 2.90 - Facilidade de parto do touro igual ou menor a 2.5, com no mínimo 60 % de confiabilidade. - PTA para altura de úbere posterior igual ou maior a 1.60;- PTA para largura de úbere posterior igual ou maior a 1.10	PROPRIA	UN	2500	6,08	15.200,00
7	Sêmen bovino da raca Red Angus ,1500 doses com prova pelo Sumário Promebo não inferior a Janeiro de 2025, com as seguintes características; - DEP para PN igual ou menor a 1; - DEP para IND DESM igual ou maior a 5; - DEP para IND. FINAL igual ou maior a 3,5;	PROPRIO	UN	1500	7,55	11.325,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

- DEP para PELSOBR (pelame ao sobre ano) igual ou menor a 1;					
TOTAL				26.525,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preço inicia-se a partir de sua assinatura com prazo de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 114, do Decreto Municipal 2.103/2024, Regulamenta A Lei 14.133/2021.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas nos art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2025 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.103/2024, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, 23 de maio de 2025.

ANTONIO FLAVIO MAIA DE TOLEDO
Representante legal
DETENTORA DA ATA

ELOIR BERGAMO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2025

Publicação Nº 7255355



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2025
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 31/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025

Chave TCE: 0A549E05B64C5B9BF2F2602BA911D81FCA83F44D

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sr. Eloir Bergamo, inscrita no CPF-MF sob o nº ***192.089***, nos termos, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 2.103/2024, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 31/2025, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **Resolve REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **SEXING TECHNOLOGIES DO BRASIL COMERCIO, CONSULTORIA E TECNOLOGIA DE MATERIAL GENETICO ANIMAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.179.903/0001-20, representada neste ato pelo Sr. Evanil Pires de Campos Filho, inscrito no CPF-MF sob nº. ***852.118***, para a prestação dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Eletrônico supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimentos de materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da Detentora desta Ata:

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	<p>Sêmen bovino da raça Holandês preto e branco, SEXADO para FÊMEA, 100 doses com prova não inferior a dezembro de 2024, conforme a base USDA/CDCB disponível no site: Dairy Bulls/Interbulls, sendo, com exigência de 10 doses por raque:</p> <ul style="list-style-type: none">- Índice de desempenho total (TPI) maior ou igual a 2300;- PTA (habilidade prevista de transmissão) leite positivo maior ou igual a 1500 libras, com confiabilidade produção mínima de 80%.- PTA para Tipo igual ou maior a 0.50;- PTA para gordura e proteína igual ou maior a 50 libras, positivo em porcentagem.- Composto de Úbere igual ou maior a 0.50;- PTA para Vida Produtiva igual ou maior a 4.0;- Facilidade de parto do touro igual ou menor a 2.00 com confiabilidade mínima de 60 %.- PTA para altura de úbere posterior igual	PRÓPRIA	UN	100	75,00	7.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ou maior a 0.80; - PTA para largura de úbere posterior igual ou maior a 1.0; - PTA para Estatura igual ou maior a 0.10;					
--	--	--	--	--	--

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preço inicia-se a partir de sua assinatura com prazo de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 114, do Decreto Municipal 2.103/2024, Regulamenta A Lei 14.133/2021.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas nos art. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2025 e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 2.103/2024, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, 23 de maio de 2025.

EVANIL PIRES DE CAMPOS FILHO
Representante legal
DETENTORA DA ATA

ELOIR BERGAMO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

- | | |
|-------|-------|
| 01. | 02. |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – 02/2025 - FCEP

Publicação N° 7252059

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2025 - FCEP
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – 02/2025 - FCEP**

A Prefeitura Municipal de Piratuba, por meio da Fundação Municipal de Cultura, torna público aos interessados a realização do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025**.

OBJETO: Recepção e Seleção de Propostas Técnicas e Planos de Trabalho de Organizações da Sociedade Civil – OSC's visando a celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO** tendo por objeto de promover o Evento Festa Tradicional Cabocla.

Poderão participar deste processo seletivo as entidades sediadas e localizadas em comunidades do interior (Zona Rural), registradas no Município de Piratuba, sem fins lucrativos, com a finalidade de promover o Evento Festa Tradicional Cabocla.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Endereço: Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Prazo de Entrega dos Envelopes até as 08h20min, do dia 27/06/2025
Abertura dos envelopes previstos para as 08h30min, do dia 27/06/2025.

O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.piratuba.sc.gov.br no link “Licitações” Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Piratuba, 21 de maio de 2025.

MARIANA MINATI
Superintendente da Fundação de Cultura e Eventos

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2025 - FCEP

Publicação Nº 7253354

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

**Processo de Licitação nº 12/2025 – Inexigibilidade de
Licitação nº 10/2025 - FCEP**

A presente Inexigibilidade de licitação objetiva a contratação de empresa para ministrar Workshop "Inteligência Emocional, Estratégia e Sucesso dos Eventos e Comunicação Real", amparada pelo artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021.

Empresa contratada: FRANCIELE ASSONI FALEIRO, CNPJ: 49.049.668/0001-12, pelo valor total de R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).

Piratuba – SC, 22 de maio de 2025.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2025

Publicação Nº 7253351

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PIRATUBA
Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação nº 75/2025 – Inexigibilidade de
Licitação nº 26/2025.

A presente Inexigibilidade de licitação objetiva a contratação
de empresa para divulgação de atos público, amparada pelo
artigo 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021, Empresa
contratada: NO VALE NOTÍCIAS LTDA, CNPJ:
46.643.347/0001-53, pelo valor total de R\$ 19.950,00
(dezenove mil e novecentos e cinquenta reais).

Piratuba – SC, 22 de maio de 2025.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007 / 2025

Publicação Nº 7252847

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C98823707296FAE825D4E3669F749C9AEFFC8CB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007 / 2025

Processo Administrativo n.º 019 / 2025. Pregão Eletrônico n.º 005 / 2025 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: DISK GRAMA COMERCIAL LTDA. Objeto: FORNECIMENTO DE GRAMA E TERRA ADUBADA, INCLUINDO O PLANTIO E IRRIGAÇÃO, PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: 12 meses – Prazo final: 22/05/2026, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o Artigo 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Valor Total registrado: R\$515.500,00 (quinhentos e quinze mil e quinhentos reais). Itens 01, 02, 03, 04 e 06.

Pomerode / SC, 23 de Maio de 2025.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Gestão Administrativa e Fazendária

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008 / 2025

Publicação Nº 7252857

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C98823707296FAE825D4E3669F749C9AEFFC8CB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008 / 2025

Processo Administrativo n.º 019 / 2025. Pregão Eletrônico n.º 005 / 2025 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: JE SUBSTRATOS E FERTILIZANTES LTDA. Objeto: FORNECIMENTO DE GRAMA E TERRA ADUBADA, INCLUINDO O PLANTIO E IRRIGAÇÃO, PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: 12 meses – Prazo final: 22/05/2026, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o Artigo 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Valor Total registrado: R\$11.250,00 (onze mil e duzentos e cinquenta reais). Item 05.

Pomerode / SC, 23 de Maio de 2025.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Gestão Administrativa e Fazendária

888-2025

Publicação Nº 7255063



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA Nº 888/2025

EXONERA A PEDIDO, LILIANI RUTE DA LUZ WEIRICH DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART.1º De acordo com a Lei Complementar nº 543 de 20 de março de 2024, **EXONERAR** a pedido **LILIANI RUTE DA LUZ WEIRICH** da função de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Prof. Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 16 de maio de 2025.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:52:49

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:52:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/p608170686d39a>



Publicação Nº 7255065



890-2025

Publicação Nº 7255066

**PORTARIA Nº 890/2025****EXONERA LOIRI GONÇALVES FERREIRA, EM FACE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES.**

A Secretária de Educação e Formação e Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1º EXONERAR, em face da concessão do Benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, a servidora **LOIRI GONÇALVES FERREIRA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, lotada com 40 horas semanais, no CEIM Rosa Borck, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 19 de maio de 2025.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:48:30

NEUZI SCHOTTEN
Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.jpm.com.br/p887e610069530>.



892-2025

Publicação N° 7255068



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA N° 892/2025**SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ANA CLAUDIA NIENOW.**

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 4090/2022 em seu Artigo 1º, inciso III ..

RESOLVE:

ART 1º- SUPLEMENTAR em 20 (vinte) horas, de acordo com o artigo 200 da Lei Complementar nº 269/2014, a carga horária da servidora **ANA CLAUDIA NIENOW**, ocupante do cargo de **Professor Disciplina Especifica - Ingles**, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na EM Raulino e EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 08 de maio de 2025.

Município de Pomerode, em 19 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:56:40

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:56:40-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://lc.ipm.com.br/pecd0284673020>



893-2025

Publicação N° 7255070



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA N° 893/2025

AFASTA A SERVIDORA SANDRA REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA SERAFIM, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE ESTENDIDA.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 4090/2022 em seu Artigo 1º, inciso III ..

RESOLVE:

ART 1º- CONCEDER 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA MATERNIDADE ESTENDIDA, de acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, a servidora **SANDRA REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA SERAFIM**, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Amália Anders, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 27 de maio de 2025.

Município de Pomerode, em 19 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:56:09

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:56:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://lc.lpm.com.br/p/75688623066c>



894-2025

Publicação N° 7255071



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA N° 894/2025**CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA MARILEIA GUMZ.**

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 4090/2022 em seu Artigo 1º, inciso III ..

RESOLVE:

ART 1º- CONCEDER 30 (trinta) DIAS DE LICENÇA PREMIO, de acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, a servidora **MARILEIA GUMZ**, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01.02.2015 a 31.01.2018, a partir de 12 de maio de 2025.

Município de Pomerode, em 16 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:55:06

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:55:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://lc.ipm.com.br/p/71e51280663c2>



895-2025

Publicação Nº 7255072



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA N. 895/2025

ALTERA CARGA HORÁRIA E VINCULAÇÃO DA SERVIDORA JAQUELINE HORNBURG.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 4090/2022 em seu Artigo 1º, inciso III ..

RESOLVE:

ART 1º- ALTERAR carga horária e vinculação da servidora **JAQUELINE HORNBURG**, ocupante da função de Professor Disciplina Especifica História, para a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, à disposição do Centro de Educação de Jovens e Adultos, conforme Termo de Cooperação Técnica, entre a Coordenadoria Regional de Educação de Blumenau e Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 05 de maio de 2025.

Município de Pomerode, em 19 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:53:14

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:53:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/p/86602113019b>



903-2025

Publicação N° 7255073



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA N° 903/2025

REMOÇÃO POR PERMUTA DAS SERVIDORAS MARCIA LEMPKE E IVANI
NEUKAMP SPECKT BRIXIUS

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 4090/2022 em seu Artigo 1°, inciso III ..

RESOLVE:

ART 1°- REMOVER POR PERMUTA de acordo com o artigo 52 § 4° e 5° da Lei Complementar de n° 269 de 05 de dezembro de 2014, a **MARCIA LEMPKE**, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, lotada com 40 horas semanais no CEIM Rudolf Hornburg e a servidora **IVANI NEUKAMP SPECKT BRIXIUS** efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, lotada com 40 horas semanais, na EBM Dr Amadeu da Luz, passando a lotação da servidora **MARCIA LEMPKE** para a EBM Dr Amadeu da Luz e da servidora **IVANI NEUKAMP SPECKT BRIXIUS** para o CEIM Rudolf Hornburg, a partir de 15 de abril de 2025.

Município de Pomerode, em 21 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:51:11

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:51:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://www.domsc.gov.br/portal/assassinado/7255073>



904-2025

Publicação N° 7255075



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA N° 904/2025

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA SILVANA APARECIDA KLOSTER.

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 4090/2022 em seu Artigo 1º, inciso III ..

RESOLVE:

ART 1º- CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO, de acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, a servidora **SILVANA APARECIDA KLOSTER**, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 11/02/2018 a 10/08/2021, a partir de 19 de maio de 2025.

Município de Pomerode, em 21 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZE SCHOTTEN
23/05/2025 08:50:43

NEUZE SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:50:43-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p0a386c625d11>.



905-2025

Publicação Nº 7255076



Prefeitura Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA Nº 905/2025

**CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS.**

A Secretária de Educação e Formação Empreendedora, **NEUZI SCHOTTEN**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 4090/2022 em seu Artigo 1º, inciso III ..

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL, de acordo com a Lei Complementar de nº 291 e 292/2016, ao Servidor Público Municipal, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, passando a se enquadrar nas seguintes referências do quadro de vencimentos, a partir de 01 de maio de 2025:

SERVIDOR	NOMEAÇÃO	CARGO	REFERENCIA
CLESIA PORTUGAL VILLA REAL	13/07/2015	Auxiliar de Serviços Gerais Escolar	001-B-203
JOELMA BRESSANINI	04/02/2015	Professor Anos Iniciais	003-C-508
RAFAEL SCHROEDER	20/05/2019	Professor Disciplina Especifica	003-C-508

Município de Pomerode, em 20 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
NEUZI SCHOTTEN
23/05/2025 08:49:53

NEUZI SCHOTTEN

Secretária de Educação e Formação Empreendedora

Rua 15 de Novembro, 555 – CEP 89.107-000
CENTRO – POMERODE – SANTA CATARINA

Fone: (47) 3387-7277
www.pomerode.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:50 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://lc.lpm.com.br/p906a6803b714a6>





Prefeitura Municipal de Pomerode
ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 08:50 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lpm.com.br/p90=6a803b14a6>.



Rua 15 de Novembro, 555 – CEP 89.107-000
CENTRO – POMERODE – SANTA CATARINA

Fone: (47) 3387-7277
www.pomerode.sc.gov.br

911-2025

Publicação Nº 7255077

**Pomerode**
P R E F E I T U R A**PORTARIA N. 911/2025**

**CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA EFETIVA THALITA SOUZA
ANDRADE FERREIRA DA SECRETARIA DE
SAUDE.**

O Secretário de Saúde, **ALFREDO JOAO BERRI**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART.1º De acordo com a Lei Complementar de nº 291/2016, **CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**, ao Servidora Efetiva Thalita Souza Andrade Ferreira da Secretaria de Saúde, passando a se enquadrar na seguinte referência do quadro de vencimento, a partir de maio de 2025.

SERVIDOR	CARGO	REFERÊNCIA ANTERIOR	REFERÊNCIA ATUAL
THALITA SOUZA ANDRADE FERREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS NIVEL – II	003-A-205	003-B-206

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de maio de 2025.



Assinado digitalmente por:
ALFREDO JOAO
BERRI-41967267987
22/05/2025 15:15:18

ALFREDO JOAO BERRI
Secretário de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/05/2025 15:15:18 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.pjm.com.br/pjb6868e6c2d61>.



Ponte Alta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2025 FMS

Publicação Nº 7251106

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42F6CD1BBD7FEC3D6F9CFE71E09F33DE2AB5D170

Página: 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE ALTA

Rua Jeremias Alves da Rocha., 130 - Centro - Ponte Alta

CEP: 88550-000 CNPJ: 12.230.791/0001-25 Telefone: (49) 3248-0242

E-mail: prefmpa@iscc.com.br Site:

DISPENSA ELETRÔNICA

Nr.: 28/2025

Processo Adm.: 28/2025

Data do Processo: 07/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 28/2025
b) **Nr. Licitação:** 28/2025 - DE
c) **Modalidade:** Dispensa eletrônica
d) **Data de Homologação:** 16/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** Prestação de serviços de controle tecnológicos de qualidade para ensaios de sondagem por percussão SPT com laudos conforme a norma programa de sondagens de simples reconhecimento do solo para fundação para a construção da Clínica de Hidroterapia.

Participante: ULTRASOLO

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Instalação de tripé para sondagem percussão SPT - Instalação de tripé para sondagem percussão SPT	5,000	UN	250,00	1.250,00
2	Sondagens a percussão SPT - Sondagens a percussão SPT	75,000	UN	70,00	5.250,00
3	Mobilização equipe de soldagens percussão SPT - Mobilização equipe de soldagens percussão SPT	1,000	UN	340,00	340,00
4	Coleta de amostra de solo indeformada 30x30x30 - Coleta de amostra de solo indeformada 30x30x30	5,000	UN	250,00	1.250,00
5	Cisalhamento direto (umidade natural) 4 CPs - Cisalhamento direto (umidade natural) 4 CPs	5,000	UN	1.200,00	6.000,00
6	Massa específica de solo em laboratório - Massa específica de solo em laboratório	5,000	UN	300,00	1.500,00
7	Deslocamento equipe de laboratório - Deslocamento equipe de laboratório	1,000	UN	250,00	250,00
8	Relatório/Laudos - Relatório/Laudos	2,000	UN	700,00	1.400,00
9	ART Anotação de responsabilidade Técnica - ART Anotação de responsabilidade Técnica	2,000	UN	100,00	200,00

Total do Participante: 17.440,00

Total Geral: 17.440,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção das Atividades - US/ CENTRO	03.001.10.301.0007.2149.3.3.90.00.00	R\$ 17.450,00

Ponte Alta, 23 de Maio de 2025

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 98/2025

Publicação Nº 7250998

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5434F113F79418C2B399615F97AD65A63D37B79D

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA**

GEREMIAS ALVES DA ROCHA, 130 - Centro - Ponte Alta

CEP: 88550-000 CNPJ: 83.755.850/0001-27 Telefone: (49) 3248-0141

E-mail: gabinete@pontevalta.sc.gov.br Site: http://www.pontevalta.sc.gov.br

INEXIGIBILIDADE DE**Nr.: 98/2025****Processo Adm.: 98/2025****Data do Processo: 21/05/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, V e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 98/2025
b) **Nr. Licitação:** 98/2025 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 23/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Locação de 1 (uma) sala comercial em alvenaria, localizada na Rua Geremias Alves da Rocha, nº 354, Centro, Ponte Alta/SC, para instalação da Biblioteca Municipal José de Alencar.*

Participante: Meliza Rafaela de Liz

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de 1 (uma) sala comercial em alvenaria, localizada na Rua Geremias Alves da Rocha, nº 354, Centro, Ponte Alta/SC, para instalação da Biblioteca Municipal José de Alencar. - Locação de 1 (uma) sala comercial em alvenaria, localizada na Rua Geremias Alves da Rocha, nº 354, Centro, Ponte Alta/SC, para instalação da Biblioteca Municipal José de Alencar.	12,000	ms	700,00	8.400,00

Total do Participante: 8.400,00

Total Geral: 8.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Educação - SED(PME - META 17)	04.003.12.122.0002.2122.3.3.90.00.00	R\$ 8.400,00

Ponte Alta, 23 de Maio de 2025

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 26/2025 FMS

Publicação Nº 7251136

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 14EC9FF809021AF241A8EEE03E2C5B11E22B9D1B

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA**

Rua Geremias Alves da Rocha., 130 - Centro - Ponte Alta
CEP: 88550-000 CNPJ: 12.230.791/0001-25 Telefone: (49) 3248-0242
E-mail: prefmpa@iscc.com.br Site:

**INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 26/2025**

Processo Adm.: 26/2025

Data do Processo: 23/04/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 26/2025
b) **Nr. Licitação:** 26/2025 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 13/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA E TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

Participante: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRANSITO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Curso de formação (50h/a) durante 30 dias. 7 Formação emergência. 7 Formação coletivo. 14 Taxa DETRAN prova - Curso de formação (50h/a) durante 30 dias. 7 Formação emergência. 7 Formação coletivo. 14 Taxa DETRAN prova	14,000	UN	552,24	7.731,36
2	Curso de atualização (16h/a) durante 30 dias. 5 ATU emergência. 5 ATU coletivo. - Curso de atualização (16h/a) durante 30 dias. 5 ATU emergência. 5 ATU coletivo.	10,000	UN	380,00	3.800,00

Total do Participante: 11.531,36**Total Geral: 11.531,36**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Transporte de Pacientes	03.001.10.301.0100.2051.3.3.90.00.00	R\$ 11.531,36

Ponte Alta, 23 de Maio de 2025

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 92/2025

Publicação Nº 7251121

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DBA12E15F881BE8B4EC83831E1D6E8F1C716092B

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA**

GEREMIAS ALVES DA ROCHA, 130 - Centro - Ponte Alta

CEP: 88550-000 CNPJ: 83.755.850/0001-27 Telefone: (49) 3248-0141

E-mail: gabinete@pontalta.sc.gov.br Site: http://www.pontalta.sc.gov.br

INEXIGIBILIDADE DE**Nr.: 92/2025****Processo Adm.: 93/2025****Data do Processo: 13/05/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 93/2025
b) **Nr. Licitação:** 92/2025 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 13/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de documentação dos veículos oficiais pertencentes a frota municipal.

Participante: OALIZ DESPACHANTE E CONTABILIDADE LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Emissão da documentação dos veículos oficiais - Emissão da documentação dos veículos oficiais	7,000	SÇ	125,00	875,00

Total do Participante: 875,00**Total Geral: 875,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção das Atividades da SEAF	04.002.04.122.0002.2003.3.3.90.00.00	R\$ 500,00
Defesa Civil Municipal	04.001.04.122.0019.2119.3.3.90.00.00	R\$ 125,00
Manutenção das Atividades da STO	04.004.26.782.0013.2084.3.3.90.00.00	R\$ 125,00
Manutenção da Secretaria de Educação - SED(PME - META 17)	04.003.12.122.0002.2122.3.3.90.00.00	R\$ 125,00

Ponte Alta, 23 de Maio de 2025

Assinatura do Responsável

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 498/2025

Publicação Nº 7252879

DECRETO Nº 498/2025 DE 09 DE ABRIL DE 2025.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ALEXANDRA OLTRAMARI BISATTO , ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir do dia 04 de abril de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE ABRIL DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 644/2025

Publicação Nº 7252889

DECRETO Nº 644/2025 DE 13 DE MAIO DE 2025.

“NOMEIA ASSESSORA”

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. ALINE PAULA TODESCATT, portadora do CPF 042.155.789-30 para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão “CC”, Nível “03”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para exercer suas funções no Setor de licitações.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 032/2025, com efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 676/2025

Publicação Nº 7252873

DECRETO Nº 676/2025 DE 20 DE MAIO DE 2025.

“NOMEIA DIRETORA DE DEPARTAMENTO”

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. KEILA PAGGI, portadora do CPF 054.013.519-41 para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Padrão "CC", Nível "12", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para desempenhar suas funções junto ao Departamento de RH.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando especialmente o decreto n. 056/2025, com efeito retroativo a partir do dia 02 de maio de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 677/2025

Publicação N° 7252898

DECRETO N° 677/2025 DE 20 DE MAIO DE 2025.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR"

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. PERLA SUZANE MARTINS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 10 dias, sendo referente ao período aquisitivo de 01/09/2021 a 31/08/2022 para serem gozadas de 26/05/2025 a 04/06/2025.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 678/2025

Publicação N° 7252862

DECRETO N° 678/2025 DE 20 DE MAIO DE 2025.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO"

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025, para o cargo de Motorista.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, o Sr. TAFAREL FARIAS, portador do CPF XXX.278.979-XX, para exercer o cargo de MOTORISTA, com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções na APAE.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo dia 19 de Maio de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 679/2025

Publicação Nº 7252867

DECRETO Nº 679/2025 DE 20 DE MAIO DE 2025.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO"

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o afastamento do servidor Jefferson Luis Feltrin.

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025, para o cargo de Motorista.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica contratado temporariamente, o Sr. JOSÉ FREITAS,, portador do CPF XXX.028.669-XX, para exercer o cargo de MOTORISTA , com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo dia 19 de Maio de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 680/2025

Publicação Nº 7252859

DECRETO Nº 680/2025 DE 20 DE MAIO DE 2025.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a pedido da servidora.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ANIKELE PRISCILA SECCO LEMOS, ocupante do cargo temporário de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 681/2025

Publicação Nº 7252853

DECRETO Nº 681/2025 DE 20 DE MAIO DE 2025

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a Sra. ARIANE APARECIDA BARBOSA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com 40 horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 (quatro) dias a contar do dia 20 de Maio de 2025.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 682/2025

Publicação Nº 7252834

DECRETO Nº 682/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO”

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento à crescente demanda nas creches do município, especialmente nas turmas de berçário e maternal;

CONSIDERANDO a importância de garantir o suporte necessário ao desenvolvimento pedagógico e ao cuidado das crianças atendidas nas unidades educacionais;

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada temporariamente, a Sra. KATIA VICCARI, portadora do CPF XXX.474.729-XX, para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções no CEI GERÓLIMO EMILIO MARINI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 683/2025

Publicação Nº 7252844

DECRETO Nº 683/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO”.

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência.

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado que o servidor Sr. FERMINO PALHANO DE FREITAS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, passa a ser lotado na Secretaria Municipal da Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 684/2025

Publicação Nº 7252827

DECRETO Nº 684/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO”

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento à crescente demanda nas creches do município, especialmente nas turmas de berçário e

maternal;

CONSIDERANDO a importância de garantir o suporte necessário ao desenvolvimento pedagógico e ao cuidado das crianças atendidas nas unidades educacionais;

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada temporariamente, a Sra. VITÓRIA FORNARI DE MELLO, portadora do CPF XXX.781.429-XX, para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções no CEI HORTENCIA RODRIGUES DE ALMEIDA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 685/2025

Publicação Nº 7252840

DECRETO Nº 685/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO”

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento à crescente demanda nas creches do município, especialmente nas turmas de berçário e maternal;

CONSIDERANDO a importância de garantir o suporte necessário ao desenvolvimento pedagógico e ao cuidado das crianças atendidas nas unidades educacionais;

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada temporariamente, a Sra. DEVIENE BYANCA GOMIDES DOS SANTOS, portadora do CPF XXX.149.338-XX, para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções no CEI CANTINHO DO SABER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 686/2025

Publicação Nº 7252810

DECRETO Nº 686/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO”

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento à crescente demanda nas creches do município, especialmente nas turmas de berçário e maternal;

CONSIDERANDO a importância de garantir o suporte necessário ao desenvolvimento pedagógico e ao cuidado das crianças atendidas nas unidades educacionais;

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada temporariamente, a Sra. JANETE ANDRADE DOS PASSOS, portadora do CPF XXX.328.709-XX, para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções no CEI TEREZA FERRONATO FAVERO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 687/2025

Publicação Nº 7252820

DECRETO Nº 687/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a Sra. ERLI MARIA SANTIN DE ABREU, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, com 40 horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 (quatro) dias a contar do dia 21 de Maio de 2025.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 688/2025

Publicação Nº 7252803

DECRETO Nº 688/2025 DE 22 DE MAIO DE 2025.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO"

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento à crescente demanda nas creches do município, especialmente nas turmas de berçário e maternal;

CONSIDERANDO a importância de garantir o suporte necessário ao desenvolvimento pedagógico e ao cuidado das crianças atendidas nas unidades educacionais;

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 003/2025;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada temporariamente, a Sra. LUCI MARA FRANZEN DAVI, portadora do CPF XXX.728.269-XX, para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções no CEI PEQUENO CIDADÃO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 689/2025

Publicação Nº 7252792

DECRETO Nº 689/2025 DE 22 DE MAIO DE 2025.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO"

ADENIR FREITAS, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO que a servidora efetiva do cargo encontra-se em licença maternidade.

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Processo Seletivo n. 002/2025;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada temporariamente, a Sra. THAIS APARECIDA PEDROZO TUBIN, portadora do CPF XXX.467.039-XX, para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para desempenhar suas funções no CEI PEQUENO CIDADÃO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2025.

ADENIR FREITAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 324/2025

Publicação Nº 7251016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. KEILA DE LIMA DILL SEHN À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE Nº: 324/2025.

Considerando o Processo Seletivo nº: 004/2024- FMEDUCA, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, res-salvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. JOEL ORLANDO LUCINDA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº: ***.813.559-**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. KEILA DE LIMA DILL SEHN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº: ***.835.429-**, doravante denominado sim-plesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Servente ao CONTRATANTE, para atuar na E.B.M. Fidelis Antonio Garcia. As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 199 (cento e noventa e nove) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 03/06/2025

Término: 18/12/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

O valor do salário base mensal pago ao contratado será de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Servente, junto à Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a man-ter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:

- advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- rescisão contratual;
- na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa da Administração Pública; e

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 03 de junho de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

KEILA DE LIMA DILL SEHN
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

ADRIANA A. SCHIMIGUEL
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

CONTRATO Nº: 325/2025

Publicação Nº 7251119

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ANDREIA RODRIGUES DA SILVA MACHADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE CIÊNCIAS DE Nº: 325/2025.

Considerando o Processo Seletivo nº: 004/2024- FMEDUCA, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, res-salvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. JOEL ORLANDO LUCINDA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº: ***.813.559-**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. ANDREIA RODRIGUES DA SILVA MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº: ***.067.219-**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Professora de Ciências à CONTRATANTE, para atuar na E.B.M. Professora Nair Rebelo dos Santos, Turno: Matutino e Vespertino, Vínculo: Servidor Marcelo Boccia Leite.

As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 200 (duzentos) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 02/06/2025

Término: 18/12/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 2.695,46 (dois mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Professor de Ciências, junto à Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- b) rescisão contratual;
- c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa da Administração Pública; e
- III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de junho de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANDREIA RODRIGUES DA SILVA MACHADO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

ADRIANA A. SCHIMIGUEL
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

CONTRATO Nº: 326/2025

Publicação Nº 7251370

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. THAYSE ARCENO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE Nº: 326/2025.

Considerando o Processo Seletivo nº: 004/2024- FMEDUCA, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, res-salvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. JOEL ORLANDO LUCINDA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº: ***.813.559-**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. THAYSE ARCENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº: ***.980.479-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Servente ao CONTRATANTE, para atuar no N.D.I. Lauro Prado. As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 353 (trezentos e cinquenta e três reais) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 03/06/2025

Término: 21/05/2026

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

O valor do salário base mensal pago ao contratado será de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Servente, junto à Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- b) rescisão contratual;
- c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa da Administração Pública; e
- III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 03 de junho de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

THAYSE ARCENO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

ADRIANA A. SCHIMIGUEL
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO N° 029/2025 - PMPB

Publicação N° 7253077

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade de Licitação n. 048/2025 - PMPB

CONTRATO N° 029/2025 - PMPB

OBJETO: O objeto do presente instrumento é contratação de empresa para realizar o transporte do acervo remanescente de documentos da Prefeitura Municipal de Porto Belo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: ACERVO COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 72.317.266/0001-73

VALOR: R\$ 31.980,00 (Trinta e um mil novecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 meses

SÓCIO: CARLOS RUDINEI LAURINDO

DATA DA ASSINATURA: 23/05/2025

Porto Belo, 23 de maio de 2025.

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

PORTARIA N°: 568/2025

Publicação N° 7251287

PORTARIA N°: 568/2025

“Revoga a Portaria n°: 545/2025 e dá outras providências”.

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica;

Considerando o requerimento da Servidora Pública Municipal Cristiane Machado dos Santos, no qual solicita a sua exoneração do cargo de Cozinheira Escolar.

Resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria n°: 545/2025, de 15 de maio de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de maio de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA

Prefeito de Porto Belo

PORTARIA N°: 569/2025

Publicação N° 7252261

PORTARIA N°: 569/2025

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Luis Cleomar Cunha da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n°: ***.642.850-**, para ocupar o cargo público efetivo de Técnico em Enfermagem, do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital n°: 006/2024, com efeitos a partir do dia 02 de junho de 2025.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital n°: 006/2024.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de junho de 2025.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de maio de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA

Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº: 570/2025

Publicação Nº 7252491

Portaria Nº: 570/2025

“Concede Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal Senhor Marcos de Mendonça Invernici e dá outras providências”.

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando a Lei nº: 1941/2011, Institui a Licença Prêmio aos Servidores Públicos Municipais, de 05/11/2011.

Considerando a Lei nº: 2769/2019, Altera o dispositivo que menciona da Lei Municipal nº: 1941/2011, que instituiu a licença prêmio aos servidores públicos municipais.

Considerando o requerimento do Servidor Público Municipal Senhor Marcos de Mendonça Invernici, datado de 16/04/2025, no qual solicita a Licença Prêmio.

Considerando que o requerimento do Servidor Público Municipal Senhor Marcos de Mendonça Invernici, foi analisado e preenche todos os requisitos para concessão da Licença Prêmio.

Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal Senhor Marcos de Mendonça Invernici, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº: ***.772.129-**, cargo efetivo de Cirurgião Dentista, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 001/2019-ESF-FMS, Portaria nº: 310/2019, do Município de Porto Belo, de acordo com a Lei nº: 1941/2011, Institui a Licença Prêmio aos Servidores Públicos Municipais, Lei nº: 2769/2019, Altera o dispositivo que menciona da Lei Municipal nº: 1941/2011, que instituiu a licença prêmio aos servidores públicos municipais, durante o período de 26/05/2025 até 24/06/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 26 de maio de 2025.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de maio de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA

Prefeito de Porto Belo

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº: 105/2024

Publicação Nº 7250938

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 105/2024

Termo de Rescisão de Contrato que entre si celebram o Município de Porto Belo e o (a) Sr. (a). Keila de Lima Dill Sehn, para a prestação de serviços de Servente

Pelo presente Termo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços de Servente, o Município de Porto Belo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. JOEL ORLANDO LUCINDA, brasileiro, portador de CPF sob o nº: ***.813.559-**, neste ato representado denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, o (a) Sr. (o), Keila de Lima Dill Sehn, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº: ***.835.429-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 28, parágrafo 2º da Lei Orgânica do Município de Porto Belo e Lei Municipal nº. 2.022/2012, assim como as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira.

Fica reincidente de pleno direito o Contrato, conforme o requerimento preenchido pelo Servidor, no qual solicita a sua rescisão de contrato do cargo de Servente, a Prestação de Serviços nº: 105/2024, tendo como Contratado o Sr. (a) Keila de Lima Dill Sehn.

Cláusula Segunda.

A presente rescisão terá seus efeitos a partir do dia 02 do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e cinco, ficando o (a) Contratado (a) dispensado do cumprimento de horário de trabalho, até a data acima especificada.

Cláusula Terceira.

A presente rescisão não gera quaisquer direitos trabalhistas ao Contratado, sendo que o mesmo receberá apenas décimo terceiro proporcional e férias proporcionais.

Cláusula Quarta.

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas do presente Termo de Rescisão de Contrato nº: 105/2024, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim sendo, fica o presente termo firmado em duas vias de igual teor e forma na presença de uma testemunha abaixo assinada, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de junho de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA KEILA DE LIMA DILL SEHN
Prefeito Municipal Servidor

HERMANDES R. DA COSTA LEONOR BALTAZAR SERPA
Secretario Executivo Diretora Geral de Recursos Humanos

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº: 192/2024

Publicação Nº 7251166

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 192/2024

Termo de Rescisão de Contrato que entre si celebram o Município de Porto Belo e o (a) Sr. (a). Thayse Arceno, para a prestação de serviços de Servente

Pelo presente Termo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços de Servente, o Município de Porto Belo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. JOEL ORLANDO LUCINDA, brasileiro, portador de CPF sob o nº: ***.813.559-**, neste ato representado denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, o (a) Sr. (o), Thayse Arceno, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº: ***.980.479-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 28, parágrafo 2º da Lei Orgânica do Município de Porto Belo e Lei Municipal nº. 2.022/2012, assim como as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira.

Fica reincidento de pleno direito o Contrato, conforme o requerimento preenchido pelo Servidor, no qual solicita a sua rescisão de contrato do cargo de Servente, a Prestação de Serviços nº: 192/2024, tendo como Contratado o Sr. (a) Thayse Arceno.

Cláusula Segunda.

A presente rescisão terá seus efeitos a partir do dia 02 do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, ficando o (a) Contratado (a) dispensado do cumprimento de horário de trabalho, até a data acima especificada.

Cláusula Terceira.

A presente rescisão não gera quaisquer direitos trabalhistas ao Contratado, sendo que o mesmo receberá apenas décimo terceiro proporcional e férias proporcionais.

Cláusula Quarta.

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas do presente Termo de Rescisão de Contrato nº: 192/2024, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim sendo, fica o presente termo firmado em duas vias de igual teor e forma na presença de uma testemunha abaixo assinada, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de junho de 2025.

JOEL ORLANDO LUCINDA THAYSE ARCENO
Prefeito Municipal Servidor

HERMANDES R. DA COSTA LEONOR BALTAZAR SERPA
Secretario Executivo Diretora Geral de Recursos Humanos

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 047-2025-PMPB

Publicação Nº 7251519



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2025 - PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 047/2025, processo nº 141/2025 - PMPB

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO NA ORLA DA PRAIA DA ENSEADA ENCANTADA LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE PORTO BELO

CONTRATADA: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA

CNPJ.: 26.162.488/0001-47

SÓCIO: MEI

VALOR: R\$: 4.324,34 (quatro mil trezentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos)

HOMOLOGADO: 23/05/2025

Porto Belo/SC, 23 de maio de 2025

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal de Porto Belo

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 015-2025 - FMAS

Publicação Nº 7252640



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025 - FMAS

O Município de Porto Belo (SC), torna público a inexigibilidade de licitação nº 015/2025 - FMAS em conformidade com o caput do artigo 74 inciso III, f da Lei nº 14.133/21.

Processo: nº 28/2025 - FMAS

Objeto: Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução da 13ª Conferência Municipal da Assistência Social, que acontecerá em 4 momentos diferentes, sendo o 1º no dia 26/05 com os Trabalhadores do SUAS, o 2º no dia 09/06 com as Entidades, o 3º no dia 23/06 com os Usuários e a Conferência Final no dia 07/07/2025, conforme aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: INSTITUTO ARAXA DE INOVACAO SOCIAL

CNPJ: 07.882.768/0001-85

SÓCIO: DIEGO AUGUSTO SOUZA CABALHEIRO

VALOR: R\$: 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/2025

Porto Belo/SC, 23 de maio de 2025.

Silvana Nunes Stadler

Secretária de Assistência Social

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 048-2025 - PMPB

Publicação N° 7252697



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 048/2025 - PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna pública a inexigibilidade de licitação nº 048/2025 - PMPB em conformidade com o artigo 74, I da Lei nº 14.133/21.

Processo nº 142/2025 - PMPB

Objeto: Inexigibilidade de licitação visando a contratação de empresa para realizar o transporte do acervo remanescente de documentos da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: ACERVO COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ.: 72.317.266/0001-73

SÓCIO: KAMILA SOUZA LAURINDO - CARLOS RUDINEI LAURINDO - ROSELI SOUZA LAURINDO

VALOR: R\$: 31.980,00 (trinta e um mil novecentos e oitenta reais)

HOMOLOGADO: 23/05/2025

Porto Belo/SC, 23 de maio de 2025

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.220/2025

Publicação Nº 7252065

DECRETO Nº 2.220, de 22 de maio de 2025.
Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 5.005, de 14 de junho de 2024 (LDO) e 5.030, de 12 de novembro de 2024 (LOA),

DECRETA:
Art. 1º Fica suplementada no orçamento do município a dotação orçamentária a seguir, especificada no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	1500 – FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2109 – Proteção Básica - Estado		
MODALIDADE	4490 – 3198 – Aplicações Diretas	16	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 2.217, de 15 de maio de 2025, que dispõe sobre Crédito Especial, e contém outras providências.

Porto União (SC), 22 de maio de 2025.

JULIANO HASSAN
Prefeito Municipal

STHEFAN ANDREY WILLENS
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 2.221/2025

Publicação Nº 7252043

DECRETO Nº 2.221, de 22 de maio de 2025.
Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município e autorizado pela Lei Municipal nº 5.065, de 16 de maio de 2025,

DECRETA:
Art. 1º Fica suplementada no orçamento do município a dotação orçamentária a seguir, especificada no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA		
PROJETO	1034 – Programa de Incentivo à Produção Agrícola		
MODALIDADE	4490 – 175 - Aplicações Diretas (Rec. Convênios Federais)	57	300.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		300.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamen-
tária:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS		

PROJETO	1016 – Aquisição Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 175 - Aplicações Diretas (Rec. Convênios Federais)	34	300.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de maio de 2025.

JULIANO HASSAN
Prefeito Municipal

STHEFAN ANDREY WILLENS
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

PORTARIA Nº 045/2025 - EXP

Publicação Nº 7251577

PORTARIA Nº 045, de 15 de maio de 2025.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 053, de 16 de setembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 053, de 16 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de maio de 2025.

JULIANO HASSAN
Prefeito Municipal

STHEFAN ANDREY WILLENS
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 046/2025 - EXP

Publicação Nº 7251408

PORTARIA Nº 046, de 22 de maio de 2025.

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra “c” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4.516, de 28 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Antonio Gilberto de Carvalho – Matrícula 7866440/1, como membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, nomeada pela Portaria nº 013, de 29 de janeiro de 2025, em substituição ao senhor Jorge Luiz Americo – Matrícula 7866245/2.

Art. 2º Revogam-se a Portaria nº 021, de 21 de fevereiro de 2025, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de maio de 2025.

JULIANO HASSAN
Prefeito Municipal

STHEFAN ANDREY WILLENS
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 047/2025 - EXP

Publicação Nº 7251425

PORTARIA Nº 047, de 22 de maio de 2025.

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão de Análise de Processos Administrativos Sanitários.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4.516, de 28 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Fernando Antoniazzi – Matrícula 7866260/1, como membro da Comissão de Análise de Processos Administrativos Sanitários, nomeada pela Portaria nº 014, de 29 de janeiro de 2025, em substituição ao senhor Jorge Luiz Americo – Matrícula 7866245/2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de maio de 2025.

JULIANO HASSAN
Prefeito Municipal

STHEFAN ANDREY WILLENS
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO Nº D/6.461/2025, DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251407

DECRETO Nº D/6.461/2025, de 20 de maio de 2025.

"Abre crédito adicional suplementar com recursos da anulação parcial de dotação orçamentária vigente, do superávit financeiro verificado no exercício anterior e dá outras providências."

Cleiton Frigo, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar com recursos provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais e, do superávit financeiro verificado no exercício anterior, no valor de R\$ 47.301,21 (quarenta e sete mil, trezentos e um reais e vinte e um centavos) em dotações orçamentárias vigentes, conforme abaixo:

02.000 – GABINETES DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
02.001 – Gabinetes do Prefeito e Vice-Prefeito
04.122 – Administração / Administração Geral
2.044 – Atividades Comemorativas ao Aniversário do Município
3390-1.500 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Por conta do recurso obtido no artigo precedente e do superávit financeiro verificado no exercício anterior, ficam reforçadas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
03.001 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
04.122 – Administração / Administração Geral
2.005 – Contribuições Financeiras
3171-2.500 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
06.001 – Diretoria Municipal de Educação
12.361 – Educação / Ensino Fundamental
2.012 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
4490-2.569 – Aplicações Diretas R\$ 40.251,21
06.002 – Diretoria Municipal de Cultura e Desporto
13.392 – Cultura / Difusão Cultural
2.024 – Manutenção das Atividades Culturais
4490-2.719 – Aplicações Diretas R\$ 7.050,00

Art. 3º O presente Decreto tem suporte legal no artigo 5º, alíneas ‘a’ e ‘e’, da Lei 1997/2024, de 11/12/2024 (LOA), e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco - SC, em 20 de maio de 2025.

CLEITON FRIGO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto em 20/05/2025, na forma da L.O.M (Art. 21).

EDENILSON DOMINGOS ZENI
Agente Administrativo

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº18/2025

Publicação Nº 7251968

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B5CC2A73E3A9A6DCE1D53CEE31D92A587B5E8D2D

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE QUILOMBO CÓD TCE: B5CC2A73E3A9A6DCE1D53CEE31D92A587B5E8D2D
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 65/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 18/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A SER DESENVOLVIDO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, COM OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.
O Prefeito Municipal de Quilombo - SC, torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de Programa "Recicle bem, faça o bem". Fundamento Legal: Art. 74, II da Lei 14.133/21 e alterações.
EMPRESA: GABRIELA RODRIGUES - EPP.
VALOR: R\$ 123.595,00 (cento e vinte e mil quinhentos e noventa e cinco reais) pelo período de 12(doze) meses.
QUILOMBO, 23 de maio de 2025.
JAKSOM NATAL CASTELLI Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº21/2025

Publicação Nº 7252237

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 71FC53F431768D079E7C5835949F7FCBB167A611

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE QUILOMBO CÓD TCE: 71FC53F431768D079E7C5835949F7FCBB167A611
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 72/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 21/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM RESIDENCIAL TERAPEUTICO PARA PACIENTE PSIQUIATRICO DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO COMUM CIVEL Nº 5000140-38.2023.8.24.0053/SC. O gestor do Fundo Municipal da Saúde de Quilombo torna pública a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM RESIDENCIAL TERAPEUTICO PARA PACIENTE PSIQUIATRICO DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO COMUM CIVEL Nº 5000140-38.2023.8.24.0053/SC, conforme FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.
Empresa: RESIDENCIAL MOSAICO LTDA
VALOR ESTIMADO: R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).
QUILOMBO, 23 de fevereiro de 2025.
GUILHERME MOCELIN Secretário Municipal de Saúde Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ERRATA AO CONTRATO Nº34/ 2025

Publicação Nº 7252369

ERRATA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2025.

I. No preâmbulo do Contrato Administrativo nº 34/2025:

ONDE SE LÊ:
“(…) CNPJ nº 83.021.865/0001-61 (…)”

LEIA-SE:
“(…) CNPJ nº 13.886.006/0001-50 (…)” CNPJ da Entidade Fundo Municipal de Saúde Quilombo, Entidade responsável pelo contrato citado.

Quilombo, 23 de Maio de 2025.

Jaksom Natal Castelli
Prefeito Municipal de Quilombo

Uenderson Ramiro de Freitas
Representante legal da Empresa:
FGR Serviços Industriais Ltda

EXTRATO DE CONTRATO Nº45/ 2025

Publicação Nº 7251961

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F4EEFA6D348FE068A791197E94A848D99E33A264

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE QUILOMBO	
F4EEFA6D348FE068A791197E94A848D99E33A264	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	CONTRATO Nº 45/2025.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA GABRIELA RODRIGUES - EPP
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A SER DESENVOLVIDO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, COM OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.
Valor Estimado:	R\$ 123.595,00 (cento e vinte e três mil e quinhentos e noventa e cinco reais)
Vigência :	15/05/2025 a 15/05/2026.
Dotação :	2011 3.3.90.39.65 Desp. 31 / 40
2017	
Quilombo, 15 de maio de 2025.	
JAKSOM NATAL CASTELLI	
Prefeito Municipal	

EXTRATO DE CONTRATO Nº48/2025

Publicação Nº 7252230

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 41AEB8FA1BE3CFF01E911E161852AE8FC1EAC993

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
41AEB8FA1BE3CFF01E911E161852AE8FC1EAC993	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2025.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E RESIDENCIAL MOSAICO
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM RESIDENCIAL TERAPEUTICO PARA PA-CIENTE PSIQUIATRICO DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO COMUM CIVEL Nº 5000140-38.2023.8.24.0053/SC
Vigência :	23/05/2025 a 23/05/2030.
Licitação :	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025.
Dotação :	2081 3.3.90.39.56 1600.000.0600 24
Quilombo, 23 de maio de 2025.	
GUILHERME MOCELIN	
Secretário Municipal da Saúde	

PORTARIA Nº 0556/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251128



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA Nº 0556/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NELMA
SILVANI MARTINI BEVILACQUA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Nelma Silvani Martini Bevilacqua** (matrícula 20084), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 14 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24813/2025, de 14 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0558/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251058



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0558/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JEAN WILIAN
DALLA RIVA DEVISÊ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, **Jean Wilian Dalla Riva Devisê** (matrícula 20694), ocupante do cargo de Gerente Executivo, no dia 14 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24792/2025, de 13 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0559/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251120



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0559/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR
DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL NELMA SILVANI MARTINI
BEVILACQUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

Considerando o Art.2º da Lei Complementar 180/2022 de 21 de agosto de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Nelma Silvani Martini Bevilacqua** (matrícula 20084), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 15 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 24821/2025, de 15 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, conforme o Requerimento sob Protocolo Nº 24821/2025, de 15 de maio de 2025, fica à profissional Miriane Barpi, como a profissional substituta, no dia 15 de maio de 2025, no período integral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0560/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251440



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0560/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR
DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL NELMA SILVANI MARTINI
BEVILACQUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

Considerando o Art.2º da Lei Complementar 180/2022 de 21 de agosto de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Nelma Silvani Martini Bevilacqua** (matrícula 20084), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 16 de maio de 2025, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 24822/2025, de 15 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, conforme o Requerimento sob Protocolo Nº 24822/2025, de 15 de maio de 2025, fica à profissional Silvia Risson Peretti, como a profissional substituta, no dia 16 de maio de 2025, no período matutino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0561/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251489



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0561/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KEMOLI
CRISTINA PRIGOLLI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, **Kemoli Cristina Prigolli** (matrícula 20718), ocupante do cargo de Diretor de Departamento, nos dias 04, 05, 06 e 09 de junho de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24880/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0562/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251412



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0562/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SERLEI
SALETE CONSTANZI MENONCIN E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Serlei Salete Constanzi Menoncin** (matrícula 559/1875), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º a 5º série), no dia 15 de maio de 2025, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24815/2025, de 15 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0566/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251048



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0566/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEODETE
GASPARETTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, **Neodete Gasparetto** (matricula 20672), ocupante do cargo de Chefe de Setor, no dia 23 de maio de 2025, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24836/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0569/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251401



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0569/2025 - DE 20 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SERLEI
SALETE CONSTANZI MENONCIN E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Serlei Salete Constanzi Menoncin** (matrícula 559/1875), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º a 5º série), no dia 19 de maio de 2025, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24834/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0570/2025 - DE 20 DE ABRIL DE 2025

Publicação Nº 7251371



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA Nº 0570/2025 - DE 20 DE ABRIL DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALBANI
MARIA GARBIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Albani Maria Garbin**, (matrícula 575/19842), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos dias 27, 28, 29 e 30 de maio de 2025, no período integral, e no dia 01 de junho de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24839/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período não trabalhado será descontado das horas prestadas junto à Justiça Eleitoral da 78ª Zona Eleitoral nas eleições de 2022, ficando a partir desta um saldo de 01 (um) dia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0571/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251367



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0571/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR
DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL ALBANI MARIA GARBIN E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

Considerando o Art.2º da Lei Complementar 180/2022 de 21 de agosto de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Albani Maria Garbin**, (matrícula 575/19842), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos dias 03, 04, 05 e 06 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 24840/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, conforme o Requerimento sob Protocolo Nº 24840/2025, de 19 de maio de 2025, fica à profissional Margarete Roman Both, como a profissional substituta, nos dias 03, 04, 05 e 06 de maio de 2025, no período integral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 20 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ____/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0572/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251038



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0572/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDERSON
CESAR PERETTI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, **Anderson Cesar Peretti** (matrícula 20687), ocupante do cargo de Assessor, no dia 19 de maio de 2025, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24849/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0573/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251502



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0573/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVELLYN
VILBRANTZ BOTH E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, **Evellyn Vilbrantz Both** (matrícula 20842), ocupante do cargo de Assessor, nos dias 04, 05, 06 e 09 de junho de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24855/2025, de 20 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0574/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251510



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0574/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILMARA
MOLSKI WEIRICH ZORZI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, **Silmara Molski Weirich Zorzi** (matrícula 20562), ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Obras, no dia 21 de maio de 2025, no período vespertino, das 15h00min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24857/2025, de 20 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0575/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251360



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0575/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ANTONINHO SIVIERO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 020/2025, de 13 de janeiro de 2024, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 020/2025, de 13 de janeiro de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Antoninho Siviero** (matrícula 760/20062), ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (1ª a 5ª série), no dia 27 de maio de 2025, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24867/2025, de 20 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0576/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251309



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0576/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GENELCI
PICCININ CELLA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Genelci Piccinin Cella** (matrícula 19841/20185), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 22 de maio de 2025, no período matutino, das 07h30min às 09h30min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24847/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0580/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251299



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0580/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR
DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL DHAYANE HANDRESSA
VINALSKI RODIGHIERO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

Considerando o Art.2º da Lei Complementar 180/2022 de 21 de agosto de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Dhayane Handressa Vinalski Rodighiero** (matrícula 20568), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1ª à 5ª série), no dia 23 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 24868/2025, de 20 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, conforme o Requerimento sob Protocolo Nº 24868/2025, de 20 de maio de 2025, fica à profissional Margarete Roman Both, como a profissional substituta, no dia 23 de maio de 2025, no período integral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0582/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251289



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0582/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANE
STRAPAZZON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Fabiane Strapazzon** (matrícula 20710), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 29 de maio de 2025, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24874/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0583/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251279



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0583/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVIA
RISSON PERETTI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Silvia Risson Peretti** (matrícula 1331/20184), ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, no dia 26 de maio de 2025, no período vespertino, das 13h00min às 15h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24873/2025, de 20 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0584/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251205



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0584/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELA
MARIA BEVILACQUA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Angela Maria Bevilacqua** (matrícula 19840), ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 20 de maio de 2025, no período vespertino, das 15h55min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24871/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0584/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251134



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0584/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELA
MARIA BEVILACQUA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Angela Maria Bevilacqua** (matrícula 19840), ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 20 de maio de 2025, no período vespertino, das 15h55min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24871/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0590/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251454



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0590/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALEX
SANDRA TAIS DOCIATTI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Alex Sandra Tais Dociatti** (matrícula 20709), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 28 de maio de 2025, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24883/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0591/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251174



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0591/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDETE
VIEIRA DOS SANTOS GONÇALVES E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Claudete Vieira dos Santos Gonçalves** (matrícula 19853/20183), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 27 de maio de 2025, no período matutino, das 07h30min às 09h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24881/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0592/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251185



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0592/2025 - DE 21 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
MARCELO RODRIGUES DA SILVA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 020/2025, de 13 de janeiro de 2024, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 020/2025, de 13 de janeiro de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Marcelo Rodrigues Da Silva** (20214), ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), no dia 26 de maio de 2025, no período matutino, das 07h45min às 11h45min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24882/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 21 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0596/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251147



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0596/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA PAULA
PANIÇÃO BOTTEGA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Ana Paula Panição Bottega** (matrícula 20827), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 22 de maio de 2025, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24883/2025, de 21 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 22 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0597/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251139



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 0597/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIONILDA
SALETE FRIGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Dionilda Salete Frigo** (matrícula 19917/20186), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (6ª ao 9ª ano), no dia 30 de maio de 2025, no período vespertino, das 15h00min às 16h30min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24890/2025, de 22 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 22 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA N° 0598/2025 - DE 22 DE ABRIL DE 2025

Publicação N° 7251150



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA N° 0598/2025 - DE 22 DE ABRIL DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELE
CRISTIAN MASCHIO CHITOLINA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal n° 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal n° 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto N°. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto N°. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Michele Cristian Maschio Chitolina** (matrícula 20555), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 27 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo N°24887/2025, de 27 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período não trabalhado será descontado das horas prestadas junto à Justiça Eleitoral da 78ª Zona Eleitoral nas eleições de 2024, ficando a partir desta um saldo de 03 (três) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 22 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0599/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251473



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PORTARIA Nº 0599/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DEYVIS
JUNIOR DELAZERI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 193/2025, de 27 de março de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 193/2025, de 27 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, **Deyvis Junior Delazeri** (matrícula 20501), ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, no dia 21 de maio de 2025, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo nº 24837/2025, de 19 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 22 de maio de 2025.

TAUAN JUNIOR DEZORDI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0601/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7251153



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA Nº 0601/2025 - DE 22 DE MAIO DE 2025.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILES
DALLA RIVA DEVISÊ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Secretária Municipal de Educação do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 214/2025, de 14 de abril de 2025, e Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

Considerando o Decreto Nº. 214/2025, de 14 de abril de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora **Diles Dalla Riva Devisê** (matrícula 1702), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 27 de maio de 2025, no período vespertino, das 14h00min às 15h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº24893/2025, de 22 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 22 de maio de 2025.

ALCIONE MARIA BEVILACQUA
Secretária Municipal de Educação

Registrada e Publicada
Em ___/05/2025
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Rio das Antas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 223/2025, DE 21 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252914

PORTARIA Nº 223/2025, DE 21 DE MAIO DE 2025.

RETIFICA PORTARIA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993 e alterações posteriores:

- RESOLVE:
- Art. 1º RETIFICAR a PORTARIA Nº 176/2025, de 11/04/2025, onde se lia: COORDENAÇÃO DO PROGRAMA CONDEC, leia-se: COORDENAÇÃO DO COMPDEC – COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.
- Art. 2º As demais disposições seguem inalteradas.
- Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 21 DE MAIO DE 2025.

GILVANE APARECIDA DE MORAES
Prefeita Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUÍS AUGUSTO CADORE
Tributarista Fiscal- FG
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 224/2025, 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252920

PORTARIA Nº 224/2025, 22 DE MAIO DE 2025
EXONERA SERVIDORES

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores,

- RESOLVE:
- Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Servidor	Cargo	Portaria	A partir de
JOSIMAR FOGAÇA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	PORTARIA Nº 198/2024, DE 29 DE JULHO DE 2024	21/05/2025

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 22 DE MAIO DE 2025.

GILVANE APARECIDA DE MORAES
Prefeita Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUÍS AUGUSTO CADORE
Tributarista Fiscal- FG
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 225/2025 DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252922

PORTARIA Nº 225/2025 DE 22 DE MAIO DE 2025
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS E LICENCA PREMIO A SERVIDOR (ES).

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 102 e 106 da Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE GOZO DE FÉRIAS ao(s) servidor(es) municipal (is) abaixo relacionado (s), a ser gozada da seguinte forma:

NOME DO(S) SERVIDOR(ES)	PER. AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
1. MAGDA ANDREIA RAU	03/04/2022 A 03/04/2023	02/06/2025 A 21/06/2025-20 DIAS
2. MAGDA ANDREIA RAU	03/04/2023 A 03/04/2024	22/06/2025 A 21/07/2025-30 DIAS
3. MAGDA ANDREIA RAU	03/04/2024 A 03/04/2025	22/07/2025 A 20/08/2025-30 DIAS
4. ANDREA CAROLINE DA SILVA	05/02/2022 A 05/02/2023	30/05/2025 A 28/06/2025-30 DIAS
5. ANDREA CAROLINE DA SILVA	05/02/2023 A 05/02/2024	29/06/2025 A 28/07/2025-30 DIAS
6. ANDREA CAROLINE DA SILVA	05/02/2024 A 05/02/2025	29/07/2025 A 02/08/2025- 05 DIAS
7. MARISTELA SEIDEL	01/03/2024 A 01/03/2025	19/05/2025 A 17/06/2025-30 DIAS
8. MARISTELA SEIDEL	12/02/2024 A 12/02/2025	19/05/2025 A 17/06/2025-30 DIAS

NOME DO(S) SERVIDOR(ES)	PER. AQUISITIVO	GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
9. CARIN CRISTINA SEIDEL	14/01/2019 A 14/01/2024	CONVERSÃO DE 30 DIAS DE LICENCA PREMIO

I) Quando o período de férias iniciar em um mês e terminar em outro, os valores relativos ao mesmo serão pagos no mês que terminar o gozo de férias.

II) Determina que sejam feitas as anotações correspondentes na (s) ficha (s) funcional(is) do (s) referido (s) servidor (es).
RIO DAS ANTAS 22 DE MAIO DE 2025.

GILVANE APARECIDA DE MORAES
Prefeita Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUÍS AUGUSTO CADORE
Tributarista Fiscal- FG
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 227/2025, 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252928

PORTARIA Nº 227/2025, 23 DE MAIO DE 2025
EXONERA SERVIDORES

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores,

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Servidor	Cargo	Portaria	A partir de
ANDERSON JAQUES DE LIMA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	PORTARIA Nº 148/2025, DE 21 DE MARÇO DE 2025	20/05/2025

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 23 DE MAIO DE 2025.

GILVANE APARECIDA DE MORAES
Prefeita Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUÍS AUGUSTO CADORE
Tributarista Fiscal- FG
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 228/2025, 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252931

PORTARIA Nº 228/2025, 23 DE MAIO DE 2025
EXONERA SERVIDORES

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores,

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Servidor	Cargo	Portaria	A partir de
MARCOS FELIPE PADILHA DOS SANTOS	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	PORTARIA Nº 055/2025, DE 17 JANEIRO DE 2025	23/05/2025

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 23 DE MAIO DE 2025.

GILVANE APARECIDA DE MORAES
Prefeita Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUÍS AUGUSTO CADORE
Tributarista Fiscal- FG
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 226/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252927

PORTARIA Nº 226/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025

REVOGA FÉRIAS DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artt.102 da Lei Nº 03 de 30/09/1993 e com vistas no interesse público:

RESOLVE:
REVOGAR a concessão de férias da servidora JOCIANE DE FATIMA DE MORAES CACHOEIRA ocupante da função PSICOPEDAGOGO, concedida pela PORTARIA Nº 197/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

RIO DAS ANTAS, 22 DE MAIO DE 2025.

GILVANE APARECIDA DE MORAES
Prefeita Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUÍS AUGUSTO CADORE
Tributarista Fiscal- FG
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA N. 0400/DGP

Publicação Nº 7251840

PORTARIA N. 0400/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025 e ainda Lei Complementar n. 521 e Lei Complementar n. 522, ambas de 29 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2025, referente ao ex-servidor EVANDRO CARLOS EING, matrícula n. 259896-1, ex-ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

§ 1º Conforme o Memorando n. 9/2025 de 17 de janeiro de 2025 e anexos, o ex-servidor em questão, em tese, teria utilizado veículos da Secretaria de Saúde em período noturno para fins próprios, teriam ocorrido atrasos e faltas ao trabalho injustificadamente.

§ 2º O ex-servidor em questão, em tese, teria infringido o disposto no artigo 171, incisos I, III, IX e X e no artigo 172, incisos I, XVI e XVIII, ambos da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023.

§ 3º Por decorrência poderão lhe ser imputadas as penalidades previstas nos artigos 185, 186 e 187 da mesma norma.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 68 da Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Elisandra Dias Peiker, matrícula n. 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;
- b) Gisleine Franciele Schweitzer, matrícula n. 247758-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht, matrícula n. 108090, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme art. 99, da Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0519/DGP

Publicação Nº 7251853

PORTARIA N. 0519/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025 e ainda Lei Complementar n. 521 e Lei Complementar n. 522, ambas de 29 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2025, referente ao servidor ROBERTO FERREIRA JUNIOR, matrícula n. 1427768-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

§ 1º Conforme o Memorando n. 10/2025 de 17 de abril de 2025 e anexos, emitido pelo Departamento de Controle Interno, o servidor em questão, em tese, estaria iniciando sua jornada de trabalho com atrasos, e registrando seus horários em desacordo com o efetivamente praticado.

§ 2º O servidor em questão, em tese, teria infringido o disposto no artigo 171, incisos I, III, IX e X e no artigo 172, inciso XVI e XIX, ambos da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023.

§ 3º Por decorrência poderão lhe ser imputadas as penalidades previstas nos artigos 185, 186 e 187 da mesma norma.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 68 da Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Elisandra Dias Peiker, matrícula n. 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;
- b) Gisleine Franciele Schweitzer, matrícula n. 247758-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht, matrícula n. 108090, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme art. 99, da Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de abril de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0667/DGP

Publicação Nº 7251973

PORTARIA N. 0667/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025 e ainda Lei Complementar n. 521 e Lei Complementar n. 522, ambas de 29 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2025, referente ao servidor TIAGO STEDILE, matrícula n. 132330-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

§ 1º Conforme e-mail de 10 de abril de 2025 e anexos, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o servidor em questão, em tese, estaria apresentando comportamentos de insubordinação.

§ 2º O servidor em questão, em tese, teria infringido o disposto no artigo 171, incisos I, III, IV e IX e no artigo 172, inciso XVI, ambos da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023.

§ 3º Por decorrência poderão lhe ser imputadas as penalidades previstas nos artigos 185, 186 e 187 da mesma norma.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 68 da Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Elisandra Dias Peiker, matrícula n. 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;

b) Gisleine Franciele Schweitzer, matrícula n. 247758-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

c) Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht, matrícula n. 108090, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme art. 99, da Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0668/DGP

Publicação Nº 7251979

PORTARIA N. 0668/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 12, inciso VIII, da Lei Complementar n. 559 de 19 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul; Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023, que dispõe sobre os Processos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal e, considerando o Memorando n. 20/2025 de 09 de abril de 2025, emitido pela Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa Investigativa n. 009/2025, a fim de apurar eventuais responsabilidades relacionadas a procedimentos adotados por ex-Coordenador de Segurança Educacional para com aluna no CE Anibal de Barba em 02 de abril de 2025.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0813/DGP de 05 de julho de 2024, publicada em 10 de julho de 2024, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0669/DGP

Publicação Nº 7252008

PORTARIA N. 0669/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 12, inciso VIII, da Lei Complementar n. 559 de 19 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul; Lei Complementar n. 521, de 29 de junho de 2023, que dispõe sobre os Processos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal e, considerando o Boletim de Ocorrência Registro 1004535/2024-BO-00015.2024.003565, emitido pela Delegacia de Polícia de Rio do Sul em 29 de outubro de 2024 e anexos;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa Investigativa n. 010/2025, a fim de apurar eventuais responsabilidades e possíveis irregularidades na prestação de serviço comunitário na Associação Desportiva e Cultural Inclusão Social.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0813/DGP de 05 de julho de 2024, publicada em 10 de julho de 2024, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 21 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0678/DGP

Publicação Nº 7252095

PORTARIA N. 0678/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/05/2025 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 014/2024, designada pela Portaria n. 1723/DGP de 13 de novembro de 2024 (publicada no DOM em 18 de novembro de 2024), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 014/2024.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 99 da Lei Complementar n. 521 de 29 de junho de 2023, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 006/P.A.D. N. 014/2024, de 04 de abril de 2025, em razão da instrução ainda em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0679/DGP

Publicação Nº 7252097

PORTARIA N. 0679/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 09/05/2025 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2024, designada pela Portaria n. 1868/DGP de 29 de novembro de 2024 (publicada no DOM em 05 de dezembro de 2024), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2024.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 99 da Lei Complementar n. 521 de 29 de junho de 2023, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 005/P.A.D. N. 016/2024, de 24 de abril de 2025, em razão da instrução ainda em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0682/DGP

Publicação Nº 7251443

PORTARIA N. 0682/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Portaria N. 1150/DGP, de 28 de agosto de 2024, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 23 e §§, da Lei Complementar n. 522, de 29 de junho de 2023, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil João e Maria Stramosk, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: DAIZE GIOVANELLA, matrícula 98094-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, designado para exercer as funções do cargo de Diretor, ELENICE FLOR SORA, matrícula 97896-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, ELIETE LESSA MAÇANEIRO, matrícula 215864-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, e designar como seus respectivos suplentes: IVONETE SCHLESSER, matrícula 31570020, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor e JANAINA DA SILVA, matrícula 97497-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Fica mantido o prazo de mandato da respectiva comissão, conforme disposto no artigo 1º da Portaria N. 1150/DGP, de 28 de agosto de 2024.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2025.

Rio do Sul, 22 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Acc

PORTARIA N. 0683/DGP

Publicação Nº 7252103

PORTARIA N. 0683/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 15/05/2025 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2025, designada pela Portaria n. 0232/DGP de 19 de fevereiro de 2025 (publicada no DOM em 06 de março de 2025), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2025.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 99 da Lei Complementar n. 521 de 29 de junho de 2023, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 005/P.A.D. N. 001/2025, de 13 de maio de 2025, em razão da instrução ainda em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0684/DGP

Publicação Nº 7252109

PORTARIA N. 0684/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 07/05/2025 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2025, designada pela Portaria n. 0239/DGP de 20 de fevereiro de 2025 (publicada no DOM em 26 de fevereiro de 2025), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2025.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 99 da Lei Complementar n. 521 de 29 de junho de 2023, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 004/P.A.D. N. 002/2025, de 02 de maio de 2025, em razão da instrução ainda em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 0685/DGP

Publicação Nº 7252116

PORTARIA N. 0685/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 13.863, de 01 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 07/05/2025 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2025, designada pela Portaria n. 0245/DGP de 20 de fevereiro de 2025 (publicada no DOM em 26 de fevereiro de 2025), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2025.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 99 da Lei Complementar n. 521 de 29 de junho de 2023, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 004/P.A.D. N. 003/2025, de 02 de maio de 2025, em razão da instrução ainda em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2025.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

Rio Fortuna

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL 015/2025

Publicação Nº 7251718

DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2025
De 23 de maio de 2025

“DESIGNA A COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSAR E JULGAR OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO, REALIZADOS SOB O REGIME DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.”

LINDOMAR BALLMANN, Prefeito Municipal de Rio Fortuna, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Rio Fortuna, a Constituição da República Federativa do Brasil, e com fundamento no art. 2º, inciso X da Lei Federal nº 13.019/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Comissão de Seleção composta pelos seguintes servidores:

I – Wilson Schlickmann Junior, Presidente;

II – Carla Wiemes, Secretária;

III – Jaqueline Grubert, Membro.

Parágrafo Único. A designação de que trata o caput deste artigo é feita pelo prazo determinado de até 31/12/2028.

Art. 2º. São atribuições da Comissão de Seleção processar e julgar os chamamentos públicos realizados sob o regime da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, inclusive os procedimentos de dispensa e de inexigibilidade de chamamento público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Fortuna, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Certifico e dou fé que a presente Lei foi registrada nessa Secretaria de Administração e publicada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna.

Junior Schmitz
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO MUNICIPAL 016/2025

Publicação Nº 7251722

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2025
De 23 de maio de 2025

“DESIGNA O GESTOR DE PARCERIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DA EXPOFORTUNA 2025, A SER REALIZADA PELA ACIRF NO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LINDOMAR BALLMANN, Prefeito Municipal de Rio Fortuna, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Rio Fortuna, a Constituição da República Federativa do Brasil, e com fundamento no art. 2º, inciso VI e art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica designado o servidor Luiz Bernardino da Silva para a função de Gestor da Parceria, com a finalidade de acompanhar a execução da ExpoFortuna 2025, a ser realizada pela ACIRF no Município de Rio Fortuna, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 2º. São atribuições do gestor:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução de parceria;

II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Fortuna, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Certifico e dou fé que a presente Lei foi registrada nessa Secretaria de Administração e publicada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna.

Junior Schmitz
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO MUNICIPAL 017/2025

Publicação Nº 7251723

DECRETO MUNICIPAL Nº 017/2025
De 23 de maio de 2025

“DESIGNA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO PARA ATUAÇÃO EM PARCERIA COM ENTIDADE DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LINDOMAR BALLMANN, Prefeito Municipal de Rio Fortuna, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Rio Fortuna, a Constituição da República Federativa do Brasil, e com fundamento no art. 2º, inciso VI e art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Comissão de Monitoramento e Avaliação para atuação em parceria firmada pelo Município de Rio Fortuna com entidade de organização de sociedade civil, composta pelos seguintes membros:

I – Cleiton Fernando Kuhnen, Presidente;

II – Hilário Herdt, Secretário.

Parágrafo Único. A designação de que trata o caput deste artigo é feito pelo prazo determinado de até 31/12/2028.

Art. 2º. São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria:

I – Acompanhar e fiscalizar, com o gestor da parceria o cumprimento das cláusulas constantes no termo de fomento, as atividades realizadas, o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho, o impacto do benefício social obtido em razão da execução do objetivo e a prestação de contas;

II – Proceder análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos nos respectivos termos de colaboração ou de fomento;

III – Homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela Administração Pública.

Art. 3º. Para desempenho de suas funções, a Comissão de que trata este Decreto poderá, mediante expressa autorização do Gestor de Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros.

Art. 4º. Esta comissão é vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Fortuna, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Certifico e dou fé que a presente Lei foi registrada nessa Secretaria de Administração e publicada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna.

Junior Schmitz
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

LEI MUNICIPAL 1866/2025

Publicação Nº 7251522

LEI MUNICIPAL Nº 1.866/2025
De 23 de maio de 2025.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LINDOMAR BALLMANN, Prefeito Municipal de Rio Fortuna, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Comodato com a Mitra Diocesana de Tubarão, inscrita no CNPJ sob o nº 86.447.240/0001-54, por meio da Paróquia São Marcos de Rio Fortuna, inscrita no CNPJ sob o nº 86.447.240/0035-01, visando a receber, em comodato, da Paróquia São Marcos de Rio Fortuna, a posse de dois imóveis a serem utilizados como espaços para estacionamento público e para a guarda de veículos de propriedade do Município.

§ 1º. Os imóveis citados no caput deste artigo encontram-se registrados e matriculados sob o nº 5768, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC, conforme matrículas atualizadas em anexo.

§ 2º. Faz parte desta Lei os Mapas contendo as áreas de ambos os imóveis que serão recebidas em comodato pelo Município de Rio Fortuna/SC, com exceção à construção existente na “área 5” do mapa anexo, em que se localiza a Vistoria Veicular São Marcos.

Art. 2º. O Município de Rio Fortuna se obriga a manter sempre limpos e conservados os espaços a serem recebidos em comodato, livres de quaisquer ônus para a proprietária, durante todo o período do comodato.

Art. 3º. O Contrato de Comodato tratado nesta Lei será por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por ambas as partes, devendo notificar sua intenção por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Fortuna, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Certifico e dou fé que a presente Lei foi registrada nessa Secretaria de Administração e publicada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna.

Junior Schmitz
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Rio Negrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE PORTARIAS REGISTRADAS NA DIVISÃO DE EXPEDIENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Nº 03/2025

Publicação Nº 7251179



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

A Diretora Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo Decreto nº 9326 de 02 de abril de 2007, torna público que resolveu baixar as seguintes portarias:

Portaria nº 1351 de 25/04/2025, CONCEDE, nos termos da Lei Complementar 016/2000, licença para tratamento de saúde a servidora WANESSA CHAPIEWSKY GRUBER, matrícula nº 42961, Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas semanais, lotada no Departamento da Fundação Municipal de Cultura, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 16/04/2025 à 15/05/2025.

Portaria nº 1352 de 29/04/2025, CONCEDER SALDO DE FÉRIAS, nos termos do art. 110 da Lei Complementar 016/2000, a servidora BRUNA KELBERT, matrícula nº 42990, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no Departamento de Escola de Música Professor Valdeci Maia, da Fundação Municipal de Cultura, concede 10 (dez) dias de férias entre os dias 05/05/2025 à 14/05/2025, referente ao período aquisitivo de 04/03/2024 à 03/03/2025.

Portaria nº 1353 de 07/05/2025, CONCEDER, nos termos da Lei Complementar nº 16/2000 a licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora KATIELE ALEIXO ALVES matrícula nº 42988, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Biblioteca Pública Municipal Dr. Heládio Olsen Veiga da Fundação Municipal de Cultura, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 24/04/2025 à 08/05/2025.

Portaria nº 1354 de 14/05/2025, TORNAR SEM EFEITO, com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 16/2000, a nomeação da servidora FRANCIELE MAZIERO, aprovada no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 15657 de 26 de janeiro de 2024 nomeada pela Portaria nº 1350 de 25 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 4829 de 07/05/2025, para exercício do cargo de Museólogo, em virtude do impedimento imposto acima.

Portaria nº 1355 de 14/05/2025, CONCEDE, nos termos da Lei Complementar 016/2000, licença para tratamento de saúde ao servidor Adilson Figueiredo de Andrade, matrículas nº 74/1 e 74/2, Professor 40 horas de violão, lotado no Departamento da Escola de Música Profº Valdeci Maia, da Fundação Municipal de Cultura, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 06/05/2025 à 20/05/2025.

Portaria nº 1356 de 22/05/2025, Art. 1º CESSAR a gratificação a título de interiorização, nos termos do art. 77 da Lei Complementar nº 016/2000, concedida ao servidor a seguir mencionado, a contar de 22/05/2025:

THIAGO SPIEKER, matrículas nº 112-2 e 112-6, ocupante de cargos de Professor de Música, do quadro de cargos de provimento efetivo da Fundação Municipal de Cultura, lotado na Divisão Escola de Musica Prof. Valdeci Maia, através das Portarias nº 236/2002 e 563/2009.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Rio Negrinho, 06 de maio de 2025.

Viviane Tomelin Santin

Diretora Presidente da Fundação Municipal de Cultura

As portarias de inteiro teor estão publicadas no site: <https://rionegrinho.atende.net/cidadao/pagina/atos-cultura>

Rio Rufino

PREFEITURA

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 7251103



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO
GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo nº 001/2025

Rio Rufino/SC, 07 de abril de 2025.

I- SÍNTESE

Trata-se de decisão quanto ao requerimento apresentado por Katia Rozangela Machado Cabral, em que solicita pagamentos não realizados em decorrência dos serviços prestados através da contratação na 2ª Convocação do Processo Seletivo 04/2022.

II- DA CONCLUSÃO

Considerando o Parecer Jurídico nº 002/2025/GAB, exarado por esta Assessoria Jurídica, que analisou o pedido da servidora Katia Rozangela Machado Cabral referente ao pagamento de valores não realizados pelos serviços efetivamente prestados no período de fevereiro a dezembro de 2024, em decorrência de sua convocação no Processo Seletivo 04/2022;

Considerando a comprovação da efetiva prestação dos serviços através da documentação acostada aos autos, incluindo a convocação, a declaração da Secretaria de Educação atestando o equívoco administrativo, e os cartões ponto que confirmam a jornada de trabalho;

Considerando o princípio da legalidade, da boa-fé objetiva e a vedação ao enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública;

Considerando o parecer favorável da responsável pelo setor de Recursos Humanos, que reconhece a incontroversa prestação dos serviços;

Acolho integralmente o Parecer Jurídico nº 002/2025/GAB e, por conseguinte, **DEFIRO** pedido formulado pela Requerente.

DETERMINO que o setor competente da Administração Pública Municipal adote, com a máxima urgência, todas as providências necessárias para efetuar o pagamento dos valores retroativos devidos à servidora Katia Rozangela Machado Cabral, referente à carga horária de 20 horas semanais, correspondente ao período de fevereiro a dezembro de 2024, com a devida atualização monetária, conforme a legislação vigente.

Dê-se ciência a interessada desta decisão e encaminhe aos setores competentes para conhecimento e cumprimento da presente decisão..

Atenciosamente.

ADEMAR DE BONA SARTOR
PREFEITO MUNICIPAL

[1]

Av. José Oselame, 209, Centro, Rio Rufino/SC, Cep: 88.658-000
Telefone: 49 3279 0047 – e-mail: gabinete@riorufino.sc.gov.br

Riqueza

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 007/2025

Publicação N° 7252155



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
MUNICÍPIO DE RIQUEZA
9ª LEGISLATURA

PORTARIA N.º 007/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Riqueza, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhes são conferidas, pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Fixar, para os Vereadores ABEL DE OLIVEIRA, CLAUDECIR CECATO, ERNANI ERNZEN E JUNIOR STEFFEN a percepção de 3,75 (três virgula setenta e cinco) diárias para Florianópolis - SC, para cada vereador, a fim de Viagem para visitas junto a assembleia legislativa de SC e demais secretarias e autoridades para obtenção de recursos para o Município de Riqueza, sendo do dia 27/05 a 30 de Maio de 2025 em Florianópolis - SC.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária para cada vereador a Lei Municipal nº 776 de 09 de Abril de 2018 e Lei Municipal nº 949 de 26 de Março de 2025, tendo como valor total da diária R\$ 727,64 (Setecentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), total de 3,75 (três virgula setenta e cinco) diárias, perfazendo um total de R\$ 2.728,65 (Dois mil e setecentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), saída dia 27/05/2025 às 04:00 horas e retorno estimado para o dia 30/05/2025 às 18:00 horas.

Art. 3º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIQUEZA – SC, 22 DE MAIO DE 2025.

JUNIOR STEFFEN
Presidente da Mesa Diretora
Câmara de Vereadores de Riqueza

Rua João Mari, 89 - CEP: 89895-000, Centro, Riqueza/SC - Centro - Riqueza - SC - CEP 89895-000
Fone: (49) 3675-0157 - E-mail: camara@riqueza.sc.gov.br

Romelândia

PREFEITURA

2.731

Publicação Nº 7250964

LEI Nº 2.731

Autoriza o poder executivo a realização de serviços de roçada e limpeza em faixas de domínio nas vias públicas e em imóveis urbanos e rurais particulares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis urbanos e rurais, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, respondendo, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de resíduos de qualquer natureza.

Parágrafo único. Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis lindeiros a vias públicas, principais, secundárias e terciárias, são obrigados a mantê-las roçadas nas suas margens relativas à faixa de domínio, conforme especificado na Lei Municipal n. 2.726/2025, capinados e drenados, respondendo, em qualquer situação, pela manutenção da regular circulação de veículos e máquinas.

Art. 2º - Quando os imóveis a que se refere o artigo 1º e seu parágrafo único se acharem em mau estado de conservação, a Administração Municipal notificará o proprietário ou possuidor para regularizar a situação.

Parágrafo Único: Decorridos 30 (trinta) dias da notificação, caso o proprietário ou possuidor do imóvel não tenha realizado a execução e comunicação da efetiva roçada e/ou limpeza do imóvel, o Município executará os serviços de limpeza e/ou roçada, respeitada a ordem de programação dos serviços, cobrando as taxas devidas.

Art. 3º Não sendo havendo o pagamento dos valores referentes às taxas de limpezas, após as formalidades leais, o Município fara a inscrição do contribuinte em Dívida Ativa.

Art. 4º O Município poderá terceirizar a realização dos serviços de limpezas descritos nessa Lei, mediante contratação de empresa por meio de Processo Licitatório.

Art. 5º As regulamentações, em especial o preço referente à taxa dos serviços no ano de competência, serão feitas por Decreto Municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia SC, 23 de maio de 2025.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal

2.732

Publicação Nº 7250974

LEI 2.732

Dispõe sobre a concessão de uso de bens públicos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o direito de uso à Associação "CLUBE DE IDOSOS RECANTO DA SAUDADE", associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Linha Maringá do Oeste, interior do Município de Romelândia/SC, inscrito no CNPJ sob nº 80.643.224/0001-50, o seguinte imóvel:

I - Parte da Chácara nº 09 (nove), com área de 1.551,00m2(um mil, quinhentos e cinquenta e um metros quadrados, sito em Linha Maringá do Oeste, Município de Romelândia/SC, objeto da matrícula do Ofício de Registro de Imóveis de Anchieta nº 5.208, de propriedade da Prefeitura Municipal de Romelândia", com a seguinte benfeitoria: um pavilhão com 449,75 m2 de construção, denominado "Centro Comunitário Lírio Popp."

Art. 2º A concessão de uso será gratuita e formalizada através de termo no qual será estabelecido as condições de utilização do bem.

Art. 3º O prazo de vigência desta concessão de uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 4º Durante o prazo de vigência desta concessão a Entidade beneficiada arcará com as despesas de manutenção e conservação do referido imóvel.

Art. 5º A entidade somente poderá realizar ampliações ou reformas no imóvel mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. As despesas com ampliações e reformas de que trata o art. 5º ficam a cargo exclusivo da Entidade beneficiada.

Art. 6º O imóvel reverterá automaticamente ao patrimônio do Município de Romelândia em caso de desvirtuamento da finalidade objeto da concessão, a qualquer tempo.

Parágrafo único. Em caso de reversão do bem ao patrimônio do Município, a este passarão a pertencer também todos os bens eventualmente construídos sobre a área, sem que a associação tenha direito a qualquer indenização por parte do Município.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta LEI correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeito Municipal de Romelândia SC, 23 de maio de 2025.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal

5.017

Publicação Nº 7251034

DECRETO Nº 5.017/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.
PRORROGA O PRAZO PARA ENTREGA DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DO ISS - DEISS.

JUAREZ FURTADO, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei, DECRETA:

Art. 1º. O prazo para entrega da Declaração Eletrônica do ISS - DEISS do mês de competência Março de 2025, que seria em 30/04/2025, fica prorrogado até 30/05/2025.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, SC, 23 de maio de 2025.
JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal de Romelândia

CHAMADA PUBLICA Nº 001/2025 RESULTADO PROVISÓRIO

Publicação Nº 7250885

Chamada Pública n. 001/2025

Resultado Provisório

A Secretária Municipal de Saúde de Romelândia, SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, aos interessados, o resultado provisório (antes dos recursos), referente à Chamada Pública 001/2025.

1.Ficam homologas preliminarmente a classificação abaixo:

Cargo: FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

Classificação	Candidato	Qualificação profissional	Tempo de Experiência	Data de nascimento
1º	Luana Andressa Bassani	• Graduação em Farmácia Bacharelado; • Pós-graduação em Saúde Pública.	03 anos, 01 mês e 11 dias.	19/12/1999
2º	Débora Júlia Forgiarini	• Graduação em Farmácia Bacharelado.	02 anos, 02 meses e 16 dias.	10/09/1998

Romelândia (SC), 23 de maio de 2025.
JANE MAIRA JORIS
Secretária Municipal

ALINE GEHRKE PESSOTTO
Enfermeira

ANDERSON LUIZ SCHUSTER
Diretor

Saltinho

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO N° 5394/2025

Publicação N° 7251312

DECRETO N°. 5394/2025, de 23 de Maio de 2025.

Dispõe Sobre a Nomeação Dos Representantes Para Comporem o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Saltinho, para o Biênio 2025/2026 e Dá Outras Providências.

O **Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal 990/2019 de 04 de outubro de 2019, que reestrutura o Conselho Municipal de Saúde (CMS).

Considerando a necessidade de recomposição do Conselho Municipal de Saúde, conforme previsto no Art. 6 e Art. 8º da Lei Municipal 990/2019 de 04 de outubro de 2019, mediante a indicação das entidades/instituições dos novos representantes.

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes, para comporem o Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município de Saltinho, Estado de Santa Catarina, para o biênio 2025/2026, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL E PRESTADORES DE SERVIÇO:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Keiti Keli Perreira dos Santos

Suplente: Fatima de Freitas Peixoto

a) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Valdevino Antunes de Ramos

Suplente: Elizabeth Ferronato

b) Representante dos Prestadores de Serviços (ACS)

Titular: Nelcione Bevilacqua Giareta

Suplente: Roseleni Maria Jacoby Branco de Lima

II – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES EM SAÚDE:

a) Representante dos Profissionais de Enfermagem

b) Titular: Ivonete Rossini Zamboni

Suplente: Denise Correa de Mello

b) Representante da Classe Médica

Titular: Alana Cardozo Macagnan

Suplente: Odirlei Joanir Brandt

c) Representante da classe odontológica

Titular: Rovani Oreste Perera

Suplente: Thais Gallon

III – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DO SUS:

a) Representante das Associações de Pais e Professores (APPs)

Titular: Daniel Perin

Suplente: Gilsomar Teixeira

b) Representante da Câmara Dirigentes Lojistas de Saltinho (ASSISAL/CDL)

c) Titular: Nileia Gladis Lunenburger

Suplente: Silvani Pietro Biasi

d) Representante dos portadores de doenças crônicas.

Titular: Joacir Amaraó Salvador

Suplente: Reni V. Magendanz

e) Representante dos Grupos de Idosos do município de Saltinho.

Titular: Cleilda M. Fuster

Suplente: Ana Lúcia C. Macagnan

f) Representante do clube de mães/damas do município.

Titular: Norma Secchi

Suplente: Maria Geni Gomes de Oliveira

g) Representante do movimento estudantil e Clubes de

Serviços. Titular: Julia Kulba

Suplente: Gabriely Trevisan

Art. 2º. O mandato dos representantes será de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 5002/2023 de 09/08/2023.

EDIMAR NORONHA DE FREITAS
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO PACASSA
Secretaria de Administração e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Sangão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025/PMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025/PMS

Publicação Nº 7251375

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C9B3096CA04569E3BE7407FAD4E952058369AEB

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025/PMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025/PMS

CÓD. REGISTRO DE INFORMAÇÃO (E-SFINGE): 9C9B3096CA04569E3BE7407FAD4E952058369AEB

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema integrado de gestão pública, modalidade SaaS, com acesso ilimitado e simultâneo de usuários, incluindo implantação, migração de dados, suporte, manutenção, treinamento e hospedagem, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Sangão/SC, Câmara de Vereadores, SAMAE e Fundos Municipais, conforme especificações técnicas mínimas do edital, termo de referência e anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h30min do dia 27/05/2025 até às 09h59min do dia 10/06/2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 10h do dia 10/06/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h01min do dia 10/06/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso identificado.

INFORMAÇÕES E/OU CÓPIA NA ÍNTEGRA DESTE EDITAL: No endereço Rodovia SC 443, Km 02, Centro, CEP 88.717-000, Sangão/SC, pelo telefone (48) 3656-3500, através do sítio eletrônico oficial www.sangao.sc.gov.br e diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Sangão/SC, 22 de maio de 2025.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2025

Publicação Nº 7251017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 024/2025. Origem: Processo Administrativo n. 053/2025, Pregão Eletrônico n. 053/2025. Contratante: Município de Santa Rosa do Sul/SC. Contratada: H. F. SOLUÇÕES LTDA, Objeto: AQUISIÇÃO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA AS PREMIAÇÕES DOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC. Empresa vencedora do certame do lote 01, com valor total estimado R\$ 109.797,00 (cento e nove mil e setecentos e noventa e sete reais). Vigência: 22/05/2025 até 22/05/2026.

Santa Rosa do Sul, 22 de Maio de 2025.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025/2025

Publicação Nº 7252600

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 025/2025. Origem: Processo Administrativo n. 047/2025, Pregão Eletrônico n. 047/2025. Contratante: Município de Santa Rosa do Sul/SC. Contratada: DIVIDRY FORROS E DIVISÓRIAS LTDA ME, Objeto: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, PORTAS, FORROS, PAREDES EM DRYWALL E SERVIÇOS CORRELATOS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC. Empresa vencedora do certame do lote 01, com valor total estimado R\$ 237.900,00 (duzentos e trinta e sete mil e novecentos reais). Vigência: 23/05/2025 até 23/05/2026.

Santa Rosa do Sul, 23 de Maio de 2025.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2025 - APOSTILAMENTO

Publicação Nº 7251335

Contrato Nº : 49/2025

Aditivo Nº : 145/2025

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Contratada : ANDREIA MEDEIROS DA SILVA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2025

Objeto : A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AS ESCOLAS, CRECHES, SCFV E DEMAIS SECRETARIAS E PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS, SEMINÁRIOS E REUNIÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, CONFORME DEMANDA, OBEDECIDOS AS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, BEM COMO, AS DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

Vigência : Início: 23/05/2025 Término: 18/02/2026

Assinatura : 23/05/2025

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 17 - 03.001.2002.3339030070000000000.150070000000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 21 - 03.001.2005.3339030070000000000.150170000002 - Gêneros de alimentação

Dotação : 42 - 04.001.2008.3339030070000000000.150070000000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 43 - 04.001.2008.3339030070000000000.155270000000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 54 - 04.001.2010.3339030070000000000.150010010000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 73 - 04.002.2014.3339030070000000000.150070000000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 100 - 05.001.2016.3339030070000000000.150010020000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 192 - 07.001.2035.3339030070000000000.150070000000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 200 - 08.001.2021.3339030070000000000.150070000000 - Gêneros de alimentação

Dotação : 207 - 08.001.2026.3339030070000000000.166070000001 - Gêneros de alimentação

Dotação : 208 - 08.001.2026.3339030070000000000.166070000002 - Gêneros de alimentação

Dotação : 209 - 08.001.2026.3339030070000000000.166170000001 - Gêneros de alimentação

Dotação : 210 - 08.001.2026.3339030070000000000.166170000002 - Gêneros de alimentação

Dotação : 216 - 08.001.2027.3339030070000000000.166070000003 - Gêneros de alimentação

Dotação : 273 - 08.001.2026.3339030070000000000.266070000002 - Gêneros de alimentação

GESTOR: ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3434/2025

Publicação Nº 7252396

DECRETO Nº 3434, DE 23 DE MAIO DE 2025.

ALTERA O DECRETO Nº 1575, DE 27 DE JULHO DE 2022, QUE DETERMINA O REAJUSTE DA TARIFA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O Parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 1575, de 27 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. É garantido o desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor da tarifa fixada no caput deste artigo aos alunos da Rede Municipal de Ensino, aos da Rede Estadual de Ensino, quando adquiridos, mediante termo de parceria, pelo Município de São Bento do Sul, bem como aos alunos do Instituto Federal Catarinense – IFC e CEDUP, além da isenção prevista na Lei Municipal nº 2969/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI

Chefe de Gabinete Assessor de Governo

DECRETO Nº 3435/2025

Publicação Nº 7252414

DECRETO Nº 3435, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DESIGNA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e o que consta no Processo Administrativo nº 16111/2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para constituírem a Comissão de Educação para o Trânsito, que desempenhará o trabalho de educação e orientação sobre o trânsito em escolas, empresas e instituições:

- Alessandro Valmor Frederico;
- Luana Mass Guedes;
- Rafael Verbinenn;
- Rogério Adriano Unger Rodrigues;
- Tiago Alan Machado de Paula.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI

Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA

DECRETO Nº 3436/2025

Publicação Nº 7252632

DECRETO Nº 3436, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor Arno Otto Roesler, ex-vereador deste Município e cidadão de destacada atuação pública;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados à comunidade são-bentense, notadamente sua atuação como relator geral da Lei Orgânica Municipal de São Bento do Sul, marco fundamental da organização institucional do Município;

CONSIDERANDO o pesar da comunidade local e a necessidade de se render justa homenagem à sua memória;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial por 3 (três) dias no Município de São Bento do Sul, contados a partir desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do ex-vereador Arno Otto Roesler.

Art. 2º Durante o período de luto oficial, a bandeira do Município será hasteada a meio-mastro em todos os prédios públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2025

Publicação Nº 7253015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2025
DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MASSAIA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar a extensão de rede de baixa tensão, com fornecimento de mão de obra e materiais, com a finalidade de instalar Iluminação Pública nas vias do município de São Bento do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda e seus anexos ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 51/2025, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Lote: 01				
Item	Descrição	Unidade de medida	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Extensão de rede de baixa tensão para atender a Rodovia SC-418 nas proximidades do trevo que dá acesso à Avenida dos Imigrantes, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 68.030,39	R\$ 68.030,39
02	Extensão de rede de baixa tensão para atender uma via urbana, rua Afonso Rank, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 27.094,95	R\$ 27.094,95
03	Extensão de rede de baixa tensão para atender uma via urbana, rua Alfredo Mallon, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 22.215,22	R\$ 22.215,22
04	Extensão de rede de baixa tensão para atender uma via rural, rua Carlos Schroeder, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 6.687,30	R\$ 6.687,30
05	Extensão de rede de baixa tensão para atender uma via urbana, rua Erika Hinke, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 44.385,16	R\$ 44.385,16
06	Extensão de rede de baixa tensão para atender uma via urbana, rua Miguel Hubl, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 37.632,45	R\$ 37.632,45
07	Extensão de rede de baixa tensão para atender a Rodovia SC-301 nas proximidades do trevo que dá acesso a BR-280, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 35.997,45	R\$ 35.997,45
08	Extensão de rede de baixa tensão para atender o trevo do Urtigão, localizado entre as rodovias Pref. Engelberto Oechsler e Carlos Zipperer Sobrinho, conforme Projeto e Memorial Descritivo.	Serviço	R\$ 16.957,08	R\$ 16.957,08
Total				R\$ 259.000,00

DO VALOR: R\$ 259.000,00 – valor total.

DO PRAZO: O prazo de execução será de no máximo 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de até 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de maio de 2025 e a terminar em 15 de setembro de 2025, para fins administrativos e financeiros, porém a conclusão dos serviços deverá ser realizada no prazo estipulado acima.

São Bento do Sul, 19 de maio de 2025.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

MASSAIA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, como Contratada.

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2025

Publicação Nº 7253028

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2025

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para planejamento, execução e monitoramento de atividades de contraturno para os anos finais do Ensino Fundamental, alinhadas à BNCC e à proposta curricular do Município, com fornecimento diário de alimentação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo a Dispensa de Licitação nº 67/2025, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
1	Contratação de empresa especializada para o planejamento, execução e monitoramento da grade diversificada para atendimento em tempo integral, em contraturno, aos anos finais do ensino fundamental, com foco na formação integral e no desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Proposta Curricular do Município, incluindo o fornecimento diário de almoço e lanche aos estudantes da rede municipal de ensino de São Bento do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	07	Mês	R\$ 55.251,20	R\$ 386.758,40

DO VALOR: R\$ 386.758,40 – valor total.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 26 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2025.

ASS: JOSIAS TERRES, pela Secretaria de Educação do Município.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, como Contratado.

EXTRATO CONTRATO Nº 117/2025

Publicação Nº 7253044

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2025

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI/SC – SÃO BENTO DO SUL.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para planejamento, execução e monitoramento de atividades de contraturno para os anos finais do Ensino Fundamental, alinhadas à BNCC e à proposta curricular do Município, com fornecimento diário de alimentação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo a Dispensa de Licitação nº 68/2025, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
1	Contratação de empresa especializada para o planejamento, execução e monitoramento da grade diversificada para atendimento em tempo integral, em contraturno, aos anos finais do ensino fundamental, com foco na formação integral e no desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Proposta Curricular do Município, incluindo o fornecimento diário de almoço e lanche aos estudantes da rede municipal de ensino de São Bento do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	07	Mês	R\$ 55.251,20	R\$ 386.758,40

DO VALOR: R\$ 386.758,40 – valor total.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 26 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2025.

ASS: JOSIAS TERRES, pela Secretaria de Educação do Município.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI/SC – SÃO BENTO DO SUL, como Contratado.

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 106/2025

Publicação Nº 7252995

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 106/2025

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de nº 326/2024, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TLC ENGENHARIA LTDA, em 06 de novembro de 2024, conforme Edital de Concorrência Pública Eletrônica nº 149/2024.

Considerando o objeto do Contrato no 326/2024 que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para a construção de uma quadra coberta fechada na EBM Professor Carlos Doetsch, situada à Estrada Carlos Schroeder, Nº 2020, Bairro Alpino, em São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos anexos e de acordo com Termo De Compromisso Nº 202141460-1 Processo 23400.001954/2021-65, ID Obra: 4011384, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, documentos anexos ao Edital de Concorrência Pública Eletrônica nº 149/2024 que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando o vencimento do prazo de vigência do contrato em 06 de junho de 2025.

Considerando que a liberação para a assinatura da ordem de serviço e início das obras do contrato supracitado estava dependendo de autorização do sistema SIMEC/PAR para que o engenheiro responsável vinculasse a obra ao Termo de Compromisso nº 202141460-1.

Considerando que o objeto contratado já havia sido licitado anteriormente através do Edital de Concorrência Eletrônica nº 256/2023 e gerado o Contrato nº 305/2023, o qual foi extinto através do Termo de Extinção do Contrato nº 305/2023 de forma consensual entre as partes, visto divergências entre a planilha orçamentária disponibilizada no link do edital e o projeto técnico fornecido, sendo que esta situação não estava contemplada pelo sistema do SIMEC/PAR, o que demandou abertura de chamado para resolução do erro, obtendo o retorno de que o mesmo decorre de erro sistêmico, que já havia sido identificado e encaminhado para correção pelo setor de tecnologia da informação (TI) do FNDE.

Considerando que tal erro foi solucionado apenas em 29 de abril de 2025, sendo então emitida e assinada a ordem de serviço para início das obras, tendo o prazo de execução de 06 (seis) meses, encerrando em 29 de outubro de 2025.

Considerando que em razão do tempo decorrido entre a emissão do contrato (em 06/11/2024) e a efetiva liberação sistêmica e emissão de ordem de serviço para início da obra, o vencimento do prazo de execução ultrapassou o vencimento do prazo de vigência, sendo então necessária a prorrogação do prazo de vigência para assegurar a execução integral do objeto contratado dentro de um cronograma compatível com a realidade atual, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, com base na Cláusula Sexta – do Prazo de Vigência e Prorrogação Parágrafo Único nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 07 (sete) meses, a contar de 07 de junho de 2025 com término em 07 de janeiro de 2026.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 06 de novembro de 2024 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2025.

Ass: JOSIAS TERRES, pela Secretaria de Educação do Município.
TLC ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 114/2025

Publicação Nº 7252971

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 114/2025

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de nº 336/2024, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 13 de novembro de 2024, conforme Edital de Concorrência Eletrônica nº 141/2024.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 336/2024 consiste na contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica das ruas distribuídas no Lote 2: Rua João Latocheski, Rua Miguel Gschwendtner, Rua Ivo Peres e Rua Thereza Weiss, conforme projetos anexos. O processo está atrelado e condicionado fonte de Recursos Próprios, Transferência Especial da União, Transferência Especial Voluntária do Estado, Emendas Parlamentares Impositivas Estadual, Financiamento FINISA, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 Dezembro de 2006, Lei Municipal Nº 4.702/2022, regulamentos municipais, regulamentos federais que não conflitem com as normas municipais, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Concorrência Eletrônica nº 141/2024 e seus anexos, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando o desligamento do servidor Juliano Rodrigo Sdrigotti do quadro de servidores da Prefeitura de São Bento do Sul, designado como Fiscal Técnico de Obra conforme Termo Aditivo nº 359/2024 de 28 de novembro de 2024, se faz necessária a alteração da Cláusula Vigésima Primeira – Fiscalização e Gestão Contratual para que a obra seja acompanhada e fiscalizada pelo servidor Anderson Luiz Nähring, matrícula nº 46.692, CPF nº ***422.189**, lotado na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, ou pelo seu substituto o Servidor Stephan Hinchling Wolff, matrícula nº 45756, CPF nº ***917.999**, lotado na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, designados como Fiscal Técnico de Obra, representantes da Administração especialmente designados conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 5º, 6º, 7º e 8º do Decreto Municipal nº 2285/2023, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Diante do exposto se faz necessário alterar a Cláusula Vigésima Primeira – Fiscalização e Gestão Contratual, conforme abaixo:

Fica alterada a Cláusula Vigésima Primeira – Fiscalização e Gestão Contratual conforme abaixo:

21.2 Lote 2: A fiscalização da execução da obra será acompanhada e fiscalizada servidor Anderson Luiz Nähring, matrícula nº 46.692, CPF nº ***422.189**, lotado na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, ou pelo seu substituto o Servidor Stephan Hinchling Wolff, matrícula nº 45756, CPF nº ***917.999**, lotado na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, designados como Fiscal Técnico de Obra, representante da Administração especialmente designados conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 5º, 6º, 7º e 8º do Decreto Municipal nº 2285/2023, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 13 de novembro de 2024, Termo Aditivo nº 359/2024 de 28 de novembro de 2024 e Termo Aditivo nº 059/2025 de 20 de maio de 2025 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2025.

Ass: BRUNO SEEFELD, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

PORTARIAS Nº 2068/2025 A 2080/2025

Publicação Nº 7252644

PORTARIA Nº 2068, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Prorroga Prazo para Posse

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 16360/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de LUCAS ROBERTO DE SOUZA PEREIRA, no cargo de Cadastrador, do Concurso Público nº 012/2023, de acordo com o § 1º, do art. 19 da Lei nº 228/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2069, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 16369/2025,

EXONERA:

A pedido, a partir de 22 de maio de 2025, DAIANE DE SOUZA KOCHANOWSKI, do cargo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 2070, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2024, considerando a demissão a pedido da servidora

IOLANDA LOPES DOS SANTOS SILVA, e a necessidade de atendimento do público-alvo da Educação Especial conforme previsão do art. 2º, inciso VIII, letra f, da Lei nº 4.602/2022,

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 16373/2025,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ARTHUR PRATES DA SILVA RODRIGUES, para atuar no CEIM Castelo Encantado, na função de Atendente Educativo, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 23 de maio de 2025 a 19 de dezembro de 2025.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2071, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Revoga Portaria nº 1928/2025

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 16414/2025,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 1928, de 15 de maio de 2025, que nomeou ALCIMAR BATISTA MIRANDA, no cargo efetivo de Advogado, na Procuradoria, por desistência espontânea em 22 de maio de 2025.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2072, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 3 de março de 2025, LUCINÉIA DE ANDRADE LOURENÇO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços – Extinção, Grupo Ocupacional Operacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2073, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 3 de fevereiro de 2025, SIRLEI FRANZ NEPPEL, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2074, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 2 de fevereiro de 2025, AMARILDO EDMUNDO PICKOCZ, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2075, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 2 de fevereiro de 2025, FABIANA DO ROCIO RUTHES SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2076, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 15 de março de 2025, ROSILEI APARECIDA CAVALHEIRO, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2077, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 13 de abril de 2025, LUAN RICARDO DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2078, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 16343/2025,

RESOLVE:

Promover, a partir de 16 de abril de 2025, LIRIA LINZMEYER, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2079, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Nomeia Assessor

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4203/2019,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 23 de maio de 2025, LAUANA LETICIA STAL, no cargo de Assessor de Relacionamento Comunitário, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES LUIZ ANTONIO NOVASKI
Chefe de Gabinete Assessor de Governo

PORTARIA Nº 2080, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Concede Licença

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MIRIAN SALETE FILGUEIRA GARCIA, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 16072/2025.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º se dará no período de 07/05/2025 a 16/05/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 07 de maio de 2025.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ TELES
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2025

Publicação Nº 7252034

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2025

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de Assinatura Anual Do Microsoft/Office 365 E Power Bi Ppu E Licenças Perpétuas Do Microsoft Office E Microsoft Windows, para uso da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul.

Item	Especificação	Un.	Quant.	Valor Unitário Máx	Valor Total
1	LICENÇA DE USUÁRIO PERPÉTUA PARA OFFICE HOME & BUSINESS 2024 ESD PARTNUMBER: EP2-06608. (CIN26030)	Serviço	1	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
					R\$ 1.250,00

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, nos termos do art. 94 c/c art. 105, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado até a vigência máxima prevista na Lei Federal n. 14.133/2021.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025.

ASS: AIRTON NORBAL RAMOS NETO, pela EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO do Município.

TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA., como Contratada.

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 104/2025

Publicação Nº 7252951

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 104/2025

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de nº 336/2023 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 21 de dezembro de 2023, conforme Edital de Concorrência Eletrônica nº 242/2023.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 336/2023 consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica de diversas ruas do Município de São Bento do Sul – SC, distribuídas em 3 lotes, sendo **Lote 1 (Lote 2 – SEPLU)**: Ruas das Flores e Inácio Zaleski no Bairro Brasília, Rua Tapajós no Bairro Centenário e Ruas Ervino Tremel, João Dreschler e Rosa Furst no Bairro Progresso, conforme projetos anexos. O processo está atrelado e condicionado a aprovação do financiamento do FINISA (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) através da Caixa Econômica Federal (Processo nº 17944.104134/2023-46) e demais anexos ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 242/2023, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando a necessidade da execução das calçadas para os moradores que tiveram as mesmas danificadas devido à obra na Rua Inácio Zaleski, a fiscalização de obra e contrato solicitam prorrogação do prazo de execução da mesma em 1 (um) mês para conclusão da obra, mantendo-se o prazo de vigência em 21 de dezembro de 2025.

Considerando que nas demais ruas já foram finalizadas as obras e também os serviços extras conforme informação repassada pela fiscalização da obra e contrato, sendo necessário apenas a realização de ajustes de valores entre o quantitativo contratado e o quantitativo efetivamente realizado, conforme detalhado abaixo pela fiscalização:

Rua das Flores:

Itens 2.1 e 2.2: Durante a execução da drenagem da obra, houve a necessidade na execução de caixas de ligação enterradas e bocas de lobo, que excedem a quantidade prevista inicialmente.

Itens 2.3 e 2.4: Ao executar a tubulação de 400 mm prevista para a drenagem pluvial, houve a adição de tubos armados, utilizados nas travessias dentro da via.

Item 2.5: Na realização da escavação da drenagem, houve a necessidade de execução de ligações prediais, de forma que excederam a quantidade prevista em orçamento.

Rua Inácio Zaleski

Para os itens 1.1 ao 1.9, houve a necessidade de pavimentar limpa rodas que não foram previstos em projetos, dessa forma completando a pavimentação como deveria ser.

Item 2.1: Durante a execução da drenagem da obra, houve a necessidade na execução de caixas de ligação enterradas, que excedem a quantidade prevista inicialmente.

Itens 2.2 e 2.3: Ao executar a tubulação de 400 mm prevista para a drenagem pluvial, houve a adição de tubos armados, utilizados nas travessias dentro da via.

Item 2.4: Na realização da escavação da drenagem, houve a necessidade de execução de ligações prediais, de forma que excederam a quantidade prevista em orçamento.

Item 2.5: Ao realizar o assentamento do meio fio pré-moldado, houve a constatação da ausência do quantitativo do item para os raios de curva e limpa rodas, havendo a necessidade de acréscimo.

Dos Itens 3.1 ao 3.2 houve a necessidade de execução das calçadas de moradores que possuíam calçadas e as mesmas foram danificadas devido à obra, dessa forma havendo a necessidade de refazer as mesmas.

Rua Tapajós

Item 2.1: Na realização da escavação da drenagem, houve a necessidade de execução de ligações prediais, que excediam as quantidades previstas em orçamento.

Solicita-se a supressão dos itens de iluminação, os quais necessitam da fixação dos postes no passeio da via e por se tratar de passeio em paver com largura reduzida e devido à proximidade das residências, os itens ficariam localizados de forma a dificultar o trânsito dos pedestres.

Rua Ervino Tremel

Item 2.1: Na realização da escavação da drenagem, houve a necessidade de execução de ligações prediais, de forma que excederam a quantidade prevista em orçamento.

Item 2.2: Durante a execução da drenagem da obra, houve a necessidade na execução de bocas de lobo, que excedem a quantidade prevista inicialmente.

Assim, solicita-se a adição dos itens acima mencionados.

Item 2.3: Ainda, houve a necessidade de execução de um dreno, com o objetivo canalizar um recurso hídrico.

Itens 3.1 e 3.2: Durante a execução da sub-base, encontraram-se pontos de solo mole, que não sofriam compactação, sendo necessária a remoção e preenchimento com rachão.

Rua João Dreschler

Item 5.1: Ao executar os serviços de drenagem e meio fio da obra, houve a necessidade da remoção do passeio existente em frente à casa de esquina até a casa de nº 40, desta forma, após a conclusão dos serviços, houve a realização do passeio em concreto, em uma área de 83,10 m², conforme solicitado pelo fiscal da obra.

Rua Rosa Furst

Item 2.1: Na realização da escavação da drenagem, houve a necessidade de execução de ligações prediais, não previstas em orçamento.

Itens 2.2: Durante a execução da drenagem da obra, houve a necessidade na execução de caixas de ligação enterradas, não previstas inicialmente.

Item 5.1: Ao executar o aditivo de passeio em concreto, houve a solicitação por parte dos moradores e do fiscal, em realizar um adicional nas casas que tiveram suas calçadas danificadas, as quais não estavam quantificadas no aditivo anterior.

Diante do exposto, se faz necessário prorrogar o prazo de execução conforme Cláusula Sexta – do Prazo de Vigência e Prorrogação, Parágrafo Único e aditar e suprimir os valores do referido contrato com base na Cláusula Vigésima Segunda – das Alterações e Art. 124 e Art. 125, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Item 2 – Pavimentação Asfáltica da Rua Inácio Zaleski, Bairro Brasília por 01 (um) mês, a contar de 21 de maio de 2025 à 21 de junho de 2025.

Mantém-se o prazo de vigência com término em 21 de dezembro de 2025.

Fica aditivado no contrato o valor total de **R\$ 191.956,93** (cento e noventa e um mil novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos) conforme itens abaixo e pagamentos de acordo com o contrato original:

Rua das Flores

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	OBRAS DE DRENAGEM				
2.1	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	UNID.	10	R\$ 329,58	R\$ 3.295,76
2.2	BOCA DE CAPTAÇÃO SIMPLES COM BLOCOS DE CONCRETO MACIÇO E GRELHA DE FERRO FUNDIDO	UNID.	5	R\$ 1.367,57	R\$ 6.837,87
2.3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM - NF 15169	M	10	R\$ 102,00	R\$ 1.020,00
2.4	ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DE 400 MM- JUNTA COM GEOTEXTIL	M	10	36,28	362,77
2.5	PROLONGAMENTO REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - DN 100MM	UNID.	2	215,28	430,56
VALOR TOTAL					R\$ 11.946,96

Rua Inácio Zaleski

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
1.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	m²	360	R\$ 2,28	R\$ 820,80

1.2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME SECO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	54	R\$ 158,02	R\$ 8.533,08
1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³xkm	2.880,00	R\$ 2,01	R\$ 5.788,80
1.4	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	54	R\$ 177,01	R\$ 9.558,54
1.5	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³xkm	2.880,00	R\$ 2,01	R\$ 5.788,80
1.6	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO	m²	360	R\$ 5,88	R\$ 2.116,80
1.7	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO RR-2C	m²	360	R\$ 4,19	R\$ 1.508,40
1.8	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	18	R\$ 1.574,17	R\$ 28.335,06
1.9	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³xkm	172,81	R\$ 2,01	R\$ 347,35
SUBTOTAL					R\$ 62.797,63
2.0	DRENAGEM PLUVIAL				
2.1	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	unid	16	R\$ 638,03	R\$ 10.208,48
2.2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM - NF 15182	m	7	R\$ 102,00	R\$ 714,00
2.3	ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DE 400 MM-JUNTA COM GEOTEXTIL	m	7	R\$ 36,28	R\$ 253,96
2.4	PROLONGAMENTO REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - DN 100MM	unid	4	R\$ 215,28	R\$ 861,12
2.5	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	m	100	R\$ 54,11	R\$ 5.411,00
SUBTOTAL					R\$ 17.448,56
3.0	PASSEIO				
3.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	m²	1.234,35	R\$ 2,25	R\$ 2.777,29
3.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	74,06	R\$ 654,77	R\$ 48.492,27
SUBTOTAL					R\$ 51.269,55
					R\$ 131.515,74

RuaTapajós

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	DRENAGEM				
2.1	PROLONGAMENTO REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - DN 100MM	UNID.	10,00	R\$ 215,28	R\$ 2.152,80
VALOR TOTAL					R\$ 2.152,80

Rua Ervino Tremi

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0	DRENAGEM PLUVIAL				
1.1	PROLONGAMENTO REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - DN 100MM	unid	12	R\$ 215,28	R\$ 2.583,36
1.2	BOCA DE CAPTAÇÃO SIMPLES COM BLOCOS DE CONCRETO MACIÇO E GRELHA DE FERRO FUNDIDO	unid	2	R\$ 1.367,57	R\$ 2.735,14
1.3	DRENO DE PVC - SINAPI 102666	m	36	R\$ 52,60	R\$ 1.893,60
SUBTOTAL					R\$ 7.212,10
2.0	PAVIMENTAÇÃO				
2.1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME SECO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	70	R\$ 158,02	R\$ 11.061,40
2.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³xkm	629,99	R\$ 2,01	R\$ 1.266,28
SUBTOTAL					R\$ 12.327,68
VALOR TOTAL					R\$ 19.537,84

Rua João Dreschler

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
55	OBRAS COMPLEMENTARES				
5.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO (ESP= 6 CM)	UNID.	9,00	R\$ 711,73	R\$ 6.405,57
VALOR TOTAL					R\$ 6.405,57

Rua Rosa Furst

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0	DRENAGEM PLUVIAL				
1.1	PROLONGAMENTO REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - DN 100MM	unid	5	R\$ 215,28	R\$ 1.076,40
1.2	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	unid	12	R\$ 638,03	R\$ 7.656,36
SUBTOTAL					R\$ 8.732,76
2.0	OBRAS COMPLEMENTARES				
2.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO (ESP= 6 CM)	m³	16,39	R\$ 711,73	R\$ 11.665,25
SUBTOTAL					R\$ 11.665,25
VALOR TOTAL					R\$ 20.398,01

Fica suprimido do contrato o valor total de **R\$ 22.099,96** (vinte e dois mil noventa e nove reais e noventa e seis centavos) conforme itens abaixo e pagamentos de acordo com o contrato original:

Rua Tapajós

SUPRESSÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO	VALOR TOTAL

				UNIT. (R\$)	(R\$)
5.1	ILUMINAÇÃO PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES				
5.1.1	ILUMINAÇÃO PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES - POSTE DE AÇO CÔNICO H=9M, BRAÇO SIMPLES, ILUMINÇÃO EM LED - SAPATA 40X40X100	UNID.	4,00	R\$ 5.524,99	R\$ 22.099,96
VALOR TOTAL					R\$ 22.099,96

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 21 de dezembro de 2023, Termo Aditivo nº 187/2024 de 25 de junho de 2024, Termo Aditivo nº 245/2024 de 15 de agosto de 2024, Termo Aditivo nº 291/2024 de 02 de outubro de 2024, Termo Aditivo nº 315/2024 de 16 de outubro de 2024, Termo Aditivo nº 370/2024 de 02 de dezembro de 2024, Termo Aditivo nº 004/2025 de 20 de janeiro de 2025, Termo Aditivo nº 043/2025 de 05 de março de 2025 e Termo Aditivo nº 051/2025 de 17 de março de 2025 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2025.

Ass: BRUNO SEEFELD, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

RETIFICAÇÃO EXTRATO REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01 2025

Publicação Nº 7252113

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

Publicado no DOM, em 22/05/2025, publicação nº 7242543, onde se lê: A nova data da seção pública será dia 25 de junho de 2025 às 09:00, os envelopes poderão ser protocolados até às 08:30 do dia 25 de junho de 2025.

leia-se: A nova data da seção pública será dia 27 de junho de 2025 às 09:00, os envelopes poderão ser protocolados até às 08:30 do dia 27 de junho de 2025.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto, para que este produza os seus efeitos conforme lei.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, fone: (47) 3631-0431, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h:00min.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2025

MARCELO MARQUES
Secretário Municipal de Saúde

TERMO ADITIVO CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 02/2024

Publicação Nº 7255384

**PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL**
ESTADO DE SANTA CATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 02/2024 – que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ – CESUMAR** para os fins que especifica.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, com sede e foro na Rua Jorge Lacerda n. 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, portador do RG n. 4.799.576 e do CPF n. 003.978.188-74, doravante denominado **CONCEDENTE** e de outro lado, **CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ – CESUMAR**, situada na Avenida Guendner, 1610, Jd. Aclimação, Maringá/PR, CEP 87050-390, inscrita no CNPJ sob nº 77.256.617/0001-99 – neste ato representada pela Diretora de Graduação Sr. KÁTIA SOLANGE COELHO, inscrita o CPF sob nº 844.793.889-15 e portadora do RG nº 3522040 SSP/PR, doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 02/2024**, convencionando entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente convênio tem por objeto proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos dos cursos mantidos pela **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** indicados pela mesma e aceitos pela **CONCEDENTE** do estágio, nas dependências das unidades de serviço do Município de São Bento do Sul/SC – Poder Executivo. Através do presente, fica renovada a vigência do convênio ora aditado pelo período de 02 (dois) anos, contados a partir de 13 de junho de 2025, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do termo firmado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam ratificadas e permanecem em vigor, as demais cláusulas e itens do Termo de Convênio 02/2024 não alteradas pelo presente aditivo.

Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

São Bento do Sul/SC, 06 de maio de 2025.

CONCEDENTE,
por seu Prefeito Municipal, ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro 89280-902 São Bento do Sul – SC www.saobentodosul.sc.gov.br
Fone: (47) 3631-6000 / E-mail: prefeitura@saobentodosul.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/05/2025 07:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p8644aa36e404a>.





PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA

Assinatura Eletrônica
14/05/2025 20:09 UTC
BRy *Kátia Solange Coelho*
844 *** *-15
KATIA SOLANGE COELHO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO,
por sua representante legal KÁTIA SOLANGE COELHO
CPF nº 844.793.889-15

Testemunhas:

Debora Elaine Bello
Secretária de Administração
CPF nº 059.628.569-88

Ivan Carlos Klein
Diretor de Recursos Humanos
CPF nº 003.410.359-71



Assinado digitalmente por:
IVAN CARLOS KLEIN
Diretor RH
26/05/2025 07:47:45

Supervisor de estágio na CONCEDENTE
Filipe Weihermann



Assinado digitalmente por:
FILIPE WEIHERMANN
26/05/2025 07:39:21

Coordenador de estágio na INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Kátia Solange Coelho

Assinatura Eletrônica
15/05/2025 13:21 UTC
BRy *Kátia Solange Coelho*
844 *** *-15
KATIA SOLANGE COELHO

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO 23/2025**

Publicação Nº 7251324

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F264686080D3092D7CAB7F4EB35FD76C53A06039

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria administrativa e contábil, envolvendo compliance e treinamento de servidores do Samae São Bento do Sul/SC. As áreas de atuação e demais especificações da realização do serviço serão detalhadas neste termo de referência.

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30min do dia 12/06/2025

INÍCIO DA SESSÃO: dia 12/06/2025, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.samaesbs.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser solicitadas em campo específico no site do Portal de Compras Públicas. São Bento do Sul, 23/05/2025.

OSVALCIR PETERS

Diretor-Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2025

Publicação Nº 7252233

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Pregão Eletrônico nº 10/2025, Processo Administrativo nº 10/2025

CONTRATO Nº 29/2025

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

CONTRATADA: PROJAQUES DEDETIZAÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO EIRELI

VIGÊNCIA: INÍCIO: 23/05/2025 - TÉRMINO: 23/05/2026

DO OBJETO: Prestação de serviço continuado de controle de pragas urbanas, compreendendo dedetização/desinsetização e desratização, a serem realizadas nas dependências (áreas internas e externas), da Usina de Processamento de Resíduos – UPR (área total construída de 1.700m²), localizada na rua João Wenceslau Pscheidt, nº 1200, Bairro Brasília, e no Galpão de Armazenamento de Recicláveis, localizado na rua Orlando Ziebarth, nº 77, Bairro Progresso, São Bento Do Sul/SC.

DO VALOR: O valor total da contratação é de R\$ 40.800,00, já incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários para a perfeita execução integral do objeto contratado, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
01	Serviço mensal de desratização e disinsetização, para controle de baratas, moscas, formigas, mosquitos, aranhas e ratos, na Usina de Processamento de Resíduos – UPR, Rua João Wenceslau Pscheidt, 1.200, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC. (Área de 1.700 m²). Com tratamento interno e externo e visitas de controle semanais. Forma de execução: Com aplicações fixas semanais nas áreas internas e externas, e visitas de controle.	12	Mês	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
02	Serviço mensal de desratização e disinsetização, para controle de baratas, moscas, formigas, mosquitos, aranhas e ratos, em galpão industrial, (Área de 1.329,73 m²), localizado na Rua Orlando Ziebarth, nº 77, Bairro Progresso, São Bento do Sul/SC. Com tratamento interno e externo e visitas de controle semanais. Forma de execução: Com aplicações fixas semanais nas áreas internas e externas, e visitas de controle.	12	Mês	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO UTILIZADA	
CÓDIGO DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
2025	
1445	Referência
23005	Sistema de Resíduos Sólidos
2069	Coleta e Transbordo de Resíduos
333903900	Outros Serviços Pessoa Jurídica
333903978	Limpeza e Conservação
175370000200	Vínculo

São Bento do Sul, 26 de maio de 2025.

OSVALCIR PETERS - Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 87, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252589

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 87, de 22 de maio de 2025.
"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER, ao servidor RENATO JOSÉ QUOST, matrícula 332, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, Grupo Ocupacional 2, Nível IV, lotado nesta Autarquia Municipal, o enquadramento na Classe "J", referente ao período 2022/2025, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 26 de maio de 2025.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 88, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252591

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 88, de 22 de maio de 2025.
"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER, ao servidor PAULO SCHWIRKOWSKI, matrícula 474, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, Grupo Ocupacional 3, Nível IV, lotado nesta Autarquia Municipal, o enquadramento na Classe "D", referente ao período 2022/2025, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos a 09 de maio de 2025.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 89, DE 22 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252595

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 89, de 22 de maio de 2025.
"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER, ao servidor MARCOS SALVADOR, matrícula 494, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 3, Nível I, lotada nesta Autarquia Municipal, o enquadramento na Classe "B", referente ao período 2022/2025, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 27 de maio de 2025.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PORTARIA 1770 DE 23 05 25 CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARINES

Publicação Nº 7251444

PORTARIA Nº 1770, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar Municipal nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar Municipal nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar Municipal nº 088, de 16/11/2023; Lei Complementar Municipal nº 089 de 21/12/2023; e:

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, protocolo nº 6314/2025;

CONSIDERANDO que, a servidora necessita acompanhar, de forma constante, seu cônjuge que está internado em hospital, em razão de queda com várias fraturas;

CONSIDERANDO a recomendação médica sobre a necessidade do acompanhamento contínuo;

CONSIDERANDO o Estudo Social elaborado pela Assistente Social do Município, com parecer favorável à concessão da licença;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora pública municipal, Marines Aparecida Slendark dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em provimento efetivo, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 19 de maio de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2025.

São Domingos (SC), 23 de maio de 2025.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

André Aniba Sartori

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 1771 DE 23 05 25 CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LIANE

Publicação Nº 7251439

PORTARIA Nº 1771, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar Municipal nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar Municipal nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar Municipal nº 088, de 16/11/2023; Lei Complementar Municipal nº 089 de 21/12/2023; e:

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, protocolo nº 6313/2025;

CONSIDERANDO que, a servidora necessita acompanhar, de forma constante, sua mãe que está internada em hospital;

CONSIDERANDO lista de acompanhante fornecida pelos Hospital Regional São Paulo, de Xanxerê (SC);

CONSIDERANDO o Estudo Social elaborado pela Assistente Social do Município, com parecer favorável à concessão da licença;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora pública municipal, Liane Maria Sartori, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em provimento efetivo, por um período de 05 (cinco) dias, a partir do dia 19 de maio de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2025.

São Domingos (SC), 23 de maio de 2025.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

André Aniba Sartori
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 1772 DE 23 05 25 CONCEDE FERIAS E ABONO PECUNIÁRIO RENATO KHUN

Publicação Nº 7251573

PORTARIA Nº 1772, DE 23 DE MAIO DE 2025
Concede férias e abono pecuniário ao servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar nº 087, de 09/11/2023 e:

CONSIDERANDO requerimento protocolado no Departamento de Recursos Humanos, solicitando a concessão do gozo de férias e a transformação em abono pecuniário de 10 dias;

CONSIDERANDO que o servidor público possui 40 (quarenta dias) de férias a ser gozada;

CONSIDERANDO que há previsão legal, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 66 da Lei Complementar Municipal nº 084/2023 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para conversão em abono pecuniário até dez dias das férias anuais, a critério do servidor;

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Renato Kuhn	Operador de Máquina	03/02/2023 a 02/02/2023	10	26/05/2025 a 04/06/2025

Art. 2º Fica convertido em abono pecuniário 10 dias, das férias vencidas relativo ao período aquisitivo 03/02/2024 a 02/02/2025 ao servidor público municipal Renato Kuhn, ocupante do cargo público de Operador de Máquinas

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de maio de 2025

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

André Aniba Sartori
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 1773 DE 23 05 25 CONCEDE FÉRIAS FRANCISMARA MARIANI

Publicação Nº 7251576

PORTARIA Nº 1773, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081, de 13/02/2023; Lei Complementar Municipal nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar Municipal nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar Municipal nº 088, de 16/11/2023; e:

CONSIDERANDO requerimento protocolado junto ao Departamento de Recursos umanosHumanos;

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedida FÉRIAS à servidora pública municipal conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Francismara Aparecida Mariani	Psicólogo	11/09/2021 a 10/09/2022	13	02/06/2025 a 14/06/2025

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de maio de 2025.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

André Aniba Sartori
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.009/2025

Publicação Nº 7252044

DECRETO Nº 5.009, DE 23 DE MAIO DE 2025.

REGULAMENTA LEI Nº 3.139, DE 21 DE MAIO DE 2025 QUE AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE R\$ 6.136,40, PARA FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 6.136,40 (seis mil cento e trinta e seis reais e quarenta centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025, em conformidade com Lei nº 3.066/2024, combinado art. 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/1964, das seguintes dotações orçamentárias:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul	
Unidade Orçamentária: 22.002 Funcional programática: 22.002.0013.0392.0035.2116 Elemento de Despesa: 3390000000 - Aplicações diretas	Departamento de Cultura Ação: Manutenção dos Eventos Culturais Fonte de Recurso: 271970000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 6.136,40	

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	
Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul	
Unidade Orçamentária: 22.002	Departamento de Cultura
Funcional programática: 22.002.0013.0392.0035.2116 Elemento de Despesa: 3360000000 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	Atividade: Manutenção do Fundo Municipal de Cultura Fonte de Recurso: 271970000000 - Transferências Política Nacional Aldir Blanc Fomento à Cultura Lei nº 14.399/2022
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ R\$ 6.136,40	

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 3.028, de 02 de outubro de 2024, passa a incorporar as alterações deste Decreto, no sentido de que o Poder Executivo poderá adequar as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa e a receita, em virtude de reprogramação, de forma a assegurar o equilíbrio das contas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
São Francisco do Sul, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

DECRETO Nº 5.010/2025

Publicação Nº 7252052

DECRETO Nº 5.010, DE 23 DE MAIO DE 2025.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 69.000,00

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, com base nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 3.066 de 09 de dezembro de 2024:

DECRETA:
Art. 1º Fica incluído no orçamento do corrente exercício, o vínculo - 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos, na seguinte dotação orçamentária:

Funcional programática: 15.002.0027.0812.0016.2075 Elemento de Despesa: 3350000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	Ação: Manutenção das atividades Esportivas e Lazer Fonte de Recurso: 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos
---	---

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
Secretaria Municipal de Esporte	
Unidade Orçamentária: 15.002 Funcional programática: 15.002.0027.0812.0016.2075 Elemento de Despesa 3350000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	Diretoria de Esporte e Lazer Ação: Manutenção das atividades Esportivas e Lazer Fonte de Recurso 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 69.000,00	

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito indicado será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura de 2024, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 3.066/2024, que aprovou o orçamento para o exercício de 2025.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passa a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com Art. 3º, da Lei nº 3.028, de 02 de outubro de 2024.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 5.010, DE 23 DE MAIO DE 2025.

O presente decreto tem como objetivo abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), esses recursos são provenientes do superávit financeiro do exercício anterior da fonte 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos, que serão destinados à cota patrocínio para Associação de Surf, referente à realização de campeonato esportivo da modalidade.

São Francisco do Sul – SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.011/2025

Publicação Nº 7252107

DECRETO Nº 5.011, DE 23 DE MAIO DE 2025.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 100.000,00

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, com base nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 3.066 de 09 de dezembro de 2024:

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
Secretaria Municipal de Esporte

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
Unidade Orçamentária: 15.002 Funcional programática: 15.002.0027.0812.0016.2075 Elemento de Despesa 3390000000 - Aplicações diretas	Diretoria de Esporte e Lazer Ação: Manutenção das atividades Esportivas e Lazer Fonte de Recurso 271032100000 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 100.000,00	

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura de 2024, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 3.066/2024, que aprovou o orçamento para o exercício de 2025.

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passa a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com Art. 3º, da Lei nº 3.028, de 02 de outubro de 2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET

Secretária Municipal de Finanças

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 5.011, DE 23 DE MAIO DE 2025

O presente decreto tem como objetivo abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), esses recursos são provenientes do superávit financeiro do exercício anterior da fonte 271032100000 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado, para aquisição de uniformes, material esportivo e equipamentos destinados às equipes de rendimento e às escolinhas de modalidade futsal nas categorias adulto, sub17, sub09, sub11, sub13, sub 15, sub17 e sub20.
A solicitação tem como base a Emenda Impositiva nº2053/2024, de autoria do Deputado Fernando Krelling.

São Francisco do Sul – SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.012/2025

Publicação Nº 7252146

DECRETO Nº 5.012, DE 23 DE MAIO DE 2025.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R\$ 45.000,00

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, com base nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal Lei nº 3.066, de 09 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025, de conformidade com art. 7º, da Lei Municipal Lei nº 3.066, de 09 de dezembro de 2024, que aprovou o orçamento para o exercício de 2025, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, das seguintes dotações orçamentárias:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Unidade Orçamentária: 17.003	Gerência Ambiental
Funcional programática: 17.003.0018.0541.0019.2088	Ação: Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
Elemento de Despesa 3390000000 - Aplicações diretas	Fonte de Recurso 175370000300 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Taxas Ambientais
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 45.000,00	

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte dotação especificada

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Unidade Orçamentária: 17.003	Gerência Ambiental
Funcional programática: 17.003.0018.0541.0019.2088	Ação: Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa 4490000000 - Aplicações diretas	Fonte de Recurso 175370000300 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos - Taxas Ambientais
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 45.000,00	

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, de acordo com os artigos 3º e 4º da Lei nº 3.028, de 02 de outubro de 2024, passa a incorporar as alterações desta Lei, no sentido de que o Poder Executivo poderá adequar as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa e a receita, em virtude de reprogramação, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 5.012, DE 23 DE MAIO DE 2025

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com o remanejamento de um elemento de despesa para outro dentro da mesma ação, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Considerando que o consórcio CIMCATARINA entregou o Diagnóstico Socioambiental do Município em 2019, estudo este de suma importância para identificarmos as áreas urbanas consolidadas do município, e que o mesmo não foi levado ao CMMA para apreciação e aprovação, a nova contratação do consórcio justifica-se pelo motivo de que a metodologia aplicada em 2019 diverge da atual, sendo, portanto, necessário uma atualização do estudo para posterior aprovação. Para uma determinado área ser considerada urbana consolidada, Conforme descrito na Lei Federal n 14285/2021, a mesma deve atender os seguintes critérios: a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica; b) dispor de sistema viário Implantado, c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados; d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residencial, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas a prestação do serviços; o) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

1. drenagem de águas pluviais;
2. esgotamento sanitário;
3. abastecimento de água potável;
4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e
5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

São Francisco do Sul – SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.687/2025

Publicação Nº 7252159

PORTARIA nº 20.687, de 23 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, c/c art. 84, inciso II, alínea “a”, todos da Lei Orgânica do Município; de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015; e conforme requerimento nº 003/2024 do IPRESF;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Regra de Transição), com base no art. 3º, da EC n.º

47/2005; art.47 c/c art. 45, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; art. 20, §4º, c/c, 36, II, ambos da EC n.º 103/2019, a servidora VERA LUCIA HEIN TEICOFSKI, matrícula nº 229199, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE EXECUTIVO, Nível E3-VK GOM com carga horária de 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito à paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 08/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2025.

São Francisco do Sul - SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

IDELSON ALVES PORTO
Presidente do IPRESF

	Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 20.688/2025

Publicação Nº 7252164

PORTARIA nº 20.688, de 23 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 18625/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar, para todos os fins, o tempo de contribuição da servidora pública municipal ADALMAR REGINA COSTA RODRIGUES, matrícula nº 8070369, inscrita no CPF sob o nº 477.495.989-87, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Professora Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A averbação, que se refere o artigo anterior, bem como o tempo de contribuição e o tempo de aproveitamento, ocorrem em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição (doc. Anexo) expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, protocolo nº 19027060100279258, no dia 23 abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 23 de maio de 2025.
GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.
--	--

PORTARIA Nº 20.689/2025

Publicação Nº 7252172

PORTARIA nº 20.689, de 23 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSANA APARECIDA CARVALHO DA SILVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 421.792.899-87, aprovada no Concurso Público nº 001/2023, para o cargo de Professora de Ensino Fundamental I, com classificação nº 92 com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul-SC, com vencimento fixado em Lei, a partir de 21 de Maio de 2025.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de maio de 2025.
GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.
--	--

PORTARIA Nº 20.690/2025

Publicação Nº 7252176

PORTARIA nº 20.690, de 23 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 17754/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar, para todos os fins, o tempo de contribuição da servidora pública municipal ADRIANA CRISTINA PACIFICO, matrícula nº 385891, inscrita no CPF sob o nº 751.170.539-15, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Agente Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º A averbação, que se refere o artigo anterior, bem como o tempo de contribuição e o tempo de aproveitamento, ocorrem em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição (doc. Anexo) expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, protocolo nº 14023070100063255, no dia 11 maio de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 20.691/2025

Publicação Nº 7252206

PORTARIA nº 20.691, de 23 de maio de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o fundamento do Art. 93, § 2º da L.C. nº 008/2003;

CONSIDERANDO o Processo de nº 16538/2025, de 30 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Sem Remuneração para tratar de Assuntos Particulares, pelo período de 2 (dois) anos, a servidora DENISE CARDOSO GONÇALVES, matrícula funcional nº 551600-01, inscrita no CPF sob o nº 450.991.899-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22 de Maio de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 22 de maio de 2025.

São Francisco do Sul – SC, 23 de maio de 2025.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 20.688/2025 - ANEXO I

Publicação Nº 7252168



CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

23/04/2025

Nome do Requerente

ADALMAR REGINA COSTA RODRIGUES

Protocolo: 19027060100279258

NIT: 1162361380-3

CPF: 47749598987

Nome da mãe

ELI REGINA TAVARES COSTA

Data de Nascimento

24/04/1964

Doc. Identidade

47749598987

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

8070369

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
Número:
Documento: 2538699 - CTPS Série: 40
Função: ORIENTADORA DE CURSO
Período Contribuição: 02/04/2014 a 18/07/2014 Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 15 dia(s)

Empregador: MUNICIPIO DE ARAQUARI
Número: 831022280001-10
Documento: 2538699 - CTPS Série: 40
Função: SUPERVISORA ESCOLAR
Período Contribuição: 02/04/2014 a 03/07/2014 Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 3 mes(es), 2 dia(s)

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-6
Documento: 2538699 - CTPS Série: 40
Função: PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL
Período Contribuição: 04/08/2014 a 09/07/2015 Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 11 mes(es), 6 dia(s)
*Período Aproveitado: 04/08/2014 a 09/07/2015 Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 11 mes(es), 6 dia(s)

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
Número: 36037390022

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
04/2014	111.09	05/2014	113.11	06/2014	113.11
07/2014	348.52				

Empregador: MUNICIPIO DE ARAQUARI
Número: 83102228000110

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
04/2014	2,387.22	05/2014	2,469.53	06/2014	2,469.53
07/2014	246.95				

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 8310226900016

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
08/2014	1,195.62	09/2014	1,328.47	10/2014	1,749.14
11/2014	1,549.88	12/2014	1,549.88	01/2015	1,549.88
02/2015	1,549.88	03/2015	1,549.88	04/2015	1,735.86
05/2015	1,642.88	06/2015	1,642.88	07/2015	147.86

**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

23/04/2025

Nome do Requerente

ADALMAR REGINA COSTA RODRIGUES

Protocolo: 19027060100279258**NIT:** 1162361380-3**CPF:** 47749598987**Nome da mãe**

ELI REGINA TAVARES COSTA

Data de Nascimento

24/04/1964

Doc. Identidade

47749598987

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

8070369

OBSERVAÇÕES:

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 448 dia(s), correspondendo a 1 Ano(s), 2 Mês(es) e 23 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 336 dia(s), correspondendo a 0 Ano(s), 11 Mês(es) e 6 Dia(s), conforme informado acima.

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 2 página(s).

Lavrei a Certidão

Visto do Dirigente do Órgão

SANTA MARIA, 29/04/2025

1492485

Matrícula do Servidor

Alessandro Antônio Stefanutto

Presidente do INSS

Órgão Local: SANTA MARIA - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SANTA MARIA/RS

Endereço: RUA VENÂNCIO AIRES, 2114 19027060 CEP: 97010004

CENTRO, SANTA MARIA - RS

8578797804 (para uso do INSS)



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 250429NUKJDT46

PORTARIA Nº 20.690/2025 - ANEXO I

Publicação Nº 7252186



CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

11/05/2025

Nome do Requerente

ADRIANA CRISTINA PACIFICO

Protocolo: 14023070100063255

NIT: 2685824875-5

CPF: 75117053915

Nome da mãe

MARISA PACIFICO

Data de Nascimento

17/04/1972

Doc. Identidade

2843214

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

FUNDAC SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

385891

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: JORGE LUIS FERNANDES DE OLIVEIRA

Número: 2009011541-9

Documento: 46096 - CTPS Série: 15

Função: SECRETARIA

Período Contribuição: 01/10/1990 a 21/12/1990

*Período Aproveitado: 01/10/1990 a 21/12/1990

Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 2 mes(es), 21 dia(s)

Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 2 mes(es), 21 dia(s)

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Número: 831022690001-6

Documento: 46096 - CTPS Série: 15

Função: ATENDENTE DE CRECHE

Período Contribuição: 29/09/1992 a 30/04/1996

*Período Aproveitado: 29/09/1992 a 30/04/1996

Tempo de Contribuição: 3 ano(s), 7 mes(es), 2 dia(s)

Tempo Aproveitado: 3 ano(s), 7 mes(es), 2 dia(s)

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Número: 831022690001-6

Documento: 46096 - CTPS Série: 15

Função: AGENTE EXECUTIVO

Período Contribuição: 01/05/1996 a 09/07/2015

*Período Aproveitado: 01/05/1996 a 09/07/2015

Tempo de Contribuição: 18 ano(s), 10 mes(es), 12 dia(s)

Tempo Aproveitado: 18 ano(s), 10 mes(es), 12 dia(s)

B - TEMPO DE BENEFÍCIO

Período: 01/08/2003 a 28/11/2003

Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 3 mes(es), 25 dia(s)

C - LICENÇA SEM VENCIMENTOS

Período: 04/08/2003 a 30/11/2003

Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

11/05/2025

Nome do Requerente

ADRIANA CRISTINA PACIFICO

Protocolo: 14023070100063255**NIT:** 2685824875-5**CPF:** 75117053915**Nome da mãe**

MARISA PACIFICO

Data de Nascimento

17/04/1972

Doc. Identidade

2843214

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

FUNDAC SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

385891

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Número: 8310226900016

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
07/1994	81.79	08/1994	86.70	09/1994	91.04
10/1994	91.04	11/1994	110.11	12/1994	144.09
01/1995	131.71	02/1995	126.62	03/1995	139.29
04/1995	139.27	05/1995	139.29	06/1995	146.24
07/1995	146.24	08/1995	146.24	09/1995	146.24
10/1995	146.24	11/1995	146.24	12/1995	146.24
01/1996	100.00	02/1996	100.00	03/1996	100.00
04/1996	100.00				
05/1996	256.38	06/1996	268.68	07/1996	247.15
08/1996	256.38	09/1996	225.61	10/1996	225.61
11/1996	225.61	12/1996	287.14	01/1997	341.13
02/1997	348.21	03/1997	348.21	04/1997	273.59
05/1997	290.82	06/1997	290.82	07/1997	290.82
08/1997	440.61	09/1997	305.37	10/1997	305.37
11/1997	305.37	12/1997	305.37	01/1998	305.37
02/1998	305.37	03/1998	305.37	04/1998	305.37
05/1998	305.37	06/1998	329.82	07/1998	329.82
08/1998	329.82	09/1998	329.82	10/1998	329.82
11/1998	329.82	12/1998	329.82	01/1999	130.00
02/1999	130.00	03/1999	130.00	04/1999	130.00
05/1999	489.82	06/1999	489.82	07/1999	489.82
08/1999	489.82	09/1999	489.82	10/1999	489.82
11/1999	653.09	12/1999	489.82	01/2000	489.82
02/2000	489.82	03/2000	489.82	04/2000	526.09
05/2000	526.09	06/2000	526.09	07/2000	526.09
08/2000	526.09	09/2000	526.09	10/2000	701.46
11/2000	526.09	12/2000	526.09	01/2001	366.09
02/2001	482.31	03/2001	395.39	04/2001	395.39

12/05/2025

13:35

Página 2 de 5



**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

11/05/2025

Nome do Requerente

ADRIANA CRISTINA PACIFICO

Protocolo: 14023070100063255**NIT:** 2685824875-5**CPF:** 75117053915**Nome da mãe**

MARISA PACIFICO

Data de Nascimento

17/04/1972

Doc. Identidade

2843214

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANCA PUBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

FUNDAC SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

385891

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

05/2001	669.25		06/2001	1,430.00		07/2001	395.39
08/2001	395.39		09/2001	395.39		10/2001	410.79
11/2001	587.67		12/2001	423.63		01/2002	549.44
02/2002	446.74		03/2002	596.51		04/2002	669.25
05/2002	1,181.93		06/2002	715.39		07/2002	715.39
08/2002	715.39		09/2002	764.34		10/2002	764.34
11/2002	764.34		12/2002	764.34		01/2003	767.34
02/2003	767.34		03/2003	1,033.47		04/2003	1,033.47
05/2003	1,561.56		06/2003	1,033.47		07/2003	1,033.47
08/2003	240.00		11/2003	648.61		12/2003	1,246.80
01/2004	1,033.47		02/2004	1,033.47		03/2004	1,152.19
04/2004	1,152.19		05/2004	1,152.19		06/2004	1,378.78
07/2004	1,442.58		08/2004	1,370.68		09/2004	1,370.68
10/2004	1,370.68		11/2004	1,370.68		12/2004	1,370.68
01/2005	970.68		02/2005	1,226.68		03/2005	1,226.68
04/2005	1,226.68		05/2005	1,226.68		06/2005	2,453.37
07/2005	695.13		08/2005	940.46		09/2005	1,226.68
10/2005	1,679.63		11/2005	1,679.63		12/2005	1,679.63
01/2006	1,679.63		02/2006	1,679.63		03/2006	1,679.63
04/2006	1,761.52		05/2006	2,634.42		06/2006	2,420.13
07/2006	1,761.52		08/2006	1,761.52		09/2006	1,761.52
10/2006	1,761.52		11/2006	1,761.51		12/2006	2,396.88
01/2007	1,761.52		02/2007	2,103.03		03/2007	1,761.52
04/2007	1,761.52		05/2007	2,894.28		06/2007	587.17
07/2007	1,761.52		08/2007	1,761.52		09/2007	1,761.52
10/2007	1,761.52		11/2007	1,761.52		12/2007	1,761.52
01/2008	2,281.36		02/2008	1,761.52		03/2008	2,281.36
04/2008	1,847.10		05/2008	2,462.80		06/2008	2,127.14
07/2008	2,206.38		08/2008	2,146.95		09/2008	2,146.95
10/2008	1,866.91		11/2008	1,928.52		12/2008	1,928.52

12/05/2025

13:35

Página 3 de 5



**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

11/05/2025

Nome do Requerente

ADRIANA CRISTINA PACIFICO

Protocolo: 14023070100063255**NIT:** 2685824875-5**CPF:** 75117053915**Nome da mãe**

MARISA PACIFICO

Data de Nascimento

17/04/1972

Doc. Identidade

2843214

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

FUNDAC SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

385891

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

01/2009	1,928.52		02/2009	1,928.52		03/2009	2,168.52
04/2009	2,208.52		05/2009	3,218.90		06/2009	1,405.97
07/2009	2,008.52		08/2009	2,008.52		09/2009	2,008.52
10/2009	2,008.52		11/2009	2,008.52		12/2009	2,008.52
01/2010	2,153.28		02/2010	2,153.28		03/2010	2,153.28
04/2010	2,253.28		05/2010	3,467.40		06/2010	1,435.54
07/2010	1,435.54		08/2010	2,153.28		09/2010	2,153.28
10/2010	2,153.28		11/2010	2,153.28		12/2010	2,153.28
01/2011	2,153.28		02/2011	2,153.28		03/2011	2,153.28
04/2011	2,871.04		05/2011	2,346.13		06/2011	2,474.70
07/2011	2,346.13		08/2011	2,346.13		09/2011	2,420.67
10/2011	2,420.67		11/2011	2,420.67		12/2011	2,420.67
01/2012	2,420.67		02/2012	2,420.67		03/2012	2,580.92
04/2012	2,580.92		05/2012	3,441.23		06/2012	2,580.92
07/2012	2,580.92		08/2012	2,580.92		09/2012	2,580.92
10/2012	2,580.92		11/2012	2,580.92		12/2012	2,580.92
01/2013	2,764.12		02/2013	2,364.12		03/2013	2,958.73
04/2013	2,724.48		05/2013	2,524.17		06/2013	2,524.17
07/2013	2,524.17		08/2013	2,908.62		09/2013	2,524.17
10/2013	2,524.17		11/2013	2,524.17		12/2013	3,365.56
01/2014	2,524.17		02/2014	2,524.17		03/2014	2,919.20
04/2014	3,492.53		05/2014	4,390.24		06/2014	2,659.97
07/2014	2,659.97		08/2014	2,659.97		09/2014	2,758.09
10/2014	2,758.09		11/2014	2,758.09		12/2014	2,987.59
01/2015	2,758.09		02/2015	2,758.09		03/2015	2,758.09
04/2015	3,089.07		05/2015	3,211.18		06/2015	4,378.74
07/2015	263.13						

**CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

11/05/2025

Nome do Requerente

ADRIANA CRISTINA PACIFICO

Protocolo: 14023070100063255**NIT:** 2685824875-5**CPF:** 75117053915**Nome da mãe**

MARISA PACIFICO

Data de Nascimento

17/04/1972

Doc. Identidade

2843214

Emissor

SSP - SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA

UF

SC

Órgão Instituidor

FUNDAC SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula

385891

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: TEMPO EM BENEFICIO

Número: 1234558561

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
08/2003	980.24	09/2003	980.24	10/2003	980.24
11/2003	914.89				

OBSERVAÇÕES:

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 8395 dia(s), correspondendo a 23 Ano(s), 0 Mês(es) e 0 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 8395 dia(s), correspondendo a 23 Ano(s), 0 Mês(es) e 0 Dia(s), conforme informado acima.

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 5 página(s).

Lavrei a Certidão

Visto do Dirigente do Órgão

UMUARAMA, 12/05/2025

2024898

Matrícula do Servidor

Gilberto Waller Júnior

Presidente do INSS

Órgão Local: UMUARAMA - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL UMUARAMA

Endereço: RUA INAJÁ, 3610 14023070 CEP: 87501160

ZONA I, UMUARAMA - PR

8275631553 (para uso do INSS)



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 250512UOV32Y05

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**004A ATA REUNIÃO ORDINARIA COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2025**

Publicação Nº 7251281

**ATA DA 004ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
IPRESF REUNIÃO ORDINÁRIA - 004/2025**

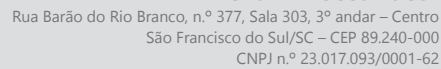
1 Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (11/04/2025), às 09:00h,
2 na Sala de Reuniões do IPRESF, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no quarto
3 piso, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Sandra Heloisa De Biasi,
4 Idelson Alves Porto, Juliano Cesar Paiva, Franciele da Silva Camara e Eliane Batista. Com
5 quórum a presidente Sra. Sandra Heloisa De Biasi agradeceu a presença de todos e
6 iniciou a reunião com os seguintes assuntos em pauta: **Item 1)** Leitura e aprovação da
7 ata anterior; **Item 2)** Apresentação das APR'S (Autorização de Aplicação e Resgate) mês
8 de março de 2025; **Item 3)** Apresentação e análise da Carteira de Investimentos,
9 fechamento mês de março de 2025; **Item 4)** Análise do mercado para o mês e
10 recomendações de investimentos para o mês, apresentação do cenário internacional e
11 nacional pelo consultor da Crédito & Mercado Bruno; **Item 5)** Previsão das Receitas e das
12 Aplicações financeiras; **Item 6)** Análise de Fundos de Investimentos; **Item 7)** Estudo para
13 Remanejamento da Carteira, se houver; **Item 8)** Credenciamento, caso houver; **Item 9)**
14 Coleta de assinatura no Parecer do Comitê de Investimentos. **Item 1:** Foi disponibilizada
15 a ata anterior para análise e ajustes no grupo do Comitê. Após as devidas modificações,
16 a ata foi aprovada por unanimidade. **Item 2:** Foram apresentadas as Autorizações de
17 Pagamento de Resgates (APRs) referentes a março de 2025, disponíveis para consulta
18 no site oficial do Instituto <https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/107/investimentos>. **Item 3:**
19 A presidente apresentou o relatório da Carteira de Investimentos de março de 2025,
20 destacando as aplicações realizadas e os retornos obtidos no mês. Enfatizou que os
21 fundos estavam em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela política de
22 investimentos. **Item 4:** Análise do mercado e recomendações de investimentos de março
23 de 2025. Bruno, da Crédito & Mercado, iniciou sua apresentação sobre o cenário
24 internacional, que não trouxe grandes novidades em relação ao mês anterior. Dando
25 maior destaque as tarifações adotadas pelo Trump para o cenário internacional,
26 movimentando bastante o mercado tanto internacional, quanto o nacional. No Brasil teve
27 impacto menor, porque o cálculo das tarifas foi a partir da balança comercial, quando
28 analisamos a balança comercial EUA e Brasil, o EUA tem um superávit relacionado ao
29 Brasil, e ficou na taxa mínima de 10%. Para a China foi 34%, somado com 67% e já está
30 defasada, porque o anunciado pelo Trump foi em 02/04/2025. Na quarta-feira seguinte o
31 Trump anunciou o adiamento das tarifas por 90 (noventa) dias, não na sua totalidade, e
32 a mesma taxa adotada para Brasil, foi adotada para o Vietnã, o que muitos especialistas
33 falam que foi por pressão dos empresários americanos, outros falam que foi parte da
34 estratégia que Trump adotou. Bruno citou que o Trump escreveu um livro e nesse livro
35 falou sobre negociação, onde ele fala que a negociação precisa ter um efeito extremo
36 para depois aliviar e chegar num ponto melhor da negociação, seja por pressão dos
37 empresários ou seja por estratégia, houve um recuo nessas tarifas pelos menos nesse
38 período de 90 (noventa) dias e trouxe um certo alívio para mercado. O Bruno falou do
39 S&P 500 que são as quinhentas maiores empresas do mundo, quando houve o anúncio
40 da tarifa pelo Trump caiu muito a bolsa do S&P 500, e com anúncio do adiamento das
41 tarifas a bolsa voltou a subir. O Bruno comentou também sobre o cenário nacional, com
42 o IPCA com previsão de 5,60% conforme o relatório Focus para fechamento no final de
43 ano, isso eleva a meta a ser atingida nos investimentos no final do ano. Orientou que,
44 como o mercado de investimentos continua com muita volatilidade são necessários
45 alguns remanejamentos na carteira para diminuir o duration, encurtando o prazo de
46 alguns fundos, procurando atingir a meta da política de investimentos do Instituto.
47 Decisão que Comitê analisará, procurando os segmentos mais vantajosos no momento,

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

diretoriafi@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br



2

Aplicamos o valor na aquisição da Letra Financeira, pois de acordo com a Portaria n. 746, de 27 de dezembro de 2011, art. 1º, II - permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos. Conforme Portaria MPT 1.467/2022 não há impedimento legal de aplicação no referido ativo, como também o resgate do valor de fundo de investimentos para remanejamento da carteira.

1. Fundo: **Caixa Brasil Referenciado (CNPJ: 03.737.206/0001-97)** - Motivo: Aplicações com base na boa performance, baixa volatilidade e liquidez imediata, para alocação de recursos oriundos de COMPREV e contribuições Previdenciárias. Utilizado também para pagamentos diversos e remanejamento de carteira.

2. Fundo: **Santander Dividendos FIC Ações (CNPJ: 13.455.174/0001-90)** – Motivo: Aplicação com recursos de contribuições previdenciárias. Fundo com performance superior ao benchmark.



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

recomendado para diversificação da carteira. 3. Fundo: **Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos FI RF (CNPJ: 10.740.670/0001-06)** - Motivo: Aplicação visando redução do duration da carteira. Escolhido por sua liquidez, baixa volatilidade e performance consistente. 4. Fundo: **Caixa Brasil IDKA IPCA 2A Títulos Públicos FI RF (CNPJ: 14.386.926/0001-71)** - Motivo: Aplicação com foco na diversificação e redução do duration, com base na boa performance e baixa volatilidade. 5. Fundo: **Letra Financeira do Banco Santander (IPCA + 8,03%) (CNPJ: 90.400.888/0001-42)** - Motivo: Referente aplicação de valores recebidos no mês a título de APORTE PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT ATUARIAL, que ora aplicamos em Letra Financeira emitida pelo Banco Santander, com vencimento em dois anos e remuneração de IPCA 8,03% ao ano, enquadrada no art. 7º, inciso IV, da Resolução CMN nº 4.963/2021, que permite alocação de até 20% do patrimônio do RPPS. O título possui rating AAA pela Fitch Ratings e a instituição emissora é classificada no Segmento S1, evidenciando baixo risco de crédito. A operação tem como objetivo reduzir o duration da carteira, conforme recomendação da consultoria para o seguimento, aprovação do Comitê de Investimentos e alinhamento com a legislação vigente e o cenário político-econômico atual. 6. Fundo: **Bradesco Premium FI Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ: 03.399.411/0001-90)** - Motivo: Aplicação com recursos de aporte. Fundo com boa performance, baixa volatilidade e rating AAA. 7. Fundo: **4UM FI Renda Fixa Crédito Privado LP (CNPJ: 28.581.607/0001-21)** - Motivo: Aplicação com foco em crédito privado, buscando retornos acima da Selic. Fundo com mais de 56% dos ativos classificados com rating AAA. 8. Fundo: **Safra Multidividendos PB FIC Ações (CNPJ: 02.097.252/0001-06)** - Motivo: Aplicação em ações para diversificação da carteira. Fundo com risco de mercado e taxa administrativa de 1,50% a.a. 9. Fundo: **Bradesco S&P500 Mais FIC Multimercado (CNPJ: 18.079.540/0001-78)** - Motivo: Aplicação em fundo atrelado ao S&P 500, com objetivo de diversificação e exposição internacional. As demais aplicações foram direcionadas a um fundo DI, considerando a relação risco-retorno e deliberações futuras. Em relação aos remanejamentos da carteira, estas se deram da seguinte forma:>>>>>>>>>>>>>>>>

Enquadramento	CNPJ do Fundo	Nome do Fundo	Valor (R\$)	Tipo de Operação	Motivo
Artigo 7º, Inciso III, Alínea a	02.603.461/0001-84	Porto Seguro Clássico Resp. Limitada FIF CIC RF	R\$ 1.500.000,00 (a)	Resgate parcial	Resgate realizado para encurtamento da duration e adequação do risco.
Artigo 7º, Inciso I, Alínea b	03.233.070/0001-70	Porto Seguro Soberano Resp. Limitada FIF CIC RF Referenciado DI	R\$ 1.500.000,00	Aplicação	Aplicação com o objetivo de reduzir a duration média da carteira.
Artigo 7º, Inciso I, Alínea b	21.838.150/0001-49	Itaú Institucional Alocação Dinâmica Resp. Limitada FIF CIC RF (b)	R\$ 5.000.000,00	Resgate parcial	Aplicação com o objetivo de reduzir a duration média da carteira.
Artigo 7º, Inciso IV	60.701.190/0001-04	Letra Financeira	R\$ 5.000.000,00	Aplicação	Aplicação realizado para encurtamento da duration e adequação do risco.

(a) Os recursos resgatados dos fundos mencionados foram para realocados para fins de remanejamento da carteira, com o objetivo de reduzir o duration, conforme recomendação da consultoria especializada no segmento e aprovação do Comitê de Investimentos. A decisão está alinhada à legislação vigente e ao atual cenário econômico. Os valores serão aplicados no fundo Porto Seguro Soberano RF Referenciado DI – CNPJ: 03.233.070/0001-88, o Fundo está enquadrado no Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b", e possui taxa máxima global de 0,15% ao ano. Os riscos do fundo estão diretamente relacionados ao risco de mercado. A administradora e gestora do fundo atende integralmente aos requisitos estabelecidos na lista exaustiva das instituições que cumprem as novas condições previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021, conforme disposto no Artigo 21,



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

154 § 2º, Inciso I. (b) Os recursos resgatados foram aplicados na compra de Letra Financeira
155 do Banco Itaú, com vencimento em dois anos e rentabilidade de IPCA 8,17% ao ano. O
156 ativo tem pagamento apenas no vencimento, rating AAA pela Fitch Ratings e foi emitido
157 por instituição classificada no Segmento S1. A decisão visa reduzir o duration da carteira,
158 conforme recomendação da consultoria no seguimento e aprovação do Comitê de
159 Investimentos, alinhando-se à legislação vigente e cenário atual. Em relação aos resgates
160 para as despesas correntes do mês, foram resgatados do fundo Caixa Brasil FI RF
161 Referenciado DI LP (CNPJ: 03.737.206/0001-97) o valor de R\$ 1.552.934,31 (um milhão,
162 quinhentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e quareo reais e trinta e um
163 centavo), e foi resgatado R\$ 43.177,13 (quarenta e três mil, cento e setenta e sete reais
164 e treze centavos) resgatados do referido fundo, de rubricas contábeis diferentes, valor
165 este referente a taxa administrativa remanescente aplicada anteriormente para custear
166 despesas administrativas do IPRESF. Foi realizado o resgate do referido fundo acima no
167 valor de R\$ 65.220,34 (sessenta e cinco mil, duzentos e vinte reais e trinta e quatro
168 centavos) para ser aplicado no fundo KINEA PRIVATE EQUITY V FEEDER
169 INSTITUCIONAL I FIP MULTIESTRATÉGIA – CNPJ: 41.745.796/0001-99 Referente à
170 notificação de chamada de capital para integralização de cotas do fundo, informamos que
171 está se deu em razão da chamada de capital do FIP Master, relacionada ao novo
172 investimento da Greentech, com data limite para integralização em 07/05/2025.
173 Atendendo à solicitação de aporte dos recursos 'o mais rápido possível, uma vez que o
174 fechamento da transação está previsto para o dia 30 de abril', os valores foram enviados
175 em 28/04/2025. As cotas correspondentes serão convertidas em 07/05/2025, conforme
176 previsto no Regulamento do fundo. **Item 6:** Análise de Fundos de Investimentos –
177 encaminhado a Consultoria Crédito & Mercado fundos para análises e aguardando
178 retorno dessas análises. **Item 7:** Remanejamento da carteira se deu conforme tabela
179 acima. **Item 8:** Credenciamento encaminhando para consultoria para análise. **Item 9:**
180 Coleta das assinaturas no Parecer do Comitê de Investimentos por todos os membros.
181 Não havendo mais assuntos para discussão ou deliberação, a presidente encerrou a
182 reunião às 12h10. Eu, Idelson Alves Porto, membro deste Comitê, lavrei a presente ata,
183 que após ser assinada pelos membros, seguirá para as devidas providências. //////////////

4

SANDRA HELOISA DE BIASI
PRESIDENTE

IDELSON ALVES PORTO
SECRETÁRIO

FRANCIELE DA SILVA CAMARA
MEMBRO

JULIANO CESAR PAIA
MEMBRO

ELIANE BATISTA
MEMBRO

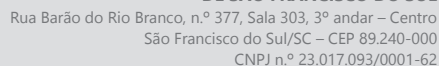
(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

diretoriafi@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br

Publicação Nº 7251292



Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (05/05/2025), às 10:00h, na Sala de Reuniões do IPRESF, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no quarto piso, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Sandra Heloisa De Biasi, Idelson Alves Porto, Juliano Cesar Paiva, Franciele da Silva Camara , a Sra. Eliane Batista esteve ausente devido ao gozo de férias .Estavam presentes na live os representantes da Privatiza investimentos: o Sr. Luiz Henrique de Oliveira e o Sr. José França Além do consultor Bruno Leme da Crédito e Mercado. Com quórum a presidente Sra. Sandra Heloisa De Biasi agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião com os seguintes assuntos em pauta: 1.Item: apresentação do Produto de Investimento – FIP Crescera Growth Capital VI; 2 Item: Análise do Fundo de Investimentos Crescera; 3. Item: Credenciamentos, caso houver. Na reunião realizada, foi apresentado o fundo FIP Crescera Growth Capital VI, gerido pela Crescera Capital, gestora independente com sólida experiência no segmento de private equity e venture capital, atuando há mais de 15 anos no mercado. O fundo tem como objetivo investir em empresas brasileiras de médio porte, com foco nos setores de educação, varejo & serviços, saúde e tecnologia & inovação, buscando oportunidades de crescimento orgânico e via consolidação (fusões e aquisições). O modelo de atuação prevê participação minoritária qualificada, com governança ativa e apoio estratégico à gestão das companhias investidas. Trata-se de um investimento com horizonte de longo prazo, com prazo estimado de 10 anos, sendo 5 anos para investimentos e 5 anos para desinvestimentos. O tamanho-alvo do fundo é de R\$ 2 bilhões, com previsão de realizar entre 8 a 12 investimentos no período. A estrutura financeira do fundo contempla: Taxa de administração de 2% ao ano, incidente sobre o capital comprometido durante o período de investimento e sobre o capital investido durante o período de desinvestimento. Taxa de performance de 20% sobre o que exceder IPCA + 7% ao ano. Meta de retorno de 2,5x a 3,0x o capital investido, visando uma TIR líquida superior a 20% ao ano, em reais. Comprometimento mínimo por parte da gestora de 5% do total do fundo. O fundo apresenta histórico robusto de performance em fundos anteriores, com múltiplos de retorno (MOIC) e taxas internas de retorno (TIR) superiores à média do mercado. Foram também discutidos os principais riscos associados, como a baixa liquidez das cotas (por se tratar de um fundo fechado), riscos de mercado e riscos específicos das companhias investidas, exigindo do cotista visão de longo prazo e perfil compatível com investimentos alternativos. Dessa forma, concluiu-se que o FIP Crescera Growth Capital VI se apresenta como uma alternativa interessante para investidores qualificados em busca de diversificação e geração de valor no médio e longo prazo, especialmente por sua abordagem ativa e disciplinada na seleção e gestão dos ativos. A decisão de investimentos será tomada na próxima reunião do comitê. Não havendo mais assuntos para discussão ou deliberação, a presidente encerrou a reunião às 11h45. Eu, Idelson Alves Porto, membro deste Comitê, lavrei a presente ata, que após ser assinada pelos membros, seguirá para as devidas providências. //////////////////////////////////////



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

SANDRA HELOISA DE BIASI
PRESIDENTE

IDELSON ALVES PORTO
SECRETÁRIO

FRANCIELE DA SILVA CAMARA
MEMBRO

JULIANO CESAR PAIA
MEMBRO

ELIANE BATISTA
MEMBRO

2

(47) 3449-0384



(47) 3449-0384



diretoriafi@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 496/2025

Publicação Nº 7252874

PORTARIANº 496/2025

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 012/2025, do dia 20/05/2025, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: – HELEN DOS SANTOS CORDOVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, período matutino, com 20 horas semanais, Profª. Normalista na área de Língua Inglesa, Fundamental, a contar do dia 23/05/2025, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de maio de 2025.

JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 497/2025

Publicação Nº 7252880

PORTARIANº 497/2025

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a C.I. nº 398/2025, de 23/05/2025, fica REMOVIDA a senhora: - JULIANA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, na E.E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, com carga horária de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções na E.E.I.M. Direitos Humanos Nelo Souza, bairro Centro, mantendo-se na mesma função e carga horária. A referida remoção é a contar de 03/02/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de fevereiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de maio de 2025.

JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 21/2025 APROVA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM/SC

Publicação Nº 7252013

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 21/2025

Aprova o Plano Local de Habitação de Interesse Social, do município de São Joaquim/SC.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, do município de São Joaquim/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 5.244, de 01 de abril de 2025, RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Plano Local de Habitação de Interesse Social, do município de São Joaquim/SC.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Joaquim, 20 de maio de 2025.

Marilda dos Santos Rodrigues
Presidente do CGFMHIS

São José

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/SAS/2023-01 – GABRIELY DA SILVA BORGES

Publicação Nº 7252985

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 87/SAS/2023-01 – PROCESSO DIGITAL nº 13.193/2025. CONTRATADO: GABRIELY DA SILVA BORGES. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO do Credenciamento para contratação de serviço de oficinas para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos previstos no Contrato nº 87/SAS/2023 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 13.193/2025, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 87/SAS/2023, por mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 17/05/2025 a 15/05/2027. Conforme Parecer nº 239/2025 da Procuradoria Geral do Município e Deliberação nº 208/2025 do Grupo Gestor de Governo, sem reajuste. Data de Assinatura: 07 de Maio de 2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025

Publicação Nº 7252023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 264B53DC34AF25841AD78804F226C3CFFA51365E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: Nº 016/2025 – DL 013/2025 – Processo Digital nº 10296/2025 – Proc. Adm. nº 036/2025. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ – APAE. DO OBJETO: “DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DA NEUROLOGIA, PSIQUIATRIA, FISIOTERAPIA E FONOAUDIOLOGIA PARA ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC PARA O ANO LETIVO DE 2025”. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados de sua publicação no PNCP, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021. DO VALOR: R\$129.470,00 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta reais). Data: 23 de maio de 2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

Publicação Nº 7252274

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A2FF7E5EE98BEFA4E15EC13AE20857F956C3074

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: Nº 020/2025 – IN 012/2025 – Processo Digital nº 11419/2025 – Proc. Adm. nº 046/2025. CONTRATADO: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA. DO OBJETO: “INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA “EDITORA NOTÍCIAS DO DIA” ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ASSINATURAS EM JORNAL COM ABRANGÊNCIA REGIONAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NA REGIÃO PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES, ESCOLAS PROFISSIONAIS E ALGUNS SETORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL SITUADOS FORA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC”. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua publicação no PNCP, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021. DO VALOR: R\$74.118,40 (setenta e quatro mil, cento e dezoito reais e quarenta centavos). Data: 23 de maio de 2025.

DECLARAÇÃO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM CHAMAMENTOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Publicação Nº 7252952

DECLARAÇÃO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM CHAMAMENTOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Tornar público a notificação enviada através do Ofício nº 585/2025/GAB/SAS/SPC, que suspendeu temporariamente de participação em Chamamentos Públicos no Município de São José pelo prazo de até 2 (dois) anos, o Instituto Vó Maria, inscrito no CNPJ/MF: sob o nº 14.587.665/0001-58, com endereço na Rua Odair José Gonçalves, nº 30, Vargem do Braço, Santo Amaro da Imperatriz/SC, em relação as atividades desenvolvidas no Termo de Colaboração nº 10/2023, com fulcro no artigo 39, Inciso II, e, no artigo 73, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/14.

São José, 22 de Maio de 2025
RITA DE CÁSSIA FAVERSANI
Secretária Adjunta de Assistência Social

DECRETO Nº 22808/2025

Publicação Nº 7252727

DECRETO Nº 22808/2025
NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO INTERSETORIAL, RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FEIRA DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA, PARA O BIÊNIO 2025 - 2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 4º, da Lei Municipal nº 6.024, de 9 de junho de 2021,

DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a Comissão Intersectorial, responsável pela organização e funcionamento da Feira do Livro, Leitura e Literatura, referente ao biênio 2024-2026, os membros abaixo relacionados:

- I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- a) ANA CAROLINA FARIAS DE SOUZA
 - b) ANA PAULA SILVA E COSTA
 - c) ELIANE FATIMA ROVER
 - d) MÁRCIO RODRIGO GONZAGA
- II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
- a) KATIA JOAQUINA DABELA DE ALCANTARA
 - b) CLEYTON MEDEIROS
 - c) PAULO ROBERTO DA SILVA
 - d) DEISE AMORIM
- III – REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ
- a) MARIA HELENA KRUGER
- IV – REPRESENTANTES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- a) UIARA GONÇALVES DE SOUZA ZILLI
- V – REPRESENTANTE DA GUARDA MUNICIPAL
- a) DIEGO MOLINA DE CAMARGO
- VI – REPRESENTANTE DA ACADEMIA SÃO JOSÉ DE LETRAS - ASAJOL
- a) MARIA HELENA MEIRA LUZ
- VII – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO JOSÉ
- a) LUIZ MAURO LORA FRANCO
- VIII – REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
- a) MARIA EDUARDA DA SILVA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de maio de 2025.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PROCON - 23/05/2025

Publicação Nº 7252913

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA – O Diretor do PROCON Municipal de São José no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 31/2009 e suas alterações, concomitante com o que dispõe a Lei Federal nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990, Decreto Federal nº 2.181 de 20 de Março de 1997, art. 42, parágrafo 2º, CIENTIFICA as pessoas jurídicas abaixo relacionadas, a tomarem conhecimento do agendamento da audiência conciliatória com a data e horário previamente agendado com o consumidor.

NOTIFICA o(a) fornecedor(a) para apresentar defesa administrativa e/ou comprovar o atendimento a pretensão do consumidor na própria audiência.

FA N.º	CONSUMIDOR	FORNECEDOR	CNPJ	DATA AUD.	HORA
25.03.0357.001.00310-3	MARIA NILDA DE OLIVEIRA	ATACADAO DAS PISCINAS LTDA	50.452.962/0001-50	29/05/2025	14:30
25.03.0357.001.00355-3	RICARDO DOS SANTOS	CENTRO DE ATIVIDADES FISICAS MONTEMESSO LTDA	37.512.828/0001-39	04/06/2025	14:00
25.03.0357.001.00329-3	RONILDO PIFERO MEDEIROS	FACILITA CAR FINANCIAMENTO LTDA	52.242.712/0001-10	27/05/2025	14:00

Só serão permitidos acessos às reuniões as partes vinculadas aos respectivos processos.

A defesa administrativa e os documentos constitutivos deverão ser apresentadas presencialmente na sede do PROCON, no mesmo dia de audiência sob pena de ser considerada intempestiva, nos termos do Decreto Municipal 19762/2023.

O não comparecimento na audiência previamente agendada ensejará em sanção administrativa por desobediência nos termos do Art.55, §2º do Decreto Federal 2.181/97.

O presente ato tem por objetivo dar publicidade determinada no Decreto Federal 2.181/97, dado a impossibilidade de notificação via AR (Aviso de Recebimento). Constante nos autos administrativos.

Dúvidas sobre o procedimento das audiências poderão ser sanadas via e-mail.

São José /SC, 23 de maio de 2025.

Wallace Avanir de Souza

Diretor do Procon Municipal de São José/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - PROCON - 23/05/2025 - 2

Publicação Nº 7252942

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA – O Diretor do PROCON Municipal de São José no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 31/2009 e suas alterações, concomitante com o que dispõe a Lei Federal nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990, Decreto Federal nº 2.181 de 20 de Março de 1997, art. 42, parágrafo 2º, CIENTIFICA as pessoas jurídicas abaixo relacionadas, a tomarem conhecimento do agendamento da audiência conciliatória com a data e horário previamente agendado com o consumidor.

NOTIFICA o(a) fornecedor(a) para apresentar defesa administrativa e/ou comprovar o atendimento a pretensão do consumidor na própria audiência.

FA N.º	CONSUMIDOR	FORNECEDOR	CNPJ	DATA AUD.	HORA
25.04.0357.001.00173-3	DANIEL DA SILVA PACHECO	VIA AUTO VEICULOS LTDA	53.093.900/0001-97	10/06/2025	17:00
25.04.0357.001.00261-3	LETICIA LUIZ	ONE CAR ASSOCIACAO CLUBE DE BENEFICIOS VEICULAR	37.319.011/0001-49	09/06/2025	10:30

Só serão permitidos acessos às reuniões as partes vinculadas aos respectivos processos.

A defesa administrativa e os documentos constitutivos deverão ser apresentadas presencialmente na sede do PROCON, no mesmo dia de audiência sob pena de ser considerada intempestiva, nos termos do Decreto Municipal 19762/2023.

O não comparecimento na audiência previamente agendada ensejará em sanção administrativa por desobediência nos termos do Art.55, §2º do Decreto Federal 2.181/97.

O presente ato tem por objetivo dar publicidade determinada no Decreto Federal 2.181/97, dado a impossibilidade de notificação via AR (Aviso de Recebimento). Constante nos autos administrativos.

Dúvidas sobre o procedimento das audiências poderão ser sanadas via e-mail.

São José /SC, 23 de maio de 2025.

Wallace Avanir de Souza

Diretor do Procon Municipal de São José/SC

ERRATA AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/SAS/2023-01 - GEOVANA VALÉRIA LIMA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 7252888

ERRATA AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 65/SAS/2023-01 - PROCESSO DIGITAL nº 11.390/2025 - GEOVANA VALÉRIA LIMA DE OLIVEIRA.

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

I – RETIFICAR as informações constantes no 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/SAS/2023-1 – PUBLICAÇÃO nº 7225101 de 16/05/2025.

ONDE SE LÊ:

"(...)"

VALOR: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO do Credenciamento para contratação de serviço de oficinas para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos previstos no Contrato nº 65/SAS/2023 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 11.390/2025, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 65/SAS/2023, por mais 12 (doze) meses. Conforme Parecer nº 200/2025 da Procuradoria Geral do Município e Deliberação nº 185/2025 do Grupo Gestor de Governo, sem reajuste. Data de Assinatura: 28 de abril de 2025.

"(...)"

LEIA-SE:

"(...)

VALOR: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO do Credenciamento para contratação de serviço de oficinas para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos previstos no Contrato nº 111/SAS/2023 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 11.390/2025, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 111/SAS/2023, por mais 12 (doze) meses, retroagindo os efeitos jurídicos e legais à 01/04/2025 até 31/03/2026. Conforme Parecer nº 200/2025 da Procuradoria Geral do Município e Deliberação nº 185/2025 do Grupo Gestor de Governo, sem reajuste. Data de Assinatura: 28 de abril de 2025.

(...)"

São José, 22 de Maio de 2025

RITA DE CÁSSIA FAVERSANI

Secretária Adjunta de Assistência Social

ERRATA AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/SAS/2023-01 - CAMILA GABRIELA DZIEDZIC DOS SANTOS

Publicação Nº 7252930

ERRATA AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 70/SAS/2023-01 - PROCESSO DIGITAL nº 13.173/2025 – CAMILA GABRIELA DZIEDZIC DOS SANTOS

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

I – RETIFICAR as informações constantes no 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 70/SAS/2023-1 – PUBLICAÇÃO nº 7238840 de 21/05/2025.

ONDE SE LÊ:

"(...)

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 13.173/2025, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 70/SAS/2023, por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem reajuste (...)

(...)"

LEIA-SE:

"(...)

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 13.173/2025, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 70/SAS/2023, por mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 28/04/2025 até 26/04/2027, sem reajuste (...)

(...)"

São José, 23 de Maio de 2025

RITA DE CÁSSIA FAVERSANI

Secretária Adjunta de Assistência Social

PORTARIA SME/PMSJ Nº 0954/2025

Publicação Nº 7252083

PORTARIA SME/PMSJ nº 0954, de 12 de maio de 2025.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 18.410/23.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora, Izolete Julita Venâncio, matrícula nº 15493-8, para efetuar a fiscalização do Contrato Administrativo nº 016/2025, decorrente da Dispensa de Licitação nº 013/2025, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do art. 74 do Decreto Municipal nº 18.410/23, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designado a servidora, Lenita Terezinha Lehmkuhl, matrícula nº 138363, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cláudia Regina Macário
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA SME/PMSJ Nº 0984/2025

Publicação Nº 7252336

PORTARIA SME/PMSJ nº 0984, de 20 de maio de 2025.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 18.410/23.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor, Rodrigo Alexandre Brum Hidalgo, matrícula nº 4363300, para efetuar a fiscalização do Contrato Administrativo nº 020/2025, decorrente da Inexigibilidade nº 012/2025, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do art. 74 do Decreto Municipal nº 18.410/23, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor, João Machado Neto, matrícula nº 3056252, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cláudia Regina Macário
Secretária Municipal de Educação

REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DA CASA DE CULTURA E DO MUSEU GILBERTO GERLACH

Publicação N° 7253133

REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DA CASA DE CULTURA E DO MUSEU GILBERTO GERLACH

Secretaria de Cultura e Turismo de São José

1 – DO OBJETO

O presente regulamento estabelece as diretrizes para a ocupação cultural da Casa de Cultura Nésia Melo da Silveira, localizada no Centro Histórico de São José (SC), e do Museu Gilberto Gerlach, também localizado no Centro Histórico de São José (SC), para a realização de exposições, saraus, cineclube, apresentações, intervenções artísticas, oficinas, feiras criativas e demais manifestações culturais de curta duração, promovidas ao longo do ano 2025.

2 – DOS OBJETIVOS

A ocupação da Casa de Cultura e do Museu Gilberto Gerlach tem como objetivo democratizar o acesso à cultura, estimular a produção artística e fortalecer o vínculo da comunidade com os bens culturais do município.

Por meio da ocupação cultural, busca-se:

- a) Incentivar a criação, fruição e circulação de obras artísticas e manifestações culturais diversas;
- b) Valorizar artistas locais, regionais e nacionais;
- c) Promover o diálogo entre arte, cultura, patrimônio e comunidade;
- d) Estimular a visitação e vivência dos espaços culturais como ambientes de convivência e expressão artística;
- e) Apoiar projetos que contribuam com processos educativos e ações formativas no campo da arte e da cultura.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão se inscrever:

- a) Pessoas físicas maiores de 18 anos, residentes em qualquer município brasileiro;
- b) Coletivos e grupos artísticos independentes;
- c) Instituições públicas ou privadas, com atuação comprovada na área cultural;
- d) Entidades sem fins lucrativos com foco em arte, cultura ou educação.

4 – DAS INSCRIÇÕES

As inscrições são gratuitas e contínuas, podendo ser feitas pessoalmente na Secretaria de Cultura e Turismo ou por meio digital (quando disponível).

Para se inscrever, é necessário apresentar um envelope físico ou arquivo digital único contendo:

- a) Ficha de inscrição preenchida e assinada (Anexo I);
- b) Proposta cultural detalhada, contendo conceito, objetivos, sinopse, necessidades técnicas, e formato do evento;
- c) Currículo, portfólio ou histórico de ações do proponente;
- d) Lista de materiais e equipamentos necessários para a realização;
- e) Indicação do espaço desejado (Casa de Cultura ou Museu Gilberto Gerlach) e do período desejado (sujeito à disponibilidade).

Inscrições com documentação incompleta ou fora do formato previsto serão desconsideradas.

5 – DO PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção das propostas será feita pela Diretoria de Cultura da Secretaria de Cultura e Turismo, que analisará os projetos com base nos seguintes critérios:

- a) Relevância cultural e adequação ao espaço;
- b) Potencial de envolvimento da comunidade;
- c) Criatividade, inovação e originalidade;
- d) Viabilidade técnica e logística da proposta;
- e) Histórico e experiência do proponente.

As propostas serão analisadas conforme a ordem de chegada e compatibilidade com o calendário de cada espaço.

6 – DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Caberá à Secretaria de Cultura e Turismo:

- a) Confirmar datas e divulgar a agenda mensal de ocupações;

- b) Disponibilizar os espaços físicos limpos, com apoio técnico e mobiliário básico, conforme disponibilidade;
- c) Apoiar ações de divulgação da programação nos canais oficiais da Prefeitura;
- d) Facilitar parcerias com ações educativas, visitas mediadas ou oficinas, se houver interesse mútuo.

Caberá aos proponentes selecionados:

- a) Montar e desmontar suas atividades dentro do prazo combinado;
- b) Fornecer materiais, equipamentos e apoio técnico específico necessário;
- c) Zelar pela integridade dos espaços e equipamentos;
- d) Providenciar materiais gráficos e imagens para divulgação com, no mínimo, 15 dias de antecedência;
- e) Assinar termo de compromisso e de uso de imagem (Anexos II e III);
- f) Realizar a atividade conforme o projeto aprovado.

A critério do proponente, é possível realizar abertura com coquetel, roda de conversa, intervenções artísticas, entre outras ações de integração com o público. Os custos dessas atividades são de responsabilidade do realizador e a limpeza, manutenção e conservação do local igualmente de responsabilidade do realizador.

7 – DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

- Casa de Cultura Nésia Melo da Silveira: salas expositivas com até 50m², mobiliário de apoio (cavaletes, mesas, expositores – conforme agendamento), acesso à energia elétrica e suporte da equipe da Secretaria.

- Museu Gilberto Gerlach: ambiente térreo do museu, destinado para exposições de curta duração e atividades educativas, com mobiliário de apoio (cavaletes, mesas, expositores – conforme agendamento), acesso à energia elétrica e suporte da equipe da Secretaria.

8 – DAS DATAS E HORÁRIOS DISPONÍVEIS

Os espaços estarão disponíveis para ocupação de segunda a sábado, das 09h às 17h, tanto na Casa de Cultura Nésia Melo da Silveira quanto no Museu Gilberto Gerlach.

Caso o expositor deseje estender o horário de permanência no local, será de sua inteira responsabilidade a guarda dos equipamentos utilizados, a conservação e a segurança do ambiente, comprometendo-se a fechar corretamente o espaço e portar a chave durante o período adicional.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

A participação neste processo implica na aceitação integral deste regulamento.

As atividades desenvolvidas não contarão com seguro específico. A Secretaria não se responsabiliza por danos, perdas ou extravios.

O tempo máximo de ocupação para cada atividade será de até 30 dias, salvo exceções definidas pela Secretaria.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Cultura e Turismo.

Este regulamento está disponível na página oficial da Prefeitura: www.saojose.sc.gov.br

Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail: eventosculturaeturismosj@gmail.com.

São José, 23 de maio de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DA SILVEIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Título da Proposta: _____
Nome do Proponente/Responsável: _____
CPF/CNPJ: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Endereço Completo: _____
Categoria da Atividade (exposição, sarau, cineclube etc): _____
Período desejado para realização: _____
Necessidades Técnicas (equipamentos, mobiliário etc): _____
Local pretendido: _____

Declaro estar ciente e de acordo com o Regulamento de Ocupação da Casa de Cultura e do Museu Gilberto Gerlach.

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

ANEXO II – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, autorizo o uso da minha imagem, em caráter gratuito, captada durante a realização da atividade cultural na(o) _____, promovida pela Secretaria de Cultura e Turismo de São José.

A presente autorização é concedida a título gratuito e por prazo indeterminado, para uso em peças gráficas, vídeos, redes sociais, site institucional, jornais, revistas e outros meios de comunicação ligados à divulgação das atividades culturais.

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, responsável pela proposta cultural intitulada _____, comprometo-me a cumprir integralmente as disposições previstas neste Regulamento, bem como zelar pelo espaço físico e pelos equipamentos disponibilizados durante o período da minha atividade.

Declaro ainda estar ciente de que eventuais danos causados ao patrimônio público, decorrentes de uso inadequado, serão de minha responsabilidade.

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

TERM ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2022-08

Publicação Nº 7252485

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO nº 010/2022-08 - Proc. Digital nº 14803/2025. CONTRATADO: BEMLOCAR LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO CONTRATUAL, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 010/2022 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA SUPRESSÃO CONTRATUAL: Conforme Memorando nº 406/2025/GAB/SMS (fl. 03-04), a supressão impacta o valor do Contrato em R\$34.669,10 (trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e dez centavos) mensais, que passa a ser de R\$120.014,10 (cento e vinte mil, e quatorze reais e dez centavos) mensais, perfazendo um percentual de 22,4% no seu valor anual total, traduzindo em uma redução de 10 (dez) veículos do total de 34 que circulam atualmente. Data de Assinatura: 14 de maio de 2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2022-03

Publicação Nº 7253421

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E8F043A057578C83EC264DB70A42C1075CA1E4E7

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO nº 002/2022-03 - Proc. Digital nº 42583/2024. CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/SC. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO e REAJUSTE, nos termos previstos no Contrato nº 002/2022 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 42583/2024, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 002/2022, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 27/01/2025. DO REAJUSTE: Conforme Memorando nº 157/2024/FUNDESJ de 28/11/2024 e Ofício nº 017/2024/FUNDESJ de 12/11/2024, o contrato será reajustado no percentual de 4,60%, conforme índice INPC para o período, alterando o valor mensal de R\$565,28 (quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) para R\$591,28 (quinhentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos). Data de Assinatura: 03 de dezembro de 2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2022-03

Publicação Nº 7251234

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CA8E62116688D5BFFF96E079DC3FEE82AF62522E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO nº 072/2022-03 - Proc. Digital nº 8845/2025. CONTRATADO: AMIGO PET LTDA. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 072/2022 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 8845/2025, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 072/2022, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 05/04/2025, sem reajuste. Data de Assinatura: 02 de abril de 2025.

TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 023/2022-03

Publicação Nº 7253483

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 16EEF8DBFB186A39F88B1C0E187F2EE2CE139B23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao TERMO DE COOPERAÇÃO nº 023/2022-03 - Proc. Digital nº 42583/2024. CONTRATADO: FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO e REAJUSTE, nos termos previstos no Termo de Cooperação Técnica nº 023/2022 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital nº 42583/2024, fica prorrogado o prazo do Termo de Cooperação Técnica nº 023/2022, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 02/02/2025. DO REAJUSTE: Conforme Memorando nº 157/2024/FUNDESJ de 28/11/2024 e Ofício nº 018/2024/FUNDESJ de 12/11/2024, o contrato será reajustado no percentual de 4,60%, conforme índice INPC para o período, alterando o valor mensal de R\$565,28 (quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) para R\$591,28 (quinhentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos). Data de Assinatura: 03 de dezembro de 2024.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025

Publicação Nº 7252636

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025 – Processo Digital nº 13905/2025 – Proc. Adm. nº 055/2025. CONTRATADO: RODRIGO SARTORIO. OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO PALESTRANTE DR. RODRIGO SARTORIO, EM CONSONÂNCIA COM AS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA FUNDESJ, ESPECIALMENTE VOLTADAS A EVENTOS EDUCACIONAIS. VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Data: 23 de maio de 2025.

São José do Cedro

PREFEITURA

CONVITE AUDIENCIA PÚBLICA PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025

Publicação Nº 7252528

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Primeiro Quadrimestre do Exercício de 2025

E
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PPA-2026/2029

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais.

Da mesma forma, conforme o disposto no artigo 48, par. único, da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (LRF), e no art. 44, c/c art. 4, inc. III, "f", da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), é dever do Município dar transparência e assegurar a participação popular durante o processo de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde inicialmente será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2025. Ato contínuo, será realizada também a AUDIÊNCIA PÚBLICA de discussão e elaboração do PPA-Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2026-2029.

Ambas as audiências serão realizadas no próximo dia 27 de Maio de 2025, às 09:00 horas, tendo como local o Auditório da Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, localizado na Rua Jorge Lacerda, Nº1158 – Centro de São José do Cedro/SC.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença no evento acima mencionado é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

São José do Cedro(SC), 23 de Maio de 2025.

Fernando Júlio Will
Prefeito

DECRETO Nº8412/2025

Publicação Nº 7252536

DECRETO Nº 8.412, DE 23 DE MAIO DE 2025.
"ESTABELECE O CRONOGRAMA DE PAGAMENTO"

FERNANDO JÚLIO WILL, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 5.359, de 20 de maio de 2025, que autorizou o pagamento retroativo do auxílio alimentação aos servidores ativos nos períodos de afastamentos legais;

CONSIDERANDO a necessidade de programação orçamentário-financeira deste Ente para a realização dos pagamentos;

CONSIDERANDO a demanda de serviço do Departamento de Pessoal e a necessidade de análise individual e não automatizada de cada caso;

CONSIDERANDO, por fim, a intenção de dar publicidade do cronograma a ser cumprido pelo Município para os pagamentos dos valores retroativos do auxílio alimentação aos servidores ativos nos períodos de afastamentos legais;

DECRETA:

Art. 1º. Para fins de cumprimento do disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 5.359, de 20 de maio de 2025, fica estabelecido o seguinte cronograma para pagamento dos valores retroativos do auxílio alimentação aos servidores ativos nos períodos de afastamentos legais:

Mês de pagamento no ano de 2025	Lotação dos servidores a serem contemplados
Julho	Secretaria de Administração, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Esportes, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Assistência Social e Habitação e Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.
Agosto	Secretaria de Agricultura e Secretaria de Transportes e Obras
Setembro	Secretaria de Saúde.
Outubro	Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 DE MAIO DE 2025.

FERNANDO JÚLIO WILL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

PORTARIA N° 461/2025

Publicação N° 7252598

PORTARIA N.º 461/2025

FERNANDO JÚLIO WILL, prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 12, III, da Lei Complementar n.º 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do artigo 2º da Lei Complementar Municipal n.º 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo n.º 012/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário, Kaiane dos Santos de Oliveira, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 22 de maio a 14 de novembro de 2025, em decorrência da Licença Maternidade da servidora Cíntia da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação com efeitos retroativos 22 de maio de 2025.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 22 de maio de 2025.

FERNANDO JÚLIO WILL
Prefeito

MÁRCIA HELENA DEMOSSI
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.026, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252903

DECRETO Nº 9.026, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2025/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014, do Governo Federal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, conforme especificado no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 9.026, de 23 de maio de 2025)

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PDTI 2025-2026

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.027, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253114

DECRETO Nº 9.027, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Altera o Decreto nº 8.642, de 31 de julho de 2024, que nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.010, de 23 de maio de 2012, e alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º O inciso I, do artigo 1º, do Decreto nº 8.642, de 31 de julho de 2024, que nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
I -
b)
1
1.2. Francieli Maria Varela Pandini, ocupante do cargo de Coordenadora do Departamento de Ensino Fundamental, matrícula nº 3051/05 - suplente.
..... (N.R.)”.

Art. 2º O inciso II, do artigo 1º, do Decreto nº 8.642, de 31 de julho de 2024, que nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
II-

a)
1
1.2
2. Jeizilli Marcia Machado, usuária do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS - titular;
..... (N.R.)”.

Art. 2º As demais disposições contidas no Decreto nº 8.642, de 31 de julho de 2024, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2025.
AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.028, DE 26 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7255367

DECRETO Nº 9.028, DE 26 DE MAIO DE 2025.

Altera o Decreto nº 9.000, de 07 de maio de 2025, que dispõe sobre a convocação da 6ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXXVI da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.418, de 03 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º, do Decreto nº 9.000, de 07 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de São Lourenço do Oeste/SC, a realizar-se no dia 12 de junho de 2025, com início às 13h00min, no Auditório da ACISLO - Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste/SC com endereço na Rua Nereu Ramos, 323 – Bairro Progresso, nesta cidade de São Lourenço do Oeste/SC.

Parágrafo único. A Conferência ocorrerá no dia 09 de junho de 2025, para capacitação com os conselheiros e discussão dos eixos norteadores da Conferência, e no dia 12 de junho de 2025, aberta ao público conforme descrito no caput deste artigo.

..... (N.R.)”.

Art. 2º As demais disposições contidas no Decreto nº 9.000, de 07 de maio de 2025, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de maio de 2025.
AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.029 DE 26 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7255377

DECRETO Nº 9.029 DE 26 DE MAIO DE 2025.

Altera o Decreto nº 8.799, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.854, de 07 de agosto de 2024;

DECRETA:

Art. 1º O inciso I, do artigo 1º, do Decreto nº 8.779, de 14 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º
I -
a)
1.1. Simone Strada Fiel, ocupante do cargo de coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS., matrícula nº 1738/01-suplente.
..... (N.R.)”.

Art. 2º As demais disposições contidas no Decreto nº 8.799, de 14 de novembro de 2024, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de maio de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 037, DE 23 DE MAIO DE 2025 - ICSL

Publicação Nº 7253332

PORTARIA Nº 037, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Homologa o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2025 - ICSL, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 19 da Lei Complementar nº 81/2007, com fundamento no inciso III, do art. 2º, da Lei Complementar nº 85/2007, suas alterações e, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 01, de 06 de maio de 2025; CONSIDERANDO a não interposição de recursos à fase de publicação do resultado preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025 – ICSL; CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2025 - ICSL, bem como o encerramento dos prazos para recurso em fase administrativa; CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 01/2025 - ICSL;

RESOLVE:
Art. 1º Homologar o resultado do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 01/2025, de 06 de maio de 2025, visando à admissão de Instrutor de Artes Visuais e Iniciação Artística, em regime especial, para atender à execução de programa específico da autarquia, de duração temporária, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 85/2007 e suas alterações posteriores, para o exercício de 2025, conforme classificação constante do Anexo Único desta Portaria.
Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto físico e mentalmente para o cargo, mediante exame admissional, o Poder Público Municipal preencherá as vagas conforme a necessidade do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 3º O prazo de validade deste Processo Seletivo é de 06 (seis) meses, a contar da publicação da homologação do resultado, ou, até a conclusão do plano de trabalho do respectivo cargo para a execução de programas específicos, ou, ainda, até eventual provimento de referidos cargos mediante concurso público, o que ocorrer primeiro.
Art. 4º Para fins de ordem de contratação de Instrutores, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS. Esgotadas as opções, passa-se então a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.
Art. 5º De acordo com os interesses e/ou necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço, o pessoal contratado mediante o presente Edital, poderá ter sua carga horária alterada, para mais ou para menos, bem como a contratação poderá se dar para carga horária diversa daquela prevista neste Edital, em qualquer das hipóteses, o vencimento será proporcional à carga horária.
Art. 6º Mediante abertura de vaga, o candidato classificado será convocado para a posse, quando então, se for de sua conveniência e dentro do prazo, poderá requerer o seu deslocamento para o final de lista de classificados, mediante o remanejamento da mesma, uma única vez, através de solicitação a ser efetuada junto ao setor de Recursos Humanos do Centro Administrativo Municipal, passando-se o candidato imediatamente posterior para o lugar daquele que foi transferido para o fim da lista.
Art. 7º Na eventual admissão de candidato que, no momento da convocação, esteja usufruindo de licença para tratamento da própria saúde, ou, licença à gestante, aplicar-se-á o disposto no item anterior, ocorrendo o deslocamento para o final de lista de classificados.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2025.

Lorita Angela Piovesan Reiter
Presidente do ICSL

ANEXO ÚNICO
(Portaria nº 037, de 23 de maio de 2025)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025 - ICSL
INSTRUTOR DE ARTES VISUAIS E INICIAÇÃO ARTÍSTICA – HABILITADO E NÃO HABILITADO

Classif.	Nº Inscrição	Candidato	Habilitado	Não Habilitado	Total
1º	001	Laísa Soares dos Santos	X	-	13,5
2º	002	José Marcos Ribeiro dos Santos	-	X	10
3º	002	Nadini Pinheiro	-	X	3

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2025.

Lorita Angela Piovesan Reiter
Presidente do ICSL

PORTARIA Nº 905, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252557

PORTARIA Nº 905, DE 23 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 9.010, de 12 de Maio de 2025, e a Lei Complementar nº 358, de 18 de fevereiro de 2025.

CONSIDERANDO a licença por licença maternidade da Kazue Kondo Otak e o Memorando 1.766/2025 recebido via Sistema 1 DOC;

RESOLVE:

Art.1º Nomear a Senhora MAYRA VENDRUSCOLO, aprovada no Processo Seletivo nº 08/2025, para ocupar o cargo de MÉDICO - ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único: O período de contratação previsto neste caput se dá enquanto perdurar o afastamento da servidora acima citada, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 18 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.3º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.4º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de maio de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 906, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252553

PORTARIA Nº 906, DE 23 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 50 e 91-A da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração de LUIZ ANTONIO MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, recebido via Protocolo 1.328/2025 no Sistema 1 DOC;

CONSIDERANDO que o tempo de serviço efetivo da Servidora até 30 de Maio de 2025, totaliza 30 (trinta) anos, e 10 (dez) meses;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a partir de 30 de Maio de 2025, o servidor público municipal LUIZ ANTONIO MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 447/01.

Art. 2º Indenizar, o Servidor de que trata o art. 1º, por desligamento voluntário, de acordo com a Lei Complementar 292 de 23/03/2022.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de Maio de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 907, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252615

PORTARIA Nº 907, DE 23 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 50 e 91-A da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora Maila Suzane Galeazzi Albuquerque, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artes, 40 (quarenta) horas, via Protocolo 3.295/2025 recebido via Sistema 1 DOC;

CONSIDERANDO que o tempo de serviço efetivo da Servidora até a data de 30/05/2025, totaliza 13 anos, 03 meses;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a partir de 30 de Maio de 2025, a servidora pública municipal MAILA SUZANE GALEAZZI ALBUQUERQUE, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artes, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 1864/5.

Art. 2º Indenizar, a Servidora de que trata o art. 1º, por desligamento voluntário, no valor de um vencimento por ano e fração de serviço efetivo prestado ao Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Lourenço do Oeste - SC, 30 de Maio de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 908, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252750

PORTARIA Nº 908, DE 23 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 115 e seguintes da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010;

CONSIDERANDO o protocolo 3.247/2025 recebido via Sistema 1 DOC.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença para Tratamento de Assuntos Particulares, a servidora pública municipal POLIANA DA SILVA DO NASCIMENTO, ocupante de cargo de Técnico de Apoio Administrativo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3771/1, de 30 de Maio de 2025 a 29 de Maio de 2026, sem vencimentos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de Abril de 2025.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

CÂMARA MUNICIPAL

RGF 1º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 7255366

Página: 1 / 2
Exercício de 2025

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
PODER LEGISLATIVO
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2024 - ABRIL/2025



RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro/2025 - Abril/2025)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
LIQUIDADAS														
Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Sep/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)														
Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.270,88	78.259,46	73.730,99	76.835,13	305.096,46	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.270,88	78.259,46	73.730,99	76.835,13	305.096,46	0,00	
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.496,36	69.222,30	65.248,67	68.198,64	270.165,97	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.774,52	9.037,16	8.482,32	8.636,49	34.930,49	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Patente (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)													0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													8.588.584,42	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)													0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)													0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													72.864,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													0,00	
RECITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													8.515.720,42	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + III b)													305.096,46	
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													3,58%	
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													6%	
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §º do art. 59 da LRF)													5,7%	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													5,4%	

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas. Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA. Emissão: 20/05/2025, às 08:46:35.
Cancelsamento podem ser excluídos.

Página: 2 / 2
Exercício de 2025

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2024 - ABRIL/2025



Nota:



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ENTIDADES: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
JANEIRO A ABRIL 2025 / QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Página : 1 / 1
Exercício de 2025

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.950,00	72.308,82	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa¹	7.950,00	72.308,82	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.950,00	73.066,66	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	757,84	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-7.950,00	-72.308,82	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0%	0%	0%	0%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	0%	0%	0%	0%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)²	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	7.950,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA. Emissão: 20/05/2025, às 09:02:18.

1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

Página: 1 / 1
 Exercício de 2025

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	26.474.557,11	27.218.205,96	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.194.557,11	26.938.205,96	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.762.802,56	5.926.405,31	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.186.522,30	5.333.764,78	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA. Emissão: 20/05/2025, às 09:03:06.

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTIDADES : CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

JANEIRO A ABRIL 2025/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Página: 1/ 1

Exercício de 2025

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No 1º Quadrimestre	Até o 1º Quadrimestre (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	0,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	0,00	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7 %

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No 1º Quadrimestre	Até o 1º Quadrimestre (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA. Emissão: 20/05/2025, às 09:10:15.

Nota(s) Explicativa(s):

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL/ATÉ 1º QUADRIMESTRE DE 2025



RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)2	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	(b)							(c)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	73.066,66	0,00	0,00	0,00	0,00	757,84	72.308,82	48.075,69	0,00	24.233,13
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	73.066,66	0,00	0,00	0,00	0,00	757,84	72.308,82	48.075,69	0,00	24.233,13

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistema.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA. Emissão: 20/05/2025, às 09:11:01.

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até 1º Quadrimestre de 2025

Página : 1 / 1
Exercício de 2025

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		27.218.205,96	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		26.938.205,96	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		26.462.845,96	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		787.554,90	2,98
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		1.587.770,76	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		1.508.382,22	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		1.428.993,68	5,40
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		48.075,69	24.233,13

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA. Emissão: 20/05/2025, às 09:12:33.

Nota(s) Explicativa(s):

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

OFICIO_DE_CONVOCACAO_110_FRANCIELE_SEHN

Publicação Nº 7251417

São Miguel do Oeste SC, 23 de maio de 2025.

OF. Nº 110/2025– SAGP-DDP-SME

A(o) Senhor(a)

FRANCIELE SEHN

A Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Auxiliar de Creche, 40h semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2024, cujo resultado foi homologado em 18 de novembro de 2024.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/edital-de-processo-seletivo-0012024> importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

(Assinatura Digital)

SANDRA REGINA CARDOSO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

3

Ciente, em/ /.....

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORT_1274_VANESSA_HENRICH_NOMEACAO_AUXILIAR_DE_CRECHE_EFETIVO

Publicação Nº 7252342

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1274/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO que, conforme o artigo 22 da LCM 009/2012, a posse é a aceitação expressa do cargo identificado no ato de nomeação, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do Termo de Posse pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e pelo empossado;

CONSIDERANDO que, segundo disposto pelo § 7º do art. 22, LC 09/2012, o prazo para posse poderá ser reduzido para 15 (quinze) dias mediante urgência de contratação, devidamente justificada pela Administração;

CONSIDERANDO que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2025, havendo a necessidade de redução do prazo para posse, conforme disposto no § 7º do art. 22, LC 09/2012;

CONSIDERANDO o Poder Discricionário da Administração Pública, que reserva uma margem de liberdade para que a Administração, diante da situação concreta, possa selecionar a opção mais apropriada para defender o interesse público;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal 10.430/2025 dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Concursos Públicos regidos pelos Editais nº 08/2019 e 01/2024; e

CONSIDERANDO a PORTARIA SAGP/DDP Nº 1239/2025 de exoneração da servidora efetiva MARILDA SOUZA e a solicitação de contratação no Memorando 17.850/2025;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Vanessa Henrich, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Mundo Mágico, da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012,

em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 7º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 23 de maio de 2025.

[assinado digitalmente]

VARDELIDIO EDENILSON ZANARDI

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

SANDRA REGINA CARDOSO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Juliana Bonett

Técnico Administrativo

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORT_1275_VANDERLEI_RODIGHERI_DESIGNAR

Publicação Nº 7253106

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1275/2025

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que designar o local de exercício do servidor consubstancia discricionariedade administrativa, que pode ser exercida visando a qualidade e a efetividade da prestação do serviço público;

Considerando que o artigo 48, da Lei Complementar Municipal 09/2012, estabelece a possibilidade de movimentação do servidor;

Considerando que a designação do local de exercício do cargo decorre apenas do interesse administrativo concretamente demonstrado e, neste caso, a lotação do servidor mantém-se a mesma, no órgão Central da Administração Municipal;

Considerando o Memorando 18.395/2025, com a solicitação para a designação do servidor efetivo Vanderlei Rodigheri, ocupante do cargo de Motorista, para passar a atuar na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26 de maio de 2025;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público à Administração.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo VANDERLEI RODIGHERI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, para passar a atuar na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26 de maio de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 23 de maio de 2025.

[assinado digitalmente]

SANDRA REGINA CARDOSO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Abigail Laís Folmer Rothenbach

Técnico Administrativo

PORT_1276_PROCESSO_SELETIVO_SIMPLIFICADO_RETIFICAR_PORT_1179_2025

Publicação Nº 7253123

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1276/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar 024, de 10 de outubro de 2013, e,

Considerando a Portaria SAGP/DDP n. 1179/2025;

Considerando o Memorando 11.057/2025, com a informação da Secretaria Municipal de Educação sobre o encerramento da lista de candidatos classificados para o cargo de Professor de Espanhol e de Coordenador Pedagógico, no Processo Seletivo 001/2024 e no Processo Seletivo Simplificado 004/2025, diante dos chamamentos já autorizados, e com a solicitação para a inclusão dos referidos cargos no Processo Seletivo Simplificado a ser realizado;

Considerando a autorização da Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas, nos despachos 33 e 35, do Memorando 11.057/2025;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo.

RESOLVE:

Art.1º Retificar a Portaria SAGP/DDP n. 1179/2025, de 12 de maio de 2025:

Onde se lê:

“Art. 1º Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para seleção de candidatos aos cargos de Professor de Arte, Professor de Educação Especial, Professor de Educação Física (atleta na escola), Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Professor de Matemática, no Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do certame seletivo, composta pelos seguintes servidores[...].”

Leia-se:

“Art. 1º Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para seleção de candidatos aos cargos de Professor de Arte, Professor de Educação Especial, Professor de Educação Física (atleta na escola), Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Professor de Espanhol, Professor de Matemática e Coordenador Pedagógico, no Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do certame seletivo, composta pelos seguintes servidores[...].”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 23 de maio de 2025.

[assinado digitalmente]

VARDELIDIO EDENILSON ZANARDI

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

SANDRA REGINA CARDOSO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Abigail Laís Folmer Rothenbach

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA Nº 367/2025

Publicação Nº 7253002

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 368/2025

Exonera o servidor EMERSON TIAGO JATI NAVARRO do cargo de PROFESSOR COMPONENTE CURRICULAR ESPECÍFICO (LÍNGUA PORTUGUESA)

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar o servidor EMERSON TIAGO JATI NAVARRO do cargo de PROFESSOR COMPONENTE CURRICULAR ESPECÍFICO (LÍNGUA PORTUGUESA).

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/05/2025.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de maio de 2025.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 368/2025

Publicação Nº 7253008

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 368/2025

Exonera o servidor EMERSON TIAGO JATI NAVARRO do cargo de PROFESSOR COMPONENTE CURRICULAR ESPECÍFICO (LÍNGUA PORTUGUESA)

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar o servidor EMERSON TIAGO JATI NAVARRO do cargo de PROFESSOR COMPONENTE CURRICULAR ESPECÍFICO (LÍNGUA PORTUGUESA).

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/05/2025.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de maio de 2025.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

ADITIVO A36.2025 - I - CCT

Publicação Nº 7252179



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER

TERMO ADITIVO Nº. A36/2025 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2024– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor **Jair Bridaroli**.

CONTRATADA: CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.063.876/0001-02, estabelecida na Rua São Paulo, nº. 2230, Bairro Floresta, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.211-570, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato representado por **Roselio Pereira Junior**, inscrito no CPF sob o nº. 007.468.299-73.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 171/2024-PMS, celebrado em 05 de dezembro de 2024, execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da **pavimentação com piso intertravado da Rua 167 – Maravilha** - Estaca 0PP à Estaca 14 + 18,00m, com extensão de 298,00m e área de total de 2.449,52m², localizada no Bairro Centro Norte, no Município de Schroeder/SC, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana para supressão no valor de R\$ 12.682,49 (doze mil seiscentos e oitenta e dois mil e quarenta e nove reais), através do processo administrativo 812/2025 (1doc) e manifestação favorável conforme Parecer 53/2025-SOIU-SEF.

Considerando que se enquadra nos termos do Art. 124, inciso I, alíneas “a” e “b” c/c Art. 125, da Lei nº 14.133/2021, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, **resolve-se:**

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quinta “Preço” no item 5.1, suprimindo o valor de R\$ 12.682,49 (doze mil seiscentos e oitenta e dois mil e quarenta e nove reais), passando a ser o valor do contrato inicial de **R\$ 388.303,47 (trezentos e oitenta e oito mil trezentos e três reais e quarenta e sete centavos)**.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº **171/2024-PMS**, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de maio de 2025

CONTRATADA:

CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Roselio Pereira Junior
CPF nº **028.523.159-63**

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Jair Bridaroli
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª
Nome: Vinicius Casanova de Oliveira
CPF nº. 007.455.671-18

2ª
Nome: Lilian Darlene Madeira de Oliveira
CPF nº. 000.971.020-59

Rua: Marechal Castelo Branco, 3201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br – <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ADITIVO A37.2025 - VII - BETHA

Publicação Nº 7252911

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**TERMO ADITIVO Nº. A37/2025 – PMS****7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2023-PMS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor **Jair Bridaroli**,

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua Julio Gaidzinski nº. 320 Pvmto 01, Bairro Pio Correa, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP 88.811-000, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo Senhor **Rodrigo de Souza Osti**, inscrito no CPF sob o nº **063.059.676-01**

Considerando o Contrato Administrativo nº. 66/2023-PMS, celebrado em 05 de Abril de 2023, proveniente do Processo de Licitação nº. 29/2023 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 70/2023 – PMS, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso ilimitado de usuários, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento. A respectiva licitação tem por objetivo, também, realizar a integração dos sistemas fiscais e contábeis da Câmara de Vereadores Municipal de Schroeder (CNPJ 83.539.676/0001-85) com a Prefeitura Municipal de Schroeder para atender o decreto n.º 10.540/2020, que instituiu o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

Considerando o pedido de aditivo da contratada Betha Sistemas LTDA, para reajuste de valores de 5,48% ref. IPCA abril/24-março/25 a ser aplicado nas mensalidades de 01/05 a 31/12/2024 no valor total de R\$ 38.253,79 (trinta e oito mil duzentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93 e previsão contratual conforme cláusula quarta item nº 4.2 do contrato nº 66/2023-PMS, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, aditivando o valor total de R\$ 38.253,79 (trinta e oito mil duzentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos) e na Cláusula Quarta “do valor do contrato”, item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 2.687.308,72 (dois milhões seiscentos e oitenta e sete mil trezentos e oito reais e setenta e dois centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ Reajustado	Diferença R\$ Reajuste Mensal	Diferença R\$ Reajuste Total
PREFEITURA							
1	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - PREFEITURA	8	Mês	3.098,84	3.268,66	169,82	1.358,56
2	Planejamento Contábil (PPA/LDO/LOA) - Prefeitura e Fundos - PREFEITURA	8	Mês	1.230,56	1.297,99	67,43	539,44
3	Tesouraria - PREFEITURA	8	Mês	674,23	711,18	36,95	295,60
4	Obras Públicas - PREFEITURA	8	Mês	460,27	485,49	25,22	201,76
5	Compras, Licitações e Contratos - PREFEITURA	8	Mês	1.757,11	1.853,40	96,29	770,32
6	Monitoramento de Notas Fiscais	8	Mês		186,58	9,69	

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone/Fax: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

	Eletrônicas - PREFEITURA			176,89			77,52
7	Almoxarifado - PREFEITURA	8	Mês	889,17	937,90	48,73	389,84
8	Patrimônio Público - PREFEITURA	8	Mês	663,53	699,89	36,36	290,88
9	Portal de Transparência - Prefeitura e Fundos - PREFEITURA	8	Mês	931,00	982,02	51,02	408,16
10	Gestão de Frotas e Veículos - PREFEITURA	8	Mês	718,67	758,05	39,38	315,04
11	Tributação Pública - PREFEITURA	8	Mês	4.469,07	4.713,98	244,91	1.959,28
12	Gestão Fiscal - PREFEITURA	8	Mês	3.033,63	3.199,87	166,24	1.329,92
13	Procuradoria - PREFEITURA	8	Mês	719,30	758,72	39,42	315,36
14	Geoprocessamento - PREFEITURA	8	Mês	3.693,41	3.895,81	202,40	1.619,20
15	Atendimento ao Cidadão (CND/2ª Via IPTU/LIXO) - PREFEITURA	8	Mês	642,62	677,84	35,22	281,76
16	Notas Fiscal Eletronica - PREFEITURA	8	Mês	3.036,09	3.202,47	166,38	1.331,04
17	Escrituração Fiscal do ISS - PREFEITURA	8	Mês	2.072,96	2.186,56	113,60	908,80
18	Folha de Pagamento - PREFEITURA	8	Mês	2.162,68	2.281,19	118,51	948,08
19	Recursos Humanos - PREFEITURA	8	Mês	1.071,33	1.130,04	58,71	469,68
20	Ponto (Tratamento de Registros) - PREFEITURA	8	Mês	1.232,04	1.299,56	67,52	540,16
21	Portal do Servidor Público - PREFEITURA	8	Mês	344,53	363,41	18,88	151,04
22	E-Social - PREFEITURA	8	Mês	717,50	756,82	39,32	314,56
23	Gestão de Documentos - PREFEITURA	8	Mês	1.701,11	1.794,33	93,22	745,76
25	Controle Interno e Audiência Pública - PREFEITURA	8	Mês	866,57	914,06	47,49	379,92
26	Gestão de Cemitério - PREFEITURA	8	Mês	721,65	761,20	39,55	316,40
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA							
<i>Obs: Alocar na Entidade Contábil Prefeitura</i>							
27	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - FIA	8	Mês	571,35	602,66	31,31	250,48
28	Compras, Licitações e Contratos - FIA	8	Mês	369,83	390,10	20,27	162,16
30	Gestão de Documentos - FIA	8	Mês	93,54	98,67	5,13	41,04
	Tesouraria – FIA	8	Mês	237,68	250,70	13,02	104,16
FUNDO DE SAÚDE							
31	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - SAÚDE	8	Mês	571,35	602,66	31,31	250,48

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone/Fax: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC

prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

32	Tesouraria - SAÚDE	8	Mês	237,68	250,70	13,02	104,16
33	Compras, Licitações e Contratos - SAÚDE	8	Mês	369,83	390,10	20,27	162,16
35	Gestão de Documentos - SAÚDE	8	Mês	93,54	98,67	5,13	41,04
	Obras Públicas - SAÚDE	8	Mês	116,15	122,52	6,37	50,96
	Patrimônio Público - SAÚDE	8	Mês	200,00	210,96	10,96	87,68
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
36	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - SOCIAL	8	Mês	571,35	602,66	31,31	250,48
37	Tesouraria - SOCIAL	8	Mês	237,68	250,70	13,02	104,16
38	Compras, Licitações e Contratos - SOCIAL	8	Mês	369,83	390,10	20,27	162,16
40	Gestão de Documentos - SOCIAL	8	Mês	93,54	98,67	5,13	41,04
	Obras Públicas - SOCIAL	8	Mês	116,15	122,52	6,37	50,96
	Patrimônio Público - SOCIAL	8	Mês	200,00	210,96	10,96	87,68
FUNDO DE HABITAÇÃO							
41	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - HABITAÇÃO	8	Mês	571,35	602,66	31,31	250,48
42	Compras, Licitações e Contratos - HABITAÇÃO	8	Mês	369,83	390,10	20,27	162,16
44	Gestão de Documentos - HABITAÇÃO	8	Mês	93,54	98,67	5,13	41,04
	Tesouraria - HABITAÇÃO	8	Mês	237,68	250,70	13,02	104,16
FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO							
45	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - SANEAMENTO	8	Mês	571,35	602,66	31,31	250,48
46	Tesouraria - SANEAMENTO	8	Mês	237,68	250,70	13,02	104,16
47	Compras, Licitações e Contratos - SANEAMENTO	8	Mês	369,83	390,10	20,27	162,16
49	Gestão de Documentos - SANEAMENTO	8	Mês	93,54	98,67	5,13	41,04
	Obras Públicas - SANEAMENTO	8	Mês	116,15	122,52	6,37	50,96
	Patrimônio Público - SANEAMENTO	8	Mês	200,00	210,96	10,96	87,68
CAMARA DE VERADORES DE SCHROEDER							
50	Gestão Contábil (Contabilidade, Prestação de Contas, Controladoria e Convênios) - CAMARA	8	Mês	827,37	872,71	45,34	362,72
52	Tesouraria - CAMARA	8	Mês	287,82	303,59	15,77	126,16

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone/Fax: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

53	Compras, Licitações e Contratos - CAMARA	8	Mês	471,32	497,15	25,83	206,64
54	Folha de Pagamento - CAMARA	8	Mês	666,17	702,68	36,51	292,08
55	Recursos Humanos - CAMARA	8	Mês	447,72	472,26	24,54	196,32
56	E-Social - CAMARA	8	Mês	343,05	361,85	18,80	150,40
57	Patrimônio Público - CAMARA	8	Mês	397,64	419,43	21,79	174,32
58	Portal de Transparência - CAMARA	8	Mês	424,16	447,40	23,24	185,92
59	Monitoramento de Notas Fiscais Eletrônicas - CAMARA	8	Mês	112,35	118,51	6,16	49,28
SERVIÇOS - ENTIDADE PREFEITURA							
62	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - PREFEITURA	1	Serviço	32.552,63	34.336,51	1.783,88	1.783,88
63	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - FIA <i>Obs: Alocar na Entidade Contábil Prefeitura</i>	1	Serviço	1.267,43	1.336,89	69,46	69,46
64	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - SAÚDE	1	Serviço	1.267,43	1.336,89	69,46	69,46
65	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - SOCIAL	1	Serviço	1.225,18	1.292,32	67,14	67,14
66	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - HABITAÇÃO	1	Serviço	1.422,33	1.500,27	77,94	77,94
67	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - SANEAMENTO	1	Serviço	1.408,25	1.485,42	77,17	77,17
69	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e treinamento, Atendimento Remoto - PREFEITURA	1000	Hora	147,32	155,39	8,07	8.070,00
70	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e treinamento, Atendimento Presencial na Contratante (incluso todos custos, deslocamento, estada, alimentação, etc) - PREFEITURA	250	Unidade	249,43	263,10	13,67	3.417,50
SERVIÇOS - ENTIDADE CAMARA DE VERADORES DE SCHROEDER							

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone/Fax: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

71	Serviços de conversão, migração completa dos dados dos sistemas atuais (Betha), implantação e treinamento completo de todos sistemas - CAMARA	1	Serviço	542,00	571,70	29,70	29,70
73	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e treinamento - CAMARA	250	Hora	147,32	155,39	8,07	2.017,50
74	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e treinamento, Atendimento Presencial na Contratante (incluso todos custos, deslocamento, estada, alimentação, etc) - CAMARA	100	Hora	249,43	263,10	13,67	1.367,00
VALOR R\$ TOTAL							38.253,79

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 66/2023-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de maio de 2025.

CONTRATADA:

BETHA SISTEMAS LTDA
Rodrigo de Souza Osti
CPF nº 063.059.676-01

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Jair Bridaroli
Prefeito Municipal

SCHROEDER CÂMARA DE VEREADORES
Ana Claudia Locilha de Oliveira
Presidente

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Vinicius Casanova de Oliveira
CPF nº. 007.455.671-18

2ª _____
Nome: Lilian Darlene Madeira de Oliveira
CPF nº. 000.971.020-59

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone/Fax: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO PR 36.2025-PMS

Publicação Nº 7250988

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 05F0A79242ED73EFA0C60536A4E1E5593FDE5866

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025-PMS**

Processo Licitatório nº 78/2025-PMS.

Contratação nº 900742025

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE SCHROEDER UASG 988343

Secretaria de Esporte do Município de Schroeder/SC.

OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de brinquedos e piso de segurança emborrachado, destinados à requalificação do parque infantil público do Município de Schroeder. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer na Rua Paulo Jahn, Centro. Os recursos financeiros destinados à execução desta contratação são provenientes do Governo Estadual, por meio de Transferências Especiais Voluntárias (TEV), conforme Processo SGP-e: SCC 2072/2024, nos termos da Portaria Conjunta SGG/SEF nº 18/2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 110.809,16 (cento e dez mil oitocentos e nove reais e dezesseis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/06/2025 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL<http://www.gov.br/compras/pt-br>**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço por lotes

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

ESCLARECIMENTOS<https://schroeder.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=3814754>

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3201. Centro. CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

CONTRATO 67/2025-PMS - RETIFICADO

Publicação Nº 7251105

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****CONTRATO**

Contrato nº. 67/2025-PMS - RETIFICADO
Inexigibilidade de Licitação nº. 09/2025-PMS
Processo nº. 75/2025-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC**, e **MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA**, tendo por objeto a aquisição de licença do software AltoQi Eberick Premium Gov 2025, para atender as necessidades do Setor de Engenharia da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana do Município de Schroeder, no período mínimo de 12 meses.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro. Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Jair Bridaroli**, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa **MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.984.954/0001-74, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº. 392, Bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88010-450, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **Marcelo Luiz Maestro**, inscrito no CPF sob o nº 704.649.879-20., resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

1.1 Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de licença do software AltoQi Eberick Premium Gov 2025, para atender as necessidades do Setor de Engenharia da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana do Município de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	SOFTWARE AltoQi Eberick Premium Gov 2025 ESPECIFICAÇÃO: ASSINATURA PARA 12 MESES; SOFTWARE PARA PROJETOS ESTRUTURAIS: ALTOQI EBERICK;	1	Unidade	5.436,00	5.436,00

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3201. Centro. CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br> - Fone: (47) 3374-6500



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

	APLICAÇÃO: 11 níveis laje ou 10 pavimentos e Área: 8 mil m² de área retangular construída; Inclui: Eberick, Editor de Armaduras. MÓDULOS INCLUSOS: Alvenaria Estrutural, Pré-moldados, concreto Protendido e Dimensionamento de perfis metálicos.				
TOTAL R\$					5.436,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O prazo de entrega do software e fornecimento do acesso para instalação e login do usuário é de **10 (dez) dias** após enviada a Ordem de Fornecimento, sob fiscalização da Diretora de Infraestrutura Urbana Ivandra de Souza.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor total de **R\$ 5.436,00 (cinco mil quatrocentos e trinta e seis reais)** correspondente ao objeto descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do objeto, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

4.1.1 - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.1.2 O pagamento será efetuado em nome da licitante na conta bancária especificada na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

5.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do exercício de 2025. Fonte Dotação: 343 (3.3.90.40).

CLÁUSULA SEXTA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

6.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, à critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 156, incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SETIMA – DA FORÇA MAIOR:

7.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido a força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 03 (três) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3201. Centro. CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br> - Fone: (47) 3374-6500



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

8.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

8.2. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.3. Nos demais casos previstos no Capítulo VIII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

9.1. A empresa contratada obriga-se a:

9.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo artigo 125 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto deste contrato respondendo por si e seus sucessores;

9.1.3 O prazo de entrega do software e fornecimento do acesso para instalação e login do usuário é de **10 (dez) dias** após enviada a Ordem de Fornecimento, sob fiscalização da Diretora de Infraestrutura **Urbana Ivandra de Souza**.

9.1.4 - Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

9.1.5 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação, sem a autorização expressa pela administração;

9.1.6 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta contratação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

10.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA -PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

11.1. O objeto do contrato tem vigência **por 12 (doze) meses**, a contar da assinatura deste termo contratual, podendo ser prorrogado, conforme artigo 106, inciso I da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

O reajuste do valor do contrato ocorrerá a cada 12 (doze) meses, mediante aplicação do **IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e no acordo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Este contrato e a Inexigibilidade de Licitação nº. 09/2025-PMS e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3201. Centro. CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br> - Fone: (47) 3374-6500



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Schroeder/SC, 23 de maio de 2025.

CONTRATADA:

MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA
03.984.954/0001-74

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Jair Bridaroli
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Vinicius Casanova de Oliveira
CPF nº. 007.455.671-18

2ª _____
Nome: Lilian Darlene Madeira de Oliveira
CPF nº. 000.971.020-59

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3201. Centro. CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br> - Fone: (47) 3374-6500

P á g i n a 4 | 4

CONTRATO 69/2025-PMS

Publicação Nº 7251752

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****CONTRATO**

Contrato nº. 69/2025-PMS
Concorrência Eletrônica nº. 09/2025-PMS
Processo nº. 59/2025-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC**, e a empresa **MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA**, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços para ampliação do sistema de iluminação pública da Rede de Distribuição Urbana na Rua 3 de Outubro, no Município de Schroeder/SC.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Jair Bridaroli**, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa **MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.582/0001-69, estabelecida na Rua Irineu Bornhausen nº 855 – 1º andar, Bairro São João, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.304-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **Luiz Bunki Otsuka**, inscrito no CPF sob o nº. 064.638.869-04, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 09/2025-PMS, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços para ampliação do sistema de iluminação pública da Rede de Distribuição Urbana na Rua 3 de Outubro, no Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços para ampliação do sistema de iluminação pública da Rede de Distribuição Urbana, conforme projetos aprovados pela CELESC, memoriais descritivos e relação de material, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana na Rua 3 de Outubro, Bairro Centro Norte, no Município de Schroeder/SC. Prazo de execução: 2 (dois) meses.	1	Unidade	147.436,00	147.436,00
TOTAL R\$					147.436,00

- 1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Página 1 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura deste termocontratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 147.436,00 (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e seis reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Os pagamentos serão mensais, efetuados através da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do serviço, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

6.1.1. - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. O pagamento será efetuado em nome da licitante na conta bancária especificada na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

6.1.3. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Página 3 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz

Página 4 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. O contratado deverá apresentar garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato devendo o comprovante ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6., observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Página 5 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

10.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.20. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e Pasta Técnica.

10.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência e Pasta Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4. do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8. deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Página 6 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

11.2.4. Multa, conforme item 9.4 do edital.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Página 7 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

12.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do exercício de 2025, fonte Dotação: 358 (4.4.90.51).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Schroeder, 23 de maio de 2025.

CONTRATADA:

MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA
01.614.582/0001-69

CPF/CNPJ

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Jair Bridaroli
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Vinícius Casanova de Olivera
CPF nº. 007.455.671-18

2ª _____
Nome: Lilian Darlene Madeira de Oliveira
CPF nº. 000.971.020-59

Página 9 | 8

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>

CONTRATO 70/2025-PMS

Publicação Nº 7252225

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****CONTRATO**

Contrato nº. 70/2025-PMS
Pregão Eletrônico nº. 33/2025-PMS
Processo nº. 72/2025-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC**, e a empresa **PRIMOS COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E SERVICOS EM GERAL LTDA**, tendo por objeto a aquisição de smartphones **SAMSUNG** com película, capa robustecida e carregador veicular para a Polícia Militar de Schroeder.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro. Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Jair Bridaroli**, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa **PRIMOS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E SERVICOS EM GERAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.608.829/0001-68, estabelecida no endereço Rua Candelabro 403, Bairro Chácara das Rosas, Cachoeirinha-RS doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada por **Jonatas de Almeida Chagas**, CPF sob o nº. 981.725.570-00 resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 33/2025-PMS, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de smartphones **SAMSUNG** com película, capa robustecida e carregador veicular para a Polícia Militar de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
LOTE ÚNICO					
1	Smartphone Samsung Galaxy A56 A566E 256GB 8GB. CONFORME TR.	3	Unidade	2.710,00	8.130,00
2	Fonte de alimentação veicular (Carregamento Rapido)	3	Unidade	50,00	150,00
3	Capa robustecida protetora própria para o Smartphone + Película Protetora	3	Unidade	50,00	150,00
TOTAL R\$					8.430,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência e Pasta Técnica;

Página 1 | 7

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - <http://www.schroeder.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Pasta Técnica, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contado a partir da assinatura deste instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 8.430,00 (oito mil quatrocentos e trinta reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do objeto, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

6.1.1. - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. O pagamento será efetuado em nome da licitante na conta bancária especificada na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

6.1.3. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Pasta Técnica;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência e Pasta Técnica.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4, do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8. deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa, conforme item 9.4 do edital

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.6. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3. Indenizações e multas.

12.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do exercício de 2025. Dotações: 96 (4.4.90.52), 111 (4.4.90.52) e 119 (4.4.90.52).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Schroeder, 23 de maio de 2025.

CONTRATADA:

PRIMOS COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E SERVICOS EM GERAL LTDA
32.608.829/0001-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Jair Bridaroli
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:


1ª _____
Nome: Vinícius Casanova Oliveira
CPF nº. 007.455.671-18

2ª _____
Nome: Lilian Darlene Madeira de Oliveira
CPF nº. 000.971.020-59

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 21/2025-PMS

Publicação Nº 7252969

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA ELETRÔNICA Nr.: 21/2025	
	CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500 Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro CEP: 89275-000 - Schroeder	Processo Adm.: 77/2025 Data do Processo: 20/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 77/2025
b) **Nr. Licitação:** 21/2025 - DE
c) **Modalidade:** Dispensa eletrônica
d) **Data de Homologação:** 23/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de passagens aéreas (ida e volta) para o deslocamento de servidor do Município de Schroeder/SC até Brasília/DF, com o objetivo de possibilitar sua participação no Fórum Nacional de Transferências e Parcerias da União, que ocorrerá de 3 a 5 de junho de 2025*

Participante: CATUGY VIAGENS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Passagem aérea - ida e volta Trecho: Aeroportos de Joinville (Lauro Carneiro de Loyola), Navegantes (Ministro Victor Konder) ou Florianópolis (Hercílio Luz) com destino a Brasília/DF. Ida: Embarque no dia 02/06/2025, no período vespertino, com saída prevista até as 18h.Volta: Embarque no dia 05/06/2025, embarque a partir das 16h até as 22h. Observações adicionais: • As passagens devem incluir no máximo uma escala, com tempo de conexão limitado a duas horas por trecho; • O aeroporto de embarque s - Passagem aérea - ida e volta Trecho: Aeroportos de Joinville (Lauro Carneiro de Loyola), Navegantes (Ministro Victor Konder) ou Florianópolis (Hercílio Luz) com destino a Brasília/DF. Ida: Embarque no dia 02/06/2025, no período vespertino, com saída prevista até as 18h.Volta: Embarque no dia 05/06/2025, embarque a partir das 16h até as 22h. Observações adicionais: • As passagens devem incluir no máximo uma escala, com tempo de conexão limitado a duas horas por trecho; • O aeroporto de embarque s	1,000	UN	2.069,10	2.069,10
Total do Participante:					2.069,10
Total Geral:					2.069,10

Schroeder, 23 de Maio de 2025

.....
JAIR BRIDAROLI
Prefeito

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 3455

Publicação Nº 7253312

DECRETO Nº 3455, DE 23 DE MAIO DE 2025

Abre crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.400.000,00

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IV, alínea “a”, do art. 4º da Lei 2301 de 17de dezembro de 2024, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2025 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 001 - Departamento do Interior

Projeto Atividade: 1116 - Equipamentos, Material Permanente, Máquinas e Veículos para o Transporte Rodoviário

Modalidade: (507) 44900000000000000000 - Aplicações diretas	900.000,00
TOTAL	R\$ 900.000,00

Art. 2º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 171032100001 - Estado - Transf. Especial SCC 7363/2025 - Aquisição Trator Esteira	900.000,00
--	------------

TOTAL R\$ 900.000,00

Art. 3º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 001 - Departamento do Interior

Projeto Atividade: 1116 - Equipamentos, Material Permanente, Máquinas e Veículos para o Transporte Rodoviário

Modalidade: (508) 44900000000000000000 - Aplicações diretas	400.000,00
TOTAL	R\$ 400.000,00

Art. 4º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 171032100002 - Estado - Transf. Especial SCC 7364/2025 - Aquisição Rolo Compactador	400.000,00
--	------------

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 5º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO
Unidade: 003 - Gerência de Ensino Infantil em Creche
Projeto Atividade :2225 - Ações de Manutenção da Educação Infantil em Creche
Modalidade: (118) 319000000000000000 - Aplicações diretas 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 6º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:
Fonte: 154070000030 - Município - FUNDEB 30,00% 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 7º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, 23 de maio de 2025.

FLAVIO JOEL ZOLET
Prefeito em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em 23 de maio de 2025

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

DECRETO Nº 3456

Publicação Nº 7253318

DECRETO Nº 3456, DE 23 DE MAIO DE 2025

Abre crédito adicional suplementar por conta do
superávit financeiro apurado no balanço
patrimonial dos exercícios anteriores no valor de
R\$ 741.653,95

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos inciso IV, alínea “b”, do art. 4º da Lei 2301 de 17 de dezembro de 2024, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2025 – LOA e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 001 - Departamento do Interior

Projeto Atividade:1116 - Equipamentos, Material Permanente, Máquinas e Veículos para o
Transporte Rodoviário

Modalidade: (509) 449000000000000000 - Aplicações diretas 191.000,00
TOTAL R\$ 191.000,00

Art. 2º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 250070000000 - Município - Ordinários Impostos 191.000,00
TOTAL R\$ 191.000,00

Art. 3º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude

Projeto Atividade:2289 - Manut. das Ações e Serv. na Saúde de Média e de Alta
Complexidade - MAC

Modalidade: (510) 339000000000000000 - Aplicações diretas 300.000,00
TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 4º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 260070000302 - União SUS - Grupo MAC 300.000,00
TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 5º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude
Projeto Atividade:2281 - Ações da Farmácia Básica - REMUME
Modalidade: (511) 339000000000000000 - Aplicações diretas 60.458,68
TOTAL R\$ 60.458,68

Art. 6º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 260070000303 - União SUS - Grupo Assistência Farmacêutica 60.458,68
TOTAL R\$ 60.458,68

Art. 7º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude
Projeto Atividade:2288 - Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental
Modalidade: (512) 319000000000000000 - Aplicações diretas 151.186,92
TOTAL R\$ 151.186,92

Art. 8º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 260470000305 - União SUS - Grupo Vig.Saúde - ACE (EC 120/2022) 151.186,92
TOTAL R\$ 151.186,92

Art. 9º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude
Projeto Atividade:2283 - Ações do Programa de Agentes Comunitário de Saúde - ACS
Modalidade: (513) 319000000000000000 - Aplicações diretas 39.008,35
TOTAL R\$ 39.008,35

Art. 10º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte: 260470000301 - União SUS - Grupo Aten.Prim.-ACS (EC 120/2022) 39.008,35
TOTAL R\$ 39.008,35

Art. 11º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, 23 de maio de 2025.

FLAVIO JOEL ZOLET
Prefeito em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em 23 de maio de 2025

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 143/2025, 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7252963

DECRETO Nº 143/2025, 23 DE MAIO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica do Município, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Serra Alta/SC, com o fim de promover a participação social para a proposição de ações que visem à superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável; identificar os desafios do envelhecimento plural no País, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa; e propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação interfederativa.

Art. 2º - A 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Serra Alta/SC realizar-se-á no dia 13 de junho de 2025, no Centro dos Idosos, sito a Rua Riachuelo, s/n, Bairro Centro, Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º - A 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Serra Alta/SC terá como tema "Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação" e os seguintes eixos:

EIXO 1: Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais.

EIXO 2: Fortalecimento de Políticas para a Proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.

EIXO 3: Proteção e enfrentamento a todas as formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

EIXO 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

EIXO 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como políticas do Estado Brasileiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta/SC, 23 de maio de 2025.

Rafael Marin
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI Nº 002/2025

Publicação Nº 7252961

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA (CMI).

RESOLUÇÃO CMI Nº 002/2025

DISPÕE SOBRE A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, conforme as atribuições legais e em cumprimento ao deliberado pelo Conselho Pleno em reunião plenária no dia 23 de maio de 2025.

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar a 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa a ser realizada no dia 13 de junho de 2025.

Artigo 2º - O tema da Conferência é: "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação" e os eixos são:

- a. Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais.
- b. Fortalecimento de Políticas para proteção à Vida, à Saúde e para o acesso ao cuidado integral da Pessoa Idosa.
- c. Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.
- d. Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.
- e. Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro.

Artigo 3º - A comissão organizadora da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será composta pelos seguintes membros:

- 1 – CRISTIANE MARTINI.
- 2 – CRISTIANE LEDUR.
- 3 – IDINEIA CECATTO.
- 4 - TERESINHA MOTTER.
- 5 – MARLENE FREY.
- 6 - SARA BAESSO.
- 7- VALDECIR LUIZ DETONI.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Serra Alta/SC, 23 de maio de 2025.

Sara Baesso
Presidente do CMI

Sombrio

PREFEITURA

TA 03 AO CONTRATO 88/2022

Publicação N° 7251112

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO**

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 88/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: TRIANGULO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: É objeto do presente Termo Aditivo prorrogação da data fim da vigência para o dia **01/07/2026**.

Assinatura: 23/05/2025

Sombrio, 23 de Maio de 2025

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Taió

PREFEITURA

CONTRATO Nº 12/2025 - TELEFONIA FIXA

Publicação Nº 7251321

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2704D3032C491CC8C2B5104FD7917A8619296129

**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 25/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2025****CONTRATO Nº 12**

CONTRATO DE DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que celebram entre si o
MUNICÍPIO DE TAIÓ (SC), e a EMPRESA
CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS.

O Município de Taió (SC), pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bertoli, 44, inscrito no CNPJ/MF n.º 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **ARISTIDES ELOI VALENTINI**, denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa Cunha instalações telefônicas Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.863.291/0001-06, estabelecida à Avenida Oscar Barcelos, n.º 1102, Centro, município de Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo Sr. **Douglas Cunha**, CPF n.º 008.***.***-62, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Título III da Lei n.º 14.133/21, assim como pelo Processo de Licitação n.º 25/2025, instaurado através do Edital de **Pregão Eletrônico n.º 25/2025**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a sistema de telefonia fixa comutada até 100 números em até 30 linhas simultâneas de ligações bem como instalação de central telefônica, tendo suas especificações descritas no Termo de Referência que originou esta contratação, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integrando o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- 2.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, seguindo os critérios da Lei Federal n.º 14.133/2021, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) e na plataforma Nacional de Compras Públicas (PNCP).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 3.1 A CONTRATADA prestará os serviços ao CONTRATANTE conforme as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência), comprometendo-se a CONTRATADA a executá-los durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do CONTRATANTE.
- 3.2 Quaisquer serviços prestados que apresentem qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a CONTRATADA, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as

**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

especificações deste contrato e seu Anexo I, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o CONTRATANTE.

- 3.3 A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **WERNER BRUNS** designado pela Secretaria solicitante o qual será, também, responsável pela sua avaliação em relação a qualidade dos serviços prestados.
- 3.3.1 O gestor e o fiscal do contrato observarão o disposto no Decreto Municipal n.º 8.113/2022 para o desenvolvimento das atividades de gestão e fiscalização, respectivamente.
- 3.4 A CONTRATADA deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.
- 3.5 A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, relativas à execução do objeto deste Contrato.
- 3.6 A CONTRATADA se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo CONTRATANTE.
- 3.7 A prestação de serviços executada pela CONTRATADA estará sujeita à aceitação do CONTRATANTE, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo I, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.
- 3.8 O aceite do serviço será formalizado pelo CONTRATANTE, através do recebimento definitivo do objeto.
- 3.9 A CONTRATADA ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo I (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Recebimento definitivo emitido pelo CONTRATANTE na nota fiscal.
- 3.10 Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do CONTRATANTE para com a CONTRATADA, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no Edital da Licitação e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.
- 3.11 A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do CONTRATANTE, mediante autorização do CONTRATANTE.
- 3.12 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras; e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50%.
- 3.13 A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do CONTRATANTE salvo se de outra forma for determinado pelo CONTRATANTE, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à CONTRATADA.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- 3.14 Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao CONTRATANTE, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus anexos.
- 3.15 O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.
- 3.15.1 A CONTRATADA deverá acatar a fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas as solicitações de informações.
- 3.16 O acompanhamento efetuado pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA perante o CONTRATANTE e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.
- 3.17 Qualquer comunicação do CONTRATANTE à CONTRATADA deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a CONTRATADA, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DA REVISÃO, DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1. O valor total ora contratado é de **R\$ 6.199,96 (seis mil cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação n.º 25/2025, importando os valores por itens vencedores, identificados pela cópia da Autorização de Fornecimento em anexo ao presente contrato, a qual é parte integrante do presente instrumento.
- 4.2. Nos preços contratados já estão inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos, quando for o caso, bem como todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação.
- 4.3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias úteis, após a prestação dos serviços mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável, com a data do recebimento definitivo, conforme previsto no Termo de Referência.
- 4.4. O município reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento à empresa ganhadora, quando esta houver prestado/entregado os serviços/materiais, em conformidade com este termo.
- 4.5. Os preços não serão reajustados.
- 4.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 4.6.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021;

- 4.6.2. A revisão não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da CONTRATADA, devidamente justificada, que somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo.
- 4.6.2.1 Instaurado o processo de revisão, devidamente comprovada, e em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, para fins de atualização do preço registrado, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), salvo se a CONTRATADA se utilizar de índice menos oneroso para o CONTRATANTE, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre as partes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.
- 4.6.3. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratadas em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 4.7 O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista, observado o disposto nos artigos 124 e 134 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 8.203, de 06 de março de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DO DOCUMENTO FISCAL

- 5.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para Prefeitura Municipal de Taió – Avenida Luiz Bertoli, n.º 44, centro – 89.190-000 – Taió – SC – CNPJ/MF 82.765.488/0001-02, ou se for o caso ao Fundo Municipal de Saúde, CNPJ n.º 11.433.441/0001-01 e Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ n.º 15.442.776/0001-39, e o FORNECEDOR deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 5.2. Quando for emitido o documento fiscal, referente à mercadoria solicitada, a CONTRATADA deverá enviar e-mail do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Secretaria de Administração e Finanças, aos cuidados do Setor de Contabilidade (nfeletronica@taio.sc.gov.br; liquidacao@taio.sc.gov.br ou fone (47) 3562-8300), ou conforme solicitado pela secretaria demandante.
- 5.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- a) Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente,

**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
- b) Manter durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
 - c) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
 - d) Dar fiel execução ao objeto do Edital, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias.
 - e) A Contratada deverá efetuar a entrega do objeto, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos produtos, número da ordem de compra e número do empenho;
 - f) Reparar corrigir, remover, reconstruir e substituir, às suas exclusivas expensas e responsabilidades, no todo ou em parte, o objeto contratado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da qualidade dos serviços ou materiais no prazo máximo fixado no termo de referência que integra este contrato;
 - g) Fornecer os serviços ou materiais no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
 - h) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência do município.
 - i) Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a entrega do bem.
 - j) Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observação realizada pelo CONTRATANTE.
 - k) Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade e validade do produto, reservando à Secretaria Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
 - l) Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
 - m) Arcar com todos os ônus e obrigações no que se referem a acidentes, danos e prejuízos que tenha causado ao município e/ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto do Edital, respondendo por terceiros, seus empregados e preposto.
 - n) Cumprir a execução do objeto, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes a que houver dado causa, especialmente relativas as obrigações fiscais, sociais, trabalhistas e encargos sociais;
 - o) O Município de Taió não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, fornecedores ou quaisquer outros;
 - p) A Empresa se obriga a manter, durante toda a vigência do contrato ou ata de registro de



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Taió/SC, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

- q) Fornecer garantia mínima de acordo com a legislação dos serviços ou materiais entregues, contados a partir do recebimento do Município.
- r) Assegurar garantia dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos, a partir da execução da atividade ou entrega do bem.
- s) Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, inclusive em caso de modificação do endereço eletrônico.

2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- a) Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos itens objeto da presente licitação.
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações do Edital.
- c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e) Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- h) A administração do Município de Taió não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- i) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- j) Providenciar a publicação resumida do contrato proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

- 7.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Taió e será descredenciado do processo de licitação, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo da multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação e das demais cominações



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I. Não assinar a ata de registro de preços ou contrato;
 - II. Não entregar a documentação exigida no edital;
 - III. Não manter a proposta;
 - IV. Comportar-se de modo inidôneo;
 - V. Declarar informações falsas.
 - VI. Ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
 - VII. Cometer fraude fiscal.
- 7.2. A inexecução parcial do contrato sujeitará o FORNECEDOR à multa de 5 % (cinco por cento) a 10 % (dez por cento) do valor do contrato, desde que não caiba a aplicação de multa mais severa, sem prejuízo do impedimento de licitar, da multa de mora e das demais cominações legais e contratuais.
- 7.3. O incurso nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV do *caput* da cláusula quinta sujeitará o FORNECEDOR à multa de 10 % (dez por cento) a 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo do impedimento de licitar, da multa de mora e das demais cominações legais e contratuais.
- 7.4. O incurso nas hipóteses previstas nos incisos V, VI e VII, do *caput* da cláusula quinta sujeitará a CONTRATADA à multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, sem prejuízo do impedimento de licitar, da multa de mora e das demais cominações legais e contratuais.
- 7.5. O atraso injustificado na execução do contrato ou no atendimento de qualquer obrigação sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas nesta cláusula e das demais cominações legais, à multa de mora de:
- I – 1 % (um por cento) ao dia, limitada a 5 % (cinco por cento) sobre o valor o valor da ata ou contrato;
 - II – 5 % (cinco por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, pelo atraso a partir do quinto dia.
- 7.6. Após o décimo dia útil de atraso, o MUNICÍPIO poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa de mora ou rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas nesta cláusula e das demais cominações legais.
- 7.7. Considera-se contrato, além do termo de contrato propriamente dito, a autorização de fornecimento ou o instrumento equivalente, que tenha sido recebido pelo fornecedor, dentro prazo de validade da ata de registro de preços.
- 7.8. A aplicação das sanções administrativas será precedida de processo administrativo, cujo processo será conduzido por Comissão de Sanções Administrativas com a aplicação da penalidade publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC),



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

exceto no caso de aplicação da penalidade de Advertência que poderá ser aplicada pelo gestor do contrato.

- 7.9. O processo de que trata o parágrafo anterior será físico e seguirá o rito do Decreto Municipal n.º 8.206/2023, mas todas suas intimações serão eletrônicas e os atos, assim como as intimações, serão efetuados através dos contatos eletrônicos informados pelo fornecedor.
- 7.10. As intimações serão enviadas para o endereço eletrônico do licitante, sendo dever deste manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração do endereço eletrônico informado quando da licitação.
- 7.11. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a possibilidade da aplicação de outras cominações legais, inclusive a rescisão unilateral do contrato e a responsabilização por perdas e danos.
- 7.12. Ocorrendo a aplicação de sanção administrativa que enseje o cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do Decreto Municipal n.º 8.206/2023, o órgão participante que aplicar a penalidade comunicará a decisão para o órgão gerenciador no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do ato.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 8.1. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de processo licitatório ou ser contratado pela Administração.
- 8.1.1. As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei n.º 13.709/2018).
- 8.2. O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos previsto no art. 137 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei n.º 14.133/2021 e alterações, além dos Decretos Municipais aplicáveis às contratações e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, além dos Decretos Municipais aplicáveis às contratações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro da cidade de Taió (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes, a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Taió, 20 de maio de 2025.

CONTRATANTE
Aristides Eloi Valentini

DOUGLAS
CUNHA:
00890064962

CONTRATADA
Douglas Cunha

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO ACORDI FELIX
Data: 23/05/2025 09:49:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Acordi Félix

Assinado de forma digital por
WERNER
BRUNS:89510526
991
Dados: 2025.05.23 09:39:36
-03'00'

Werner Bruns

Advogado:

Documento assinado digitalmente
gov.br ALINE GEHRKE
Data: 23/05/2025 09:29:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Aline Gehrke
OAB/SC nº 28.256

INEXIGIBILIDADE FMAS N° 03/2025

Publicação N° 7253316

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F35BE81314BD829EE5624B16CEAE2293BE4DE5C8

**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2025

1. DO PREÂMBULO

O Município de Taió/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.765.488/0001-02, com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, n.º 44, Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Aristides Eloí Valentini, no uso de suas atribuições legais, comunica a Inexigibilidade de Licitação, conforme objeto a seguir especificado, de acordo com a Lei n.º 14.133/21, considerando as justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

1.1. DO OBJETO

O presente processo tem como objeto a **LOCAÇÃO DO 1º ANDAR E UMA PARTE DO TÉRREO DA ENTRADA DO EDIFÍCIO COM TOTAL DE 341, 63 M², SITUADO NA RUA PADRE EDUARDO Nº 244, BAIRRO PADRE EDUARDO, PARA FINS DE INSTALAÇÃO DA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA EQUIPE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**, tudo de acordo com os termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objeto pretendido pela Administração se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso V, da Lei Federal n.º 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

A Política de Assistência Social está prevista na Constituição federal de 1988 e compõe o tripé da Seguridade social juntamente com as Políticas Públicas de Saúde e Previdência Social, sendo legitimada como Política Pública com a Promulgação da Lei Federal 8.742/1993 (LOAS), que em seu Artigo 2º prevê os objetivos da Assistência Social:

I- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taió.sc.gov.br

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Em 2004 foi aprovada através da Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 a Política Nacional de Assistência Social PNAS, a qual desenhou a estrutura desta Política Pública em território Nacional. Onde estão descritos seus princípios, diretrizes, objetivos, usuários e a proteções afiançadas, sendo elas: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que está subdividida em Média e Alta Complexidade.

Nesta senda, a Secretaria Municipal de Assistência social é a executora da Política de Assistência Social em território municipal e frente a isso necessita de local amplo e adequado para o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Cabe destacar que no ano de 2023, a gestão e a Equipe de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade estavam alocadas em local suscetível as cheias, situação que interfere no atendimento à população durante este período, visto que estes fenômenos hidrológicos são comuns no município, considerando sua zona urbana está localizada em terrenos de declive acentuado na bacia hidrográfica do Rio Itajaí Oeste.

Frente a isso, e considerando os objetivos da Política de Assistência Social e que a Secretaria Municipal de Assistência Social atua na linha com o atendimento da população atingida por fenômenos meteorológicos e hidrográficos, e não pode ter seus atendimentos suspensos nestes períodos, em outubro de 2023 a Gestão alocou uma sala para o funcionamento do Órgão gestor e do Posto do Cadastro único na Rua Padre Eduardo, 244, Bairro Padre, Taió/SC, sendo a sala localizada em espaço de fácil acesso na região central da cidade, o que otimizou a prestação de serviços a população nas cheias ocorridas em novembro de 2023, visto a constância nos atendimentos e proximidade da sede da Secretaria com o abrigo principal, que sempre é instalado no Salão Paroquial da Igreja Cristo Rei de Taió.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

Em janeiro de 2025, foi estudada a possibilidade de locação de sala mais ampla que comporte além do órgão gestor, a Equipe de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atualmente está atendendo em local suscetível a inundações.

Foi localizada sala mais ampla e espaçosa ao lado do local onde atualmente a gestão da Secretaria está sediada. Destaca-se que a sala permite a divisão de espaço entre a gestão e a proteção social de média e alta complexidade, considerando que os serviços não podem compartilhar da mesma porta de entrada.

Diante disso, a nova sala proporcionará espaço mais adequado ao funcionamento da Gestão da Secretaria e Posto do Cadastro Único, bem como promoverá retirada de um importante equipamento de Assistência Social de local suscetível as cheias.

4. DA CONTRATADA

A referida locação será realizada em nome da IMOBILIÁRIA CIMARDI LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 41.606.564/0001-50, estabelecida na Al. Aristiliano Ramos, n.º 1430, Bairro Jardim América, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP n.º 89.160-240, neste ato representado pelo Sr. Charles Cavilha Cimardi.

4.1. DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

Identificada a necessidade, buscou-se locais que seriam mais adequados para este fim.

Sendo assim, a escolha do contratado baseou-se na garantia de uma localização que atenda de forma satisfatória a necessidade da Secretaria.

4.2. DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

Nos procedimentos administrativos para contratação, deve-se observar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 da Lei n.º 14.133/21.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação, através da apresentação das certidões negativas, as quais estão impressas e anexas ao processo administrativo.

5. DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E VIGÊNCIA

A contratação será no valor total de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) a serem pagos mensalmente em 12 vezes com parcelas de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme forem utilizadas e a proposta anexa ao processo.

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal n.º 8.202/2023, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da Administração, nos termos da Lei.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

As despesas decorrentes da presente contratação encontram-se amparados no parecer contábil (anexo à parte) e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento de 2024:

Órgão: 011 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - Gestão do SUAS
Proj./ Ativ.: 2100 Manutenção das Ações de Assistência Social
Dotação: 322

7. DO FORO

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas pertinentes ao objeto da presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Taió/SC.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram o presente Edital:

- Anexo I - Minuta do Contrato.

9. DA AUTORIZAÇÃO

Pelo exposto, inobstante o interesse em contratar pela administração municipal, pelas razões já mencionadas, diante da análise da Assessoria Jurídica (parecer anexo a parte) de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento, demonstra-se a possibilidade a validade jurídica para escolha de tal ato administrativo.

Considerando o exposto, os princípios da razoabilidade, economicidade e supremacia do interesse público, acolho as justificativas da Inexigibilidade de licitação para a referida contratação e a ratifico, encaminhando-se os autos para as providências de estilo.

Taió/SC, 23 de maio de 2025.

ARISTIDES ELOI
VALENTINI:29271258991

Assinado de forma digital por ARISTIDES
ELOI VALENTINI:29271258991
Dados: 2025.05.23 16:28:15 -03'00'

ARISTIDES ELOI VALENTINI
Prefeito Municipal



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2025
ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
N.º XX, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍ-
PIO DE TAIÓ E XX.**

**Processo Administrativo n.º 03/2025
Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2025**

O Município de Taió (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Horst Alexandre Purnhagen, com sede à Avenida Luiz Bertoli, n.º 44, inscrito no CNPJ/MF n.º 82.765.488/0001-02, doravante denominado **LOCATÁRIO** e de outro lado o Sr. xx pessoa física, inscrita no CPF sob n.º ..., com sede à Rua xx, n.º xx, Bairro xx, município de xx/xx, doravante denominada **LOCADOR**, tudo de conformidade com o processo de inexigibilidade de licitação, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/21, na forma do disposto em seu artigo 74, V, e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a LOCAÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA E ACESSO A OUTRAS DEPENDÊNCIAS DO IMÓVEL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - FUNDAÇÃO UNIDAVI, SEDE TAIÓ, PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS A SEREM OFERTADOS PELO SENAI, CONFORME ACORDO DE COOPERAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS AO PROCESSO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

I – Compete ao LOCADOR:

- a) Locar ao Município de Taió 02 (duas) salas de aula, localizadas no piso inferior do campus do LOCADOR de Taió.
- b) Disponibilizar ao SENAI o uso da sala dos professores, biblioteca e estacionamento, compartilhando esses espaços com os docentes, funcionários, técnico-administrativos e acadêmicos do LOCADOR.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

c) O horário de atendimento do SENAI no Campus será das 13:30 às 18:00 h de segunda a sexta-feira, para este contrato.

II – Compete ao Município de Taió:

a) Repassar mensalmente ao LOCADOR, até o décimo dia subsequente ao mês de uso dos ambientes constantes na cláusula segunda, alínea “a”, como forma de pagamento de locação, o valor mensal de R\$ xxxx (xxxx), reajustáveis anualmente em conformidade com o índice estabelecido pelo INPC.

b) O pagamento será feito mediante depósito em conta corrente no Banco xx, Agência n. xx, conta n. xx.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1 Importa o presente Contrato no valor global estimado de **R\$ xx** (.....), pagos mensalmente em parcelas de **R\$ xx** (....) para a execução do seu objeto, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda.

3.2 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do LOCADOR, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

3.3 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pelo LOCADOR.

3.4 O índice a ser adotado para critério do reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), salvo se o LOCADOR utilizar de índice menos oneroso para o LOCATÁRIO, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre as partes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

3.4.1 O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da LOCADOR, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 3.5.

3.4.2 Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 3.5, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo.

3.4.3 Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a apresentação da proposta de preços ou do último reajuste concedido.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1 O prazo de vigência do presente contrato será até 31/12/2024, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da Administração, na forma do art. 105 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

5.2 As partes poderão solicitar a rescisão deste instrumento durante a vigência do mesmo, de comum acordo ou quando não existir cumprimento de qualquer uma das cláusulas ou condições pactuadas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

5.2.1 O presente Contrato poderá, ser modificado, mediante assentimento das partes, através de Termos Aditivos, desde que manifestado tal interesse por escrito, em todas as situações.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao LOCATÁRIO, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato.

6.1.1 O LOCADOR deverá acatar a fiscalização do LOCATÁRIO quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

6.2 A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor xx designado pela Secretaria.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, o LOCADOR ficará sujeito às sanções administrativas descritas abaixo, naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21 e o Decreto Municipal n.º 8.206/23:

I - advertência;

II - multa de mora, no percentual de 1 % (um por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10 % (dez por cento) do valor do presente Contrato;

III - multa pela inexecução total ou parcial do Contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20 % (vinte por cento) do valor total do Contrato ou do empenho;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2 As multas previstas no item 7.1, II e III, podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.





**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO

8.1 O LOCATÁRIO poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

8.2 Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2º, sem que haja culpa do LOCADOR, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, II, da Lei n.º 14.133/21.

8.3 A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

9. CLÁUSULA NOVA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

9.1 O LOCATÁRIO e o LOCADOR se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de processo licitatório ou ser contratado pela Administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA

10.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do orçamento do exercício de 2024, conforme a seguinte dotação:

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O LOCATÁRIO providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

12.1 O presente termo de contrato é ajustado independentemente de licitação, com fundamento no art. 74, V, da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.





**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 O foro do presente Contrato será o da Comarca de Taió/SC, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Taió/SC, data.

**PREFEITO
LOCATÁRIO**

LOCADORA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

De Acordo:

Nome:
OAB:



Tangará

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2025 ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 7253181

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2025

ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará/SC em exercício, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal n.º 2.668, de 20/06/2023 ou a que vier em sua substituição, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, baixa este Edital para prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e demais órgãos municipais, com inscrições até a data de 06 de junho de 2025 às 11h00, e contratação conforme a necessidade conveniência do interesse público, e:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e do contido na Lei Municipal nº 2.668/2023 e nas Leis Complementares nº 041/2007, 092/2017 e 134/2022.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, de 26 de maio de 2025 até 06 de junho de 2025 às 11h00, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico [https:// bit.ly/4hq2ZgQ](https://bit.ly/4hq2ZgQ).

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco e/ou, com informações incompletas, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2 O candidato deverá prestar BASTANTE ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a chamada pública, pois depois de inscrito ao cargo NÃO será possível cancelar sua inscrição ou mudar de cargo. Por isso, recomenda-se a leitura completa do Edital antes de formalizar a inscrição, outro sim, o candidato poderá optar por um único cargo.

2.2 A documentação abaixo relacionada deverá ser OBRIGATORIAMENTE anexada no momento da realização da inscrição, sob pena de indeferimento da inscrição:

- a) Cópias dos documentos pessoais (Cédula de Identidade - frente e verso - e CPF);
- b) Comprovante de tempo de serviço público na área de atuação do cargo pretendido; (se possuir); Até a data limite de 23/05/2025 – contendo o cargo exercido, anos, meses e dias trabalhados em papel timbrado e assinatura do responsável, sendo aceito apenas CTC em órgãos públicos;
- c) Comprovante de escolaridade além daqueles exigidos para cargo pretendido, para efeitos de classificação, seguindo os seguintes critérios:
 - I – Graduação
 - II – Pós-Graduação;
 - III – Mestrado;
 - IV – Doutorado;

2.2.1. Somente serão aceitos documentos em formato PDF ou JPG.

2.3 O comprovante de inscrição, o boleto bancário relativo ao cargo e o comprovante de pagamento do boleto deverão ser mantidos em poder do candidato durante a vigência do período de inscrições.

2.3.1 Conforme já estabelecido no cronograma do ANEXO II, será aberto prazo recursal para os candidatos que não se fizerem presente na listagem de homologação provisória das inscrições deferidas do processo. É dever do candidato conferir a listagem provisória disponibilizado no site da empresa, sendo que passado o período recursal, não será admitido recursos fora de prazo referente a inscrições não homologadas, muito menos, candidatos no dia da realização da prova requererem seus direitos, NÃO SENDO POSSÍVEL alteração no quadro já publicado.

2.4 O candidato deverá, NO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES, pagar a importância indicada no ANEXO I, relativamente ao cargo inscrito, sob pena de não efetivação de sua inscrição, não sendo aceitos pagamentos após data de vencimento do boleto de inscrição e/ou pagamentos agendados.

2.5 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 06 de junho de 2025, OBRIGATORIAMENTE nas agências do Banco do Brasil.

2.7 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.8 O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.9 As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.10 A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.11 Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.12 Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo II, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a Administração através do e-mail (chamadapublica@tangara.sc.gov.br) anexando no corpo do e-mail o boleto bancário juntamente com o comprovante de pagamento da guia bancária na forma digital (escaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores, conforme reserva o item 2.3.1.

2.13 Em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, na Lei 7.853/89 e no Decreto Federal 3.298/99, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoa com deficiência, selecionados neste Processo Seletivo na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalentes a 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas, desde que as atribuições do cargo/emprego público sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

2.14 Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

III - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições que tiverem suas taxas pagas serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo II e estarão disponíveis no Mural Público da Prefeitura Municipal de Tangará e no endereço eletrônico www.tangara.sc.gov.br na opção correspondente ao Processo Seletivo Simplificado nº 007/2025.

3.2 Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

3.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

3.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, no prazo máximo previsto no Anexo II, contado da data de publicação da relação mencionada no item 3.1.

3.3.1 O recurso se restringe ao envio do boleto bancário juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, os quais deverão ser encaminhados para o e-mail chamadapublica@tangara.sc.gov.br, observando-se rigorosamente os prazos recursais estabelecidos no cronograma.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO, DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CONVOCAÇÃO

4.1 O resultado provisório será divulgado conforme previsão no Anexo II deste Edital, podendo ser alterada a qualquer tempo.

4.2 A análise da documentação será realizada pela comissão nomeada pela Portaria nº 414, de 17 de março de 2025, de acordo com as condições e os critérios de avaliação estabelecidos.

3.3 A Tabela de Títulos para avaliação é constituída de:

ITEM	TITULAÇÃO	OBSERVAÇÃO
a)	Comprovante de formação mínima exigida;	título obrigatório e classificatório
b)	Ensino médio Completo, Graduação, Especialização, mestrado ou doutorado em área afim	título opcional e classificatório

TABELA 01

3.4 Os títulos apresentados receberão pontuação conforme a seguinte tabela:

CARGO	TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
NÍVEL FUNDAMENTAL	Formação mínima exigida	1,0
	Ensino Médio	2,0
	Graduação	3,0
	Pós-Graduação	5,0

CARGO	TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
NÍVEL MÉDIO	Formação mínima exigida	2,0
	Graduação	3,0
	Pós-Graduação	5,0
CARGO	TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
NÍVEL SUPERIOR	Graduação na área (concluída)	1,0
	Pós graduação (Área afim)	2,0
	Mestrado (Área afim)	3,0
	Doutorado (Área afim)	4,0

TABELA 01

3.4.1 Para efeito de pontuação, NÃO serão aceitos mais de um certificado de Pós-graduação, Mestrado e/ou Doutorado, NÃO sendo contabilizados "cumulativamente" os pontos da modalidade.

3.5 Todo diploma expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado e desde que o curso seja reconhecido pelo MEC e validado por instituição federal de ensino superior.

3.6 Para a contagem do tempo de serviço deverá ser observada a documentação opcionalmente apresentada pelo candidato conforme letra "b" do item 2.

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA	PONTUAÇÃO
Abaixo de 1825 dias (05 anos)	0,5
De 1826 dias (05 anos) até 3.650 (10 anos)	1,0
De 3.651 dias (10 anos) até 5.475 dias (15 anos)	1,5
De 5.476 dias (15 anos) até 7.300 dias (20 anos)	2,0
Acima de 7.301 dias (20 anos)	2,5

TABELA 02

4.7 O(s) período(s) apresentado(s), trabalhados exclusivamente em área afim, serão convertidos em dias e enquadrado(s) na tabela acima. A pontuação para o tempo de serviço não é cumulativa, ou seja, conta-se somente a pontuação da linha correspondente. (Ex.: Se o candidato tiver 4.827 dias, conforme tabela receberá 1,5 de pontuação).

4.8 A nota final será a soma da pontuação obtida na "Titulação" (Tabela 01), com a pontuação obtida no "Tempo de serviço na área" (Tabela 02).

4.9 Verificando-se a ocorrência de empate em relação as notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

- 4.9.1. Maior titulação;
- 4.9.2. Maior tempo de serviço;
- 4.9.3. Maior idade;
- 4.9.4. Morar no município de Tangará/SC;

4.10 Permanecendo o empate, será realizado sorteio em ato público;

4.10.1. O Sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, com a convocação dos Candidatos interessados através de telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que possibilite a ciência do interessado;

4.10.2 A aplicação do critério de desempate será efetivada após análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

4.11 Será admitido recurso do resultado provisório do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo II deste Edital, através do e-mail chamadapublica@tangara.sc.gov.br.

4.12 Os recursos encaminhados serão analisados pela Comissão Especial do Processo Seletivo instituída pela Portaria Municipal nº 414/2025.

4.13 Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

4.14 A divulgação das decisões dos recursos apresentados, será realizada através do site oficial do Município de Tangará/SC.

4.15 A Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n.º 414/2025, constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

4.16 O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado conforme cronograma do Anexo II, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Tangará (www.tangara.sc.gov.br) e no Boletim Oficial do Município.

4.17 A convocação para contratação será feita via contato telefônico, ou via correio eletrônico, pelo Diário Oficial dos Municípios (disponível no site www.tangara.sc.gov.br) e pelos demais meios oficiais da Prefeitura Municipal de Tangará/SC.

V - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

5.1 O prazo de validade deste Processo Seletivo terá validade pelo período de 01 (um) ano a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame para os cargos da Administração e até o final do corrente ano letivo para os cargos da educação. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogado uma única vez.

5.2 A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

5.3 O candidato aprovado deverá manter seu endereço e os números de telefones atualizados durante todo o período de validade do Processo Seletivo, sob pena de perda de sua classificação.

5.4 As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Tangará/SC, obedecendo à ordem de classificação.

5.5 A contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- CPF;
- Título de Eleitor;
- Carteira de Identidade RG;
- Carteira de Trabalho CTPS;
- Comprovante de residência;
- Certificado de Escolaridade ou Diploma;
- Histórico Escolar;
- Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
- Certificado Militar (se homem);
- Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- 1 Foto 3X4 recente;
- Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside;
- Certidão Negativa de débitos Municipais;
- Comprovante de quitação eleitoral;
- Exame admissional;
- Declaração de Bens.

6.2 Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

6.3 Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.tangara.sc.gov.br>.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, EM 23 DE MAIO DE 2025.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL

Cargo	Vagas	Remuneração	Carga Horária Semanal	Requisitos para Provimento	Taxa de Inscrição
Assistente Social	CR	R\$ 2.200,00	30 horas	Ensino Superior Especifico na área de atuação	R\$ 40,00
Auxiliar de Consultório Dentário	1+CR	R\$ 2.000,00	40 horas	Ensino Fundamental e curso de Auxiliar de Enfermagem, com registro no órgão fiscalizador da profissão;	R\$ 20,00
Pedagogo	1+CR	R\$ 4.635,80	40 horas	Formação em Licenciatura em Educação Especial ou em nível superior em Pedagogia com especialização em Educação Especial	R\$ 40,00
Merendeira	CR	R\$ 2.000,00	40 horas	Formação Mínima – Ensino Fundamental Completo	R\$ 20,00
Auxiliar de Serviços Gerais da Educação	CR	R\$ 2.000,00	40 horas	Formação Mínima – Ensino Fundamental Completo	R\$ 20,00

ANEXO II
DO CRONOGRAMA
(SUJEITO A ALTERAÇÕES EM QUALQUER TEMPO)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DO MUNICÍPIO DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

LINHA	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	23/05/2025
2.	Publicação do Edital	23/05/2025
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	26/05/2025 até 06/06/2025 (até as 11h00m)
4.	Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	07/06/2025
5.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 15:00h)	09/06/2025
6.	Homologação Final Inscrições	10/06/2025
7.	Divulgação Provisória Geral dos Aprovados	11/06/2025
8.	Recurso Quanto a Classificação Geral dos Aprovados (horário limite de recebimento até 15:00h)	12/06/2025
9.	Homologação do Resultado Final do Certame	13/06/2025

NOTA:

*O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

Tijucas

PREFEITURA

PORTARIA 1700/2025

Publicação Nº 7252036



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC

Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388

E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1700 DE 22 DE MAIO DE 2025

SHEILA DIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decretos Municipais nº 81, de 18 de outubro de 2005 e nº 679 de 02 de março de 2012 e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao (a) servidor (a) Sr (a). JULIANA DE SOUZA, matrícula nº 8588-1, ocupante do cargo de Merendeira, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 07/05/2025 a 25/05/2025, conforme resultado de perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

SHEILA DIAS
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 1701/2025

Publicação Nº 7252039

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1701 DE 22 DE MAIO DE 2025

SHEILA DIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decretos Municipais nº 81, de 18 de outubro de 2005 e nº 679 de 02 de março de 2012 e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Readaptação, ao (a) servidor (a) Sr (a). SANDRA CORREA DA SILVA, matrícula nº 1669-1, ocupante do cargo de Professor (a) Nível III, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/05/2025 a 16/05/2026, conforme resultado de perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

**SHEILA DIAS
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

CÂMARA MUNICIPAL**RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 01/2025**

Publicação Nº 7251896



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Tijucas - Santa Catarina
Comissão Permanente de Licitação

**RESULTADO CREDENCIAMENTO
Nº 01/2025**

As empresas indicadas abaixo estão aptas para o credenciamento no processo de chamada Pública 01/2025 e serão convocadas para assinatura do contrato assim que correr o prazo recursal e a adjudicação/homologação.

01 CREDENCIADO: 15.152.795 LEONARDO NUNES DA SILVA
CNPJ: 15.152.795/0001-20

02 CREDENCIADO: TOPELEGANCE BR COMUNICACAO E MIDIA LTDA
CNPJ: 34.825.790/0001-66

03 CREDENCIADO: JORNAL RAZAO LTDA
CNPJ: 00.719.311/0001-05

04 CREDENCIADO: VIP SOCIAL - RADIO, JORNAL E TV NA INTERNET
LTDA
CNPJ: 11.465.236/0001-10

Objeto: O presente credenciamento tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CUJO SERVIÇO SERÁ CONSTITUÍDO PELA DIVULGAÇÃO DE ANÚNCIOS PRODUZIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS-SC EM PORTAL DE NOTÍCIAS ONLINE MANTIDO PELA EMPRESA CONTRATADA.

Fundamento Legal: Lei 14.133/2021: Art. 79, Inciso I

Valor Global: R\$ 84.000,00

(Oitenta e Quatro Mil)

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2024

Publicação Nº 7252830

RETIFICA AVISO PUBLICADO EM 02/05/2025 – EDIÇÃO Nº. 4825 – PAG. 1167.

RELATIVO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 191/2024 - CHAMAMENTO PUBLICO EDITAL Nº. 008/2024.

O TERMO DO AVISO RETIFICADO É:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 036/2024.

CHAMAMENTO PUBLICO EDITAL Nº. 003/2024.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

Razão Social: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA, inscrita no CNPJ 19.354.317/0001-54, localizada na RUA PROFESSOR FRANCISCO BODENMULLER, 100, CENTRO - BRUSQUE – SC..

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO DE PACIENTES PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNO MENTAL E PACIENTES EM USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.

Valor por diária:

1) R\$ 225,00 para internação e assistência médica mais psicológica para adolescentes de 12 a 17 anos (masculino e feminino), para tratamento em transtornos mentais e pacientes usuários de substâncias químicas.

2) R\$ 240,00 para internação e assistência médica mais psicológica para adolescentes e adultos de 18 a 99 anos (masculino e feminino), para tratamento em transtornos mentais e pacientes usuários de substâncias químicas.

Três Barras – SC, 30 de abril de 2025.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE – Prefeita Municipal.

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - Assessoria Jurídica

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2025

Publicação Nº 7252246

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 51/2025.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.400/0001-35;

Contratado: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC inscrito no CNPJ sob o nº. 82.515.859/0001-06.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL, BUSCANDO O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO, COM A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS E PRODUTO, SERVIÇOS E METODOLOGIA PRÓPRIAS.

Valor Contratado: R\$ 116.734,13 (cento e dezesseis mil e setecentos e trinta e quatro reais e treze centavos).

Fundamento legal: artigo 75 – inciso XV da Lei no 14.133/2021.

Três Barras – SC, 23 de maio de 2025.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER – JURIDICO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 50/2025

Publicação Nº 7252441

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 50/2025.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.400/0001-35;

Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI inscrito no CNPJ sob o nº. 03.777.341/0073-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE - SST. Valor Contratado: R\$ 209.496,79 (duzentos e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos).

Fundamento legal: artigo 75 – inciso XV da Lei no 14.133/2021.

Três Barras – SC, 23 de maio de 2025.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE - PREFEITA MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER – JURIDICO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 174/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253085

DECRETO Nº 174/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

CONTRATA E NOMEIA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, POR TEMPO DETERMINADO, PAULO BARBOSA DE OLIVEIRA, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO CARGO DE AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS EXTERNOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO RUBENS MIOTELLI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município, o inciso I e V do Art. 2º e o parágrafo único do Art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022, e ainda,

CONSIDERANDO, que todos os candidatos aprovados do Concurso Público nº 002/2022 foram convocados e que não foram preenchidas as vagas necessárias ao bom andamento dos serviços da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços;

CONSIDERANDO, que houve apenas 01 (um) aprovado para o cargo de Agente Operacional de Serviços Diversos Externos no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS;

CONSIDERANDO, que há necessidade de contratação emergencial para o cargo de Agente Operacional de Serviços Diversos Externos, serviço essencial, para a limpeza e conservação do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado e nomeado, em caráter emergencial, na data de 26 de maio de 2025, por tempo determinado, PAULO BARBOSA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS EXTERNOS, vinculado ao Departamento de Obras, da Secretaria de Viação, Obras e Serviços, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. O período determinado, constante no caput deste artigo, será por três meses, e renovável se necessário.

Parágrafo 2º. A carga horária a ser executada por este servidor, será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O servidor acima mencionado, fará jus ao adicional por insalubridade em grau médio conforme Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade vigente no Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 23 de maio de 2025.

LUCIANO RUBENS MIOTELLI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 23 de maio de 2025.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 175/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253096

DECRETO Nº 175/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE TREVISO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO RUBENS MIOTELLI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45., incisos XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os senhores: ALISSON FERNANDES CALDAS, ANDRE LUIZ BADA e GIOVANI PIACENTINI, para, sob a presidência do primeiro, procederem à avaliação e reavaliação e de redução ao valor recuperável dos móveis e imóveis que futuramente serão adquiridos ou vendidos pelo Município, com a emissão do competente Laudo de Avaliação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 336/2022, de 02 de junho de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 23 de maio de 2025.

LUCIANO RUBENS MIOTELLI

Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 23 de maio de 2025.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO ADITIVO2, CONTRATO 56/2024 - SETEP CONSTRUÇÕES

Publicação Nº 7251938

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 53EB4C54E92E07F927AD9451B751E58EF78613B4

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Pelo presente Termo, O MUNICÍPIO DE TREVISO, cadastrado no CNPJ, sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Treviso/ SC , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Rubens Miotelli, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Estrada Geral, s/nº, Bairro Brasília, Treviso/SC, inscrito no CPF sob nº 059.xxx.xxx-64, daqui em diante somente designado de CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ Nº 83.665.141/001-50, com sede na Rua Francisco Martinhago, nº 258, bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, neste ato representado por Antonio Rafael Isidoro Netto, inscrito no CPF nº 027.xxx.xxx-90, doravante denominada CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 56/2024, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira – PRAZO: Fica aditado o contrato acima, referente ao prazo, passando a constar a seguinte alteração: prorrogar por mais 30 dias, para realização de serviços complementares e sinalização.

Cláusula Segunda – As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e acertados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor.

Treviso, 23 de maio de 2025.

LUCIANO RUBENS MIOTELLI – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 288/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253140

PORTARIA Nº 288/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DESIGNA A SERVIDORA SIMONE EVANGELISTA CESCONETTO COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 38/2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA.

LUCIANO RUBENS MIOTELLI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 22 de maio de 2025 a servidora Simone Evangelista Cesconetto, Assessor Específico, matrícula 3621-12, como Fiscal do Contrato nº 38/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Vigilância Triângulo Ltda, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de vigia humana desarmada, com até 6 postos de trabalho, para trabalhar nos diversos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Treviso, de segunda a sexta-feira e em sábados, domingos e feriados, em período diurno/noturno, conforme necessidade das secretarias solicitantes e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, pelos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

§1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

§2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

§3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2025.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 310/2023, de 18 de julho de 2023.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 23 de maio de 2025.

Luciano Rubens Miotelli
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 23 de maio de 2025.

PORTARIA Nº 289/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Publicação Nº 7253143

PORTARIA Nº 289/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DESIGNA O SERVIDOR ROBERTO JULIO RIBEIRO COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 42/2021, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA DJ GUINCHOS E ESTACIONAMENTO LTDA, EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR ERNANY DA SILVA MORETI. Luciano Rubens Miotelli, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 22 de maio de 2025 o servidor Roberto Julio Ribeiro, Secretário de Administração e Finanças, matrícula nº 3743-1, em substituição ao ex-servidor Ernany da Silva Moreti, como Fiscal do Contrato nº 42/2021, firmado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa DJ Guinchos e Estacionamento, cujo objeto é a concessão de serviço público para remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou outras penalidades no município de Treviso, conforme Lei nº 970/2021, de 05 de julho de 2021 e Termo de Referência, independentemente de transcrição.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

§1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

§2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

§3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2025.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 485/2021, de 19 de outubro de 2021.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 23 de maio de 2025.

Luciano Rubens Miotelli
Prefeito Municipal

Registrada e cadastrada em 23 de maio de 2025.

Trombudo Central

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO 006/2025

Publicação N° 7253279

PROCESSO SELETIVO N° 006/2025

COMUNICADO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 006/2025 comunica a todos os candidatos que tiveram suas inscrições homologadas através do DECRETO nº 056/2025, que as provas escritas acontecerão no dia 01 de junho de 2025 (domingo) nas dependências do COLÉGIO ESTADUAL DR. HERMANN BLUMENAU, situado à Rua Blumenau 138, Bairro Vila Nova, em Trombudo Central (SC).

A abertura dos portões será às 8h20m e o fechamento dos portões às 8h50m. O Início das provas será as 9h e se estenderá até as 12h.

Depois das 8h50m, nenhum candidato poderá adentrar ao local da prova, sendo impedido de participar do Processo Seletivo.

Qualquer dúvida com relação à realização das provas escritas poderá ser dirimida diretamente junto ao Departamento de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central em horário comercial.

Trombudo Central, 23 de maio de 2025.

Município de Trombudo Central
Comissão Organizadora

Tubarão

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.583, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA A COMISSÃO DO BEM ESTAR ANIMAL (CBEA)

Publicação Nº 7253560

DECRETO Nº 8.583, DE 22 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA A COMISSÃO DO BEM ESTAR ANIMAL (CBEA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 5.378, de 07 de outubro de 2020, que Dispõe sobre direitos, proteção e bem-estar animal no Município de Tubarão, cria Comissão de Bem-Estar Animal, estabelece regras para posse, registro e identificação de animais domésticos, institui políticas públicas para o controle populacional de cães e gatos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão do Bem Estar Animal (CBEA), vinculada a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNAT, composta pelos seguintes membros:

I - Membro indicado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNAT:

Graziell Joaquim Ramos

II - Membro indicado pela Fundação Municipal de Saúde:

Matheus Henrique Schilling Shida

III - Membro indicado pela Fundação Municipal de Educação:

Sandra Alves Heleodoro Mello

IV - 01 membro da Associação Empresarial de Tubarão-ACIT;

Alexsandro da Cruz Barbosa

V - Membro representando tutores voluntários indicado pelo Coletivo de Proteção Animal (CLP):

Juliana Cascaes

VI- Membro indicado pela UNISUL:

Rodrigo Ávila Mendonça

VII- Membro indicado pela OAB:

Dr. Marcus Vinícius Sandrini Acorsi

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 5.983, de 04 de agosto de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

DECRETO Nº 8.585, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

Publicação Nº 7253524

DECRETO Nº 8.585, DE 22 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 35/2011 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, ANDRESA DOS SANTOS ORLANDI, CPF nº 034.xxx.xxx-30, a contar de 22 de maio de 2025, para o Cargo Comissionado de Diretor da Infância, Adolescência e do Idoso, Símbolo CCM4, Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8.586, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA GESTORA E ORDENADORA DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - FMDI DE TUBARÃO

Publicação Nº 7253533

DECRETO Nº 8.586, DE 22 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA GESTORA E ORDENADORA DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - FMDI DE TUBARÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão e de acordo com a Lei nº 5.617, de 21 de dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, HELOÍSA CABRAL DA SILVA, CPF nº 021.xxx.xxx-74, Secretária de Desenvolvimento Social, como Gestora e Ordenadora de despesas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI de Tubarão, a contar de 01 de janeiro de 2025, conforme legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8.587, DE 23 DE MAIO DE 2025. NOMEIA A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

Publicação Nº 7253539

DECRETO Nº 8.587, DE 23 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 4.877, de 02 de maio de 2028, a Lei nº 4.841, de 19 de dezembro de 2017 e o Decreto nº 4.247, de 02 de abril de 2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, para o biênio 2025-2027, a ser constituída pelos seguintes membros:

a) Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família

Titular: Rogério Mendes André

Suplente: Lilian Folchini Masieiro Gonçalves

b) Fundação Municipal de Educação

Titular: Karin de Souza Pereira

Suplente: Karolainy Januário Ribeiro

c) Secretaria de Saúde

Titular: Thaís Goulart Fretta

Suplente: Cristina Copeti Firmino

d) Secretaria de Agricultura

Titular: Ruth Paes Silvério

Suplente: Reginaldo Correa Avaip

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 23 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA FME Nº 232, DE 15 DE MAIO DE 2025. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 7252651

PORTARIA FME Nº 232, DE 15 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO o Protocolo RH 25.590/2025;

CONSIDERANDO os termos do art. 142 da Lei nº 1.660/92; e,

CONSIDERANDO as manifestações da Gerência de Recursos Humanos e da Diretora-Presidente da Pasta;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora MARLENE DE OLIVEIRA NANDI, CPF nº 824.xxx.xxx-53, Agente de Serviços de Limpeza, a contar de 02 de agosto de 2025, pelo período de 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017-18/10/2022, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 15 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA FME Nº 233, DE 20 DE MAIO DE 2025 NOMEIA SERVIDORA FISCAL DO CONTRATO Nº 07/2025

Publicação Nº 7252662

PORTARIA FME Nº 233, DE 20 DE MAIO DE 2025
NOMEIA SERVIDORA FISCAL DO CONTRATO Nº 07/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 1.894/2025;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora TATIANA DOVIZINSKI, CPF nº 706.xxx.xxx-72, Diretor Financeiro e Administrativo, como FISCAL do Contrato nº 07/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de jornais para atender as demandas advindas das escolas Municipais de Tubarão Termo de Referência, Inexigibilidade de licitação nº 4/2025, Processo Licitatório nº 10/2025, homologado em 19/05/2025, contratada JORNAL DIÁRIO DO SUL LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 20 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA FME Nº 234, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253336

PORTARIA FME Nº 234, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,
CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;
CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;
CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5001688-17.2024.8.24.0004.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora ANGELIQUE DE MEDEIROS, CPF nº 652.xxx.xxx-53, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIII-12 para o Nível PIII-13, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 235, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253338

PORTARIA FME Nº 235, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,
CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;
CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;
CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5001656-12.2024.8.24.0004.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora CRISTINA GOMES DOS SANTOS, CPF nº 710.xxx.xxx-00, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-15 para o Nível PIV-16, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 236, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253339

PORTARIA FME Nº 236, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,
CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013578-65.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora GIANE MENEGAZ DA SILVA FELACIO, CPF nº 889.xxx.xxx-68, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-09 para o Nível PIV-10, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 237, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253340

PORTARIA FME Nº 237, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013597-71.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora JAIRA FIDELIX DE SOUZA, CPF nº 687.xxx.xxx-49, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-09 para o Nível PIV-10, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 238, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253342

PORTARIA FME Nº 238, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013599-41.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora JOICE BASCHIROTTTO, CPF nº 005.xxx.xxx-29, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-02 para o Nível PIV-03, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 239, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253343

PORTARIA FME Nº 239, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5001658-79.2024.8.24.0004.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora LUCIA HELENA ULIANO DOS SANTOS FRETTE, CPF nº 812.xxx.xxx-91, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-10 para o Nível PIV-11, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 240, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253347

PORTARIA FME Nº 240, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5014239-44.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora MARAJANE CORREA BENTO, CPF nº 820.xxx.xxx-15, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-08 para o Nível PIV-09, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 241, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253350

PORTARIA FME Nº 241, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,
CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;
CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;
CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013620-17.2023.8.24.0075.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora MARILANE DE PIERI BITTENCOURT, CPF nº 889.xxx.xxx-15, matrícula 16886, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-02 para o Nível PIV-03, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 242, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253353

PORTARIA FME Nº 242, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,
CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;
CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;
CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013618-47.2023.8.24.0075.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora MARILANE DE PIERI BITTENCOURT, CPF nº 889.xxx.xxx-15, matrícula 6026, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-09 para o Nível PIV-10, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 243, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253355

PORTARIA FME Nº 243, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,
CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013688-64.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora PAMELLA TEIXEIRA, CPF nº 042.xxx.xxx-64, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-01 para o Nível PIV-02, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 244, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253357

PORTARIA FME Nº 244, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013725-91.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora ROSINETE LIMA BARBINA, CPF nº 591.xxx.xxx-87, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-07 para o Nível PIV-08, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 245, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Publicação Nº 7253360

PORTARIA FME Nº 245, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Memorando Eletrônico nº 2.112/2025;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 09 de setembro de 2011, e;

CONSIDERANDO os Autos do Processo Judicial nº 5013661-81.2023.8.24.0075.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora SIMONE DA SILVA BOSCHET CARVALHO, CPF nº 910.xxx.xxx-68, a contar de 01 de maio de 2025, passando do Nível PIV-02 para o Nível PIV-03, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA FME Nº 246, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Publicação Nº 7253362

PORTARIA FME Nº 246, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições;
CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico nº 27.916/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA a servidora MARIA SIMONI DE BEM NUNES, CPF nº 889.xxx.xxx-00, Professor, pelo período de 30 trinta) dias, a contar de 20 de maio de 2025, devendo ser observadas as disposições do §2º do art. 131 da Lei nº 1660/92, para a redução de vencimentos, quando cabível.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

MARLISE GISELA NUNES
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Educação

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 894, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 04/2024

Publicação Nº 7253444

PORTARIA PMT Nº 894, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 04/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 12.396/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o servidor DIKSON CLAUDINO, CPF nº 015.xxx.xxx-29, Odontólogo, como FISCAL do Contrato nº 04/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, por lote, de acordo com tabela do Termo de Referência das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Tubarão, empresa Dontotec Assistência a Equipamentos Odontomédicos LTDA.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 410, de 20 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 895, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 10/2024

Publicação Nº 7253448

PORTARIA PMT Nº 895, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 10/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 2.421/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora DILCIANE RAMOS, CPF nº 042.xxx.xxx-71, Assistente Social, como FISCAL do Contrato nº 10/2024, decorrente do Credenciamento nº 02/2024, cujo objeto é a Contratação de profissionais médicos especialistas para o atendimento em psiquiatria por hora nos Centros de Atenção Psicossocial do Município, constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência, empresa CLINITAC SERVIÇOS MÉDICOS SS.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 389 de 20 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 896, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

Publicação Nº 7253449

PORTARIA PMT Nº 896, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.587/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o servidor ALLAN MIRANDA, CPF Nº 050.xxx.xxx-71, Gerente Administrativo, Financeiro e de Controle Interno, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 44/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 09/2024/SMS, cujo objeto é o credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de consultas, atendimentos, acompanhamentos individuais e/ou grupos em reabilitação física, mental, visual e múltiplas deficiências, nas condições estabelecidas no termo de referência. – Empresa CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA BONELI EIRELI.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 408, de 20 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 897, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2024

Publicação Nº 7253450

PORTARIA PMT Nº 897, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.587/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora CAROLINE DE SOUZA OLIVEIRA JULIÃO, CPF nº 053.xxx.xxx-98, Farmacêutica, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 43/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 09/2024/SMS, cujo objeto é o credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de consultas, atendimentos, acompanhamentos individuais e/ou grupos em reabilitação física, mental, visual e múltiplas deficiências, nas condições estabelecidas no termo de referência, empresa HILDA LIMA AMARO DA ROSA.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 407, de 20 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 898, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 13/2024

Publicação Nº 7253451

PORTARIA PMT Nº 898, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 13/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora DANUBIA NUNES MATEUS OENING, CPF nº 063.xxx.xxx-90, Auxiliar de Enfermagem, como FISCAL do Contrato nº 13/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades, para Consulta em Psiquiatria por atendimento, Empresa: IUNG CLINICA MÉDICA EIRELI.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 505, de 24 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 899, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 19/2024

Publicação Nº 7253454

PORTARIA PMT Nº 899, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 19/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora DANUBIA NUNES MATEUS OENING, CPF nº 063.xxx.xxx-90, Auxiliar de Enfermagem como FISCAL do Contrato nº 19/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades, para Consulta em proctologia, Empresa GM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 510, de 24 de março de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 900, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 18/2024

Publicação Nº 7253456

PORTARIA PMT Nº 900, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 18/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora MÔNICA LAPA VIANA, CPF nº 041.xxx.xxx-76, Enfermeira ESF, como FISCAL do Contrato nº 18/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades, para Consulta em otorrinolaringologia, Empresa CLÍNICA DIOMÁRIO SS LTDA.
Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 509, de 24 de março de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 901, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 16/2024

Publicação Nº 7253460

PORTARIA PMT Nº 901, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 16/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora MÔNICA LAPA VIANA, CPF nº 041.xxx.xxx-76, Enfermeira ESF, como FISCAL do Contrato nº 16/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades, para Consulta em otorrinolaringologia, Empresa OTOCLIN CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 508, de 24 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 902, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 14/2024

Publicação Nº 7253463

PORTARIA PMT Nº 902, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 14/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora THAÍS CRESCENCIO DE FARIAS, CPF nº 085.xxx.xxx-09, Educador Físico, como FISCAL do Contrato nº 14/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades, para Consulta em Psiquiatria por atendimento, Empresa ANDRÉ LUIZ MORAES SOUZA DOS SANTOS.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 506, de 24 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 903, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 15/2024

Publicação Nº 7253466

PORTARIA PMT Nº 903, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 15/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora THAÍS CRESCENCIO DE FARIAS, CPF nº 085.xxx.xxx-09, Educador Físico, como FISCAL do Contrato nº 15/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades, para Consulta em cardiologia e Consulta em otorrinolaringologia, Empresa CEMZ SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA. ME.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 507, de 24 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 904, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 65/2024

Publicação Nº 7253469

PORTARIA PMT Nº 904, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 65/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.760/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor WILLIAN VOLPATO COELHO, CPF nº 005.xxx.xxx-43, Motorista, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 65/2024, decorrente do Credenciamento nº 06/2024, cujo objeto é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde Especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada, constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS” (Consulta Oftalmologia), empresa CLÍNICA M. MAYER LTDA.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 503, de 24 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 21 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 907, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2024

Publicação Nº 7253472

PORTARIA PMT Nº 907, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.364/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor ALLAN MIRANDA, CPF Nº 050.xxx.xxx-71, Gerente Administrativo, Financeiro e de Controle Interno, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 67/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 04/2024/SMS, cujo objeto é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, Empresa MEDICINA CABRAL SERVIÇOS DE IMAGEM LTDA.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 541, de 25 de marco de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 908, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024

Publicação Nº 7253477

PORTARIA PMT Nº 908, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.364/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o servidor ALLAN MIRANDA, CPF Nº 050.xxx.xxx-71, Gerente Administrativo, Financeiro e de Controle Interno, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 48/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 04/2024/SMS, cujo objeto é a contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Empresa MEDICINA CABRAL – SERVIÇOS DE IMAGEM LTDA.
Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 535, de 25 de marco de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 909, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2024

Publicação Nº 7253482

PORTARIA PMT Nº 909, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.364/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o servidor ALLAN MIRANDA, CPF Nº 050.xxx.xxx-71, Gerente Administrativo, Financeiro e de Controle Interno, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 35/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 04/2024/SMS, cujo objeto é a contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência, empresa CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA BONELI EIRELI.
Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 528, de 25 de marco de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 910, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2024

Publicação Nº 7253487

PORTARIA PMT Nº 910, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.364/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o servidor ALLAN MIRANDA, CPF Nº 050.xxx.xxx-71, Gerente Administrativo, Financeiro e de Controle Interno, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 36/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 04/2024/SMS, cujo objeto é a contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência, empresa CAPTA SOLUÇÕES AUDITIVAS LTDA.
Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 529, de 25 de marco de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 911, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2024

Publicação Nº 7253491

PORTARIA PMT Nº 911, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 31.364/2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora GERUSA NASCIMENTO ANTUNES DOS REIS, CPF nº 033.xxx.xxx-70, Enfermeira, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 47/2024, decorrente do Edital de Credenciamento nº 04/2024/SMS, cujo objeto é a contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Empresa CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA.
Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 534, de 25 de marco de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 913, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 74/2024

Publicação Nº 7253494

PORTARIA PMT Nº 913, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 74/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/1993 e 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 19.830/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora MARYUCHA MIRANDA DE OLIVEIRA, CPF nº 037.xxx.xxx-45, Fisioterapeuta, como FISCAL do Contrato nº 74/2024, decorrente da Dispensa de Licitação nº 03/2024, cujo objeto é a Contratação de prestador de serviço de saúde especializado na realização de sessões de fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia pelo Método ABA (Applied Behavioral Analys) em cumprimento às decisões judiciais em desfavor do Município de Tubarão, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, Empresa ABC CLINICA DE SAUDE INFANTIL E TERAPIA ESPECIALIZADA LTDA.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 411, de 20 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 914, DE 22 DE MAIO DE 2025. EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 1

Publicação Nº 7253401

PORTARIA PMT Nº 914, DE 22 DE MAIO DE 2025.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 035/2011;

RESOLVE:
Art. 1º EXONERA, o servidor efetivo MAX VALTER DE PIERI MEDEIROS, CPF nº 594.xxx.xxx-20, da Função Gratificada de Apoio – FGA 1, por atendimentos de alta complexidade, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 915, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR PARA A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 7253404

PORTARIA PMT Nº 915, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR PARA A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no uso de suas atribuições, e:
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 3.630/11;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 3.511/2010;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o servidor MAX VALTER DE PIERI MEDEIROS, CPF nº 594.xxx.xxx-20, para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 916, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4

Publicação Nº 7253384

PORTARIA PMT Nº 916, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 035/2011;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o servidor efetivo JOÃO BATISTA GOMES JUNIOR, CPF nº 009.XXX.XXX-02, para exercer a Função Gratificada de Apoio – FGA 4, por atendimentos de menor complexidade, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 917, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4

Publicação Nº 7253380

PORTARIA PMT Nº 917, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 035/2011;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o servidor efetivo JUCEMAR PORTO DE GODOI, CPF nº 639.XXX.XXX-68, para exercer a Função Gratificada de Apoio – FGA 4, por atendimentos de menor complexidade, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 918, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4

Publicação Nº 7253377

PORTARIA PMT Nº 918, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 035/2011;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, o servidor efetivo RODNEI CARDOZO ANTUNES, CPF nº 520.XXX.XXX-72, para exercer a Função Gratificada de Apoio – FGA 4, por atendimentos de menor complexidade, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 919, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4

Publicação Nº 7253375

PORTARIA PMT Nº 919, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 035/2011;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, o servidor efetivo ROBERT DE OLIVEIRA MACHADO, CPF nº 042.XXX.XXX-18, para exercer a Função Gratificada de Apoio – FGA 4, por atendimentos de menor complexidade, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 920, DE 22 DE MAIO DE 2025. NOMEIA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 3

Publicação Nº 7253385

PORTARIA PMT Nº 920, DE 22 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE APOIO – FGA 3.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,
CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 035/2011;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, a servidora efetiva CLAUDIA ANTONICCI, CPF nº 912.XXX.XXX-04, para exercer a Função Gratificada de Apoio – FGA 3, por atendimentos de intermediária complexidade, a contar de 01 de maio de 2025, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

PORTARIA PMT Nº 921, DE 22 DE MAIO DE 2025. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 7253407

PORTARIA PMT Nº 921, DE 22 DE MAIO DE 2025.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício das atribuições,

CONSIDERANDO o Protocolo RH nº 25.704/2025;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 001/2007 referente ao Concurso Público do Município de Tubarão;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a lotação da servidora ROSICLEIA GONÇALVES DE SOUZA, CPF nº 038.xxx.xxx-88, Agente Comunitário de Saúde, da Unidade de Saúde da Família Sertão dos Correas, para a Unidade de Saúde da Família Guarda Margem Esquerda, a contar de 01 de junho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR Prefeito Municipal	DENIS DA SILVA MATIOLA Secretário de Administração e Finanças
---	--

SUSPENSÃO CE 03/2025/PMT

Publicação Nº 7253190

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F820C0C442E813382A7D7B0A160252AB87820FA0

TERMO DE SUSPENSÃO

Em atenção a solicitação efetuada por meio do despacho 35, Memorando 1Doc nº 6.111/2025, referente ao edital de Concorrência Eletrônica nº 03/2025/PMT, cuja realização estava agendada para 30/0/2025 às 14 horas, delibera-se por sua SUSPENSÃO a fim de que os documentos da fase preparatória sejam revisados e possivelmente retificados pelo corpo técnico do Município. Publique-se.
Código TCE-SC – Ocorrência F820C0C442E813382A7D7B0A160252AB87820FA0

Tubarão (SC), 23 de maio de 2025

Karla Vitoreti Cipriano
Agente de Contratação

1º TERMO DE PRROGAÇÃO ATA 15-2024 BRESSAN

Publicação Nº 7252582

**1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Primeiro aditivo à Ata de Registro de Preços n. 15/2024, celebrada entre o MUNICÍPIO DE TUBARÃO e a empresa BRESSAN TERRAPLANAGEM LTDA.

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.928.656/0001-33, situada à Rua Felipe Schdmitt, nº 108, Centro, Tubarão/SC, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Agricultura, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Estêner Soratto da Silva Júnior**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **BRESSAN TERRAPLANAGEM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.939.905/0001-24, com sede na Rua José Bressan, nº 401, bairro Monte Castelo, Tubarão/SC, CEP 88702-440, telefone 48 99925-2440, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **Priscila Garcia Zanchi Soratto da Silva**, portadora do CPF Nº 046.XXX.XXX-51, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 7/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n. 015/2024 por 1 (um) ano, conforme solicitação por meio do Memorando 1Doc 8.970/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. Fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste aditivo, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.

§ 1º. O saldo a ser prorrogado refere-se a 25.050 toneladas do item 1 (SOLO RESIDUAL PARA LASTREAMENTO – SAIBRO ARENOSO AMARELADO, CBR MÍNIMO DE 20%, PERCENTUAL DE ARGILA DE 7 A 18%, MATERIAL FORNECIDO NA JAZIDA, TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATANTE)

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada.

Tubarão, 22 de maio de 2025.

CONTRATANTE

Estêner Soratto da Silva Júnior

CONTRATADA

Priscila G. Zanchi Soratto da Silva

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
☎ (48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao

2º ADITIVO - CTR 4-2024 (DONTOTEC)

Publicação Nº 7252519

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

Página: 1 / 1

Data: 23/05/2025

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL - Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)**Contrato (termo inicial) nº: 4/2024**

Sequência: 2

Processo nº: 2/2024 - Pregão eletrônico nº: 1/2024

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - 09240588000125

Contratada: DONTOTEC ASSISTENCIA A EQUIP ODONTOMEDICOS LTDA - 83124982000150

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, por lote, de acordo com tabela do Termo de Referência das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Tubarão, pelo período de 12 (doze) meses.

Valor: 221.400,00

Valor Aditivo: 244.986,48

Vigência: 21/05/2025

Data da Assinatura: 21/05/2025

Nova Data Vigência: 21/05/2026

2º CHAMADA - EDITAL 02/2024 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TEMPORÁRIO

Publicação N° 7252669

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TEMPORÁRIO****2º CHAMADA - EDITAL 02/2024**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 37, II, da Constituição Federal de 1988, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Tubarão, Leis Municipais n.º 2.952/2005, 16/2007 e suas alterações, bem como demais disposições legais.

RESOLVE:

1.1. CONVOCAR os candidatos constantes no **Anexo I** deste Edital, nos termos do Edital n° 02/2024 – Edital de Processo Seletivo Público para ingresso no quadro temporário e de acordo com a Homologação da Classificação Final.

1.2. DIVULGAR no **Anexo II** as datas e horários para entrega dos documentos necessários que deverão ser entregues presencialmente, no Paço Municipal, situado na Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão, SC, no **dia 29 de maio de 2025**.

1.2.1. O candidato aprovado e convocado que não puder comparecer presencialmente para a entrega dos documentos na data estipulada, poderá proceder o ato mediante procuração específica para esse fim.

1.2.2. Será considerado desistente e perderá automaticamente o direito à vaga o candidato que não comparecer ao local indicado, nas datas e nos prazos determinados neste Edital de Convocação e/ou deixar de apresentar os documentos obrigatórios exigidos nos Editais.

1.2.3. DIVULGAR no **Anexo III** a relação dos documentos necessários para a investidura conforme exigências legais para admissão no cargo, que deverão ser entregues presencialmente pelo candidato na data estipulada. A comissão não se responsabilizará por qualquer eventualidade ocorrida que prejudique a entrega de qualquer documento solicitado.

1.3. INFORMAR a que o candidato entrará em exercício no dia 02 de junho de 2025.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TEMPORÁRIO
2º CHAMADA - EDITAL 02/2024

ANEXO I

ANEXO I – EDITAL 02/2024					
RELAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS POR CARGO					
ENFERMEIRO 30H					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
5	1326	RENATA DE MEDEIROS DA SILVA	5º		
ENFERMEIRO 40 H					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
6	308	ALYNE LOPES ZANINI	6º		
FARMACÊUTICO					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
3	915	SUELEN MOREIRA DE MELLO	3º		
4	1555	PAULO MARTINS SILVANO JUNIOR	4º		
FISIOTERAPEUTA					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
3	1726	MATEUS AIMI	3º		
4	1088	EDILAINE ALVES NUNES	4º		
MÉDICO ESF					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
3	309	LAURA NASPOLINI	3º		
4	172	EVANDRO DA CRUZ CITTADIN SOARES	4º		
ODONTÓLOGO 40H					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
8	197	BRUNA NUNES	8º		
9	1408	FERNANDO ZAMPARETTI BRESSAN	9º		
10	1678	CRISTINA DA SILVA	10º		
PSICÓLOGO					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
1	1807	KARINA AMORIM MOUTINHO	1º		
TÉCNICO DE ENFERMAGEM					
SEQ	INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CLASS. PcD	DATA DA PERÍCIA MÉDICA
7	852	MARCIA DOS SANTOS SILVA FERREIRA	8º		
8	1526	VANEISE MACIEL RAAD	9º		

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TEMPORÁRIO****2º CHAMADA - EDITAL 02/2024****ANEXO II**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições comunica que no dia **29 DE MAIO DE 2025, DAS 13:00 AS 19:00 HORAS** realizará o processo de recebimento de documentos e orientação de candidato classificado no Processo Seletivo nº 02/2024. O candidato deve se apresentar munido da documentação na Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC, CEP:88.701-180, no Departamento de Recursos Humano.

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TEMPORÁRIO****2º CHAMADA - EDITAL 02/2024****ANEXO III - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

- 1 – CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF;**
- 2 – CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF DOS DEPENDENTES;**
- 3 – RG;**
- 4 – CARTEIRA DE TRABALHO;**
- 5 – TÍTULO DE ELEITOR;**
- 6 – CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO SE FOR O CASO;**
- 7 – CERTIDÃO QUITAÇÃO COM AS OBRIGAÇÕES ELEITORAIS (COMPROVANTE DE VOTAÇÃO OU CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL);**
- 8 – CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS, JUSTIÇA FEDERAL E DO ESTADO DE SANTA CATARINA;**
- 9 – CERTIDÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA;**
- 10 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL;**
- 11 – ATESTADO ADMISSIONAL;**
- 12 – DECLARAÇÃO DE BENS;**
- 13 – CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO – COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;**
- 14 – COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NA ORDEM DE CLASSE PROFISSIONAL CONFORME EXIGIDO NO EDITAL;**
- 15 – QUITAÇÃO COM AS OBRIGAÇÕES MILITARES, QUANDO FOR O CASO;**
- 16 – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO LEGAL PARA A POSSE;**
- 17 – CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO NA CATEGORIA PARA OS CARGOS COM EXIGÊNCIA NO EDITAL DE CONCURSO N° 001/2022;**
- 18 – DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA, PENALIDADES DISCIPLINARES, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;**
- 19 – DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO;**
- 20 – NÚMERO PIS/PASEP.**

Tubarão, SC, 22 de maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

DENIS DA SILVA MATIOLA
Secretário de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Rua Felipe Schmidt, 108, Centro, Tubarão/SC – CEP 88701-180
Telefone (48) 3621-9000 – www.tubarao.sc.gov.br

APOSTILAMENTO CTR 004-2024 DONTOTEC E FMS

Publicação Nº 7252461

**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO**

ao Contrato Nº 4 de 2024, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO e DONTOTEC ASSISTÊNCIA A EQUIPAMENTOS ODONTOMÉDICOS LTDA., que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, por lote, de acordo com tabela do Termo de Referência das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Tubarão, pelo período de 12 (doze) meses.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 09.240.588/0001-25, sediada na Rua Altamiro Guimarães, nº 1.109, Oficinas, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Otávio Losso Piva, doravante denominada **CONTRATANTE**, em observância ao que consta no Processo Administrativo Licitatório Nº 2/2024, decorrente Pregão Eletrônico Nº 1/2024, em consonância as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores, aplicando-se os preceitos de direito público, as normas e princípios de direito administrativo e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado, resolve apostilar o Contrato nº 4/2024 mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Conforme solicitado pela **CONTRATADA**, por meio do Protocolo 1Doc 20.700/2025, e, ainda, conforme os pareceres jurídico e contábil favoráveis, nos despachos 5 e 7, fica reajustado o valor mensal do item 1 (Serviço Mensal de Manutenção) passando de R\$ 13.450,00 (treze mil e quatrocentos e cinquenta reais) para R\$ 14.165,54 (quatorze mil e cento e sessenta e cinco e reais e cinquenta e quatro centavos), tendo como base a taxa de variação de + 5,32% do INPC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente reajuste passa a contar da data de assinatura do presente termo.

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Contrato em questão, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Tubarão/SC, 21 de maio de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
Otávio Losso Piva

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
☎ (48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao

CONTRATO 20-2025 AC

Publicação Nº 7252550

CONTRATO Nº20/2025
CONCORRÊNCIA Nº 16/2024
(Processo Administrativo nº 55/2024)
COD TCE B19A4743AAD873A31F2B2B873EED8EBD63563226

O MUNICÍPIO DE TUBARÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.928.656/0001-33, com sede na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, na Rua Felipe Schmidt, nº 108, bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Estêner Soratto da Silva Júnior, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE”; e AC Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda, com sede na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 40.835.108/0001-19, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”; (doravante denominadas em conjunto simplesmente “Partes”, e de forma genérica e individual simplesmente “Parte”) têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato de Prestação dos Serviços, licitados pela Concorrência Eletrônica nº 16/2024, homologada em 05/03/2025, conforme edital e condições de proposta vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa (s) jurídica (s) para execução de obras de pavimentação em lajotas e drenagem pluvial nas ruas Almir Santos Miranda, Elias Correa Bittencourt, João Emídio Anselmo, Luiz Carlos Alves e Simone Peters, no município de Tubarão/SC, como descrevem o memorial descritivo e projetos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação (categoria por lote), devendo ser alterado, se necessário:

ITEM / LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ELIAS CORREA BITTENCOURT, LUIZ CARLOS ALVES E SIMONE PETERS, LOCALIZADAS NO BAIRRO VILA ESPERANÇA, TUBARÃO/SC	M2	4.916,31	R\$ 573.000,00
2	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALMIR SANTOS MIRANDA, LOCALIZADA NO BAIRRO HUMAITÁ, TUBARÃO/SC	M2	1.064,00	R\$ 122.000,00

Memorando 26.558/2024

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, conforme artigo 113, da Lei nº 14.133 de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. A execução das obras deverá ocorrer, conforme consta do Projeto de Engenharia, seguindo o Cronograma Físico-Financeiro anexo, no prazo máximo de até **60 dias ou dois meses**, contados a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço emitida em favor do contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, onde consta:

- a)** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b)** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c)** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d)** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e)** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o (s) representante (s) da empresa (s) contratada (s) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da (s) contratada (s), quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f)** A (s) Contratada (s) designará (ão) formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução da obra, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, sendo, de preferência, o responsável técnico pela execução da obra.
- g)** A (s) Contratada (s) deverá (ão) manter o preposto da empresa no local da execução dos objetos, integralmente, enquanto as obras estiverem em andamento.
- h)** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da (s) empresa (s), hipótese em que a (s) Contratada (s) designará (ão) outro para o exercício da atividade.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a)** Deve considerar o Município, na análise de eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, a planilha analítica da obra, respeitados os coeficientes e insumos que a compõem;
- 9)** O deferimento de eventual pedido de revisão se dará apenas com relação aos insumos em que a contratada obtiver êxito em comprovar a elevação dos custos no mercado, comprovados os demais requisitos legais, não devendo ser aceitos pedidos de revisão tão somente com base na atualização das planilhas que baseiam o orçamento da obra.

3.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a)** incumbe à (s) contratada (s) os riscos previstos na Planilha do BDI, não devendo ser deferidos pedidos de revisão aquém dos riscos previstos.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 695.000,00 (seiscentos e noventa e cinco mil reais) para os lotes 01 e 02.

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após decorrido 01 (um) ano da apresentação da proposta, será aplicado o reajuste legal anual, pelo IPC-A ou outro índice que vier a substituí-lo, salvo comprovada culpa da contratada pelo não cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro da obra.

7.3. A solicitação de reajuste deverá ser solicitada por meio protocolo formal junto ao Departamento de Tributação. Ressalta-se que o reajuste terá como termo inicial a data do requerimento a ser apresentado pela contratada.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. A celebração de prorrogações contratuais, quando já preenchido o requisito temporal para concessão de reajuste, sem que haja ressalva expressa a respeito pela contratada, implicará preclusão lógica do direito de pleitear reajustes referentes aos períodos anteriores às prorrogações.

7.11. Em caso de paralisação contratual, em virtude de fatos fortuitos, de forma a preservar o erário, o prazo em que o contrato se mantiver paralisado não será contado/habilitado para fins de reajuste contratual, considerando-se apenas o prazo efetivamente trabalhado.

7.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à (s) CONTRATADA (s) as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

8.1.6 Proporcionar à (s) CONTRATADA (s) as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o (s) serviço (s) contratado (s).

8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.8. Efetuar o pagamento à (s) CONTRATADA (s) após a execução do objeto e com vistoria do engenheiro responsável.

8.1.9. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela (s) contratada (s) com terceiros, ainda que vinculados à execução do (s) presente (s) Termo (s) de Contrato (s) e de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato (s) da (s) contratada (s), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 Cumprir o que dispõe integralmente o Edital e seus anexos, incluindo os prazos e os procedimentos a serem adotados na execução da obra.

9.2 Comprovar, a qualquer tempo da vigência contratual, qualquer dos requisitos referentes à CONTRATADA, exigidos neste Termo.

9.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os objetos do contrato.

9.4 Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas relacionadas com pessoal, transportes, equipamentos e manutenção.

9.5 Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual e/ou coletivo previstos em lei, bem como as instruções básicas de utilização, visando ao seu correto manuseio, com vistas à segurança do trabalho.

9.6 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados, comprovadamente, causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros durante a permanência no local de trabalho, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

9.7 A CONTRATADA é obrigada a conduzir os trabalhos inerentes à prestação dos serviços, objetos do Contrato, de acordo com as normas técnicas da ABNT, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público.

9.8 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou a acompanhamento pelo órgão interessado.

9.9 Dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

9.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

9.11 Manter seus funcionários, quando da execução dos serviços objetos do contrato, identificados por crachá e uniformizados, quando em trabalho, sujeitos às normas de funcionamento do CONTRATANTE, devendo substituir imediatamente qualquer um deles

que demonstre incapacidade técnica, seja considerado inconveniente à boa ordem, não observe as normas internas (segurança, disciplina) do CONTRATANTE ou impeça a ação da fiscalização.

9.12 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.

Indicar um preposto (informando número de telefone para contato), sendo, de preferência, o responsável técnico, o qual será o responsável pela fiel execução do contrato.

9.13 Reparar erros ou vícios construtivos ou executivos num prazo não superior a 15 (quinze) dias da comunicação do Município de Tubarão, sem qualquer ônus adicional.

9.14 Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) das obras.

9.15 Manter um Engenheiro Civil nas obras, que faça parte do corpo técnico da empresa, em regime de visitas, durante a vigência desse instrumento.

9.16 Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.17 Realizar as medições conforme Cronograma Físico-Financeiro.

9.18 Manter atualizado Diário de Obra, o qual deverá ser apresentado, conjuntamente, com as medições.

9.19 Realizar a matrícula das obras nos órgãos que se fizerem necessários.

9.20 Em tudo agir para o bom andamento e fiel execução da obra, obedecendo ao disposto no Projeto de Engenharia, neste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Edital pertinentes.

9.21 Contatar com o Setor de Engenharia desta Prefeitura Municipal, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução.

9.22 Apresentar em até 7 (sete) dias, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quitada, do técnico de nível superior responsável pela execução das obras, e a Placa fixada na obra conforme orientação da fiscalização.

9.23 Manter na obra um profissional de nível superior, da área de engenharia, em tempo integral, bem como uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de um mestre de obra de comprovada experiência, todos devidamente qualificados.

9.24 Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados à Prefeitura ou a terceiros.

9.25 Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.26 Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente.

9.27 Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, saúde e higiene de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.28 Responder pela vigilância e segurança da obra, bem como dos materiais e equipamentos, ficando os mesmos de responsabilidade da Prefeitura após a entrega definitiva da obra.

9.29 Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.30 Providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, o registro da obra no INSS, se for o caso, apresentando para a fiscalização o comprovante da matrícula da obra.

9.31 Arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

9.32 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da obra.

9.33 Concluída as obras, apresentar os desenhos (projetos) atualizados – “as built” – de qualquer elemento ou instalação da obra que, por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos trabalhos.

9.34 Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.35 Comunicar à contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. Fixa-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinatura do presente documento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Haverá garantia da execução contratual em 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1, acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.2.4. **Multa:**

13.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

13.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

13.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

13.2.4.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

13.2.4.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

13.2.4.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 5% a 12% do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tubarão/SC, conforme a seguir descrito.

32.001 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

9 - OBRAS ESTRUTURANTES

15.451 - Urbanismo / Infra-Estrutura Urbana

1.008 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

71 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.710.3210.1191 - PMT - EMENDA ESTADUAL SCC 12732/2023-

RECUPERAÇÃO DE VIAS COLETORES E ARTERIAIS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pelas partes contratantes.

Tubarão-SC, 20 de Maio de 2025.

Estêner Soratto da Silva Júnior
PREFEITO

Alex Candido Claudino
AC consultoria e Serviços de Engenharia Lt

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

CONTRATO 21-2025 ALLIANZ

Publicação Nº 7252562

CONTRATO Nº 21/2025
CONCORRÊNCIA Nº 16/2024
(Processo Administrativo nº 55/2024)
COD TCE DB512D5CEF6C05C58476D5A73A2EA64199E241DB

O MUNICÍPIO DE TUBARÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.928.656/0001-33, com sede na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, na Rua Felipe Schmidt, nº 108, bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Estêner Soratto da Silva Júnior, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE”; e Allianz Construção de Obras Ltda, com sede na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.693.707/0001-91, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”; (doravante denominadas em conjunto simplesmente “Partes”, e de forma genérica e individual simplesmente “Parte”) têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato de Prestação dos Serviços, licitados pela Concorrência Eletrônica nº 16/2024, homologada em 05/03/2025, conforme edital e condições de proposta vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa (s) jurídica (s) para execução de obras de pavimentação em lajotas e drenagem pluvial nas ruas Almir Santos Miranda, Elias Correa Bittencourt, João Emídio Anselmo, Luiz Carlos Alves e Simone Peters, no município de Tubarão/SC, como descrevem o memorial descritivo e projetos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação (categoria por lote), devendo ser alterado, se necessário:

ITEM / LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR TOTAL MÁXIMO
3	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOÃO EMÍDIO ANSELMO, LOCALIZADA NO BAIRRO PASSO DO GADO, TUBARÃO/SC	M2	652,00	R\$75.450,49

Memorando 26.558/2024

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, conforme artigo 113, da Lei nº 14.133 de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. A execução das obras deverá ocorrer, conforme consta do Projeto de Engenharia, seguindo o Cronograma Físico-Financeiro anexo, no prazo máximo de até **60 dias ou dois meses**, contados a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço emitida em favor do contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, onde consta:

- a)** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b)** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c)** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d)** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e)** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o (s) representante (s) da empresa (s) contratada (s) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da (s) contratada (s), quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f)** A (s) Contratada (s) designará (ão) formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução da obra, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, sendo, de preferência, o responsável técnico pela execução da obra.
- g)** A (s) Contratada (s) deverá (ão) manter o preposto da empresa no local da execução dos objetos, integralmente, enquanto as obras estiverem em andamento.
- h)** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da (s) empresa (s), hipótese em que a (s) Contratada (s) designará (ão) outro para o exercício da atividade.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a)** Deve considerar o Município, na análise de eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, a planilha analítica da obra, respeitados os coeficientes e insumos que a compõem;
- 9)** O deferimento de eventual pedido de revisão se dará apenas com relação aos insumos em que a contratada obtiver êxito em comprovar a elevação dos custos no mercado, comprovados os demais requisitos legais, não devendo ser aceitos pedidos de revisão tão somente com base na atualização das planilhas que baseiam o orçamento da obra.

3.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a)** incumbe à (s) contratada (s) os riscos previstos na Planilha do BDI, não devendo ser deferidos pedidos de revisão a quem dos riscos previstos.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 75.450,49 (setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos) para o lote 3.

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após decorrido 01 (um) ano da apresentação da proposta, será aplicado o reajuste legal anual, pelo IPC-A ou outro índice que vier a substituí-lo, salvo comprovada culpa da contratada pelo não cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro da obra.

7.3. A solicitação de reajuste deverá ser solicitada por meio protocolo formal junto ao Departamento de Tributação. Ressalta-se que o reajuste terá como termo inicial a data do requerimento a ser apresentado pela contratada.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. A celebração de prorrogações contratuais, quando já preenchido o requisito temporal para concessão de reajuste, sem que haja ressalva expressa a respeito pela contratada, implicará preclusão lógica do direito de pleitear reajustes referentes aos períodos anteriores às prorrogações.

7.11. Em caso de paralisação contratual, em virtude de fatos fortuitos, de forma a preservar o erário, o prazo em que o contrato se mantiver paralisado não será contado/habilitado para fins de reajuste contratual, considerando-se apenas o prazo efetivamente trabalhado.

7.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à (s) CONTRATADA (s) as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

8.1.6 Proporcionar à (s) CONTRATADA (s) as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o (s) serviço (s) contratado (s).

8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.8. Efetuar o pagamento à (s) CONTRATADA (s) após a execução do objeto e com vistoria do engenheiro responsável.

8.1.9. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela (s) contratada (s) com terceiros, ainda que vinculados à execução do (s) presente (s) Termo (s) de Contrato (s) e de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato (s) da (s) contratada (s), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 Cumprir o que dispõe integralmente o Edital e seus anexos, incluindo os prazos e os procedimentos a serem adotados na execução da obra.

9.2 Comprovar, a qualquer tempo da vigência contratual, qualquer dos requisitos referentes à CONTRATADA, exigidos neste Termo.

9.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os objetos do contrato.

9.4 Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas relacionadas com pessoal, transportes, equipamentos e manutenção.

9.5 Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual e/ou coletivo previstos em lei, bem como as instruções básicas de utilização, visando ao seu correto manuseio, com vistas à segurança do trabalho.

9.6 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados, comprovadamente, causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros durante a permanência no local de trabalho, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

9.7 A CONTRATADA é obrigada a conduzir os trabalhos inerentes à prestação dos serviços, objetos do Contrato, de acordo com as normas técnicas da ABNT, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público.

9.8 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou a acompanhamento pelo órgão interessado.

9.9 Dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

9.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

9.11 Manter seus funcionários, quando da execução dos serviços objetos do contrato, identificados por crachá e uniformizados, quando em trabalho, sujeitos às normas de funcionamento do CONTRATANTE, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que demonstre incapacidade técnica, seja considerado inconveniente à boa ordem, não observe as normas internas (segurança, disciplina) do CONTRATANTE ou impeça a ação da fiscalização.

9.12 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.

Indicar um preposto (informando número de telefone para contato), sendo, de preferência, o responsável técnico, o qual será o responsável pela fiel execução do contrato.

- 9.13 Reparar erros ou vícios construtivos ou executivos num prazo não superior a 15 (quinze) dias da comunicação do Município de Tubarão, sem qualquer ônus adicional.
- 9.14 Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) das obras.
- 9.15 Manter um Engenheiro Civil nas obras, que faça parte do corpo técnico da empresa, em regime de visitas, durante a vigência desse instrumento.
- 9.16 Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.17 Realizar as medições conforme Cronograma Físico-Financeiro.
- 9.18 Manter atualizado Diário de Obra, o qual deverá ser apresentado, conjuntamente, com as medições.
- 9.19 Realizar a matrícula das obras nos órgãos que se fizerem necessários.
- 9.20 Em tudo agir para o bom andamento e fiel execução da obra, obedecendo ao disposto no Projeto de Engenharia, neste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Edital pertinentes.
- 9.21 Contatar com o Setor de Engenharia desta Prefeitura Municipal, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução.
- 9.22 Apresentar em até 7 (sete) dias, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quitada, do técnico de nível superior responsável pela execução das obras, e a Placa fixada na obra conforme orientação da fiscalização.
- 9.23 Manter na obra um profissional de nível superior, da área de engenharia, em tempo integral, bem como uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de um mestre de obra de comprovada experiência, todos devidamente qualificados.
- 9.24 Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados à Prefeitura ou a terceiros.
- 9.25 Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços, fornecendo as informações e demais elementos necessários.
- 9.26 Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente.
- 9.27 Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, saúde e higiene de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.
- 9.28 Responder pela vigilância e segurança da obra, bem como dos materiais e equipamentos, ficando os mesmos de responsabilidade da Prefeitura após a entrega definitiva da obra.
- 9.29 Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
- 9.30 Providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, o registro da obra no INSS, se for o caso, apresentando para a fiscalização o comprovante da matrícula da obra.
- 9.31 Arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.
- 9.32 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da obra.
- 9.33 Concluída as obras, apresentar os desenhos (projetos) atualizados – “as built” – de qualquer elemento ou instalação da obra que, por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos trabalhos.
- 9.34 Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.35 Comunicar à contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD](#), [art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. Fixa-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinatura do presente documento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

12.1. Haverá garantia da execução contratual em 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1, acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.2.4. **Multa:**
- 13.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 13.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- 13.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- 13.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 13.2.4.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 13.2.4.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- 13.2.4.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 5% a 12% do valor do Contrato.
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o

Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tubarão/SC, conforme a seguir descrito.

32.001 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

9 - OBRAS ESTRUTURANTES

15.451 - Urbanismo / Infra-Estrutura Urbana

1.008 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

71 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.710.3210.1191 - PMT - EMENDA ESTADUAL SCC 12732/2023-
RECUPERAÇÃO DE VIAS COLETORES E ARTERIAIS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pelas partes contratantes.

Tubarão-SC, 20 de Maio de 2025.

Estêner Soratto da Silva Júnior
PREFEITO

Gustavo de Souza
Allianz Construção de Obras

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

CONTRATO Nº 23-2025 - CIM-AMUREL

Publicação Nº 7252535

**CONTRATO DE RATEIO****Contrato Administrativo nº 23/2025****Município de Tubarão****AS PARTES:**

MUNICÍPIO DE TUBARÃO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 82.928.656/0001-33, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, Tubarão, (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Estêner Soratto da Silva Júnior, neste ato denominado de **MUNICÍPIO** e, de outro lado, o

CIM AMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIOS DOS MUNICIPIOS DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 28.692.509/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Grão-Pará, o Sr. **Helio Alberton Junior**, neste ato denominado de **CONSÓRCIO**,

CONSIDERANDO o disposto no Protocolo de Intenções ratificado neste Município pela Lei nº. 5.917/2023, bem como o disposto na Lei Federal nº. 11.107/05, Decreto 6.017/07 e alterações posteriores, resolvem formalizar o presente CONTRATO DE RATEIO para o exercício 2025, nos termos a seguir dispostos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato tem por objeto a definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do **MUNICÍPIO**, para realização das despesas para custear as atividades do Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DAS DESPESAS

2. As despesas cujos valores serão repassados ao CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes a:

2.1 - Despesas de Pessoal e Encargos: referente ao custeio das despesas de pessoal do CONSÓRCIO, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;

2.2 - Despesas com manutenção das atividades do Consórcio: referente ao custeio das despesas gerais de manutenção das atividades do CONSÓRCIO.

2.3 - Despesas com Investimento: para bens patrimoniais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao



instalação e funcionamento do CONSÓRCIO;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RATEIO E INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESPESA

3.1 Rateio

3.1.1 Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de **R\$ 262.020,00** (duzentos e sessenta e dois mil, e vinte reais), dividido em 06 (seis) parcelas mensais, no valor de **R\$ 43.670,00** (quarenta e três mil, seiscentos e setenta reais) cada uma a ser debitada no dia 10 de cada mês.

3.2 Registro no ente Consorciado:

3.1.1 Rateio pela Participação em Consórcio Público – CUSTEIO.

3.3 Registro no CONSÓRCIO:

3.2.1 O orçamento do Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e modalidade de aplicação.

3.2.2 As receitas de transferências recebidas pelo CONSÓRCIO em virtude do presente Contrato de Rateio serão classificadas por fonte/destinação de recursos que reflitam as finalidades da transferência, obedecendo no mínimo a seguinte classificação:

3.3.2.1 Pelo registro da receita das Transferências Correntes:

1.7.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1.7.3.0.00.0.0 Transferências dos Municípios e suas Entidades

1.7.3.8.02.1.1 Transferências de Municípios à Consórcios Públicos

3.3.2.2 Pelo registro da receita das Transferências de Capital:

2.4.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

2.4.3.0.00.0.0 Transferências dos Municípios e suas Entidades

2.4.3.8.01.1.0 Transferências de Municípios à Consórcios Públicos

CLÁUSULA QUARTA – DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DOS CONSORCIADOS

4.1 Fica o CIMAMUREL autorizado através do Banco do Brasil, a Debitar no dia 10 de cada mês da conta do Município nº 44483-9, o valor da Clausula Terceira.

4.2 As transferências serão realizadas mensalmente, mediante RECIBOS DE TRANSFERÊNCIAS, individualizados, com a respectiva classificação da despesa, encaminhados previamente pelo Consórcio, observando o seguinte:

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao



4.2.1 RECIBO DE TRANSFERÊNCIA : PELA PARTICIPAÇÃO DO RATEIO – para cobrir despesas com a manutenção das atividades do Consórcio.

4.2.1.1 Os valores a serem transferidos relativo a participação do rateio (para despesas de manutenção do Consórcio) serão divididos em parcelas mensais de acordo com as necessidades do Consórcio, não excedendo ao orçado, salvo quando previamente acordado e após celebração dos termos legais e devem ser repassados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente do presente contrato de rateio esta prevista na Lei Orçamentária Anual do Município, respectivos anexos e suplementações, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e Encargos	90.798,29	15.133,05
3.3.71.00 – Outras Despesas Correntes	166.662,72	27.777,12
4.4.71.00 – Investimentos	4.558,99	759,83
Valor Total por ente consorciado	262.020,00	43.670,00

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO

6.1 O consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

6.2 O consórcio encaminhará até trinta dias do mês subsequente a execução das despesas, como **relatório de Prestação de Contas**, planilha demonstrando as transferências dos recursos recebidos e o rateio das despesas pertencentes aos entes consorciados.

6.3. Os recursos recebidos mediante contratos de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme estabelece o § único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6.3.1 Caso a não utilização dos recursos transferidos por meio de Contrato de Rateio no exercício em que forem recebidos implique o não atendimento dos limites mínimos anuais previstos no § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição Federal, a diferença será acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente, sem prejuízo da base anual de impostos e transferências previstas constitucionalmente para os entes consorciados.

6.4 O Consórcio encaminhará ao Município Consorciado as informações necessárias para a elaboração dos demonstrativos fiscais pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O consórcio público deverá seguir as normas de Direito Financeiro aplicáveis às

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao



entidades públicas, estando sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

7.2 A fiscalização é atribuída ao próprio Consórcio, aos órgãos de controle interno e externo dos entes consorciados e da sociedade civil organizada.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSPARÊNCIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

8. O CONSÓRCIO deverá dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, dos documentos relativos ao orçamento, contrato de rateio, demonstrações contábeis, demonstrativos fiscais e relatório resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Portaria 72/2012 da STN.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

I – Elaborar a seu critério a planilha bimestral o orçamento financeiro autorizado por Lei Municipal;

II - repassar ordinariamente ao CONSÓRCIO, valores acordados neste instrumento para ter direito ao acesso continuado aos serviços pretendidos;

III - informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências;

IV - denunciar ao CONSÓRCIO quaisquer irregularidades de natureza financeira, no atendimento pelos prestadores por ventura apresentados para cobrança do cidadão/paciente ou do próprio MUNICÍPIO;

V - Incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO;

VI - apresentar ao seu legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato;

VII - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Terceira;

VIII – Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

9.2. São obrigações do CONSÓRCIO:

I - Gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovado em Assembleia Geral;

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao



II - aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas as normas da contabilidade pública;

III - executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;

IV - apresentar em assembleia geral ordinária aos MUNICÍPIOS, relatório contábil bimestral, bem como relatório discriminando serviços contratados, utilizado e os respectivos valores;

V - Prestar informações pertinentes quando solicitado;

VI - controlar a utilização dos serviços do Município em função do repasse de valores efetivado;

VII – encaminhar no prazo estipulado neste contrato a planilha de prestação de contas;

VIII – cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas do Contrato de Rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Este contrato terá vigência desde a data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2025**.

10.2 As alterações e eventual modificação de valores constantes neste contrato, não se sujeita aos limitadores contidos no art. 124 da Lei de Licitações.

10.3 Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 11.107/2005 e demais regulamentações, objetivando a cumprir as obrigações do contrato de programa e garantir a manutenção do consórcio e a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES

11.1 A inadimplência do MUNICÍPIO importará na suspensão de sua participação no Consórcio, bem como sua exclusão, conforme disciplina constante do Protocolo de Intenções.

11.2. No caso de inadimplência o consorciado será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DESLIGAMENTO DO MUNICÍPIO

12.1 Havendo o desligamento do MUNICÍPIO, e a consequente perda da condição de integrante do presente Consórcio, ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento.

12.2 A retirada ou exclusão do **MUNICÍPIO**, ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao



obrigações já cumpridas pelo **MUNICÍPIO**, ficando este obrigado a repassar os valores referentes a serviços que tenham sido utilizados, bem como a parcela proporcional às despesas administrativas.

12.3 O Município inadimplente será inscrito em Dívida Ativa no Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 2º, §1º, inciso III, da Lei nº. 11.107 de 2005. 13.2 A legitimação da atuação do Consórcio decorre da transferência de prerrogativas para a gestão associado de serviço público.

13.3 O CIMAMUREL é um instrumento de execução das políticas públicas dos consorciados, integrando-se a Administração indireta de cada um dos entes consorciados.

13.4 A relação jurídica entre consórcio e consorciado é disciplinada pela lei federal nº 11.107, de 2005, e pelo Protocolo de Intenções.

13.5 As alterações e eventual modificação de valores constantes neste contrato, não se sujeita aos limitadores contidos no art. 124 da Lei de Licitações.

13.6 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas

13.7 Fica eleito o foro da Comarca de Tubarão (SC) para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Tubarão (SC), 21 de maio de 2025.

Sr. Estêner Soratto da Silva Júnior
Prefeito de Tubarão

Helio Alberton Junior
Presidente do CIM-AMUREL

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF

NOME:

CPF

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
☎ (48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao

EXTRATO CTR Nº 7-2025 - IL 4-2025 - DIÁRIO DO SUL

Publicação Nº 7252482



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUBARÃO

EXTRATO DO CONTRATO**CONTRATO Nº 7/2025****PROCESSO Nº 10/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2025****Homologação** 19/05/2025**Contratante:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUBARÃO – CNPJ nº 13.667.230/0001-50**Contratada:** JORNAL DIÁRIO DO SUL LTDA – CNPJ nº 82.989.476/0001-61**Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de jornais para atender as demandas advindas das escolas Municipais de Tubarão. MEMORANDO Nº 1.894/2025**Despesa:** 25.001.12.361.0012.2035.3.3.90.00.00 / 150010010214 – Educação**Valor:** R\$152.915,00**Vigência:** 20/05/2025 até 16/12/2025**Data da Assinatura:** 19/05/2025

Código registro TCE: A18DDF4779CEDB5C64DF138085B20BEE5A7D5377

SEGUNDA ERRATA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01/2025/SMS

Publicação Nº 7253569

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E2636482736D59291F3E96582DBEC3ADD0EB2560



MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCORRÊNCIA Nº 01/2025
_ SEGUNDA ERRATA _

Comunicamos que o Edital de Concorrência Eletrônica nº 01/2025, expedido pelo Município de Tubarão, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde, cujo objetivo é a Contratação de pessoa jurídica para a execução de obra de readequação do Centro de Referência Margem Esquerda em Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas (UPA 24H) Dr. Manoel Bertoncini, situado na Rua Januário Alves Garcia, nº 520, Humaitá, Tubarão – SC, sofreu alteração no edital, decide-se pela retificação da Alínea "d" do edital (Quadro de Qualificação Técnica), assim como o Subitem 9.4.4.1.3 do Anexo I.

Diante do exposto, torna-se pública a republicação da data para a sessão de abertura do presente processo licitatório, a qual será realizada em **11 de junho de 2025, às 14h00**, com o prazo para cadastramento das propostas até as 13h30 do mesmo dia, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Ratificam-se as demais disposições do edital retificado. Publique-se na forma da lei.

Código registro ocorrênciaTCE: E2636482736D59291F3E96582DBEC3ADD0EB2560

Tubarão/SC, 23 de maio de 2025

Carli Maas Martins
Agente de Contratação

Rua Felipe Schmidt, 108
Centro - Tubarão/SC - CEP 88701-180
(48) 3621-9000

www.tubarao.sc.gov.br
@prefeituradetubarao
@municipiodetubarao
@governotubarao

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 11-2025

Publicação Nº 7252521

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAORua Altamiro Guimarães, 1109 - Oficinas - Tubarão
CEP: 88702-101 CNPJ: 09.240.588/0001-25 Telefone: (48) 3621-9600
E-mail: comprasaude@tubarao.sc.gov.br Site:

Página: 1 / 1

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2025

Processo Adm.: 20/2025

Data do Processo: 21/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 20/2025
b) **Nr. Licitação:** 11/2025 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 21/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** Aquisição de Seguro Veicular - Ambulância 0km. PLACA RYM5I20. Coberturas contratadas: Danos corporais (DC), Danos Materiais (DM); Despesas Médico-Hospitalares (DMH), APP Morte, e APP Invalidez. Casco conforme tabela fiipe 100%. Seguro com apólice de vigência para 12 meses.

Participante: GENTE SEGURADORA SA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SEGURO AUTOMOVEL	1,000	UN	4.982,59	4.982,59

Total do Participante: 4.982,59**Total Geral: 4.982,59**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00	R\$ 4.982,59

Tubarão, 21 de Maio de 2025

OTAVIO LOSSO PIVA
Secretário de Saúde

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 2-2025

Publicação Nº 7252531

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASS. SOCIAL DE TUBARAO**

Rua Lauro Muller, 500 - Centro - Tubarão
CEP: 88701-100 CNPJ: 09.149.617/0001-48 Telefone: (48) 3906-1036
E-mail: ouvidoria@tubarao.sc.gov.br Site:

Página: 1 / 1

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2025**

Processo Adm.: 6/2025

Data do Processo: 21/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 6/2025
b) **Nr. Licitação:** 2/2025 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 21/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ENTIDADE OU FUNDAÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) PARA SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC. MEMORANDO Nº 2.547/2025

Participante: CAMARGO & CAMARGO CONCURSOS E TREINAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ENTIDADE OU FUNDAÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) PARA SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,000	UN	10.700,00	10.700,00

Total do Participante: 10.700,00

Total Geral: 10.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	35.001.08.244.0010.2078.3.3.90.00.00	R\$ 10.700,00

Tubarão, 21 de Maio de 2025

HELOISA CABRAL DA SILVA

Secretária de Desenvolvimento Social

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 3-25

Publicação Nº 7252572

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE TUBARÃO**

Av. Marcolino Martins Cabral, 1 - Centro - Tubarão
CEP: 88701-001 CNPJ: 41.102.337/0001-97 Telefone: (48) 3626-0811
E-mail: cultura@tubarao.sc.gov.br Site: http://www.tubarao.sc.gov.br

Página: 1 / 1

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 3/2025****Processo Adm.: 3/2025****Data do Processo: 22/05/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 3/2025
b) **Nr. Licitação:** 3/2025 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 22/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de serviços de coffee break a serem disponibilizados para a Camerata Florianópolis, que fará apresentação no dia 27/05/2025, nas comemorações de 155 anos de Tubarão, conforme Memorando 13.515/2025.*

Participante: PANIFICIO E LANCHONETE REAL LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Coffee break para 60 pessoas.	1,000	UN	930,00	930,00

Total Geral: 930,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
PROMOÇÃO DA CULTURA	27.001.13.392.0015.2045.3.3.90.00.00	R\$ 930,00

Tubarão, 22 de Maio de 2025

ALYSON PINTO OLIVEIRA
PRESIDENTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 39-25

Publicação Nº 7252524

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAORua Felipe Schmidt., 108 - Centro - Tubarão
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000
E-mail: ouvidoria@tubarao.sc.gov.br Site: http://www.tubarao.sc.gov.br

Página: 1 / 2

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2025Processo Adm.: 55/2025
Data do Processo: 21/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 55/2025
b) **Nr. Licitação:** 39/2025 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 21/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de banheiros químicos e lavatórios, para uso nas festividades de 155 anos do município, que acontecerão entre os dias 17/05/2025 à 01/06/2025, suprimindo assim as necessidades do público presente. MEMORANDO Nº 12.214/2025.

Participante: MULTIBAN LOCACOES DE BENS MOVEIS LTDA - EPP

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de 19 (dezenove) banheiros químicos comuns individuais, portáteis, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões mínimas de 1,10 de frente x 1,10 de fundo x 2,10 de altura, composto de caixa de dejetos, porta-papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, com placa de identificação de masculino e feminino.	10,000	DIR	4.180,00	41.800,00
2	Locação de 2 (dois) banheiros químicos para portadores de necessidade especiais usuários de cadeiras de rodas, com montagem, manutenção (esgotamento) diário e desmontagem.	10,000	DIR	560,00	5.600,00
3	Locação de 2 (duas) pias lavatório com capacidade de 800 litros de água potável e 800 litros de água servida, com esgotamento e reabastecimento diário de água, autônoma (sem a necessidade de ligação na rede de água e esgoto). Contendo 2 dispensers de sabonete líquido e 2 dispensers de papel toalha, ambos com abastecimento 1x por dia pela contratada.	10,000	DIR	1.200,00	12.000,00

Total Geral: 59.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANO	52.001.15.452.0008.2016.3.3.90.00.00	R\$ 59.400,00

Tubarão, 21 de Maio de 2025.

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 40-2025

Publicação Nº 7252564

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃORua Felipe Schmidt., 108 - Centro - Tubarão
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000
E-mail: ouvidoria@tubarao.sc.gov.br Site: http://www.tubarao.sc.gov.br

Página: 1 / 1

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2025

Processo Adm.: 56/2025

Data do Processo: 22/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 56/2025
b) Nr. Licitação: 40/2025 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 22/05/2025
e) Objeto da Licitação: *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança privada, para uso nas festividades de 155 anos do município, que acontecerão entre os dias 23/05/2025 à 01/06/2025, suprimindo assim as necessidades do público presente.*
MEMORANDO Nº 12217/2025

Participante: KELSON LUIZ NUNES MARQUES SEGURANCA PRIVADA DESARMADA E TERCEIRIZACAO DE MAO

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA	40,000	DIARI	220,00	8.800,00
Total do Participante:					8.800,00

Total Geral: 8.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	31.001.23.691.0006.2012.3.3.90.00.00	R\$ 8.800,00

Tubarão, 22 de Maio de 2025

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 41-25

Publicação Nº 7252576

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**

Rua Felipe Schmidt., 108 - Centro - Tubarão
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000
E-mail: ouvidoria@tubarao.sc.gov.br Site: http://www.tubarao.sc.gov.br

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 41/2025****Processo Adm.: 57/2025****Data do Processo: 22/05/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 57/2025
b) **Nr. Licitação:** 41/2025 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 22/05/2025
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem e desmontagem de decoração, incluindo arco de balões em frente ao palco e bolo cenográfico, para uso nas festividades de 155 anos do município que acontecerão dos dias 17/05/2025 ao dia 01/06/2025 no estacionamento da Arena Prefeito Estener Soratto da Silva.*

Participante: BRILHOS FESTAS ARTIGOS DE DECORACAO LTDA.

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Montagem e desmontagem de decoração, incluindo arco de balões e bolo cenográfico.	1,000	UN	590,00	590,00

Total Geral: 590,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	31.001.23.691.0006.2012.3.3.90.00.00	R\$ 590,00

Tubarão, 22 de Maio de 2025

ESTENER SORATTO DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 7425/2025

Publicação Nº 7250910

PORTARIA Nº. 7.425/2025
Em 23 de Maio de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 de 17 de Maio de 2006 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora pública municipal ANDRESSA MITSUKO KONO WEBLER, no cargo de MEDICA ESF, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, desta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de Maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 23 de Maio de 2025.

LOIVO FRANCISCO ZOZ
Prefeito Municipal Em Exercício

VALMI SCHWEICKERT
Técnica em Recursos Humanos

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO ACORDO DE PATROCINIO

Publicação Nº 7251446

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO ACORDO DE PATROCÍNIO Nº 11/2025

Data de Assinatura: 19/05/2025

Patrocinado: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Patrocinador: Alumasa Indústria de Plásticos e Alumínio LTDA

CNPJ/CPF: 31.959.292/0001-18

Representante legal: Rodrigo Fontanella

Objeto: O presente acordo tem por objeto a formalização do patrocínio privado direto da empresa Alumasa Indústria de Plásticos e Alumínio LTDA para a realização da Olimpíada Colonial Rural, que ocorrerá durante a Festa Ritorno Alle Origini – Edição 2025, dia 31 de maio (13h30 às 18h), sendo um evento tradicional do município de Urussanga/SC, visando à valorização da cultura italiana, do patrimônio imaterial e ao fortalecimento da identidade local.

Da contrapartida: O patrocinador compromete-se, a título de patrocínio, arcar com o custo da premiação do 2º colocado da Olimpíada Colonial Rural, sendo valor monetário de R\$1.000,00 (hum mil reais). Em contrapartida, o Município de Urussanga autoriza a veiculação de sua marca institucional e promocional da seguinte forma: a) Inserção da logomarca da patrocinadora nos telões de LED que serão fixados no palco principal durante a realização da Olimpíada Colonial Rural (31/05 - 13h30 às 18h); b) Citação da patrocinadora nos pronunciamentos oficiais da Olimpíada Colonial Rural (31/05 - 13h30 às 18h).

EXTRATO DO ACORDO DE PATROCÍNIO Nº 13/2025

Data de Assinatura: 13/05/2025

Patrocinado: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Patrocinador: UM Urussanga Minérios Ltda

CNPJ/CPF: 19.331.679/0001-20

Representante legal: Frederico Michels Zanette

Objeto: O presente acordo tem por objeto a formalização do patrocínio privado direto da UM, para a realização da Festa Ritorno Alle Origini – Edição 2025, evento tradicional do município de Urussanga/SC, que ocorrerá entre os dias 29 de maio a 01 de junho de 2025, visando à valorização da cultura italiana, do patrimônio imaterial e ao fortalecimento da identidade local.

Da contrapartida: O patrocinador compromete-se a aportar, a título de patrocínio, o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), em bens, serviços ou recursos financeiros, conforme discriminado no Plano de Patrocínio (Anexo I), parte integrante deste instrumento. Em contrapartida, o Município de Urussanga autoriza a veiculação de sua marca institucional e promocional da seguinte forma: a) Citação da patrocinadora nos pronunciamentos oficiais e no cerimonial do evento; b) Inserção da logomarca em espaços de destaque no palco principal e demais pontos estratégicos do evento, conforme disponibilidade e hierarquia de cotas de patrocínio. c) Veiculação de VT de 15 segundos, sem áudio, no painel de LED do palco principal.

EXTRATO DO ACORDO DE PATROCÍNIO Nº 15/2025

Data de Assinatura: 19/05/2025

Patrocinado: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Patrocinador: ALUZAP ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO LTDA EPPCNPJ/CPF: 03.793.242/0017-35

Representante legal: Pedro Zapelini Romagna

Objeto: O presente acordo tem por objeto a formalização do patrocínio privado direto da empresa ALUZAP para a realização da Festa Ritorno Alle Origini – Edição 2025, evento tradicional do município de Urussanga/SC, que ocorrerá entre os dias 29 de maio a 01 de junho de 2025, visando à valorização da cultura italiana, do patrimônio imaterial e ao fortalecimento da identidade local.

Da contrapartida: O patrocinador compromete-se a apoiar, a título de patrocínio, uma permuta para o fornecimento dos seguintes materiais para a manutenção da Praça D' Itália: 01 (uma) porta veneziana em alumínio, com uma folha, na cor cinza brilhante. Em contrapartida, o Município de Urussanga autoriza a veiculação de sua marca institucional e promocional da seguinte forma: a) Inserção da logomarca da patrocinadora nos telões de LED que serão fixados no palco principal; b) Citação da patrocinadora nos pronunciamentos oficiais e no cerimonial do evento;

EXTRATO DO ACORDO DE PATROCÍNIO Nº 16/2025

Data de Assinatura: 21/05/2025

Patrocinado: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Patrocinador: Millenium Perfuração e Detonação de Rochas LTDA

CNPJ/CPF: 03.796.972/0001-22

Representante legal: Jose Carlos Colle

Objeto: O presente acordo tem por objeto a formalização do patrocínio privado direto da Millenium Perfuração e Detonação de Rochas LTDA, para a realização da Festa Ritorno Alle Origini – Edição 2025, evento tradicional do município de Urussanga/SC, que ocorrerá entre os dias 29 de maio a 01 de junho de 2025, visando à valorização da cultura italiana, do patrimônio imaterial e ao fortalecimento da identidade local. Da contrapartida: O patrocinador compromete-se a aportar, a título de patrocínio, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais), em bens, serviços ou recursos financeiros, conforme discriminado no Plano de Patrocínio (Anexo I), parte integrante deste instrumento. Em contrapartida, o Município de Urussanga autoriza a veiculação de sua marca institucional e promocional da seguinte forma: a) Citação da patrocinadora nos pronunciamentos oficiais e no cerimonial do evento - caso for de interesse da patrocinadora; b) Inserção da logomarca em espaços de destaque no palco principal e demais pontos estratégicos do evento, conforme disponibilidade e hierarquia de cotas de patrocínio - caso for de interesse da patrocinadora.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 21/2024

Publicação N° 7252753

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 21/2024

Contrato: 21/2024

Data de Assinatura: 23/05/2025

Processo de Licitação: 130/2023/PMU

Tomada de Preço: 19/2023/PMU

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CNPJ: 82.930.181/0001-10

Contratado: CONSTRUPRO BRASIL LTDA

CNPJ/CPF: 27.272.075/0001-88

Quadro de Sócios e Administradores – QSA: Adriana Porto Da Silva Rocha, Vanderlei da Silva Dutra, Evanor Pacífico Filho, Porto Holding LTDA.

Objeto: Rescisão de forma amigável, cujo contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada para a Execução da Reforma e Ampliação da Sede do Corpo de Bombeiros, localizada no Bairro das Damas no Município de Urussanga/SC, conforme especificações constantes do projeto básico e demais anexos do Edital.

Vargeão

PREFEITURA

DECRETO Nº 088/2025 VARGEÃO, 20 DE MAIO DE 2025. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 7255345

DECRETO Nº 088/2025 Vargeão, 20 de maio de 2025.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMARILDO PAGLIA, PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e de conformidade com a Lei Municipal 1.805/2024 de 29/10/2024;

DECRETA:
Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 51.490,00 (Cinquenta e Um Mil Quatrocentos e Noventa Reais), no orçamento do exercício de 2025 da Prefeitura Municipal de Vargeão, na seguinte programação de despesa:

ORGÃO	06.001	SECRETARIA M. DA AGRICULTURA, IND. COM. MEIO AMBIENTE	
UNIDADE	06.001	DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
RECURSO	2.500.0000.0100	SUPERAVIT RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
PROJETO	2001.20.608..1.014	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS E EQUIP. AGRICULTURA	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.	Aplicações Diretas	51.490,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	51.490,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior na fonte 1.500.0000.0100 – Recursos não vinculados de impostos destinados a outros programas no valor R\$ 51.490,00 (Cinquenta e Um Mil Quatrocentos e Noventa Reais).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 20 de maio de 2025.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria foi publicada em data supra

DANIEL MARCOS BERTÉ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 089/2025, DE 21 DE MAIO DE 2025. NOMEIA E EMPOSSA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Publicação Nº 7255348

DECRETO Nº 089/2025, DE 21 DE MAIO DE 2025.
NOMEIA E EMPOSSA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei nº 1.697/2020.

DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados e empossados os membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
a. Representantes da Secretaria de Educação:
Titular – Analara Tomasi
Suplente – Lorena de Jesus Lima Allebrant

b. Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular – Maritânia Lucia Mioteli

Suplente – Maridalva Colpani

c. Representantes da Secretaria Municipal de Cultura:

Titular – Vanda Felicita Aparecida Gehlen Gregianin

Suplente – Maria de Lourdes Gugel

d. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular – Mariaelena Marini Ribeiro

Suplente – Jusseli Pavan

II– REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a. Representantes de Pessoas com Deficiência:

Titular – Camila de Fatima Carboni

Suplente – Zenaide Rodrigues Guimarães

Titular – Helenir Fátima Schmidt Facchi

Suplente – Ivonete Lemes Neckel

b. Representante da Associação Comercial e Industrial de Vargeão - Aciva:

Titular – Wander José Felipe

Suplente – Laíz Sbruzzi

c. Representante da Associação Hospitalar de Vargeão:

Titular – Marco Aurelio Bender

Suplente – Vilmar Gregianin

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 048/2025 de 11 de março de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de maio de 2025.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra

DANIEL MARCOS BERTÉ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2025

Publicação Nº 7255359

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2025

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GAVEA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E AGROPECUARIA LTDA

CNPJ: 82.155.813/0001-15

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses visando a futura e eventual aquisição de tela soldada e tela de arame galvanizado, que serão utilizadas para cercamentos e proteções de espaços públicos do município de Vargeão-SC, como praças, áreas esportivas, áreas verdes e demais patrimônios públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR: R\$ 10.797,00 (dez mil, setecentos e noventa e sete reais)

VIGÊNCIA DA ATA: A partir de 22 de maio de 2025 até 22 de maio de 2026.

AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021 e suas alterações.

Vargeão - SC, 22 de maio de 2025.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

PORTARIA 178-2025

Publicação Nº 7255335

PORTARIA Nº 178/2025
Vargeão, SC, 21 de maio de 2025.

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Complementar nº 006/2003 de 25 de agosto de 2023 e de conformidade com o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o pagamento de adicional de insalubridade concedido ao servidor abaixo relacionado passando do percentual de 20% (grau médio) para o percentual de 40% (grau máximo) incidente sobre o piso municipal de vencimentos, conforme segue:

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

MATR.	NOME	CARGO/FUNÇÃO LTCAT
473	RODRIGO FRANCISCO FELIPE	OPERADOR DE MÁQUINAS (manutenções)

Art. 2º O referido Adicional só será devido enquanto o Servidor estiver prestando serviços em condições insalubres, sendo que, cessando a insalubridade extingue-se a obrigatoriedade do pagamento.

Art. 3º Cabe a cada Secretário Municipal, sob pena de responsabilidade, fiscalizar a continuidade da existência dos pressupostos que originaram a concessão deste adicional de insalubridade ao servidor de sua pasta, comunicando imediatamente ao Gestor quando houver causa ensejadora da sua interrupção.

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de maio de 2025.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria foi publicada em data supra

DANIEL MARCOS BERTÉ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 177/2025

Publicação Nº 7255334

PORTARIA Nº 177/2025
Vargeão, SC, 20 de maio de 2025.

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Complementar nº 006/2003 de 25 de agosto de 2003 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 19/05/2025 até 14/11/2025 à Servidora Pública Municipal ANGÉLICA GOLDONI, com matrícula nº 51103 exercendo as funções do cargo de Professor de Educação Infantil-20h e matrícula nº 51151 exercendo as funções do cargo de Segundo Professor de Turma-20h, lotada no Departamento de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 19/05/2025.

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, VARGEÃO SC, 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria foi publicada em data supra

DANIEL MARCOS BERTÉ
Secretário Municipal de Administração

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2025

Publicação Nº 7255361

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2025

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que RATIFICA o presente procedimento de inexigibilidade de licitação:

Contratado: L F CAMINHOES LTDA

CNPJ: 79.281.481/0001-00.

Objeto: O objeto da presente Inexigibilidade é Contratação de uma empresa para realizar manutenção preventiva do veículo VW/NEOBUS 8 – 180 E, Placas: SXX3F80 Kms: 9.008 do fundo de Educação e Esportes, na cidade de Vargeão.

Processo Licitatório nº 111/2025, Inexigibilidade Nº37/2025

Fundamento Legal: Artigo 74, Inciso III, da Lei Federal 14.133/21.

Valor: de R\$ 3.295,86 (três mil, duzentos e noventa e cinco reais com oitenta e seis centavos) em sua totalidade.

Vargeão, SC, 23 de maio de 2025.

Daniel Marcos Berté
Secretário de Administração e Fazenda

Vargem

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025/FMS OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS

Publicação Nº 7252147

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Edital de Credenciamento Público nº 002/2025/FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS.

Resultado do julgamento: Na forma do item 6.6 do Edital, relacionamos a seguir o resultado do julgamento dos fornecedores credenciantes: **HABILITADOS:**

ORTHOS – CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA

Vargem/SC, 22 de maio de 2025

Lindonês Diames Chiochetta – Gestor do FMS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2025/FMS - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025/FMS OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS

Publicação Nº 7252151

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 030/2025/FMS - Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025/FMS

Objeto: Credenciamento para a realização de SERVIÇOS DE CIRURGIAS.

Na qualidade de Prefeito Municipal de Vargem/SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025/FMS, ao amparo do artigo 74, IV, da Lei Federal 14.133/2021.

Vargem/SC, 22 de maio de 2025

Nelson Gasperim Junior - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2025/FMS - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025/FMS OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES – PICS - MASSAGEM

Publicação Nº 7252152

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 031/2025/FMS - Edital de Pregão Eletrônico nº 010/2025/FMS

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de Práticas Integrativas Complementares – PICs - Massagem.

Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentos" e nº 02 "proposta" será até às 08h29min do dia 10/06/2025.

Local: Sessão pública dia 10/06/2025 às 08:30hs, no site www.gov.br/comprasO edital e seus anexos estão disponíveis no link: www.vargem.sc.gov.br/licitacoes e no site do compras.gov.br.Maiores informações podem ser obtidas no telefone (49) 3549-0068 ou pelo e-mail compras@vargem.sc.gov.br.

Vargem/SC, 23 de maio de 2025

Nelson Gasperim Junior - Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA NR.:11/2025 MOTIVO: DECIDE-SE PELA REVOGAÇÃO EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE CORREÇÃO DA DESCRIÇÃO DE ALGUNS ITENS DO CERTAME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 7253191

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM Benjamin Margoti, 289 - Centro - Vargem - SC CEP: 89638-000 CNPJ: 95.995.130/0001-18 Telefone: (49) 3549-0068 E-mail: prefeitura@vargem.sc.gov.br Site: www.vargem.sc.gov.br	Pregão eletrônico Nr.: 11/2025 - PE
	Nr. do Processo: 43/2025 Data do Processo: 02/05/2025

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.:11/2025**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de máquinas e implementos agrícolas.**MOTIVO:** Decide-se pela revogação em razão da necessidade de correção da descrição de alguns itens do certame

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 23.295/25

Publicação Nº 7253304



DECRETO Nº 23.295/25, DE 22 DE MAIO DE 2025

Abre crédito adicional para suplementação das dotações que especifica o orçamento vigente e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.331/2024 de 20 de dezembro de 2024, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 24337/2025.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.604,46 (trinta e dois mil, seiscentos e quatro reais e quarenta e seis centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2033 - Manutenção Educação Infantil - Creches	
3390 – 256970000000 - Aplicações diretas	R\$ 32.604,46
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 32.604,46

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2024 dos recursos vinculados de Outras Transf. Direta do FNDE – Programa Apoio Novas Turmas Educação Infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de maio de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
WILMAR CARELLI
Prefeito
Prefeitura Municipal de
Videira
23/05/2025 13:15:36 -03:00

WILMAR CARELLI
Prefeito

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração
Prefeitura Municipal de
Videira
23/05/2025 08:06:35 -03:00

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração



Assinado Eletronicamente por:
RODOLFO PIRES FILHO:22139149823
Procurador Geral
Procuradoria Jurídica
23/05/2025 06:11:29 -03:00

Rodolfo Pires Filho
Procurador Geral
OAB/SC 30.587

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 06:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.lpm.com.br/pead/133a65038d>



DECRETO Nº 23.296/25

Publicação Nº 7253298



DECRETO Nº 23.296/25, DE 22 DE MAIO DE 2025

Abre crédito adicional para suplementação das dotações que especifica o orçamento vigente e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.331/2024 de 20 de dezembro de 2024, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 24337/2025.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.086,16 (sessenta e três mil, oitenta e seis reais e dezesseis centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
01 – Gestão de Ensino Fundamental	
2029 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3390 – 256970000000 - Aplicações diretas	R\$ 7.881,40
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
1011 - Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros	
4490 – 256970000000 - Aplicações diretas	R\$ 29.971,44
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2033 - Manutenção Educação Infantil - Creches	
3390 – 256970000000 - Aplicações diretas	R\$ 4.664,87
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2037 - Manutenção Educação Infantil - Pré Escola	
3390 – 256970000000 - Aplicações diretas	R\$ 20.568,45
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 63.086,16

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2024 dos recursos vinculado de Outras Transf. Direta do FNDE - Programa Escola Integral.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 06:22:03-03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p78369ee304ee5>





Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de maio de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
WILMAR CARELLI
Prefeito
Prefeitura Municipal de
Videira
23/05/2025 10:55:33 -03:00

WILMAR CARELLI
Prefeito

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração
Prefeitura Municipal de
Videira
23/05/2025 08:07:23 -03:00

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração



Assinado Eletronicamente por:
RODOLFO PIRES FILHO:22139149823
Procurador Geral
Procuradoria Jurídica
23/05/2025 06:22:20 -03:00

Rodolfo Pires Filho
Procurador Geral
OAB/SC 30.587

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 06:22 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.lpm.com.br/p/78369ae304e65>.



MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Av. Manoel Roque, 188 - Bairro Alvorada - CEP: 89562-038 - CNPJ: 83.039.842/0001-84 - Telefone: (49) 3090-2700

PORTARIA Nº 0536/2025

Publicação Nº 7253294



PORTARIA nº 0536/2025

Concede Licença Prêmio

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 23202/2025;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses a servidora **NILSEIA COSSUL EPELING**, Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 1º de junho 2025 a 1º de setembro de 2025, referente ao quinquênio de 11 de abril de 2019 até 10 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho 2025.

Videira, 22 de maio de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
WILMAR CARELLI
Prefeito
Prefeitura Municipal de
Videira
23/05/2025 10:44:10 -03:00

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2025 06:24:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.lpm.com.br/p73sa83c06e17>.



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração
Prefeitura Municipal de
Videira
23/05/2025 08:06:57 -03:00

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração



Assinado Eletronicamente por:
RODOLFO PIRES FILHO: 22139149823
Procurador Geral
Procuradoria Jurídica
23/05/2025 06:24:08 -03:00

Rodolfo Pires Filho
Procurador Geral
OAB/SC 30.587

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Av. Manoel Roque, 188 - Bairro Alvorada - CEP: 89562-038 - CNPJ: 83.039.842/0001-84 - Telefone: (49) 3090-2700

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 227/2025

Publicação Nº 7253234

PORTARIANº 227/2025

MARCELO DAROLT, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LORENI TELE VANHECU TEIE

Cargo: AUXILIAR SERVICOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 22/05/2025 a 05/06/2025, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 22 de maio de 2025, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE MAIO DE 2025.

MARCELO DAROLT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.



Xanxerê

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4443/2025 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Publicação Nº 7255370



PREFEITURA DE XANXERÊ
SECRETARIA DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



ORGÃO AUTUANTE

Auto de Infração

Série
4443/2025

DENOMINAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XANXERÊ
ENDEREÇO R. PARANÁ, 254 - CENTRO, XANXERÊ - SC
AUTUADO

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA FARMACIA SANTA CLARA LTDA	CNPJ/CPF Nº 97.***.***/*-77
DENOMINAÇÃO COMERCIAL -- NOME FANTASIA DO ESTABELECIMENTO FARMACIA SANTA CLARA LTDA	
ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, RUA, AVENIDA, PRAÇA, Nº, BAIRRO, TELEFONE) RUA DR VITOR KONDER , 1050	MUNICÍPIO Xanxerê
PROPRIETÁRIO E/OU RESPONSÁVEL ADRIANO FRANCISCO VITORELLO	
Nº ALVARÁ	

TIPO DE ESTABELECIMENTO, NEGÓCIO OU ATIVIDADE

4771-7/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS
4772-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
4773-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS

CONTATO PRINCIPAL

Nome ADRIANO VITORELLO	Telefone (49) 34334124
Cargo Farmaceutico	e-mail *****

ENQUADRAMENTO LEGAL

DISPOSITIVO(S) LEGAL(IS) OU REGULAMENTAR(ÉS) INFRINGIDO(S)
Art. 2º §1º, §2º, §3º e §4º, art. 10, 15 "caput" e 40 II, IV, V,VI, X, XV e XVIII, XX da Lei Municipal JB 2008/93 c/c art. 2º §1º, §2º, §3º, §4º e art. 11 do Decreto Municipal HW 109/99 c/c Art. 12, 30, 61 I, IV, V, XIII, XIV, XXX, XXXII da Lei Estadual 6.320/83; Art. 1º da Lei Estadual 16.473/2014;

DATA E HORA DA CONSTATAÇÃO

15/04/2025 18:36

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO COMETIDA

* Descumprimento do auto de intimação n. 5781;

* Realização de procedimentos não permitidos realização em farmácias

CIÊNCIA

Estou ciente de, em virtude da infração caracterizada neste auto, responderei a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei Estadual 6.320/83 e Lei Municipal JB 2008/93, e de que poderei apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados desta notificação ao Setor de Vigilância Sanitária Municipal.

RECEBI A 1ª VIA EM:

HORA:

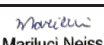



RESPONSÁVEL

NOME LEGÍVEL	ASSINATURA
---------------------	-------------------

TESTEMUNHA (EM CASO DE RECUSA DO RESPONSÁVEL)

1º NOME LEGÍVEL	ASSINATURA
2º NOME LEGÍVEL	ASSINATURA

AUTORIDADE SANITÁRIA

NOME LEGÍVEL	FUNÇÃO OU CARGO/MATRÍCULA	ASSINATURA
Mariluci Neiss	Fiscal 5214	 Mariluci Neiss Enfermeira/Fiscal COREN/SC 307.791 CRED 2274
Edilson Marcos Perdoncini	Fiscal 2548	 Edilson Marcos Perdoncini Técnico em Saneamento CREASC T1 054624-2 Pós - Graduação Educação Ambiental e Sustentabilidade
Samelita Zandona	Fiscal 3425	 Samelita Zandona Farmacêutica CRED. FISCAL 1051 CPF: 893.270.809-63
ANDREIA RITA BASSO	Fiscal 5207	 Andréia Rita Basso Tec.Enf/Fiscal CRED 2535

DECRETO Nº 295/2025

Publicação Nº 7251306

DECRETO Nº 295, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Nomeia Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento nos incisos III e VII, do art. 69, da Lei Orgânica Municipal, da Lei Complementar nº 4.066, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município e da Lei Complementar nº 3.375, de 23 de novembro de 2011, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Professor 1 – Área 6 (Educação Especial): Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, no Concurso Público Municipal, Edital nº 010/2024, homologado pelo Decreto nº 222, de 24 de maio de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada como servidora pública municipal a senhora SANDRA MARA SANDRI MOREIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, aprovada em concurso público regido pelo Edital nº 010/2024, para o cargo de PROFESSOR – NÍVEL 1 – ÁREA 6, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 3.375, de 23 de novembro de 2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 23 de maio de 2025.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

EDITAL DE AUTUAÇÃO E INTIMAÇÃO – TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO Nº 6007/2025 - SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Publicação Nº 7251334

Xanxerê – SC, 21 de maio de 2025.

EDITAL DE AUTUAÇÃO E INTIMAÇÃO – TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO Nº 6007/2025

O Município de Xanxerê, por meio do Setor de Fiscalização de Obras da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, AUTUA E INTIMA a senhora IRACI PAGNUSSAT, inscrita no CPF sob o nº 511.xxx.xx-87, tendo em vista a devolução por, por motivo de “desconhecido”, do Aviso de Recebimento (AR) enviado pelos Correios, para que tome ciência do teor do Termo de Ocorrência e Inspeção nº 6007/2025.

O termo refere-se à autuação relativa ao terreno situado na Rua Dulce Miriam Cauvilla nº 76, informando que deve ser executado o passeio público no prazo de 30 dias.

Fica intimado a regularizar a situação no prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 2918/2006, sob pena de aplicação de multa pecuniária, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente.

Carlos Eduardo Figur
Fiscal de Obras e Posturas
Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Município de Xanxerê

Xavantina

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 PMXV

Publicação Nº 7253099



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO: O MUNICÍPIO DE XAVANTINA-SC comunica que fará realizar Pregão Eletrônico, no dia 11 de maio de 2025, às 8:30 horas, tendo como objeto a “Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, ou locação, de solução em sistema de gestão pública em nuvem, integrada, com número ilimitado de usuários, composta por sistemas nativamente web, softwares e aplicativos, além da prestação de serviços correlatos, incluindo migração de dados, implantação, customizações, saneamento de informações, capacitação de usuários e suporte técnico pós-implantação para o Município de Xavantina/SC.” O Edital e informações poderão ser obtidas nos sites <https://xavantina.sc.gov.br/> e www.portaldecompraspublicas.com.br. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2025 PMXV. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 PMXV.** Código registro TCE: 41ABDE0FC9C5569D34FC8A1353E7DFC59999B3FD.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 265

Publicação Nº 7251276

DECRETO Nº. 265/2025.

Exonera servidora municipal efetiva a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº. 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 22 de maio de 2025, a servidora municipal ANA PAOLA ORSO FLAMIA PEGORARO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGA, matrícula 2057, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim –SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de maio de 2025.

Edilson Antonio Folle
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Alberto Antonio Grasel
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e
Desenvolvimento Econômico

DECRETO 266

Publicação Nº 7251273

DECRETO Nº. 266/2025.

Exonera servidora municipal efetiva a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº. 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 19 de maio de 2025, a servidora municipal REGIANE MENDES DA SILVA GIROLETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, matrícula 8950, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim –SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de maio de 2025.

Edilson Antonio Folle
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Alberto Antonio Grasel
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e
Desenvolvimento Econômico

DECRETO 268

Publicação Nº 7253170

DECRETO Nº 268, DE 23 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE NOMEACÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município e com as Leis Municipais nº 1.838, de 18 de dezembro de 1995 e Lei nº 4.038 de 15 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes Membros Efetivos e respectivos Suplementes, os quais representarão o Poder Público do Conselho Municipal de Assistência Social:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:

- a) Titular: Maria da Glória Coutinho Rigotti;
- b) Suplente: Josete Pércio;

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

- a) Titular: Marineiva Moro de Oliviera;
- b) Suplente: Claudia Matiello;

III - REPRESENTANTE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- a) Titular: Bruna Veloso de Linhares;
- b) Suplente: Alana Sela;

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

- a) Titular: Simone Pompermaier;
- b) Suplente: Ana Paula Tomasi;

V - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

- a) Titular: Vanilse Aparecida Bressan;
- b) Suplente: Glória Aparecida Pieresan.

VI - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS E/OU ORGANIZAÇÃO DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) Titular: Vitalina Lorenzetto Lavoratti;
- b) Suplente: Geni Josefa Dalmedico;
- c) Titular: Lourdes Bertotti;
- d) Suplente: Eliane Fátima Ferreira.

VII - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES E/OU ORGANIZAÇÃO DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) Titular: Sidiane Linhares Gasperin (APAE);
- b) Suplente: Maeli Cristina dos Santos Loro (CIEE).

VIII - REPRESENTANTE DE TRABALHADORES DO SUAS:

- a) Titular: Luanda Boschetti Smaniotto;
- b) Suplente: Katia Cenci Piaia;
- c) Titular: Kelly Caon Suttilli;
- d) Suplente: Ivania Zanetti.

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reduzidos a critério das entidades a qual representa, por igual período.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal marcará data para dar posse aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, que imediatamente se reunirão, sob a presidência do Conselheiro mais idoso, com finalidade da eleição da diretoria, composta por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Vice-Secretário.

Art. 4º - Ficam revogados as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim-SC, 23 de maio de 2025.

EDILSON ANTONIO FOLLE

Prefeito Municipal

Luís Antônio Cipriani

Procurador-Geral Adjunto – OAB/SC 35.698

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL N° 0045/2024

Publicação N° 7251347

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E4410DDFB291CCE1842FA4E290BDD63A3E98B056

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL N° 0045/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

CNPJ: 14.744.458/0001-60

Objeto: Este termo aditivo tem por finalidade a alteração do fiscal do contrato, cujo objeto é a Outorga de concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, sinalização, operação, manutenção, controle, gestão e comercialização de vagas de estacionamento de veículos automotores em vias, logradouros e espaços públicos próprios, mediante a rotatividade de uso, denominado Estacionamento Rotativo do município de Xaxim – SC.

Justificativa: Justifica-se o presente termo aditivo de alteração unilateral do fiscal do contrato, considerando a necessidade administrativa devido a mudança de função do servidor Junior Baggio. A nova designação visa garantir a continuidade e a eficiência na fiscalização contratual, conforme as diretrizes estabelecidas na legislação vigente, designando, para essa função a partir de agora a servidora Bruna Aryela Vieira Mariani.

Licitação: Processo de Licitação n° 0241/2023, modalidade Concorrência Pública para Compras e Serviços n° 0008/2023.

Xaxim-SC, 23 de maio de 2025. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal.

Consórcios

CINCATARINA

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0034- E - PAL0015_2025 – UTENSÍLIOS DE COZINHA

Publicação Nº 7246861

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DBA9C9D3F249348ED11B6BDAFCBE1314F3FED70

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0034/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 0015/2025-e

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Utensílios de Cozinha para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I) e com os quantitativos estimados (ANEXO VI), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. JULGAMENTO: Menor preço por ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 27/05/2025 até às 09:00 horas do dia 06/06/2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 06/06/2025. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 06/06/2025. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações na íntegra deste Edital no site: www.cincatarina.sc.gov.br. Florianópolis (SC), 22 de maio de 2025. André Luiz de Oliveira – Diretor Executivo do CINCATARINA

CIRSURES

CONTRATO N.º 05/2025

Publicação Nº 7253363

Contrato nº 5/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº 95.778.056/0001-88, com sede na Avenida Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Cocal do Sul/SC, representado por seu Prefeito, Ademir Magagnin, domiciliado no município de Cocal do Sul/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea "a", e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o decimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 2 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO Presidente do CIRSURES	ADEMIR MAGAGNIN Prefeito de Cocal do Sul
--	---

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---

CONTRATO N.º 06/2025

Publicação Nº 7253366

Contrato nº 6/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, com sede na Rua Walter Vetterli, nº 239, no município de Lauro M-ller/SC, representado por seu Prefeito, Valdir Fontanella, residente no município de Lauro M-ller/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea "a", e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o décimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo

Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 2 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO Presidente do CIRSURES	VALDIR FONTANELLA Prefeito de Lauro M-Iler
--	---

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---

CONTRATO N.º 07/2025

Publicação Nº 7253367

Contrato nº 7/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.000.323/0001-02, com sede na Rua 20 de maio, nº 100, Morro da Fumaça/SC, representado por seu Prefeito, Eduardo Sartor Guollo, residente no Município de Morro da Fumaça/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea “a”, e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o decimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 2 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO Presidente do CIRSURES	EDUARDO SARTOR GUOLLO Prefeito de Morro da Fumaça
--	--

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---

Contrato nº 8/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE ORLEANS

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 82.926.544/0001-43, com sede na Rua 15 de novembro, nº 282, Orleans/SC, representado por seu Prefeito, Fernando Cruzetta, domiciliado no município de Orleans/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas

e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea "a", e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o decimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 2 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO Presidente do CIRSURES	FERNANDO CRUZETTA Prefeito de Orleans
--	--

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---

CONTRATO N.º 09/2025

Publicação Nº 7253369

Contrato nº 9/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 82.929.407/0001-62, com sede na Avenida Presidente Dutra, nº 1, no município de Siderópolis/SC, representado por seu Prefeito, Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no município de Siderópolis/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea “a”, e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita

no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o decimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 1º de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO Presidente do CIRSURES	ÂNGELO FRANQUI SALVARO Prefeito de Siderópolis
--	---

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---

CONTRATO N.º 10/2025

Publicação Nº 7253370

Contrato nº 10/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE TREVISO

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE TREVISO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Avenida Professor José Abatti, nº 258, Treviso/SC, representado por seu Prefeito, Senhor Luciano Miotelli, domiciliado no Município de Treviso/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea "a", e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da

execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o decimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 2 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO
Presidente do CIRSURES

LUCIANO MIOTELLI
Prefeito de Treviso

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---

CONTRATO N.º 11/2025

Publicação Nº 7253373

Contrato nº 11/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES) E O MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE URUSSANGA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 82.930.181/0001-10, com sede na Praça da Bandeira, nº 12, Urussanga/SC, representado por sua Prefeita, Senhora Stela Maris de Agostin Talamini, domiciliada no Município de Urussanga/SC, e de outro lado, como CONTRATADO, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 04.572.787/0001-17, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala nº 11, Centro, Município de Urussanga/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Ângelo Franqui Salvaro, domiciliado no Município de Siderópolis/SC, ajustam e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS, mediante as cláusulas e condições a seguir, e em conformidade com a legislação pertinente à matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da legislação federal de consórcios públicos - Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, e demais correlatas, a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIRSURES, bem como o art. 8º, inciso IV, alínea “a”, e art. 9º, inciso XII, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato é celebrado na forma de licitação dispensada, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços ao Município CONTRATANTE de destinação final de resíduos volumosos coletados no território deste, a ser executado por empresa terceirizada, contratada pelo CIRSURES com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma deliberada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente à quantidade de resíduos volumosos coletada em seu território e depositada no pátio da empresa contratada para prestação dos serviços descrita no objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O quantitativo de toneladas de resíduos volumosos coletados no Município CONTRATANTE e destinados à empresa contratada variará para mais ou para menos, conforme as demandas e necessidades que surgirem no território da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CIRSURES será responsável pelo gerenciamento do objeto contratado, incluindo fiscalização e pagamento à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O preço praticado para o objeto deste contrato será aquele firmado entre CIRSURES e empresa contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços descritos no objeto deste contrato serão pagos conforme a sua efetiva prestação ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Os preços referentes ao objeto deste contrato serão passíveis de variação – conforme a evolução do valor da contratação entre CIRSURES e empresa contratada, o que obrigará o subsequente repasse ao ora CONTRATANTE – haja vista a necessidade de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao CIRSURES, que, por sua vez, não poderá assumir prejuízos decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉXTA – Os pagamentos referentes à CLÁUSULA TERCEIRA deverão ser realizados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO à medida da quantidade de resíduos volumosos coletada no território da primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos ocorrerão, impreterivelmente, até o decimo quinto dia útil de cada mês, e deverão ser realizados mediante quitação de boleto bancário a ser emitido pelo CIRSURES.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito à multa diária de 0,33% do valor da parcela, até o limite de 20%, mais juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC, calculados a partir do vencimento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, podendo ser suspenso, pelo Presidente do Consórcio, o fornecimento do objeto do contrato ao respectivo Município CONTRATANTE até a regularização da dívida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não sendo regularizada a inadimplência, o Município CONTRATANTE poderá ser penalizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a prestação dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor a inclusão consensual, juntamente dos demais Entes consorciados, de itens, materiais e outras soluções operacionais consideradas oportunas para melhoria do serviço, devendo, para tanto, o CONTRATANTE, arcar com eventual aumento de custos.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE, além dos outros previstos ao longo deste contrato:

- a) Fornecer informações e suporte necessários para a prestação dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas;
- e) Realizar a coleta dos resíduos volumosos no território do seu Município e o transporte até o pátio da empresa contratada pelo CIRSURES para destinação final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cada veículo do CONTRATANTE que ingressar no pátio da empresa contratada pelo CIRSURES carregando resíduos volumosos deverá passar pela balança de pesagem, ocasião que será emitido documento expressando o peso obtido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O CIRSURES responsabilizar-se-á somente quanto aos serviços efetivamente prestados por este, qual seja o gerenciamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio/Estatuto do Consórcio Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município CONTRATANTE e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente contrato poderá ser rescindido, além das hipóteses legalmente previstas, por ato administrativo com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que se desinteressar pela finalidade da prestação dos serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos volumosos gerenciada pelo CIRSURES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar-se do dia 2 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato.

Por estarem de acordo com as cláusulas acima expostas, assinam duas vias do presente instrumento de contrato, na presença de duas testemunhas, destinando-se uma via para cada parte.

Urussanga/SC, 29 de abril de 2025.

ÂNGELO FRANQUI SALVARO Presidente do CIRSURES	STELA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI Prefeita de Urussanga
--	--

Testemunhas:

Thiago Maragno Biava CPF 021.978.509-03	Lindomar Caciatore Junior CPF 889.368.569-87
--	---